

UM PASSAPORTE PARA A TERRA PROMETIDA

Coordenação

Fernando de Sousa, Ismênia Martins, Lená Medeiros de Menezes,
Maria Izilda Matos, Maria de Nazaré Sarges, Susana Serpa Silva



FRONTEIRA DO CAOS
EDITORES

Um Passaporte para a Terra Prometida

Título

Um Passaporte para a Terra Prometida

Coordenação

Fernando de Sousa | Ismênia Martins | Lená Medeiros de Menezes |
Maria Izilda Matos | Maria de Nazaré Sarges | Susana Serpa Silva

Todos os Direitos Reservados

Fronteira do Caos Editores Lda. e CEPESE

Capa

mpfxdesign

Impressão e Acabamento

Publidisa – Publicaciones Digitales, S.A.

Depósito Legal

335167 / 2011

ISBN CEPESE

978-989-8434-09-8

ISBN Fronteira do Caos

978-989-8070-77-7

1.^a Edição

PORTO – 2011

CEPESE

Rua do Campo Alegre, 1021/1055

4169-004 Porto

cepese@cepese.pt

www.cepese.pt

FRONTEIRA DO CAOS EDITORES LDA.

Apartado 52028

4202-801 Porto

fronteirado caos@netcabo.pt

www.fronteirado caoseditores.pt

Um Passaporte para a Terra Prometida

Coordenação

Fernando de Sousa

Ismênia Martins

Lená Medeiros de Menezes

Maria Izilda Matos

Maria de Nazaré Sarges

Susana Serpa Silva



FRONTEIRA DO CAOS
EDITORES



CEPESE

ÍNDICE

- 9 INTRODUÇÃO
- 17 FOREWORD
- 25 IMIGRAÇÃO NO BRASIL: DISCURSOS EM DISPUTA E PRÁTICAS SELETIVAS
Lená Medeiros de Menezes
- 43 A I REPÚBLICA E A POLÍTICA DE EMIGRAÇÃO
Miriam Halpern Pereira
- 55 A EMIGRAÇÃO NO DISTRITO DE ANGRA DO HEROÍSMO (AÇORES). BREVE ANÁLISE COM BASE NOS REGISTOS DE PASSAPORTES DO TERCEIRO QUARTEL DO SÉCULO XIX E INÍCIOS DO SÉCULO XX
Susana Serpa Silva
- 83 A EMIGRAÇÃO AÇORIANA PARA O BRASIL NOS DEBATES PARLAMENTARES DE MEADOS DO SÉCULO XIX
Carlos Cordeiro
- 95 DIALOGANDO COM AS MEMÓRIAS EMIGRANTES: UM DESTINO CHAMADO BRASIL
Elis Regina Angelo/Dolores Martin Corner
- 117 OS PASSAPORTES – DO ENQUADRAMENTO LEGAL À PRÁTICA (1855-1926)
Isilda Monteiro
- 137 O PARÁ E AS BASES DE SUA LEGISLAÇÃO IMIGRATÓRIA NOS FINAIS DO SÉCULO XIX
Marcos Carvalho
- 147 RETORNO DOS *BRASILEIROS* VILACONDENSES – AS DECLARAÇÕES DE NACIONALIDADE (1865-1913)
Adelina Piloto
- 169 ESTADO PORTUGUÊS REPRESSIVO OU PATERNALISTA? UMA VISÃO DA EMIGRAÇÃO PORTUGUESA ATRAVÉS DAS CIRCULARES DO GOVERNO (1948-1974)
Celeste Castro
- 185 TRANSNACIONALIDADE E LUSO-TROPICALISMO NA ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE DE 1946: O LEGISLADOR BRASILEIRO E A IMIGRAÇÃO PORTUGUESA
José Sacchetta Ramos Mendes
- 193 O PAPEL DOS AÇORES NA CONSTRUÇÃO DO DISCURSO PARLAMENTAR OITOCENTISTA SOBRE A EMIGRAÇÃO
Fernanda Paula Sousa Maia

- 209 O DISCURSO PARLAMENTAR DA EMIGRAÇÃO PORTUGUESA PARA O BRASIL (1855-1858)
Paula Barros
- 219 O INQUÉRITO PARLAMENTAR DE 1885 E O DISCURSO SOBRE A EMIGRAÇÃO
Conceição Salgado
- 233 A EMIGRAÇÃO PARA O BRASIL NO DISCURSO PARLAMENTAR PORTUGUÊS APÓS A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL (1918-1926)
Diogo Ferreira
- 251 A EMIGRAÇÃO DO PORTO PARA O BRASIL DURANTE A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL (1914-1918)
Ricardo Rocha
- 273 “O PARÁ E AMAZONAS SÃO IRMÃOS”: A AMAZÔNIA UNIDA NA CRISE DA BORRACHA E A IMIGRAÇÃO ESTRANGEIRA
Maria de Nazaré Sarges/Wilson Brito Nascimento
- 287 O NOVO REGIME DE TEMPORALIDADE E A HISTÓRIA MIGRACIONAL
José Jobson de Andrade Arruda
- 313 IMIGRAÇÃO E CULTURA: RUPTURA COM AS RAÍZES PORTUGUESAS?
Maria Arminda Arruda
- 343 MARIA PRESTES MAIA: TRAJETÓRIA, POLÍTICA E CULTURA
Maria Izilda Matos
- 365 A SÃO PAULO DOS IMIGRANTES: PADEIROS E SAQUEIROS NO COTIDIANO COMERCIAL (1920-1950)
Yvone Dias Avelino
- 379 PORTUGUESES EM SANTOS VISTOS ATRAVÉS DOS REGISTROS DE ASSOCIADOS DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA DE SANTOS (1879-1889)
Maria Suzel Gil Frutuoso
- 397 ENFRENTAMENTOS E LUTAS PELA VIDA: PORTUGUESES EM SANTOS NO FINAL DO SÉCULO XIX (1880-1900)
Maria Aparecida Franco Pereira
- 415 O REAL GABINETE PORTUGUÊS DE LEITURA DO RIO DE JANEIRO: PADRÃO EXCELENTE DA EMIGRAÇÃO PORTUGUESA PARA O BRASIL
Antônio Alves-Caetano
- 441 UM MITO PARA TODOS OS ITALIANOS DE SÃO PAULO
Alexandre Hecker
- 453 IMIGRAÇÃO QUALIFICADA NO PÓS-SEGUNDA GUERRA MUNDIAL: PORTUGUESES E ITALIANOS EM SÃO PAULO
Sênia Bastos
- 469 À SOMBRA DA LEI. NOTAS SOBRE A POLÍTICA DE EMIGRAÇÃO EM PORTUGAL E ITÁLIA (1850-1920)
Paulo Cesar Gonçalves

- 493 L'EMIGRAZIONE ITALIANA VERSO IL BRASILE: TENDENZE E DIMENSIONI (1870-1975)
Anna Maria Birindelli/Corrado Bonifazi
- 519 A EMIGRAÇÃO PORTUGUESA E ITALIANA PARA O BRASIL – UMA ANÁLISE COMPARATIVA (1876-1974)
Fernando de Sousa/Isilda Monteiro
- 535 LA CONFIGURAZIONE DELLA LEGISLAZIONE EMIGRATORIA IN ITALIA ALL'EPOCA DELLA GRANDE EMIGRAZIONE EUROPEA
Mattia Vitiello
- 557 AS RELAÇÕES PORTUGAL-BRASIL E A EMIGRAÇÃO. ENQUADRAMENTO POLÍTICO-DIPLOMÁTICO DA 1.ª METADE DO SÉCULO XX
Paula Marques Santos
- 573 O ESTUDO DE UN CONCELHO PONTEVEDRÊS: A IMIGRAÇÃO DE COTOBADE AO BRASIL
Érica Sarmiento da Silva
- 589 AS “CASAS DE BRASILEIROS” – DOIS EXEMPLOS NO VALE DO SOUSA
Alda Neto
- 611 CONCLUSÕES
- 613 CONCLUSIONS
- 617 RESUMOS/ABSTRACTS
- 641 SOBRE OS AUTORES

CATÁLOGO DAS PUBLICAÇÕES DO CEPESÉ

SÓCIOS FUNDADORES, SÓCIOS COLECTIVOS E PATRONOS DE HONRA DO CEPESÉ

INTRODUÇÃO

Seminário Internacional ***Um Passaporte para a Terra Prometida*** **(Angra do Heroísmo, 19-23 de Julho de 2010)**

Portugal e Brasil mantiveram, ao longo dos séculos, uma relação histórica ímpar, reforçada nos séculos XIX e XX pelas grandes migrações de portugueses com destino àquele país da América do Sul. A fim de estudar e aprofundar este fenómeno e de dar um contributo indispensável e, em boa parte, definitivo para o seu conhecimento, o CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade – desenvolveu, a partir de 2005, o Projecto *A Emigração do Norte de Portugal para o Brasil*, que integrou uma vasta equipa de investigação por nós coordenada. Aprovado e financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), este Projecto, cuja primeira fase terminou em Junho de 2008, foi avaliado por uma Comissão Internacional de Avaliação, tendo obtido a classificação de “Excelente”.

Tendo como ponto de partida o conhecimento exaustivo da tipologia e das potencialidades das fontes históricas para o estudo da emigração, existentes nos arquivos portugueses e brasileiros, o referido Projecto apresentou como objectivo central o levantamento e sistematização da informação relativa aos emigrantes que saíram do Norte de Portugal com destino ao Brasil. O levantamento da informação, feito, sobretudo, a partir dos livros de registo de passaportes pertencentes aos Governos Civis (1835-1960), centrou-se nos distritos nortenhos de Viana do Castelo, Braga, Porto, Aveiro, Vila Real, Viseu e Bragança. Ao fazer a identificação individualizada dos emigrantes que partiram legalmente para o Brasil, no decorrer dos séculos XIX e XX, tornou-se possível conhecer, de forma mais rigorosa, o volume dos efectivos migratórios dos portugueses para esse país a partir do Norte do território nacional e o perfil do emigrante lusiada.

Em Julho de 2010, foi apresentado pelo CEPESE à FCT um novo Projecto de Investigação intitulado *A Emigração de Portugal para o Brasil. Dinâmicas Demográficas e Discurso Político*, o qual veio dar continuidade ao anterior, alargando os objectivos que constavam daquele. Assim, pretende-se agora alargar a base de dados que integrará os registos individuais dos emigrantes portugueses para o Brasil (séculos XIX

e XX); levantar a legislação portuguesa e brasileira relativa à emigração/imigração entre 1835 e 1947; inventariar os arquivos e fundos documentais existentes em Portugal e no Brasil, relativos à emigração portuguesa para este país; prosseguir com os estudos que forem desenvolvidos no âmbito deste tema; e fazer um inventário exaustivo das fontes e bibliografia que dizem respeito à emigração.

No âmbito destes dois projectos desenvolvidos pelo CEPESSE foram já concluídos vários trabalhos de investigação, encontrando-se outros ainda em curso.

Trabalhos concluídos

- *A Emigração do Norte de Portugal para o Brasil (1932-1935)* – tese de mestrado de Bruno Rodrigues;
- *A Emigração do Norte de Portugal para o Brasil durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945)* – tese de mestrado de Paulo Amorim;
- *A Emigração do Norte de Portugal para o Brasil nas vésperas da II Guerra Mundial (1935-1939)* – tese de mestrado de Sílvia Braga;
- *A Emigração de Viana do Castelo para o Brasil (1919-1950)* – tese de mestrado de Susana Oliveira;
- *A Emigração a partir do distrito do Porto para o Brasil. Do final da Primeira Guerra Mundial à Grande Crise Capitalista (1918-1931)* – tese de doutoramento de Diogo Ferreira;
- *O concelho de Vila do Conde e o Brasil – emigração e retorno (1865-1913)* – tese de doutoramento de Maria Adelina Piloto.

Trabalhos em curso

- *A Emigração do Norte de Portugal para o Brasil (1876-1879)* – tese de mestrado de Joana Martins;
- *A Emigração do Distrito de Braga (1935-1947)* – tese de mestrado de Manuela Machado;
- *A Emigração do Norte de Portugal para o Brasil (1852-1876)* – tese de doutoramento de Bruno Rodrigues;
- *A Emigração no Concelho da Maia (1948-1974)* – tese de doutoramento de Celeste Castro;
- *O contributo do emigrante do Nordeste Trasmontano nas relações Portugal-Brasil* – tese de doutoramento de Conceição Salgado;
- *A Emigração Portuguesa para o Brasil através dos livros de registo de passaportes do Governo Civil do Porto (1880-1910)* – tese de doutoramento de Maria José Ferraria;
- *A Emigração do Norte de Portugal para o Brasil (1855-1876). Práticas e discurso político* – tese de doutoramento de Paula Barros;

Introdução

- *A Emigração do Norte de Portugal para o Brasil (1834-1851)* – tese de doutoramento de Paulo Amorim;
- *A emigração do Norte de Portugal para o Brasil. Da implantação da República ao final da I Guerra Mundial (1910-1918)* – tese de doutoramento de Ricardo Rocha;
- *A emigração para o Brasil e o retorno no distrito de Vila Real nos séculos XIX e XX* – projecto de investigação desenvolvido por Isilda Monteiro.

O CEPESSE encontra-se também a desenvolver os primeiros contactos no sentido da construção de uma rede internacional de investigação subordinada ao tema *A Emigração da Europa do Sul para a América do Sul – REMESSAS*, que pretende reunir centros de investigação, instituições e investigadores que têm como objectivo o estudo das migrações internacionais entre as duas regiões. Esta rede será fundamental para aprofundar o diálogo científico entre as partes envolvidas, de forma a ser criado um espaço de trabalho que proporcione o intercâmbio de ideias e, através de novas tecnologias, se melhore e fundamente a investigação numa área temática em que os conteúdos se encontram bastante dispersos, de modo a permitir um melhor conhecimento dos fluxos migratórios transcontinentais entre a Europa Mediterrânica e a América do Sul.

No âmbito dos referidos Projectos têm vindo a ser celebrados vários protocolos de cooperação com instituições de investigação brasileiras, de forma a estabelecer uma dinâmica de investigação e de cooperação entre os dois países. No âmbito desta cooperação, realizaram-se, desde 2005, seminários anuais, nos quais investigadores portugueses, brasileiros e espanhóis têm participado, partilhando experiências e conhecimentos, debatendo as conclusões que resultam dos seus trabalhos de investigação. Assim, foram realizados os seguintes seminários e publicados os trabalhos que com eles estão relacionados.

Seminários Internacionais

- *A Emigração Portuguesa para o Brasil*, em parceria com a FAPERJ, no Rio de Janeiro, em Novembro de 2005;
- *A Emigração Portuguesa para o Brasil*, no Porto, em parceria com a Universidade do Porto e a Universidade Lusíada do Porto, em Julho de 2006;
- *E/Imigração Portuguesa*, em parceria com as Universidades Católicas de São Paulo e de Santos, em São Paulo e Santos, no mês de Setembro de 2007;
- *Nas Duas Margens: Portugueses no Brasil*, no Porto, em parceria com a Universidade do Porto, a Universidade Lusíada do Porto e a Fundação Dr. António Cupertino de Miranda, em Julho de 2008;

- *Entre Mares. O Brasil dos Portugueses*, em parceria com a Universidade Federal do Pará, em Belém, no mês de Setembro de 2009;
- *Um Passaporte para a Terra Prometida*, em parceria com a Universidade dos Açores, em Angra do Heroísmo, no mês de Julho de 2010.

Publicações

- *Portugueses no Brasil: Migrantes em Dois Atos*, Rio de Janeiro, 2006;
- *A Emigração Portuguesa para o Brasil*, Porto, 2007;
- *Deslocamentos & Histórias: os Portugueses*, São Paulo, 2008;
- *Os Novos Descobridores*, Porto, 2008;
- *Nas Duas Margens: Os Portugueses no Brasil*, Porto, 2009;
- *Entre Mares. O Brasil dos Portugueses*, Belém, 2010.

Paralelamente, o CEPESSE lançou uma colecção intitulada *Os Portugueses no Mundo*, tendo-se já publicado no âmbito da temática referida três obras:

- *A Emigração Portuguesa para o Brasil e as Origens da Agência Abreu (1840)*, Porto, 2009, trabalho coordenado por Fernando de Sousa;
- *Laços de Sangue, Privilégios e Intolerância à Imigração Portuguesa no Brasil*, Porto, 2010, de José Sacchetta Mendes;
- *As Relações Portugal-Brasil no Século XX*, Porto, 2010, publicação coordenada por Fernando de Sousa, Paula Santos e Paulo Amorim.

Como já dissemos, a sexta edição dos Seminários realizados, intitulado *Um Passaporte para a Terra Prometida*, decorreu na Universidade dos Açores, no campus de Angra do Heroísmo, e teve como temas principais a legislação e o discurso político ligados à emigração, a emigração portuguesa para o Brasil, quer do Continente, quer dos Açores, e a análise comparativa entre a emigração portuguesa e italiana para aquele destino. A riqueza e a diversidade das comunicações apresentadas neste Seminário Internacional foram notáveis, desde logo, pelo contributo rigoroso e multidisciplinar de investigadores brasileiros, italianos, espanhóis e portugueses. É, sem dúvida, do cruzamento de todos estes saberes – do lado de cá e do lado de lá do Atlântico – que melhor se pode aprofundar o estudo dos movimentos e das deslocações populacionais e estabelecer análises comparativas, esclarecendo números e levantando problemas que obrigarão, num futuro próximo, a novas pesquisas.

É este o trabalho incessante do historiador e é sempre neste *devoir* que se constrói o conhecimento, sempre inacabado e sempre renovado, o que permite restringir, paulatinamente, o território do desconhecido. A diversidade das fontes que serviram de base à investigação realizada – registos de passaportes, relatórios e discussões parlamentares, a imprensa, boletins de emigração, estatísticas oficiais, documentação

policial ou sanitária, iconografia, legislação – vista, como dissemos, numa perspectiva comparada, certifica a qualidade dos textos agora publicados, os quais foram submetidos a arbitragem científica.

Susana Serpa Silva caracteriza a emigração feita a partir do distrito de Angra do Heroísmo, Açores, na segunda metade do século XIX e inícios do século XX.

O fenómeno emigratório oitocentista, que tanto nos Açores, como no Continente, atingiu índices muito elevados e foi objecto de discussão parlamentar, é tratado por Carlos Cordeiro.

Fernanda Paula Maia também aborda esta temática, procurando demonstrar a importância dos deputados açorianos para a construção do discurso político sobre a corrente emigratória para o Brasil.

São ainda os debates parlamentares sobre a problemática da emigração portuguesa que sustentam as intervenções de Diogo Ferreira e Paula Barros, o primeiro no período após a Primeira Guerra Mundial, a segunda tratando do discurso político quanto a este tema no terceiro quartel do século XIX.

Da mesma forma, os Inquéritos Parlamentares – trazidos à colação por Conceição Salgado – nomeadamente o de 1885, traduzem a preocupação da elite política em escrutinar as causas da emigração, o perfil dos emigrantes, os meios de viagem e transporte ou os processos de retorno.

O sonho do retorno bem sucedido tornou-se, no Portugal de Oitocentos, indissociável da ímpar figura do “brasileiro”, que Eça de Queirós e outros escritores magistralmente caracterizaram. Materializaram os seus proventos em luxuosos palacetes, como a Castrália, que muito marcaram o nosso património construído até aos dias de hoje, conforme nos mostra o texto de Alda Neto.

O papel do Estado, as suas concessões ou restrições quanto à emigração foi um dos temas deste Seminário, objecto de vários trabalhos em torno da legislação e das políticas sobre emigração.

Questões relevantes na abordagem e compreensão da emigração, isto é, no domínio das práticas burocráticas e do âmbito da cidadania, são destacadas por Isilda Monteiro, quanto aos passaportes, e Adelina Piloto, no tocante às naturalizações.

Miriam Halpern Pereira realça o elevado número de emigrantes portugueses no início do século XX, que terá motivado grande preocupação da classe política, geradora da lei de 10 de Maio de 1919 – autêntico Código de Emigração.

Esther Quinteiro debruça-se sobre a legislação migratória portuguesa à luz do direito e da liberdade de movimentos e, portanto, também, do direito internacional dos tempos modernos.

Celeste Castro centra a sua análise na institucionalização e funções da Junta da Emigração, criada em 1947, e no Secretariado Nacional da Emigração que substituiria

aquela Junta em 1970, destacando as circulares emanadas por estes organismos acerca desta temática.

Já no caso brasileiro, Lená Menezes, focando os inícios do século XX, trata das políticas da imigração com base em documentação da polícia do Rio de Janeiro.

Marcos Carvalho analisa a legislação de incentivo à imigração, promulgada no Estado do Pará, nos finais do século XIX.

Na mesma linha de interpretação, Nazaré Sarges, salientando as consequências da crise da borracha nos territórios paraenses na década de 1910 e 1920, refere que não só se assistiu a uma convergência entre o Pará e a Amazônia na luta pela defesa dos seus interesses, como evidencia a necessidade de mão-de-obra para a agricultura, que levou, por consequência, à chamada de colonos ou imigrantes.

No âmbito da análise da legislação, Paulo Gonçalves opta por uma análise comparada sobre a política de emigração em Portugal e na Itália, entre 1870 e 1910.

Ainda neste domínio, a legislação italiana sobre emigração é tema da intervenção de Mattia Vitiello, a qual se centra nas políticas de migração adoptadas pela Itália na chamada época da grande emigração europeia.

A comprovar a importância das contextualizações na abordagem e estudo da emigração, Paula Santos trata das relações Portugal-Brasil e do seu enquadramento político-diplomático durante a primeira metade do século XX.

No domínio das análises quantitativas destaca-se a comunicação de Ricardo Rocha sobre a emigração do Porto para o Brasil durante o tempo da Grande Guerra, época menos propensa a movimentações populacionais.

Por seu turno, e no tocante a tempos mais recentes, Sênia Bastos que trabalhou uma base de dados de 100 000 emigrantes entrados em São Paulo entre 1947 e 1974, não só salienta o destaque dos italianos em detrimento dos portugueses, como também o facto de estes, enquanto mão-de-obra qualificada, só surgirem, nesta cidade, a partir dos anos de 1970.

Ainda neste domínio de análise, Erica Sarmiento apresenta um estudo sobre o município galego de Pontevedra, de meados de Oitocentos a meados de Novecentos, levando-nos a concluir que este gerou também fluxos emigratórios para o Brasil, ao contrário de outras regiões galegas que preferiram a América de língua espanhola.

Enquanto Corrado Bonifazi analisa um longo período (quase um século) da emigração italiana para o Brasil, Fernando de Sousa apresenta idêntico e profundo estudo, relativo à emigração portuguesa para o Brasil, onde se comparam as estatísticas italianas e portuguesas com as brasileiras.

Noutro campo de estudo diferente, ou seja, no âmbito do quotidiano imigrante, Yvone Avelino e Maria Aparecida Pereira revivem, respectivamente, o papel dos padeiros de São Paulo, na primeira metade do século XX ou as lutas diárias pela sobrevivência dos portugueses em Santos, nos finais da centúria oitocentista.

De outros quotidianos, isto é, os das lutas políticas e dos engajamentos ideológicos, fala-nos Alexandre Hecker, realçando a importância da imigração e da comunidade italiana em São Paulo onde, desde finais do século XIX, se viveu uma “italianidade” muito acentuada.

Por sua vez, Maria Suzel Frutuoso destaca a Sociedade Portuguesa de Beneficência de Santos e a ligação entre esta e os imigrantes portugueses radicados naquela cidade.

Já António Alves-Caetano aborda a primeira organização da comunidade portuguesa emigrada no Brasil, o Real Gabinete Português de Leitura, salientando a sua importância para o engrandecimento da cultura lusíada.

A nível da micro-história, Izilda Matos dá-nos a conhecer Maria de Lurdes Cabral ou Maria Prestes Maia, portuguesa nascida em Alenquer, imigrante na cidade de São Paulo e mulher culta e cosmopolita pelas ideias que perfilhou e defendeu e pelos contactos internacionais que desenvolveu, decorrentes do seu compromisso político de esquerda.

Ainda no domínio da biografia e do impacto cultural e social produzidos por emigrantes de excepção na comunidade ou sociedade de acolhimento, Maria Arminda Arruda debate, precisamente, as influências dos imigrantes no importante movimento modernista brasileiro, em geral, e paulista, em particular.

A importância do contributo do imigrante para a dinamização e o enriquecimento da vida cultural das sociedades de acolhimento fica também comprovada pelas pesquisas, com base na tradição oral, de Elis Regina e Dolores Rodriguez, relativamente aos açorianos imigrantes em São Paulo.

Por sua vez, José Sacchetta Mendes fala-nos da transnacionalidade a propósito da imigração portuguesa no Brasil, porque, de facto, esta terra de promessas encerra uma imensa multiculturalidade, apesar da preferência e da maior ligação à imigração portuguesa que gerou o conceito jurídico de luso-brasileiro, revelador da condição especial do lusitano no Brasil.

Numa perspectiva mais teórico-metodológica, José Jobson Arruda traz à reflexão os horizontes e as expectativas propiciadas pela historiografia migracional, no domínio mais vasto da macro-história, da globalização e da interdependência entre passado, presente e futuro.

Uma última palavra para manifestarmos o nosso agradecimento à Universidade dos Açores, pelo acolhimento e pelas excelentes condições que nos proporcionou para a realização deste evento. Agradecemos também às instituições que patrocinaram e apoiaram este Seminário: FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia; Programa Operacional Ciência e Inovação 2010; Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional; Governo Regional dos Açores; Direcção Regional da Ciência, Tecnologia

Introdução

e Comunicações; Representante da República para a Região Autónoma dos Açores; FAPERJ – Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro; Direcção Regional das Comunidades; Direcção Regional do Turismo – Açores; Direcção Regional da Cultura – Açores; Câmara Municipal de Angra do Heroísmo; Câmara Municipal da Praia da Vitória; Museu de Angra do Heroísmo; Universidade do Porto; Fundação Eng.º António de Almeida; ISLA – Instituto Superior de Línguas e Administração; Universidade Lusíada; Instituto Superior Miguel Torga; ISVOUGA – Instituto Superior de Entre Douro e Vouga; Grupo CESPU; Câmara Municipal do Porto; Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia; Câmara Municipal de Bragança; Agência Abreu; BES – Banco Espírito Santo; Carnady – Comércio Internacional, Lda; Cordeiros Galeria; Douro Azul; ESCOM; Mota-Engil; Real Companhia Velha; Vicaima.

Finalmente, uma palavra de reconhecimento aos investigadores do CEPESSE que colaboram no Projecto *A Emigração de Portugal para o Brasil. Dinâmicas Demográficas e Discurso Político*, e a todos os pesquisadores que facultaram ao CEPESSE os textos que agora se publicam e que vão dar um contributo importante para o estado da arte da emigração portuguesa para o Brasil.

FOREWORD

International Seminar
A Passport for the Promised Land
(Angra do Heroísmo, 19-23 July 2010)

Portugal and Brazil have maintained, over the centuries, a unique historical relationship, strengthened in the 19th and 20th centuries by the great migrations of Portuguese bound for that country in South America. In order to study and deepen this phenomenon and to make a significant and definitive contribution for its knowledge, CEPESE – Research Centre for the Study of Population, Economics and Society – has developed, from 2005 onwards, the Project *Emigration from northern Portugal to Brazil*, which involved a large research team coordinated by myself. Approved and funded by the Foundation for Science and Technology (FCT), this project, whose first phase ended in June 2008, was evaluated by an International Review Committee, obtaining the rating "Excellent".

Taking as starting point our exhaustive knowledge of the typology and the potential of historical sources for the study of emigration existing in the Brazilian and Portuguese archives, this project had as its central objective the gathering and systematization of information on emigrants who left the North of Portugal to Brazil. The surveyed information, mainly from passport registration books belonging to regional governments (1835-1960), focused on the northern districts of Viana do Castelo, Braga, Porto, Aveiro, Vila Real, Viseu and Bragança. By achieving the individual identification of legal immigrants who left for Brazil during the 19th and 20th centuries, it became possible to know more accurately the volume of the Northern Portuguese migration to this country and the profile of the Portuguese emigrant.

In July 2010, CEPESE submitted to FCT a new research project entitled *Emigration from Portugal to Brazil. Demographic Dynamics and Political Discourse*, which has given continuity to the previous one, widening its objectives. Thus, the aim now is to include in the database the individual records of Portuguese emigrants in Brazil (19th and 20th centuries); to survey the Portuguese and Brazilian legislation on emigration/immigration between 1835 and 1947; to inventory the archives and documentary sources in Portugal and Brazil on the Portuguese emigration to this country; to

continue the studies developed around this theme; and to carry out an exhaustive inventory of sources and bibliography concerning emigration.

In the scope of these two projects developed by CEPES, several research works were already completed, and many others are in progress.

Completed works

- *Emigration from northern Portugal to Brazil (1932-1935)* – master's thesis by Bruno Rodrigues;
- *Emigration from northern Portugal to Brazil during the Second World War (1939-1945)* – master's thesis by Paulo Amorim;
- *Emigration from northern Portugal to Brazil on the eve of World War II (1935-1939)* – master's thesis by Silvia Braga;
- *Emigration from Viana do Castelo to Brazil (1919-1950)* – master's thesis by Susana Oliveira;
- *Emigration from the district of Porto to Brazil. From the end of the First World War to the Great Capitalist Crisis (1918-1931)* – PhD thesis by Diogo Ferreira;
- *The municipality of Vila do Conde and Brazil: emigration and return (1865-1913)* – PhD thesis by Maria Adelina Piloto.

Works in progress

- *Emigration from northern Portugal to Brazil (1876-1879)* – master's thesis by Joana Martins;
- *Emigration from the District of Braga (1935-1947)* – master's thesis by Manuela Machado;
- *Emigration from northern Portugal to Brazil (1852-1876)* – PhD thesis by Bruno Rodrigues;
- *Emigration in the Municipality of Maia (1948-1974)* – PhD thesis by Celeste Castro;
- *The contribution of Northeast Trás-os-Montes' emigrants to the Portugal-Brazil relations* – PhD thesis by Conceição Salgado;
- *Portuguese Emigration to Brazil through passports registration books of the Regional Government of Porto (1880-1910)* – PhD thesis by Maria José Ferraria;
- *Emigration from northern Portugal to Brazil (1855-1876). Practices and political discourse* – PhD thesis by Paula Barros;
- *Emigration from northern Portugal to Brazil (1834-1851)* – PhD thesis by Paulo Amorim;

- *Emigration from northern Portugal to Brazil. From the establishment of the Republic to the end of World War I (1910-1918)* – PhD thesis by Ricardo Rocha;
- *Emigration to Brazil and return in the district of Vila Real in the 19th and 20th centuries* – research project developed by Isilda Monteiro.

CEPESE is also developing the first contacts in order to build an international research network on the subject of *Emigration from Southern Europe to South America* – *REMESSAS*, which aims to bring together research centers, institutions and researchers that study international migrations between both regions. This network will be essential to deepen the scientific dialogue between the concerned parties, in order to create a workspace that allows the exchange of ideas and, by means of the new technologies, to improve and fundament research on a subject whose contents are too dispersed, in order to promote a better understanding of the transcontinental migration flows between Mediterranean Europe and South America.

In the context of these projects, several cooperation agreements were signed with research institutions in Brazil, in order to establish a research and cooperation dynamic between the two countries. In the extent of this cooperation, in 2005 we began to carry out annual seminars, in which Portuguese, Brazilian and Spanish researchers have been participating, sharing their knowledge and experiences and discussing the results from their research. Thus, the following seminars have been organized, always followed by the publication of the respective proceedings.

International Seminars

- *A Emigração Portuguesa para o Brasil (Portuguese Emigration to Brazil)*, in partnership with FAPERJ, Rio de Janeiro, November 2005;
- *A Emigração Portuguesa para o Brasil (Portuguese Emigration to Brazil)*, in partnership with the University of Porto and University Lusíada of Porto, Porto, July 2006;
- *E/Imigração Portuguesa (Portuguese E/Immigration)*, in partnership with the Catholic Universities of São Paulo and Santos, São Paulo and Santos, September 2007;
- *Nas Duas Margens: Portugueses no Brasil (On Both Margins: Portuguese in Brazil)*, in partnership with the University of Porto, University Lusíada of Porto and Foundation Dr. António Cupertino de Miranda, Porto, July 2008;
- *Entre Mares. O Brasil dos Portugueses (Between Seas. The Brazil of the Portuguese)*, in partnership with the Federal University of Pará, Belém, September 2009;

- *Um Passaporte para a Terra Prometida (A Passport for the Promised Land)*, in partnership with the University of the Azores, Angra do Heroísmo, July 2010.

Publications

- *Portugueses no Brasil: Migrantes em Dois Atos (The Portuguese in Brazil: Migrants in Two Acts)*, Rio de Janeiro, 2006;
- *A Emigração Portuguesa para o Brasil (Portuguese Emigration to Brazil)*, Porto, 2007;
- *Deslocamentos & Histórias: os Portugueses (Displacements and Histories: the Portuguese)*, São Paulo, 2008;
- *Os Novos Descobridores (The New Discoverers)*, Porto, 2008;
- *Nas Duas Margens: Os Portugueses no Brasil (On Both Margins: Portuguese in Brazil)*, Porto, 2009;
- *Entre Mares. O Brasil dos Portugueses (Between Seas. The Brazil of the Portuguese)*, Belém, 2010.

Simultaneously, CEPESE released a collection entitled *Portugueses no Mundo (Portuguese in the World)*, with three of the published issues referring to the Portuguese emigration to Brazil:

- *A Emigração Portuguesa para o Brasil e as Origens da Agência Abreu – 1840 (Portuguese Emigration to Brazil and the Origins of Agência Abreu – 1840)*, Porto, 2009, coordinated by Fernando de Sousa;
- *Laços de Sangue, Privilégios e Intolerância à Imigração Portuguesa no Brasil (Blood Ties, Privileges and Intolerance towards Portuguese Immigration in Brazil)*, Porto, 2010, by José Sacchetta Mendes;
- *As Relações Portugal-Brasil no Século XX (Portugal-Brazil Relations in the 20th Century)*, Porto, 2010, coordinated by Fernando de Sousa, Paula Santos and Paulo Amorim.

As mentioned earlier, the sixth edition of this set of seminars, under the title *A Passport to the Promised Land*, was held at the University of the Azores, on the campus of Angra do Heroísmo, and had as main themes the political discourse and legislation related to immigration, the Portuguese emigration to Brazil, both from the mainland and the Azores, and the comparative analysis between the Portuguese and the Italian migration to that destination. The quality and diversity of papers presented in this International Seminar was remarkable, beginning with the rigorous and multidisciplinary contribution from Brazilian, Italian, Spanish and Portuguese researchers. The intersection of all this knowledge – from both sides of the Atlantic – is undoubt-

edly the best way to deepen the study of population movements and to establish comparative analyses, enlightening numbers and raising issues that will require, in the near future, further researches.

This is the unceasing work of the historian and it is always through this transformation movement that knowledge is constructed, permanently incomplete and renewed, which allows to gradually restrict the territory of the unknown. The diversity of sources that provided the basis for investigation – passport records, parliamentary reports and discussions, the press, immigration newsletters, official statistics, police and health-department documents, iconography, legislation – seen, as we have mentioned, in a comparative perspective, certifies the quality of the texts presented in the book, all of them submitted to referees.

Susana Silva Serpa characterizes the emigration from the district of Angra do Heroísmo (Azores) in the second half of the 19th century and early 20th century.

The 19th century emigration phenomenon, that in the Azores, as in the mainland, reached very high levels and was the subject of parliamentary discussion, is studied by Carlos Cordeiro.

Fernanda Paula Maia also addresses this issue, seeking to demonstrate the importance of Azorean representatives for the construction of the political discourse about the emigration flow towards Brazil.

The parliamentary debates on the issue of Portuguese emigration to Brazil are also the base for the interventions of Diogo Ferreira and Paula Barros, the first one in the period after the First World War, the late dealing with the political discourse on this subject in the third quarter of the 19th century.

Likewise, parliamentary inquiries – analysed by Conceição Salgado – namely the one of 1885, reflect the concern of the political elite to scrutinize the causes of emigration, the profile of the emigrants, the means of transportation and the process of returning.

The dream of a successful return became, in the Portuguese 19th, century inseparable from the unique figure of the "Brazilian," which Eça de Queirós and other writers masterfully characterized, materializing their profits in Brazil by means of luxurious palaces, as Castrália, that marked our built heritage, as Alda Neto explains in her work.

The role of the State, its concessions or restrictions on emigration was one of the themes of this Seminar, the subject of several studies about legislation and emigration policies.

Relevant issues in the approach and understanding of emigration, that is, in the field of bureaucratic practices and the extent of citizenship, are highlighted by Isilda Monteiro, as for passports, and Adelina Piloto, with regard to naturalization.

Miriam Halpern Pereira highlights the vast number of Portuguese emigrants in the early 20th century, which motivated a great concern by the political class, leading to the law of May 10, 1919 – an authentic Emigration Code.

Esther Quintero focuses on Portuguese emigration legislation in the light of law, freedom of movement and also of international law in modern times.

Celeste Castro analyses the institutionalization and functions of the Board of Emigration, established in 1947, and the National Secretariat for Emigration that replaced the mentioned Board in 1970, highlighting the circulars issued by both organizations on this issue.

In the Brazilian case, Lená Menezes, focusing on the beginning of the 20th century, deals with immigration policies, based on documentation from the police of Rio de Janeiro.

Marcos Carvalho analyzes the legislation to encourage immigration enacted in the State of Pará in the late 19th century.

In the same line of thought, Nazaré Sarges, highlighting the consequences of the rubber crisis in Pará's territories in the 1910s and 1920s, refers the convergence between Amazon and Pará in defending their interests, and the need for labour force for agriculture, leading therefore to the call for settlers or immigrants.

In the scope of the analysis of legislation, Paulo Gonçalves opts for a comparative analysis of the politics of emigration in Portugal and Italy, between 1870 and 1910.

Also in this field, the Italian legislation on emigration is the subject of the intervention by Mattia Vitiello, which focuses on emigration policies adopted by Italy in the so-called great European emigration period.

To prove the importance of contextualization in the approach and study of emigration, Paula Santos deals with the relationships between Portugal and Brazil and its political and diplomatic framework during the first half of the 20th century.

In the field of quantitative analysis, the work of Ricardo Rocha focuses the emigration from Portugal to Brazil during the First World War, a period less prone to population movements.

In turn, and regarding a more recent period, Sênia Bastos worked in a database of 100 000 immigrants entering São Paulo between 1947 and 1974, highlighting the prominence of Italians at the expense of the Portuguese, as well as the fact that the late only arose in this city as skilled workers from 1970 onwards.

Also in this area of analysis, Erica Sarmiento presents a study on the Galician town of Pontevedra, from mid-19th century to mid-20th century, leading us to conclude that this municipality also originated emigration flows to Brazil, unlike other regions of Galicia who preferred the Spanish-speaking America.

While Corrado Bonifazi analyzes a long period (almost a century) of the Italian emigration to Brazil, Fernando de Sousa has an identical in-depth study on the

Portuguese emigration to Brazil, comparing Italian and Portuguese statistics with the Brazilian ones.

In a different field of study, the immigrant daily life, Yvonne Avelino and Maria Aparecida Pereira recover, respectively, the role of São Paulo bakers in the first half of the 20th century and the daily fights for survival of the Portuguese in Santos in the late 19th century.

Alexandre Hecker tells us about the political struggles and ideological engagements, highlighting the importance of immigration and the Italian community in São Paulo where, since the late 19th century, a very intense "Italianism" was experienced.

In turn, Maria Suzel Frutuoso highlights the Portuguese Charity Society of Santos and the connection between this institution and the Portuguese immigrants settled in that city.

António Alves-Caetano covers the first organization of the Portuguese immigrant community in Brazil, the Portuguese Royal Reading Cabinet, highlighting its importance for the enhancement of the Portuguese culture.

In the field of micro-history, Izilda Matos presents Maria de Lurdes Cabral or Maria Prestes Maia, a Portuguese born in Alenquer, immigrant in the city of São Paulo, a cosmopolitan and cultured woman by the ideas she shared and defended and by the international contacts she developed as a result of her political leftist commitment.

Also in the field of biographies and social and cultural impact produced by notorious emigrants in their host community or society, Maria Arminda Arruda debates the influence of immigrants in the important Brazilian modernist movement in general, and in São Paulo in particular.

The importance of the immigrant contribution to the promotion and enrichment of cultural life of host societies is also proven by the researches, based on oral tradition, of Elis Regina and Dolores Rodriguez, about Azorean immigrants in São Paulo.

José Sacchetta Mendes writes about transnationality and its relation with the Portuguese immigration in Brazil, because, in fact, this promised land comprehends an immense multiculturalism, despite the preference and the greater connection to Portuguese immigration that generated the legal concept of Portuguese-Brazilian, revealing the special status of the Portuguese in Brazil.

In a more theoretical and methodological perspective, José Jobson Arruda reflects on the horizons and expectations offered by immigration historiography, in the wider field of macro-history, globalization and interdependence between past, present and future.

One last word to express our gratitude to the University of the Azores, for the welcoming and the excellent conditions provided for this event. We would also like to thank the institutions that sponsored and supported this seminar: FCT – Foundation for

Foreword

Science and Technology; Operational Programme Ciência e Inovação 2010; European Regional Development Fund; Azorean Regional Government; Regional Office for Science, Technology and Communications; Representative of the Republic for the Autonomous Region of the Azores; FAPERJ – Foundation Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro; Regional Office for the Communities; Tourism Regional Office – Azores; Culture Regional Office – Azores; Angra do Heroísmo Municipal Government; Praia da Vitória Municipal Government; Museum of Angra do Heroísmo; University of Porto; Foundation Eng.º António de Almeida; ISLA – Instituto Superior de Línguas e Administração; University Lusíada; Instituto Superior Miguel Torga; ISVOUGA – Instituto Superior de Entre Douro e Vouga; Group CESPU; Porto Municipal Government; Vila Nova de Gaia Municipal Government; Bragança Municipal Government; Agência Abreu; BES – Banco Espírito Santo; Carnady – Comércio Internacional, Lda; Cordeiros Galeria; Douro Azul; ESCOM; Mota-Engil; Real Companhia Velha; and Vicaima.

Finally, a word of recognition to CEPESSE's researchers who collaborate in the Project *Emigration from Portugal to Brazil. Demographic Dynamics and Political Discourse*, and to all the researchers who provided CEPESSE with the works now published, which constitute an important contribution to the state of the art of the Portuguese emigration to Brazil.

IMIGRAÇÃO NO BRASIL: DISCURSOS EM DISPUTA E PRÁTICAS SELETIVAS

Lená Medeiros de Menezes

Introdução

Bem sabemos que os deslocamentos humanos são tão antigos como a história da humanidade, mas defendemos a idéia de que a imigração é fenômeno da modernidade, implicando, inevitavelmente, a transposição de fronteiras nacionais. Nesse sentido, consideramos que a história da imigração no Brasil teve início com a transferência da Corte portuguesa, consolidou-se com o término do tráfico de escravos, intensificou-se na década de 1870 e adquiriu o sentido de movimento massivo ao aproximar-se a virada do século. Para essa expansão concorreu a necessidade da mão-de-obra no campo, acoplada a discursos e propostas de modernização do país, baseados na atração da mão-de-obra européia, considerada capaz de promover o progresso e a civilização¹.

Imigração – discurso político e evolução legislativa

No caso específico da imigração portuguesa, não pode ser esquecida a necessidade do estabelecimento de distinções temporais entre colonização e imigração, a partir da idéia de que a transformação do colono português em imigrante constituiu-se em ato fundante do Estado brasileiro. Mesmo transformado em imigrante, porém, o português manteve-se como estrangeiro “conhecido”, conforme tipologia proposta por Durossele, baseada em dimensões variadas de estranhamento cultural². Essa situação acabaria por lhe garantir diferenças de tratamento quando da imposição das cotas de entrada, no pós-1930.

¹ Não consideramos, aqui, a chegada dos colonizadores portugueses nem os fluxos de escravos negros deslocados para o Brasil.

² Segundo o autor, existiriam estrangeiros “conhecidos” e “desconhecidos”, conforme os estranhamentos colocados em presença. Ver DUROSELLE, 2000: 50.

Em “ondas”, os fluxos imigratórios que atingiram o Brasil na segunda metade do século XIX, inseriram o país na dinâmica transnacional de deslocamentos que caracterizou a expansão do capitalismo e a projeção da Europa no mundo. Os cálculos até aqui efetuados indicam que cerca de 34 milhões de pessoas deixaram o continente europeu em direção aos demais continentes, entre 1870 e 1914. No caso da emigração portuguesa, Joel Serrão nos aponta o total de 1 162 229 partidas legais para o mesmo período. Nestas, mais de 70% tinham o Brasil como sonhado local de chegada³. Segundo o mesmo autor, o Brasil recebeu “imigrantes provindos de todos os portos emigratórios portugueses”, com percentuais de partida que se mantiveram sempre elevados: 86% (1855-1865); 93% (1891-1900); 92,8% (1901-1911); 77,8% (1912-1920); 66,9% (1921-1930); 73,7% (1931-1935); 79,3% (1941-1950)⁴.

Considerando-se os números existentes no Brasil, entretanto, é muito difícil precisar quantos imigrantes, efetivamente, entraram no país ao longo de Oitocentos e Novecentos. Não só porque há lacunas documentais, com séries nominais e quantitativas incompletas, quanto por conta da existência de variações nos procedimentos de registro e, até mesmo, da inexistência deles, como é o caso das entradas efetuadas por outros portos que não o Rio de Janeiro ou Santos. Isto sem falarmos no peso da imigração clandestina, uma das “portas fechadas” que o historiador jamais abrirá completamente, para usarmos imagem de Girardet⁵.

No tocante a esta última questão, ou seja, a entrada no Brasil por portos situados no norte, nordeste ou sul do país, existem registros de que estes ingressos, efetivamente, ocorriam, como demonstram referências aos portos de Belém, Recife, São Salvador, Vitória, Paranaguá, São Francisco, Florianópolis e Rio Grande⁶. Nem sempre, por razões variadas, essas entradas, porém, eram contabilizadas pelo poder central, conforme nos demonstram alertas feitos por vários ministros em seus relatórios anuais.

Servem de exemplificação desses alertas as palavras do ministro Rodrigo Augusto da Silva em relatório relativo ao ano de 1888. Após apresentar os números relativos às entradas de estrangeiros pelos portos do Rio de Janeiro, Santos e Vitória, o ministro, explicitamente, declarava desconhecer os dados relativos à entrada de imigrantes por outros pontos da costa brasileira, afirmando que, nos números consolidados no relatório, não estavam incluídos

³ SERRÃO, 1977: 30-31, 43.

⁴ SERRÃO, 1977: 43.

⁵ GIRARDET, 1987.

⁶ A partir de 1925, somente os portos de Belém, Recife, Salvador, Vitória, Rio de Janeiro, Santos, Paranaguá, São Francisco e Rio Grande podiam receber imigrantes vindos do exterior.

“(...) os que, também procedentes diretamente do exterior, devem ter chegado aos portos do Recife, Pará e outros, para onde costuma dirigir-se uma corrente de imigrantes portugueses”⁷.

Com a transferência da responsabilidade da imigração para os estados, em 1900, a situação tornou-se, ainda, mais complexa, pois, segundo o ministro Alfredo Eugênio de Almeida Maia:

“A solicitação feita aos Governos Estaduais para a remessa dos boletins demonstrativos do número de imigrantes entrados e saídos, com as necessárias especificações, somente por alguns tem sido atendidas, de sorte que se torna bem sensível a lacuna dos elementos indispensáveis à estatística geral da imigração em todo o território da República”⁸.

No tocante à responsabilidade sobre as estatísticas de imigração, por outro lado, esta variou consideravelmente no tempo. Dessa forma torna-se impossível responder, com precisão, à pergunta: Quantos imigrantes entraram no Brasil?

Dificuldades como essa nos levaram a optar por apresentar, neste texto, à guisa de ilustração do impacto da imigração no Brasil e do movimento temporal descrito pelos fluxos deslocados, as consolidações feitas pelos ministérios da *Agricultura, Commercio e Obras Públicas* (1881-1893) e *Indústria, Viação e Obras Públicas* (1893-1899), no intuito de dar visibilidade ao movimento temporal descrito pelos fluxos migratórios deslocados para o Brasil.

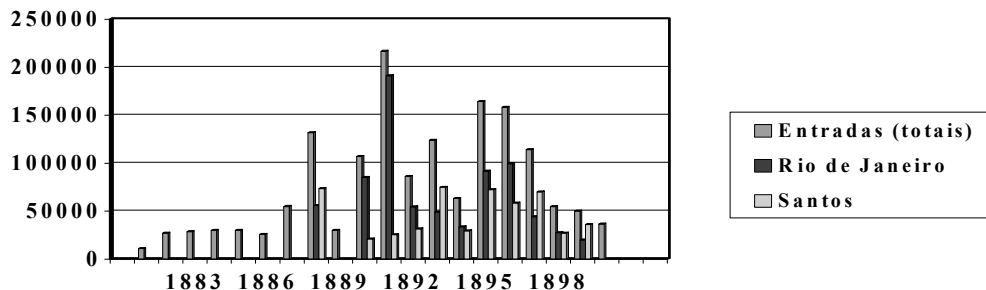
A escolha do ano de 1899 como limite final de análise explica-se pela responsabilidade sobre a imigração ter passado para os estados em 1900, restando à União apenas o controle nas entradas e a distribuição de imigrantes chegados, espontaneamente, como passageiros de 2.^a e 3.^a classes, ao Rio de Janeiro.

Para o período destacado – 1881-1899 – há um registro consolidado de 1 545 243 entradas pelos portos do Rio de Janeiro e Santos, registrando-se o maior pico de entradas no ano de 1891, quando a cifra anual elevou-se a 216 659 indivíduos. Esse crescimento, em uma análise mais global, guardava relação direta com dois acontecimentos cruciais na história do Brasil: a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República. A estes acrescentava-se o efeito do *boom* da imigração italiana, cujos quantitativos, relativos ao porto do Rio de Janeiro, chegaram a suplantarem os da imigração portuguesa, marcando, decisivamente, o início da chamada Grande Imigração para o país.

⁷ BRASIL. Relatório do MACOP de 1888: 154. Observe-se que, em 1907, essa situação não mudara, visto, com relação aos outros portos, não ter sido possível “obter os necessários dados, apesar de insistentes pedidos da Directoria do Povoamento”. BRASIL. Relatório do MIVOP de 1907: 121, apresentado pelo ministro Miguel Calmon du Pin e Almeida. Disponível na internet em: <www.brazil.crl.edu/bsd/bsd>. Todos os documentos de época tiveram sua ortografia atualizada. Grifos nossos.

⁸ BRASIL. Relatório do MIVOP, 1900:60, apresentado pelo ministro Alfredo Eugênio de Almeida Maia. Disponível na internet em: <BGDDP/www.brazil.crl.edu/bsd/bsd>.

Gráfico n.º 1
Entrada de imigrantes no Brasil – portos do Rio de Janeiro e Santos (1878-1898)⁹



Três aspectos principais podem ser analisados a partir do gráfico acima. Em primeiro lugar, a importância do porto do Rio de Janeiro como local de entrada e *locus* privilegiado de distribuição de imigrantes no país, com a projeção do porto de Santos, para entradas com destino a São Paulo, a partir, principalmente, da virada dos 1890¹⁰. Em segundo lugar, a visibilidade da chamada Grande Imigração no contexto da imigração de massa, processo que conheceu movimentos de ascensão e retração relativas, explicados tanto por motivações internas quanto externas. As retrações ocorridas, entretanto, tenderam sempre a possibilitar novos períodos de ascensão, com determinadas nacionalidades, caracterizando novos movimentos massivos na virada dos 1900, caso de italianos e japoneses. É possível perceber, por exemplo, que a partir da década de 1880 os quantitativos de entrada chegaram, em alguns anos, a triplicar ou quadruplicar, com picos expressivos em 1888 (ano da abolição da escravidão), 1891 (*boom* da imigração italiana)¹¹, 1893 e 1895.

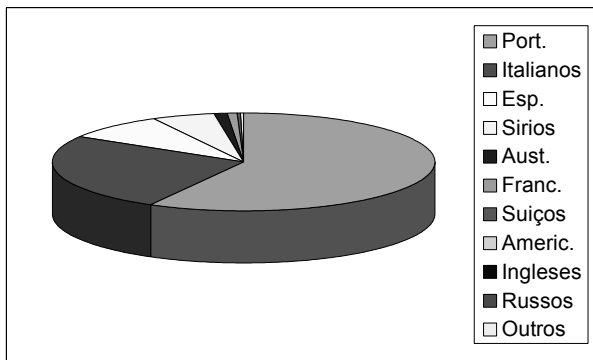
Nos totais registrados, os portugueses alcançavam sempre percentuais elevados, representando nunca menos de 20 a 25% do número total de imigrantes que anualmente entravam no país. Quando se analisa a distribuição por nacionalidades pelos diferentes estados da Federação, por outro lado, é possível, observar a preferência demonstrada, no caso português, pela fixação nas cidades, com projeção extraordinária da capital, onde eles chegaram a atingir percentuais que ultrapassaram os 50%.

⁹ Gráfico montado com base nos números consolidados pelos relatórios do MACOP, 1878-1907 e do MIVOP, 1908-1898. Disponível na internet em: <BGDDP/www.brazil.crl.edu/bsd/bsd>.

¹⁰ Essa demonstração tem relação direta com os números relativos à expulsão.

¹¹ Nesse ano, entraram pelo porto do Rio de Janeiro e Santos 132 296 italianos, contra apenas 32 549 portugueses e 22 166 espanhóis.

Gráfico n.º 2
Distribuição das nacionalidades que optaram pela capital brasileira como destino (1895)¹²



O impacto da presença portuguesa no cotidiano da capital explica porque o imigrante português tornou-se alvo privilegiado da expulsão na Capital Federal, em quase todos os delitos contemplados pela lei, sendo majoritários nos processados por vadiagem, furto e roubo e, ainda, no conjunto dos processados por ações anarquistas. Em última instância, porque estavam mais sujeitos às oscilações do mercado e às dificuldades de trabalho e, portanto, à pobreza em terras brasileiras, problemas relacionados diretamente à vadiagem e aos crimes contra a propriedade, onde eles estavam presentes majoritariamente, não porque, necessariamente, tivessem migrado contraventores ou criminosos¹³.

No caso específico do anarquismo, essa participação contrária, inclusive, teses consagradas acerca da passividade dos portugueses frente às adversidades que os afetavam em terras brasileiras. No caso do Rio de Janeiro, é possível afirmar, inclusive, que a base operária do movimento estava constituída por portugueses, presentes com destaque em sindicatos ligados às padarias e à construção civil, justamente aqueles nos quais o uso da violência como estratégia de luta mais se desenvolveu. Isto sem falarmos em portugueses que tiveram destaque na imprensa, como Neno Vasco, autor de campanha em prol de uma ortografia simplificada.

O ano de 1895 é ilustrativo desses impactos. Nesse ano, há um registro de entradas na ordem de 91 773 indivíduos que entraram no Brasil pelo porto do Rio de Janeiro. Nesse total, 48 814 eram italianos e 24 111 portugueses. Quando analisamos,

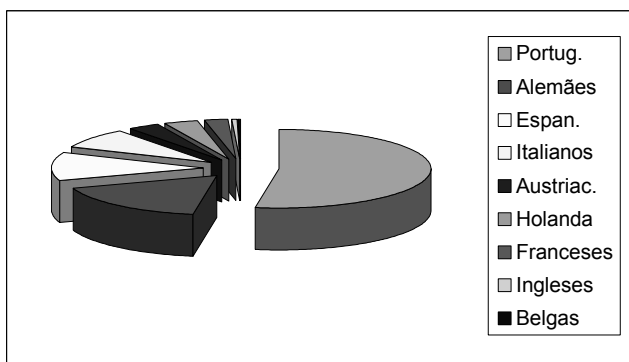
¹² O ano de 1895 foi escolhido como exemplo devido aos registros minuciosos do relatório do MIVOP de 1895, apresentado pelo ministro Antonio Olyntho dos Santos Pires, em Maio de 1896. Disponível na internet em: <BGDDP/www.brazil.crl.edu/bsd/bsd>.

¹³ Deve ser observado que, em nenhum momento, as autoridades brasileiras debruçaram-se sobre estes problemas, imputando à própria imigração a responsabilidade pela escalada da contravenção e do crime.

porém, a distribuição dos imigrantes por local de destino, deparamo-nos com uma preferência portuguesa pela capital na ordem de 56,60% (gráfico acima).

A perda, pelos portugueses, da posição majoritária nas entradas pelo porto do Rio de Janeiro, porém, viria a ser revertida a partir da virada do século. Como explicações para essa reversão, contam-se não só o descenso da imigração italiana quanto a transferência da responsabilidade da imigração para os estados e a concentração, no porto de Santos, das entradas de imigrantes destinados a São Paulo, conforme pode ser visualizado no gráfico que se segue, relativo ao ano de 1908, momento no qual a entrada de portugueses alcançou o percentual de 48,14% do total (46 216 imigrantes).

Gráfico n.º 3
Distribuição das nacionalidades que entraram pelo porto do Rio de Janeiro (1908)¹⁴



A presença cada vez maior de estrangeiros nas cidades portuárias – com destaque para a capital e nas cidades que recebiam refluxos de imigrantes oriundos do campo – ocorreu *pari passu* com a explosão das chamadas “doenças das grandes cidades” e, posteriormente, com problemas vinculados ao aquecimento das reivindicações operárias. Essa “explosão de problemas” tendeu a ser explicada como reflexo da ação de imigrantes “desordeiros ou estragados”, chegados no contexto da imigração de massa. Como desdobramento, polarizaram-se os discursos relativos aos benefícios ou malefícios trazidos pela imigração: polarização que pode ser sentida desde o final do Império.

Em um pólo concentravam-se formações discursivas centradas na defesa e incentivo à imigração – basicamente a imigração europeia – entendida como caminho

¹⁴ Gráfico montado com base nos números fornecidos pelo *Relatório do MIVOP* de 1908, apresentado pelo ministro Miguel Calmon du Pin e Almeida. Disponível na internet em: <BGDDP/www.brazil.crl.edu/bsd/bsd>.

necessário para o advento do progresso e a civilização¹⁵. As palavras do Ministro Rodrigo Augusto da Silva, em 1887, oferecem um exemplo explícito dessa concepção:

“cumpre considerar a imigração por aspectos menos restritos ou mais amplos, frisando-a pelo que realmente vale como fator ativo que poderá tornar-se, do povoamento do nosso vastíssimo território, da constituição da pequena propriedade, do desenvolvimento das indústrias de toda a natureza, como agente eficaz, enfim, do progresso social em todas as suas esferas”¹⁶.

Esses discursos traziam as marcas de um tempo que interditava nas mentes a utilização do negro liberto como trabalhador livre, capaz de promover o progresso do país, a partir de enquadramentos que opunham habilidades, características e moralidade entre as “raças”, segundo os parâmetros evolucionistas e racistas que então se consagravam.

Mesmo após a Abolição, a defesa da imigração permanecia relacionada à necessidade do progresso. Segundo o ministro Pedro de Toledo, em relatório encaminhado ao Presidente da República, no ano de 1911, referente ao ano de 1910:

“a imigração e colonização são elementos principais e indispensáveis ao progresso das nações novas, tendo merecido de minha parte excepcionais cuidados, como poderá V. Ex. verificar pela leitura dos capítulos que neste relatório a tal assunto se referem”¹⁷.

É importante destacar que, no contexto da ideologia do progresso, os portugueses não ocupavam lugar de destaque, não estando incluídos, por isso, na representação do imigrante capaz de promover o progresso. Pelo contrário, sobre eles circularam representações que os identificavam com a idéia do atraso desde os tempos coloniais, a partir da idéia da divisão da Europa entre uma Europa ativa (industrializada) e uma Europa passiva (agrícola)¹⁸.

No conjunto daqueles que imigravam, no entanto, independentemente de sua nacionalidade, muitos não eram – ou deixaram de ser – “morigerados”, não se enquadrando no modelo do trabalhador “superior” idealizado pelas elites brasileiras. Essa constatação possibilitou a emergência de um discurso, por vezes agressivo, enunciado, principalmente, pelas autoridades responsáveis pela manutenção da ordem, com destaque para as policiais. Este clamava por soluções destinadas a pôr fim ao crescimento da criminalidade, imputando à imigração as “doenças” e os “males” que afligiam o país, com destaque para as áreas urbanas e, principalmente, para as cidades

¹⁵ Para aprofundamento do tema ver MENEZES, 2007: 396-414.

¹⁶ BRASIL. Relatório do MACOP de 1887. Disponível na internet em: <BGDDP/www.brazil.crl.edu/bsd/bsd>.

¹⁷ Relatório do MAIC de 1911: XXVI. Disponível na internet em: <BGDDP/www.brazil.crl.edu/bsd/bsd>.

¹⁸ Sobre esta questão, ver MENEZES, 2008: 271-280.

portuárias. Nesse contexto, para o Chefe de Polícia da Corte, nos idos de 1870, já era importante

“(…) rememorar não só que a quase totalidade dos crimes contra a pessoa são perpetrados por indivíduos da ínfima classe da sociedade – escravos, estrangeiros, proletários e desordeiros, vulgarmente conhecidos como capoeiras”.

Na defesa de uma solução para o problema, um outro chefe de polícia reportar-se-ia a experiências de sucesso adotadas tanto na França quanto em Portugal:

“os legisladores portugueses e franceses cogitaram, acertadamente, acerca dos estrangeiros proletários e, por isso, aquele, no art. 259, e este, no art. 212, dos respectivos códigos penais, instatuíram que o estrangeiro legalmente declarado vadio e vagabundo seja posto à disposição do governo para fazê-lo sair do território do Estado”.

Com base nesses precedentes, conclamava as autoridades a buscarem soluções para a expansão da vadiagem, segundo ele, uma “das pragas da sociedade” que chegara a terras brasileiras nos bastidores da imigração.

“Urge que alguma medida ordinária ou extraordinária se tome a respeito dos vadios e vagabundos, que são uma das pragas da sociedade e, permita-me dizer, o embrião de crimes contra a segurança individual e de propriedade”¹⁹.

As palavras da autoridade policial tinham por base estatísticas policiais que demonstravam a participação majoritária de estrangeiros – das mais diferentes nacionalidades – em determinados tipos de crime, com destaque para os crimes contra a propriedade²⁰, bem como em contravenções traduzidas no conceito de vadiagem e, ainda, em “males” ou “desvios” tolerados, como era o caso da prostituição²¹.

Essas evidências empíricas levavam as autoridades a dirigir uma atenção especial à imigração. Para o ministro Antão Gonçalves de Faria, em relatório relativo ao ano de 1891, por exemplo, era possível “minorar” esse “mal futuro”,

“(…) providenciando-se no sentido de introduzir imigrantes moralizados e afeitos ao trabalho: estes, mais facilmente, se tornarão proprietários em São Paulo ou em outro Estado, dando lugar nas fazendas aos que forem chegando”²².

¹⁹ BRASIL. Relatório do Chefe de Polícia da Corte, anexo ao Relatório do MJ de 1870: 20 e 23, apresentado pelo ministro Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato. Disponível na internet em: <BGDDP: www.brazil.crl.edu/bsd/bsd>.

²⁰ Sobre crime e contravenção no Rio de Janeiro, no que diz respeito tanto aos delitos em si quanto às teorias explicativas circulantes, ver MORAES, 1921.

²¹ Sobre prostituição estrangeira e lenocínio, ver MENEZES, 1992; RAGO, 1991; SOARES, 1992. Com relação ao lenocínio, este só se tornou crime com o Código Penal de 1890, quando o chamado Tráfico de Brancas já era uma realidade no país.

²² BRASIL. Relatório do MACOP de 1891: 27, apresentado pelo ministro Antão Gonçalves de Faria em maio de 1892. Disponível na internet em: <BGDDP: www.brazil.crl.edu/bsd/bsd>.

Para isto, segundo o ministro, cumpria “mudar o sistema” de aliciamento de imigrantes na Europa, considerado a raiz de todos os problemas. Ainda que esta fosse, efetivamente, uma grave questão, já analisada por inúmeros estudiosos que se dedicam à temática da imigração, a solução não era tão simples assim, e não estava limitada a ações desenvolvidas no exterior.

Os processos de expulsão instituídos a partir de 1907, por exemplo, demonstram que muitos indivíduos tornaram-se “índesejáveis” no Brasil, visto terem imigrado quando ainda crianças ou adolescentes – caso dos caixeiros que, desempregados, acabavam por vagar pelas ruas²³ –, comprovando que, para muitos, o sonho de fazer a América no Brasil nunca foi concretizado. Dessa forma, a pobreza, a indigência e a revolta contra as condições vividas na terra de acolhida devem ser contempladas pelos estudiosos de um tema tão complexo como a imigração.

Inúmeras evidências, assim, demonstravam às autoridades responsáveis pela manutenção da ordem que uma atenção especial devia ser dada à imigração no plano das políticas a serem desenvolvidas. Registre-se que essa “necessidade” tornou-se imperiosa quando o anarquismo ganhou visibilidade no Brasil. A ação dos anarquistas no movimento operário que se estruturava tornou a questão imigratória pauta obrigatória na agenda política no alvorecer do século XX²⁴.

“A imigração que nos tem procurado, com as vantagens verdadeiramente notáveis, nos tem trazido também, em grande quantidade, o estrangeiro estragado por todos os vícios, o criminoso perseguido pela justiça do seu país, o aventureiro capaz de todas as audácias.

Além disso, o movimento que agora agita as nações européias, formulando como bandeira de combate a guerra contra o capital, contra os elementos conservadores da sociedade, já nos envia também os seus propagandistas, que se encarregam de acumular o combustível entre as classes menos abastadas para fazer as suas explosões”²⁵.

As palavras do Chefe de Polícia em 1890 seriam seguidas por seus sucessores, que utilizavam os exemplos dados por países como a Inglaterra (*Alien Act* de 1848), Bélgica (Leis de 1865, 1871, 1874 e 1884), França (Leis de 1832, 1834, 1839, 1848, 1849 além do Código Penal), Espanha (Lei de 1852), Dinamarca (Lei de 1875) e Itália (Lei de Segurança Pública), para defender a ineficiência do art. 400 do Código Penal Brasileiro (que previa a deportação por sentença judiciária, quando o estrangeiro reincidisse no crime de vagabundagem) e o art. 5.º da lei de 4 de Agosto de 1875,

²³ Sobre caixeiros, ver, dentre outros, MENEZES, 2000: 164-182.

²⁴ MENEZES, 1996.

²⁵ BRASIL. Relatório do CCPF, 1890/91: 3. Anexo ao RMJNI do mesmo ano, pelo ministro Antonio Luiz Affonso de Carvalho. Disponível na internet em: <BGDDP: www.brazil.crl.edu/bsd/bsd>. Observe-se que, segundo conceituação posteriormente adotada pela ONU, a expulsão distinguia-se da deportação, sendo a primeira destinada aos estrangeiros e a segunda aos nacionais.

que instituiu a deportação do estrangeiro que tivesse perpetrado crime contra brasileiros em país estrangeiro, para defender a necessidade de lei incisiva que autorizasse o governo a deportar estrangeiros, pois, segundo ele,

“(...) a deportação por simples medida administrativa [seria] um ato contrário à constituição, que de um lado [definia] limitativamente as atribuições do Poder Executivo, entre os quais não [estava] a de que se [tratava], e de outro [assegurava] a nacionais e estrangeiros, no mesmo pé de igualdade, a inviolabilidade dos direitos individuais”²⁶.

A regulamentação posteriormente adotada apresentou-se, portanto, como resposta a problemas vividos desde o Império, radicalizados por conta das novas pressões surgidas no início de Novecentos. Foi, assim, uma invenção republicana.

O primeiro decreto regulamentando a entrada e a expulsão de estrangeiros no Brasil datou de 1893 e sua aplicação teve motivações pontuais. De duração efêmera, o decreto entrou em vigor quando o país vivia o estado de sítio por conta da Revolta da Armada, na qual participaram vários estrangeiros. Por ele ficava proibida a entrada no Brasil, durante o estado de sítio, de “estrangeiro mendigo, vagabundo, atacado de moléstia comprometedora da saúde pública” ou daquele que fosse “suspeito de atentado cometido fora do território nacional contra a vida, a saúde, a propriedade ou a fé pública”²⁷.

Com relação à expulsão, podiam ser expulsos os que se tornassem “culpados de excitação ou perpretação de infrações contra a segurança e a tranqüilidade públicas”; os que “pela imprensa ou por outro meio” incitassem “a desobediência às leis e a revolta e guerra civil”, aqueles que excitassem “ódio ou atos de violência entre ou contra as diversas classes sociais, de modo perigoso à segurança ou à tranqüilidade públicas”; os que apresentassem conduta passível de comprometer a segurança da União ou dos Estados; os que incitassem “aos crimes contra a liberdade de trabalho”; os que, mesmo inseridos no mercado de trabalho, “por conta própria ou alheia”, procedessem de forma “a provocar ou aumentar o mal-estar público, ou a criar embaraços à tranqüilidade e regularidade dos negócios e da vida social”²⁸.

Com a volta à normalidade política, o decreto cessou de vigir, mas muitas das situações por ele previstas permaneceram como preocupação das autoridades constituídas. Com o aquecimento do movimento operário, intimamente ligado ao movimento anarquista, a discussão invadiu a pauta parlamentar na virada dos 1900.

²⁶ Relatório do Chefe de Polícia da Capital Federal de 1893. Anexo ao Relatório do MJNI de 1893 e 1894: A-D-2, apresentado pelo ministro Alexandre Cassiano do Nascimento. Disponível na internet em: <BGDDP: www.brazil.crl.edu/bsd/bsd>.

²⁷ BN/CLR, 1893, Decreto n.º 1566, art. 2.º.

²⁸ BN/CLR, 1893, Decreto n.º 1566, art. 4.º.

Um primeiro projeto, datado de 1902, foi aprovado na Câmara, mas acabou engavetado no Senado. Cinco anos depois, com reformulações, a proposta transformou-se no decreto n.º 1 641, de 7 de Janeiro de 1907, que vigiria até o ano de 1921, quando novo decreto o substituiu. Considerado por muitos juristas como verdadeiro “arrastão” contra os estrangeiros considerados indesejáveis, a chamada “Lei Gordo” – em lembrança ao deputado que a apresentou – propiciou a expulsão de estrangeiros das mais diferentes nacionalidades e pelas mais variadas motivações.

Explicitamente, o decreto priorizava a expulsão como instrumento de defesa da ordem, transformando esta no referencial principal das práticas seletivas. Nesse momento, o movimento grevista já tinha visibilidade na capital brasileira e as primeiras bombas já haviam feito sua estréia no cotidiano carioca, tendo sido ouvidas por ocasião da Revolta da Vacina (1904). Pacificada a cidade, o Chefe de Polícia justificaria a repressão desencadeada contra nacionais e estrangeiros pela necessidade de “limpar” a cidade, livrando-a das “sobras do arranjo social”; as mesmas “sobras” que, no caso dos estrangeiros, tornar-se-iam alvo da lei de 1907²⁹.

É necessário pontuar que o decreto n.º 1 641 não atingiu, apenas, os anarquistas, como tornou-se corrente considerá-lo, não se mostrando verdadeira a tese de que estes teriam sido expulsos sob outras qualificações, tendo em vista que, antes e depois da lei, muitos libertários foram expulsos sem processo, ao total “arrepio da lei”³⁰. A então capital brasileira conhecia não só a escalada do crime e da contravenção, quanto estava inserida nas rotas internacionais do “tráfico de brancas”, razão pela qual a repressão a partir dela desencadeada fez-se multidirecionada.

A partir de 1907, o governo brasileiro podia proibir a entrada de todo estrangeiro que pudesse ser incluído nos artigos definidores dos delitos passíveis de expulsão. A saber: “o estrangeiro que, por qualquer motivo compromete[sse] a segurança nacional ou a tranquilidade pública”³¹; os estrangeiros contra os quais existisse “a condenação ou processo por tribunais estrangeiros por crimes ou delitos de natureza comum”; os imigrantes condenados por tribunais brasileiros “por crimes ou delitos de natureza comum”; por fim, os que pudessem ser acusados da prática da vagabundagem ou da mendicância e do lenocínio devidamente comprovados³².

A partir da entrada em vigor da nova lei, todos os estrangeiros presos e incursos em qualquer das disposições relativas à expulsão, eram submetidos a processos administrativos (de responsabilidade, portanto, do poder executivo), conduzidos na esfera policial, com base nos quais era, então, emitida uma portaria de expulsão,

²⁹ Relatório do Chefe de Polícia do Distrito Federal de 1904. Anexo ao Relatório do MJNI, apresentado pelo ministro J. J. Seabra. Disponível na internet em: <DGDDP: www.brazil.crl.edu/bsd/bsd>.

³⁰ Conferir, por exemplo, as análises consagradas de MARAN, 1979.

³¹ BN/CLR de 1907, Decreto n.º 1 641, art. 1.º.

³² BN/CLR de 1907, Decreto n.º 1 641, art. 2.º.

cabendo direito ao *habeas corpus*, único momento em que o processo era encaminhado à Justiça. Esse, entretanto, pela necessidade de contratação de advogado, impossível para alguns, não foi prática destacada.

Com a lei, o Brasil ajustou-se ao que dispunha o Direito Internacional, segundo o qual o estrangeiro só podia ser expulso através de lei específica, sujeitando-se a processo. Essa obrigatoriedade, porém, nem sempre foi observada, pois muitos estrangeiros foram expulsos sem serem processados, conforme comprova documentação encontrada no Arquivo Histórico do Itamarati, composta por ofícios confidenciais, sem numeração, que apenas enumeravam nomes de estrangeiros a serem expulsos, com pedidos de fornecimento de passaportes ao Ministério do Exterior³³.

Pondo o foco nos processos movidos contra portugueses por motivações ideológicas e reforçando o que já foi mencionado anteriormente, observamos que os quantitativos existentes demonstram a participação expressiva de portugueses no movimento anarquista, com atuação destacada nos sindicatos, não se mostrando verdadeira a tese de seu imobilismo frente a outras nacionalidades, com destaque para italianos e espanhóis. Esta não era, efetivamente, a realidade conhecida pelo Rio de Janeiro³⁴.

Ainda que tenha sido considerado inconstitucional durante todo o tempo de sua vigência, o decreto foi responsável pela expulsão “legal” de centenas de estrangeiros. A tese da inconstitucionalidade repousava no fato da Constituição de 1891, de inspiração liberal, garantir, em seu art. 72.º, a igualdade de direitos para nacionais e estrangeiros residentes. Dessa forma, a definição do tempo necessário para a definição do “estrangeiro residente” tornou-se crucial, permanecendo motivo de polêmicas até 1926, quando uma mudança na Constituição atribuiu ao Executivo o direito da expulsão.

Em 1907, o prazo de residência foi estabelecido em dois anos. Esse tempo, porém, foi considerado, por muitos, muito curto para que alguns “indesejáveis” – principalmente os anarquistas – pudessem agir. A polêmica possibilitou o surgimento de inúmeras propostas para a extensão do prazo, consagradas no decreto n.º 4 247 de 1921, que expandiu para cinco anos o tempo de permanência necessário para que o estrangeiro pudesse usufruir das garantias dadas pela constituição.

Acompanhado por outro decreto, de combate específico ao anarquismo, o decreto n.º 4 247 aprofundou os mecanismos de expulsão, principalmente as ações movidas contra anarquistas e, posteriormente, contra comunistas-marxistas. As explosões por dinamite, que caracterizaram a ação das alas mais radicais do anarquismo, já tinha, então, grande visibilidade, principalmente na capital, sacudida por “onda” de atentados a padarias no ano de 1920.

³³ Ver AHI/SP. *Ofícios e Fichas Policiais*, Lata 154, Maço 425.

³⁴ No caso dos portugueses, a maior influência era a do anarquismo comunista, ligado a Kropotkin e Réclus.

O decreto foi, ainda, responsável pela implantação de práticas seletivas mais apuradas de entrada no país, com um intercâmbio de informações permanente com os outros países, principalmente com os países do cone sul: Argentina, Uruguai e Paraguai, com cujas polícias tinham estreita colaboração.

Para além do impedimento à entrada de estrangeiro “mutilado, aleijado, cego, louco, mendigo, portador de moléstia incurável ou moléstia contagiosa grave”; daqueles que procurassem o país “para entregar-se à prostituição” ou dos que tivessem mais de 60 anos, sem possuir renda que lhes permitisse a subsistência, também ficava impedida a entrada de estrangeiros “perigosos à ordem pública”.

No tocante à expulsão, o decreto estabelecia que podiam ser expulsos estrangeiros já expulsos de outro país ou considerados elementos perniciosos à ordem pública em seus países de origem; autores de atos de violência dedicados a “impor qualquer seita religiosa ou política” por meios criminosos; indivíduos que, por conta de sua conduta, pudessem ser considerados nocivos à ordem pública ou à segurança nacional; os evadidos de outro país, condenados “por crime de homicídio, furto, roubo, bancarota, falsidade, contrabando, estelionato, moeda falsa ou lenocínio”; imigrantes já condenados no Brasil pelos mesmos crimes.

Consagravam-se, dessa forma, dispositivos orientados para a imposição de políticas restritivas que punham fim efetivo às práticas liberais em termos de políticas imigratórias. Essas medidas acompanhavam tendências que se consagravam por todo mundo, nos anos de crise que caracterizaram o entre-guerras, a partir das novas políticas adotadas pelos Estados Unidos, a partir de 1921, aprofundadas com o *United States Immigration Act* de 1924, que proibiu a imigração japonesa para o país.

No Brasil, para além dos decretos de 1921, outras medidas foram, então adotadas, no sentido do controle e vigilância dos estrangeiros. Dentre elas, o decreto n.º 16 761, de 31 de Dezembro de 1924, que tornou obrigatório o transporte de todos os passageiros de 2.ª e 3.ª classes, desembarcados no Rio de Janeiro, para a Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores.

Com base nos decretos de 1907 e 1921, centenas de estrangeiros foram impedidos de se fixar no Brasil e centenas de processos de expulsão foram instaurados. Vários deles contrariavam frontalmente o estabelecido na legislação, servindo de exemplo ações movidas contra estrangeiros que estavam fixados no país desde a infância, que eram casados com brasileiras ou que tinham filhos brasileiros, conforme comprovam não só os próprios processos quanto denúncias encaminhadas à Câmara dos Deputados. A maioria deles eram residentes na cidade do Rio de Janeiro, com grande projeção de portugueses, processados pelos mais diferentes delitos³⁵.

³⁵ AN/SPJ: Módulo 101, PaCOTILHAS IJJ7126 a IJJ7179.

Na capital brasileira, dessa maneira, a prática da expulsão transformou-se em verdadeira política de “limpeza urbana”, destinada a livrar as cidades, principalmente o Rio de Janeiro, dos estrangeiros que, por palavras ou ações, pudessem ser considerados “indesejáveis”.

Gráfico n.º 4
Distribuição dos processos de expulsão por nacionalidade – Brasil (1907-1930)

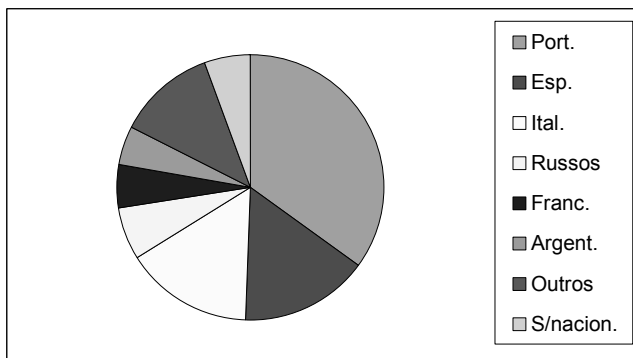
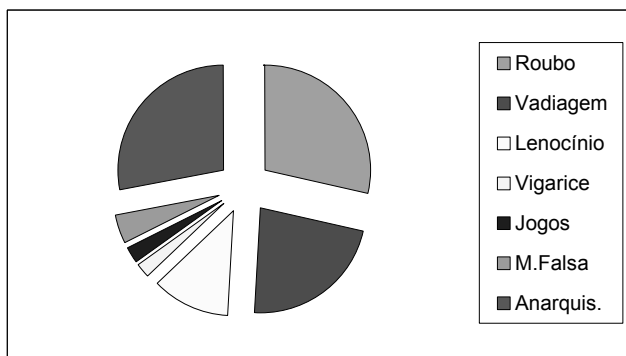


Gráfico n.º 5
Distribuição dos portugueses processados por tipificação de delito – Rio de Janeiro (1907-1930)



O fim da guerra possibilitaria não só o aparecimento de novos crimes – caso da criminalização das drogas pelo Tratado de Versalhes – quanto a consagração de novos discursos e práticas relativas à imigração, em um contexto no qual ideologias fortemente autoritárias e nacionalistas ditavam novos caminhos ao mundo.

Em exposição introdutória ao relatório encaminhado à Presidência da República em 1936, o então ministro da Justiça, Agamennon Magalhães, defendia a questão étnica como caminho para a proposição de uma nova política imigratória, contrapondo os caminhos seguidos pela “República Velha” em questões relativas à imigração e a política a ser seguida pelo novo regime:

“Sob a influência do liberalismo da Constituição de 1891 e das nossas leis de imigração e colonização, as preocupações administrativas se restringiam ao problema do braço, do imigrante-trabalhador, sem nenhuma atenção à sua qualidade como elemento de integração étnica”³⁶.

Com relação à “nova era” iniciada com o movimento que levara Getúlio Vargas ao poder, o mesmo ministro afirmaria, em seu relatório, que a Constituição de 16 de Julho de 1934 traçara “os rumos da política imigratória, subordinando-a aos interesses da nossa formação racial, por meio de largo plano de seleção, distribuição, localização e assimilação do imigrante”³⁷. Esse “largo plano de seleção” viria a se traduzir na adoção do regime de cotas de entrada.

Sem menções a raças ou nacionalidades, a medida, ao estabelecer cálculos baseados nos últimos 50 anos de imigração, contemplava as nacionalidades mais expressivas no país, projetando, portanto, a entrada de indivíduos europeus e brancos e, no caso do português, de estrangeiros “conhecidos”.

O texto constitucional de 1934, reproduzido, posteriormente, na Constituição de 10 de Novembro de 1937 estabelecia que:

“a entrada, distribuição e fixação de imigrantes no território nacional estará sujeita às exigências e condições que a lei determinar, não podendo, porém, a corrente imigratória de cada país, exceder, anualmente, o limite de dois por cento sobre o total dos respectivos nacionais fixados no Brasil durante os últimos cinquenta anos”³⁸.

O ano de 1934 foi profícuo na adoção de novas práticas imigratórias, datando de então a obrigatoriedade da adoção de formalidades prévias para a imigração e a exigência de “cartas de chamada” para a entrada no país. As medidas adotadas, presentes, com maior ou menor peso, por todo o ocidente, subordinavam o direito individual de busca de melhores condições de vida aos interesses políticos e econômicos dos governos, tanto nos países de saída como nos de chegada.

A necessidade de regulamentar a execução dos dispositivos constitucionais impôs a necessidade de inúmeras normas complementares e muitos foram os decretos

³⁶ BRASIL, Relatório do MTIC de 1936: 31. Disponível na internet em: <BGDDP: www.brazil.crl.edu/bsd/bsd>.

³⁷ BRASIL, Relatório do MTIC de 1936: 30. Disponível na internet em: <BGDDP: www.brazil.crl.edu/bsd/bsd>.

³⁸ BN/CLR. Constituições de 1934, Art.º 121, e de 1937, Art.º 151.

surgidos entre 1934 e 1939 relacionados com a questão imigratória. Reproduzindo tendências de época, as atividades relacionadas à política imigratória foram centralizadas com a criação do Conselho Nacional de Imigração (decreto-lei n.º 406 de 4 de Maio de 1938), diretamente subordinado à Presidência da República.

Dentre as inúmeras funções do Conselho, constavam a determinação das cotas anuais; a apresentação de propostas para promoção da assimilação do imigrante e no sentido de evitar concentrações que se tornassem perigosas³⁹; o estudo das políticas seletivas a serem adotadas; a proposição de interdições de entrada quando fosse necessário; o estudo dos fenômenos da imigração nas diferentes zonas do país e a promoção da permuta de trabalhadores. No âmbito dessas questões projetavam-se questões raciais e tendências eugênicas, conforme demonstram determinados incisos do decreto de criação do Conselho:

- c) estudar os problemas relativos à seleção imigratória, à antropologia étnica e social, à biologia racial e à eugenia.
- d) propor ao Governo, quando necessário, a proibição total da imigração e da entrada de imigrantes, em razão da sua procedência⁴⁰.

Conclusões

A definição dos quantitativos de entrada, em atendimento às cotas, trouxe, mais uma vez, à discussão, um problema que se mostrou crucial desde os tempos imperiais: a imprecisão numérica, o que determinou muitas dificuldades no processo de consolidação dos dados. Estes problemas levaram o governo a proceder a uma completa revisão das estatísticas até então elaboradas, de forma a atender à nova legislação.

Com relação aos portugueses, desde cedo foram adotadas medidas de relativização na aplicação das novas medidas. Com relação às cotas especificamente, para além de relativizações iniciais, elas deixaram de os afetar a partir de 1939, decisão que veio a fortalecer a definição de uma nacionalidade brasileira que buscava suas raízes no passado. Segundo Fiori, um “modelo de nação de raiz lusitana”⁴¹ ou uma “brasiliidade concebida no sentido lusitano”, no dizer de Schaartzman, Bomeny e Costa⁴², o que consagrava não só a idéia de que o português era um imigrante “conhecido”, como

³⁹ Segundo o ministro, o problema da assimilação deveria prevalecer sobre qualquer outro. Cf. Relatório do MTIC de 1936: 32. Disponível na internet em: <BGDDP: www.brazil.crl.edu/bsd/bsd>.

⁴⁰ BRASIL. Relatório do MTIC de 1936. Disponível na internet em: <BGDDP: www.brazil.crl.edu/bsd/bsd>.

⁴¹ FIORI, 2006.

⁴² SCHWARTZMAN, 1984.

os levava, para usarmos palavras de Westphalen e Balhana a serem “cidadãos nacionais”, mesmo quando conservavam a nacionalidade de origem⁴³.

Abreviaturas Utilizadas

AHI/SP – Arquivo Histórico do Itamarati: *Secretaria de Polícia*.

AN/SPJ – Arquivo Nacional: *Poder Judiciário*.

BGDDP – Brazilian Government Document Digitization Project. *Ministerial Reports*. (BRASIL. Ministérios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas, Agricultura, Industria e Commercio, Agricultura, Industria e Commercio, Industria, Viação e Obras Públicas, Justiça, Justiça e Negócios Interiores, Trabalho, Industria e Commercio). Disponível na internet em: <www.brazil.crl.edu/bsd/bsd>.

BN/CLR – Biblioteca Nacional/*Collecção das Leis da República*.

MACOP – Ministério de Agricultura, Commercio e Obras Publicas.

MAIC – Ministério da Agricultura, Industria e Commercio.

MIVOP – Ministério da Industria, Viação e Obras Publicas.

MJ – Ministério da Justiça.

MJNI – Ministério da Justiça e Negócios Interiores

MTIC – Ministério do Trabalho, Industria e Commercio.

Fontes e Bibliografia

Bibliografia

DUROSELLE, Jean-Baptiste, 2000 – *Todo Império perecerá*. Brasília/São Paulo: UNB/Imprensa Oficial do Estado.

FIORI, Neide, 2006 – “Imigração portuguesa e nacionalismo cultural brasileiro: o ‘regime de cotas’ de imigrantes”, in *Actas do II Congresso internacional sobre a imigração em Portugal e na União Européia*. Angra do Heroísmo (Açores).

GIRARDET, Raoul Girardet, 1987 – *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras.

MARAN, Sheldon Leslie, 1979 – *Anarquistas, imigrantes e movimento operário (1890-1920)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

⁴³ WESTPHALEN, BALHANA, 1993.

- MENEZES, Lená Medeiros de, 1996 – *Os Indesejáveis. Crime, protesto e expulsão na Capital Federal (1890-1930)*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- MENEZES, Lená Medeiros de Menezes, 1992 – *Os estrangeiros e o comércio do prazer nas ruas do Rio (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça.
- MENEZES, Lená Medeiros de Menezes, 2007 – “A imigração europeia como passaporte para o progresso e a civilização no Brasil do século XIX”, in CANCINO, Hugo; MORA, Rogelio de la (coords.) – *Ideas, intelectuales y paradigmas en América Latina (1850-2000)*. VleraCruz/México: Universidad Veracruzana Lomas del Estadio.
- MENEZES, Lená Medeiros de, 2008 – “Les portugais em tant que représentation de l’immobilisme dans la modernisation républicaine”, in BENZONI, Marie Matilde; FRANK, Robert; PIZETTI, Silvia Marie – *Images des peuples et histoire des relations internationales du XVIIe siècle à nos jours*. Paris: Publications de la Sorbonne.
- MENEZES, Lená Medeiros de, 2000 – “Jovens portuguesas: histórias de trabalho, histórias de sucessos, histórias de fracassos”, in GOMES, Angela de Castro Gomes (org.) – *Histórias de imigrantes e de imigração no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7 Letras.
- MORAES, Evaristo de, 1921 – *Ensaio de Pathologia Social, vagabundagem, alcoolismo, prostituição, lenocínio*. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro & Maurillo.
- RAGO, Margareth, s/d – *Os prazeres da noite. Prostituição e códigos de sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. São Paulo: Paz e Terra.
- RENOUVIN, Pierre; DUROSELLE, J. B, 1967 – *Introdução à História das Relações Internacionais*. São Paulo: Difel.
- SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena; RIBEIRO, Vanda, 1984 – *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra/ São Paulo, Editora da USP.
- SERRÃO, Joel, 1977 – *A Emigração Portuguesa. Sondagem histórica* (3.^a edição). Lisboa: Horizonte.
- SOARES, Luiz Carlos Soares, 1992 – *Rameiras, ilhoas, polacas. A prostituição no Rio de Janeiro do século XIX*. Rio de Janeiro: Ática.
- WESTPHLEN, Cecília; BALHANA, Altiva, 1993 – “Política e legislação imigratória brasileira e a imigração portuguesa”, in SILVA, Maria Beatriz Nizza da, *et. al.* (orgs.) – *Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração Portuguesa – séculos XIX e XX*. Lisboa: Fragmentos.

A I REPÚBLICA E A POLÍTICA DE EMIGRAÇÃO

Miriam Halpern Pereira

Introdução

Centenas de camponeses do Alentejo invadiram as ruas da Baixa pombalina de Lisboa, na última semana de Fevereiro de 1911. Preparavam-se para embarcar no vapor inglês *Orteric*, onde já se encontravam camponeses de Trás-os-Montes, embarcados no Porto. Em Cádiz, juntar-se-lhes-iam cerca de mil galegos. Navegariam em direcção às ilhas Sandwich (actual Havai)¹. Os principais jornais da capital, *O Século* e *O Mundo*, publicaram na primeira página com grande destaque, em três dias sucessivos, artigos ilustrados de fotografias de Joshua Benoliel, retratando famílias andrajosas com crianças de colo, retomadas também na revista quinzenal *Brasil-Portugal*. Incentivados por engajadores, haviam vendido as suas leiras e casas em busca do El Dorado, nalguns casos enganados acerca do destino final. Uma pequena parcela de emigrantes, desiludidos ainda em Lisboa, face ao incumprimento dos contractos prometidos, regressou às suas terras².

A imprensa cumprira a sua missão de alertar para esta situação deplorável. Nos dias seguintes, noticiava já os festejos do Carnaval. A miséria dos emigrantes, nomeadamente dos que partiam para as ilhas Sandwich, impressionou vivamente os contemporâneos: Afonso Costa refere-se-lhe na sua obra sobre a emigração publica-

¹ A emigração para o Havai, iniciada na Madeira em 1878, foi objecto de um tratado provisório em 1882 (*Diário do Governo*, 15 de Novembro), na sequência da visita do Rei Kalakua à Corte em Lisboa. Este tratado esteve em vigor até 4 de Março de 1892 e envolvia também Portugal continental. Esta corrente emigratória continua a ser mal conhecida, não está discriminada nas estatísticas nacionais, provavelmente por estar integrada no destino dos EUA, aos quais a República do Havai foi anexada em 1898. Estudando fontes regionais, Sacuntala de Miranda não contempla essa hipótese, considerando que a emigração micaelense termina no final do século XIX (MIRANDA, 1999). O surto continental de 1911-1912 parece ser novidade e marca em qualquer caso um pico, sendo daí em diante este destino cada vez ainda menos escolhido, até desaparecer nos anos 1920. Aliás, entre 1890-1914, metade dos chegados re-emigravam para a Califórnia, devido à queda dos salários sob o efeito da vinda crescente de trabalhadores orientais. Sobre tudo isto ver DIAS, 1981; SILVA, 1996.

² *O Século* e *O Mundo*, dias 22, 23 e 24 de Fevereiro de 1911; revista *Brasil-Portugal*, 1 de Março de 1911.

da em 1911, evocando as fotografias publicadas na imprensa, já mencionadas. Também Fernando Emídio da Silva referir-se-ia a esta corrente emigratória, que consideraria sem qualquer benefício para Portugal.

A política de emigração durante a Primeira República

Logo a seguir ao advento da República, nos anos 1911, 1912 e 1913, a emigração, em que continuava a predominar o destino brasileiro, atingiu números assustadores, chegando a duplicar em dois anos, entre 1910 e 1912³. Tão repentino crescimento está relacionado em larga medida com a concomitante diminuição da emigração de Itália para o Brasil, após a proibição da emigração subsidiada naquele país em 1902. Este fenómeno de substituição de italianos por portugueses traduziu-se por um salto brutal, mesmo relativamente aos montantes já elevados e em crescimento contínuo durante os vinte anos anteriores. Só na década de 1960 se repetiria aumento comparável na emigração legal, então até ultrapassado quando adicionado à emigração clandestina, que nessa época adquiriu proporções muito elevadas, por vezes superior à saída legal. No início do século XX, este crescimento brutal foi acompanhado do aumento também da emigração familiar, que se viera avolumando desde a década de 1890, tornando a partida massiva de portugueses uma forte ameaça demográfica e financeira. O risco de despovoamento ameaçava o futuro de algumas regiões.

Que fizeram os diferentes governos da I República face a esta situação de calamidade? O principal contributo da I República residiu no enquadramento jurídico e administrativo da emigração. A orientação escolhida, como já vinha sucedendo, visava conciliar a articulação entre o princípio genérico de liberdade de circulação de pessoas, orientação dominante entre 1870 e a Primeira Guerra Mundial na Europa ocidental, e a necessidade nacional de contenção e fiscalização da emigração, para evitar a catástrofe demográfica e tentar canalizar a emigração para as colónias. No projecto da Constituição de 1911, no artigo 54.º, sobre direitos de liberdade e segurança do indivíduo e da propriedade, definia-se a liberdade de entrada e saída do país em tempo de paz na alínea 16, invocando-se a necessidade de futura legislação específica neste domínio⁴. Contudo, o debate conduziu a uma alteração significativa. Na Constituição de 1911 considerou-se desnecessário evocar especificamente a liberdade de emigrar, consagrada constitucionalmente desde 1826 (exceptuados o curto período de vigência da Constituição de 1838, de 1838-1842). Entendeu-se ser suficiente, caso fosse necessário, a sua ulterior explicitação eventual à luz do artigo 4.º

³ Ano de 1912: 88 929 emigração legal, 95 154 com emigração clandestina, segundo BAGANHA, 1991: 723-739.

⁴ *Diário da Assembleia Constituinte*, Projecto lei n.º 3, 6 de Julho, p. 13.

do texto constitucional, onde se afirmava que a especificação de garantias e direitos não significava a exclusão de outros direitos, resultantes da forma de governo ou de outras leis.

A dispersa herança jurídica da monarquia, neste domínio da emigração, carecia de reorganização e revisão. Várias leis, portarias e circulares avulsas e acordos bilaterais haviam sido publicadas desde meados do século XIX e em maior número desde 1870, acompanhando o próprio crescimento da emigração. As suas lacunas foram sucessivamente criticadas em sede parlamentar por Luciano Cordeiro, entre outros, apontando-se as insuficiências da regulamentação do processo emigratório. A emigração foi alvo de análise e crítica em numerosa bibliografia.

Desde 1871, prevalecia a dispensa de passaportes na entrada e saída do país de estrangeiros, reafirmada em 1896⁵. Foi neste contexto que se situou a lei de 1907, a última intervenção jurídica nesta matéria, no quadro político da monarquia constitucional. Esta lei não correspondeu às necessidades existentes. Embora se baseasse parcialmente no trabalho de uma comissão parlamentar, rejeitou-se a proposta de isenção total de passaporte nela enunciada. Inspirando-se na legislação italiana, optou-se por introduzir a definição de emigrante, obrigado a deter passaporte, distinguindo este grupo do viajante isento. De início, este filtro social na circulação internacional valeu a esta lei o epíteto de “escandalosa”, Afonso Costa apelidou-a de “desprezível”. Esta diferenciação entre viajantes e emigrantes estava, contudo, destinada a perdurar, até hoje. Por sua vez, as carências da lei de 1907, que não abarcava os múltiplos aspectos da emigração, como o transporte ou o negócio do engajamento, foram alvo de persistentes críticas por parte de ensaístas e políticos, como Emídio da Silva e Afonso Costa, e membros do corpo diplomático, como Bernardino Machado⁶.

A primeira medida republicana foi muito restrita. A publicação das instruções de 1912, durante o governo de Duarte Leite, que acumulava a responsabilidade da Presidência e do Ministério do Interior, apenas almejaram esclarecer as dúvidas suscitadas pela aplicação da lei de 1907, quanto à definição de emigrante e viajante e a situação daí decorrente face à obrigatoriedade de passaporte⁷. Outros diplomas sobre o recrutamento militar, em consonância com o ambiente de guerra dos anos subsequentes, vieram alterar o limite etário de concessão de passaporte e de bilhete de identidade.

Só no pós-guerra, durante o governo de José Relvas e sendo ministro do Interior Domingos Leite Pereira, a lei de 10 de Maio de 1919 e o respectivo regulamento,

⁵ Dispensa de passaportes na entrada e saída do país de estrangeiros, decreto de 17 de Julho de 1871, reafirmada na carta de lei de 1896, artigo 1.º, alínea única.

⁶ COSTA, 1911; SILVA, 1917; Bernardino Machado, Correspondência da Legação no Rio de Janeiro, 1913, in PEREIRA, 2002: 336-339.

⁷ *Instruções de 25 de Novembro de 1912*, sobre a interpretação deste artigo e suas alíneas, e ofício do ministro do Interior de 22 de Novembro de 1907, para efeito de fiscalização policial a bordo dos navios.

publicado logo de seguida a 19 de Junho, quando Domingos Leite Pereira já era primeiro-ministro, vieram fornecer um instrumento orientador muito completo e pormenorizado. Retomando e sintetizando as diversas disposições, tomadas nas décadas precedentes em leis e portarias avulsas, introduzindo além disso algumas significativas inovações institucionais, este diploma constitui a mais completa lei sobre a emigração publicada em Portugal: é um autêntico código da emigração. Embora tenha feito parte do surpreendente pacote jurídico de 340 leis, publicado a 10 de Maio de 1919, em 30 sucessivos suplementos do *Diário do Governo*, pacote jurídico apelidado na época de instrumento de propaganda política, esta lei traduz um evidente trabalho prévio de preparação e teve uma duração razoável.

O conceito de emigrante e a diferenciação social a ele associada, tão criticados precedentemente, vai continuar a ser o eixo definidor essencial. No cerne da distinção entre viajantes, isentos de passaportes independentemente da sua proveniência nacional, como era usual na Europa antes da Primeira Guerra Mundial, e a categoria de passageiros obrigados à posse de passaporte, encontra-se a definição de emigrante. Conceito circunscrito socialmente na legislação, recobre essencialmente o universo de indivíduos de ambos os sexos, detentores de passagens marítimas de 3.^a classe, mas não exclusivamente. Aqui cabia, é certo, a parcela maior do contingente emigratório. Contudo, nas franjas situavam-se os emigrantes com mais posses, inserindo-se na categoria de emigrante também determinados tipos de passageiros nacionais de 1.^a e 2.^a classe ou classes intermediárias (designação dada à 3.^a classe melhorada), que é interessante especificar. Aqui se situavam os nacionais cujo objectivo era a instalação permanente noutro país. Constitui um interessante indício da frequente promoção social que acompanhava o reagrupamento familiar, o facto de também se incluírem no grupo de passageiros de 1.^a e 2.^a classe ou 3.^a melhorada as mulheres casadas desacompanhadas dos maridos – que representavam 36% das mulheres migrantes em 1910-1919 –, exceptuando-se apenas os casos de divórcio e separação. Também estavam incluídos os menores de 14 anos, desacompanhados dos pais ou de tutores – que representaram 26% nesses anos – e ainda as mulheres viúvas⁸. Igualmente se inseriam nesta categoria os homens sujeitos ao serviço militar, com idade inferior a 45 anos.

Havia duas categorias de emigrantes que permaneciam isentos de passaportes. Em consonância com a continuidade da política colonial monárquica, os nacionais que se destinassem aos portos de África, submetidos ao domínio colonial português, continuavam isentos de passaporte, como vinha acontecendo desde 1907. Considerava-se esta deslocação equivalente à circulação de pessoas realizada em território nacional.

⁸ PEREIRA, 2002: 117.

Na emigração sazonal da agricultura e da pesca entre Portugal e Espanha e também na circulação entre ambos países de operários contratados, dispensava-se igualmente o passaporte, sendo apenas necessária a emissão de guias emitidas gratuitamente pelas autoridades locais. A importância da corrente emigratória entre os dois países vizinhos, ainda pouco estudada, traduziu-se por disposições legislativas sucessivas, evocadas na lei de 19 de Junho de 1919⁹.

Este tipo de emigração encobria com frequência a fileira de emigração clandestina pelos portos marítimos de cada um dos países, porventura com maior incidência nos portos espanhóis. Por isso, a dispensa genérica de passaportes concedida aos estrangeiros foi objecto de limitação bilateral mediante acordo com Espanha em 1897 (19 de Janeiro), estipulando-se a obrigatoriedade de passaporte e atestado consular para os cidadãos de ambos os países para embarque nos portos do respectivo país vizinho, acordo reafirmado em 1919¹⁰. Com idêntica finalidade, limita-se a concessão de passaportes pelos agentes consulares apenas aos portugueses residentes há mais de 6 meses em Espanha¹¹.

A eclosão do conflito mundial em 1914 havia perturbado os circuitos de circulação de pessoas, conduzindo à generalizada obrigatoriedade dos passaportes nos diferentes países europeus, prática que continuou porém a considerar-se como indesejável e anormal. No decreto n.º 5 624 de 10 de Maio de 1919, a sua dispensa foi evocada como princípio dominante e só quase no final se recorda que essa norma permanecia suspensa até à assinatura do tratado de paz, como estipulado desde o envolvimento directo de Portugal na guerra em 1916 (decreto de 4 de Abril).

A guerra também abriu novos mercados de trabalho, devido à falta de mão-de-obra ocasionada pelo recrutamento militar em alguns dos países europeus aliados. O acordo com França deu uma base estável ao surto de emigração de operários contratados para a indústria de armamento, de curta duração, que originou a primeira comunidade portuguesa em França. Mais dispersa e descontínua foi a partida de operários para Inglaterra, desacompanhada de acordo governamental¹².

As condições de transporte dos emigrantes eram, desde longa data, objecto de preocupação por motivos sanitários e humanos. Entre as recomendações enunciadas em 1919, destacam-se a proibição de maus tratos corporais, condições higiénicas e separação de sexos no alojamento, quantidade e qualidade alimentar e obrigatoriedade de assistência médica a bordo na linha higienista da época. O incumprimento destas

⁹ Em particular: Regulamento aprovado pelo Convénio de 5 de Julho de 1894, art.º 25.º e acordo bilateral de 19 de Janeiro de 1897, evocados no decreto n.º 5 886 de 19 de Junho de 1919, art.º 1.º, alíneas 5, 6 e 7 & 1.º. Em 1923, a falta de mão-de-obra veio a determinar a suspensão da concessão de salvo-condutos a ceifeiros (Portaria n.º 3 570 de 23 de Maio de 1923).

¹⁰ Decreto regulamentar n.º 5 886 de 19 de Junho de 1919 nos anos já referidos.

¹¹ Lei de 10 de Maio de 1919, art.º 4.º, alínea 1.

¹² ALVES, 1988; ALVES, *et al.*, 1992.

medidas autorizava agora explicitamente reclamação por parte dos interessados: representava a afirmação do direito de cidadania dos emigrantes neste âmbito, que constituía novidade significativa. Outra preocupação expressa era garantir o repatriamento gratuito dos indigentes.

O contexto empresarial da emigração desde longa data preocupou os círculos governamentais, por lesar com frequência os interesses dos emigrantes. Da repressão à tolerância, chegara-se à atitude mais adequada de criar um enquadramento jurídico apropriado desde final do século XIX. O reconhecimento da relevância administrativa do conjunto do processo emigratório conduz, pela primeira vez, à criação de um órgão centralizador dos diferentes aspectos da emigração em 1919, atribuída ao então instituído Comissariado Geral dos Serviços da Emigração, dependente da Direcção da Segurança Pública do Ministério do Interior, sendo as sedes das duas zonas de inspecções em Lisboa e no Porto.

A sua função consistia em controlar e fiscalizar todo o processo da emigração, atribuindo-se-lhe o poder de repressão e substituindo a anterior polícia de repressão da emigração clandestina, como em certa medida já o sugerira, em 1913, o Embaixador Bernardino Machado¹³. Deste Comissariado vai depender, de agora em diante, também o reconhecimento oficial dos agentes de passaportes e de passagens, cuja lista oficial passava a ser pública, figurando obrigatoriamente no *Boletim do Comissariado Geral dos Serviços da Emigração*, com publicação regular entre 1919 e 1933. A responsabilidade do Estado e a necessidade de um órgão coordenador do processo emigratório no seu conjunto ficará ancorada na sociedade portuguesa com a I República. A Constituição de 1933 consagrará nas obrigações do Estado a protecção dos emigrantes e o dever de disciplinar a emigração¹⁴. Mas só em 1947 foi criada a Junta da Emigração, que veio ocupar o lugar deixado vago pelo Comissariado Geral dos Serviços da Emigração.

Em vários países europeus a livre circulação internacional dos viajantes, dominante desde as últimas décadas de oitocentos e apenas limitada a título temporário devido à guerra, aproximava-se agora do seu termo. Em Portugal, foi restringida em 1920 (9 de Setembro) e suspensa em 1924 (decreto n.º 6 912, 13 de Maio), tornando-se obrigatório o passaporte e generalizando-se o visto, exceptuando os casos de dispensa definidos em convénios bilaterais. Ressalvava-se a migração para as colónias, que permanecia isenta, e a emigração temporária entre Portugal e Espanha, que se mantinha dependente de controlo e documentação local (artigo 7.º). A suspensão do livre-trânsito, então enunciada a título provisório, veio a perdurar longos anos.

A política de emigração da I República seguiu as linhas mestras delineadas precedentemente neste domínio. Três preocupações fundamentais orientam a política de

¹³ PEREIRA, 2002: 335.

¹⁴ Constituição de 1933, art.º 31.º, alínea 4.

emigração desde 1870 a 1930. Articular os interesses financeiros do Estado, mantendo a corrente de divisas provenientes do Brasil, e prosseguir a política de implantação portuguesa em África, conseguindo deslocar para este continente uma parcela do contingente emigratório. Pretendia-se ainda conciliar estes dois objectivos com os interesses demográficos e económicos dos empresários do meio agrário e industrial.

A emigração para África permaneceria minoritária, apesar das facilidades burocráticas concedidas: primeiro a gratuidade de passaporte e desde 1907 a isenção dele. Como se pôs em evidência, de Oliveira Martins a Afonso Costa, não existiam condições adequadas para a integração de portugueses em escala comparável ao destino brasileiro. Por sua vez, a clandestinidade de uma parcela significativa da emigração persistiu.

A dimensão dramática da emigração, em que a emigração familiar constituía componente de relevo, com consequências demográficas graves nas décadas subsequentes, não se compadecia apenas com medidas administrativas. O debate político sobre a emigração, além da sua vertente jurídica, teve uma dimensão económica e social. Podemos alinhar as soluções propostas em dois grupos: aqueles que associavam o combate à emigração ao desenvolvimento económico do país e ao reordenamento do espaço agrário (Oliveira Martins, Basílio Teles, Afonso Costa, Emídio da Silva, Ezequiel de Campos), e aqueles para quem a solução residia na conversão da corrente emigratória para as colónias africanas. Emblemático desta dicotomia de atitudes foi o debate entre Ezequiel de Campos e José Pequito Rebelo. A emigração permitia limar os pontos de conflito e encobrir a questão agrária, como sublinhou Ezequiel de Campos, economista ligado à esquerda democrática e a quem se deve um dos raros projectos de reforma agrária apresentado na Câmara dos Deputados a 12 de Janeiro de 1925, durante o governo de José Domingues dos Santos. Nunca chegou a ser discutido, devido à queda do governo, ocasionada pelo projecto de lei de reorganização bancária.

O grande latifundiário e partidário do integralismo lusitano, José Pequito Rebelo, responder-lhe-ia que “a emigração é um facto espontâneo da nossa condicionalidade demográfica e social”, propondo tão-somente uma melhor preparação do emigrante e, em lugar da expropriação dos incultos alentejanos proposta por Ezequiel de Campos, sugerindo o encorajamento da emigração para África. “Ali poder-se-iam expropriar os negros. [...] quanto ao Alentejo não queiramos aplicar-lhe processos de colonização africana”. O projecto colonial é defendido como alternativa complementar da emigração para o Brasil, que se contrapõe ao reordenamento do espaço agrário¹⁵. A inexistência de resolução dos grandes problemas estruturais do país, que

¹⁵ CAMPOS, 1943 [1925]; REBELO, 1931: 45; PEREIRA, 2002: 84-85; PEREIRA, 1994 [1976]: 212-215.

permitisse integrar o excedente demográfico no mercado nacional, tornava as medidas de contenção da emigração inoperantes, quanto aos seus objectivos aparentes.

Contudo, determinava orientação e características específicas da emigração, indispensáveis à função económica e financeira que se lhe queria preservar. A I República não alterou a situação da mulher casada, que continuou a só poder sair com autorização prévia do marido até à década de 1970. A dispersão familiar constituía a garantia do envio de remessas de dinheiro dos emigrantes para as famílias residentes em Portugal, remessas que se haviam tornado num dos alicerces da política financeira portuguesa. O mito do retorno, de significado demográfico limitado, desempenhou uma função financeira decisiva.

Durante sessenta anos, de 1870 a 1930, a entrada de dinheiro brasileiro não só constituiu um instrumento de monetarização da vida rural, um estímulo ao investimento na propriedade agrícola e na construção, como exerceu papel determinante na balança de pagamentos portuguesa e na situação cambial. O câmbio brasileiro exercia uma acção permanente no câmbio português sobre Londres, banqueiro comum a ambos os países¹⁶.

Considerações finais

As medidas proteccionistas do Brasil na sequência da crise de 1929, integradas nas restrições à circulação de capital, proibiram a saída das remessas, interrompida em 1931. Encerrou-se então um ciclo da economia e da própria política financeira portuguesa. A interrupção das remessas ocasionou a desvalorização acentuada da moeda portuguesa e foi um dos factores da recessão económica entre as duas guerras. Como previra Ezequiel de Campos: “Pode haver um agravamento simultâneo da economia e da finança brasileira a ponto de, pelas más circunstâncias da vida por além-mar, reduzir-se a cifras diminutas a emigração por algum tempo. O país abarrotará de gente e de miséria”. Previsão que se confirmou a breve trecho.

Motivos externos reduziram drasticamente a emigração entre 1930 e 1945, devido à crise de 1929 e à Segunda Guerra Mundial, o que teve dramáticas consequências

¹⁶ PEREIRA, 1983: 261-264. O afluxo de remessas foi tão importante do ponto de vista financeiro que o Estado português instituiu a Agencia Financial do Rio de Janeiro para canalizar as transferências para Portugal, cuja designação exacta passou a ser Agência Financial contra o Banco de Portugal como Caixa Geral do Tesouro Português, de 1895 até à sua extinção em 1925. A Agência veio juntar-se ao já importante circuito bancário privado que se constituía essencialmente nos anos 1873-1875 (ver PEREIRA, 1983: 257-260). Cálculo e análise das remessas, anuais e mensais, canalizadas pela Agência Financial entre 1891 e 1924, com base na centena de livros de registos de saques individuais e diários da Agência, existentes no Arquivo Histórico do Banco de Portugal, em PEREIRA, 2002: 57-78.

no nível de vida em Portugal, dada a ausência de mudanças estruturais que conduzissem à alteração da parte do trabalho no produto interno bruto.

Em meados da década de 1950, o Brasil fecharia as portas à entrada de analfabetos, como previra quatro décadas antes Afonso Costa, face a medidas já então tomadas por vários países, como a Austrália. Preconizara então a necessidade da instrução da população, importante também como forma de manter a corrente emigratória. Sem resultados que evitassem, em 1954, o fim do ciclo brasileiro, já afectado pela crise mundial e pela guerra desde a década de 1930.

O direito à liberdade de emigrar, vigente durante o liberalismo monárquico e republicano, fora claramente limitado desde o final do ciclo liberal. Na Constituição de 1933 o direito individual fica explicitamente submetido aos interesses económicos e sociais do país, em que avulta o objectivo de fixação da população branca nas colónias africanas. O pânico suscitado pelo volume elevado das partidas nas duas primeiras décadas do século XX e as suas consequências demográficas dramáticas, tanto a nível nacional como a nível regional, explicam as medidas fortemente cerceadoras do Estado Novo antes da Segunda Guerra Mundial, tanto mais que as transferências de remessas do Brasil haviam sido fortemente cerceadas na década de 1930. Proteger e disciplinar a emigração são propósitos anunciados, tendo prevalecido inicialmente a segunda. A escolaridade primária (3.^a classe) é introduzida como um filtro na lei de 1929. Em 1944, a lei de 5 de Setembro vai mais longe: proíbe totalmente a concessão de passaporte ordinário a operários e a trabalhadores rurais, numa expressão de completo desprezo pelos direitos de cidadania até neste domínio. A Junta de Emigração, constituída em 1947, vai ser incumbida de fixar quotas de emigração em função das necessidades regionais e sectoriais.

Na década de 1960, a orientação iria mudar com o novo ciclo de emigração, agora europeu. Vai-se liberalizar a emigração. A lei de 1962 (29 de Junho) ainda mantém o filtro de escolaridade e a emigração clandestina atinge proporções colossais. Após as negociações de acordos bilaterais com os principais países de destino, em que se definem as regalias sociais dos emigrantes e também o direito de transferir as poupanças dos emigrantes para Portugal, em 1965 é despenalizada a emigração clandestina e o nível de escolaridade deixa de condicionar a atribuição de passaporte (Resolução de Conselho de Ministros de 14 de Julho)¹⁷. António Salazar, que apresentara em prova académica o estudo intitulado *O Ágio do Ouro*, conhecia bem a importância das remessas nas finanças públicas. O direito de emigrar pouco tinha de ideológico: era uma questão demográfica e financeira.

¹⁷ BAGANHA, 1999. Excelente síntese sobre a política do Estado Novo nesta matéria. Mas a interpretação aqui apresentada é da minha responsabilidade, não coincidindo inteiramente com a apresentada pela autora.

Fontes e Bibliografia

Fontes

- CAMPOS, Ezequiel de, 1915 – *A Grei*. Porto: Renascença Portuguesa.
- COSTA, Afonso, 1911 – *Estudos de Economia Nacional*, vol. I: *O Problema da Emigração*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- LIMA, Adolfo, 1929 – *Emigração, seu regime, passaportes*. Famalicão: Tipografia Minerva.
- RAMOS, Carlos Vieira, 1913 – *Legislação sobre Emigração e passaportes*. Lisboa: Tipografia Adolfo Mendonça.
- SILVA, Fernando Emídio da Silva, 1917 – *Emigração Portuguesa*. Lisboa: Tipografia Universal.

Bibliografia

- ALVES, Jorge Fernandes, 1988 – “Operários para França e Inglaterra (1914-1918)”. *Revista da Faculdade de Letras – História*, II série, vol. V. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- ALVES, Jorge Fernandes; PEREIRA, M. Fernanda V.; MONTEIRO, M. do Rosário, 1992 – “Imigração galega na cidade do Porto: segunda metade do século XIX”. *Revista da Faculdade de Letras – História*, II série, vol. IX. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- ALVES, Jorge Fernandes, 1994 – *Os brasileiros, emigração e retorno no Porto oitocentista*. Porto: Edição do Autor.
- BAGANHA, Maria Ioannis, 1990 – *Portuguese emigration to the United States*. Nova Iorque: Garland Publishing Inc.
- BAGANHA, Maria Ioannis, 1991 – “Uma imagem desfocada – a emigração portuguesa e as fontes sobre a emigração”. *Análise Social*, vol. XXVI, 112-113. Lisboa: ICS.
- BAGANHA, Maria Ioannis, 1999 – “Emigração” in SERRÃO, Joel (dir.) – *Dicionário de História de Portugal, Suplemento, A-E*, vol. 7 (coord. António Barreto e Maria Filomena Mónica). Porto: Livraria Figueirinhas,
- CAMPOS, Ezequiel de, 1943 [1925] – “Proposta de lei de organização rural” in *O Enquadramento Geo-Económico da População Portuguesa através dos Séculos*, 2.^a edição. Lisboa: Editora Revista Ocidente.
- CASTELO, Cláudia, 2007 – *Passagens para África*. Porto: Afrontamento.
- DIAS, Eduardo Mayonne, 1983 – *A Presença Portuguesa no Havai*. Lisboa [Separata do Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa, 1].

- MIRANDA, Sacuntala, 1999 – *A Emigração Portuguesa e o Atlântico*. Lisboa: Salamandra.
- PEREIRA, Miriam Halpern, 1983 – *Livre-Câmbio e Desenvolvimento Económico: Portugal na segunda metade do século XIX*. Lisboa: Sá da Costa, 2.^a edição corrigida [1.^a edição – Lisboa: Cosmos, 1971].
- PEREIRA, Miriam Halpern; BAGANHA, Maria Ioannis; SILVA, Maria Beatriz Nizza da, 1993 – *Emigração e Imigração nos séculos XIX-XX*. Lisboa: Fragmentos.
- PEREIRA, Miriam Halpern, 1994 [1976] – “A I República: projectos e realizações” in *Das Revoluções Liberais ao Estado Novo*. Lisboa: Presença.
- PEREIRA, Miriam Halpern, 2002 – *A Política da Emigração Portuguesa (1850-1930)*. São Paulo: EDUSC (reedição revista e aumentada [1.^a edição – Lisboa: A Regra do Jogo, 1981]).
- REBELO, José Pequito, 1931 – *O Desastre das Reformas Agrárias*. Coimbra: Coimbra Editora.
- SILVA, Joaquim Palminha, 1996 – *Portugueses no Havai: séculos XIX e XX (da Imigração à Aculturação)*. Angra do Heroísmo: Gabinete de Emigração e Apoio às Comunidades Açorianas.

A EMIGRAÇÃO NO DISTRITO DE ANGRA DO HEROÍSMO (AÇORES). BREVE ANÁLISE COM BASE NOS REGISTOS DE PASSAPORTES DO TERCEIRO QUARTEL DO SÉCULO XIX E INÍCIOS DO SÉCULO XX

Susana Serpa Silva

Introdução

Apesar da historiografia contemporânea açoriana contar já com alguns e relevantes trabalhos sobre emigração – fenómeno intrínseco à realidade do arquipélago desde tempos ancestrais – contudo, não são muito numerosos os estudos baseados no levantamento e análise dos registos de passaportes. No tocante ao que se passou nos séculos XIX e XX, a primazia vai para a consulta dos relatórios dos Governadores Cívicos e das Juntas Gerais, dos Censos e Estatísticas publicadas, da imprensa ou até de relatos de cronistas e de viajantes.

O saudoso Artur Boavida Madeira terá sido dos primeiros historiadores da Universidade dos Açores a recorrer aos registos de passaportes na sua investigação sobre os fluxos emigratórios insulares entre 1766 e 1820, ou seja, num período aproximado ao da vigência da Capitania Geral¹. Porém, de resto, são poucos aqueles que os utilizam até porque este tipo de fonte encerra as suas especificidades, carecendo de metodologias de tratamento próprias e que os meios informáticos hodiernos ajudam a otimizar.

A consulta e escalpelização dos registos é assaz morosa, obrigando a um minucioso trabalho de recolha e análise de dados. Porém, no caso do arquipélago dos Açores, o maior problema reside no facto de as fontes estarem dispersas por diferentes ilhas, nos diversos Arquivos públicos, cujos acervos nem sempre estão completos, enfermando mesmo de lacunas, quer pelo desaparecimento ou perda dos respectivos livros, quer até por falhas verificadas nos próprios registos. Por vezes, existem grandes lapsos de tempo que estão a descoberto, impedindo um conhecimento sistemático do número de passaportes atribuído, bem como dos seus titulares ou requisitantes, dos seus dados pessoais, pontos de origem e destinos. Já o fizemos notar a propósito

¹ MADEIRA, 1999.

dos distritos de Ponta Delgada e Horta², como o faremos notar agora, no tocante ao distrito de Angra do Heroísmo.

Além disso, estamos cientes de que a análise destas fontes, ainda que muito importante, corresponde apenas a uma parcela do fenómeno e não à sua totalidade, porque a emigração ilegal ou clandestina era igual ou superior à que seguia pelas vias oficiais, especialmente nas ilhas mais pequenas e periféricas em relação aos centros do poder e decisão. Como refere Maria Isabel João, “muitos emigrantes açorianos não se sujeitavam às formalidades e dificuldades da requisição de passaporte nos governos civis, demasiado inacessíveis para muitos ilhéus”³. Inacessíveis, de facto, do ponto de vista geográfico, mas também cultural e económico.

O pequeno e parcial contributo que nos propomos dar relativamente ao estudo da emigração no distrito de Angra do Heroísmo –, formado pelas ilhas Terceira, Graciosa e S. Jorge –, nos períodos balizados entre 1850 a 1874 e 1917 a 1920, partiu da análise, por método de amostragem, de registos já digitalizados e disponibilizados on-line que nos foram gentilmente dados a conhecer pelo Director da Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo⁴, Dr. Marcolino Candeias Lopes, a quem dirigimos os nossos agradecimentos. Embora esses registos abranjam um período que, *grosso modo*, vai de 1832 a 1920, enfermam contudo de muitas falhas e lacunas para as quais, de momento, não encontramos explicação. É possível que os livros existam, mas ainda não tenham sido tratados e disponibilizados em base de dados, embora também alguns deles se possam ter perdido. A falta de informações para alguns anos ou décadas, especialmente entre 1881 e 1916, mitigou e limitou a nossa pesquisa que, então assumimos, se aproxima muito mais de uma estimativa do que de uma abordagem total e conclusiva.

Por outro lado, não obstante os lapsos, atendendo ao volume imenso de dados ainda assim apresentados, recorreremos, como referimos, a uma amostra que corresponde aos primeiros cinco anos das décadas de 1850, 1860 e 1870, bem como aos anos de 1917 a 1920, de forma a podermos descortinar, em estudo comparativo, a existência de eventuais diferenças entre os fluxos emigratórios saídos do distrito de Angra no terceiro quartel do século XIX e nos inícios do século XX. O objectivo desta comunicação é apenas o de dar a conhecer, entre outros dados, o número de passaportes emitidos, o montante de requisitantes, os seus estados civis, médias de idades, nacionalidades e, sobretudo, os destinos escolhidos, de modo a contribuir –, de forma aproximada e não em termos absolutos –, para o estudo do fenómeno emigratório nas ilhas do distrito de Angra do Heroísmo.

² SILVA, 2009: 381-400; SILVA, 2010.

³ JOÃO, 1991: 183.

⁴ Ver www.bparah.pt/Fontes%20Emigração/passaportes.htm.

1. A emigração no distrito de Angra do Heroísmo (1850-1874)

Abandonada a emigração de matriz colonial, controlada pela Coroa, e uma vez consolidado o regime liberal em Portugal, a partir dos anos de 1830 do século XIX, criaram-se as condições para que os fluxos migratórios resultassem da livre e espontânea vontade das populações. Das ilhas açorianas rumou-se em direcção à nova nação livre e independente – o Brasil – que, além das suas riquezas e produções, continuava a partilhar com a terra de origem dos embarcados a língua, a religião e os costumes⁵.

Apesar das diferenças que se podem detectar entre os grupos ou as várias ilhas dos Açores no tocante ao rumo escolhido por aqueles que partiam, podemos afirmar que, no cômputo geral, até às décadas de 70 e 80 de Oitocentos, o *El Dorado* brasileiro predominou como território de acolhimento, embora em ilhas como o Faial, o Pico ou até S. Miguel, os EUA e o Havai tenham constituído destinos de considerável afluência já durante esse período.

Assim, como refere Artur Madeira, “obedecendo a estratégias de ordem individual ou familiar, emigrava-se, então, oficialmente pelos três centros – Angra, Horta e Ponta Delgada”⁶ – ou de forma subreptícia à revelia das autoridades. Atentemos, pois, ao êxodo verificado no distrito de Angra do Heroísmo, segundo os dados que conseguimos compulsar.

Sabendo que os registos a que tivemos acesso começam em Março de 1850 e terminam em Julho de 1920, sem uma sequência completa, só no período que vai de 1850 a 1880 – como se comprova no quadro n.º 1 – foram atribuídos pelo Governo Civil de Angra 10 979 passaportes. Nos anos de 1917 a 1920, o conjunto foi de 2 551 documentos. Somando os dois períodos, obtivemos um total de 13 530 passaportes, índice bastante revelador do pendor emigratório destas populações se atendermos, como veremos, o quanto era diminuta a percentagem dos requisitantes que viajavam a negócios ou por lazer.

⁵ RILEY, 2003: 147, 150.

⁶ MADEIRA, 2004: 296.

Quadro n.º 1
Número de passaportes atribuídos no distrito de Angra do Heroísmo
(1850-1880 e 1917-1920)

Anos	Passaportes
1850	152
1851	136
1852	70
1853	106
1854	319
1855	560
1856	406
1857	366
1858	370
1859	200
1860	352
1861	171
1862	381
1863	202
1864	193
1865	386
1866	335
1867	266
1868	321
1869	329
1870	338
1871	434
1872	508
1873	796
1874	656
1875	489
1876	246
1877	622
1878	366
1879	281
1880	622
Sub-total	10 979
1917	484
1918	9
1919	622
1920	1 436
Sub-total	2 551
Total	13 530

Como também se pode verificar no quadro n.º 1, a tendência geral é para o gradual aumento do número de passaportes por cada ano (salvo algumas excepções), destacando-se a década de 1870 e o ano de 1880 em que se registaram os valores mais elevados. Não se pode descurar quanto às causas do crescimento dos fluxos emigratórios, as explicações relacionadas com as graves crises de subsistências que assolavam as ilhas, a ruína dos vinhedos que, a partir de 1853, afectou particularmente este distrito, acrescida, na década de 1870, pelo declínio da economia da laranja que, além da ilha de S. Miguel, atingiu também a ilha Terceira.

Com base em dados avançados por Artur Madeira em 2004, entre 1866 e 1880 a média anual de saídas de emigrantes açorianos rondava os 2 000 indivíduos, quantitativo este que ascendeu a cerca de 3 700 entre 1880 e 1890⁷. Sendo assim, se nos ativermos aos valores do quadro n.º 1 e mesmo sabendo que a um passaporte podia corresponder mais do que uma pessoa, podemos considerar que a emigração saída do distrito de Angra oscilaria, em média, entre os 15 e os 30% do total do êxodo oficial insular. De resto, o mesmo historiador concluiu, para o último quinquénio oitocentista, que segundo as estatísticas das autoridades de Angra este distrito seria responsável por “cerca de 30% da emigração oficial açoriana”⁸.

Já no século XX, ainda que em 1917 se verifiquem 484 requisições de passaporte, não surpreende a drástica retracção verificada em 1918 se nos ativermos ao envolvimento de Portugal na Primeira Guerra Mundial, a partir de Março de 1916. Os Açores – pela sua posição geo-estratégica – seriam igualmente afectados, sobretudo a partir do Verão de 1917 e a conjuntura, no geral, não se afigurava favorável à emigração. A partir do restabelecimento da paz, a emigração volta a subir avassaladoramente nos anos de 1919 e 1920, ainda que, como veremos, tomando como horizonte um rumo diferente.

Nas décadas de 1850, 1860 e 1870 o destino preferencial dos requisitantes de passaporte no distrito de Angra, era, sem sombra de dúvida, o Brasil.

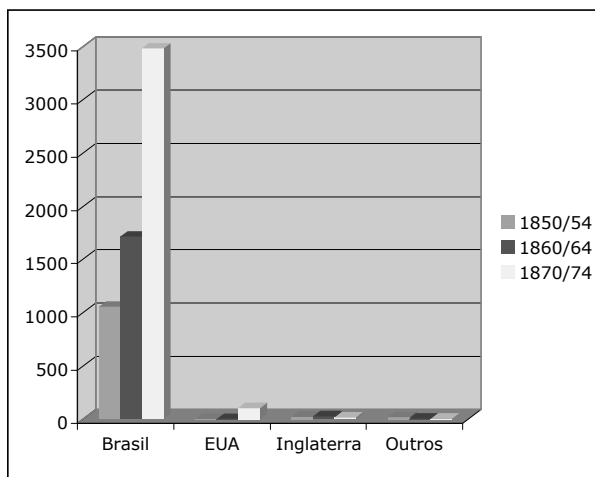
Quadro n.º 2
Destinos dos portadores de passaporte (1850-1874)

Anos	Brasil	EUA	Inglaterra	Outros	Total
1850-1854	1 056	3	25	19	1 103
1860-1864	1 718	4	28	5	1 755
1870-1874	3 481	105	16	6	3 608
Total	6 255	112	69	30	6 466

⁷ MADEIRA, 2004: 297.

⁸ MADEIRA, 2004: 297.

Gráfico n.º 1
Destinos dos portadores de passaporte (1850-1874)



De um total de 6 466 portadores de passaporte, 6 255 partiram para o Brasil, ou seja, 96,7%, perfazendo uma linha sempre ascendente. Como podemos notar pela leitura do gráfico n.º 1, os valores relativos aos EUA, Inglaterra e outros países (como a França, a Espanha, a Bélgica, o Paraguai ou a região ultramarina de Angola) são quase insignificantes.

Dentro do território brasileiro, os emigrantes saídos do distrito de Angra do Heroísmo elegiam o Rio de Janeiro como porto preferencial de chegada. Muitos partiriam para outras regiões ou localidades do país, mas muitos também fixariam residência nesta cidade. Não sabemos ao certo. A certeza que temos é de que nos primeiros cinco anos da década de 1850, por exemplo, mais de 85% dos registos apontavam como ponto de desembarque a cidade do Rio de Janeiro. Os restantes apenas referem Brasil e somente um indica Pernambuco. No mesmo período da década de 1860, deparamos com a mesma situação: cerca de 90% têm a indicação de Rio de Janeiro. Apenas quatro registos apontam a Baía e os demais somente Brasil. Em igual lapso de tempo dos anos 1870, podemos afirmar que cerca de 95% rumava ao Rio de Janeiro. De resto, cinco foram para o Rio Grande do Sul, 17 para a Baía, oito para o Ceará, 13 para o Pará e um para Pernambuco, numa precisão de registos que talvez se deva ao maior rigor do escrivão.

Entre aqueles que iam com destino a outras paragens, como a Inglaterra, por exemplo, contavam-se, sobretudo, negociantes de origem judaica que se fixaram na ilha Terceira, bem como alguns (muito poucos) casais britânicos que viveriam nas ilhas ou então as visitavam. Por vezes, muito raramente, surgem membros de tripulações que regressavam ao seu país de origem (ex: França) ou então jovens cavalheiros

da elite social local que iriam, possivelmente, em viagem de recreio e instrução até à Europa.

Estas explicações remetem-nos, então, para a questão da naturalidade dos portadores de passaporte do distrito no período em estudo.

Quadro n.º 3
Naturalidade dos portadores de passaporte (1850-1874)

Anos	Terceira	Graciosa	São Jorge	Outras ilhas	Continente	Madeira e Ultramar	Estrangeiro
1850-1854	863	32	36	52	73	4	31
1860-1864	1 508	69	39	81	21	4	23
1870-1874	3 149	104	128	157	39	2	21
Total	5 520	205	203	290	133	10	75

Nota: Sem indicação, 30 titulares de passaportes.

Como se constata pelo quadro n.º 3, a grande fatia do contingente da emigração saída por Angra era natural da ilha Terceira (85,4%), ou seja, daquela onde se situava a única cidade das três ilhas e, logo, o Governo Civil. Em segundo lugar, se juntarmos as duas ilhas de S. Jorge e Graciosa, o volume ascende a 408 pessoas que correspondem, apenas, a 6,3%. Mas, destas ilhas, certamente, partiriam muitos outros emigrantes, de forma clandestina, a coberto do isolamento e da falta de fiscalização das autoridades. No total, os portadores de passaporte naturais do distrito de Angra perfaziam 91,7% dos registados. Em terceiro lugar estão então os oriundos de outras ilhas do arquipélago, com 290 registos, sendo maioritariamente do Pico e de S. Miguel, surgindo, de vez em quando, alguns faialenses e florentinos. Apenas nos anos 1850 encontramos um indivíduo natural de Santa Maria.

Originários da ilha da Madeira somente surgiram seis pessoas e as restantes quatro diziam-se de Moçambique ou de Angola. Entre os designados como continentais, muitos limitavam-se a dar-se como “portugueses”, mas outros eram mais específicos: contamos três oriundos de Braga, dois de Viseu, 10 do Porto, sete de Lisboa e apenas um, respectivamente, de Chaves, Guimarães, Coimbra, Amarante, Lamego, Vila do Rei, Celorico da Beira, Loulé e Almada.

Entre os estrangeiros, como já referimos anteriormente, contavam-se hebreus ou naturais de Marrocos e Argel, alguns ingleses e franceses, poucos italianos e espanhóis, um norte-americano e pelo menos 21 brasileiros, possivelmente, emigrantes já naturalizados.

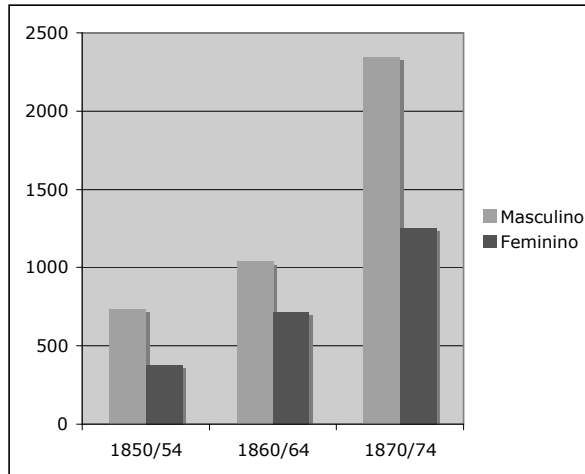
Sabendo, então, que 96,7% dos detentores de passaporte rumavam ao Brasil, podemos afirmar que a esmagadora maioria eram emigrantes que buscavam uma vida melhor neste território, obedecendo ainda a um modelo de emigração próprio do

século XIX português, maioritariamente masculino e, por isso, imbuído de ideais de retorno, como já comprovou Miriam Halpern Pereira.

Quadro n.º 4
Requisitantes ou portadores de passaporte, por género (1850-1874)

Anos	Masculino	Feminino	Total
1850-1854	734	379	1 113
1860-1864	1 038	715	1 753
1870-1874	2 345	1 255	3 600
Total	4 117	2 349	6 466

Gráfico n.º 2
Requisitantes ou portadores de passaporte, por género (1850-1874)



A leitura do quadro n.º 4 e do gráfico n.º 2 permite-nos verificar que a mobilidade populacional do distrito de Angra – à semelhança dos outros distritos do arquipélago – era essencialmente masculina, dado que partia quase o dobro de homens em relação às mulheres. Não obstante, se os índices de emigração masculina foram de sentido ascendente, o mesmo sucedeu com o êxodo feminino cujos valores não podem, de modo algum, ser descurados. Além disso, note-se que se nos anos 1860 e 1870 os registos são mais rigorosos e sistemáticos, discriminando todos os elementos integrados no mesmo passaporte, nos anos 1850 ainda se apontavam, vagamente, os acompanhantes do requerente, assinalando, apenas, mulher e filhos ou outro parente. Ora, esta particularidade não só faz avolumar ainda mais o número de saídas, como acresce, para aquele período (anos 1860 e 1870), o número de mulheres emigrantes.

Entre 1850 e 1854 contabilizamos, à parte, 113 esposas e 235 filhos, dos quais muitos eram meninas ou adolescentes do sexo feminino. Além destes, seguiam outros parentes, como por exemplo: 32 irmãos, 15 sobrinhos, 15 primos e 8 cunhados, para além, é claro, de uma dúzia e meia de criados.

Se o volume de emigrantes, por género, é bastante diferenciado, no tocante aos estados civis, a tendência é semelhante.

Quadro n.º 5
Titulares por estado civil consoante o género (1850-1874)

Masculino

Anos	Solteiros	Casados	Viúvos	Sem indicação	Total
1850-1854	482	225	16	11	734
1860-1864	743	265	20	10	1 038
1870-1874	1 478	821	33	13	2 345
Total	2 703	1 311	69	34	4 117

Feminino

Anos	Solteiras	Casadas	Viúvas	Sem indicação	Total
1850-1854	162	101	22	94	379
1860-1864	482	172	41	20	715
1870-1874	766	398	49	42	1 255
Total	1 410	671	112	156	2 349

Como comprovam os dados do quadro n.º 5, o número de jovens solteiros era muito superior ao de homens casados e o mesmo fenómeno também acontecia com o género feminino⁹. De facto, tal como no distrito de Ponta Delgada, em épocas mais recuadas, muitos jovens solteiros partiam sozinhos – alguns deles fugindo aos rigores do recrutamento e serviço militar. Todavia, o elevado número de rapazes e também de raparigas solteiras, quando comparado ao de casados, dever-se-ia também ao facto de serem os filhos das numerosas proles que acompanhavam alguns casais ou homens e mulheres viúvas que partiam em busca de melhor sorte.

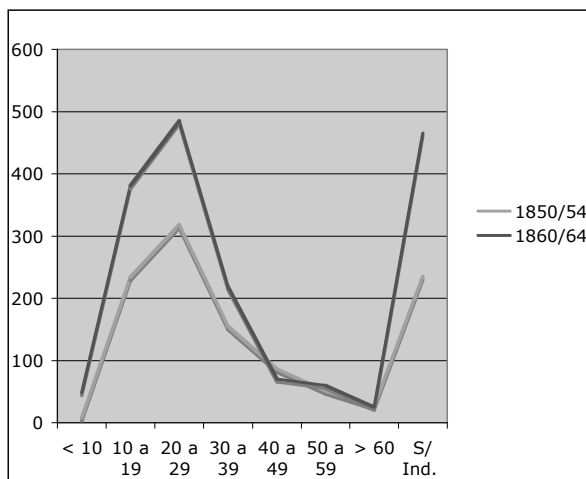
Quanto à relação homens casados/mulheres casadas, podemos concluir que estas são sensivelmente metade deles o que significará que apenas cerca de 50% de esposas acompanhava os seus maridos ou então partiam, mais tarde, ao seu encontro.

No cômputo geral, e na sequência da tendência verificada com os estados civis, pode-se comprovar pelo gráfico n.º 3 que também no distrito de Angra (como nos

⁹ Também nos finais do século XIX, a maioria dos emigrantes saídos por Angra do Heroísmo era solteira (62%). Ver MADEIRA, 2004: 302.

demais do arquipélago) a emigração favorecia a sangria de gente jovem, ou seja, de população activa o que, em alguns períodos, suscitava grande apreensão por parte das autoridades e de alguma opinião publicada. Se as populações reclamavam facilidades quanto ao direito à emigração, esgrimindo o argumento das dificuldades económicas, alguns governantes locais temiam a eventual escassez de mão-de-obra e diversa imprensa ventilava os perigos da exploração dos colonos que, em vez de contribuírem para a riqueza da sua terra, iam promover a riqueza de territórios estrangeiros. Por meados da centúria, quando ainda era promissora a “economia da laranja”, que recrutava muito trabalho braçal, a emigração para o Brasil era tida por muito desvantajosa. Mas, em épocas de maior crise e até de desemprego, avultavam as vozes que defendiam o fenómeno emigratório como um acto livre e regulador das próprias relações entre a sociedade e a economia¹⁰. Ainda assim, não restam dúvidas de que as ilhas perdiam muita da sua população jovem.

Gráfico n.º 3
Médias de idades dos titulares dos passaportes (1850-1874)



No gráfico n.º 3 estão apenas representadas as médias de idades dos primeiros anos das décadas de 1850 e 1860, porque a partir de 1864 a indicação das mesmas torna-se assaz irregular. Nos anos de 1870 as lacunas são sucessivas, levando a que o número dos que não tem indicação de idade seja tão elevado que retire o significado aos demais. Como se pode anotar, os montantes mais elevados concentram-se, por ordem decrescente, nas faixas dos 20 aos 29 anos, dos 10 aos 19 e ainda dos 30 aos

¹⁰ CORDEIRO, SILVA, 2010: 337-338.

39. O mais novo emigrante que encontramos contava três meses de idade e o mais velho somava 77 anos de vida.

Sendo certo que não encontramos quaisquer dados sobre o grau de instrução dos requerentes de passaporte e que a indicação das profissões era muito rara, acentuando-se um pouco mais na década de 1870 em diante – ainda que de forma pouco representativa – podemos afirmar que, como no geral do arquipélago, a maioria dos titulares de passaporte em Angra do Heroísmo era de condição social baixa. Chegamos mesmo a deparar com a indicação de que José do Couto de Barcelos e José Mendes de Sousa eram, ambos, indigentes e conseguimos contabilizar pelo menos 6 expostos e 4 expostas.

No entanto, emigravam para o Brasil alguns padres (no ano 1860 verificamos os sacerdotes Manuel Francisco de Aguiar Valadão e José da Avé Maria entre os titulares) e algumas senhoras distintas pelo uso da expressão Dona, como: D. Florinda Paim de Meneses e sua filha D. Belmira Paim de Meneses, D. Francisca Augusta de Sousa da Silva, D. Ana de Sampaio da Silva Carvalho, D. Maria do Nascimento Alemão, D. Isabel Carlota de Almeida e Canto, entre outras. Aliás, a variedade de sobrenomes e de apelidos era imensa, retratando famílias de origens humildes, mas outras de tradição menos modesta.

Quadro n.º 6
Sobrenomes mais frequentes, por ordem alfabética

A	Aguiar Areia ou Areias Ávila Azevedo	G	Gaspar Godinho Gonçalves Goulart	N	Nunes	T	Teixeira Toste
B	Barcelos Bettencourt Borba Borges Brasil Brum	H	Homem	O	Oliveira Ormonde	U	
C	Coelho Corvelo Cota Costa	I		P	Pacheco Paim Pamplona Parreira Pereira Pinheiro Pires	V	Valadão Vaz Vieira
D	Dias	J		Q		X	

(Continuação do Quadro n.º 6)

E	Espínola	L	Lima Lourenço	R	Ribeiro Rocha Romeiro Rosa	Z
F	Fagundes Ferreira Fonseca	M	Machado Marques Martins Melo Mendes Mendonça Meneses Moules	S	Santos Silva Silveira Soares Sousa	

Quadro n.º 7

Outros sobrenomes que surgem mais de uma vez (por ordem alfabética)

A	Alemão Almada Almeida Alvernaz Alves Amaral Amorim Andrade Arruda Ascensão Avelar Azera	G	Galego Gamboa Garcia Garrão Gentil Gil Gomes Gouveia Gravito Gregório	N	Neto Nogueira Noronha	T	Tavares Terra Toledo Tristão
B	Baptista Barbosa Barros Belo Berbereia Bertão Bezerra Boaverges Brito Bruges	H	Hermogens Horta	O	Ornelas Ourique	U	

A emigração no distrito de Angra do Heroísmo (Açores). Breve análise com base nos registos de passaportes do terceiro quartel do século XIX e inícios do século XX

(Continuação do Quadro n.º 7)

C	Caetano Caldeira Campos Candeias Canto Capim Cardoso Carmo Carreiro Carvalho Castro Cavaco Chaves Codorniz Cordeiro Correia Couto Cunha	I		P	Paixão Pastor Picanço Pimentel Pedreira Pedro Pedroso Plácido	V	Vasconcelos Veiga Velho Velo Ventura Viveiros
D	Dinis Drumond Duarte Dutra	J	Jordão	Q	Quadros Quaresma	X	Xavier
E	Enes Esteves	L	Laranja Lázaro Leal Lemos Leonardo Linhares Lobão Loureiro Louro Lucas Luís	R	Raimundo Ramos Rebelo Rego Reis Resende Rodrigues Roque	Z	
F	Fabício Faleiro Faria Fernandes Ferraz Fialho Fonte Fortuna Franco Freitas Fraga Frois Frutuoso	M	Maciel Maduro Magalhães Matos Meireles Miranda Moniz Morais Mota Moura	S	Sá Salé Sampaio Santiago Sequeira Serpa Simas Simões		

Se através dos quadros anteriores podemos notar a grande diversidade de sobrenomes, alguns deles de proveniência elitista, outros de origem mais remota ou mais usuais em determinadas ilhas (por exemplo, Cota, Goulart, Ávila, Valadão, Espínola, Toledo, Bruges são mais comuns nas ilhas do grupo central); o uso de alcunhas também era uma realidade, aliás, muito peculiar entre o mundo popular insular dos séculos XIX e XX. Estes nomes personalizados e mais fáceis de memorizar resultavam da aplicação de múltiplos critérios, entre eles, o lugar de naturalidade do indivíduo, a sua profissão, as suas características físicas ou psicológicas, e, até por vezes, vícios e costumes a que eram dados. No conjunto de nomes recolhidos encontramos as seguintes alcunhas: Abril, Arengas, Balieiro, Belerique, Cabeça, Canhoto, Capote, Carauta, Chamusca, Compasso, Evangelho, Garraz, Gato, Governo, Guardanapo, Inverno, Mancebo, Pêssego, Pimpão, Quartilho, Ribeira Seca, Trovão e Vivas.

Apenas na amostra da década de 1870, conforme já mencionamos, conseguimos apurar alguns dados quanto às profissões dos emigrantes, que no quadro seguinte se enumeram.

Quadro n.º 8
Profissões indicadas nos registos de requerentes de
passaporte com destino ao Brasil (1870-1874)

Profissão	N.º de vezes indicada
Artista	1
Barbeiro	1
Caixeiro	7
Carpinteiro	3
Carpinteiro de Carros	1
Cirurgião	1
Cocheiro	1
Costureira	1
Criada	3
Curtidor	1
Estudante	4
Florista	1
Jardineiro	1
Jornaleiro	1
Lavrador	2
Marítimo	5
Negociante	3
Ourives	1
Padeiro	3
Padre	2
Pedreiro	4

A emigração no distrito de Angra do Heroísmo (Açores). Breve análise com base nos registos de passaportes do terceiro quartel do século XIX e inícios do século XX

(Continuação do Quadro n.º 8)

Profissão	N.º de vezes indicada
Professor de Instrução Primária	1
Proprietário	3
Sapateiro	3
Trabalhador	59
Vive de sua agência	1

Se o destacado número de trabalhadores, associado ao de marítimos, carpinteiros, pedreiros e outros artífices atesta, por dedução, a origem popular de muitos emigrantes, o registo de negociantes, caixeiros, proprietários e até de um cirurgião e de um professor primário revelam a existência de elementos da burguesia, inerentes, pois, a uma classe média que começou a destacar-se na segunda metade do século XIX. Todavia, se por motivos económicos, sociais ou judiciais algumas gentes letradas e urbanas se viam compelidas a partir, a prevalência dos mais desfavorecidos persiste, como igualmente sucedia nos demais distritos do arquipélago. Se nas ilhas mais ocidentais o êxodo de marítimos, associados à pesca da baleia, era mais significativo, nas ilhas mais populosas, como S. Miguel e Terceira, o êxodo dos homens da terra (camponeses e trabalhadores) era bem maior, pois “a concentração fundiária da propriedade e[ra] um importante factor de pressão social”¹¹, acrescido das calamidades e dos maus anos agrícolas. Daí a procura das plantações do café e do açúcar tanto no Brasil, como no Havai.

Finalmente, outra informação interessante que ressalta da consulta dos registos de passaportes, neste período do terceiro quartel do século XIX, é a indicação das embarcações onde partiam os emigrantes para terras de Vera Cruz.

Quadro n.º 9
Embarcações indicadas nos registos de passaportes (1857-1863)

Anos	Nome da embarcação	N.º de vezes indicada
1857	Galera brasileira <i>Açoriana</i>	1
	Patacho português <i>Costa da Praia</i>	1
	Galera brasileira <i>Palmira</i>	1
	Barca portuguesa <i>Novo Rival</i>	1
1858	Brigue português <i>Jovem Artur</i>	2
	Brigue português <i>Guilherme</i>	1
	Galera portuguesa <i>Nova Rival</i>	1
1859	Galera portuguesa <i>Nova Rival</i>	1
	Patacho português <i>Esperança</i>	1

¹¹ RILEY, 2003: 148-149.

(Continuação do Quadro n.º 9)

Anos	Nome da embarcação	N.º de vezes indicada
1860	Brigue português <i>Jovem Artur</i>	2
	Galera portuguesa <i>Nova Rival</i>	1
	Patacho português <i>Esperança</i>	1
1861	Barca <i>Conceição</i>	1
	Patacho português <i>Esperança</i>	1
	Brigue português <i>Jovem Artur</i>	1
1862	Patacho português <i>Esperança</i>	2
	Barca portuguesa <i>Conceição</i>	2
	Patacho <i>Terceirense</i>	2
	Patacho português <i>Angrense</i>	1
1863	Patacho português <i>Esperança</i>	1
	Patacho <i>Terceirense</i>	1

Nos anos indicados partiam autênticas levas de emigrantes nestes navios que, por mais de uma vez, no mesmo ano, tocavam o porto de Angra do Heroísmo para recolha de passageiros. Não obstante, possivelmente algumas destas e, de certo, muitas outras embarcações participavam do tráfico ilegal, recolhendo emigrantes durante a noite e ultrapassando, com grave atropelo das condições de higiene e conforto, a sua lotação máxima.

2. A emigração no distrito de Angra do Heroísmo (1917-1920)

Ainda que de forma breve e parcelar, a abordagem destes anos do século XX representa apenas um pretexto para comprovar a mudança de rumo da emigração oriunda de Angra. Se o Brasil foi, durante mais de uma centúria o ponto de confluência dos contingentes de emigrantes deste distrito e dos demais dos Açores, nos anos 90 do século XIX foi-se impondo uma viragem que resultou no aumento do êxodo para os EUA. O afastamento em relação ao Brasil não foi abrupto e repentino. Já nos anos de 1880 tivera início o ciclo havaiano e, portanto, foi de forma gradual que os EUA se foram impondo, até suplantarem o território brasileiro¹².

Se no distrito da Horta, o constante assédio das baleeiras norte-americanas terá constituído um forte incentivo a essa mudança de rumo, – que se iniciou, aliás, mais cedo – no de Angra do Heroísmo desconhecemos as razões concretas que motivaram essa alteração. Afigura-se-nos, porém, que a descoberta das minas da Califórnia, por meados da centúria, terá constituído um motivo de grande ponderação, a avaliar pelo papel desempenhado pelo ouro californiano na edificação da arquitectura do Ramo Grande, na ilha Terceira.

¹² MENDONÇA, ÁVILA, 2002: 165.

De qualquer forma, nos inícios do século XX, a tendência estava consumada e como referiu Raúl Brandão, em 1924: “Se a América abrisse largamente as portas, os Açores despovoavam-se”¹³. De facto, desde a última década de Oitocentos que se avolumavam as cartas de chamada dos parentes que estavam nos EUA (o novo *El Dorado*), cujo progresso económico e material constituía um forte apelo à imigração açoriana. Pelo contrário, neste período, o Brasil enfrentou grandes dificuldades, desde logo, com a crise do café que ensombrou as expectativas dos forasteiros e restringiu as remessas dos emigrantes. Além disso, nos finais da centúria, o território brasileiro tornou-se menos aliciante para os portugueses pelo facto de esta comunidade ter começado a perder a sua preponderância em actividades como o comércio, devido à concorrência de outros povos europeus que por lá se fixaram¹⁴.

A crescente admiração pela América e pelos bens americanos infiltrou-se irreversivelmente entre os açorianos, fazendo inclusive aumentar as carreiras de navios a vapor entre o arquipélago e a América do Norte. Para Sacuntala de Miranda, este incremento da emigração açoriana para os EUA motivará, em parte, a persistência dos portugueses nortenhos a procurarem o Brasil, até meados do século XX¹⁵, pois de acordo com Artur Madeira a emigração de açorianos chegou, de facto, a assumir em determinados momentos contornos ímpares no contexto nacional, rivalizando mesmo com outros distritos ou regiões¹⁶.

Na viragem de Oitocentos para Novecentos, os contornos da emigração a partir da ilha Terceira modificaram-se substancialmente¹⁷, desde logo pelo rumo preferencial dos emigrantes. Se em 1897 e 1898 a escolha dos EUA equiparava-se à do Brasil, de 1899 em diante os EUA acabaram mesmo por ultrapassar em larga escala o antigo destino. Vejamos o que se passou entre 1917 e 1920 no que concerne à atribuição de passaportes.

Quadro n.º 10
Destino apontado em cada passaporte nos anos
de 1917 a 1920 (12 de Janeiro de 1917 a 9 de Julho de 1920)

Anos	EUA	Brasil	Outros	Total
1917	458	26	-	484
1918	3	6	-	9
1919	547	73	2	622
1920	1 372	59	5	1 436
Total	2 380	164	7	2 551

¹³ Raúl Brandão cit. por JOÃO, 1991: 190.

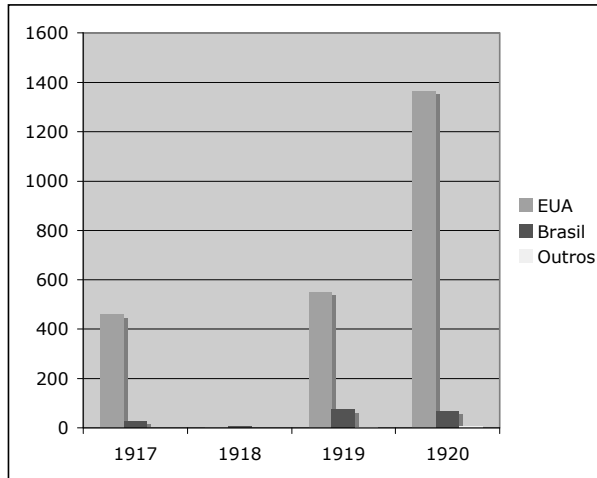
¹⁴ MENDONÇA, ÁVILA, 2002: 168-169.

¹⁵ MIRANDA, 1999.

¹⁶ MADEIRA, 2004: 296.

¹⁷ MADEIRA, 2004: 301 e ss.

Gráfico n.º 4
Destino apontado em cada passaporte nos anos
de 1917 a 1920 (12 de Janeiro de 1917 a 9 de Julho de 1920)



O quadro n.º 10 e o gráfico n.º 4 demonstram como nos finais da segunda década do século XX – mesmo antes da chamada era das restrições à emigração que teve início em 1921¹⁸ – avultava a emigração para a América do Norte, e neste caso, com a primazia do estado da Califórnia. No conjunto destes anos a que tivemos acesso, apenas 6,8% de emigrantes partiu com destino a território brasileiro, sendo ainda o Rio de Janeiro a principal porta de entrada. Em 1917, por exemplo, dos 26 indivíduos contabilizados, 19 seguiram para o Rio e em 1920, dos 59 emigrantes com destino ao território sul americano, 54 dirigiram-se ao Rio de Janeiro, dois à Baía e três simplesmente ao Brasil, quando em 1919 encontramos apenas três com a indicação de Santos.

Conclusões

Então, considerando a clara preferência pelos EUA, quem continuava a escolher o Brasil como país de acolhimento? Ou melhor, quem continua a requerer passaporte com destino ao Brasil? Em termos muito genéricos e com base no quadro n.º 11, podemos dizer que:

- as tendências verificadas no passado continuavam a persistir, já que procuravam o Brasil homens e mulheres solteiras, mas também agregados familiares, por

¹⁸ MENDONÇA, ÁVILA, 2002: 213 e ss.

A emigração no distrito de Angra do Heroísmo (Açores). Breve análise com base nos registos de passaportes do terceiro quartel do século XIX e inícios do século XX

vezes com mais de uma geração e entre os quais se denotam esposas ou filhos já brasileiros, indiciando possíveis visitas temporárias às ilhas de origem ou processos de retorno que não resultaram;

- exceptuando dois micalenses, três picoenses, um florentino, cinco espanholas, um continental e sete brasileiros, todos os demais titulares eram naturais da ilha Terceira, notando-se, por vezes, a mesma localidade de proveniência. Embora sem laços de parentesco, as amizades e a vizinhança poderiam influenciar a escolha do destino;
- por fim, ainda que muitos portadores de passaporte não tenham a indicação da profissão, continuam a sobressair os trabalhadores manuais, mas também alguns proprietários que podem ser um sinal de autênticos processos de “vai e vem” entre o Brasil e as ilhas.

Quadro n.º 11

Emigrantes do distrito de Angra com destino ao Brasil (Janeiro de 1917 a Julho de 1920)

Anos	Indivíduos	Est. Civ.	Idade	Profissão	Naturalidade	Filiação	Filhos
1917	Francisco Pedro Toste	C	42	Lavrador	Terceira	José Pedro Toste e Faustina Cândida	Emília, 9 anos Francisco, 6 anos
	Emília Cândida Toste		33	Doméstica	Rio de Janeiro	José de Sousa Tomé e M ^a Cândida Borges	
1917	Maria Teodora Paim	V	67	-	Terceira	Francisco de Sousa Martins e Teodora Francisca	António Paim da Câmara, 22 anos
1917	Manuel Rebelo Mendes	S	34	-	Terceira	António José Rebelo e M ^a de Sto. António Mendes	-
1917	Manuel Mendes	S	32	-	Terceira	António Augusto Mendes e Francisca de Aguiar Fagundes	-
1917	Jesuína Augusta Alves	S	32	-	Terceira	José Coelho Alves e M ^a Rosa Augusta	-

(Continuação do quadro n.º 11)

Anos	Indivíduos	Est. Civ.	Idade	Profissão	Naturalidade	Filiação	Filhos
1917	Manuel Machado Bertão	C	36	Proprietário	Terceira	Manuel Machado Bertão e Rosa Cândida	Rosa, 13 anos; M ^a de Jesus, 8; Albertina, 5; João, 3 anos; Dalila, 17 meses (os três primeiros naturais do Rio e os mais novos do Raminho)
	Etelvina da Conceição Bertão		32	-		António Machado dos Santos e M ^a Cândida Mendes	
1917	António Homem de Meneses	S	37	-	Terceira	José Homem de Meneses e Maria Júlia	-
1917	Guilhermina Garcia	S	26	-	Terceira	Joaquim Borges Garcia ou Joaquim Borges de Barcelos Romeiro e M ^a Cândida	-
1917	José Ferreira da Rocha	S	42	-	Terceira	Teodoro Ferreira da Fonseca e M ^a do Carmo	-
1917	Clementina de Jesus	S	36	-	Rio de Janeiro	José André e Rosa de Jesus	-
1917	José Nunes Vieira	S	7	-	Rio de Janeiro	José Nunes Vieira e Rosa Augusta Vieira	-
1917	António Gonçalves Fantasia	C	46	-	Terceira	António Gonçalves Fantasia e Catarina Vitorina	José, 5 anos; Iria, 19 meses
	Maria dos Santos		38			José Martins de Borba e Faustina Cândida	
1917	Francisco do Couto Mota	C	55	Proprietário	S. Miguel	António do Couto Mota e Francisca de Jesus	-

A emigração no distrito de Angra do Heroísmo (Açores). Breve análise com base nos registos de passaportes do terceiro quartel do século XIX e inícios do século XX

(Continuação do quadro n.º 11)

Anos	Indivíduos	Est. Civ.	Idade	Profissão	Naturalidade	Filiação	Filhos
1918	Camilo Gonçalves Ferreira	C	30	Negociante	Terceira	José Machado da Costa e M ^a José Pires	Cristina, 7 meses
	Palmira de Lourdes Rebelo Ferreira		20	-		Francisco José Rebelo e Rosa de Jesus Mendes	
1918	Maria da Luz Ávila	V	38	-	Terceira	Francisco Pereira de Sousa e Mariana Inácia	Rosa, 12 anos; José, 9
1919	João Lourenço do Rego	S	62	Proprietário	Terceira	José Lourenço do Rego e Maria José	-
1919	Rosa de Jesus Lourenço	C	54	-	Terceira	José Lourenço do Rego e Maria José	Pedro, 14 anos
1919	José Ferreira Ormonde	C	71	Proprietário	Terceira	José Ferreira Ormonde e Sebastiana Vitória	-
	Antónia da Conceição		64	-	Lajes do Pico	Manuel Pereira Domingos e Catarina da Conceição	
1919	Antónia Correia de Ávila	C	50	-	Barcelona	Jayme Surana Tora e D. Josefa Surano Torá	Marta, 29 anos; Horácia, 15; Clélia, 11
1919	Maria Luísa	S	6	-	Barcelona	José Graelles Daniel e Marta Correia Daniel	-
1919	Manuel Alves Correia	C	40	-	Terceira	José Alves Correia e Sofia Gertrudes Cândida	Ezequiel, 2 anos; Nair, 5 meses
	Maria da Rocha Alves		38			Manuel Machado da Rocha e Rosa Emília	
1919	Maria do Rosário Augusta	V	57	-	Terceira	Agostinho Machado Mendes e Mariana Delfina	Margarida, 15 anos; Gertrudes, 12; M ^a Augusta, 6
1919	António Claudino	V	72	-	Freixo de Espada à Cinta	Francisco Sandim e M ^a Jerónima	-

(Continuação do quadro n.º 11)

Anos	Indivíduos	Est. Civ.	Idade	Profissão	Naturalidade	Filiação	Filhos
1919	Beatriz de Jesus Mendonça	V	68	-	Terceira	José Martins Galego e Joaquina de Jesus	Delfina de Jesus, 36 anos; M ^a da Conceição, 33
1919	Manuel Vieira da Mota	V	38	-	Terceira	Manuel Vieira e Maria da Conceição	M ^a da Luz, 12 anos; José, 7; Manuel, 5 (todos do Rio)
1919	Palmira Amélia da Silva	C	52	-	Terceira	Francisco Lourenço e D. Mariana Augusta	-
1919	Maria das Mercês Ferreira	S	19	-	Terceira	José Joaquim Ferreira e D. Maria Augusta Ferreira	-
1919	João Nunes da Costa	S	18	-	Terceira	João Nunes da Costa e Mariana Adelaide Vieira	-
1919	Manuel Homem da Silveira	S	26	-	Pico	António Homem da Silveira e Rosa Jacinta da Silveira	-
1919	João Toste de Freitas	C	35	-	Terceira	Francisco Toste de Freitas e Francisca Cândida	João; Cândida; Ermelinda
	Guilhermina Cândida de Freitas		24			João Ferreira Machado e Guilhermina de Jesus	
1919	João Machado Faria	S	24	-	Terceira	José Machado de Faria e Maria Custódia	-
1919	Manuel Machado Vieira	C	58	-	Terceira	Cláudio Machado e Francisca Luísa	-
1919	António Botelho dos Santos	S	20	Trabalhador	Terceira	António Botelho e Elvira Augusta	-
1919	José Machado Neto	S	39	-	Terceira	José Machado Neto e Mariana Ludovina	-
1919	Palmira Augusta	S	17	-	Terceira	João Vaz Toste e M ^a Guilhermina	-

A emigração no distrito de Angra do Heroísmo (Açores). Breve análise com base nos registos de passaportes do terceiro quartel do século XIX e inícios do século XX

(Continuação do quadro n.º 11)

Anos	Indivíduos	Est. Civ.	Idade	Profissão	Naturalidade	Filiação	Filhos
1919	Maria Cândida Ferreira	V	54	-	Rio de Janeiro	João Martins de Borba ou da Rocha e Ana Cândida Paim	-
1919	Pedro Pancrácio Valadão	S	27	Proprietário	Terceira	Manuel Pancrácio Valadão e D. M ^a Jacinta Pimentel	-
1919	Álvaro Pedro Simões	C	32	Comerciante	Terceira	António Pedro Simões e D. Catarina Máxima Mendes Simões	Maria Mariana, 5 anos
	Maria das Mercês Valadão Simões		28	-		Manuel Pancrácio Valadão e D. Maria Jacinta Pimentel Valadão	
1919	Manuel Cardoso Gaspar Barbosa	C	45	Proprietário	Terceira	Francisco Cardoso Gaspar e D. Rosa Augusta Gaspar	-
1919	Francisco Lourenço Valadão	C	65	Proprietário	Terceira	Lourenço Nunes Valadão e Maria Isabel	-
1919	João Cardoso Pimentel	C	40	Proprietário	Pico	João Cardoso Pimentel e M ^a Isabel	-
	D. Margarida Perry Pimentel		26	-	Rio de Janeiro	Gilbert Perry e Elisia Hedeviges Perry	
1919	António Luís da Costa	C	30	Proprietário	Terceira	António Luís da Costa e M ^a Emília de Castro	-
1919	José Martins Valadão	C	32	Proprietário	Terceira	José Martins Valadão e Delfina Rosa	-
1919	Cristina Augusta Borges	C	28	-	Rio de Janeiro	Manuel José da Cunha e Alexandra de Jesus	Angelina, 9 anos

(Continuação do quadro n.º 11)

Anos	Indivíduos	Est. Civ.	Idade	Profissão	Naturalidade	Filiação	Filhos
1919	Francisco Mendes Duarte	C	29	-	Terceira	Manuel Mendes Duarte e M ^a Vitorina	
	Rosa Cândida Duarte					Francisco Machado Nunes e Ana Cândida	
1919	José Inácio Dinis	S	20	-	Terceira	Francisco Inácio Lopes e M ^a Augusta Dinis	-
1919	Francisco Machado dos Santos	C	28	Aspirante dos Correios e Telégrafos	Terceira	José Machado dos Santos e M ^a da Conceição Gonçalves	-
1919	José Martins Bento	C	55	-	Terceira	Manuel Martins Bento e M ^a Gertrudes	Alzira, 9 anos
	M ^a dos Anjos Mendes		51			João Mendes Correia e M ^a Delfina Júlia	
1919	Francisco Martins de Aguiar	C	30	Lavrador	Terceira	António Martins de Aguiar e M ^a da Esperança	Cândida, 18 meses; Elvira, 22 dias
	Cândida Silveira Aguiar		22	-	Rio de Janeiro	João Silveira de Mendonça e Cândida Pacheco de Jesus	
1919	João Luís Alves	V	58	-	Terceira	Francisco Alves Martins e Miquelina Constância	-
1919	Maurício Borges Pires	C	30	Trabalhador	Terceira	João Borges Pires e M ^a José Borges	Didier, 1 ano
	M ^a José Ferreira Borges		23	-		António Ferreira de Meço e M ^a José	
1919	Armando Borges Pires	C	23	Proprietário	Terceira	João Borges Pires e M ^a José Borges	-
	Alzira Borges Pires		17	-	Rio de Janeiro	José Machado Dutra e M ^a de Jesus	
1919	João Vitorino Melo	S	23	Trabalhador	Terceira	João Vitorino de Melo e M ^a Cândida Borges	-

A emigração no distrito de Angra do Heroísmo (Açores). Breve análise com base nos registos de passaportes do terceiro quartel do século XIX e inícios do século XX

(Continuação do quadro n.º 11)

Anos	Indivíduos	Est. Civ.	Idade	Profissão	Naturalidade	Filiação	Filhos
1919	José Francisco Lourenço	S	23	-	Flores	José Francisco Lourenço e M ^a da Trindade Vieira	-
1919	Elvira Augusta	S	46	-	Terceira	José Vieira e Maria Augusta	-
1920	Tomás da Rocha	S	27	Trabalhador	Terceira	Manuel da Rocha de Sousa e Josefa Madalena	-
1920	Francisco Machado da Costa Cota	S	19	Empregado no comércio	Terceira	Francisco Machado Cota e Gertrudes Leonor da Costa	-
1920	João da Rocha Jaques	C	34	Trabalhador	Terceira	Manuel da Rocha de Sousa e Josefina Madalena	-
	Jovita Quental Rocha		28	-	S. Miguel	João de Medeiros Quental e M ^a da Conceição	
1920	Fernando de Miranda	S	20	Trabalhador	Terceira	António Fernandes de Miranda e M ^a de Jesus	-
1920	Francisco Luís da Costa	S	28	Proprietário	Terceira	António Luís da Costa e M ^a Emília	-
1920	António da Rocha Melo Alves	S	14	-	Terceira	José da Rocha Melo e M ^a Paulina Rocha	-
1920	M ^a Augusta de Sousa Esteves	C	28	-	Terceira	José Borges de Barcelos e M ^a Augusta	-
1920	Cristina Augusta de Sousa	V	36	-	Terceira	Francisco Vieira e Cândida Rosa	Joaquim, 16 anos
1920	Abel de Oliveira Ramos	S	14	Estudante	Terceira	Manuel Machado Ramos e M ^a de Oliveira Ramos	-
1920	Armando Avelar Borges de Ávila	S	19	Estudante	Terceira	Emílio Borges de Ávila e Elvira Avelar	-
1920	Mateus Cardoso de Sequeira	C	32	Proprietário	Terceira	António Cardoso de Sequeira e M ^a da Luz	-

(Continuação do quadro n.º 11)

Anos	Indivíduos	Est. Civ.	Idade	Profissão	Naturalidade	Filiação	Filhos
1920	Antero Ferreira da Ascensão	S	15	Trabalhador	Terceira	João Ferreira da Ascensão e Emília Cândida da Silva	-
1920	José Veríssimo da Rocha	C	64	Proprietário	Terceira	Veríssimo da Rocha e Joaquina Cândida	-
1920	João de Oliveira	S	25	Trabalhador	Terceira	João de Oliveira e M ^a Vitorina	-
1920	M ^a Inácia Pereira	S	29	-	Terceira	José Pereira Martins e M ^a Inácia	Alexandrina, 6 anos
1920	João Coelho de Matos	S	29	Trabalhador	Terceira	Ana Madalena	-
1920	Manuel Machado de Sousa	C	55	Trabalhador	Terceira	Mateus Machado de Sousa e Helena Rosa da Conceição	Mateus, 20 anos; Manuel, 18; Amélia, 15; Adelaide, 12
	M ^a Cândida de Sousa		50	-		Manuel Machado Fagundes e M ^a Rosa	
1920	Franc. Machado Dutra	C	30	Trabalhador	Terceira	Franc. Machado Dutra e M ^a das Dores	Adelaide, 4 anos; Francisco, 2; Sebastião, 2 meses
	M ^a da Conceição Dutra		26	-		Francisco Machado Lourenço e Rosa Cândida Brasil	
1920	Manuel Ferreira Paim	V	58	Proprietário	Terceira	João Ferreira e Genuína Laureana	Genuína, 22 anos; Florinda, 17; M ^a Nazaré, 15
1920	Mateus Vieira	C	27	Trabalhador	Terceira	Mateus Vieira da Costa e M ^a Cândida da Ascensão	M ^a das Mercês, 17 meses; João, 2 meses
	Angelina Ávila Paim		24	-		Manuel Ferreira Paim e M ^a José Borges	
1920	Franc. Coelho de Ornelas	C	70	Proprietário	Terceira	Manuel Coelho de Ornelas e Rosa de Jesus	-
	M ^a Rosa Martins de Ornelas		69	-		Manuel Martins Coelho e Isabel de Jesus	

A emigração no distrito de Angra do Heroísmo (Açores). Breve análise com base nos registos de passaportes do terceiro quartel do século XIX e inícios do século XX

(Continuação do quadro n.º 11)

Anos	Indivíduos	Est. Civ.	Idade	Profissão	Naturalidade	Filiação	Filhos
1920	Rosa Artur de Freitas	S	22	-	Terceira	Artur de Freitas e Maria Carlota	-
1920	José Martins Pereira	C	54	Trabalhador	Terceira	Manuel Martins Pereira e Maria Luís	-
1920	Francisco de Sousa Freitas	C	39	Proprietário	Terceira	José de Sousa Freitas e Carlota Emilia	-
	M ^a das Mercês Meneses		36	-		Manuel Borges de Meneses e M ^a da Glória	
1920	Francisco de Sousa de Oliveira	S	21	Proprietário	Terceira	Franc. Soares de Oliveira e M ^a José de Oliveira	-
1920	Elias Goulart Madruga	S	23	Agricultor	Pico	Manuel Vieira Goulart Madruga e M ^a da Conceição	-
1920	António Lourenço da Costa Ribeiro	S	32	Trabalhador	Terceira	José Lourenço da Costa Ribeiro e M ^a de Jesus	-
1920	Joaquim Coelho da Silva	C	41	Trabalhador	Terceira	José Coelho Quitério e Mariana Rosa	Valentina, 11 anos; Guilhermina, 4; Francisca, 2
	Valentina Augusta de Melo		36	-	Rio de Janeiro	Joaquim Caetano de Melo e M ^a Rosa de Melo	
1920	Francisco Correia da Costa	C	59	Proprietário	Terceira	Manuel Correia da Costa e Gertrudes Cândida	-
1920	José Martins de Aguiar	C	26	Trabalhador	Terceira	António Martins de Aguiar e M ^a Eugénia Garcia	-
1920	Francisco Martins Lourenço	S	21	Trabalhador	Terceira	Manuel Martins Coelho e Delfina de Jesus	-
1920	Francisco Caetano Martins	S	19	Estudante	Terceira	Joaquim Caetano Martins e Adelaide Augusta Linhares Martins	-
1920	José Machado da Costa	C	24	Trabalhador	Terceira	José Machado da Costa e M ^a Josefa	-

(Continuação do quadro n.º 11)

Anos	Indivíduos	Est. Civ.	Idade	Profissão	Naturalidade	Filiação	Filhos
1920	Manuel Machado da Costa	C	19	Trabalhador	Terceira	José Machado da Costa e M ^a Josefa	-
1920	José Pereira da Rosa	S	22	-	Terceira	José Pereira da Rosa e Gertrudes do Carmo	-

Nota: Com exceção de três emigrantes (dois para Santos e um para a Baía), todos eles, sempre que especificam o porto de destino, dirigem-se para o Rio de Janeiro.

Fontes e Bibliografia

Bibliografia

- CORDEIRO, Carlos; SILVA, Susana Serpa, 2010 – “Perspectivas sobre a emigração açoriana no século XIX”, in *Actas da Conferência Internacional Aproximando Mundos. Emigração, Imigração e Desenvolvimento em Espaços Insulares*. Lisboa: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento.
- JOÃO, Maria Isabel, 1991 – *Os Açores no Século XIX. Economia, Sociedade e Movimentos Autonomistas*. Lisboa: Cosmos.
- MADEIRA, Artur Boavida, 1999 – *População e Emigração nos Açores (1766-1820)*. Cascais: Patrimónia.
- MADEIRA, Artur Boavida, 2004 – “A emigração a partir da ilha Terceira nos finais do século XIX”, in *O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX. Nos 550 anos do descobrimento das Flores e do Corvo*. Horta: Núcleo Cultural da Horta.
- MENDONÇA, Luís; ÁVILA, José, 2002 – *Emigração Açoriana (sécs. XVIII a XX)*. Lisboa, s/ed.
- MIRANDA, Sacuntala de, 1999 – *A Emigração Portuguesa e o Atlântico, 1870-1930*. Lisboa: Edições Salamandra.
- RILEY, Carlos Guilherme, 2003 – “A emigração açoriana para o Brasil no século XIX. Braçais e intelectuais”. *Arquipélago-História*, 2.^a série, vol. VII. Açores: Universidade dos Açores.
- SILVA, Susana Serpa, 2009 – “Emigração legal e clandestina nos Açores de Oitocentos (da década de 30 a meados da centúria)”, in SOUSA, Fernando de; MARTINS, Isménia de Lima, MATOS, Izilda (org.) – *Nas Duas Margens. Os Portugueses no Brasil*. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento.
- SILVA, Susana Serpa, 2010 – “A Emigração no Distrito da Horta (Açores) por meados do século XIX”, in SOUSA, Fernando de; SARGES, Maria de Nazaré; MATOS, Maria Izilda; JUNIOR, Antonio Otaviano Vieira; CANCELA, Cristina Donza (coords.) – *Entre Mares. O Brasil dos portugueses*. Belém/PA: Ed.Paka-Tatu.

A EMIGRAÇÃO AÇORIANA PARA O BRASIL NOS DEBATES PARLAMENTARES DE MEADOS DO SÉCULO XIX

Carlos Cordeiro

Introdução

Ao longo do século XIX, a emigração foi um dos temas mais debatidos na sociedade portuguesa. Políticos, jornalistas, autoridades locais, membros da hierarquia eclesiástica e das elites sociais procuravam compreender o fenómeno, não só nas suas causas socioeconómicas, mas também nas políticas e até nas das mentalidades. Nesta comunicação interessa-nos verificar como, no discurso parlamentar, a problemática era abordada em termos gerais e, em especial, a oriunda dos Açores e destinada ao Brasil.

A emigração açoriana vista através dos debates parlamentares

Como pano de fundo das intervenções parlamentares estava sempre presente o valor fundamental da liberdade individual, nomeadamente o direito de cada cidadão em se deslocar e fixar residência onde bem lhe aprouvesse, conforme estipulava o §5.º do 145.º da Carta Constitucional:

“Qualquer pode conservar-se ou sair do reino como lhe convenha, levando consigo os seus bens; guardados os regulamentos policiais, e salvo prejuízo de terceiro”¹.

No fundo, tratava-se de um aspecto essencial do direito natural, sempre lembrado quando o assunto da emigração era focado nas Cortes. Assim, ainda em 1828, aquando das intervenções sobre a abolição das visitas das autoridades à saída dos navios dos portos do continente e dos Açores, o deputado Morais Sarmiento cita precisamente este artigo da Carta Constitucional, indo mesmo mais longe: cada navio devia ser considerado como uma casa e, portanto, havia de se lhe reconhecer a

¹ MIRANDA, 1997: 136.

“mesma consideração devida às habitações a respeito de visitas domiciliárias”². A tentativa de conciliar o direito individual de emigrar, os direitos de terceiros e os regulamentos de polícia seria um ponto-chave nos debates parlamentares. De facto, nessa mesma sessão, questionava-se até que ponto a saída de um ou vários mancebos não prejudicaria “terceiro”, no caso, a própria nação³.

Alguns aspectos eram mais persistentemente motivo de intervenções. Desde logo, os relativos às causas do abandono das suas terras por parte de tão elevado número de açorianos. Além disso, eram periodicamente suscitadas questões sobre o processo de “engajamento”, as condições em que eram feitas as viagens e o cumprimento da respectiva legislação, bem como a actuação dos cônsules portugueses nas localidades de destino e o futuro que esperava os emigrantes⁴.

Quanto às causas, os deputados apontavam sempre as de natureza socioeconómica, ou seja, as dificuldades de sobrevivência dos estratos mais débeis da população. Assim, em 1839, o deputado micalense Manuel António de Vasconcelos apresentava a situação económica dos Açores, em especial, da ilha de S. Miguel, em traços bem negros: a agricultura em dificuldades e a inexistência de indústrias que pudessem contrabalançar as importações⁵, ao que o deputado Almeida Garrett aditava a falta de portos para o desenvolvimento da actividade comercial e a pauta aduaneira que encarecia os produtos importados⁶.

A concentração, nas ilhas de S. Miguel e Santa Maria, da propriedade da terra num número reduzido de morgados era também apontada como uma das causas da emigração, pois os morgados, na generalidade, não eram agricultores e, portanto, as terras ficavam ao abandono e os jornaleiros sem trabalho. Assim, o deputado por S. Miguel, João Loureiro, propunha a extinção dos vínculos naquelas ilhas⁷.

² *DIÁRIO da Câmara dos Deputados*, sessão de 12 de Fevereiro de 1828, p. 507. Os diários das câmaras dos deputados e dos pares foram consultados na página da Assembleia da República, disponível na internet em <<http://debates.parlamento.pt/?pid=mc>>.

³ *DIÁRIO da Câmara dos Deputados*, sessão de 12 de Fevereiro de 1828, p. 508.

⁴ O *Primeiro Inquérito Parlamentar sobre a Emigração Portuguesa* faz um levantamento importante sobre a problemática da emigração portuguesa em todos estes aspectos. Uma das preocupações fundamentais da comissão que elaborou o inquérito referia-se aos contratos de locação que, na sua perspectiva, conduziam à “escravidão de facto”: “Não há meio nem modo de restituir o homem a si mesmo, ao uso dos seus direitos individuais, desde que ele se encontra encadeado entre as malhas flexíveis deste contrato ambíguo, por um lado, e as sólidas e impenetráveis lâminas das leis do Império, pelo outro”. *DIÁRIO da Câmara dos Deputados*, sessão de 18 de Fevereiro de 1873, p. 419.

⁵ *DIÁRIO da Câmara dos Deputados*, sessão de 24 de Abril de 1839, p. 213.

⁶ *DIÁRIO da Câmara dos Deputados*, sessão de 24 de Abril de 1839, p. 215.

⁷ *DIÁRIO da Câmara dos Deputados*, sessão de 27 de Maio de 1852, p. 34-35. Em 1836, o deputado micalense Manuel António Vasconcelos chamava a atenção para o facto de parte significativa das produções dos Açores ser remetida para o Continente, onde viviam muitos dos proprietários dos terrenos agrícolas dos Açores. Ver *DIÁRIO da Câmara dos Deputados*, sessão de 24 de Abril de 1836, p. 213-214. Em 1861, o deputado Francisco Manuel Raposo Bicudo Correia apresenta, na Câmara dos Deputados, um projecto de lei sobre a abolição dos vínculos. No preâmbulo, afirma: “E na verdade tão monstruosa é a

Na sequência da destruição das vinhas pela filoxera, a vitivinicultura, a principal fonte de rendimentos na ilha do Pico, praticamente desapareceu⁸. Latino Coelho, deputado pelo distrito da Horta, apresenta a situação dramática que se vivia na ilha, salientando que a única solução para a sobrevivência da população era a da emigração:

“É claro que o único remédio que tem aquela ilha dos Açores é a emigração, mas tristíssimo recurso! Todos sabemos que a emigração arrasta daquela porção da monarquia portuguesa uma grande quantidade de vítimas, que preferem antes morrer longe da pátria com perspectivas de uma vida menos aflitiva, do que morrer na miséria agarrados ao solo natal”⁹.

Em 1880, Ernesto Hintze Ribeiro apresentava uma espécie de síntese sobre a situação económica e financeira do distrito de Ponta Delgada. Em primeiro lugar, os prejuízos causados à vitivinicultura pelas doenças das vinhas. Depois, o decréscimo drástico dos rendimentos provindos da exportação da laranja, não só devido a problemas fitossanitários, mas também à concorrência da laranja espanhola no mercado inglês¹⁰. Ora esta circunstância viria prejudicar os proprietários de matas que viam o preço da madeira a decair, pois, como diminuía a exportação de fruta, a quantidade de caixas de madeira para o seu acondicionamento sofrera também significativa redução. Relativamente aos cereais, além dos anos de fraca produção, também sofriam a concorrência de cereais vindos do estrangeiro e mesmo do continente. Ou seja, as três principais fontes de receita de S. Miguel estavam em profunda decadência. Encetara-se, é certo – adiantava Hintze Ribeiro – a experimentação de novas produções agrícolas – chá, café, algodão, cana-de-açúcar, espadana – mas os resultados não eram ainda satisfatórios e não se esperava que o viessem a ser. A produção e manipulação do tabaco seria uma boa alternativa para o desenvolvimento da economia local, mas a legislação teria que ser revista¹¹.

De toda esta situação em termos económicos resultara uma crise financeira de importantes proporções. Comércio, indústria e valor da propriedade encontravam-se,

vinculação nas ilhas dos Açores que basta observar que no distrito de Ponta Delgada [...] perto de duas terças partes da sua terra se acham amortizadas. *DIÁRIO da Câmara dos Deputados*, sessão de 8 de Julho de 1861, p. 1861. Em 1862, a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo envia também à Câmara dos Deputados uma representação a pedir a abolição dos vínculos na ilha Terceira. A representação foi apresentada pelo deputado Menezes Toste. Ver *DIÁRIO da Câmara dos Deputados*, sessão de 6 de Junho de 1862, p. 1556. Uma abordagem ao debate sobre a extinção dos vínculos nos Açores pode ser consultada em CORDEIRO, 1992: 47-52.

⁸ Ver entre outros, JOÃO, 1991: 48; CORDEIRO, 1992: 39-41.

⁹ *DIÁRIO da Câmara dos Deputados*, sessão de 21 de Março de 1861, p. 855. Esta intervenção foi motivada por uma representação enviada pela Câmara Municipal das Lajes do Pico ao deputado.

¹⁰ DIAS, 1995: 127-157.

¹¹ Sobre a introdução da indústria do tabaco em S. Miguel, ver DIAS, 1997: 281-312.

pois, numa situação dramática. Mas, quem mais sofria eram os jornaleiros, na justa medida em que o desemprego assumia proporções alarmantes. Assim, continuava Hintze Ribeiro, não restava outro recurso aos estratos mais débeis da população do que a emigração.

Contrariamente a algumas ideias que circulavam em meios políticos¹² e jornalísticos, na perspectiva de Hintze Ribeiro a emigração não se verificava por o povo ir à procura de riqueza, mas em consequência da falta de trabalho na sua terra:

“A emigração dos Açores, que é mais uma consequência da falta de trabalho do que propriamente da ambição de riqueza, tem assumido nestes últimos anos um tal incremento que não pode nem deve passar despercebida ante os poderes públicos”¹³.

O deputado Sousa e Silva, numa intervenção em 1884, referia os quantitativos oficiais dos emigrantes do distrito de Ponta Delgada relativos aos anos de 1875 a 1883. Se, na década de setenta, o número oficial de emigrantes se situara entre os 343 em 1876 e os 1 229 em 1879, já no ano de 1880 foi atingido o quantitativo de 2 097, em 1881, 3 238, em 1882, 3 778 e, em 1883, mais de 3 800 emigrantes. Em nove anos, ultrapassara-se os 16 800 emigrantes, sendo certo que só entre 1880 e 1883 o seu número atingira os 12 933, isto sem contar com os que embarcavam clandestinamente, o que provava, de modo insofismável, que a situação socioeconómica se estava a agravar de um modo insustentável. E o deputado concluía:

“Se prestarmos a devida atenção a isto, ver-se-á que está emigrando do distrito de Ponta Delgada uma tal quantidade de pessoas, que, a continuar na mesma proporção, ficará dentro em breve deserto. Isto demonstra as más condições em que se acha o distrito, uma das manifestações das quais é a falta de trabalho, que obriga a expatriar-se tão grande número de indivíduos, e deve para ali atrair as vistas solícitas do governo”¹⁴.

¹² Ver, por exemplo, a intervenção do ministro dos Negócios Estrangeiros, de que se destaca: “O governo [...] luta contra uma grande dificuldade, que é a vontade própria dos colonos. A esperança que todos têm, quando embarcam para o destino, de voltarem um dia com grandes meios de fortuna cega-os a ponto de não verem a desgraça em que se vão lançar”. *DIÁRIO da Câmara dos Deputados*, sessão de 22 de Março de 1854, p. 331.

¹³ *DIÁRIO da Câmara dos Deputados*, sessão de 3 de Março de 1880, p. 768-770.

¹⁴ *DIÁRIO da Câmara dos Deputados*, sessão de 17 de Março de 1884, p. 723.

Quadro n.º 1
Emigrantes do distrito de Ponta Delgada segundo o deputado
Sousa e Silva e o *Anuário Estatístico de Portugal* (1875-1882)

Anos	N.º de emigrantes (Sousa e Silva) ¹⁵	N.º de emigrantes <i>Anuário Estatístico</i> <i>de Portugal</i> ¹⁶	Outras fontes
1875	908	908	
1876	343	495	
1877	837	837	
1878	509	509	
1879	1 229	905	
1880	2 097	1 741	
1881	3 238	2 449	2 056 ¹⁷
1882	3 798	3 798	3 963 ¹⁸

Quadro n.º 2
Emigrantes dos Açores segundo o *Primeiro Inquérito*
***Parlamentar sobre Emigração Portuguesa* (1866-1871)¹⁹**

Distrito	Homens	Mulheres	Soma
Ponta Delgada	2 323	629	2 952
Angra do Heroísmo	1 384	919	2 303
Horta	2 904	2 398	5 302
Total	6 611	3 946	10 557

Como destaca Sacuntala de Miranda, uma das fortes motivações da emigração, em Portugal e em outros países mediterrânicos, era a fuga ao serviço militar obrigatório. De facto, acrescenta, o serviço militar era uma “verdadeira tragédia que se abatia sobre a família do trabalhador rural, roubando-lhe, um após outro, os filhos machos e a sua contribuição para o orçamento familiar”²⁰. Ora, diversos deputados não deixavam de referir a “aversão” dos açorianos pelo serviço militar obrigatório, o que os

¹⁵ *DIÁRIO da Câmara dos Deputados*, sessão de 17 de Março de 1884, p. 723.

¹⁶ JOÃO, 1991: 186; MIRANDA, 1999: 33.

¹⁷ SEQUEIRA, 1994: 150. Segundo o *Diário dos Açores*, entre 1 de Janeiro e 9 de Agosto de 1881, teriam emigrado do distrito de Ponta Delgada 2 148 pessoas: 475 para o Havai, 1 568 para o Brasil e 106 para os Estados Unidos. *DIÁRIO dos Açores*, 1881 (23 de Agosto de 1881).

¹⁸ SEQUEIRA, 1994: 150. Apontam-se dados colhidos em diversas fontes e bibliografia somente para se destacar a imprecisão das estatísticas da emigração no século XIX, mesmo tendo somente em consideração a emigração legal.

¹⁹ *DIÁRIO da Câmara dos Deputados*, sessão de 18 de Fevereiro de 1873, p. 423.

²⁰ MIRANDA, 1999: 61.

levaria a emigrar antes de atingirem a idade em que só lhes era permitido ausentarem-se do país com o pagamento de fiança²¹.

Assim, seguiam-se-lhes os irmãos e os pais. Por fim, partiam já famílias inteiras que procuravam no novo mundo “os meios de um viver frugal, no arroteamento dos terrenos que aí se lhes proporcionavam e na exploração de outros misteres em harmonia com as suas aptidões naturais e profissionais”²².

A situação, sobretudo no respeitante à emigração clandestina²³, era complexa e de difícil solução, considerando a complacência e mesmo a conivência de autoridades locais, que não controlavam nem fiscalizavam eficazmente o cumprimento das disposições legais sobre a emigração. É o próprio ministro da Guerra, visconde de Sá da Bandeira, a reconhecer esta situação: “Quanto à emigração, é uma questão que tem merecido a atenção do governo. Ali [nos Açores] faz-se uma exportação de indivíduos para o Brasil da maneira a mais escandalosa, muito mais porque nela é conivente uma parte das pequenas autoridades locais”²⁴.

Outra reclamação habitual relacionava-se com a incompetência e o desleixo das representações consulares nas localidades de destino, que nada faziam para refrear o tráfico da “escravatura branca”. O que acontecia, porém, como lembrava em 1854 o ministro dos Negócios Estrangeiros, é que o problema não tinha fácil solução. Os cônsules num país estrangeiro não estavam investidos de qualquer autoridade para fazer cumprir as leis do seu país e, quando muito, podiam alertar as autoridades para as situações de ilegalidade²⁵.

Um caso que consumiu horas de debate parlamentar, entre Fevereiro de 1854 e Abril de 1855, foi o relativo ao patacho português “Arrogante”, que, pela legislação, estaria autorizado a transportar cerca de 100 passageiros, mas que chegou a Pernambuco com 428 emigrantes da ilha de S. Miguel (100 com passaporte). Além da actuação do capitão do navio, também a do cônsul português em Pernambuco é violentamente censurada num abaixo-assinado com mais de mil assinaturas de portugueses residentes no Recife. Há mesmo a declaração de um passageiro que afirma ter ido a bordo do navio, à saída de Ponta Delgada, a fim de se despedir de familiares e amigos, e que, ele e outros que estavam nas mesmas circunstâncias, não foram auto-

²¹ O visconde de Portocarrero destacava precisamente os efeitos nefastos da lei do recrutamento de 27 de Julho de 1855 na promoção da emigração, ao exigir fiança para os mancebos que se ausentassem da idade de 18 aos 20 anos, pois embarcavam antes de atingirem os 18 anos. A extensão da obrigatoriedade de fiança aos jovens a partir dos 14 anos não solucionara o problema, pois haviam passado a partir antes dessa idade ou a emigrar clandestinamente. *DIÁRIO da Câmara dos Deputados*, sessão de 27 de Junho de 1860, p. 357.

²² *DIÁRIO da Câmara dos Deputados*, sessão de 2 de Julho de 1891. Sobre o recrutamento militar e emigração, veja-se, por exemplo, ALVES, 1993: 158-173; MONTEIRO, 2007: 99-114.

²³ Sobre a emigração clandestina açoriana ver LEITE, 1989: 53-64; SILVA, 2004: 275-293.

²⁴ *DIÁRIO da Câmara dos Deputados*, sessão de 6 de Junho de 1862, p. 1557.

²⁵ *DIÁRIO da Câmara dos Deputados*, sessão de 22 de Março de 1854.

rizados a desembarcar e tiveram que seguir para Pernambuco²⁶. O certo é que o cônsul não foi demitido, pois o governo considerou que não tinha provas suficientes de ter assumido comportamento irregular²⁷.

O problema assumia grande relevo, na medida em que, ao chegarem ao Brasil, todas as esperanças numa vida melhor se esfumavam para a esmagadora maioria dos emigrantes, em especial os que não pagavam as passagens à partida. Ao chegarem ao Brasil, deixavam de ser, segundo o deputado Lousada, “senhores de disporem da sua pessoa”, visto que só eram autorizados a desembarcar quando alguém pagasse as passagens. Os contratos continham cláusulas de tipo leonino e eram, muitas vezes, assinados em branco ou então já em viagem, quando o emigrante já não tinha qualquer possibilidade de escolha²⁸.

Apesar das constantes críticas ao modo como se processava a emigração e às suas consequências, quer individuais quer sociais, o certo é que o próprio governo reconhecia a incapacidade para pôr cobro ao “tráfico da escravatura branca”, sobretudo para o Brasil. Tratava-se, aliás, de uma expressão que o governo rejeitava, pois ninguém era obrigado a emigrar²⁹. O ministro da Fazenda, António José d'Ávila, confirmava, em 1859, na Câmara dos Deputados, a grande dificuldade em pôr termo ao “mal da emigração”. E adiantava: “os meios directos e muitas experiências que se têm feito não têm dado resultado algum; os meios indirectos poderão produzir alguma vantagem, mas também não há-de ser tamanha como se espera”³⁰. Em 1840, proclamava-se mesmo, na Câmara dos Deputados, que muitos cidadãos portugueses

²⁶ *DIÁRIO da Câmara dos Deputados*, sessão de 16 de Fevereiro de 1854; *DIÁRIO da Câmara dos Deputados*, sessão de 13, 15, 22, 27 e 28 de Março de 1854; *DIÁRIO da Câmara dos Deputados*, sessão de 16 de Junho de 1854; *DIÁRIO da Câmara dos Deputados*, sessão de 5 de Julho de 1855; *DIÁRIO da Câmara dos Deputados*, sessão de 11 e 19 de Abril de 1855.

²⁷ O ministro do Reino, Rodrigo da Fonseca Magalhães, em resposta a uma intervenção na Câmara dos Deputados em que o governo era criticado por não ter demitido o cônsul português em Pernambuco, afirmou que muitas das queixas que se dirigiam ao comportamento do cônsul tinham um objectivo bem determinado: substituí-lo para dar lugar a outra pessoa interessada. O ministro reafirmava que não tinha provas concludentes de comportamento irregular do cônsul. *DIÁRIO da Câmara dos Deputados*, sessão de 11 de Abril de 1855, p. 70-71. Sobre a emigração clandestina açoriana, ver LEITE, 1989: 53-64; SILVA, 2004: 275-293.

²⁸ *DIÁRIO da Câmara dos Deputados*, sessão de 22 de Junho de 1852, p. 289. Segundo Jorge Alves, “com os custos de viagem adiantados à partida, para assegurar a emigração dos trabalhadores pobres e destinados ao trabalho braçal, os colonos vendiam os seus serviços futuros, comprometendo-se a trabalhar por um período determinado, que só acabaria quando os créditos do locatário estivessem solvidos, numa conta sempre acrescida por este e só por ele controlada. Algumas situações particulares, como a emigração em família, só pioravam a situação, pois implicavam a multiplicação dos gastos (sobretudo quando se levavam velhos e crianças) sem a contrapartida de ganhos em igual proporção. A morte frequente de um ou mais membros da família bastava para sobrecarregar os restantes, prendendo-os indefinidamente ao mesmo locatário”. Ver ALVES, 1993: 148.

²⁹ *DIÁRIO da Câmara dos Pares*, sessão de 26 de Abril de 1843, p. 353.

³⁰ *DIÁRIO da Câmara dos Deputados*, sessão de 15 de Fevereiro de 1859, p. 99.

eram vendidos no Brasil, constituindo-se numa nova escravatura – a branca – que substituíra a negra³¹.

De facto, as viagens sem pagamento prévio da passagem transformavam-se num verdadeiro calvário para os passageiros, que, além de mal tratados, tinham ainda que pagar por preços exorbitantes tudo o que lhes era fornecido a bordo. E como não tinham com que pagar, acumulavam na conta da passagem. Ao chegarem ao destino, o capitão do navio ou o comissário ajustava o serviço com o dono do engenho ou da roça. O desgraçado ficava logo mais endividado, pois, por não ter dinheiro para refeições, roupa e outros bens de primeira necessidade, o capataz fornecia-lhe dinheiro que acrescentava na sua conta primitiva. Ora, isto implicava que o emigrante ficasse por tempo indefinido sujeito ao patrão, numa espécie de escravatura branca³². Nos casos em que havia fuga, se fosse capturado, o emigrante era castigado³³.

José Estevão Coelho de Magalhães é um dos deputados mais activos nos debates sobre a emigração. Em 1858 apresentou um contrato celebrado no Porto entre um agente do governo de São Paulo e diversos candidatos à emigração. Trata-se de um documento importante, na medida em que se fica com a noção precisa dos direitos e deveres dos emigrantes que se destinavam a trabalhar nas obras públicas em São Paulo. José Estevão é radical na crítica ao articulado:

“Mas o facto é que a escravatura dos pretos foi substituída pela escravatura de brancos, muito mais lucrativa. Quer dizer, um proprietário do Brasil lucra muito mais em ter colonos do que lucrava com escravos, porque o escravo morria por conta dele, era um capital que perdia, tinha obrigação de o sustentar, e o colono quando morre, morre por sua conta, o proprietário não perdeu nada, ou perdeu algum pequeno adiantamento. E não se julgue que o colono que serviu o tempo que contrata e por consequência que satisfaz o adiantamento que se lhe fez está forro, porque ele ainda fica dois ou três anos empenhado”³⁴.

No fundo, se a escravatura acabara no Brasil, ou melhor, se o tráfico negreiro fora abolido pelo governo em 1850, tal, adiantava José Estevão, não se ficara a dever a receios de retaliações internacionais nem a preocupações humanitárias ou filantrópicas do governo, mas ao facto de os brasileiros terem chegado à conclusão de que já não era proveitosa em comparação com o trabalho livre. Daí não ser de esperar que o

³¹ *DIÁRIO da Câmara dos Deputados*, sessão de 14 de Janeiro de 1840, p. 20.

³² *DIÁRIO da Câmara dos Deputados*, sessão de 22 de Novembro de 1843, p. 1689.

³³ *DIÁRIO da Câmara dos Pares*, sessão de 26 de Abril de 1843, p. 354. O visconde de Sá da Bandeira afirma mesmo possuir jornais em que se anunciam prémios pela captura de emigrantes fugidos das roças. Ver *DIÁRIO da Câmara dos Pares*, sessão de 25 de Janeiro de 1843, p. 113.

³⁴ *DIÁRIO da Câmara dos Deputados*, sessão de 26 de Janeiro de 1858, p. 216.

governo brasileiro se empenhasse em reprimir os abusos que os senhores cometiam contra os emigrantes³⁵.

Isto não significava, porém, que o mal estivesse no governo brasileiro ou nas autoridades fiscalizadoras portuguesas que não conseguiam fazer cumprir as leis sobre a emigração. O mal profundo encontrava-se no próprio país, nas instituições, nas dificuldades em encontrar trabalho e em constituir família. O fundamental, pois, era aplicar medidas tendentes a fixar a população em Portugal, tornar “proveitoso o trabalho e facilitar o estabelecimento das famílias em proporção com o território que abarcam as possessões portuguesas”³⁶. Uma das medidas fundamentais seria a abolição do sistema vincular, tornando as terras livres e alodiais; a outra, a constituição em cada província de um banco rural. Estas duas medidas em conjunto permitiriam transformar jornaleiros sem eira nem beira em proprietários. Esta confiança na importância dos proprietários é bem expressa pelo deputado: “dêem capital e terra a um cego e coxo e terão logo um proprietário”³⁷.

Mas José Estevão não deixa também de criticar os proprietários portugueses, os diversos tipos de agricultores, pelo cinismo interesseiro com que tratavam a questão, mesmo no seio da representação nacional. No fundo, só se preocupavam com a emigração nos tempos em que os trabalhos agrícolas exigiam mais mão-de-obra, que encarecera com a emigração. Não se tratava de defenderem princípios humanitários contra contratos usurários e anti-morais e o pesadíssimo trabalho dos emigrantes no Brasil, mas sim de pugnam pelos seus interesses económicos.

Para o deputado, o direito natural de cada um se deslocar para onde quisesse não era contraditório com a legislação que dificultasse os efeitos da “aliciação permanente, usurária e mal intencionada”. E questionava a Câmara: “até onde pode ir o direito de uma nação quando a máxima parte dela, arrastada ou por falsos interesses ou por falsos princípios, procede de modo a que se quebre o vínculo social?”³⁸. Na sua perspectiva, os sentimentos humanitários, a ideia nacional e os interesses económicos impunham o estabelecimento de medidas legais para pôr termo ao tráfico conduzido por engajadores sem escrúpulos.

³⁵ Na perspectiva de Carlos Soares, “o desembarque em massa de açorianos no Rio de Janeiro teve início quando o tráfico africano clandestino era ainda muito vigoroso”. E o autor adianta: “Aqui desembarcados, os imigrantes lusos não deixavam de sofrer as iniquidades de uma sociedade formada pelo trabalho escravo. De 1850 a 1872 o principal termo que designava um imigrante português pobre era *engajado*. Ao embarcar num «negreiro», um jovem açoriano, geralmente com idade entre os 13 e os 17 anos (a mesma idade, em média, de um africano importado), «assinava» um contrato com o capitão do navio pelo qual, em troca da passagem, teria de trabalhar na nova terra com um senhor escolhido pelo capitão.” Ver SOARES, 1997: 692.

³⁶ *DIÁRIO da Câmara dos Deputados*, sessão de 16 de Fevereiro de 1854, p. 107.

³⁷ *DIÁRIO da Câmara dos Deputados*, sessão de 11 de Janeiro de 1858, p. 80.

³⁸ *DIÁRIO da Câmara dos Deputados*, sessão de 11 de Janeiro de 1858, p. 79.

Como medidas tendentes a dificultar a emigração, sobretudo a clandestina, apontava-se, em primeiro lugar, a necessidade de controlo relativamente ao cumprimento da legislação em vigor. Trata-se de um assunto que foi discutido em diversas legislaturas e sessões parlamentares³⁹. Para o caso dos Açores, reclamava-se uma mais apurada fiscalização dos navios antes de saírem dos portos, para a verificação das condições a bordo e conferência do número de passageiros⁴⁰. Pedia-se também insistentemente a vinda de embarcações para impedirem os embarques clandestinos junto à costa⁴¹. Neste sentido, o papel dos odiados engajadores sobressaía nos debates na Câmara dos Deputados, com acusações frequentes à falta de escrúpulos com que aliciavam as populações, usando da persuasão e de promessas irrealistas, que redundavam na desgraça da grande maioria dos emigrantes. Havia, pois, que vigiar a actividade destes agentes que praticavam a “pirataria de carne humana”⁴².

Mas, como todos reconheciam, não seriam estas medidas directas a solucionar a situação, mas as indirectas. Assim, e como anteriormente destacámos, também de deputados pelos Açores surgem propostas de extinção dos vínculos, ligando a existência desta instituição à crescente emigração para o Brasil. De qualquer modo, nas propostas de medidas indirectas para fixar as populações nas suas ilhas, uma das mais correntes em tempos de crise era a do desenvolvimento das obras públicas para a ocupação de mão-de-obra disponível. Em 1880, Hintze Ribeiro chamava precisamente a atenção do governo para a necessidade de investimento em várias obras públicas, para evitar o crescimento desmesurado da emigração⁴³. Passada uma década, Teófilo Ferreira retomava a ideia, então para o distrito da Horta, acrescentando, porém, a necessidade de reforma da lei de recrutamento militar e também o desenvolvimento da instrução⁴⁴.

³⁹ Ver, por exemplo, o debate sobre as diversas vertentes do problema no *DIÁRIO da Câmara dos Deputados*, sessão de 16 de Fevereiro de 1854, p. 105-107.

⁴⁰ Ver, por exemplo, a intervenção do deputado Lousada na sessão de 22 de Junho de 1852. Ver *DIÁRIO da Câmara dos Deputados*, sessão de 22 de Junho de 1852, p. 288-289.

⁴¹ “Estes vasos já têm sido pedidos por muitas vezes e sem eles é impossível que as autoridades possam fazer cumprir as leis e regulamentos que se opõem a este tráfico imoral; porque os navios saem dos portos com os passageiros que obtêm passaporte, mas vão depois receber aos centos pelas praias, e de outras embarcações que os esperam fora do ancoradouro”. Ver *DIÁRIO da Câmara dos Deputados*, sessão de 25 de Junho de 1852, p. 324.

⁴² *DIÁRIO da Câmara dos Deputados*, sessão de 10 de Maio de 1862, p. 1258. Numa intervenção do deputado Lousada, em 1852, fica bem expressa a actuação dos engajadores: “Há muito que notar a respeito dos que vão aliciados por agentes para esse fim empregados, que a troco de uma moeda que recebem, vão por vilas e aldeias falando de fortunas imaginárias, para por esse meio fazer avultar o número de passageiros de um navio de que são corretores, e que falando-lhes da nova Califórnia obrigam muitas vezes uma iludida mãe a vender o cordão do pescoço a fim de pagar a passagem do filho no navio, ou esperar pelo S. Miguel para vender o milho e com ele pagar essa passagem”. Ver *DIÁRIO da Câmara dos Deputados*, sessão de 20 de Junho de 1852.

⁴³ *DIÁRIO da Câmara dos Deputados*, sessão de 8 de Março de 1880, p. 770.

⁴⁴ *DIÁRIO da Câmara dos Deputados*, sessão de 3 de Julho de 1891, p. 28-35.

Conclusão

No fundo, e a concluir, os deputados e pares do Reino confrontavam-se com, por um lado, a concepção da liberdade de cada um determinar onde pretendia viver; por outro, a realidade de uma emigração em crescendo e já não só para o Brasil, mas também para outros destinos. A ideia de fazer derivar estes surtos emigratórios para os territórios ultramarinos, com a concessão de vantagens, nunca conseguiu captar o interesse da população portuguesa⁴⁵. Além disso medidas indirectas como, por exemplo, a publicitação do número de emigrantes mortos, não tiveram efeitos significativos, como o próprio governo reconhecia⁴⁶. Quanto às medidas directas, como as condições dos navios, alimentação a bordo, legalidade dos contratos, etc., também não foram eficazes no caso dos Açores, dada a dificuldade de fiscalização dos embarques clandestinos. A única solução que todos reclamavam seria, enfim, a aposta em medidas de desenvolvimento económico e social que possibilitassem uma vida digna aos cidadãos. Mas, como sabemos, isto não foi possível na época nem nas décadas seguintes.

Fontes e Bibliografia

Bibliografia

ALVES, Jorge Fernandes, 1993 – *Os “Brasileiros”. Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Disponível na Internet em: <<http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id06id135&sum=sim>> [consult. em 23 de Dezembro de 2010].

⁴⁵ O ministro do Reino, Fontes Pereira de Melo, não deixa dúvidas a este propósito, numa intervenção na Câmara dos Deputados: “Todos sabem que o governo [...], em épocas anteriores, tem procurado formar colónias em Moçâmedes, Moçambique e Tete. Deu instrumentos de lavoura, deu passaportes gratuitos, comprometendo-se à volta desses mesmos colonos, logo que eles o solicitasse, que autorizou de pronto o transporte de suas famílias, digo eu, que esta tentativa foi infrutuosa, assim infrutuosas as outras que o governo tem feito”. *DIÁRIO da Câmara dos Deputados*, sessão de 30 de Junho de 1860, 580.

⁴⁶ Fontes Pereira de Melo, enquanto ministro do Reino, enviou a todas as paróquias, para serem divulgadas nas missas, listas dos mortos no Rio de Janeiro, sobretudo de febre-amarela. Para o caso dos Açores, o governo pagou aos jornais a publicação dessas listas. *DIÁRIO da Câmara dos Deputados*, sessão de 30 de Junho de 1860, p. 580.

- CORDEIRO, Carlos, 1992 – *Insularidade e Continentalidade: os Açores e as contradições da Regeneração*. Coimbra: Livraria Minerva.
- DIAS, Fátima Sequeira, 1995 – “A decadência da Economia da Laranja e o despontar do Ideal Autonomista na Ilha de S. Miguel no Século XIX”, in *Actas do Congresso sobre o I Centenário da Autonomia dos Açores*, vol. I. Ponta Delgada: Jornal de Cultura.
- DIAS, Fátima Sequeira, 1997 – “Uma abordagem à Estratégia Comercial da F. T. M. durante a gerência de José Bensaúde (1866-1922)”. *Arquipélago. História*, 2.^a Série, II.
- JOÃO, Maria Isabel, 1991 – *Os Açores no século XIX. Economia, Sociedade e Movimentos Autonomistas*. Lisboa: Edições Cosmos.
- LEITE, José Guilherme Reis, 1989 – “Emigração Clandestina dos Açores para o Brasil no século XIX”. *Revista de Cultura Açoriana*, ano I, n.º 1. Lisboa: Casa dos Açores.
- MIRANDA, Jorge, 1997 – *As Constituições Portuguesas de 1822 ao texto da actual Constituição*, 4.^a edição. Lisboa: Livraria Petrony, Lda.
- MIRANDA, Sacuntala, 1999 – *A Emigração Portuguesa e o Atlântico: 1870-1930*. Lisboa: Salamandra.
- MONTEIRO, Isilda Braga da Costa, 2007 – “A Emigração para o Brasil e a fuga ao recrutamento militar – uma questão em debate na segunda metade do século XIX”. *População e Sociedade*, 14-15 (2.^a Parte). Porto: CEPES/Afrontamento.
- SEQUEIRA, Mont’Alverne de, 1994 – *Questões Açorianas*, 2.^a edição. Ponta Delgada: Jornal de Cultura.
- SILVA, Susana Serpa, 2004 – “Emigração clandestina nas ilhas do Grupo Central em meados do século XIX”, in *O Faial e a Periferia Açoriana nos séculos XV a XX: nos 550 anos do descobrimento das Flores e do Corvo: actas do III colóquio*. Horta: Núcleo Cultural da Horta.
- SOARES, Carlos Eugénio Líbano, 1997 – “Dos fadistas e galegos: os portugueses na capoeira”. *Análise Social*, vol. XXXI (142-143). Lisboa: ICS.

DIALOGANDO COM AS MEMÓRIAS EMIGRANTES: UM DESTINO CHAMADO BRASIL

Elis Regina Angelo
Dolores Martin Corner

Introdução

O Arquipélago dos Açores foi profundamente afetado pelos acontecimentos revolucionários no Continente e a emigração, enquanto foco determinante para muitos açorianos, parecia algo “certo” para muitas das famílias que decidiram partir de Portugal. A partir de 1950, a Ilha de São Miguel foi a que mais registrou saídas em relação às demais ilhas do arquipélago. Os fatores de maior relevância se encontram nas condicionantes externas, justificadas no país de destino e nas relações familiares neles estabelecidas.

1. Fenômeno da emigração para o Brasil

Segundo análise do processo emigratório neste período histórico, alguns apontamentos das motivações podem ser estabelecidos em estudos e pesquisas que acompanharam essa trajetória como “estratégias de ordem individual e familiar balizados em contextos geográficos, económicos, sociais, políticos e culturais específicos”. No entanto, as razões económicas foram sempre as que mais pesaram¹ e, embora no processo de emigração não seja de descuidar as forças de atração por motivações afetivas, aquela está, normalmente, associada a um baixo nível sócio-económico da família que, por sua vez, se reflecte no fraco capital cultural e simbólico².

“No período de 1950 a 1970, aproximadamente, observou-se uma certa inibição da imigração portuguesa quando o primeiro ministro Antonio de Oliveira Salazar lançou uma política de emprego que se manifestou em três Planos de Fomento. Estes planos

¹ ROCHA, 2001: 75.

² MEDEIROS, MADEIRA, 2004: 51.

previam a expansão e a modernização técnica na agricultura e na indústria, mas por outro lado, houve um desequilíbrio do mercado de trabalho, com o desenvolvimento das forças produtivas. A partir do segundo Plano de Fomento, com a expansão das indústrias e dos serviços houve maior mecanização na agricultura; garantindo assim, mão-de-obra para o setor secundário, resolvendo também o problema do sub-emprego no campo. A consequência, entretanto, foi a estimulação indireta para o êxodo rural e emigração”³.

O que era esperado pelo governo era exatamente o contrário do que se teve em Portugal. Os Açores, que tinham maior contingente de áreas rurais e consequentemente maior número de mão-de-obra na agricultura, buscaram a emigração enquanto saída porque não era apenas essa a questão do emprego. No arquipélago as coisas aconteciam de forma mais lenta. Esse plano de fomento trouxe a eles a possibilidade de migrar ou emigrar e, com amigos e familiares morando em outros países, restava a decisão de partir ou sobreviver com poucos recursos.

Além do que, com uma sociedade patriarcal, os açorianos tinham na figura do pai e do homem os indicativos de ocupação/função que definiam o status socio-econômico e cultural familiar e dependiam de suas conquistas financeiras para a sobrevivência.

“(…) Como nos ensina a Sociologia, era a posição do chefe de família (homem) que determinava a posição da família na estratificação social. Não admira, pois, que “os recursos da família e a sua posição, (ou melhor, a posição do marido-pai) na escala ocupacional eram por isso assumidos em primeiro lugar como indicadores de pertença cultural”⁴.

Às mulheres cabia a administração da casa, dos filhos e preferencialmente auxiliar o homem com seus afazeres da “roça”. Quando perguntado sobre como era a função da mulher em relação ao homem, há uma clara definição dessa afirmativa.

“Olha não havia muita diferença, não “a mulher açoriana era pau pra qualquer obra...” Tanto na hora de preparação das terras para o plantio, como nas colheitas, elas estavam sempre presente. Minha mãe no início da vida ela é que ia cuidar das vaquinhas, pois meu pai trabalhava na Câmara de Ponta Delgada, ou seja, na cidade e minha mãezinha é que cuidava da labuta diária da casa e da lavoura. Aqui, se sua função era de tecelã, fazia o trabalho de tecelão. Às vezes até melhor do que do próprio homem, não vejo e não vi, pelo menos em minha opinião, diferença nenhuma. Claro, trabalho pesado, como o de se carregar pedra às costas. Como se sabe as ilhas apresentam fortes atividades vulcânicas, e ainda hoje ainda são constatadas, surgindo assim, muita formação rochosa no solo, então era necessário retirarem-se as pedras do solo agricultável e aplicá-las nas

³ ROCHA-TRINDADE, CAMPOS, 2003: 57.

⁴ ROCHA-TRINDADE, CAMPOS, 2003: 51.

linhas de divisas e ou curvas de nível e desse modo se evitaria a lixiviação. Serviços mais pesados naturalmente eram exercidos pelos homens, Mas elas estavam sempre presentes, até na dedicação e preparação das refeições para os homens do trabalho na terra. Lembro-me de levar o almoço, preparado pela minha mãe, aos meus irmãos, quando estavam na lavoura”⁵.

As memórias do sr. Henrique fundamentam as funções exercidas pela mulher, quer em casa, quer na lavoura. A união dos membros da família para o desenvolvimento das funções era determinante para o funcionamento do todo. Cada um tinha suas funções. Desde criança, as tarefas eram determinadas por horários.

Apesar da união dos familiares, muitas eram as vertentes que faziam com que os açorianos tivessem a emigração como resolução para seus problemas. A ausência de possibilidades de ganhos por parte dos próprios familiares fazia com que apenas o chefe da família tivesse os recursos para o sustento de todos. Esses recursos na maioria das vezes não eram suficientes para a manutenção da casa, das terras e nem mesmo de todos os filhos.

Das questões que permeavam a decisão de partir, as circunstâncias que permitiram a saída dos Açores há algumas ponderações que sem dúvida fizeram parte das preocupações das inúmeras famílias que passaram pela experiência de partir.

Nesse processo, inquestionavelmente havia fases: “a decisão de partir, os preparativos, a viagem, no país de destino a primeira instalação, a inserção, a decisão de fixação definitiva ou regresso e, neste último caso, a reinserção no país de origem”⁶.

“Expectativas, aspirações, sonhos, desalentos e resistências culturais colocadas no cotidiano e no enfrentamento do dia-a-dia tornaram-se, assim, objetos de investigação, com histórias de vida constituindo-se em exemplos emblemáticos da epopéia dramática em que sempre se constituiu o ato de abandonar o conhecido e o familiar em prol do desconhecido e da solidão no além-mar”⁷.

Do momento da decisão de partir até a concretização da mudança, muitas eram as fases do percurso, além do que poderiam levar; o que e com quem deixariam seus pertences, a parte da família que ficaria aguardando recursos financeiros para a viagem de navio, entre outras questões que caminhavam para o processo da decisão. O desconhecido sempre fez parte das histórias de vida dos que optaram pela emigração.

⁵ Henrique de Arruda Soares – Nasceu em 22 de Abril de 1949 em São Miguel, Açores, Portugal. Emigrou para o Brasil em 4 de Abril de 1956, com seis anos de idade. Veio para São Paulo com carta de chamada do irmão para todos os membros da família que ainda estavam nos Açores. Vieram no Navio Corrientes seu pai, mãe e irmãos: Helena, José, João e Miguel. Entrevista concedida em 7 de Julho de 2008, na Casa dos Açores de São Paulo. Menção às diferenças entre o trabalho exercido nos Açores por homens e mulheres da família.

⁶ ROCHA-TRINDADE, CAMPOS, 2003: 100.

⁷ MENEZES, 2000: 166.

Os enfrentamentos para esse ato resultaram na construção de uma nova vida, seja para aqueles que ficaram, seja para os que regressaram.

Para os que ficaram as mudanças também são inquestionáveis, pois revelam uma sociedade que também teve que se adaptar a uma estrutura em constante transformação, além das mudanças políticas e administrativas pelas quais o país passava no período histórico mencionado.

“Apesar da emigração ser a principal variável determinante na evolução demográfica dos Açores, responsável pelos ritmos de acréscimo e decréscimo da sua população, das inversões de tendência populacional verificada em algumas épocas, como ainda nas alterações de ordem estrutural, tanto a nível do equilíbrio entre os sexos ou entre as diferentes idades, o facto é que a sua presença se faz sentir de um modo muito mais abrangente em toda a sociedade. Nas características e nas relações sociais, económicas e culturais da população açoriana a emigração esteve e está bem presente e não pode ser negligenciada quando se pretende conhecer a sociedade do conjunto do arquipélago ou de uma das suas partes – ilha, concelho ou freguesia – em qualquer época histórica”⁸.

Do número de emigrantes, há uma evolução descontínua de ritmos, com períodos de altos números de saídas e outros com números reduzidos. Conforme salienta Gilberta Pavão, em seu estudo sobre o fenómeno emigratório, entre as décadas de 66 a 75 as saídas tiveram seu valor mais alto, cerca de 10 800 pessoas/ano, num total de 108 000⁹.

Apesar do Brasil não ser o destino mais procurado nessa época pelos açorianos, a história da emigração portuguesa para o país deixou marcas significativas em todas as dimensões.

“Informação recente do Instituto de Apoio à Emigração e às Comunidades Portuguesas revela que o Brasil é a nação onde se radicou o maior número de portugueses ausentes do seu país. Foi neste país, ainda, que a integração dos portugueses se realizou de forma mais efetiva. Hoje podemos encontrar membros da comunidade luso-brasileira ocupando postos de destaque nos mais diversos segmentos da sociedade brasileira. Com elementos fornecidos pelas embaixadas e consulados portugueses, bem como por estimativas obtidas através do relatório SOPEMIjOCDE-1979, aquele organismo da Secretaria de Estado da Emigração e Comunidades Portuguesas assinala, no Brasil, a presença de 1 milhão e 200 mil portugueses. Em 2.º lugar vem a França com 823 000, seguida da África do Sul, com 600 000 portugueses. O Canadá, reunindo cerca de uma quarta parte dos portugueses do Brasil, ou seja, 240 000 vêm em quarto lugar e, logo depois, em 5.ª e 6.ª posições, os Estados Unidos da América do Norte com 123 000 e a Alemanha com 111 915. As nações nas quais os portugueses menos se radicaram são:

⁸ MEDEIROS, MADEIRA, 2003: 6.

⁹ ROCHA, 2001.

Mauritânia (apenas f, segundo estimativa referente a 1978); Santa Fé, China e Gâmbia (dois em cada país); Islândia e Malásia (3, também em cada país). Na Argentina estão radicados 60 000 portugueses, precisamente o dobro dos que vivem na Espanha e em Luxemburgo. A Venezuela acusava, em 1980, a presença de 140 000; o Uruguai 1 400 e a Bolívia, 70”¹⁰.

O Brasil era o refúgio daqueles que já tinham de certa forma uma inserção via família, amigos, trabalho ou outra forma qualquer de aproximação da idéia de emigrar, as decisões foram sendo tomadas na medida em que os acontecimentos no país geraram algum desconforto maior, assim se deu o fenômeno emigratório para diversas partes do mundo.

2. Os protagonistas: desvendando as histórias comuns

“Eu vim com meu pai, minha mãe e mais meus irmãos: Helena, José, João e Miguel. Eu vim no passaporte da minha mãe. Foi em quatro de abril de 1956. Eu não sei qual era o navio, acho que era o Corrientes ou Salta. Levou certo tempo, uns trinta dias, ficou muito tempo em Lisboa, depois paramos um pouquinho no Rio de Janeiro e depois chegamos a Santos. Levaram mais ou menos uns trinta, trinta e cinco dias, porque paramos um pouco em Lisboa, porque era um navio misto, passageiros e carga. Então, levou certo tempo até o navio partir de Lisboa/Portugal para Santos/São Paulo – Brasil, para mim foi algo diferente, porque ainda na vida de infância, na Ilha, não tinha noção de outro mundo. Ao entrar no navio, daquele porte, foi para mim fantástico e divertido. Eu não tinha expectativas, até porque, me sentia protegido no meio de todos os meus irmãos mais velhos. Claro, eu era o caçula... e no meio de meus pais e irmãos, tinha plena segurança. Com eles, estava protegido. Não vivi nenhum momento de insegurança na viagem ou na minha infância”¹¹.

Das memórias do senhor Henrique, com 6 anos de idade, a imagem da viagem era diferente dos adultos, com um olhar curioso, sem grandes medos ou inseguranças, viajou como se estivesse passeando, rumo a um destino impensado.

“Eu lembro de tudo, a gente era uma família de classe média, meu pai contonero, meu irmão Vicente para sair do exército veio aqui para o Brasil, minha mãe e meu pai recebendo

¹⁰ Portal da Comunidade Luso-Brasileira. *Maior população portuguesa ausente do país vive no Brasil*. Disponível na internet em: <<http://www.cclb.org.br/boletins/boletins02.htm>> (Pesquisa realizada em 21/8/2009).

¹¹ Henrique de Arruda Soares – Nasceu em 22 de Abril de 1949 em São Miguel, Açores, Portugal. Emigrou para o Brasil em 4 de Abril de 1956, com seis anos de idade. Entrevista concedida em 7 de Julho de 2008, na Casa dos Açores de São Paulo.

cartas, chorando e chorando e chorando, inconsolados, então meu pai resolveu vir pra cá e trazer nós. Grande homem, corajoso, ele era contonero, funcionário público, a gente recebia abono família que era 50 escudos naquela época, meu pai não precisava vir pra cá, uma bela casa, a gente tinha vacas, terras, pastos, mas o meu irmão veio pra cá, meu pai resolveu trazer a gente todos. Veio 5 e 6 com meu irmão que tava aqui já. Foi cinco e os menores. Foi uma luta, pegar o navio, o Carvalho Araújo em Ponta Delgada até Lisboa, Lisboa ficamos 15 dias gastando dinheiro, e a gente precisava tirar os documentos pra continuar a nossa caminhada até o Brasil aí viemos para o Brasil. Difícil...»¹².

O senhor José de Arruda teve outra percepção da viagem, diferente dos irmãos mais novos, sentia o sofrimento do pai em partir da Ilha em busca de nova vida para sua família. Ao mesmo tempo em que sentia certo alívio em conquistar uma vida melhor, tinha o sentimento angustiante de não dar certo, ter que voltar, além de sair da sua terra, contrariando seus interesses anteriormente definidos.

Desses sentimentos pode-se dizer que quando chegava a hora de partir, todos os membros da família sofriam. Uns mais, outros menos, ou ainda nem sabiam o que estava por vir, sabiam sim que iriam embora, mas para onde? Fazer o quê? Estas eram as questões que permeavam na cabeça das crianças, filhos açorianos que saíam da ilha para outro continente sem saber exatamente o que significava a viagem. Quantos dias de viagem... Primeiro chegou ao porto e viu aquele navio enorme de onde saíam para a nova casa, o novo bairro, os novos amigos, a nova escola. O irmão mais velho já os aguardava em outro país, era chegada a hora da partida.

Muitos ficavam aguardando serem chamados para mudarem de país. O processo de emigração acentuava-se no período de 1950, por conta das guerrilhas na África. Portugal chamava os homens para serem soldados nas colônias e, com isso, muitos fugiam dos Açores e do Continente para não participarem das possíveis batalhas.

A viagem para o Brasil durava cerca de trinta dias, nesse tempo, as visões, sensações e sentimentos de cada membro da família possuía conotações totalmente diferentes. Os dois irmãos, Henrique e José, de 7 e 14 anos, têm lembranças distintas dos fatos que ocorreram durante a viagem e guardam uma “imagem” da representação e dos acontecimentos que antecederam e os que ocorreram durante a trajetória da família na vinda para São Paulo.

A noção de outro mundo, diferente dos Açores, uma ilha no meio do oceano, água por todos os lados, era algo impensado por Henrique em sua infância. Pensar

¹² José de Arruda Soares – Nasceu em 14 de Setembro de 1939 em São Miguel, Açores, Portugal. Emigrou para o Brasil em 4 de Abril de 1956, com 15 anos de idade. Veio para São Paulo com carta de chamada do irmão para todos os membros da família que ainda estavam nos Açores. Vieram no Navio Corrientes, seu pai, mãe e irmãos: Helena, Henrique João e Miguel. Entrevista concedida em 7 de Julho de 2008, na Casa dos Açores de São Paulo.

que essa viagem também seria palco para o processo de imigração açoriana, para a busca futura das identidades e de elos com o passado, onde ainda se veria em sua História e as Memórias, de busca pelo incerto, mas necessário, não estava ainda em suas aspirações.

Durante o século XX o processo emigratório foi marcado pelo caráter familiar, no qual todos ou alguns dos membros das famílias se deslocavam em busca de melhores condições de vida e vendiam tudo que tinham para um recomeço. Muitos ficaram devendo passagens de navio ou emprestavam dinheiro de amigos e familiares para o deslocamento, não tendo muito sucesso em pensar no retorno que seria dificilmente concretizado frente às condições de saída dos Açores e chegada ao Brasil.

Era necessário ter uma “carta de chamada”¹³ para dar início aos preparativos da viagem, além de todo processo de mudança, como fariam com a casa, móveis, roupas, animais, pertences entre muitos outros detalhes que precisavam ser pensados frente à mudança de país.

Além da carta, os emigrantes precisavam ter uma orientação para o trabalho, uma sequência na qual viriam ao Brasil, teriam emprego, casa, forma de se manter e serem subsidiados. Isso era feito por outro membro da família ou amigo, para que, se necessário fosse, esse mesmo indivíduo o devolveria frente às adversidades. “Paralelamente à “carta de chamada”, o chamante obrigava-se a lavrar, em um tabelião, a chamada “Escritura Pública de Manutenção” que dava complemento ao documento”¹⁴.

“Sob o ponto de vista institucional, em 1911, interveio uma lei brasileira que em certo sentido legalizava o uso da *Carta de Chamada*. Por exemplo, introduzia a obrigação da chamada para os maiores de 60 anos e os não aptos para o trabalho: Parágrafo único. Os maiores de 60 anos e os inaptos para o trabalho só serão admitidos quando acompanhados de suas famílias, ou quando vierem para a companhia destas, contanto que haja da mesma família pelo menos um individuo válido, para outro invalido ou para um até dois maiores 60 anos. O único modo para demonstrar que o migrante vinha para estar com a família e esta estava disposta e apta para sua manutenção era se munir de uma *Carta de Chamada*. (...)”¹⁵.

¹³ Nas cartas de chamada, um imigrante já instalado assumia as despesas e responsabilidades pela vinda de conhecidos e parentes. “Para dar início às diligências para emigrar era necessário ter, em primeiro lugar, um parente no Brasil. Aí é que entravam em cena os emigrantes que tinham vindo para o Brasil entre 1910 e 1930, pois era rara, já naquela época, uma família em Portugal que não tivesse um membro no Brasil. O Consulado era a primeira repartição no estrangeiro a ser procurada para iniciar todo o trâmite necessário ao embarque do emigrante lá na origem, em Portugal. A “carta de chamada”, o primeiro documento a providenciar. Nela, o chamante, neste caso o parente até o terceiro grau, se responsabilizava não só pela vinda como também pela manutenção, emprego e, em caso do emigrante assim desejar, até o pagamento da passagem de volta à origem”. Ver ALBINO, 1994: 71.

¹⁴ ALBINO, 1994: 71.

¹⁵ CROCI, 2008: 13-39.

Da Legislação sobre as cartas de chamada, tem-se em 1911 um ordenamento sobre como deveria ser a imigração no Brasil. Assim, o decreto n.º 9 081¹⁶ trabalhava normas que deveriam ser seguidas para a entrada no país.

Em 1945 entra em vigor a legislação que conduzia novos objetivos para entrada de estrangeiros no país, a fim de reordenar os grupos de emigrantes dos mais diversos pontos no pós-guerra¹⁷. A saída para muitos estrangeiros era buscar nas Américas uma nova oportunidade de trabalho e vida. As memórias definem traços muitas vezes semelhantes, uns têm impressões boas, outros nem tanto. Mas de todas elas, a saída dos Açores era algo necessário para sobrevivência, fuga do exército e também para buscar melhores condições de vida, trabalho e moradia. Das impressões da viagem, o Sr. Manoel¹⁸ conta:

“Ele parava nestes portos: Pernambuco, Recife, Salvador, Rio de Janeiro e depois São Paulo. Quando começa a avistar a costa... Primeiro é que a noção de tempo no mar é completamente diferente, você tem infinitas águas, infinito do céu e a cada minuto tem outra dimensão, a noção de tempo é outra. Então quando você se repara e vê naquela costa, coqueiros e praia, coqueiros e praia, é uma imagem fantástica, viu. Porque na ilha nós não temos... Ilha é vulcânica, é cheia de rochas. Você vê aquela costa toda, é infinito, são praias infinitas a perder de vista de coqueiros e praia. É uma visão realmente... é um negócio fantástico, fantástico. Pessoalmente na ilha como eu vivia, quer dizer, você tem outra visão. E depois desse estágio de 10 dias, porque são 10 dias de viagem o Brasil eram 10 dias de viagem, então você tinha cinco entre ilhas e depois mais 10. Então você realmente vê que há uma dimensão muito fantástica. O bom romancista contempla as ilhas em palavras, não sou..., mas o que posso dizer, mas é fantástica sim”.

A imagem que guardou da vinda para o Brasil foi, em princípio, das ilhas que avistou no caminho, as águas do mar e as “maravilhosas” lembranças do sentimento que lhe veio na lembrança. Em nenhum momento falou das dificuldades da viagem, da comida do navio, dos problemas enfrentados durante a travessia e do que vinha

¹⁶ O Decreto n.º 9 081, de 3 de Novembro de 1911, insere novos dimensionamentos ao regulamento do Serviço do Povoamento. Ver HORN IOTTI, 2001: 522-572. A lei é subdividida em 26 capítulos num total de 277 artigos; o capítulo XXIII que compreende os artigos de n.º 231 a n.º 238, trata da *Hospedaria da Ilha das Flores*, do porto do Rio de Janeiro, detalhando as normas de entrada, a permanência e a saída dos imigrantes da *Hospedaria*, a única que era financiada e reconhecida pelo Governo Federal.

¹⁷ “O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e considerando que se faz necessária cessada a guerra mundial, imprimir á política imigratória do Brasil uma orientação racional e definitiva, que atenda à dupla finalidade de proteger os interesses do trabalhador nacional e de desenvolver a imigração que fôr fator de progresso para o país”. Decreto Lei n.º 7 967 de 18 de Setembro de 1945.

¹⁸ Manoel Henrique Farias Ramos – Nasceu em 8 de Maio de 1939 na Ilha Terceira, Açores, Portugal, chegou ao Brasil em 1957, sozinho. Entrevista concedida à Profª. Dra. Maria Aparecida Pascal, no dia 23 de Outubro de 2006 e cedida para esta pesquisa.

pela frente. Tinha uma “imagem” do que encontraria no Brasil, em suas leituras almejava conhecer o país que tinha possibilidades e oportunidades para sua vida.

Como não era muito comum a vinda sem nenhuma indicação, parentesco ou amigos para encontrar, o Sr. Manoel conta um pouco dessa sua escolha que fez:

“(…) na verdade parentes meus tinha nos Estados Unidos. A escolha que eu fiz para cá... Não tinha nenhum parente aqui, nem tinha amigos, viu! Na verdade queria muito vir aqui para o Brasil e tinha lido o livro do Stefan Zweig, *Brasil, país do futuro*. Eu fiquei maravilhado aqui, então, eu desci no Rio de Janeiro, era para eu ficar no Rio de Janeiro porque lá sim tinha um amigo do meu pai, que tinha servido o exército junto com o meu pai, que era da Confeitaria Colombo, era um dos sócios da Confeitaria Colombo. Eu fui lá, desci fui lá procurá-lo, fui recebido muito bem, aquela coisa toda e ele disse: olha, quando você tiver sua documentação arrumada você vem aqui trabalhar porque tem lugar para você aqui. Exatamente, o meu problema era trabalhar sem documentação, porque eu tinha vindo como turista, tinha estado como turista e não tinha documentos. Então, eu tinha um endereço de uma senhora de 80 e poucos anos, que o marido dela tinha sido amigo do meu avô. Olha só... a esta altura já estou com 67... Aí, eu vim aqui na Rua Vilela, aqui no Tatuapé. Eu cheguei à noite, fiquei tão desesperado, eu peguei o ônibus Cometa, vim para cá de Cometa, cheguei aqui umas 05h30min da manhã. Às seis horas da tarde aquela garoa de São Paulo, aquele friozinho, era Setembro...”¹⁹.

Para a maioria ou quase todos os açorianos que vinham, o trabalho deveria ser algo concreto, com carta e oficializado em cartório. No entanto, o Sr. Manoel teve sua história um pouco diferente dos demais, na tentativa de almejar um emprego e mudar sua situação, tinha que conseguir casa, emprego e documentação para se manter no Brasil.

As relações de amizade e de companheirismo aconteciam freqüentemente entre os açorianos, por uma questão de identificação com a causa da imigração e também pelo fato de serem das ilhas. Essas relações estabeleciam apoio ao trabalho, ajuda para conseguir emprego e também uma forma de unir os açorianos no bairro, pois, nessa nova terra, algumas ações de ajuda garantiam também certa “união” de seus pares. O Sr. Manoel aborda a questão do trabalho que conquistou em sua chegada por companheirismo de outros açorianos que já viviam nas adjacências da Vila Carrão. Além do trabalho como artesão no Cotonifício Guilherme Giorgi, a profissão de açougueiro era comum entre os açorianos. Muitos ficaram conhecidos como açougueiros e montadores de frigoríficos.

¹⁹ Manoel Henrique Farias Ramos – Entrevista concedida à Profa. Dra. Maria Aparecida Pascal, no dia 23 de Outubro de 2006 e cedida para esta pesquisa.

“(…) E sozinho, mas aí... Realmente essa senhora me recebeu muito bem, ela era viúva já, foi muito bem e 15 dias depois eu fui trabalhar numa escola onde o sindicalista trabalhava no escritório central Guilherme Giorgi, lá no Brás. Eu fui trabalhar na cidade e aí quando eu cheguei, eles estavam 30 e poucos dias trabalhando. Um senhor do açougue lá desceu, soube que eu estava aqui, da Ilha Terceira, José Cardoso Duarte e me convidou e aí eu fiquei nesse ramo por um bom tempo, uns bons anos. Aí fiquei nesse ramo, montei uma rede de açougues, o frigorífico, fiquei fazendo junto com Manoel Medeiros aqui. E agora ele tem fazenda, mas são coisas grandes deixa para ele. E então foi isso daí (...)”²⁰.

O Cotonifício Guilherme Giorgi²¹ era o lugar para onde a maioria de açorianos vinha trabalhar. Já havia o estabelecimento de uma “rede” de relações na qual os amigos e parentes conseguiam indicação de trabalho e chamavam os seus pares, familiares, amigos e conhecidos.

Das memórias de viagem e dos motivos que levaram à vinda para o Brasil, o Sr. José de Arruda Soares, irmão mais velho de Henrique, tem outra percepção, que demonstra as visões de cada um frente a uma dada lembrança, apesar da convergência comum do fato vivido por eles, a viagem.

Sobre essa questão de memória individual sobre um fato coletivo, há as ponderações de que o “eu” está enraizado dentro de quadros mais amplos, no caso, dentro de uma visão do acontecimento, em que apesar de recortada a lembrança ela atinge um ponto comum, pois faz parte do acontecimento vivido em comum. Assim, se vê as reconstruções a partir da convergência que:

“(…) o “eu” e sua duração situam-se no ponto de encontro de duas séries diferentes e por vezes divergentes: aquela que se atém aos aspectos vivos e materiais da lembrança, aquela que reconstrói aquilo que não é mais se não do passado. (...) a memória individual existe, mas ela está enraizada dentro dos quadros diversos que a simultaneidade ou a contingência reaproxima momentaneamente. A rememoração pessoal situa-se na

²⁰ Manoel Henrique Farias Ramos – Entrevista concedida à Profa. Dra. Maria Aparecida Pascal, no dia 23 de Outubro de 2006 e cedida para esta pesquisa.

²¹ “Paschoal Boronheid e Fernand Delcroix, dois empresários belgas, não poderiam imaginar, ao fundarem a Paschoal Boronheid e Cia., em 10 de Agosto de 1906, do qual se originou a S/A Lanifícios Minerva, que nas mãos de Guilherme Giorgi a empresa fosse alcançar a importância que teve no cenário industrial do país e ajudar no crescimento e desenvolvimento da Vila Carrão. Em 1911, cria nos fundos de sua casa uma pequena tecelagem, com oito teares. Em 1920, funda na Rua Cesário Alvim, no Brás, o Cotonifício Guilherme Giorgi, agora com 21 teares. Nos primeiros anos da década de 1930, adquire uma área de 570 mil metros quadrados na região do Carrão, e nela começa a ser construído o importante complexo industrial, que chegou a compreender um conglomerado de empresas. O Grupo não só empregou um enorme contingente no setor têxtil, e chegou a ter 2 800 funcionários, como ajudou na urbanização da região, construindo casas para seus trabalhadores. Na década de 1980, o loteamento das moradias operárias deu origem ao Jardim Têxtil”. Disponível na internet em: <http://www.revistainline.com.br/exibe_historia_bairro.asp?texto=36&bairro=8> (Pesquisa efetuada em 15 de Maio de 2009).

encruzilhada das malhas de solidariedades múltiplas dentro das quais estamos engajados. Nada escapa à trama sincrônica da existência social atual, e é da combinação desses diversos elementos que pode emergir esta forma que chamamos de lembrança, porque a traduzimos em uma linguagem”²².

“Cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com o meio”²³. Na verdade essa questão é claramente pontuada nas entrevistas em que dois membros da família abordam a mesma temática, cada um com suas lembranças específicas do fato, em concordância com os pontos fundamentais, mas de qualquer forma, em posições distintas de ocupação relacional.

Já a memória coletiva, apesar de envolver as memórias individuais, não se confunde com elas, pois, uma vez colocadas num conjunto, deixam de ser uma consciência pessoal e passam a ser uma experiência conjunta, ou pelo menos uma experiência em grupo²⁴.

Acreditando nas melhores condições de vida, muitas “levas” de portugueses chegaram aos portos brasileiros, não apenas açorianos, mas de Portugal e da Europa em geral.

“Terminada a Segunda Guerra Mundial, final da década de 40 e início da década de 50, inicia-se um verdadeiro êxodo emigratório para o Brasil até o ano de 1965. Durante esses 15 anos aportaram aos portos no Rio de Janeiro e Santos (São Paulo) centenas de viagens operadas pelas companhias de navio North King (Companhia Panamenha), Companhia Colonial Portuguesa (Mousinho, Vera Cruz e Santa Maria), os navios da Mala Real Inglesa (Alcântara, Amazon e outros), da Companhia Argentina DODERO (Salta e Corrientes), das companhias. A Itália também com dois navios e a francesa CGTM com mais dois navios. E todos aportaram no Armazém 16 de Santos”²⁵.

A maioria dos moradores da Vila Carrão veio da Ilha de São Miguel e Terceira e, praticamente todos os entrevistados fugiram da “guerra”, seja para salvar seus filhos, seja para impedir a obrigatoriedade de servir. Também buscavam junto a amigos e parentes trabalho, casa e melhores oportunidades. O “Fazer a América”²⁶ também fazia parte de seus sonhos.

Das lembranças da viagem ao Brasil, Dona Ida faz uma curiosa descrição sobre os fatos dos quais se lembra, especialmente sobre o navio:

²² HALBWACHS, 1999: 13.

²³ HALBWACHS, 1999: 51.

²⁴ HALBWACHS, 1999: 53.

²⁵ ALBINO, 1994: 70-71.

²⁶ “Fazer a América” era o sonho de muitos emigrantes que buscavam no Brasil e em outros países da América melhores condições de vida. Ver FAUSTO, 1999.

“Nós éramos seis irmãos, quatro mulheres e dois homens, meu pai e a minha mãe... Naquela hora da guerra, tinha guerra na Angola e meu irmão tinha 18 para 19 anos e para fugir da guerra... Tinha que imigrar. Ficamos 17 dias na Ilha da Madeira, esperando o Giovana C. para gente vir para o Brasil. Era um vapor italiano. Foi à última viagem que ele fez com passageiro. Ele estava tão velho... Nós levamos da ilha da Madeira a São Paulo (a Santos), 17 dias. Muito lento. Então, ele foi para carga depois, era o que viraria um navio. Vindo por um navio velho... Meu pai não deixava a gente sair dali, sabe aquela coisa... Era o medo. No navio, o atendimento, pelo que eu lembro era, não era ruim, mas pra gente as comidas eram muito diferentes. É... Quando a gente aqui ia comprar mortadela pra comer, meu pai ficava bravo, porque no navio tinha de graça e ninguém queria. E é uma coisa que marca! Mortadela, eles davam no navio pra gente comer de lanche e ninguém queria comer a mortadela, nunca vi aquilo... Aí o meu pai ficava bravo quando a gente queria comprar, porque a gente já tinha acostumado”²⁷.

As memórias de Dona Ida englobam a questão da “fuga” da guerra, temendo que os filhos fossem para o combate na África, os pais buscavam na emigração a salvação de todos os males, pois além dessa questão queriam melhores condições de vida para seus filhos. O Brasil era a melhor saída, onde muitos açorianos já se encontravam e mandavam notícias de possibilidades de emprego sem tantas adversidades como pobreza, falta de infra-estrutura, calamidades, terremotos, entre outras questões.

A lembrança da “mortadela” remete à memória de infância, pois esse recorte traz a ela o que realmente marcou sua viagem, o medo de sair e se deslocar livremente, o que havia para comer, o que era diferente do habitual, do cotidiano, no tempo que ficaram na ilha da Madeira. O navio possuía condições precárias, sendo “velho” e sem muitas ofertas além da “mortadela” que depois da viagem tinha outro sabor, tanto que se acostumara a comer, por isso pedia ao pai para comprar.

Alguns membros da mesma família tinham expectativas distintas de outros, entre as irmãs Rezende, a menina que tinha 14 anos na época, ansiava por melhores dias e felizes acontecimentos. Ao falar sobre a viagem ela comenta:

“Aí, para mim, foi maravilhoso!! (exaltação) – Agora pra minha mãe, quase que, eu pensei que minha mãe ia morrer meu irmãozinho que tinha dois aninhos, não, um aninho e pouco mais ou menos... A minha mãe teve que fazer promessa pra ele chegar aqui, de tão mal que ele passava. Quem passava bem era eu e meu pai, não deixava nada de lado, agora eles ficavam sem comer. Para mim era boa, para minhas irmãs já não era, porque estranharam. Foi maravilha, foi uma alegria para mim! (Sobre a chegada) Olha, é uma sensação estranha, eu achei muito quente quando chegamos a Santos!

²⁷ Ilda Maria Salvador dos Reis. Nascida em 22 de Junho de 1939, em São Miguel, Açores, Portugal. Entrevista cedida pela Profa. Dra. Maria Aparecida Pascal. Chegou ao Brasil em 1952. Foi entrevistada na Casa dos Açores de São Paulo em 2 de Outubro de 2006.

Eu achei assim muito quente! Aquele bafo muito quente! Fiquei assim, com uma sensação muito estranha, que não tem explicação. Chegamos em julho, ficamos o mês de junho na Ilha da Madeira, julho chegamos aqui, mas para mim, tudo era festa, eu tinha 14 anos, mas para mim tudo era festa! O meu pai era bom, minha mãe era boa, então o que queria mais?!²⁸.

Ao mesmo tempo em que ansiava por uma nova vida, uma nova cidade e o que encontraria no Brasil, Maria viu no navio os problemas que afligiam sua mãe. Não era apenas a questão de ficar doente como seu irmão mais novo, mas as ansiedades que via em sua mãe referiam-se ao que encontraria na nova cidade.

O olhar dos que chegam vêem o que lhe agrada ou desagradada, sempre em perspectiva daquilo que já conhecia. O clima, a construção do espaço, as pessoas, são geralmente as questões mais elucidativas das memórias. Alguns se referem ao cheiro, aos sabores, às sensações da chegada, outros apenas rememoram fatos que lhes foram mais latentes.

A geração posterior à que veio dos Açores tem uma narrativa objetiva dos fatos quando configuram a vinda dos seus antepassados. Ao falar sobre a vinda dos familiares para o Brasil, possuem certa distância dos fatos, sem inserir muita emoção, pois para eles transforma-se em uma história de deslocamento, ou seja, partiu de lá e chegou aqui conforme especificado em anos, dias, meses; enquanto fatos cotidianos.

“Na minha família, do lado do meu pai, quem veio primeiro em 52, foi meu avô. Veio junto com ele os meus tios João, Gilberto, Nicolau e minha Tia Maria. Eles vieram em quatro filhos prá cá. O restante ficou nos Açores. Aí em 53, veio minha avó com os outros que ficaram lá. Então, meu pai, veio com a minha avó nessa segunda leva. Mas, quem veio primeiro foi meu avô. Do lado da minha mãe, quem veio primeiro foi o irmão mais velho dela. Veio casado de lá, meu Tio Diniz com minha Tia Maria dos Anjos. Eles eram casados, depois que eles estavam aqui já com casa, com tudo mais, eles fizeram uma Carta de Chamada prá minha mãe e pro meu Tio Jacinto virem. Só veio meu Tio Jacinto e a minha mãe. Os meus avós nunca saíram dos Açores. Eles ficaram e morreram nos Açores. Outros irmãos foram prá outros países: Estados Unidos, Canadá. Então, da parte do meu pai, toda família veio. Da minha mãe, só uma parte dela é que veio, só. Só vieram três irmãos²⁹”.

²⁸ Maria Joana Rezende Rodrigues. Nascida em 14 de Junho de 1939, em São Miguel, Açores, Portugal. Chegou ao Brasil em 28 de Julho de 1953. Foi entrevistada pela Profa. Dra. Maria Aparecida Pascal em 2 de Outubro de 2006 na Casa dos Açores de São Paulo e cedida para esta tese.

²⁹ Entrevista realizada com a Sra. Maria Leonilda dos Reis Jacob, filha de açorianos emigrados na década de 50. Data: 27 de Junho de 2009 na Casa dos Açores de São Paulo.

Quando questionada sobre os motivos da vinda de seus familiares, aborda os momentos de dificuldades pelos quais passavam e a carta de chamada dos familiares, que motivavam para a viagem. A fragmentação das vindas se dava pelo motivo financeiro das famílias, uma parte vinha e a outra aguardava enquanto se ganhava dinheiro para pagar as despesas de viagem e de possibilidades de habitação quando viessem.

3. As propagandas de viagem: as possibilidades de vinda, o olhar para o futuro e a idéia de regressar

Muitas eram as possibilidades que o Brasil oferecia aos açorianos, além de trabalho, união aos demais membros da família e reconstrução de uma vida melhor, haviam propagandas elaboradas pelas companhias de navios que fomentavam a viagem por meio das imagens do Brasil.

Figura n.º 1
Propaganda de navios argentinos que passavam pelo Brasil³⁰



³⁰ *List of Shipping Companies and List Of the ships.* The ships “Basically, the website shows images of the front covers of the timetables/sailing lists.” Argentine State Line – (Flota Mercante del Estado) Argentina. South America – Rio de Janeiro, Santos Montevideo, Buenos Aires. 1955. Disponível na internet em: <<http://www.timetableimages.com/maritime/images/list.htm>> (Pesquisa efetuada em 22/8/2009).

Figura n.º 2
Propaganda de navios para o Brasil (1951)³¹



As imagens que as companhias forneciam mostravam a beleza do Brasil, especialmente o Rio de Janeiro, pois quase todos os panfletos de propagandas tinham uma menção às praias, ao Corcovado, ao Pão de Açúcar, ao carnaval, Carmem Miranda, além dos pastos do sul do Brasil e da Argentina.

Alguns dos folhetos traziam na capa os valores da terceira classe, que era mais conveniente aos recursos dos emigrantes. Esses muitas vezes tinham que emprestar dinheiro para a viagem e ficavam devendo aos familiares e amigos até conseguirem trabalhar para arcar com as despesas da viagem de todos os membros da família. “A lei portuguesa decretava como emigrante todo o passageiro que viajasse em 3.^a classe ou equivalente, abaixo de 2.^a classe”³².

Muitas das propagandas de navios acabavam não sendo fiéis às condições dos navios, uma vez que muitos tinham uma infra-estrutura precária e eram totalmente diferentes do que fora vendido.

“Os vapores encurtavam consideravelmente o tempo do percurso da viagem, comparados aos veleiros que levavam 6 semanas nesta travessia, enquanto que os vapores demoravam 3 semanas percorrendo o mesmo trajeto. Além da regularidade e da projeção

³¹ *List of Shipping Companies and List Of the ships*. The ships “Basically, the website shows images of the front covers of the timetables/sailing lists.” SGTM-Société Générale de Transports Maritimes-France-Sailings July-December 1953. *Bretagne and Provence. Ports of Call: Marseilles, Genoa, Marseilles, Barcelona, Dakar, Rio de Janeiro, Santos, Montevideo, Buenos Aires*. Called also at Bahia on return voyages. Disponível na internet em: <<http://www.timetableimages.com/maritime/images/list.htm>> (Pesquisa efetuada em 21/12/2008).

³² EVANGELHO, 1998. Disponível na internet em: <<http://www.comunidadesacorianas.org/>> (Pesquisa realizada em 22/8/2009).

de suas viagens, escalas e desembarques transmitindo assim aos passageiros, uma grande tranquilidade. Em 1874, João de Sousa Lobo ministro de Portugal, considerava que os progressos trazidos pelos vapores aliviaram mais o sofrimento dos emigrantes do que as leis criadas para os protegerem. (...) De 1922 a 1926 efetuaram-se as carreiras em direitura, num total de quinze viagens: três em 1922; seis em 1923; duas em 1924; uma em 1925; três em 1926. Durante esses cinco anos, os vapores eram consignados somente a uma companhia de navegação: o Lloyd Brasileiro, representada na cidade de Angra do Heroísmo pelos agentes gerais "Elias Pinto & Rego". Eles se mantiveram ativos sob a sigla referida durante os anos de 1922 a 1927, sempre na mesma cidade. O Sr. E. Cunha Pinto pertencia à sociedade da conceituada Casa Bancária e de Navegação "Borges do Rego" sediada em Lisboa³³.

Figura n.º 3
Companhia Lloyd Brasileiro³⁴



As companhias que vinham ou pelo menos passavam pelo Brasil, desde a brasileira Lloyd, Companhia Colonial Portuguesa (Mousinho, Vera Cruz e Santa Maria), os navios da Mala Real Inglesa (Alcântara, Amazon e outros), da Companhia Argentina

³³ EVANGELHO, 1998.

³⁴ O Lloyd Brasileiro foi uma companhia fundada em 1890. Inicialmente de passageiros, passando para cargas costeiras e serviços do rio Amazonas. Suas rotas foram expandidas para cobrir o Mediterrâneo, Norte da Europa, do Sul, América Central e Estados Unidos. No entanto, muitos de seus navios foram abatidos no início de 1990 e a empresa deixou de funcionar pouco tempo depois. Veja uma das Imagens do Lloyd Brasileiro. *List of Shipping Companies and List Of the ships*. "Basically, the website shows images of the front covers of the timetables/sailing lists". Disponível na internet em: <<http://www.timetableimages.com/maritime/images/list.htm>>. Pesquisa realizada em 22/8/2009.

DODERO (Salta e Corrientes), até as companhias Itália também com dois navios e a francesa CGTM com mais dois navios.

As viagens eram longas e cansativas, além do fato de que muitos ficavam doentes durante o trajeto. As crianças geralmente se divertiam porque tudo era diferente para elas, no entanto, muitas não aguentavam a viagem e acabavam doentes ou até morriam. Das experiências de viagens dos entrevistados nota-se uma grande diferença de percepção conforme a idade e o que se esperava da viagem, além das angústias e aspirações sobre o que estava por vir em nova terra.

Quando comentam como foi a viagem ao Brasil, suas memórias são fragmentadas segundo suas respectivas faixas etárias na época, suas percepções sobre o que seria a viagem na época e principalmente os motivos que fizeram a família emigrar. Os processos pelos quais passou essa e muitas outras famílias açorianas será o arcabouço de questões que permearão as motivações, sendo seu cotidiano e histórias os responsáveis pela aglutinação do que acontecia nas ilhas e no continente.

“Essas dificuldades explicam, sem eufemismos, a grande vaga emigratória da segunda metade do século XIX, quando a descida dos fretes da navegação e a exploração de novos territórios apelaram por mão-de-obra. Então, a população dos Açores, ainda que em termos populacionais mais não representasse do que 5,7% no total da população portuguesa (dados relativos ao ano de 1878), sempre figurou com uma participação superior aos 10% nos contingentes emigratórios portugueses, entre os anos sessenta e oitenta, ainda que com picos nos anos de 1873 (participaram com 18%), de 1874 (com 17,7%) e de 1877 (com 19,8%). Nos inícios do século XX, entre 1902 e 1916, a emigração mecaelense sempre foi superior à média nacional”³⁵.

Ao longo dos séculos, as ilhas açorianas vêm sendo terras de partida e de chegada, num processo contínuo de idas e vindas, desde a emigração para o Brasil, em diversas ondas, Estados Unidos, Canadá e Bermudas, entre outros muitos destinos, parece haver uma propensão latente de emigrar³⁶.

Desde o século XVI o fenômeno emigratório faz parte da memória coletiva deste povo. Seja na colonização do Brasil, seja em outros processos de crise e instabilidade, a saída das ilhas parece incorporada não só na história dos Açores, mas também nas memórias dos que ali vivem e viveram um dia.

Cabe lembrar que não houve um único padrão de deslocamento dos grupos familiares, muitos imigrantes eram chefes de família, vieram bem antes de seus familiares que ficaram aguardando em Portugal; outros vieram ainda quando crianças ou jovens, sem a família nuclear; em outros casos, a família nuclear veio junta, mas em

³⁵ EVANGELHO, 1998: 15-16.

³⁶ MEDEIROS, MADEIRA, 2004: 15.

alguns deles não permaneceram unidas no novo contexto ou nunca se encontraram e/ou não voltaram a se constituir³⁷.

A cidade de São Paulo foi, para muitas famílias e indivíduos que viajavam sozinhos, uma alternativa de trabalho. Uma das questões que faziam esse movimento de oferta e demanda, cujas necessidades industriais buscavam mão-de-obra imigrante e na contra partida, os açorianos buscavam os ideais de reconstrução da vida.

Das famílias açorianas que emigraram, muitas deixaram parentes e amigos e esperavam um dia voltar a revê-los. Para representar o fenômeno da emigração, a literatura em grande parte narrou “os sentimentos e efeitos relativos às partidas e chegadas do que propriamente a experiência emigrante”³⁸.

“(…) É que nas ilhas, onde o tempo e o espaço se condensam, intensificando formas de estar e sentir, tal realidade impõe-se não tanto como fenômeno social em si, mas antes como marca de uma condição existencial de forte sofrimento, emoção e perspectiva universal”³⁹.

No Brasil houve para aqueles que permaneceram uma identificação que acabou transformando o sonho de retorno. Muitos querem retornar para rever a terra natal, mas quando questionados sobre voltar para viver, relutam em aceitar a idéia.

“Não sei se eu voltaria, eu acho uma vida meia,...até se me ocupar, tiver uma ocupação, eu acho a gente quando vai passear é uma coisa, pra morar é outra coisa. Até se eu me ocupasse em alguma coisa. Se eu fosse fazer um trabalho, se eu tivesse trabalhando e tal eu acho é claro poxa, acha que eu não vou me acostumar na minha Terra, como é que vai fazer?...Mas de todos esses países que eu vi eu não me acostumaria fora de São Paulo não!”⁴⁰.

Com o passar do tempo, a estabilidade e a vida em seu rumo fica difícil uma tentativa de retorno. A terra natal fica “esquecida” ou “adormecida” por conta de outras questões. A fixação definitiva é uma regra praticamente geral, pois se observa ao longo dos processos que a emigração familiar tendia a dificultar o retorno, com os filhos nascidos e sendo educados em outro país, gerava um agravante na decisão de retornar. Para os que têm sucesso, a tendência a buscar um retorno diminuía ainda mais. No quadro abaixo elaborado sobre o regresso, têm-se nas razões:

³⁷ DEMARTINI, 2003: 3.

³⁸ BATTISTA, 1993: 40-41.

³⁹ BATTISTA, 1993: 41.

⁴⁰ Entrevista do Senhor Manoel de Medeiros. Concedida em 3/6/2008 em sua Indústria.

Quadro n.º 1
Principais razões do regresso⁴¹

Razões	%
Já tinha atingido os objectivos	38,9
Não conseguiu integrar-se	11,6
Por já estar reformado	0,0
Porque estava desempregado	2,1
Por questões familiares	14,7
Por questões de educação dos filhos	5,3
Porque tinha cá bens	2,1
Por motivos de saúde	11,6
Outras razões	13,7
Total	100,00

“Os açorianos da emigração são hoje, pelo seu número e pela sua diversidade, um vasto prolongamento da unidade e da diversidade dos Açores. São continuadores, descendentes, representantes de um conjunto de tradições, de uma língua e de uma cultura – de que não têm que se envergonhar. Enquanto conhecem a sua língua materna, enquanto lembrarem as suas terras e as suas festividades, enquanto conservarem, ainda que só reminiscências da história do seu povo, estão a constituir uma comunidade autêntica, assente nos laços de sangue e de cultura⁴²”.

Dessa colocação, percebe-se um discurso pautado na construção da açorianidade, como ponto chave para os que desconstruíram e reconstruíram suas vidas e encontraram de alguma forma um meio de continuar alguns de seus traços culturais.

Considerações finais

As formas com as quais cada indivíduo busca suas raízes e como articulam grupos remete-se a uma questão, trabalhada sob a perspectiva da necessidade de se construir um “ser açoriano”, uma identidade específica, assim: “esparramados pelas brumas do mar que pontilharam muitas terras, notadamente ao longo dos séculos XVIII a XX, ilhéus açorianos realizaram a diáspora e passaram a constituir uma comunidade internacional. Desafiados sim, muitos emigraram, tangidos pela alma partida, em busca de trabalho, de meios concretos de sobrevivência, para além mar, a sangrar horizontes, na expectativa de encontros e de reencontros. Foi a saída. Por onde ancoraram, suas marcas, sua herança cultural buscou espaço, apesar de reveses. Essa história e suas particularidades, captada não só no aparente tem sido buscada

⁴¹ MEDEIROS, MADEIRA, 2004: 77.

⁴² PIRES, 1978: 17.

com vivo e incessante interesse pelos próprios emigrados na contemporaneidade, como pelos descendentes daqueles que há mais tempo partiram para outras plagas. Qual surto, como uma "epidemia", alastrou-se a busca pela origem de base açoriana, com vigor tal que a genealogia ganhou espaço e dimensão como nunca dantes. A pergunta a ser feita é: por que esse interesse? Por que essa busca? Por que esse resgate de origens?"⁴³.

O discurso de continuidade das raízes e a busca das origens foi por muito tempo de interesse da história, agora, trata-se de uma tendência daqueles que efetivamente valorizam o passado e os antepassados, pois, sem história ninguém se reconhece nesse ambiente cada vez mais igual e tão diferente.

Fontes e bibliografia

Bibliografia

- ALBINO, Adriano, 1994 – *Emigração (100 anos) Século XX: A Diáspora dos Portugueses*. São Paulo: CJE/ECA/USP.
- BATTISTA, Adelaide Monteiro, 1993 – *João de Melo e a Literatura açoriana*. Lisboa: Dom Quixote.
- CROCI, Federico, 2008 – “O chamado das cartas: migrações, cultura e identidade nas cartas de chamada dos italianos no Brasil”. *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 14, n.º 2.
- DEMARTINI, Zeila Brito Fabri, 2003 – “*Imigração, Família e Educação*”, in *V Congresso Luso-brasileiro de História da Educação*. Évora.
- FAUSTO, Boris (org.), 1999 – *Fazer a América*. São Paulo: EDUSP.
- FLORES, Maria Bernadete Ramos, 2000 – *Povoadores da fronteira: os casais açorianos rumo ao sul do Brasil*. Florianópolis: UFSC.
- HALBWACHS, Maurice, 1999 – *A memória coletiva*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.
- HORN IOTTI, Luiza (org.), 2001 – *Imigração e colonização, legislação 1747 a 1915*. Caxias do Sul: Educs.
- LOBO, M. E. L., 2001 – *Imigração Portuguesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec.

⁴³ Este artigo foi um trabalho publicado em Comunidades Açorianas, que traz alguns autores portugueses e açorianos discutindo as temáticas insulares e portuguesas em geral. Disponível na internet em: <http://www.comunidadesacorianas.org/artigo.php?id_artigo=59&idioma=PT> (Pesquisa realizada em 20/9/2009).

- MEDEIROS, Octávio H. R. de; MADEIRA, Arthur B., 2004 – *Emigração e Regresso no Concelho de Nordeste*. Ponta Delgada: Centro de Estudos Sociais. Universidade dos Açores.
- MENEZES, Lená Medeiros de, 2000 – “Jovens Portugueses: Histórias de Trabalho, Histórias de Sucessos, Histórias de Fracassos”, in GOMES, Angela de Castro (org.) – *Histórias de Imigrantes e de Imigração no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7Letras.
- PIEKHANOV, Guiorgui Valutnovitch, 2008 – *O Papel do Indivíduo na História*. São Paulo: Expressão Popular (Reimpressão).
- PIRES, António M. B. Machado, 1978 – “Emigração, Cultura e Modo de Ser Açoriano”, in *Congresso dos Emigrantes Açorianos*. Angra do Heroísmo.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz; CAMPOS, Maria Christina Siqueira de Souza, 2003 – *Olhares Lusos e Brasileiros*. São Paulo: Usina do Livro.

Documentos electrónicos

- AMARAL, Rita – “Festa à Brasileira: sentidos do festejar no país que “não é sério”. Disponível na internet em: <<http://www.aguaforte.com>> (Acesso em 13/1/2007).
- CASA DOS AÇORES DE SÃO PAULO. *XXXI Festa do Divino Espírito Santo*. Disponível na internet em: <<http://casadosacores.com>> (Acesso em: 13/1/2007).
- EVANGELHO, Judite Toste, 1998 – “Os Açorianos e a Produção Leiteira no Rio de Janeiro (1860-1937)”. Disponível na internet em: <<http://www.comunidadesacorianas.org/>> (Acesso em 22/8/2009).
- MARITIME TIME TABLE IMAGES. *List Of Shipping Companies*. Disponível na internet em: <<http://www.timetableimages.com/maritime/images/list.htm>> (Acesso em 21/12/2008).
- MARITIME TIME TABLE IMAGES. *List Of Shipping Companies*. Disponível na internet em: <<http://www.timetableimages.com/maritime/images/list.htm>> (Acesso em 22/8/2009).
- NOTÍCIAS DE ITAQUERA. *Açorianos preservam tradições na região*. Disponível na internet em: <<http://www.noticiasdeitaquera.com.br>> (Acesso em 13/1/2007).
- PORTAL DA COMUNIDADE LUSO-BRASILEIRA DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Conselho da Comunidade Luso-Brasileira do Estado de São Paulo*. Disponível na internet em: <<http://www.cclb.org.br/boletins/boletins02.htm>> (Acesso em 21/8/2009).
- REVISTA IN. *Era uma vez um bairro com muitas chácaras*. Disponível na internet em: <http://www.revistainonline.com.br/exibe_historia_bairro.asp?texto=36&bairro=8> (Acesso em 15/5/2009).
- ROCHA, Gilberta Nunes Pavão, 2001 – “A Emigração nos Açores nos séculos XIX e XX. A necessidade, a solução, a valorização”, in *Portos, Escalas e Ilhéus no Relacionamento entre o Comemorativo do Regresso de Vasco da Gama a Portugal*, 2.º volume. Açores: Comissão Nacional para Comemorações dos Descobrimentos Portugueses/Universidade dos Açores. Disponível na internet em: <<http://www.comunidadesacorianas.org/>> (Pesquisa efetuada em 24/8/2009).
- WEBLOG ALENTEJANDO. *Manual do Cantoneiro*. Disponível na internet em: <<http://alentejanando.weblog.com.pt/arquivo/064798.html>> (Acesso em 23/8/2009).

Depoentes

Henrique de Arruda Soares – Entrevista concedida em 7 de Julho de 2008, na Casa dos Açores de São Paulo.

Ilda Maria Salvador dos Reis – Entrevista cedida pela Profa. Dra. Maria Aparecida Pascal, entrevistada na Casa dos Açores de São Paulo em 2 de Outubro de 2006.

José de Arruda Soares – Entrevista concedida em 7 de Julho de 2008, na Casa dos Açores de São Paulo.

Manoel Henrique Farias Ramos – Entrevista concedida à Profa. Dra. Maria Aparecida Pascal, no dia 23 de Outubro de 2006 e cedida para esta pesquisa.

Maria Leonilda dos Reis Jacob – filha de açorianos emigrados na década de 1950. Data: 27 de Junho de 2009 na Casa dos Açores de São Paulo.

OS PASSAPORTES – DO ENQUADRAMENTO LEGAL À PRÁTICA (1855-1926)

Isilda Monteiro

Introdução

Os números da emigração portuguesa para o Brasil, na segunda metade do século XIX e na primeira do século XX, permitem atribuir contornos mais precisos ao fenómeno migratório em Portugal. Um fenómeno que pela sua dimensão não deixa o país indiferente, tornando-o um assunto em debate. Contudo, para a população que mais de perto convivia com a realidade migratória, esta ia para além dos números e das referências mais ou menos generalistas, mais ou menos politizadas. A obrigatoriedade em obter, na sede do distrito, o passaporte que permitiria a saída legal do país, trazia diariamente a essas vilas ou cidades muitas pessoas, a maioria delas com os olhos fitos no Brasil. Provenientes de vários pontos do distrito, pouco habituados ao desassossego da vila ou cidade comparativamente à pacatez da sua aldeia, os homens e as mulheres que aí acorriam para materializarem o sonho de uma nova vida fora de Portugal através da obtenção de um passaporte, não poderiam passar despercebidos à população local. Embora sem a força cénica e o dramatismo que caracterizava as partidas dos vapores em Leixões ou no porto de Lisboa, e que, como o deputado Tamagnini Barbosa sublinhou num discurso sobre a questão da emigração, na Câmara dos Deputados, em 1921, não podiam deixar de fazer sentir a quem assistia a “alma [a] confranger-se”¹, a presença destes homens e destas mulheres traria certamente alguma animação acrescida às sedes de distrito mas deixaria também alguma inquietação sobre o futuro da região onde se inseriam.

Desta forma, seria nas sedes de distrito do Norte do país que, no final de Oitocentos e nas primeiras décadas de Novecentos, a questão da emigração ganhava, a cada dia que passava, uma dimensão de contornos cada vez mais avassaladores. Nas épocas de maior afluência, a aglomeração de pessoas junto aos governos civis, geralmente erguidos no centro das sedes de distrito, aguardando para serem atendidos, dava-lhe

¹ *DIÁRIO da Câmara dos Deputados*. Sessão de 25 de Fevereiro de 1921, p. 4.

uma grande visibilidade. Organizadas frequentemente em grupos provenientes da mesma aldeia ou vila, como a consulta dos registos de passaporte nos permite verificar pela sucessão, no mesmo dia, de requerentes com a mesma naturalidade, a sua movimentação teria certamente alguma repercussão naquelas localidades, sobretudo nas de menor extensão.

Implicando uma opção que não seria certamente tomada de ânimo leve e da qual sabiam vir a resultar uma alteração radical na sua vida, esse não seria para a maioria dos potenciais emigrantes, sobretudo para os de menores possibilidades financeiras, um momento fácil. Até ao embarque para uma viagem e uma aventura de que não conheciam o epílogo, havia todo um percurso a fazer, que, mesmo que com o apoio mais ou menos paternalista, dos empregadores, não seria fácil. Assim, a obtenção do passaporte constituía um primeiro obstáculo que novos e velhos, homens e mulheres tinham de ultrapassar. Um obstáculo particularmente difícil e complexo para os menos apetrechados ao nível da instrução e das redes sociais. O analfabetismo e a inexistência ou fragilidade de laços sociais que lhes permitissem procurar, quer em Portugal quer no Brasil, o apoio e a motivação para emigrar, tornavam-se, naturalmente, dificuldades acrescidas que nem todos conseguiriam vencer. Esse seria o primeiro passo para a formalização de uma decisão individual, de uma escolha para um futuro que se sonhava mais feliz, a passagem, afinal, do conhecido para o desconhecido, do certo para o incerto. Outros se lhes seguiriam – a despedida da família e dos espaços que lhes eram habituais, a partida e a viagem em condições difíceis, a chegada a um local estranho, onde mesmo se esperado não se era conhecido². Poderemos, assim, pensar que o processo burocrático necessário para a obtenção do desejado passaporte, poderia só por si constituir um primeiro obstáculo dissuasor para aqueles que pensassem na emigração como uma saída para melhorar as suas condições de vida. A opção pela emigração era um acto individual, uma escolha, mas uma escolha enquadrada por restrições que, necessariamente, condicionariam a acção e as opções³. A obtenção de um passaporte, pela burocracia envolvida e as condições impostas pela legislação, será certamente uma delas.

No nosso estudo, procuraremos apreender para a segunda metade de Oitocentos e as primeiras décadas de Novecentos, qual o papel desempenhado pelo passaporte na política emigratória portuguesa – caracterizada pela oscilação entre a restrição legalmente consignada e a permissividade⁴ –, e, na prática, quais os seus impactos na decisão de emigrar da população daquela que foi uma das regiões que mais contribuiu para o contingente emigratório dessa época – o Norte do país. Dessa forma, ser-nos-á possível perceber quais as principais linhas do debate em torno da questão dos

² GREEN, 1999.

³ GREEN, 1999.

⁴ ALVES, 1994, 123.

passaportes, quer ao nível do poder político quer da opinião pública com acesso à imprensa. Com leituras necessariamente diferentes, procuraremos, assim, compreender o que o passaporte representava para o Estado que o exigia e para a população que, legalmente, não podia passar as fronteiras sem ele, para, dessa forma, averiguar do impacto, ou não, que a sua exigência em Portugal teve sobre a emigração. Centrando-nos na realidade portuguesa não deixaremos de estabelecer, a esse nível, uma análise comparativa, necessariamente breve, com a de outros países europeus onde o fenómeno migratório também se fez sentir no mesmo período.

Utilizaremos como fontes primordiais a legislação produzida pelo poder político, o discurso parlamentar e a imprensa. Dessa forma, poderemos alargar o nosso campo de visão do fenómeno migratório, perspectivando-o através de diversos e diferentes ângulos.

O passaporte é um documento de carácter policial que serve para garantir a identidade do viajante/emigrante e, dessa forma, os seus direitos ao respeito e à protecção da autoridade pública quando se encontra num outro país que não o seu, garantindo, ao mesmo tempo, ao país receptor que o seu portador é seguro, porque tem um país para onde pode voltar, voluntariamente ou obrigado⁵. Mas não só. Na prática, o passaporte é, também, um entrave à mobilidade dos cidadãos, uma forma de monitorizar a sua passagem quer ao nível interno quer além fronteiras, ou seja, em última análise, um instrumento de controlo do Estado. Contudo, convém não esquecer que, constituindo um registo de identidade, nacionalidade e destinos, que fazem dele uma fonte primordial para o conhecimento dos fluxos migratórios, o passaporte para além dessa função prática tem uma função simbólica permitindo, tal como o cartão de identidade que só será tornado obrigatório em Portugal no final da década de vinte de Novecentos, a materialização de uma pertença comum entre cidadãos reconhecidos como iguais em direitos⁶. O passaporte tal como o cartão de identidade marca a “age of the document citizen”⁷, nascida com a Revolução Francesa no quadro do reforço do Estado-Nação.

Com tradições na restrição à movimentação da população⁸, Portugal vai ver consignada na Carta Constitucional de 1826, no art.º 145, que “Qualquer pode conservar-se, ou sair do Reino, como lhe convenha, levando consigo os seus bens, guardados os regulamentos policiais, e salvo o prejuízo de terceiros”. Desta forma, estipulava-se a livre circulação dos cidadãos como um direito, de acordo com o ideário liberal recém-implantado em Portugal, mas abria-se a possibilidade à intervenção

⁵ SALTER, 2003: 4.

⁶ PIAZZA, 2007: 8.

⁷ FAHRMEIR, 2000:101.

⁸ Pela lei de 20 de Maio de 1720 só era concedida autorização de transferência para outros pontos do Império aos funcionários, por razões de serviço, e a particulares desde que justificassem a sua deslocação com a realização de transacções assinaláveis (Ver PEREIRA, 1981: 48).

do Estado, no sentido de a limitar sempre que se sobrepusessem outros interesses. As implicações económicas, sociais, políticas e militares da mobilidade dos cidadãos, quer dentro do país quer para fora dele, assim o justificavam.

A obtenção de um passaporte mediante regras e procedimentos legalmente definidos assumia-se como um estorvo a vencer antes de uma deslocação. Ao nível interno, um estorvo a que nem todos se submetiam, sem que por causa disso viessem a sofrer qualquer percalço. Em 1862, quando na Câmara dos Deputados se discutia a abolição dos passaportes internos, Aires de Gouveia é muito claro quando diz: “Quanto á inutilidade ou inconveniência dos passaportes, eu aceito a medida: ainda até hoje não fizemos cousa que mereça a pena de apresentar-se por meio de passaportes; aqui estamos todos nós, e eu pergunto aos meus illustres collegas, se quando saíram das suas terras, das suas naturalidades para virem para aqui, cumpriram a lei, tirando passaportes? Se alguém em algum sitio lhes perguntou por elles?”, para concluir, mais à frente, que se os passaportes servem para alguma coisa é “unicamente para vexar os indivíduos inoffensivos, deixando escapar sempre, por mil modos fáceis, os culpados”⁹. Reconhecido como um obstáculo ao desenvolvimento do país, uma limitação à livre circulação dos cidadãos e uma inutilidade que alguns países europeus já tinham suprimido, o passaporte interno é abolido, em Portugal, em 1863, exclusivamente para o continente e ilhas¹⁰. Em 1871 são dispensados de apresentar passaportes os estrangeiros provenientes da Europa¹¹, estendendo-se essa medida, em 1896, a todos os que quisessem sair de Portugal por via terrestre. Mantém-se, no entanto, a obrigatoriedade dos passaportes para quem tivesse a intenção de passar a fronteira. Com uma diferença. Desde 1877¹², os passaportes requeridos com destino às colónias portuguesas africanas ficavam a um custo inferior do que os que se destinavam a outros países, passando a ser gratuitos a partir de 1896¹³ e dispensados a partir de 1907¹⁴. Em função dos seus interesses, o Estado facilitava ou dificultava a movimentação de nacionais e estrangeiros no seu território e nas suas fronteiras, utilizando como instrumento o passaporte. Tendo-o deixado cair internamente e para os estrangeiros que vinham ou saíam de Portugal, a partir da década de setenta de Oitocentos, insiste em mantê-lo para os portugueses que passavam a fronteira. De forma distinta. A partir de 1907, como veremos à frente, a diferenciação entre o estatuto de emigrante e de viajante atribuída em função da classe em que viajavam no paquete através do Atlântico, mostrava de forma clara que o direito a partir e a tentar a vida num outro país sem condicionalismos impostos pelo Estado não era para

⁹ *DIÁRIO da Câmara dos Deputados*. Sessão de 9 de Junho de 1862, p. 1601.

¹⁰ Carta de lei de 31 de Janeiro de 1863.

¹¹ Decreto de 27 de Julho de 1871.

¹² Carta de lei de 28 de Março.

¹³ Lei de 23 de Abril de 1896.

¹⁴ Lei de 25 de Abril de 1907.

todos, mas apenas para os que supunha serem detentores de uma melhor situação social e financeira.

O passaporte permanece, assim, como um instrumento essencial da política migratória portuguesa ao longo da segunda metade do século XIX e das primeiras décadas do século XX, embora as condições para a sua emissão possam justificar-se mais ao espírito da época do que à luz de qualquer orientação restritiva¹⁵. Contudo, o debate que frequentemente se produz, aos vários níveis, sobre a sua utilidade no controlo efectivo da emigração, permite-nos verificar que era sobretudo a sua função restritiva que era valorizada e salientada pelos contemporâneos. Silva Ferrão, na sua obra intitulada *Theoria do Código Penal*, publicada na década de cinquenta de Oitocentos, a propósito das penas estipuladas no art.º 225 do Código Penal de 1852 para os empregados públicos acusados por fraude na emissão de passaportes, tece duras críticas ao carácter obrigatório do referido documento, sem fazer qualquer distinção entre os que se destinavam à circulação interna ou além-fronteiras, referindo-o como uma restrição à livre movimentação dos cidadãos:

“Se o homem não se tornou escravo do território em que nasceu; se as suas pernas se não movem senão por impulso da sua vontade; e se a protecção legal à sua mais completa liberdade no exercício da sua actividade lícita é o fim principal do estado social e da sujeição às leis civis; todas as restrições positivas que prendam ou demorem o homem preso a solo determinado são contra a natureza, e como taes oppostas à missão do legislador.

Diz-se que as determinações, que parecem oppressivas da actividade de uns, são protectoras da liberdade de todos, e mantenedoras de um justo equilíbrio, e que, se os regulamentos de policia têm exigido, em quasi todos os povos, que na transferência, aliás permittida, dentro ou para fora dos limites de certa localidade, se guardem certas formalidades, não é senão para que a sociedade tenha conhecimento do movimento geral da população confiada aos seus cuidados preventivos e repressivos.

Mas ainda que este seja o fim principal e o fundamento com que se costuma justificar o uso dos passaportes, guias e itinerários, não deixam de ser sempre um vexame para os povos, porque entorpecem, annullam muitas vezes os movimentos lícitos, indispensáveis e urgentes de cada um, em prejuízo da utilidade geral”¹⁶.

Trata-se da opinião abalizada de um jurista e parlamentar que mais à frente na mesma obra, na análise crítica ao art.º 226 do mesmo Código Penal que estabelecia que “toda a pessoa que ou tomar o nome supposto ou fabricar um passaporte falso ou substancialmente alterado o verdadeiro, ou fizer uso de passaporte falsificado por qualquer d’estes modos, será condemnado á prisão”, considerando cúmplices as testemunhas que contribuísem para a emissão de um passaporte com nome falso, volta

¹⁵ LEITE, 1987: 466.

¹⁶ FERRÃO, 1856: 5, 209-210.

a reafirmar a posição anteriormente enunciada, escrevendo “Os passaportes são um meio de ordem publica restrictivo da liberdade do homem”¹⁷. Não é, por isso, de estranhar que ao longo da época em estudo tenha sido “fortemente contestada a justiça e a utilidade principalmente dos passaportes, e já no nosso parlamento há sido proposta a sua completa abolição”¹⁸. Silva Ferrão sabia do que falava.

Na Câmara dos Deputados, a questão dos passaportes vem frequentemente à discussão, trazida pelos deputados ou pelos membros do Governo, a propósito da emigração que, pelas suas proporções, se torna, na segunda metade do século XIX, um assunto recorrente no Parlamento. Contudo, embora concordassem na importância da sua dimensão e do seu impacto na sociedade e na economia portuguesas, os deputados divergiam relativamente ao carácter desse mesmo impacto – positivo ou negativo – e às soluções a adoptar para manterem a emigração sob o controlo vigilante do Estado. Nesse sentido, se para uns, a obrigatoriedade do passaporte com custos e condições restritivas que condicionassem a sua obtenção, podia assumir-se como o melhor instrumento de controlo, fazendo com que o perfil e número de emigrantes correspondesse ao que, ao nível estatal, se considerava desejável, para outros, o passaporte era uma inutilidade sem qualquer tipo de eficácia sobre o movimento migratório. Enquanto os primeiros defendem a sua manutenção, acreditando que os custos e as condições exigidas funcionariam, na prática, como entraves à sua obtenção, contribuindo para que, perante as dificuldades, alguns candidatos a emigrantes repensassem a sua opção por essa via, os segundos dão exemplo de situações que comprovam a sua pouca eficácia preconizando ou a gratuidade dos passaportes, ou então, os mais radicais, a sua total abolição. Em 1896, o deputado Manuel Fratel bate-se pela supressão dos passaportes dizendo que “o problema da emigração não se resolve por esta forma; resolve-se, modificando-se as condições em que os povos vivem, e espalhando a educação e instrução”, salientando relativamente aos passaportes que “não têm actualmente razão de ser, como se tem reconhecido nos paízes estrangeiros, onde têm sido abolidos”¹⁹. Para este como para outros deputados, os passaportes para nada serviam, nem sequer como elemento de identificação do cidadão que o detinha, como refere na mesma sessão Mariano de Carvalho, “Só quem nunca viu um passaporte é que pôde suppor o contrario. Os dizeres dos passaportes são, como todos sabem, os seguintes: estatura regular, nariz regular, olhos castanhos e mais nada. Ora, qualquer individuo (...) passa perfeitamente pela fronteira com um qual-quer d’esses passaportes”²⁰. Mais do que não servir para nada, alguns insistiam em dizer que a obrigatoriedade de um passaporte dispendioso e assente num processo

¹⁷ FERRÃO, 1856: 5, 277.

¹⁸ FERRÃO, 1856: 5, 209-210

¹⁹ *DIÁRIO da Câmara dos Deputados*. Sessão de 14 de Março de 1896, p. 595.

²⁰ *DIÁRIO da Câmara dos Deputados*. Sessão de 14 de Março de 1896, p. 604.

burocrático exigente, não agia como um factor limitador da emigração, mas antes como um incentivo às fraudes e um empurrão certo na direcção da, essa sim, indesejável emigração ilegal. Por várias razões. Como refere o deputado Alberto Pimentel, em 24 de Julho de 1890, os emolumentos exigidos nos governos civis para se obter um passaporte justificava algum facilitismo que funcionava, na prática, como um incentivo à emigração. No seu entender, se os passaportes fossem gratuitos haveria menos solicitude por parte dos funcionários em os passar²¹.

Na verdade, como já foi estudado por Costa Leite, o negócio da emigração, em Portugal, movimentou muitas pessoas que integradas em agências de navegação e de emigração ou agindo por conta própria, souberam ganhar dinheiro, na segunda metade de Oitocentos e nas primeiras décadas de Novecentos, aproveitando os claros e escuros de uma legislação complexa. Agindo a coberto da lei ou fora dela, os engajadores eram tidos como os maus de uma fita a que muitos assistiam impotentes para lhe fazer frente, tornando-se o alvo fácil dos que tinham uma visão redutora da emigração. Mas os engajadores eram apenas mais uns dos que ganhavam com os emigrantes e a emigração. Outros havia, entre os quais, como vimos, os funcionários dos governos civis responsáveis pelo processo de emissão de passaportes.

Ao centralizar, em exclusivo, no governo civil sediado na capital de cada distrito a emissão de passaportes e ao fazer reverter para os seus funcionários a totalidade ou parte dos emolumentos pagos pelos potenciais emigrantes, o poder político conferiu-lhes uma capacidade que nem sempre terá funcionado no sentido pretendido pelo legislador. Assim, se no Parlamento, em 1857, um deputado dá o seu testemunho pessoal relativamente à actuação do governador civil do Porto que chamava cada um dos requerentes de passaporte com destino ao Brasil para “lhes mostrar os perigos a que se expunham na emigração que tentavam fazer”²², há um outro, José Estêvão, que, em 1858, defende a gratuidade dos passaportes alegando que com isso, “todas as portas verdes dos governos civis que têm malas, todos os porteiros, todos os continuos, enfim todos os que nos governos civis têm ingerência nos passaportes para os colonos desapareciam d’ali, nenhum d’elles tratava mais de perguntar se havia algum colono que quizesse passaporte para ir para o Brazil”²³. Já no final de Oitocentos, em 1893, um outro deputado, mais contundente, afirma perante a Câmara que os governos civis estão transformados em verdadeiras agências de emigração, defendendo que os emolumentos devidos pela emissão desse documento não deveriam reverter nunca a favor dos funcionários²⁴, como complemento de vencimentos baixos, mas a favor do Estado.

²¹ *DIÁRIO da Câmara dos Deputados*. Sessão de 24 de Julho de 1890, p. 1483.

²² *DIÁRIO da Câmara dos Deputados*. Sessão de 19 de Março de 1857. Deputado Barão das Lages.

²³ *DIÁRIO da Câmara dos Deputados*. Sessão de 11 de Janeiro de 1858, p. 80.

²⁴ *DIÁRIO da Câmara dos Deputados*. Sessão de 15 de Junho de 1893. Deputado Paulo Cancela.

O reforço de vencimento que a emissão de passaportes representava para estes funcionários, faz-nos supor a existência, nos distritos de maior emigração, de um sistema “facilitador” para a sua obtenção. Dando resposta aos requisitos definidos na lei, este sistema contaria com a cumplicidade de outras pessoas, dentro e fora dos governos civis, que, dessa forma, também participariam dos lucros que a deslocação às capitais de distrito de homens e mulheres, quantas vezes analfabetos e de horizontes reduzidos aos limites da sua aldeia ou vila, possibilitava. É o caso, por exemplo, dos que junto dos governos civis abonavam, em troca de dinheiro, a identidade dos requerentes exigida por lei. Conforme se pode ler num jornal de Lamego “mudam com frequência as auctoridades superiores do districto, e muda tudo; só não muda esta melgueira dos 1\$000 reis por cabeça pagos a pessoas que por essa quantia abonam a identidade de emigrantes que não conhecem, e não mudam, igualmente outras explorações”. O mesmo jornal acrescenta, dando como exemplo o caso concreto de Viseu, a cujo distrito pertencia, “Em Vizeu há umas tantas pessoas que lucram que a gente de Lamego e de todos os concelhos do norte do districto – alguns a uma distancia de 140 Kilometros – se arraste até Vizeu por causa dos passaportes”²⁵. Conscientes de que quantos mais passaportes emitissem, mais ganhavam, os funcionários dos governos civis, não seriam certamente nem os agentes dissuasores da emigração que o poder político esperava, nem os escrupulosos cumpridores da lei²⁶. Lidando pessoalmente com as dificuldades e os sonhos dos que pretendiam encetar uma nova vida além-mar, estes funcionários viam em cada passaporte um meio para eles próprios poderem ter acesso a uma vida melhor. Situação bem diferente verificou-se em França, na Alsácia, onde as autoridades locais (os prefeitos e os seus funcionários) responsáveis pela emissão de passaportes enquanto estes foram obrigatórios, agiram, efectivamente, na primeira metade do século XIX, como elementos dissuasores da emigração. Com uma visão negativa desse fenómeno, os prefeitos chegaram mesmo, por sua própria iniciativa, a suspender, em determinados períodos, a emissão desse documento²⁷. Na realidade, nesta região francesa, e na ausência de uma política estatal que procurasse favorecer ou restringir a emigração, a aplicação rigorosa da legislação relativamente aos passaportes e o discurso paternalista das autoridades que os passavam, agiu como um importante elemento dissuasor da emigração²⁸. Em Portugal, as referências no discurso dos deputados e na imprensa local, permitem-nos verificar que, em muitos distritos do interior, tal não terá acontecido.

²⁵ *PROGRESSO (O)*. Lamego. 4 de Maio de 1912, p. 2.

²⁶ Para a região da Alsácia, em França, verifica-se que as autoridades locais (os prefeitos e os seus funcionários) responsáveis pela emissão de passaportes agiam efectivamente como elementos dissuasores da emigração.

²⁷ FOUCHÉ, 1892: 113.

²⁸ FOUCHÉ, 1892: 118.

Na realidade, numa época em que os fluxos migratórios, sobretudo com destino ao Brasil, se mostravam elevados, as receitas provenientes da emissão dos passaportes atingiam valores que não podem ser considerados despidiendos num país com graves problemas financeiros, como era, aliás, reconhecido frequentemente pelos governantes no Parlamento²⁹. Os montantes eram tão significativos, que os funcionários dos governos civis não deixam de apresentar as suas petições ao Parlamento quando verificam que os seus direitos, relativamente à percepção dos rendimentos provenientes dos passaportes, correm o risco de ser diminuídos. É o que acontece após a publicação da Portaria de 13 de Janeiro de 1874 que deixa ao critério do requerente a escolha do governo civil aonde se dirigir para obter passaporte, não obrigando a ser o do distrito da sua naturalidade. Como facilmente se poderá compreender, muitos emigrantes optaram, a partir daí, por o fazer nas duas maiores cidades do país – Lisboa e Porto – que eram também os portos de saída dos paquetes para o outro lado do Oceano, poupando tempo e dinheiro em deslocações. Com isso, verificou-se uma significativa baixa nos rendimentos dos governos civis de distritos que, embora preteridos pelos de Lisboa e Porto, muito contribuíam para o contingente emigratório, como Braga³⁰; Aveiro³¹ e Bragança³² e, por inerência, uma quebra no suplemento dos vencimentos dos seus funcionários.

A questão dos emolumentos dos passaportes reverterem a favor dos funcionários dos governos civis sempre foi abordada com grande cuidado no Parlamento. Na realidade, retirá-los aos funcionários que sempre os tinham recebido representaria pôr em causa o funcionamento dos governos civis devido aos baixos e pouco aliciantes vencimentos que lhes eram pagos pelo Estado. Faltou por isso, durante a monarquia, a vontade política para encetar uma reforma que alterasse radicalmente o sistema em vigor e fixasse vencimentos com valores mais aceitáveis para a época. As alterações feitas foram apenas pontuais, embora suficientes para mexer no *status quo* dos referidos funcionários, gerando um movimento reivindicativo junto do Parlamento por parte dos governos civis dos distritos com maiores efectivos emigratórios, como

²⁹ *DIÁRIO da Câmara dos Deputados*. Sessão de 12 de Maio de 1913, p. 16; Sessão de 27 de Julho de 1922, p. 6. Projecto de lei n.º 74 sobre o Código Administrativo. Contrariamente ao que se verifica em Inglaterra, onde o Estado só passou a ter o exclusivo na emissão de passaportes na década de cinquenta de Oitocentos e a sua política, desde então, se caracterizou pela baixa das taxas exigidas. Segundo Fahrmeier, sob o ponto de vista financeiro, “in Britain the passport system as a whole was a lossmaker” (Ver FAHRMEIER, 2000: 137).

³⁰ *DIÁRIO da Câmara dos Deputados*. Sessão 6 de Maio de 1879, p. 1562. Deputado Jerónimo Pimentel.

³¹ *DIÁRIO da Câmara dos Deputados*. Sessão de 15 de Fevereiro de 1881, p. 566; 6 Março de 1882, p. 602-603. Representação dos empregados da secretaria do Governo Civil de Aveiro.

³² *DIÁRIO da Câmara dos Deputados*. Sessão de 21 de Fevereiro de 1881, p. 689. Representação dos empregados da secretaria do Governo Civil de Bragança.

Bragança, Braga e Aveiro³³. Em 1891, no orçamento, ficou estabelecido que metade do valor arrecadado seria distribuído pelos funcionários dos governos civis, polícia de emigração e estabelecimentos de beneficência, enquanto a outra metade reverteria a favor do Estado³⁴. Em 1896, legisla-se no mesmo sentido (Lei de 23 de Abril), mas agora de uma forma permanente. Contudo, esta situação só com a primeira república, em 1913, será alterada de forma radical. No âmbito da reforma do Código Administrativo, o governo republicano vai propor, então, a fixação dos vencimentos a pagar aos empregados das secretarias dos governos civis, fazendo reverter para o Estado o total das receitas provenientes dos emolumentos dos passaportes. Uma proposta que não vai merecer grandes reparos dos deputados³⁵ e que, uma vez aprovada, irá regular o novo destino das receitas provenientes da emissão dos passaportes – o cofre do Estado. Como escreve Afonso Costa em 1911, na dissertação que apresenta à Escola Politécnica, o fenómeno migratório andou sempre, durante a monarquia, em torno das preocupações judiciais e da “soffreguidão fiscal do passaporte”³⁶. Em 1913, no início da primeira república, nada parece, a esse nível, ter mudado. Os passaportes mantêm-se e as receitas provenientes da sua emissão mostram-se primordiais para o pagamento dos vencimentos dos funcionários, agora fixos em valores superiores aos até então praticados, e que, de outra forma, nessa época, o Estado não poderia assegurar.

Ao longo da primeira metade do século XIX e das primeiras décadas do século XX, o carácter repressivo impõe-se na legislação portuguesa, embora, na prática, e como já observou Jorge Alves, com pouca eficácia – a não ser sob o ponto de vista militar –, devido à grande permissividade e à frequente evasão à lei, sem grandes consequências para os infractores³⁷. A legislação colocava necessariamente alguns entraves que condicionariam a opção individual pela emigração ou levariam mesmo à emigração clandestina, mas não correspondia, na íntegra, aos objectivos que os legisladores intentavam através dela atingir. Uma situação que reflecte o carácter ambíguo do discurso sobre a emigração em Portugal. O poder político viu-se obrigado a “balançar entre o discurso repressivo/dissuasor e a situação de real dependência dos reflexos económicos desse movimento que pretende deter. Os avanços e recuos legislativos sobre emigração provam este quadro de oscilação, onde repressão e permissividade são as duas faces de uma única moeda”³⁸. Esta ambivalência que marca

³³ Em 1891 são os funcionários do governo civil de Viana do Castelo que dirigem uma representação à Câmara dos Deputados, manifestando-se contra uma proposta de lei relativa à emigração na parte em que fazem reverter para o cofre do Estado os emolumentos pela concessão de passaportes (*DIÁRIO da Câmara dos Deputados*. Sessão de 25 de Junho de 1891. Representação dos funcionários do Governo Civil de Viana do Castelo).

³⁴ *DIÁRIO da Câmara dos Deputados*. Sessão de 15 de Junho de 1893, p. 18.

³⁵ *DIÁRIO da Câmara dos Deputados*. Sessão de 12 de Maio de 1913, p. 15-17.

³⁶ COSTA, 1911: 164

³⁷ ALVES, 1994: 119.

³⁸ ALVES, 1994, 123.

o debate sobre a emigração, como vimos atrás, foi percebida na própria época e não era, evidentemente, um exclusivo português. Em França, numa tese de doutoramento publicada em 1898, sobre a análise da intervenção dos poderes públicos na emigração, e que teve por base a realidade emigratória em alguns países europeus, Gustave Chandèze assinala, de uma forma generalizada, que “on peut (...) constater la défaveur plus ou moins avouée que les pouvoirs publics attachent à l’émigration”. E, mais à frente, o referido autor acrescenta que embora a maior parte dos publicistas estejam de acordo sobre as vantagens da emigração para o país de origem, não se verificava, na generalidade dos países europeus, o encorajamento da emigração parecendo “qu’on assiste à regret à ce mouvement d’expansion et que l’on désire l’entraver”³⁹.

Em Portugal, a exigência da obtenção de um passaporte para sair do país é a grande característica da legislação produzida sobre a emigração, não se distanciando, na década de cinquenta e sessenta do século XIX, do que ocorria em outros países europeus. A única diferença é que, a partir daí, enquanto os mecanismos processuais se tornam, em Portugal, cada vez mais complexos, exigentes e restritivos, em outros países europeus eles amenizam-se acabando mesmo por ser suprimidos após a década de setenta de Oitocentos. Ora vejamos. No território português, a Lei de 20 de Julho de 1855, apontada como a primeira referência legislativa importante produzida pela monarquia constitucional relativamente à emigração, mantém-se na linha do que até então tinha sido legislado, introduzindo, apenas, como novidade a preocupação com as condições de transporte dos emigrantes portugueses. Poucos anos depois, em 1858 (Portaria de 9 de Fevereiro), ficou determinado que a concessão de passaportes aos potenciais emigrantes deveria depender da apresentação de um contrato de trabalho. Essa determinação mantém-se na legislação produzida sobre emigração em 1863 (Lei de 31 de Janeiro e Regulamento Geral de Polícia de 7 de Abril), que abolia, finalmente, o passaporte para circulação dentro das fronteiras nacionais, como já referimos atrás. Com excepção desse facto, trata-se de uma recuperação legislativa, com pequenas adaptações aos novos tempos⁴⁰. O mecanismo processual para obtenção de um passaporte tornava-se um pouco mais complexo – os menores, mulheres casadas e funcionários passam a precisar de uma autorização para a sua obtenção, respectivamente, dos pais, maridos e superiores hierárquicos – visando clara e assumidamente restringir a sua saída do país. Como mais complexo e restritivo se vai tornando, ao logo da segunda metade do século XIX, o acesso aos passaportes para os cidadãos do sexo masculino devido ao cumprimento das obrigações militares. Pela sua especificidade, que em parte já tratamos em anterior trabalho⁴¹, não nos debruçaremos aqui sobre essa vertente.

³⁹ CHANDÈZE, 1898: 12-13.

⁴⁰ ALVES, 1994: 120.

⁴¹ MONTEIRO, 2007.

Como podemos verificar pela legislação, e como salientou Miriam Halpern Pereira, que nos seus estudos pioneiros evidenciou o carácter repressivo da política migratória nacional, o poder instituído em Portugal não teve, sobretudo a partir de 1870, coragem para enfrentar as vozes críticas da burguesia agrária que se sentia lesada pela saída de mão-de-obra barata, e adoptar uma legislação que determinasse uma maior liberdade de emigração, nomeadamente pela supressão, mesmo que temporária, dos passaportes ou o aligeiramento dos procedimentos necessários à sua obtenção⁴². Aspectos que marcam claramente uma mudança na postura do poder político em países como a França (que aboliu os passaportes na década de sessenta de Oitocentos⁴³ para, apenas os vir a restabelecer, definitivamente, na Grande Guerra – tendo-os, entretanto, recuperado apenas durante curtos períodos) e a Alemanha⁴⁴. Em Portugal, a importância das remessas dos emigrantes que todos reconheciam, o papel desempenhado pelos emigrantes de retorno em prol do desenvolvimento local, que, salientado na época por uns, era, intencionalmente ou não, descurado por outros, não deixou ao poder político outra alternativa que não fosse manter a política restritiva, continuando a exigir o passaporte, e, reconhecendo a impossibilidade da erradicação da emigração, procurar redireccioná-la para as colónias.

Se a primeira solução, como vimos, não foi seguida na Europa, a segunda apresentava-se-lhe na segunda metade do século XIX, como a grande alternativa. Chandèze, a quem já nos referimos atrás, termina o seu livro apresentando as duas conclusões do Congresso sobre a intervenção dos poderes públicos na emigração e imigração que teve lugar em Paris durante a Exposição Universal de 1889: que a emigração e imigração desde que feitas em condições normais resultavam positivamente quer para o Estado quer para o indivíduo; que o Estado não devia intervir no movimento migratório mas simplesmente proteger o emigrante. Nas considerações finais do seu estudo, Chandèze junta a estas conclusões uma outra – o de que cada Estado deve dirigir e facilitar a emigração para o seu domínio colonial⁴⁵. A Inglaterra fê-lo com sucesso⁴⁶, Portugal vai tentar fazê-lo sistematicamente, na segunda metade do século XIX – pese embora as vozes contrárias como a de Oliveira Martins⁴⁷ –, baixando, nomeadamente, o custo do passaporte para quem quisesse fixar-se nas colónias e disponibilizando os meios financeiros necessários para quem se propusesse residir um mínimo de cinco anos em África (Carta de Lei de 28 de Março de 1877). Em 1896, o reconhecimento de que os custos de um passaporte poderiam condicionar a decisão de emigrar, justifica que a Lei de 23 de Abril estabeleça a

⁴² PEREIRA, 1981: 50.

⁴³ FOUCHÉ, 1987: 23.

⁴⁴ TORPEY, 2007: 18.

⁴⁵ CHANDÈZE, 1898: 363.

⁴⁶ CHANDÈZE, 1898: 361.

⁴⁷ MARTINS, 1978: 243.

gratuidade dos passaportes para os portugueses que fizessem das colónias portuguesas o seu destino. Uma gratuidade que, em 3 de Março de 1885, o deputado João de Sousa Machado já apresentara num projecto de lei ao Parlamento, e da qual esperava grandes resultados relativamente ao redireccionamento da emigração portuguesa⁴⁸.

No entanto, o passar dos anos veio mostrar que o alcance prático destas medidas legislativas foi reduzido. O poder de sedução do Brasil continuava forte no final do século XIX, sobrepondo-se às facilidades e aos apoios governamentais oferecidos para quem quisesse fixar-se nas colónias. Alguns anos antes, em 1862, Jules Duval, redactor do *Economiste*, numa obra publicada sob os auspícios da Academia das Ciências Morais e Políticas de França, *Histoire de l'Emigration européenne, asiatique et africaine au XIX siècle. Ses causes, ses caracteres, ses effets*, apresenta-nos uma perspectiva interessante e fundamentada do fenómeno migratório da época ao nível mundial. Compreensivelmente distanciado do discurso político crítico da emigração produzido em Lisboa, nessa altura, Duval dedica algumas páginas a Portugal afirmando “l’emigration portugaise n’est pas, à vrai dire, une expatriation. Devenus riches, les émigrants rentrent volontiers en Portugal avec leurs capitaux, achètent les belles maisons, les belles terres, se place à la tête des grands affaires, et font ainsi concourir leur expérience et leur fortune au progrès du pays”, classificando-o como o “utile aiguillon de l’esprit d’entreprise”⁴⁹. Sobre aquele que considera o legítimo propósito de a monarquia procurar redireccionar a emigração portuguesa para as colónias, até então sem grande sucesso, Duval diz que a base de argumentação ao incentivo dessa política não deve ser a invocação dos prejuízos da emigração para o estrangeiro, porque ao nível demográfico e da receita pública se terá ganho mais com o retorno dos emigrantes do que perdido com a sua partida⁵⁰. Uma ideia que, na altura, nem todos partilhavam em Portugal, insistindo-se frequentemente no quadro catastrofista da emigração portuguesa e sobretudo, daquela que se destinava ao Brasil.

O início do século XX traz consigo nova legislação sobre a emigração e, concomitantemente, sobre a emissão dos passaportes. Enquanto a Sociedade de Geografia iniciava em Junho de 1905 uma campanha pela abolição dos passaportes e a sua substituição por um imposto de saída⁵¹, preparava-se a Lei de 25 de Abril de 1907 onde se apresenta como novidade o estabelecimento da diferença legal entre emigrante e viajante. Contrariando o que a comissão nomeada para estudar a questão da emigração propusera e que era a supressão da exigência do passaporte, optou-se, como escreveu o republicano Afonso Costa, pela “revoltante barbaridade de o manter

⁴⁸ *DIÁRIO da Câmara dos Deputados*. Sessão de 3 de Março de 1885, p. 582.

⁴⁹ DUVAL, 1862: 166.

⁵⁰ Duval, 1862: 169.

⁵¹ *PROGRESSO (O)*. Lamego. 24 de Junho de 1905.

somente para os desventurados”⁵². Fica então assente que emigrante era aquele que viajava na 3.^a classe dos paquetes que o levavam ao seu destino e os viajantes eram todos os que tinham adquirido bilhetes de 1.^a e 2.^a classes. Se para os primeiros, o passaporte é obrigatório, para os segundos, tal não acontecia, independentemente do destino, do tempo que pretendiam ficar no país para onde se deslocavam e do que lá pretendiam fazer. Como escreveu Afonso Costa que combateu no Parlamento estas medidas, “fazer consistir na proibição da emigração clandestina e na colheita dos rendimentos dos passaportes toda a solução do problema migratório, é realmente desprezível”⁵³.

Com a implantação da república, o debate sobre a emigração, tão utilizada pelos republicanos como arma de arremesso contra a monarquia no final de Oitocentos, continua a ter o seu espaço no Parlamento. A abolição dos passaportes preconizada por Afonso Costa⁵⁴ e que o deputado Alexandre Barros apresentou como uma velha aspiração da classe trabalhadora, considerando que a sua obrigatoriedade em nada restringia a emigração⁵⁵, foi referida uma única vez nos trabalhos da Assembleia Constitucional de 1911, e não foi vertida na Constituição que irá servir o novo regime, sob a forma de direito de livre circulação dos cidadãos. A contradição entre a consagração desse direito e a obrigatoriedade do serviço militar então recém-instituída, lembrada oportunamente por um deputado, justificará o seu silenciamento no texto constitucional definitivo⁵⁶. Na realidade, a questão militar que justificara na monarquia uma grande atenção do poder político sobre a emigração e a restrição no acesso dos cidadãos masculinos aos passaportes, continua na primeira república a estar no centro das preocupações dos governantes, como se pode verificar pelas Instruções de 25 de Novembro de 1912 que clarificavam a lei atrás referida de 1907⁵⁷. Compreensivelmente, as preocupações aumentam com a participação na Grande Guerra – aliás, tal como acontece em outros países europeus que nesse período retomam a imposição dos passaportes –, justificando sucessivas medidas legislativas, entre 1914 e 1918. Medidas essas que procuravam impedir os homens em idade jovem ou adulta de saírem legalmente do país com um passaporte na mão⁵⁸. A sua utilização como um obstáculo à emigração é claramente assumida por alguns políticos republicanos, como Ferreira da Fonseca, que, em Novembro de 1912, apresenta o seu projecto de lei, dizendo que se destina a reprimir a emigração, sobretudo das famílias “encarecendo os passaportes da mulheres e das crianças, sujeitando uns e

⁵² COSTA, 1911: 165-166.

⁵³ COSTA, 1911: 166-167.

⁵⁴ COSTA, 1911: 178.

⁵⁵ *DIÁRIO da Assembleia Nacional Constituinte*. Sessão de 27 de Julho de 1911, p. 19.

⁵⁶ *DIÁRIO da Assembleia Nacional Constituinte*. Sessão de 27 de Julho de 1911, p. 19. Deputado Pádua Correia.

⁵⁷ PEREIRA, SANTOS, 2009: 310.

⁵⁸ PEREIRA, SANTOS, 2009: 310-312.

outros à apresentação de determinados documentos, proibindo a emigração a certas e determinadas categorias de pessoas e obrigando os indivíduos sujeitos ao serviço militar ao depósito uniforme de 100 escudos”⁵⁹.

Com o fim da guerra e a consciência de que a emigração poderia vir a aumentar drasticamente, os procedimentos administrativos para a emissão de passaportes são melhorados e uniformizados. Mantém-se a diferenciação entre emigrantes – que inclui para além dos que viajam em 3.^a classe, os que viajavam em 1.^a e 2.^a, desde que tivessem o propósito de estabelecer residência fixa no estrangeiro, fossem mulheres casadas, menores desacompanhados e homens com menos de quarenta anos – e viajantes e a obrigatoriedade do passaporte para os primeiros e a sua dispensa para os segundos (Decreto de 19 de Junho de 1919). No ano seguinte, o Decreto de 9 de Setembro de 1919 centra-se, única e exclusivamente, na questão dos passaportes. Temporariamente, os passaportes são considerados obrigatórios para todos os portugueses e estrangeiros que entram e saem de Portugal. Cada passaporte deveria ter o retrato do portador com a respectiva assinatura. Em 1924, volta a sair nova legislação sobre este documento, definindo-se as condições e os emolumentos a pagar (Decreto de 13 de Maio de 1924).

O passaporte vai, por isso, manter-se nas primeiras décadas de Novecentos como o instrumento primordial da política de emigração. Uma política que continuando a ser restritiva como no regime anterior, procurou disciplinar a emigração⁶⁰. Nomeadamente, ao nível dos procedimentos exigidos para se obter um passaporte. Assim, embora houvesse uma circular datada de 1913, em que se recomendava aos governos civis que não emitissem passaportes colectivos tendo em conta, como refere o jornal *O Vilarealense*, “que é de toda a conveniência reprimir a facilidade que se tem encontrado em famílias inteiras poderem abandonar o paiz por meio d’um só passaporte, que tem também o inconveniente de n’elle se poderem incluir pessoas que não pertençam á família do impetrante e favorecer por tal forma a emigração clandestina”⁶¹, fica determinado a partir de 1920 que, por cada uma das pessoas neles incluída, se pagaria o mesmo que por um passaporte individual. Ou seja, sem o proibir, estava-se a obrigar os emigrantes a “optar” pelo passaporte individual. Procurando disciplinar o sistema e fazer corresponder a cada emigrante um passaporte, no sentido, nomeadamente, de facilitar a obtenção de dados estatísticos e de se conhecer com exactidão os números da emigração portuguesa, os passaportes colectivos que, conforme se pode verificar pelos livros de registo de passaportes, surgiam, até então, com elevada frequência, diminuem. Por outro lado, a preocupação em minimizar as fraudes relacionadas com a identificação dos requerentes de passaportes e a cada vez

⁵⁹ *DIÁRIO da Câmara dos Deputados*. Sessão de 17 de Novembro de 1912, p. 6.

⁶⁰ PEREIRA, 2009: 327.

⁶¹ *VILAREALENSE (O)*. Vila Real. 23 de Janeiro de 1913, p. 2.

maior necessidade de agilizar o processo para a sua obtenção, justifica a utilização de um novo documento identificativo – a cédula pessoal passada pela conservatória do registo civil – cuja apresentação se torna obrigatória para todos os que pretendessem um passaporte, a partir de 14 de Julho de 1924⁶².

Pela importância de que se revestia para a população, a imprensa local dá, na generalidade dos casos, muita atenção à legislação produzida em torno dos passaportes. Centrando-se, dessa forma, em questões práticas, informa, sem problematizar, sobre as alterações legislativas produzidas, numa linguagem clara e acessível. Da mesma forma que publica grandes e apelativos anúncios das companhias de navegação como a Mala Real Inglesa, dá voz em longos artigos de primeira página aos que consideram a emigração o grande mal da sociedade, ou apregoa os merecimentos de *brasileiros* que emigraram muito novos e voltaram ricos à custa de um trabalho sério e esforçado. Na realidade, como já referimos em outro lugar, a imprensa local tem sobre o fenómeno migratório uma perspectiva pouco linear, “ora distanciando-se, ora aproximando-se do discurso político que considerava a ruína do país, os jornais contribuíram para a decisão que muitos tomaram de partir para aquela que certamente foi a maior aventura da sua vida”⁶³.

Para esses, e tal como referimos atrás, a deslocação ao governo civil do seu distrito seria certamente o primeiro passo dessa aventura, naquele que, muitas vezes, era o primeiro contacto com uma repartição pública e com a formalidade de procedimentos burocráticos morosos e dispendiosos dominados pelos funcionários do governo civil, representando um corte abrupto na rotina do seu quotidiano e a perda de tempo e dinheiro. A deslocação à sede de distrito significava, como se reconhecia em 1859 “perder um, dois e três dias de trabalho”⁶⁴. Uma situação que se repetia mesmo para aqueles que já o tendo obtido uma vez, precisavam de o fazer de novo. E o cenário não era, por isso, mais animador, como se pode depreender das palavras do deputado Melo e Sousa proferidas na sessão de 14 de Março de 1896 sobre quem “teve a infelicidade de declarar que já os tirou, porque neste caso vão-se procurar todas as datas. É um processo que pode levar dias e o indivíduo não sae quando desejava”⁶⁵.

Passados mais de vinte anos, em 1921, nada parecia ter mudado. O periódico *O Povo do Norte*, publicado em Vila Real, ao aplaudir a obrigatoriedade da apresentação da cédula de identidade para obter passaporte, escreve que deixará então de haver necessidade de “estacionar longos dias nos corredores dos governos civis”⁶⁶. As despesas eram outra consequência inevitável da deslocação à sede de distrito, Para além do transporte, alojamento, caso tivesse de demorar mais do que um dia, e dos emolumentos

⁶² *POVO (O) do Norte*. Vila Real. 15 de Junho de 1924, p. 3.

⁶³ MONTEIRO, 2009: 346.

⁶⁴ *DIÁRIO da Câmara dos Deputados*. Sessão de 26 de Março de 1859, p. 212.

⁶⁵ *DIÁRIO da Câmara dos Deputados*. Sessão de 14 de Março de 1896, p. 601.

⁶⁶ *POVO (O) do Norte*. Vila Real. 27 de Novembro de 1921, p. 2.

devidos pela emissão do passaporte, que Costa Leite estima em 20% das despesas totais da passagem⁶⁷, o requerente tinha, ainda, de pagar aos que se ofereciam para abonar falsamente a sua identidade “e fazer outras que taes despesas”⁶⁸. Obter um passaporte era, afinal, uma dura prova para quem fizera a sua opção por partir em busca de um sonho.

Conclusões

O passaporte, no quadro migratório português do final do século XIX e das primeiras décadas do século XX, assume diferentes significados. Para o Estado é o instrumento de controlo e restrição da emigração que, contra tudo e contra todos, sempre se manteve com carácter obrigatório para todos os que passavam legalmente a fronteira com destino a um outro país. Embora suprimido em vários países europeus, entre a década de setenta do século XIX e a Grande Guerra, Portugal manteve-se fiel à sua exigência e sem abrir mão das receitas fiscais obtidas com a sua emissão. É assim na monarquia, será assim na primeira república.

Para a população, obrigada a obter um passaporte para sair do país, esse documento representava, sobretudo, o primeiro passo em direcção a uma vida melhor. Um passo exigente, moroso e dispendioso, em torno do qual o negócio da emigração não deixou de se fazer sentir. Contudo, fazendo a diferença entre quem emigrava legal ou clandestinamente, o passaporte representaria para os emigrantes portugueses que passavam as fronteiras em busca de novas e melhores oportunidades de vida, a possibilidade de obter a protecção do Estado em caso de infortúnio, o respeito dos seus direitos enquanto cidadãos. Uma responsabilidade que Portugal, ao longo da época em estudo, vai assumindo progressivamente como sua, melhorando as condições de transporte dos emigrantes e assegurando, em caso de necessidade, o seu repatriamento.

Fontes e Bibliografia

Fontes

DIÁRIO da Assembleia Constituinte. Disponível na internet em: <<http://debates.parlamento.pt/catalog.aspx?cid=r1.c1911>> (consultado em Novembro de 2010).

⁶⁷ LEITE, 1987: 468.

⁶⁸ *PROGRESSO (O)*. Lamego. 12 de Outubro de 1911, p. 1.

- DIÁRIO da Câmara dos Deputados*. Disponível na internet em: <<http://debates.parlamento.pt/catalog.aspx?cid=r1.cd>> (consultado em Novembro de 2010).
- FERRÃO, F. A. F. da Silva, 1856-1857 – *Theoria do Direito Penal applicada ao Codigo Penal Portuguez comparado com o código do Brazil, leis pátrias, códigos e leis criminaes dos povos antigos e modernos*, 8 vols. Lisboa: Typ. Universal.
- LIMA, Adolfo, 1929 – *Emigração: seu regímen, passaportes*. Famacião: Tip. Minerva.
- POVO (O) do Norte*. Vila Real. 14 Set.1902; 29 Mar.1903-12 Jan.1919; 23 Nov. 1919-17 Jul.1932.
- PROGRESSO (O)*. Lamego. 19 Jun.1885-29 Mai.1920.
- RAMOS, Carlos Vieira, 1913 – *Legislação Portuguesa sobre Emigração e Passaportes*. Lisboa: Livraria Ferreira.
- VILAREALENSE (O)*. Vila Real. 18 Fev.1880-2 Fev. 1984.

Bibliografia

- ALVES, Jorge, 1994 – *Os Brasileiros: emigração e retorno no Porto oitocentista*. Porto: Ed. de Autor.
- CHANDÈZE, Gustave, 1898 – *De l'intervention des pouvoirs publics dans l'Emigration et l'immigration aux XIX siècle, Étude historique*. Paris: Imprimerie Paul Dupont.
- COSTA, Afonso, 1911 – *Estudos de Economia Nacional. I. O Problema da Emigração*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- DUVAL, Jules, 1862 – *Histoire de l'Emigration européenne, asiatique et africaine au XIX siècle. Ses causes, ses caracteres, ses effets*. Paris: Librairie de Guillaumin et Ce.
- FAHRMEIR, Andreas, 2000 – *Citizens and aliens: foreigners and the law in Britais and the German States, 1789-1870*. United Kingdom: Bergham Books.
- FOUCHÉ, Nicole, 1987 – *Émigration Alsacienne aux Etats-Unis. 1815-1870*. Paris: Sorbonne.
- GREEN, Nancy, 1999 – “Trans-frontières: pour une analyse des lieux de passage”. *Anthropologie*, n.º 6. Nice. Disponível na internet em: <<http://revel.unice.fr/anthropo/sommaire.html?id=201>> (consultado em Dezembro de 2010).
- LEITE, J. Costa, 1987 – “Emigração portuguesa: a lei e os números (1855-1914)”. *Análise Social*, Vol. XXIII, 3.º. Lisboa: ICS.
- LEITE, J. Costa, 1997 – “Os negócios da emigração (1870-1914)”. *Análise Social*, Vol. XXXI (136-137). Lisboa: ICS.
- MARTINS, Oliveira, 1978 – *O Brasil e as Colónias Portuguesas*, 7.^a ed. aumentada. Lisboa: Guimarães Ed.
- MONTEIRO, Isilda Braga da Costa, 2007 – “A emigração para o Brasil e a fuga ao recrutamento militar”. *População e Sociedade*, n.º 15. Porto: CEPES.
- MONTEIRO, Isilda Braga da Costa, 2009 – “A imprensa regional como fonte para o estudo da emigração para o Brasil – Lamego na primeira metade do século XX”, in SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia; MATOS, Izilda (orgs.) – *Nas Duas Margens: os portugueses no Brasil*. Porto: CEPES/Edições Afrontamento.

- PEREIRA, Maria da Conceição Meireles; SANTOS, Paula Marques, 2009 – “Legislação sobre emigração para o Brasil na I República”, in SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia; MATOS, Izilda (orgs.) – *Nas Duas Margens: os portugueses no Brasil*. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento.
- PEREIRA, Miriam Halpern, 1981 – *A Política portuguesa de emigração, 1850-1930*. Lisboa: A Regra do Jogo.
- PIAZZA, Pierre, 2007 – “Logiques et enjeux de la mise policière dès nationaux”, in *Journal des Anthropologues*. Association Française des Anthropologues. N.º Hors-série.
- SALTER, Mark B., 2003 – *Rights of passage: the passport in international relations*. Boulder, London: Lynne Rienner Publishers, Inc.
- TORPEY, John, 2007 – “Leaving: a comparative view”, in GREEN, Nancy L.; WEIL, François (eds.) – *Citizenship and those who leave: the politics of emigration and expatriation*. Illinois: University of Illinois.

O PARÁ E AS BASES DE SUA LEGISLAÇÃO IMIGRATÓRIA NOS FINAIS DO SÉCULO XIX

Marcos Carvalho

Introdução

Ao titular este texto como “O Pará e as bases de sua legislação imigratória nos finais do século XIX”, vale esclarecer que a proposta é parte inicial do estudo de um percurso para a investigação dos imigrantes portugueses no Pará, nomeadamente em Belém. Como tal, esta é uma análise preliminar dos seguintes documentos: Lei n.º 223 – de 30 de Junho de 1894, Lei n.º 284 – de 15 de Junho de 1895 e Decreto n.º 13 – de 10 de Outubro de 1895. Esta documentação foi identificada no Arquivo Público do Pará por ocasião do levantamento das fontes sobre a imigração portuguesa em Belém (1890-1914) e posteriormente localizada no setor de microfilmagens da Biblioteca Pública Arthur Viana.

1. A legislação imigratória do Pará – início de um percurso

No Brasil, foram percebidas duas tendências de políticas sobre imigração: uma que defendia a imigração com a finalidade colonizadora, entendida como continuidade da política de D. João VI; a outra que identificava o imigrante como solução para a substituição da mão-de-obra escrava.

Um passo importante no contexto da promoção da imigração estrangeira para o Pará foi dado com a Criação da Sociedade Paraense de Imigração em 17 de Novembro de 1885.

“(…) creada com o intuito e encetar a colonisação das nossas terras, fomentando a immigração estrangeira, que trará braços laboriosos, que sob o influxo da liberdade e próprio interesse centuplicam a produção”¹.

¹ CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES – BRAZILIAN GOVERNMENT DOCUMENTS, *Provincial Presidential Reports (1830-1930): Pará*, u1027, FALLA 1886, p. 59-61.

A sede da Sociedade teve como primeiro presidente o Barão de Igarapé Miri e foi instalada no Convento das Mercês, ao que tudo indica em 31 de Janeiro de 1886. No mesmo local onde antes funcionava o Correio, essa representação passou a apresentar sessões regulares. Também é importante notar que fez-se ter no mesmo prédio umas camas e outros preparativos de alojamento para uma pequena quantidade de imigrantes.

No Pará dos primórdios da República (após libertação dos escravos, que ocorreu a 13 de Maio de 1888, através da Lei Áurea, assinada pela Princesa Isabel), havia uma forte tendência que defendia a mão-de-obra estrangeira como necessária à fundação de colônias e ao desenvolvimento das atividades agrícolas no Estado. Para Edilza Fontes, “os defensores da imigração europeia no Pará, diferente do Estado de São Paulo, tinham como proposta que os imigrantes fossem pequenos agricultores para produzirem, principalmente, alimentos para a região urbana de Belém [...]”².

Isso se comprova pela própria mensagem do excelentíssimo governador do Estado³, Senhor Lauro Sodré, que em 1891, ao pronunciar-se afirmou a preocupação governamental, nomeadamente com a economia no que tangia às nascentes indústrias têxteis e à Criação de um Liceu de Artes e Ofícios com cursos que profissionalizassem em áreas de carência profissional no Estado, como o caso da agrimensura, essencial para questões de terras e colonização⁴.

A importância do imigrante como colonizador torna-se recorrente com a fala do imperador D. Pedro I, mesmo que ainda a 3 de Maio de 1829⁵, citado em:

Fala do Imperador de 3 de Maio (de 1829) – Imperial

Fala com que o imperador abriu a Assembléia Geral: “salienta a necessidade de auxiliar no desenvolvimento da agricultura do país, através de incentivo a imigração, da criação de uma lei de naturalização e de um regulamento para a distribuição de terras incultas”⁶.

² FONTES, 2002: 14.

³ Através do Center for Research Libraries, a The Latin American Microform Project (LAMP) em parceria com a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, selecionou uma coleção de documentos do governo brasileiro a serem digitalizados de microfímes. A partir de então os documentos são disponibilizados para consulta via internet. Entre as documentações brasileiras constam as seguintes: Provincial Presidential Reports (1830-1930), Presidential Messages (1889-1993), Almanak Laemmert (1844-1889) e Ministerial Reports (1821-1960)

⁴ CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES – BRAZILIAN GOVERNMENT DOCUMENTS, *Provincial Presidential Reports (1830-1930): Pará*, Mensagem do Governo Lauro Sodré ao Congresso do Estado do Pará, u2417, MENSAGEM 1891, 10 p.

⁵ BASSANEZI, 2008.

⁶ BASSANEZI, 2008: 12.

2. A Lei n.º 223 – de 30 de Junho de 1894⁷

Esse documento autoriza o Governador a promover a introdução de estrangeiros que pretendam estabelecer-se no Estado para o desempenho de atividades relacionadas com a agricultura ou indústria.

A Lei do Estado do Pará n.º 223, de 30 de Junho de 1894, constitui um desdobramento de uma lei Federal, ainda do tempo do Império, de n.º 16, datada de 12 de Agosto de 1834 onde o governo imperial divide com as províncias a obra da colonização. Mas a partir de 1891 que efetivamente, de acordo com Luiza Iotti, “o poder público transferiu para os estados a tutela dos negócios ligados à imigração e à colonização”⁸.

A lei em questão dá clareza ao tipo de imigrante desejado pela política estadual de imigração. Já em seu primeiro artigo descreve o perfil do imigrante ideal para o Estado: válidos, de boa conduta, dispostos ao trabalho e que quisessem aqui se dedicar a agricultura ou indústria. Em seu parágrafo único, ao preferir a imigração familiar, faz-se perceber a preferência por uma imigração com propósito de permanência no destino. A preocupação do governo paraense em promover a agricultura no Estado é novamente mencionada na mensagem do Governador Lauro Sodré aos congressistas do Pará, onde reafirma e destaca a produtividade agrícola e sua importância ao desenvolvimento regional, mas que requer braços sadios para lograr êxito.

Segundo Maria Andrezza e Sérgio Nadalin, o imigrante é caracterizado por uma das duas personalidades:

“A figura do imigrante adquiriu dupla face: ou o imigrante era laborioso, respeitador das leis e, assim, um bom imigrante; ou ele era indolente, agitador e de cumpridor do compromisso assumido com a nação que o recebeu, tendo se mostrado um mau imigrante. A oposição entre laboriosidade e indolência revela o eixo da referência na criação desta concepção era o elemento de trabalho: aquele que trabalhava, que não esmorecia ante as dificuldades que a colonização de um território ainda por desbravar pudesse impor, este era o imigrante ansiosamente esperado, o que vinha a estas paragens em busca de trabalho honesto e assim concorria para o aumento da riqueza da província e conseqüente concretização do futuro antevisto”⁹.

Enumera os favores oferecidos aos estrangeiros que viessem diretamente ao Pará (art. 2.º). Para tal, deveria declarar na sua chegada o desejo de permanecer e o destino

⁷ BIBLIOTECA PÚBLICA ARTHUR VIANA / SETOR DE MICROFILMAGENS – Diário Oficial, Arquivo 7, gaveta 1 rolo 6, número 896, página 38.

⁸ IOTTI, 2007: 10.

⁹ ANDREAZZA, NADALIN, 2000: 40.

para onde iria¹⁰. A imigração poderia ser promovida pelo estado ou por particulares (art. 4.º). Os benefícios podem ser assim agrupados: a) *benefícios até a chegada ao destino final* (indenizações das passagens; hospedagem decente; gratuidade no transporte; abrigo decente e farnel para o trajeto da hospedaria até a colônia) e; b) *benefícios no destino final* (tratamento médico por dois anos; concessão de lote de 25 hectares em um dos núcleos coloniais do Estado; fornecimento de equipamentos e utensílios; contribuição financeira por até seis meses oferecidos a cada pessoa adulta limitados a oitenta mil réis por família, trinta mil por pessoa; proteção, auxílio ou repatriação de viúva ou órfãos que passem por esta situação durante seus dois primeiros anos; mata derrubada para início do plantio e casa construída). Ao estipular os valores do auxílio financeiro isenta o Estado de responsabilidade em se tratando de uma família com pessoas adultas em número maior¹¹.

Como documentação, o imigrante deveria apresentar comprovante de conduta emitido pelas autoridades policiais e autenticação de veracidade pelo consulado. O que pode facilitar o entendimento do número de portugueses que não apresentarão passaporte ao efetivarem seu registro de habilitação perante o Consulado de Portugal no Pará.

Em seu art. 5.º discorre sobre os possíveis destinos dos imigrantes: em fazendas, mediante contratos com particulares (que no art. 6.º fala da subvenção da imigração a particulares ou associações) ou em núcleos coloniais do Estado (que foi criado pela Lei n.º 284 de 15 de Junho de 1895).

A fiscalização dos contratos subvencionados ficava a cargo governamental sendo que os contratadores gozariam de benéfcies nas Estradas de Ferro¹² quando transportassem cargas (isso reforça a idéia estatal de colônias produtoras de gêneros abastecedoras da população da capital) e equipamentos ou utensílios necessários aos trabalhos agrícolas.

Ainda prevê questões de suporte estruturais necessários para iniciar atividades da política paraense de imigração, como por exemplo, uma hospedaria para triagem dos estrangeiros que para cá viessem.

A redação do art. 10.º condiciona a introdução dos imigrantes: nele fica determinada a criação dos núcleos coloniais e a definição da hospedaria.

¹⁰ A legislação procurava com isso impedir a presença daqueles que não se sujeitaram aos trabalhos das lavouras do sul do país ou andavam de Estado em Estado gozando em cada um deles dos favores estatal e que não quisessem se fixar no Pará.

¹¹ O valor individual do auxílio para cada pessoa adulta (de trinta mil) e o teto máximo mensal por família (de oitenta mil) nos leva a deduzir que poderia aí ser uma forma de preferir uma família imigrante basicamente com pai, mãe e filho(s) e no máximo algum parente adulto.

¹² Faz referência aos usuários e os burgos agrícolas atendidos pela Estrada de Ferro de Bragança, que ligava esta localidade a capital do Estado, Belém.

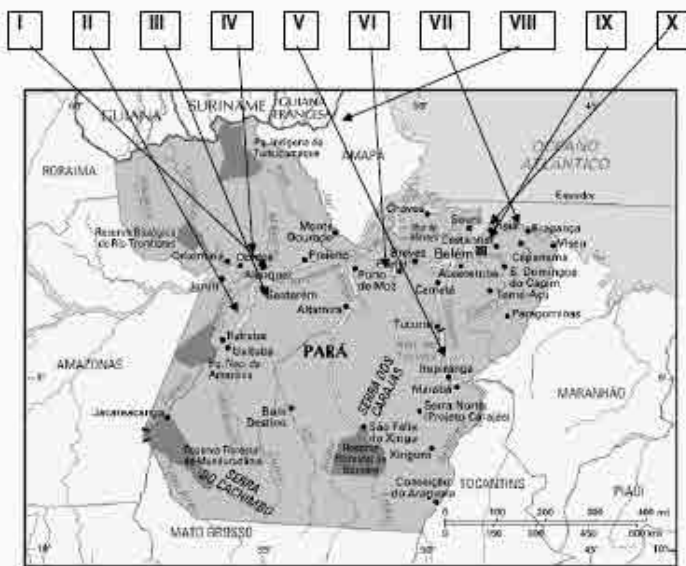
3. A lei n.º 284 – de 15 de Junho de 1895¹³

Emenda: Cria dez núcleos coloniais em diversos pontos do Estado (do Pará)¹⁴.

Essa lei é parte da concretização da política oficial do Estado para a imigração. Muito embora não tivesse cumprido o prazo estipulado no art. 11.º da lei n.º 223, de 30 de Junho de 1894, que limitava há seis meses o prazo para que o governo realizasse a localização, identificação e discriminação de lotes nos núcleos coloniais¹⁵.

Ao determinar onde seriam estabelecidos estes núcleos no art. 1.º, apenas o núcleo situado nas proximidades do município de Alenquer ficou com localização aproximada na redação que diz “Um local que for mais conveniente, à estrada denominada ‘Lauro Sodré’, da cidade de Alenquer até Santo Antonio, em direcção aos Campos geraes um local mais conveniente”¹⁶.

Mapa n.º 1
Localização dos núcleos coloniais



Fonte: <http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/brasil-mapas/imagens/mapa-do-para.gif>

¹³ BIBLIOTECA PÚBLICA ARTHUR VIANA / SETOR DE MICROFILMAGENS – Diário Oficial, Arquivo 7, gaveta 1 rolo 8, número 1 173, página 567.

¹⁴ Em nível de Legislação Federal, o Decreto n.º 528, de 28 de Junho de 1890, estabelecia a criação de núcleos coloniais para atendimento e alocação das correntes imigratórias, permitindo que os núcleos fossem criados tanto em terras devolutas das esferas públicas (União ou Estado) quanto em terras de particulares.

¹⁵ Na mensagem apresentada ao Congresso do Estado do Pará em 1 de Fevereiro de 1896, o Governador dr. Lauro Sodré lamenta a lentidão do andamento dos núcleos coloniais.

¹⁶ Lei n.º 284, de 15 de Junho de 1895, que criou dez núcleos coloniais em diversos pontos do Estado (do Pará).

O mapa acima permite uma idéia da localização dos núcleos de colonização a serem criados, conforme grafa a lei em estudo, em sua redação constante no art. 1.º:

(...)

I- Um local que for mais conveniente, à estrada denominada ‘Lauro Sodré’, da cidade de Alemquer até Santo Antonio, em direcção aos Campos geraes.

II- Um no alto Tapajós, em local que for considerado mais vantajoso.

III- Um no município da cidade de Santarém, no lugar que for considerado mais vantajoso.

IV- Um no município da cidade de Obidos, no lugar que for mais conveniente.

V- Um no Tocantins, em zona apropriada

VI- Um no município de Portel.

VII- Um no município de Cintra.

VIII- Um no município de Macapá, nas fronteiras.

IX- Um no município de Curuçá.

X- Um no município de S. Caetano d’Odivellas¹⁷.

Ao observarmos, destacamos o fato que 30% dos núcleos coloniais propostos ficam em zonas próximas da capital e ainda em faixas do litoral do Estado. Tal observação deixa em evidência a proposta do governo para que as colônias agrícolas efetuassem o abastecimento de Belém com os gêneros agrícolas lá produzidos.

4. O decreto n.º 131 – de 10 de Outubro de 1895¹⁸

Esse decreto apresenta como ementa a aprovação do Regulamento para o serviço da Hospedaria de Imigrantes.

Também atende o disposto no art. 11.º da lei n.º 223, de 30 de Junho de 1894. Trata do regimento a ser colocado em prática normatizando o funcionamento da Hospedaria de Imigrantes, na capital do Estado do Pará, Belém.

Para consolidar a política e coordenar melhor os fluxos de imigração, as hospedarias tornam-se importantes dentro do processo de controle imigratório (imigrante e migrante)¹⁹.

Por todo o país, nas regiões que passaram a receber fluxos i-migratórios, foram sendo criadas, sobretudo nas capitais das províncias, depois chamadas capitais de Estado, as hospedarias. Entre esses Estados podemos citar: Rio de Janeiro – RJ (Ilha das

¹⁷ BIBLIOTECA PÚBLICA ARTHUR VIANA / SETOR DE MICROFILMAGENS – Diário Oficial, Arquivo 7, gaveta 1 rolo 8, número 1 176, página 567.

¹⁸ BIBLIOTECA PÚBLICA ARTHUR VIANA / SETOR DE MICROFILMAGENS – Diário Oficial, Arquivo 7, gaveta 1 rolo 9, número 892, página 700-701.

¹⁹ Em 1878 foi instalada a primeira Hospedaria de Imigrantes. Estava localizada no bairro de Santana, em São Paulo. Recebeu o mesmo nome do bairro a qual estava localizada e funcionou até Junho de 1880.

Flores e a dos Pinheiros), Vitória – ES (Hospedaria da Pedra d'Água), Belo Horizonte – MG (Hospedaria de Belo Horizonte), Florianópolis – SC (Hospedaria do Saco do Padre Inácio) e em Manaus – AM (Hospedaria de Imigrantes Pensador).

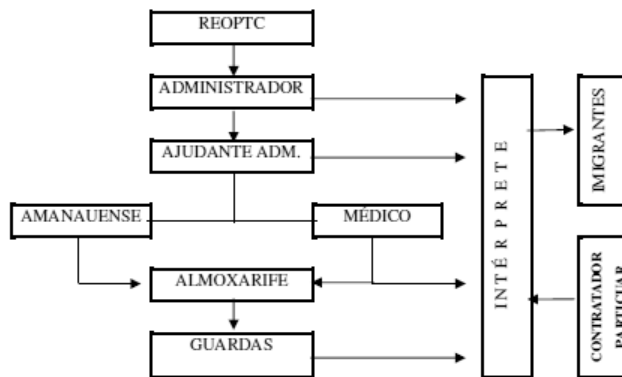
A hospedaria de imigrantes do Pará, denominada Hospedaria do Outeiro, ficava localizada na Ilha de Caratateua²⁰, nas proximidades de Belém.

A localização dessas hospedarias era estratégica. De acordo com Soraya Moura e Odair Paiva, “as hospedarias localizavam-se próximas a regiões portuárias ou mesmo em ilhas; isto facilitava os trabalhos de conferência de documentação, controle médico-sanitário e de alfândega”²¹.

Em Belém, no Pará, a hospedaria seria o abrigo de transição entre a origem e o destino final do imigrante. Neste local ficaria por um prazo máximo de dez dias. Esse prazo seria excedido em caso de imigrantes contratados por particulares e as despesas dos dias que excederam ao limite, ficariam a cargo do responsável por sua contratação. É importante ressaltar que nunca seria permitido um realojamento.

A estrutura da hospedaria de imigrantes do Outeiro não permitiria lembrar as primeiras acomodações que existiram junto à Sociedade Paraense de Imigração nas dependências do Convento das Mercês. A arquitetura com aspectos semelhantes ao de outras grandes hospedarias seria preparada para um número maior de pessoas, visando atender ao planejamento proposto pelas autoridades paraenses.

O regimento, conteúdo do decreto em análise, determinava a estrutura administrativa e as funções de cada cargo dentro da administração da Hospedaria de Outeiro. A funcionalidade e o bom andamento da hospedaria seriam assegurados conforme apresentado no esquema/organograma abaixo:



²⁰ A hospedaria de São Paulo, do Bairro do Brás, acabou por se constituir uma exceção quanto à localização das demais hospedarias (sempre em locais de fácil isolamento sanitário). Contudo, sua localização não deixou de ser estratégica, pois ficava no cruzamento dos trilhos da ferrovia São Paulo-Santos e da ferrovia Rio de Janeiro-São Paulo.

²¹ MOURA, PAIVA, 2008: 14.

No organograma apresentado acima, resume-se o quadro funcional dos empregados da Hospedaria do Outeiro, conforme determina o art. 3.º do decreto em análise²² (sic):

Art. 3.º - Além do Administrador haverá na hospedaria os seguintes empregados:

1 Ajudante do Administrador.

1 Amanuense.

1 Médico

1 Almojarifê.

1 Auxiliar intérprete.

Guardas²³.

Tendo preocupação com despesas que pudessem ser desnecessárias, dispõe o regulamento que os cargos e as vagas serão ocupados paulatinamente com o aumento do número de imigrantes chegados e hospedados na referida Hospedaria para abrigo temporário.

Conclusões

Permitem então estes estudos, embora preliminares, a percepção que as autoridades paraenses também adotaram medidas para atração e fixação de imigrantes neste quinhão de solo amazônico. A legislação criada no Estado permite que sejam delimitados os critérios e as preferências dos estrangeiros “perfeitos” para o trabalho agrícola ou da indústria. Bem elaboradas ou não, nota-se que foram leis que serviram de estrutura e baliza da política de imigração para o Estado do Pará. Em suma, elas indicam as pessoas que a região precisava como força de trabalho estrangeira. Ao definir essa legislação, procurava preencher questões elementares: que tipo de imigrante o Estado precisa? Para que precisa? Onde é preciso? O que o Estado oferece? A quem oferece? Porque oferece?

Mesmo que alguns prazos tenham sido atropelados e não cumpridos por determinações legisladas (a exemplo, a tempo para a criação da Hospedaria de Imigrantes do Outeiro), a criação da Sociedade Paraense de Imigração (17 de Novembro de 1885)²⁴, a autorização para a introdução de imigrantes, a criação de núcleos coloniais e a construção da nova hospedaria de imigrantes foram ações importantes não apenas

²² BIBLIOTECA PÚBLICA ARTHUR VIANA / SETOR DE MICROFILMAGENS – Diário Oficial, Arquivo 7, gaveta 1 rolo 9, número 892, página 700-701.

²³ Regulamento ao que se refere o Decreto n.º 131 de 10 de Outubro de 1895.

²⁴ Personalidades e várias autoridades estiveram presentes no evento de fundação da Sociedade Paraense de Imigração, incluindo entre eles Tristão de Alencar Araripe, presidente da Província, o bispo Dom Macedo Costa e o senador Gomes do Amaral.

no contexto da imigração estrangeira para o Estado do Pará, mas definitivamente como documentos que marcam e identificam as intencionalidades das autoridades públicas (e interesses privados) no contexto da imigração nesta zona do Brasil.

Fontes e Bibliografia

Fontes

- BIBLIOTECA PÚBLICA ARTHUR VIANA / SETOR DE MICROFILMAGENS – Diário Oficial, Arquivo 7, gaveta 1 rolo 6.
- BIBLIOTECA PÚBLICA ARTHUR VIANA / SETOR DE MICROFILMAGENS – Diário Oficial, Arquivo 7, gaveta 1 rolo 8.
- BIBLIOTECA PÚBLICA ARTHUR VIANA / SETOR DE MICROFILMAGENS – Diário Oficial, Arquivo 7, gaveta 1 rolo 9.
- CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES – BRAZILIAN GOVERNMENT DOCUMENTS – *Provincial Presidential Reports (1830-1930): Pará*, Mensagem do Governo Lauro Sodré ao Congresso do Estado do Pará, u2417, MENSAGEM 1891.
- CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES – BRAZILIAN GOVERNMENT DOCUMENTS – *Provincial Presidential Reports (1830-1930): Pará*, u1027, FALLA 1886.

Bibliografia

- ANDREAZZA, Maria Luiza; NADALIN, Sérgio Odilon, 2000 – *Imigrantes no Brasil: colonos e povoadores*. Curitiba: Nova Didática.
- BASSANEZI, Maria, et. al., 2008 – *Repertório de legislação brasileira e paulista referente à imigração*. São Paulo: Editora da UNESP.
- BEZERRA NETO, José Maia; GUZMÁN, Décio de Alencar (org.), 2002 – *Terra Matura: História & História Social na Amazônia*. Belém: Paka-Tatu.
- FONTES, Edilza Joana de Oliveira, 2002 – *Preferem-se portugueses(as): trabalho, cultura e movimento social em Belém do Pará (1885-1914)*. Campinas-SP: Instituto De Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP.
- IOTTI, Luiza Horn, 2007 – *A política imigratória brasileira e sua legislação – 1822-1914*. Disponível na internet em: <http://200.198.149.50/institu/memorial/RevistaJH/vol3n5/07-Luiza_Iotti.pdf>.
- MONTEIRO, Benedicto, 2005 – *História do Pará*. Belém: Editora Amazônia.
- MOURA, Soraya; PAIVA, Odair Da Cruz, 2008 – *Hospedaria de imigrantes de São Paulo*. São Paulo: Paz e Terra.

- PEREIRA, Miriam Halpern, 2002 – *A política portuguesa de emigração (1850-1930)*. Bauru-
Sp: Edusc.
- PROST, Gerard, 1998 – *História do Pará: Do período da borracha aos dias atuais*. Belém:
Secretaria de Estado de Educação (série estante da Amazônia, 2).
- SARGES, Maria de Nazaré, 2000 – *Belém: Riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912)*.
Belém: Paka-Tatu.

RETORNO DOS *BRASILEIROS* VILACONDENSES – AS DECLARAÇÕES DE NACIONALIDADE (1865-1913)

Adelina Piloto

Introdução

A política e legislação brasileira, em relação à imigração portuguesa nos anos que sucederam à independência, pautaram-se num primeiro momento, de acordo com o Acto de 14 de Janeiro de 1823, pela concessão da cidadania brasileira aos portugueses que no Império fixassem residência, prestando estes, perante a respectiva câmara municipal, juramento de fidelidade à causa do Brasil. Era, igualmente, atribuído o estatuto de súbdito do Império aos portugueses estabelecidos temporariamente no Brasil¹. Passaram a ser cidadãos brasileiros todos os nascidos em Portugal e nos seus territórios, domiciliados no Brasil aquando da independência e que tivessem permanecido no país². Todavia, o decreto de 20 de Novembro desse mesmo ano suspendeu temporariamente a sua execução.

A 23 de Outubro de 1832 foi publicada a primeira lei brasileira de naturalização de estrangeiros, a qual, porém, não concedia qualquer discriminação positiva aos portugueses. Os requisitos necessários eram: serem maiores de 21 anos, usufruírem dos direitos civis no país de origem, prestarem declaração perante a Câmara respectiva de princípios de identificação com a nova pátria, pretensão de fixar domicílio de pelo menos quatro anos após a respectiva declaração, excepto se já vivessem no Brasil há quatro anos e se requeressem a naturalização no prazo de um ano. Era ainda exigido a posse de bens de raiz, ou a participação na indústria, ou o desempenho de uma profissão útil, ou prova de que viviam honestamente do seu labor³. Com o decorrer do tempo as formalidades burocráticas para adquirir a naturalidade brasileira foram sucessivamente simplificadas.

A denominada Lei de Terras (1850), entre outras disposições acerca da colonização por nacionais e estrangeiros, declarou que estes, após dois anos de residência no

¹ WESTPHALEN, BALHANA, 1993: 18.

² Carta de Lei de 25 de Março de 1824.

³ *Colecção de Leis do Império do Brasil*, 1906: 96-98.

país, poderiam naturalizar-se⁴. No mesmo sentido apontou outro diploma legislativo ao decretar que seria concedida carta de naturalização a todo o estrangeiro que a requeresse, sendo maior de 21 anos e residente no país há mais de dois anos⁵.

A 15 de Novembro de 1889 o Brasil assistiu à implantação da República⁶. Entre as primeiras medidas de ampla repercussão e alcance do governo republicano no concernente aos imigrantes, destacam-se os decretos n.º 13A, de 26 de Novembro de 1889, e o n.º 58A, de 14 de Dezembro de 1889.

O primeiro regulou de modo genérico a concessão de naturalização, enquanto o segundo estabeleceu as condições para a naturalização, isto é, determinou que seriam brasileiros os estrangeiros que residissem no Brasil na data da proclamação da República e que nos seis meses após a sua promulgação não tivessem prestado declaração em como pretendiam conservar a nacionalidade de origem, assim como os proprietários de imóveis que fossem casados com brasileiras ou tivessem filhos nascidos no país, salvo se não explicitassem querer mudar de nacionalidade⁷. Já anteriormente, o decreto imperial n.º 1531, de 10 de Janeiro de 1855, tinha anulado os títulos de residência e passaporte até aí exigidos, pelo que o estrangeiro (não sujeito a contrato de locação), logo que obtinha visto da autoridade brasileira, podia livremente deslocar-se pelo país.

A primeira Constituição da República do Brasil, promulgada a 24 de Fevereiro de 1891, para além de consagrar o direito dos brasileiros e estrangeiros residentes no país à liberdade, à segurança individual e à propriedade, ratificou os princípios normativos referentes à naturalização implementados em 1889.

Em conformidade com os dados estatísticos do recenseamento geral da população brasileira, efectuado no ano de 1890, 18% dos portugueses tinha adoptado a nacionalidade brasileira (14% homens e 4% mulheres), os brasileiros de origem lusa (pai e mãe portugueses) alcançavam os 120 983 indivíduos, os filhos de pai brasileiro e mãe portuguesa eram 2 895 e os filhos de mãe brasileira e de pai luso atingiam os 37 325 habitantes⁸. Segundo os cálculos do embaixador português no Brasil, conde de Paço de Arcos, em 1893, as leis de naturalização brasileiras absorveram cerca de dois terços da colónia portuguesa. A legislação brasileira da República conduziu, na opinião de Jorge Alves, a uma espécie de “nacionalização forçada” de muitos portugueses, como política de fixação e integração⁹. No entanto, o serviço militar decretado

⁴ Lei n.º 601, de 18 de Setembro de 1850.

⁵ Decreto n.º 1950, de 12 de Julho de 1871.

⁶ FAUSTO, 2008: 245.

⁷ *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 24 de Fevereiro de 1891. Constituições do Brasil*, 1986.

⁸ RIBEIRO, 2007: 123.

⁹ ALVES, 1994: 264.

pela República provocou pouco depois uma corrida aos consulados para reaverem a nacionalidade lusa¹⁰.

No que diz respeito a Portugal, o Código Administrativo de 18 de Março de 1842 e a legislação portuguesa complementar estipulavam um conjunto de normas que explicitamente limitavam e regulavam a mobilidade, condicionando os cidadãos ao distingui-los em nacionais, estrangeiros e naturalizados e determinando procedimentos específicos face à mobilidade de cada um deles.

Naturalizados eram todos os estrangeiros que apresentassem *Carta de Naturalização* passada pela Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, mas os portugueses que se tornassem brasileiros, podiam de novo naturalizar-se portugueses pela simples declaração escrita, feita perante qualquer câmara municipal, expressando o desejo de recuperar a nacionalidade portuguesa¹¹. A mesma faculdade era concedida aos portugueses que, tendo-se naturalizado em qualquer país estrangeiro, regressassem ao seu país para nele fixarem o seu domicílio¹². O facto de os estrangeiros perderem a sua nacionalidade pela naturalização não implicava a mudança da nacionalidade dos filhos nascidos antes da concessão da mesma¹³.

1. Os processos de declaração de nacionalidade e de naturalização em Vila do Conde

No âmbito das pesquisas efectuadas no Arquivo Municipal de Vila do Conde, tive oportunidade de consultar os processos de declaração de nacionalidade registados neste concelho a partir de 1865.

Embora a legislação portuguesa referisse que os portugueses naturalizados em qualquer país estrangeiro poderiam reaver a sua qualidade de cidadãos nacionais mediante a entrega de uma simples declaração, na realidade, em tais processos de declaração de nacionalidade, lavrados na administração deste concelho, não imperou o simplismo indiciado pela lei.

A declaração de nacionalidade, ao contrário do bilhete de residência que se limitava a um único documento com os dados pessoais do portador, constituía um processo burocrático complexo, formado na maior parte das vezes por um conjunto de documentos de diversa tipologia.

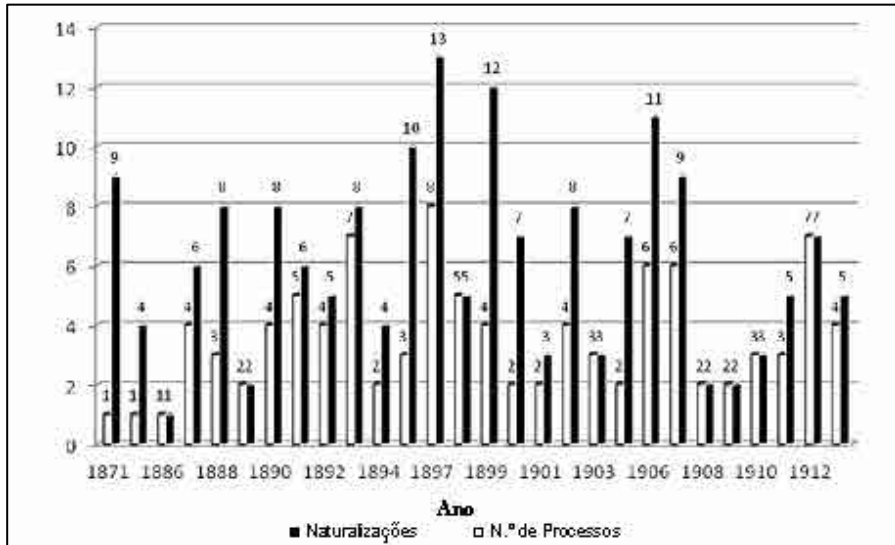
¹⁰ ARCOS, 1973: 10.

¹¹ Decreto de 22 de Outubro de 1836, art.º 2.º.

¹² Decreto de 22 de Outubro de 1836, art.º 2.º, § 2.º.

¹³ Decreto de 15 de Junho de 1863.

Gráfico n.º 1
Movimento anual de processos e de naturalizações (1865-1913)



Fonte: AMVC – *Declarações de Nacionalidade*, pasta 2815.

Entre 1865 e 1913 foram inventariados 100 processos *Declaração de Nacionalidade* a que corresponderam 174 naturalizações, 167 de brasileiras e sete portuguesas¹⁴.

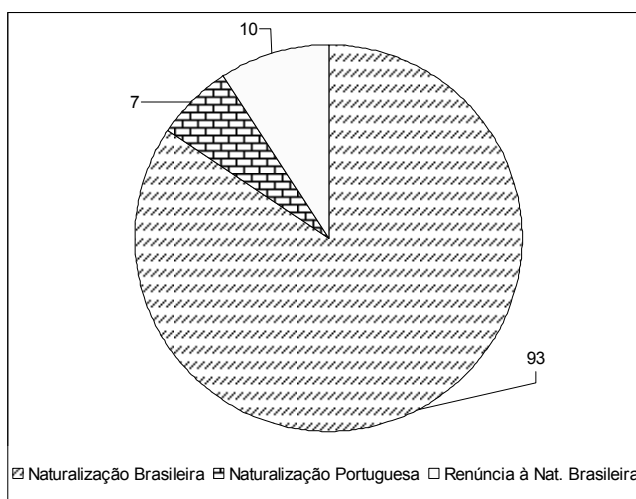
O movimento anual de processos, conforme se pode observar no gráfico n.º 1, foi evoluindo gradualmente com pequenas oscilações aleatórias, até atingir o auge no ano de 1897 com oito processos. Nos restantes anos, o número de processos oscilou entre o máximo de sete, nos anos de 1893 e 1912, e o mínimo de uma unidade (nos três primeiros anos) em 1871, 1875 e 1886. No que concerne às naturalizações, notam-se também algumas variações ao longo do período considerado, sobressaindo os anos de 1897 com treze, 1899 com doze e 1906 com onze. Nos demais anos, o seu número variou entre a dezena em 1895 e a unidade no ano de 1886.

A analogia entre as variáveis em causa evidencia uma certa concordância nas duas linhas evolutivas, havendo mesmo a coincidência do máximo de processos e de naturalizações ter sido atingido no ano de 1897. No período que medeia entre 1871 e 1907, o valor de ambas as variáveis é equivalente nos anos de 1886, 1889, 1898 e

¹⁴ O fundo da câmara municipal integra uma pasta com *Declarações de Nacionalidade* inventariada com o número 2815, cujos limites cronológicos dos respectivos processos se distendem de 1871 a 1938. Embora se tenha procedido ao integral levantamento informático desta fonte manuscrita e inédita, tendo sido contabilizado um total de 128 processos, no presente trabalho apenas consideramos os circunscritos de 1865 a 1913. Em 21 dos 50 anos que medeiam entre 1865 e 1913 não foi constituído qualquer processo.

1903. Nos anos remanescentes o número de naturalizações superioriza-se sistematicamente ao total de processos. Na fase final, a similitude das variáveis sobressai, particularmente a partir de 1908, pois em quatro dos seis anos representados o quantitativo de processos e de naturalizações foi equivalente, havendo apenas um ligeiro desfasamento nos anos de 1911 e 1913. A sobreposição do número de naturalizações ao quantitativo de processos está correlacionada com a predominância de solicitações para os filhos menores dos requerentes; ao inverso.

Gráfico n.º 2
Nacionalidade requerida (%)



Fonte: AMVC – *Declarações de Nacionalidade*, pasta 2815.

A solicitação da nacionalidade brasileira distingue-se no gráfico n.º 2 atingindo os 93% e apenas 7% dos requerimentos visaram obter a nacionalidade lusa, facto bem sintomático da apetência na época pela cidadania brasileira, sendo perceptível a transmissão dessa qualidade, do pai, emigrante naturalizado ou até brasileiro nato, para os filhos. Estes, posteriormente, instauram processo para que os seus descendentes passem a usufruir da mesma nacionalidade, passando a três gerações consecutivas de *brasileiros*. Por vezes, acontecia o emigrante naturalizado já ter falecido, e nestes casos era a viúva que se encarregava de solicitar essa qualidade para os filhos e, estes, reclamavam-na para os seus descendentes.

Como observou Jorge Alves, a nacionalidade brasileira gozava entre nós de alguma ambiguidade, pois distinguia-se de algum modo da nacional, mas não era considerada explicitamente estrangeira, existindo para esta documentação própria. A ambiguidade desta dupla nacionalidade era utilizada proveitosamente pelos *brasileiros*,

pois permitia-lhes a si ou à família escapar de certas obrigações, por exemplo, do serviço militar ou da eleição para cargos administrativos que, na altura, eram considerados, ao nível do poder local, como um fardo pesado¹⁵. Por exemplo, Joaquim Ramos de Oliveira, casado, proprietário da freguesia de Modivas, foi intimado para exercer o cargo de jurado no ano de 1876; contestou¹⁶, pois, “sendo súbdito brasileiro não pode ser obrigado a exercer semelhante cargo, sendo de toda a justiça a sua isenção”¹⁷. Também Zacarias Baltazar do Couto teve o cuidado de registar na secretaria da câmara municipal a sua carta de naturalização para “poder mostrar onde necessário, que está isento da contribuição pessoal e industrial no reino de Portugal”¹⁸.

A adopção da nacionalidade brasileira por parte dos emigrantes portugueses, a ratificação da mesma aquando do regresso à pátria e a sua transmissão aos descendentes, utilizando expressões como “não quer ser cidadão português e antes quer gozar o foro de cidadão brasileiro como goza ele declarante”, numa primeira apreciação poderia, eventualmente, conduzir à ideia de que tal facto se relacionava com um défice de patriotismo dos ex-emigrantes, mas os reais motivos parecem ser de outra índole. Aliás, as associações de emigrantes no Brasil e noutras partes da América seriam, até 1920, uma das maiores fontes de manifestações patrióticas. Em 1890, à notícia do Ultimato, seguiu-se uma vaga de reuniões das associações portuguesas pelas cidades dos vários estados brasileiros, que chegou a Portugal sob a forma de mensagens e notícias, como sublinhou o *Diário de Notícias*, levando-o até a dedicar um editorial ao assunto¹⁹. Também não podem ser esquecidas as inúmeras subscrições feitas entre as comunidades lusas no Brasil para acudir às mais variadas causas nacionais.

O facto de os beneficiários da nacionalidade brasileira serem todos do sexo masculino²⁰ e com idades próximas dos 20 anos, permite visionar por detrás do aparente motivo a verdadeira razão e esta era, iniludivelmente, de natureza militar: o objectivo primordial da adopção da nacionalidade brasileira era escapar ao exército, era ficar isento do odioso “imposto de sangue”. Dos que iam para o Brasil, casos havia em que o retorno era relativamente rápido e o agora *brasileiro* apresentava documentação de nacionalizado, aproveitando as facilidades que a este respeito eram concedidas naquele país e jogando com esse factor para se subtrair ao recrutamento²¹. Não obstante

¹⁵ ALVES, 1994: 263-264.

¹⁶ Desconhece-se o desfecho da objecção apresentada, mas tudo leva a crer que lhe foi favorável.

¹⁷ AMVC – *Declarações de Nacionalidade*, pasta 2815.

¹⁸ AMVC – *Registo de privilégios e nomeação para cargos municipais*, livro149, fl.20v e 21.

¹⁹ RAMOS, 1994: 91-92.

²⁰ Há apenas uma única excepção, Joaquina da Conceição Pereira Machado que requereu no ano de 1906 a nacionalidade brasileira para si própria, atendendo ao facto de o seu marido gozar dessa mesma qualidade (AMVC – *Declarações de Nacionalidade*, pasta 2815).

²¹ ALVES, 1994: 145.

esta evidência, a maior parte das petições a solicitar traslado de documentos oficialmente arquivados queda-se pelo laconismo “para apresentar onde lhe convier”²².

Como observava em declaração confidencial datada de 12 de Julho de 1904, Venceslau de Sousa Pereira Lima, ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, a Alberto Fialho²³, “muitos portugueses invocavam sucessivamente a sua nacionalidade de origem, ou a brasileira, conforme as suas próprias conveniências”. Por sua vez, Alberto Fialho em ofício endereçado na mesma data ao barão do Rio Branco, reconhece que muitos retornados do Rio de Janeiro e interrogados sobre os motivos por que solicitaram e exibem passaportes brasileiros, respondem uns que “por ser mais baratos que em Portugal, e por ser fácilimo obtê-los das autoridades brasileiras, e outros, mal dissimulam a esperança, ou convicção, de assim escaparem às obrigações do serviço militar português”²⁴.

Na sequência da grande naturalização de 1889, os emigrantes portugueses no Brasil, ao não declararem que queriam manter a nacionalidade de origem, estavam, implicitamente, a revelar a sua adesão aos ideais republicanos. Consciente ou inconscientemente estariam também a tentar proteger-se do anátema da lusofobia, mas na prática, apesar dos direitos recém-adquiridos, recrudescer nos primeiros anos da República a intolerância antilusitana, já ocorrida noutros momentos de crise brasileira no decurso do século XIX, sendo os portugueses o grupo emigratório no Brasil que mais vivenciou hostilidades por motivos de teor nacionalista. Por outro lado, ao naturalizar-se, podiam ascender ao exercício de cargos públicos e ficavam livres da expatriação. Os portugueses constituíram a nacionalidade com maior número de mandados de expulsão, entre 1907 e 1912, de acordo com os dados divulgados pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores²⁵. Também Lená Medeiros de Menezes informa que entre 1907 e 1930 os portugueses foram a maioria em quase todos os tipos de delitos cometidos no Rio de Janeiro²⁶. Assim sendo, a assumpção da cidadania brasileira acabava por trazer vantagens aos emigrantes tanto no país de acolhimento como no de origem.

Sobre a forma como se adquiria a nacionalidade portuguesa, a legislação determinava, entre outros aspectos, que eram considerados cidadãos portugueses os que nascessem no Reino, os filhos de pai português, ainda que este tenha sido expulso do

²² Numa altura em que se enfatizava o serviço militar como um dever cívico de todos os mancebos, não convinha realçar a intenção dele se livrarem os requerentes da nacionalidade brasileira.

²³ Diplomata brasileiro nomeado em 1902 para exercer o cargo de ministro plenipotenciário em Lisboa. Em 1905 foi transferido para Itália, mas retornou a Portugal em 1908, como embaixador nos funerais do rei D. Carlos e do seu filho Luís Filipe. Destacou-se pelo bom relacionamento entabulado com as autoridades portuguesas, protegendo os interesses dos emigrantes nacionais no Brasil (MENDES, 2010: 351).

²⁴ MENDES, 2010: 177.

²⁵ MENDES, 2010: 163, 186.

²⁶ MENEZES, 2006: 96.

país, ou os filhos ilegítimos de mãe portuguesa, bem que nascidos no estrangeiro, mas que tenham vindo estabelecer domicílio no Reino, ou que tenham declarado por si, sendo maiores ou emancipados, ou por seus pais ou tutores no caso dos menores, que quisessem ser portugueses²⁷. Por outro lado, a lei estipulava que perdia a sua qualidade de cidadão português o que se naturalizava num país estrangeiro, podendo, porém, recuperar essa qualidade, regressando ao Reino com ânimo de nele se domiciliar e declarando-o perante a municipalidade do lugar que elegeisse para sua residência²⁸.

Em consonância com os princípios normativos supracitados, sete indivíduos impetraram a naturalidade lusa, três brasileiros natos e quatro emigrantes naturalizados brasileiros. Lopo Joaquim de Oliveira, nascido a 8 de Julho de 1868, na freguesia de Nossa Senhora da Candelária, no Rio de Janeiro, solteiro, de maioridade, filho legítimo de Manuel Joaquim de Oliveira Pinto, nascido em Vila do Conde a 9 de Outubro de 1820, e falecido na mesma localidade a 13 de Junho de 1878, obteve em 28 de Novembro de 1892 a cidadania lusa. Marcelino Lourenço Gomes²⁹, natural da freguesia de Árvore efectivou o termo em 16 de Maio de 1906. Seis anos depois, em 1912, foi a vez do seu irmão, Manuel Lourenço Gomes³⁰, casado e médico, também adoptar a cidadania portuguesa³¹. Por sua vez, o expatriado natural da freguesia de Vila do Conde, Joaquim Francisco Praça, filho de Bento Francisco Praça, naturalizado brasileiro em 26 de Agosto de 1874, recuperou a cidadania lusitana no ano de 1898. Emílio José Ferreira nascido a 25 de Junho de 1840, na freguesia de Azurara, filho de José Bernardo, natural de Chaves reconquistou-a em 1907. Manuel da Silva Correia, nascido a 6 de Outubro de 1880, em Vila do Conde, filho de Jorge Joaquim Correia, marítimo, natural de Azurara, naturalizado brasileiro em 9 de Agosto de 1899, resgatou-a em 1903 e, por último, Francisco Baltazar do Couto reassumiu a cidadania lusa no mês e ano da implantação da República em Portugal³².

Em dez processos de adopção da nacionalidade brasileira encontra-se também requerimento e termo de renúncia dessa mesma qualidade e sequente perfilhação da cidadania portuguesa. Cinco dos renunciantes tinham anteriormente solicitado para si próprios a naturalidade, os restantes tinham-na adoptado por iniciativa do progenitor. Todos os renunciantes alegavam que o faziam de sua livre e espontânea vontade para

²⁷ *Código Civil Português aprovado pela Carta de Lei de 1 de Julho de 1867*, Título II, Art. 18.º, ponto 3.º.

²⁸ *Código Civil Português aprovado pela Carta de Lei de 1 de Julho de 1867*, Título III, Art. 22.º, ponto 1.º.

²⁹ Era proprietário da tabacaria “Vilacondense” situada no centro da vila (*O Ave*, n.º 6, 6 de Outubro de 1906).

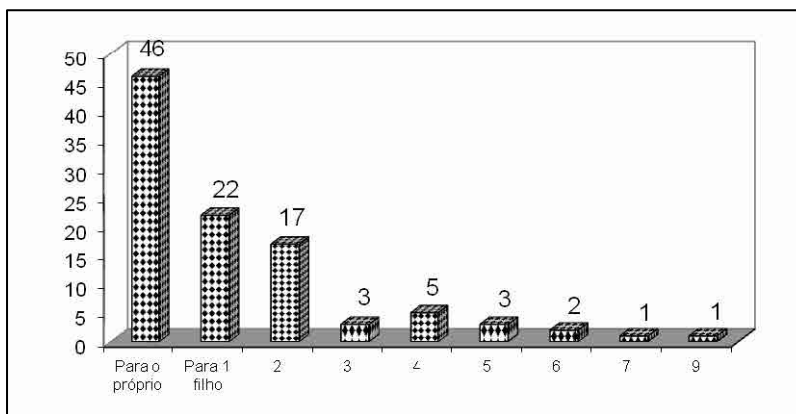
³⁰ Marcelino Lourenço Gomes nasceu a 1 de Fevereiro de 1883, na freguesia das Graças da cidade do Recife e era filho de Carlos Lourenço Gomes e neto paterno (e afilhado) de Marcelino Lourenço Gomes que exerceu o cargo da presidência da autarquia vilacondense e de quem já se falou a propósito dos cidadãos proeminentes que prestaram fiança.

³¹ O médico Manuel Lourenço Gomes veio a ser lente catedrático da Faculdade de Medicina do Porto (DACIANO, 1963: 8).

³² AMVC – *Declarações de Nacionalidade*, pasta 2815.

surtir todos os efeitos legais e que queriam recuperar esse direito porque eram filhos de cidadãos portugueses; alguns ainda acrescentavam que tinham regressado a Portugal com ânimo de aqui se domiciliar. O que se constata é que optavam e mudavam de nacionalidade de acordo com os seus interesses pessoais e particulares. O pai requeria a nacionalidade brasileira para os seus descendentes se eximirem da vida militar. Mais tarde, ultrapassada a idade do recenseamento, requeriam por motivos profissionais ou de qualquer outra índole a renúncia da mesma.

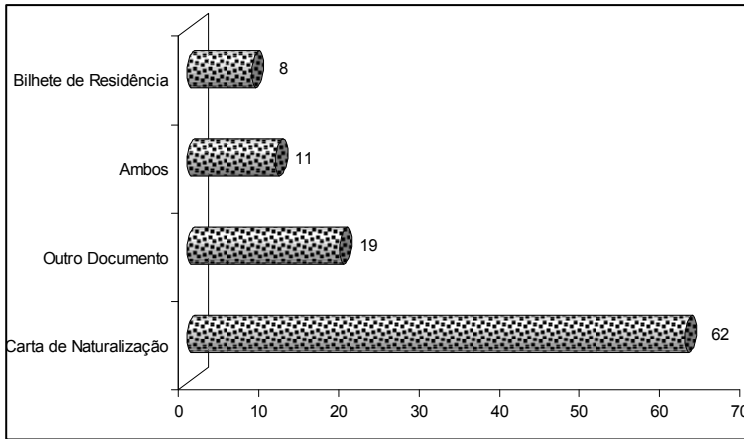
Gráfico n.º 3
Frequência da solicitação da nacionalidade (1865-1913)



Fonte: AMVC – *Declarações de Nacionalidade*, pasta 2815.

A declaração de nacionalidade podia ser individual ou colectiva, isto é, o requerente podia solicitar a naturalização apenas para si próprio ou podia impetrá-la para os seus descendentes menores. Quando a requeria para os filhos nem sempre a fazia para todos na mesma data, frequentemente requestava-a para os filhos em idade próxima de serem recenseados para o serviço militar e, decorridos alguns meses ou até mesmo anos, para os restantes filhos, o que originava um adensar de novos documentos ao mesmo processo. O gráfico n.º 3 ilustra a frequência do requerimento da nacionalidade, 46 indivíduos solicitaram-na para si próprios e os restantes 54 para os seus descendentes. Dentre estes, 22 reclamaram-na para um filho, dezassete para dois, três para três descendentes, cinco para quatro, três para cinco, dois para seis, um para sete e um para nove filhos. A iniciativa paternal esteve presente em 33 processos de naturalização dos descendentes e 21 realizaram-se por diligência da mãe, por lhe competir a ela a autoridade sobre os menores. Uma exerceu o poder maternal porque era mãe solteira, três devido a serem viúvas e dezassete por o marido estar ausente no Brasil.

Gráfico n.º 4
Documentos comprovativos da nacionalidade (1865-1913)



Fonte: AMVC – *Declarações de Nacionalidade*, pasta 2815.

O processo de declaração de nacionalidade iniciava-se com a entrega na câmara municipal de um requerimento de nacionalidade. A autoridade competente analisava a justiça e legalidade da solicitação com base nos documentos comprovativos apenas ao requerimento e, decorrido pouco tempo, exarava o respectivo despacho³³. Logo de seguida era lavrado o termo de declaração. Tudo se passava de forma célere na maior parte dos casos, sendo concluído o processo, em geral, no prazo de um mês. Porém, tudo se complicava quando ocorria a junção de novos requerimentos e renúncias de nacionalidade. Nesta situação podiam ocorrer, entre a abertura e termo do processo, hiatos que se alongavam por vários anos e até por mais de uma década, como sucedeu, por exemplo, com José da Costa e Silva, cujo processo instaurado em 1871 só teve o seu epílogo em 1890, isto é, decorridos 19 anos³⁴.

Outro aspecto que provocava a distensão do processo no tempo era o requerente precisar de solicitar traslado de documentos arquivados para comprovar oficialmente a legitimidade da pretensão da nacionalidade. Como a maioria dos requerentes eram emigrantes de retorno que se tinham naturalizado brasileiros, 62 exibiram a respectiva carta de naturalização. Em onze casos juntaram à carta o bilhete de residência, oito submeteram apenas o bilhete de residência e dezanove requerentes apresentaram outros documentos, como o passaporte, declaração do vice-cônsul brasileiro em Vila do Conde, registo de baptismo ou até carta para marear. Emílio José Ferreira exibiu o seu passaporte emitido no Brasil, na cidade de Porto Alegre, em 12 de Março de 1890.

³³ Em todos os processos o Acórdão em Câmara foi de deferimento.

³⁴ AMVC – *Declarações de Nacionalidade*, pasta 2815.

Do mesmo modo procederam José Gomes Camisa e Francisco Gonçalves Santos. No ano de 1891, António Pereira dos Santos patenteou uma declaração do Presidente da Intendência Municipal do Maranhão, em como o seu filho a residir há sete anos naquela cidade não tinha feito qualquer declaração para seguir a nacionalidade portuguesa, ficando por isso automaticamente a ser considerado brasileiro naturalizado³⁵.

Por sua vez, os vilacondenses naturalizados brasileiros Boaventura Rodrigues de Sousa, António José de Oliveira e Francisco Gonçalves dos Santos justificaram a pretensão da nacionalidade com declaração passada pelo vice-cônsul da República dos Estados Unidos do Brasil em Vila do Conde³⁶, em como tinham patenteado perante ele documento autêntico que os qualificava de cidadãos brasileiros. Manuel do Carmo Laranja, ao solicitar, no ano de 1899, a naturalidade para os seus quatro filhos, expôs uma carta do contra-almirante Custódio José de Melo, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha do Brasil a informar que ele era brasileiro naturalizado e que tinha sido submetido a exame e aprovado para navegar como piloto de navios de comércio.

Da mesma forma e no mesmo ano, Olímpia Augusta de Oliveira justificou a pretensão da naturalização para o seu filho Manuel, com uma carta do contra-almirante acima citado, em como o seu falecido marido João Gomes da Silva era brasileiro naturalizado com licença para marear³⁷. Francisco José da Costa Lima Júnior apresentou o certificado do seu assento de baptismo na freguesia do Santíssimo Sacramento, no Rio de Janeiro³⁸, assim como José Francisco Martins. Albino de Sousa Duarte legitimou a

³⁵ AMVC – *Declarações de Nacionalidade*, pasta 2815.

³⁶ Manuel Gonçalves Rocha foi nomeado por carta do cônsul do Brasil em Lisboa, emitida em 28 de Março de 1867, vice-cônsul do Império do Brasil em Vila do Conde, sendo solicitadas às autoridades vilacondenses as devidas isenções e imunidades para que o vice-cônsul pudesse desempenhar cabalmente as suas funções. Em 11 de Novembro de 1878, Manuel Gonçalves Rocha nomeou José Ferreira da Costa Beiral agente comercial da nação brasileira, para o substituir na sua ausência. A 30 de Dezembro de 1880 Manuel Gonçalves Rocha, morador na freguesia de Azurara, apresentou na administração concelhia documentos autênticos em como queria seguir o foro de cidadão brasileiro (AMVC – *Registo de passaportes e bilhetes de residência*, livro 2812, fl. 56v). Exerçeram também os cargos de vice-cônsul da República dos Estados Unidos do Brasil em Vila do Conde Eugénio Augusto Dias Colonna e João Pereira Galvão, súbdito brasileiro, naturalizado português por despacho do Ministério da Fazenda de 26 de Abril de 1888, após ter prestado perante as autoridades administrativas o juramento de fidelidade ao Rei e à Carta Constitucional (AMVC – *Registo de privilégios e nomeação para cargos municipais*, livro 149, fls. 29-30v e 116 e livro 150, fl. 19v e 20).

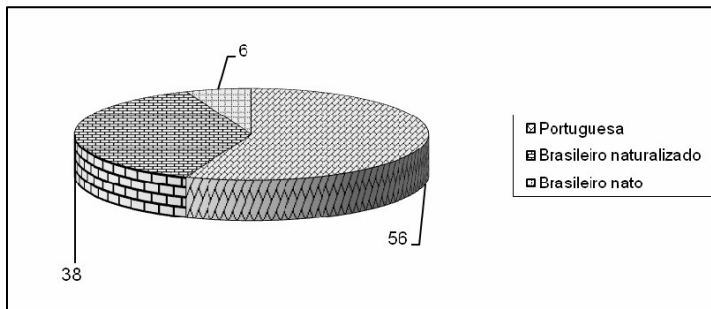
³⁷ João Gomes foi submetido nos termos do artigo 54 do regulamento anexo ao decreto n.º 1 256, de 10 de Janeiro de 1891, a exame para navegar como piloto de navios de comércio e ficou aprovado. O respectivo diploma foi passado no Rio de Janeiro, em 4 de Maio de 1892 e registado no vice-consulado do Brasil em Vila do Conde em 15 de Maio de 1896. O seu passamento ocorreu, subitamente, em 25 de Outubro de 1895, na sua residência na Rua da Senra, em Vila do Conde. Tinha na altura do óbito 46 anos de idade (AMVC – *Declarações de Nacionalidade*, pasta 2815).

³⁸ No seu processo consta também a transcrição do seu passaporte passado pelo cônsul-geral do Brasil em Portugal, Barão de Santo Ângelo, em 20 de Abril de 1876. Nele declara que José da Costa Lima Júnior, solteiro, de 23 anos de idade e estudante, natural do Rio de Janeiro, segue viagem de Lisboa para

pretensão de naturalidade para o seu filho Bernardino através da certidão do processo de declaração instaurado em 4 de Outubro de 1875³⁹ pelo seu pai, Manuel Joaquim de Sousa, brasileiro naturalizado, para que ele e os seus irmãos passassem a beneficiar da cidadania do requerente. Manuel António Castro Alves também remeteu para o processo promovido pela sua mãe, Ana Joaquina Lopes de Castro, viúva de António José Alves, brasileiro naturalizado, em 22 de Janeiro de 1875. Dos sete elementos que solicitaram a nacionalidade portuguesa, Lopo Joaquim de Oliveira apresentou a declaração do seu assento de baptismo que o dava como brasileiro nato, mas descendente de portugueses, tal como Manuel Lourenço Gomes e o seu irmão Marcelino. Manuel da Silva Correia ostentou a sua carta de naturalização emitida em 9 de Agosto de 1899 e os restantes três requerentes exibiram a declaração passada pelo vice-cônsul dos Estados Unidos do Brasil em Vila do Conde que comprovava que eram portugueses naturalizados brasileiros⁴⁰.

Comparando a data da instauração do processo de nacionalidade com a inscrita nos documentos legitimadores da mesma, deduz-se que em muitos casos o intervalo de tempo que medeia entre a efectivação de ambos os documentos é muito curto, daí a prevalência do elo causal entre eles: solicitavam a carta de naturalização, bilhete de residência ou outro tipo de documentação com o propósito de requerer a nacionalização brasileira para os próprios ou para os descendentes. Em alguns casos, os requerentes até já se encontravam em solo português quando a carta de naturalização lhes foi concedida.

Gráfico n.º 5
Nacionalidade dos requerentes (%)



Fonte: AMVC – *Declarações de Nacionalidade*, pasta 2815.

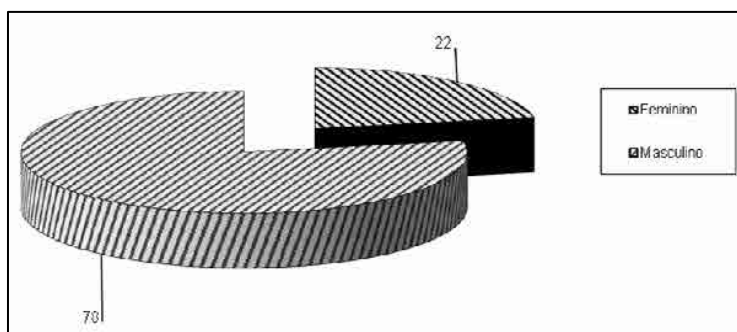
a ilha de S. Miguel. Ia, possivelmente, visitar os seus parentes residentes nessa ilha pois era filho natural de Claudina Cândida de Jesus, oriunda da mesma ilha.

³⁹ O referido processo não consta na pasta das Declarações de Nacionalidade. Esta ausência conduz à hipótese de outros processos, eventualmente, se terem extraviado à semelhança de este.

⁴⁰ AMVC – *Declarações de Nacionalidade*, pasta 2815.

O requerimento de nacionalidade podia ser protagonizado por indivíduos de diversa proveniência geográfica: 56% dos requerentes eram cidadãos portugueses, 38% eram ex-emigrantes naturalizados durante a sua presença no Brasil e 6% dos suplicantes tinham nascido em solo brasileiro, embora tivessem ascendência portuguesa. Quando se tratava de cidadãos nacionais, filhos ou cônjuges de brasileiros natos ou naturalizados a requerem para si mesmos a naturalidade brasileira declaravam que desejavam adoptar a nacionalidade do seu progenitor ou cônjuge⁴¹. Se o suplicante era brasileiro naturalizado a solicitar a manutenção dessa qualidade para si próprio, após a indicação dos seus dados pessoais, alegava que pretendia formalizar essa situação para beneficiar dos direitos inerentes a essa condição⁴². Caso fosse brasileiro nato declarava que tendo ascendentes familiares portugueses não podia em face da lei deixar de gozar da mesma nacionalidade⁴³. Se os destinatários da nacionalidade fossem os descendentes menores, o requerente imbuído do poder paternal (ou maternal) propiciado pela lei, afirmava o desejo dos seus filhos seguirem a nacionalidade que ele detinha⁴⁴.

Gráfico n.º 6
Taxa de masculinidade dos requerentes



Fonte: AMVC – *Declarações de Nacionalidade*, pasta 2815.

⁴¹ “...desejando seguir a nacionalidade brasileira que é a do seu pai [ou de seu marido] requer para que se lhe tome termo de declaração em conformidade com o disposto no artigo 22, § 1.º do Código Civil Português”.

⁴² “...desejando que se torne bem público, para todos os efeitos legais que possam derivar desta sua qualidade de estrangeiro aqui residente”.

⁴³ “...sendo o seu pai português, não podia também deixar de o ser em face do disposto no art.º 18.º, n.º 3 do *Código Civil Português* e do art.º 7.º § 2.º da *Carta Constitucional*”

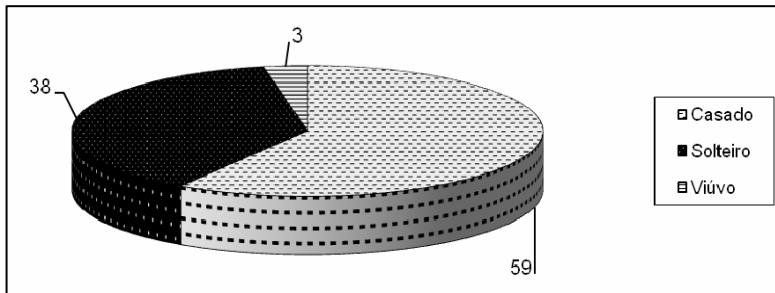
⁴⁴ “...desejando que meus filhos de menoridade [indicação do nome próprio] gozem da mesma nacionalidade que eu requerente, rogo que o Presidente da Câmara se digne mandar o secretário tomar termo da minha declaração, em conformidade com o disposto no Código Civil Português a fim de surtir os efeitos legais” (AMVC – *Declarações de Nacionalidade*, pasta 2815).

2. Perfil dos requerentes de nacionalidade em Vila do Conde

No requerimento da nacionalidade, a componente masculina teve o predomínio. Efectivamente, dos cem requerentes 78 eram homens e apenas 22 eram mulheres, o que é bem sintomático do papel social adstrito aos elementos de cada sexo na sociedade de Oitocentos. O desempenho de funções sociais/administrativas competia à mulher somente no caso de ser viúva, mãe solteira ou quando o marido estava ausente do país.

Dos 46 elementos que requestraram para si próprios a naturalidade, 45 eram do sexo masculino e um do feminino. No ano de 1906, Joaquina da Conceição Pereira Machado, natural da freguesia de São Mateus da Calheta, do concelho e distrito administrativo de Angra do Heroísmo, residente na freguesia de Vila do Conde, casada com Manuel Fernandes de Faria Machado⁴⁵, natural de Vila do Conde, ausente no Brasil, requisitou termo para seguir a naturalidade brasileira de seu marido. No acto apresentou um atestado passado em 30 de Novembro de 1896, pela Junta Comercial da capital da República dos Estados Unidos do Brasil comprovativo de que o seu marido era comerciante matriculado e brasileiro domiciliado no Rio de Janeiro com sua casa de comércio de carne seca e molhados⁴⁶.

Gráfico n.º 7
Estado civil dos requerentes (%)



Fonte: AMVC – *Declarações de Nacionalidade*, pasta 2815.

Mais de metade dos requerentes da nacionalidade já tinha contraído conúbio, eram chefes de família a solicitar a naturalidade para os descendentes. Os solteiros atingiram os 38% e apenas 3% dos requerentes detinha o estado civil de viuvez. Sempre que o solicitante era solteiro constava a anotação “emancipado” ou “maioridade”;

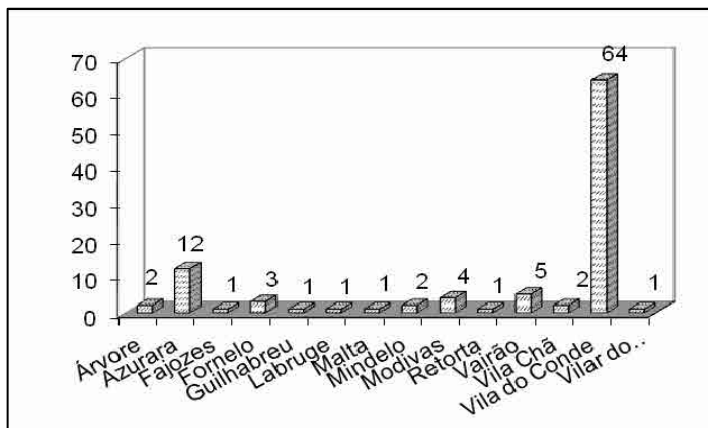
⁴⁵ Supõe-se ser irmão de António Fernandes de Faria Machado, visconde de Faria Machado.

⁴⁶ AMVC – *Declarações de Nacionalidade*, pasta 2815, processo do ano de 1906.

apenas 7% dos requisitantes solteiros eram maiores⁴⁷. O processo dos requerentes emancipados tem incluso o auto de emancipação e, comparando a data do respectivo auto com a do registo da declaração de nacionalidade, constata-se que, regra geral, o tempo que medeia entre a feitura dos dois documentos é muito curto, ou mesmo coincidente, sugerindo tal circunstância que os progenitores procediam à emancipação do menor com o objectivo concreto de este adoptar a nacionalidade brasileira ou corroborá-la no caso de já usufruir dela.

Sobre o nível etário, a fonte seleccionada é lacónica, pois só muito esporadicamente surge a anotação da idade do requerente. O caso da naturalização para o próprio foi liderado por jovens com idades compreendidas entre os 18 e os 21 anos, quase todos filhos de brasileiros naturalizados, ou eles mesmos emigrantes com curta estadia no Brasil. Mas a maior parte dos processos foi protagonizada por emigrantes de retorno, homens adultos com filhos adolescentes. O padrão etário da maioria dos requerentes mais plausível parece ser o de indivíduos entre os 30 e os 50 anos pois, como assevera Jorge Alves, embora em todo o tempo se regressasse do Brasil, a concentração etária é, claramente, entre os 35 e os 49 anos⁴⁸.

Gráfico n.º 8
Dispersão geográfica dos requerentes (1865-1913)



Fonte: AMVC – *Declarações de Nacionalidade*, pasta 2815.

Em termos de domicílio, sobressai no conjunto territorial do concelho a freguesia de S. João Baptista de Vila do Conde com 64 requerentes de declaração de nacionalidade.

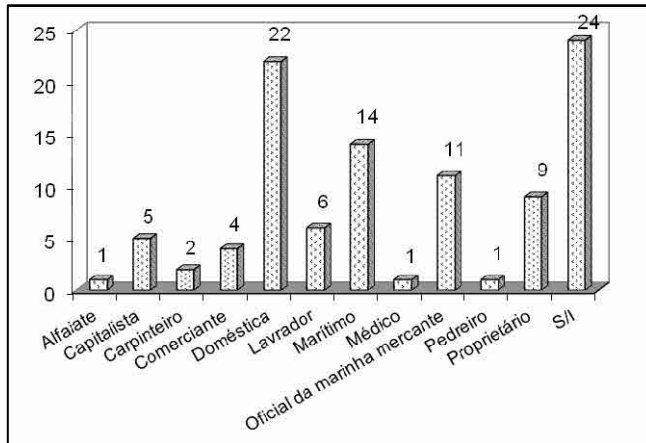
⁴⁷ Os limites entre menoridade e maioridade têm sido fixados, ao longo da história, através de critérios diversos, mas sempre com a preocupação de que a maioridade só venha a ser reconhecida a quem tenha maturidade e discernimento para governar a sua pessoa e os seus bens. O critério que vigorou desde o século XIX foi dos 21 anos (*Enciclopédia Portuguesa/Brasileira*, vol. 12, p. 1108).

⁴⁸ ALVES, 1994: 268.

Com grande discrepância relativamente ao primeiro, surgem os doze residentes na freguesia de Azurara. Cinco requerentes viviam em Vairão, quatro em Modivas, três em Fornelo e dois em Árvore, em Mindelo e em Vila Chã. Das freguesias de Fajozes, Guilhabreu, Labruge, Malta, Retorta e Vilar do Pinheiro apenas um indivíduo requereu naturalização. É de acentuar que, ao invés do que se verificou na partida para o Brasil em que as trinta freguesias do concelho alimentaram o fluxo, no retorno apenas *brasileiros* domiciliados em dezasseis freguesias apresentaram declaração de nacionalidade.

Mas nem todos os requerentes estavam a residir no concelho de Vila do Conde. Três encontravam-se ausentes no Brasil e incumbiram o seu procurador de solicitar a declaração de nacionalidade para si próprios, como sucedeu com António da Silva Ribeiro Lemos, solteiro e emancipado, comerciante, natural da freguesia de Azurara, mas residente no Rio de Janeiro, que foi representado por Jorge de Sousa Ramos, farmacêutico de Azurara⁴⁹, e Manuel de Azevedo Carvalho, também comerciante, natural de Vila do Conde, mas a residir no Recife, que indigitou dessa missão Manuel de Agonia Bompastor⁵⁰. Por sua vez, Manuel Luís Gandra confiou em Frutuoso Rodrigues Quelhas, viúvo e proprietário da cidade do Porto não só para requerer perante a câmara municipal termo de declaração de nacionalidade brasileira para si próprio e para o seu filho de 19 anos, mas também para o representar noutros actos, concedendo-lhe para o efeito amplos poderes.

Gráfico n.º 9
Profissão dos requerentes (1865-1913)



Fonte: AMVC – *Declarações de Nacionalidade*, pasta 2815.

⁴⁹ AMVC – *Declarações de Nacionalidade*, pasta 2815, 27 de Junho de 1912.

⁵⁰ AMVC – *Declarações de Nacionalidade*, pasta 2815, 3 de Dezembro de 1912.

Como a profissão nem sempre constava no requerimento ou no termo de declaração de nacionalidade, procurou-se colmatar essa lacuna pesquisando essa informação nos demais documentos insertos no processo; os assentos de baptismo dos filhos dos requerentes revelaram-se a fonte mais generosa nesse aspecto. Acontece, porém, que muitas vezes o registo baptismal é anterior ao projecto migratório do requerente e, daí, a eventual mudança de profissão. De qualquer modo, tendo em conta o possível desfasamento profissional e a relatividade dos dados apresentados no gráfico n.º 9, já que se desconhece a profissão de 24 requerentes, podem-se tirar algumas ilações, a mais óbvia é a de que os suplicantes pertenciam a um leque profissional heterogéneo que se distendia pelos sectores primário, secundário e terciário.

As actividades ligadas ao sector primário são expressivas e, dentre estas, as relacionadas com a vida do mar em detrimento das alusivas à terra. Os marítimos, na maior parte dos casos sinónimo de pescadores, constituíram um contingente significativo de expatriados vilacondenses, dado o estado de miséria latente em que viviam⁵¹. No país de acolhimento, tudo leva a crer, prosseguiram no mesmo tipo de actividade, nomeadamente na pesca e no trabalho de bordo da marinha mercante brasileira e muitos jamais do Brasil regressaram. Os catorze que retornaram ao solo pátrio e requereram declaração de nacionalidade na municipalidade vilacondense já não eram simples pescadores, mas homens de bordo com posse de casas e terrenos como nos dá conta a imprensa local⁵². Entrosados com estes, embora usufruindo de um estatuto socioprofissional mais prestigiado, estavam os onze oficiais da marinha, subdivididos em capitães da marinha mercante, mestre de navios e pilotos.

No entanto, o grupo de oficiais da marinha mercante brasileira oriundos de Vila do Conde era mais numeroso, pois detectaram-se requerentes filhos de oficiais da marinha embora eles tivessem outra profissão, bem como requerentes que eram esposas de pilotos⁵³. Alguns acumulavam a função de piloto com a de construtor de

⁵¹ Também no que diz respeito às reclamações ao recrutamento militar destacam-se os mancebos ligados à vida marítima, especificando que prestavam serviço na galera “Flor da Maia, Bessa Portuense e Flor do Porto” (AMVC – *Registos de reclamações ao recrutamento militar*, pastas 2406-2414).

⁵² “Francisco de Miranda Lima, [solicitou em 1890 a nacionalidade brasileira para dois filhos] marítimo, natural de Azurara, requereu à câmara municipal licença para a construção de um aqueduto nas Caxinas que dê despacho às águas pluviais, para assim defender as propriedades que ali possui contra o perigo de frequentes inundações” (*O Ave*, n.º 273, 28 de Janeiro de 1912).

⁵³ Por volta de 1840, o recrutamento compulsivo de marinheiros portugueses para a Armada de Guerra do Brasil foi denunciado pelos representantes consulares portugueses em cidades portuárias. De acordo com informação emitida pela legação de Portugal no Rio de Janeiro, em Março de 1847, os portugueses matriculavam-se como súbditos brasileiros para facilitar a sua admissão na marinha mercante, e eram depois obrigados a servir nos navios do Estado. O ofício endereçado em 16 de Março de 1853 por José de Vasconcelos e Sousa, ministro plenipotenciário de Portugal no Brasil, a António Aloíso Jervis de Atougua, ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal no Rio de Janeiro, dava conta que os navios mercantes brasileiros eram tripulados na maior parte por marinheiros portugueses, e que para servir em tais navios, na sua quase totalidade

navios⁵⁴, principalmente para a pesca do bacalhau na Gronelândia. Também há referência à concessão da carta de sota piloto a outros vilacondenses passada pela Secretaria da Escola Naval de Lisboa, durante o período em análise⁵⁵. Ainda no sector primário, há a referir a meia dúzia de lavradores domiciliados, não na sede do concelho como é perfeitamente compreensível, mas um em Árvore, outro em Malta e dois em Modivas e em Vairão. Na perspectiva de Jorge Alves, a classificação de lavradores nem sempre significa a de indivíduos já instalados agricolamente, embora muitos casos referenciados, nomeadamente para a zona da Maia, Vila do Conde e Santo Tirso revelem a sua extracção de casas de lavradores com algum poder económico⁵⁶. Os lavradores eram, geralmente, também proprietários, detentores de casas, campos e boiças, constituíam, quase sempre, a elite política/administrativa local.

Os requerentes com profissão adstrita ao sector secundário são uma minoria, resumindo-se a um alfaiate, dois carpinteiros e um pedreiro. Ao invés, o sector terciário é o prevalecente, englobando 41 indivíduos e mais de metade do grupo é formado por domésticas. Sucedem-lhes em termos quantitativos, os nove proprietários e os cinco capitalistas. Não obstante a conotação ambígua que lhes está subjacente, estes constituíam o grupo socioprofissional mais endinheirado, com considerável poder económico originário na maior parte de actividades ligadas ao comércio e à banca. Formavam uma elite de emigrantes enriquecidos, que após estadia prolongada no Brasil regressavam à terra de origem para gozarem os rendimentos, voltando periodicamente ao Brasil para acompanhar de perto o desenrolar dos negócios pendentes. Com alguma afinidade com os capitalistas e proprietários estavam os quatro comerciantes e o médico, pois também eles gozavam de uma boa posição na sociedade. Resta mencionar que os 24 casos sem indicação profissional dizem respeito aos jovens requerentes solteiros e emancipados que, por estarem ainda numa fase precoce da vida, não teriam, plausivelmente, profissão definida.

Em termos socioprofissionais, vários indicadores sugerem que os requerentes dos títulos de residência e das declarações de nacionalidade constituem um grupo de emigrantes e de seus familiares bem posicionados na sociedade local, com capacidade económica acima da grande maioria da população vilacondense, o que lhes conferia um estatuto de prestígio social e até cultural. Entre outros aspectos, todos os requerentes da nacionalidade sabiam assinar o seu nome, à excepção de um único

empregados no comércio de cabotagem, era imprescindível a inscrição na respectiva capitania do porto e por esse facto ficavam obrigados a servir na Marinha de Guerra (MENDES, 2010: 119).

⁵⁴ Francisco Estevão Soares mandou construir um lugre para a pesca do bacalhau na Terra Nova (*O Ave*, n.º 182, 26 de Março de 1910).

⁵⁵ AMVC – *Registo de privilégios e nomeação para cargos municipais*, livros 149 e 150.

⁵⁶ ALVES, 1994: 200.

elemento⁵⁷. Vinte e duas das requisitantes eram mães e esposas que permaneceram na terra natal, enquanto os seus maridos persistiam em solo brasileiro. Mais admirável ainda, note-se, por ser numa época em que o analfabetismo era o traço comum de 89,3% das mulheres portuguesas em 1878; situação que só se alteraria muito lentamente, com a crescente intervenção da mulher em favor da educação do seu próprio sexo, as necessidades de mão-de-obra qualificada, etc.⁵⁸. O uso da expressão “Dona” a anteceder o nome feminino, patente em alguns documentos, assim como o facto da maior parte dos requerentes desempenharem actividades classificadas no sector terciário, vêm corroborar a posição privilegiada que a maior parte usufruía na sociedade local. Adiciona-se ainda a existência de um requisitante com o título de “Conselheiro” (tratou-se de Boaventura Rodrigues de Sousa)⁵⁹ e de outro que desempenhou cargos políticos na administração local ao mais alto nível, Francisco Baltazar do Couto.

Mas para além deste dois nomes mais sonantes, noutros processos estão bem perceptíveis as relações de parentesco e de amizade dos requerentes da nacionalidade com pessoas de estatuto social substancialmente elevado, convidando-os para apadrinhar os seus filhos, como o fez, José Francisco Martins nascido no Rio de Janeiro, em 30 de Agosto de 1857. Do seu enlace matrimonial com D. Laura de Sousa Guimarães, proprietária da cidade do Porto, nasceu José Bento Martins, a 10 de Janeiro de 1894, baptizado pouco tempo depois na freguesia de Vairão, para quem o pai requereu a nacionalidade brasileira em 1912. O registo de baptismo de José Bento, para além de referir que o seu pai era capitalista e proprietário, informa que era neto paterno de António Francisco Martins e de Dona Luísa Alexandrina Joaquina do Amaral, materno do comendador António Fernandes Guimarães e de Dona Felismina Rita de Sousa Guimarães Cáceres, acrescentando ainda que o padrinho foi Bento Rodrigues de Sousa, solteiro e capitalista, mais tarde agraciado com o título de Barão do Rio Ave⁶⁰. Todas estas distinções sociais e profissionais atestam implicitamente o sucesso do projecto emigratório.

⁵⁷ Joaquina da Conceição Pereira Machado requereu a naturalização brasileira para si no ano de 1906 e o seu termo teve de ser assinado a rogo, por ela o não saber fazer.

⁵⁸ VAQUINHAS, CASCÃO, 1993: 451.

⁵⁹ O processo de declaração de nacionalidade do Conselheiro enferma de laconismo e imprecisão pois, ao contrário de todos os outros requerentes, não indicou o nome dos filhos para os quais pretendia a naturalização brasileira. Como no mesmo processo consta a ratificação da cidadania brasileira por parte do filho Bento Rodrigues de Sousa Sobrinho consideramos para todos os efeitos apenas este filho.

⁶⁰ AMVC – *Declarações de Nacionalidade*, pasta 2815.

Conclusão

As fontes históricas consultadas permitem-nos concluir que os indivíduos aí registados demonstraram uma forte atracção pela nacionalidade brasileira e um diminuto interesse pela nacionalidade lusa. Contudo, verifica-se igualmente que os “brasileiros” vilacondenses optavam e mudavam de nacionalidade de acordo com os seus interesses pessoais. Entre cá e lá, procuravam, afinal, colher os benefícios da sua singularidade.

Fontes e Bibliografia

Fontes manuscritas

AMVC, Arquivo Municipal de Vila do Conde, 1869-1938 – *Declarações de Nacionalidade*, pasta 2815.

Fontes impressas

Código Administrativo Português de 18 de Março de 1842, (anotado). Lisboa: Imprensa Nacional, 1854.

Código Civil Português, 1867. Lisboa: Tipografia Universal.

Colecção de leis do Império do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906.

Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 24 de Fevereiro de 1891. Constituições do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1986.

Bibliografia

ALVES, Jorge Fernandes, 1994 – *Os Brasileiros: Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*. Porto: Ed. Autor.

ARCOS, Joaquim Paço de, 1973 – *Memórias da minha vida e do meu tempo*. Lisboa: Guimarães Editores.

DACIANO, Bertino, 1963 – “Nótula acerca de duas figuras de uma freguesia do concelho de Vila do Conde”, in *Boletim Cultural da Câmara Municipal*, n.º 4. Vila do Conde: Câmara Municipal de Vila do Conde.

- FAUSTO, Boris, 2008 – *História do Brasil*, 13.^a edição. São Paulo: EDUSP.
- MENDES, José Sacchetta Ramos, 2010 – *Laços de Sangue. Privilégios e intolerância à imigração portuguesa no Brasil (1822-1945)*. Porto: Fronteira do Caos Editores Lda/CEPESE.
- MENEZES, Lená Medeiros de, 2006 – “Os processos de expulsão como fontes para a História da Imigração Portuguesa no Rio de Janeiro (1907-1930)”, in MARTINS, Ismênia; SOUSA, Fernando (orgs.) – *Os Portugueses no Brasil: migrantes em dois atos*. Niterói, RJ: Muiraquitã.
- RAMOS, Rui, 1994 – “A politização da vida portuguesa (1890- 1926)”, in MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal: A Segunda Fundação*, vol. VI. Lisboa: Editorial Estampa.
- RIBEIRO, Glayds Sabina, 2007 – “O imigrante e a imigração portuguesa no acervo da Justiça Federal do Rio de Janeiro” in MARTINS, Ismênia Lima; SOUSA, Fernando (coord.) – *A Emigração Portuguesa para o Brasil*. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento.
- WESTPHALEN, Cecília Maria; BALHANA, Altiva Pilatti, 1993 – “Política e Legislação Imigratórias Brasileiras e a Imigração Portuguesa”, in SILVA, MARIA Beatriz Nizza; BAGANHA, Maria Ioannis; MARANHÃO, Maria José, PEREIRA, Miriam Halpern (orgs.) – *Emigração/Imigração em Portugal*. Lisboa: Fragmentos.
- VAQUINHAS, Irene Maria, 1993 – “A ideologia burguesa como factor de afirmação social”, in MATTOSO, José (dir.) – *O Liberalismo*, vol. V. Lisboa: Editorial Estampa.

ESTADO PORTUGUÊS REPRESSIVO OU PATERNALISTA? UMA VISÃO DA EMIGRAÇÃO PORTUGUESA ATRAVÉS DAS CIRCULARES DO GOVERNO (1948-1974)

Celeste Castro

Introdução

Através da apresentação deste trabalho pretende-se dar mais um contributo para o estudo do fenómeno da emigração portuguesa, assinalando a relação complexa entre o poder central (Governo) e o poder local (as autarquias). Assim, destacamos no processo burocrático do fenómeno da emigração a documentação exigida formalmente para os pedidos de passaportes que integram os arquivos municipais, nomeadamente o da Câmara Municipal da Maia.

Nesta investigação privilegiamos as circulares emanadas do Ministério do Interior e remetidas para as Câmaras Municipais e Bairros Administrativos de Lisboa e Porto, circulares essas que continham normas jurídicas, pareceres, avisos e notificações administrativas em relação aos processos dos pedidos de passaportes emigrantes para o período compreendido entre 1948-1974.

A opção pelas balizas cronológicas referidas prende-se com a importância deste período na história da emigração portuguesa. Com a criação da Junta da Emigração em 1947, institui-se um novo enquadramento legal, mais restricionista da emigração, atribuindo às Câmaras Municipais a partir de 1948 um papel relevante na organização do processo dos passaportes que serão emitidos pela Junta da Emigração, retirando, assim, esta competência aos Governos Cívicos.

Em 1974, com o fim do Estado Novo, termina o condicionamento da emigração, apesar da extinção da Junta da Emigração em 1970, que foi substituída pelo Secretariado Nacional da Emigração.

O objectivo principal deste trabalho será, pois, a análise do conteúdo das circulares do Ministério do Interior com as disposições jurídicas relativas à emigração.

Neste sentido, numa primeira parte, estudamos o enquadramento jurídico da emigração portuguesa durante o período compreendido entre a criação da Junta da

Emigração, em 1947 (e do Secretariado Nacional da Emigração, que lhe sucede em 1970), até 1974, ou seja, até ao final do Estado Novo.

Na segunda parte, analisamos as disposições legais mais importantes divulgadas pelas circulares governamentais, quer quanto à protecção do emigrante, quer quanto à marcação das viagens.

1. O enquadramento jurídico da emigração portuguesa

Sempre houve uma notória preocupação do Estado português em controlar todos os aspectos vitais da emigração portuguesa, através de uma fecunda e complexa legislação.

A suspensão temporária da emigração portuguesa, estipulada pelo decreto-lei n.º 36 199, de 29 de Março de 1947, foi justificada pela necessidade de regulamentar a emigração, no sentido de proteger os emigrantes e os interesses económicos nacionais, assim como a valorização dos territórios portugueses do Ultramar.

Era dever do Estado – assim se defendia – assegurar às correntes emigratórias condições equitativas de trabalho, remuneração e assistência no país de destino. Assim, o Governo, definiu, através do Ministério do Interior, novas regras e propôs legislação para a protecção do emigrante.

1.1. Criação da Junta de Emigração

Com a homologação do decreto-lei n.º 36 558, de 28 de Outubro de 1947, criou-se a Junta de Emigração, integrada no Ministério do Interior. Este decreto-lei estabeleceu a orgânica interna da Junta, contendo também as disposições de carácter administrativo que visavam a defesa do emigrante.

O dever da Junta da Emigração – refere a lei que o cria – é a defesa do emigrante “consiste em protegê-lo no seu país, libertando-o de engajadores e intermediários interesseiros. (...) O emigrante verá o seu caso resolvido sem trabalhos, nem desperdício dos seus magros recursos, e com toda a documentação em ordem, munido do seu bilhete de passagem, embarcará para o seu destino logo que tal lhe compita de direito, com o mínimo de dispêndio e de canseiras, guiado e amparado desde o início, gratuitamente, pelos serviços da Junta”¹.

¹ Decreto-lei n.º 36 558, de 28 de Outubro de 1947.

A Junta da Emigração tinha a incumbência de tratar de todos os assuntos referentes à emigração, quer a nível administrativo (desde o *Boletim de Informação* à emissão da licença e passaporte de emigrante), quer a nível da celebração de acordos internacionais, quer do transporte (comodidade, salubridade, marcação de passagem dos emigrantes, alvarás a conceder às empresas de navegação nacionais e estrangeiras), quer a nível de contrato de trabalho (duração do contrato, repatriação, providência, indemnização e remessa e pagamento por parte dos salários em Portugal), quer ainda quanto ao número de emigrantes a propor por região e por profissão, e à criação da Casa do Emigrante em Lisboa e Porto, destinadas a guiar e proteger os emigrantes, que se deslocavam.

Com a publicação deste decreto-lei, os governos civis, que até então tinham a competência de emitir os passaportes de emigrantes, deixaram de a ter, passando as Câmaras Municipais a deter a função de compilarem e organizarem os processos dos pretensos emigrantes e enviá-los à Junta da Emigração.

O emigrante só tinha de se deslocar à Câmara Municipal da sua área de residência ou de naturalidade, apresentar os devidos documentos² aos funcionários das Câmaras para estes preencherem o *Boletim de Informação*³, fornecido pela Junta da Emigração, que servia para formalizar o pedido do passaporte de emigrante.

Os governos civis continuaram a emitir apenas os passaportes de viajantes (turistas).

1.2. Criação do Secretariado Nacional da Emigração – Extinção da Junta da Emigração

Em 1970, e já na regência de Marcello Caetano, foi homologado o decreto-lei n.º 402, de 22 de Agosto, que criou, junto da Presidência do Conselho, o Secretariado Nacional da Emigração, a substituir a Junta de Emigração, já que esta se encontraria desfasada da realidade que a emigração portuguesa então assumia.

Os objectivos mencionados neste diploma abrangiam “os fenómenos da emigração na perspectiva dos problemas sociais e no enquadramento da política nacional de emprego, [assim como] a urgente necessidade de intensificar medidas destinadas não só a criar condições no país aos que dele possam pretender afastar-se, (...) como ainda disciplinar e canalizar as correntes migratórias, nomeadamente para as províncias

² Ver anexo I (documentos a entregar nas Câmaras Municipais aquando do pedido do passaporte do emigrante).

³ Ver anexo II (*Boletim de Informação*) (parte).

ultramarinas, e a estabelecer toda uma rede de apoios aos emigrantes, aonde quer que se encontrem”⁴.

O Secretariado Nacional da Emigração devia ainda promover o estudo da problemática da emigração, da simplificação e reorganização dos serviços, dos apoios aos emigrantes e seus familiares e realização de acordos internacionais, que lhes permitiria uma maior defesa dos emigrantes portugueses.

2. A emigração portuguesa através das circulares governamentais

As circulares emanadas pelo Ministério do Interior, através da Junta da Emigração, têm um peso de carácter normativo, informativo e esclarecedor junto das Câmaras Municipais, quer do Presidente da Câmara, quer dos funcionários que tratam dos assuntos relacionados com a emigração.

Após uma leitura cuidada das circulares, principalmente da Junta da Emigração, apercebemo-nos que as Câmaras Municipais passam a ter um papel intermediário e único entre a Junta e os pretensos emigrantes. “Todos os assuntos referentes à emigração serão exclusivamente tratados entre as Câmaras e a Junta”⁵.

As Câmaras Municipais ou os Bairros Administrativos de Lisboa ou Porto têm o direito e dever de pedir esclarecimentos às juntas de freguesia e a quem quer que seja sobre as informações dadas pelos pretensos emigrantes, questionando estes sobre a sua vida pessoal, económica e profissional. Este pedido de informações, *Boletim de Informação* (Mod. 299), é preenchido com elementos do inquérito feito anteriormente e na presença dos interessados. Aqui, a Junta da Emigração tem uma palavra a dizer quanto à conduta dos funcionários públicos: “(...) procedam com a maior descrição, não deixando dúvidas acerca da honestidade da sua conduta limitando sua intervenção aos trabalhos de organização dos processos (...) e salienta-se, que pelos meios ao seu dispor obste à intervenção de estranhos, qualquer que seja o propósito com que façam, nos assuntos que respeitam à emigração que deve ser tratada só pelos próprios”⁶.

⁴ Decreto-lei n.º 402/70, de 22 de Agosto.

⁵ Circular n.º 10/48, de 9/3/1948.

⁶ Circular confidencial n.º 1084/48, de 14/2/1948.

Figura n.º 1



Fonte: Fundo do Arquivo Câmara Municipal da Maia, 1953.

A Junta continua a dar importância ao comportamento dos funcionários públicos, enviando nova circular e continuando a chamar a atenção “dos funcionários (...) para que os mesmos contribuam com o seu esforço desinteressado para o bom andamento dos serviços atendendo com paciência todos os emigrantes, transmitindo-lhes com clareza todas as informações (...) em especial na enumeração dos documentos (...) e na indicação dos passos que para esse efeito tem de dar, não permitindo nunca a intenção de estranhos que só tem por fim espoliar os emigrantes e desprestigiar o serviço”⁷.

As circulares visavam essencialmente três grandes aspectos da emigração portuguesa, que se interligam entre si: a protecção do emigrante (a Casa do Emigrante), a marcação de passagens, e o cumprimento da legislação (portuguesa e estrangeira) quanto à emigração.

Estes pontos fazem parte das incumbências da Junta da Emigração, pois durante o período da sua vigência enviou para as Câmaras Municipais circulares, esclarecendo e dando todo o tipo de informações sobre a emigração portuguesa.

2.1. Protecção do emigrante

Quanto à protecção do emigrante, e principalmente no período de vigência da Junta da Emigração, como foi referido, o Estado Português apresenta o emigrante

⁷ Circular n.º 7944/48, de 30/6/1948.

como um ser desprotegido, razão pela qual tem o dever de o livrar dos especuladores, dos engajadores. A sua preocupação encontrava-se direccionada para combater a emigração clandestina, o que exigia que tal protecção começasse logo em Portugal, nas zonas de residência do pretense emigrante.

Assim, o pretense emigrante português é alguém que “em face das dificuldades que certamente encontram pelo seu pouco desembaraço e fracos conhecimentos”⁸, não consegue orientar-se, e como tal necessita que a Junta, em conjunto com as Câmaras Municipais, o proteja, nomeadamente quanto à “falta de informação satisfatória”, que “levam o pretense emigrante a procurar o auxílio de estranhos, nem sempre honesto”. No sentido de contrariar as correntes de emigração clandestina que em algumas regiões do país se vêm acentuando, os emigrantes clandestinos dirigem-se “para regiões em que o tratamento é desumano e a remuneração insignificante (...) tendo que andar fugidos”, sendo “presos e forçados a duros trabalhos” que acabavam com a deportação⁹.

Ainda dentro da protecção do emigrante, a Junta insiste nos casos das mulheres que pretendiam “emigrar sós ou com carta de chamada de familiares de 3.º grau”, o que gerava “situações bastantes confusas, pois os parentes viviam miseravelmente não lhes podendo dispensar protecção de qualquer espécie”. Era necessário, portanto, esclarecer as requerentes “acerca dos perigos e dificuldades” e ter cuidados redobrados quanto “à conduta moral das impetrantes”¹⁰. Por outro lado, com o fim de proteger as mulheres solteiras menores de 21 anos e os menores de 14 anos, “insiste-se no cumprimento das disposições legais que determina que os menores referidos, quando não viajam na companhia dos pais e tutores, tem de instruir os seus pedidos de emigração com a declaração de pessoa idónea que se comprometa a acompanhá-los e a entregá-los aos chamantes, e declaração do pai ou tutor entregando-os aos acompanhantes”¹¹.

A Junta sempre procurou combater a emigração clandestina e seus engajadores, denominando-os como “intermediários, especuladores ou agentes de emigração que actuam fora da lei”¹².

Os engajadores são vistos pela Junta como indivíduos sem idoneidade moral, que existem para enganar e criar problemas aos pretensos emigrantes, que lhes deixam tratar da sua documentação (falsificando os documentos, contratos de trabalho, certificados escolares, atestados de residência, etc.). Numa das muitas circulares enviadas pela Junta abordam este assunto de modo pertinente, alertando as Câmaras Municipais

⁸ Circular n.º 35, de 10/12/1947.

⁹ Circular confidencial n.º 31/49, de 24/9/1949.

¹⁰ Circular n.º 35/51 S.E., de 22/9/1951.

¹¹ Circular n.º 97/52 S.E., de Março de 1952.

¹² Ofício circular confidencial n.º 14/57 S, de 16/7/1957.

quanto a tais indivíduos, denunciando-os explicitamente, como por exemplo a propósito de Artur dos Santos Dinis, “residente na Estrada da Conceição, n.º 1920, em S. Paulo e acidentalmente no país, a residir na Pensão Reboredo, em Moncorvo, de quem têm aparecido diversos termos de responsabilidade”, sem a “necessária idoneidade”, rogando “que não sejam aceites por essa Câmara quaisquer contratos feitos pelo referido indivíduo”¹³.

Ao longo do tempo, a Junta da Emigração aumenta o tom de reprovação, empregando as forças policiais para actuar, e recomendando “que sejam perseguidos sem a menor contemplação” tais indivíduos, que deviam ser denunciados à Polícia de Segurança Pública ou à Guarda Nacional Republicana. “Muito agradecia também, fosse comunicado a esta Junta qualquer caso que ocorre-se no concelho a cuja Câmara Municipal v. ex.^a preside”¹⁴.

A Junta sentia que tinha o dever também de dirigir e recomendar os destinos na emigração portuguesa, tentando influenciar, facilitar e/ou dificultar a escolha dos pretensos emigrantes. Assim, por exemplo, em 1951, a emigração para a Argentina é desaconselhável¹⁵ como para o Brasil, devido à sua situação económica, “cuja repercussão externa é a pronunciada desvalorização do cruzeiro”¹⁶, ou para a República Dominicana, uma vez que a Junta tem conhecimento da “existência de uma organização que explora os emigrantes”¹⁷.

Desde sempre, a Junta da Emigração insistiu com os funcionários das Câmaras Municipais para o cumprimento das determinações legais quanto aos emigrantes analfabetos. Quando os pretensos emigrantes se deslocavam às Câmaras Municipais para entregar os documentos solicitados pelo *Boletim de Informação* (este era preenchido pelos funcionários das Câmaras, através da informação fornecida pelos pretensos emigrantes e compilada pelos funcionários), tinham de fazer prova em como sabiam escrever: “determina que os requerimentos de pretensos emigrantes devem ser feitos pelo punho do próprio interessado”¹⁸; “pela exigência de requerimento manuscrito e assinado pelo próprio e confirmado pelo chefe da secretaria da Câmara ou da administração do bairro”. Procura-se, deste modo, defender o emigrante, mais apto a vencer se souber ler e escrever, tanto mais que alguns países de imigração recusavam o visto a analfabetos¹⁹, como é o caso da Venezuela, que fazia uma prova

¹³ Circular confidencial n.º 36/51 S.E., de 3/10/1951.

¹⁴ Circular n.º 2/62 S, de 29/3/1962.

¹⁵ Circular n.º 35/51 S.E., de 22/9/1951; Circular 40/51 S.E., de 2/11/1951, Circular n.º 9/52 S.E., de Março de 1952; Circular n.º 18 S.E., de 24/10/1955; Circular n.º 23/55, de 16/12/1955.

¹⁶ Circular n.º 16/55 S.E., de 25/7/1955.

¹⁷ Circular n.º 25/56, de 19/11/1956.

¹⁸ Circular n.º 25/50 S.O.P., de 13/4/1950.

¹⁹ Circular n.º 9/52 S.E., de Março de 1952.

de ditado e leitura, antes de conceder o visto aos emigrantes, no seu consulado, em Lisboa.

Com a entrada em vigor do decreto n.º 38 969, de 27 de Outubro de 1952, que visava reforçar o princípio do ensino primário, criando os cursos de educação de adultos e promover a Campanha Nacional contra o analfabetismo, o artigo 89.º refere que não será permitida a emigração, a partir de 1 de Janeiro de 1955, dos indivíduos com mais de 14 e menos de 35 anos, sem habilitação da 3.ª classe do ensino primário elementar. Por isso, a Junta da Emigração propõe a divulgação deste decreto por meios de editais, “permitindo, assim, àqueles que por elas viessem a estar abrangidos, que se precavesses a tempo, utilizando as facilidades que lhes oferece a Campanha Nacional contra o analfabetismo. Doutro modo não emigrarão”²⁰. A partir de 1960, a obrigatoriedade escolar passa a ser a 4.ª classe, com a entrada em vigor do decreto-lei n.º 42 994, de 28 de Maio de 1960.

Quando o emigrante recebia luz verde para emigrar, isto é, quando tinha em seu poder a licença de emigração, da qual constava o horário da inspecção médica, o levantamento do passaporte de emigrante (na Junta da Emigração), o visto do consulado do país para onde emigrava e a data de embarque, este emigrante, que vivia fora das cidades de Lisboa e Porto, tinha à sua disposição, casas dos emigrantes que a Junta da Emigração criou. A *Casa do Emigrante*²¹ foi criada em Lisboa (mais conhecida pela casa da Junqueira), em 1947, e no Porto, em 1950.

Através das circulares, a Junta incentiva os funcionários das Câmaras Municipais a divulgar e aconselhar os emigrantes para se recolherem em tais casas porque seriam acompanhados por pessoal técnico da Junta, “no cumprimento de todas as obrigações legais a que estejam sujeitos”²², teriam “visita médica, gratuita” e todos os esclarecimentos necessários para qualquer dificuldade que pudessem ter, “relacionados com assuntos de emigração”²³.

No entanto, apesar da divulgação da Casa do Emigrante, a Junta questionava as Câmaras da razão pela qual “os emigrantes, continuavam a não utilizar estas instalações e recordavam insistentemente aos funcionários para divulgar as vantagens destas”, já que “os emigrantes estão absolutamente à sua vontade, saindo e entrando quando desejarem, sem qualquer sujeição”. “A Casa do Emigrante não dá qualquer rendimento à Junta, que não cuida da sua administração, os preços são os mais económicos e as vantagens que concede são as maiores. Não se compreende por isso porque muitos dos emigrantes que não têm família em Lisboa, a não preferem. Talvez que não se tenha dado conhecimento suficiente de todas as vantagens que oferece, o que se

²⁰ Circular n.º 7/53 S.E., de 6/3/1955.

²¹ Ver Anexo III – A Casa do Emigrante.

²² Circular n.º 35, de 10/12/1947.

²³ Circular n.º 3581/48, de 6/4/1948.

pede que se faça com o maior desenvolvimento possível. Agradeço uma vez mais todos os cuidados postos por V. Ex.^a e funcionários dependentes na solução satisfatória de tão momentoso problema, permitindo que dia a dia se vão tornando mais evidentes tão oportunas disposições destinadas à protecção dos emigrantes”²⁴.

2.2. A marcação de passagens

Uma das muitas funções da Junta da Emigração era a marcação das passagens dos emigrantes, por via marítima e por via aérea. O emigrante, aquando do preenchimento do Boletim de Informação²⁵, solicitava, desde logo, a marcação da passagem, a data prevista de embarque, os portos de embarque (Porto ou Lisboa) e desembarque, os acompanhantes (portugueses ou estrangeiros) que pretendessem viajar na companhia do emigrante, e qual a companhia de navegação pretendida.

Daí as inúmeras circulares que a Junta da Emigração enviava às Câmaras, onde incluía os preços, as condições e os horários das várias companhias de navegação²⁶ (portuguesa e estrangeiras) disponíveis, tanto nos portos de Lisboa, como do Porto.

Quando o emigrante recebia a licença de emigração, tinha a obrigação de “caucionar a passagem na companhia ou agência de navegação que lhes é indicada, no mais curto prazo de tempo, por meio de cheque, vale de correio ou outra forma, sem de se deslocarem das suas terras”²⁷. Este caucionamento a entregar às companhias de navegação era 50% do custo total da passagem. Quem não caucionava a passagem, perdia o direito de embarcar, acarretando despesas para o emigrante, já que teria de se justificar perante a Junta e teria que esperar que esta lhe marcasse nova passagem.

Como a Junta da Emigração tinha um número limitado de lugares nos barcos que atracavam em Lisboa ou Porto, era difícil de obter lugares disponíveis. Para combater este problema, a Junta exigia aos emigrantes e retornados a marcação das passagens com uma antecedência de 60 dias.

2.3. A publicidade da legislação²⁸

O Governo português sempre enquadrou a emigração portuguesa através de abundante legislação. Assim, por decreto-lei, quando o Governo português, em 1947,

²⁴ Circular n.º 10122/48, de 5/8/1947.

²⁵ Ver Anexo II, ponto 3.

²⁶ Ver anexo IV – Publicidade.

²⁷ Circular n.º 32/51 S.E., de 6/9/1951.

²⁸ Ver anexo V – Quadro com a legislação referida nas circulares.

delegou a instrução dos processos de emigração às Câmaras Municipais e Bairros Administrativos, teve o cuidado de através das circulares esclarecer e enviar todo o tipo de informações complementares para uma melhor compreensão dos diplomas legais. Foram enviadas *Instruções Provisórias* às Câmaras Municipais, por despacho ministerial, onde se continham todas as instruções anteriormente dadas a conhecer, cuja observância devia ser considerada pelos funcionários municipais²⁹.

Sempre que se publicavam no *Diário do Governo* diplomas, cujo assunto abordasse o tema da emigração ou estivesse ligado directa ou indirectamente com ela, a Junta da Emigração, e mais tarde o Secretariado Nacional da Emigração, tinha o cuidado de os divulgar, elaborando notas informativas dirigidas aos serviços municipais.

Conclusão

O Ministério do Interior, durante o período estudado (1948-1974), através da Junta da Emigração, criada em 1947 e substituída em 1970 pelo Secretariado Nacional da Emigração, procurou estabelecer uma comunicação estreita e privilegiada com as Câmaras e através destas com os pretensos emigrantes.

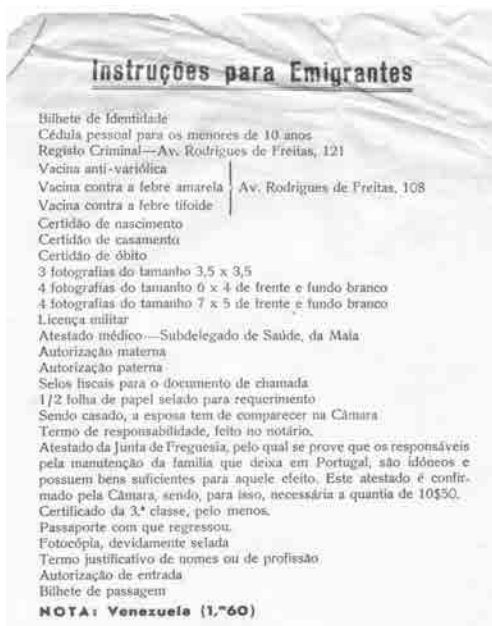
Durante este período, a política emigratória caracterizou-se como restritiva, constituindo a principal preocupação do Governo o controlo da emigração legal, procurando desviá-la para o Ultramar português ou dissuadi-la, de forma a que os que pretendessem emigrar engrossassem o contingente de mão-de-obra barata, necessária para o desenvolvimento económico do Porto.

A partir da década de 1960, incapaz de controlar a emigração clandestina com destino à Europa, através de acordos internacionais, irá procurar garantir a regulamentação e o recrutamento desta mão-de-obra, assim como a protecção dos direitos sociais dos emigrantes, através de acordos internacionais, como aconteceu com a França e com a Holanda em 1963 e com a Alemanha em 1964.

²⁹ Circular n.º 7/49, 4/3/1949.

*Estado português repressivo ou paternalista?
Uma visão da emigração portuguesa através das circulares do Governo (1948-1974)*

Anexo I



Fonte: Fundo do Arquivo Municipal da Câmara Municipal da Maia.

Anexo II

Fonte: Fundo do Arquivo da Câmara Municipal da Maia, 1947.

Anexo III


MINISTÉRIO DO INTERIOR
 JUNTA DA EMIGRAÇÃO

CASA DO EMIGRANTE

Os emigrantes que o desejarem poderão recorrer em Lisboa à **CASA DO EMIGRANTE**, sito na Rua de Joaquim, 25, Telefones 23546 e 22484, que lhes oferecerá as seguintes vantagens:

Instalação em camarote	21800 diários
Instalação em quarto individual	40800 "
Os alimentos de 2 a 12 meses pagáveis	15300 "
25450 repatriamento em camarote e quarto	

Esta dilação compreende: passagens aéreas, alimentares, jantares, bebidas e fumo. Para as crianças de idades superiores pagam-se proporcionalmente.

Depois que tiverem concluído que querem ser instalados na **CASA DO EMIGRANTE** fazem a competente comunicação por escrito de preferência por intermédio da Câmara Municipal, para a Junta de Emigração, Rua do Castelo Branco, 24, indicando o dia, hora e local de chegada a Lisboa. No entanto, sempre que a Junta seja avisada, antes da saída de Brest e de Santa Apolónia um representante da **CASA DO EMIGRANTE**, assistido à chegada das condições, a quem os interessados devem dirigir-se para se orientar e tratar de tudo o que lhes disser respeito. Esta representação acontece junto dos gabinetes das respectivas chefes de estação.

A **CASA DO EMIGRANTE** assegura-lhe das despesas das bagagens ao preço mínimo.

O emigrante que utiliza esta «**CASA**» tem assistência gratuita, prestada por um médico e enfermeiro da Junta de Emigração.



Cuixaria



Mesitas

Tip. Câmara M. de Lisboa, 1 de - 1962

Fonte: Fundo do Arquivo da Câmara Municipal da Maia.

Anexo IV



"SITMAR"
SEMPRE E SOLTAMENTE PORTUGAL, PORTUGUESA E S. A.

«CASTEL BIANCO» • «CASTEL VERDE»

É a única linha regular portuguesa para os continentes da América do Sul e da América Central
AMÉRICA DO SUL: Brasil e Argentina
AMÉRICA CENTRAL: LA GUAYMA (Venezuela) e Curaçao?

É a única linha regular portuguesa para os continentes da América do Sul e da América Central

SITMAR

Manoel dos Passos Freitas & C.ª, L.ª

TERMINAL DE ALICORNIA, 140-7

1000 Lisboa • Tel. 211910

É a única linha regular portuguesa para os continentes da América do Sul e da América Central

SITMAR

Manoel dos Passos Freitas & C.ª, L.ª

TERMINAL DE ALICORNIA, 140-7

1000 Lisboa • Tel. 211910

No 1258888 Tip. - Lisboa, 4 de - 1962 - 10 x 20

Fonte: Fundo do Arquivo da Câmara Municipal da Maia.

Estado português repressivo ou paternalista?
Uma visão da emigração portuguesa através das circulares do Governo (1948-1974)

Anexo V
Legislação referida nas circulares

Tipo de diploma	Número	Data	Assunto
Decreto	34 540	27/4/1945	Permite aos condenados em quaisquer penais e aos imputáveis submetidos por decisão judicial as medidas de segurança serem reabilitados pelos tribunais de execução de penas, independentemente de revisão da sentença ou despacho, nos termos do artigo 673.º do Código do Processo Penal – Dá nova redacção aos artigos 76, 77 e 78 do Código Penal.
Decreto-lei	35 983	23/11/1946	Altera as disposições vigentes relativa à ausência para o estrangeiro de indivíduos sujeitos a obrigação da lei de recrutamento e serviços militares.
Decreto-lei	36 199	29/3/1947	Suspende a emigração portuguesa, excepto quando feita ao abrigo de acordos ou convenções que regulem as condições da sua e admissão e estabelecimento nos países ou regiões de destino – atribui ao Ministro a faculdade de autorizar, por despacho, a saída do país de indivíduos que tenham já obtido passaporte de emigrante à data do presente diploma e em relação aos quais se verifiquem circunstâncias de carácter especial que devem ser consideradas.
Decreto-lei	36 558	28/10/1947	Cria no Ministério a Junta da Emigração e define as suas atribuições – Insere disposições relativas à protecção do emigrante e ao condicionamento da emigração.
Portaria	13 330	17/10/1950	Aprova e manda pôr em vigor as instruções para a execução do Decreto-lei n.º 35 983 (ausência para o estrangeiro de indivíduos sujeitos a obrigações da Lei de Recrutamento e serviço militar).
Decreto-lei	38 968	27/10/1952	Reforça o princípio do ensino primário elementar, reorganiza a assistência escolar, cria os cursos de educação de adultos e promove uma campanha nacional contra o analfabetismo.
Decreto	38 969	27/10/1952	Regula a execução do Decreto-lei n.º 38 968, que reforça o princípio da obrigatoriedade do ensino primário elementar.
Decreto	39 794	28/8/1954	Regula a entrada ou saída do território português de todo o nacional ou estrangeiro.
Decreto-lei	41 456	19/12/1957	Modifica o sistema em vigor do pagamento das importâncias devidas pela concessão dos passaportes e da taxa de revisão médica e insere disposições sobre emigração – dá nova redacção ao §4.º do artigo 25.º e ao artigo 27.º do Decreto-lei n.º 36 558
Decreto-lei	42 089	6/1/1959	Concede amnistia e perdão a vários crimes e infracção.
Decreto-lei	42 994	28/5/1960	Actualiza os programas do ensino primário a adoptar a partir do próximo ano lectivo – declara obrigatória a frequência da 4.ª classe para todos os menores com a idade escolar prevista no artigo 1.º do Decreto-lei 38 969.
Decreto-lei	44 083	12/12/1961	Introduz alteração no regulamento do imposto de selo e na tabela geral do imposto de selo – revoga os Decreto-Lei n.º 29 114 e 39 732 e o art. 6.º do Decreto-lei 32 014 bem como quaisquer outros preceitos legais que contrariem as disposições do presente diploma.
Decreto-lei	44 427	29/6/1962	Define as bases do regime de emigração em Portugal. Revoga o Decreto 5 624, com excepção do art. 27.º; Decreto n.º 5 886, com excepção do art. 68.º e o Decreto n.º 34 330, o Decreto-lei n.º 36 199 e o art. 30.º do Decreto n.º 39 794.

(continuação do Anexo V)

Tipo de diploma	Número	Data	Assunto
Decreto-lei	44 428	29/6/1962	Estabelece as normas relativas ao condicionamento da emigração.
Decreto	45 574	5/6/1964	Dá por redacção a diversos preceitos do regulamento de Serviços de Identificação, apondo pelo Decreto 41 078 – determina que as actuais secretarias da secção central do Arquivo de identificação e da Secção do Arquivo Geral do Registo Criminal e Policial sejam fundidas e organizadas numa secretaria comum às duas secções e estabelece os modelos a que devem obedecer os impressos de bilhete de identidade e dos respectivos pedidos.
Decreto-lei	46 748	15/12/1965	Regula a entrada ou saída do território português dos cidadãos portugueses e estrangeiros.
Decreto-lei	46 939	5/4/1966	Estabelece as sanções penais aplicáveis a todos aqueles que promoveram o aliciamento à emigração clandestina ou intervenham na emigração ilegal – revoga os artigos 85.º e 86.º do Decreto-lei do Decreto-lei 39 749, com a redacção que lhes foi dado pelo artigo 2.º do Decreto-lei n.º 43 582, excepto quanto às penas aplicáveis aos emigrantes, nos termos do art. 3.º do presente diploma.
Decreto-lei	48 024	4/11/1967	Dá-nos redacção a várias disposições dos artigos 6.º e 8.º do Decreto-lei 39 844, que promulga o regime para a concessão do abono de família aos funcionários do Estado civis e militares.
Lei	2 135	11/7/1968	Promulga a lei do serviço militar.
Decreto-lei	48 783	21/12/1968	Concede o benefício da amnistia ao crime do 85.º do Decreto-lei n.º 39 749, com a redacção dada pelo Decreto-lei n.º 43 582 e no art. 3.º do Decreto-lei n.º 46 939.
Decreto-lei	48 861	10/1/1969	Designa as sanções que não serão aplicadas aos indivíduos que até 31 de Dezembro de 1968 tenham faltado à junta de recrutamento, à incorporação ou tenham deixado de praticar quaisquer dos actos que condicionam o alistamento caso se apresentem para cumprir o serviço militar.
Decreto-lei	49 400	24/11/1969	Modifica o sistema punitivo dos actos da emigração clandestina e de incitamento e auxílio à mesma emigração – revoga o Decreto-lei n.º 46 939.
Decreto-lei	402/70	22/8/1970	Cria, na Presidência do Conselho, o Secretariado Nacional da Emigração – Extingue a Junta da Emigração.
Decreto	16/72	12/1/1972	Regulamenta o funcionamento do Secretariado Nacional da Emigração.

Fontes e Bibliografia

Fontes Manuscritas

Arquivo Municipal da Câmara da Maia.

Circulares do Governo [Ministério do Interior (1947-1974)].

Correspondência oficial entre a Câmara Municipal da Maia e a Junta de Emigração (1948-1974).

*Estado português repressivo ou paternalista?
Uma visão da emigração portuguesa através das circulares do Governo (1948-1974)*

Fontes Impressas

Diário do Governo (1947-1974).

Bibliografia

SOUSA, Fernando; MARTINS, Isménia de Lima (org.), 2006 – *Portugueses no Brasil: Migrantes em dois atos*. Niterói, RJ: Muiraquitã.

SOUSA, Fernando; MARTINS, Isménia de Lima, MATOS, Izilda (org.), 2009 – *Nas duas margens – os Portugueses no Brasil*. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento.

**TRANSNACIONALIDADE E LUSO-TROPICALISMO
NA ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE DE 1946:
O LEGISLADOR BRASILEIRO E A IMIGRAÇÃO PORTUGUESA**

José Sacchetta Ramos Mendes

Introdução

A noção de transnacionalidade é um conceito contemporâneo utilizado multidisciplinarmente nas Ciências Humanas, que se desenvolve a partir do impulso tomado pela globalização econômica das últimas décadas do século XX e sua decorrência sócio-jurídica central: a crescente imprecisão das delimitações nacionais. No âmbito dos deslocamentos de população, o fenômeno tem características geralmente distintas das migrações transatlânticas ocorridas nos duzentos anos anteriores. Transnacionalidade é, pois, uma elaboração em progresso, aberta em vários sentidos, conforme o movimento que a define. Este artigo investiga aspectos históricos do fenômeno transnacional da imigração portuguesa para o Brasil e suas conseqüências no ordenamento jurídico brasileiro. Em particular, analisam-se aspectos da Assembléia Nacional Constituinte de 1946, na qual o sociólogo Gilberto Freyre atuou como deputado federal (eleito pelo Estado de Pernambuco), na defesa da instituição de um estatuto diferenciado para o cidadão lusitano que se radica no país.

Enquadramento do imigrante português na realidade jurídica brasileira

As relações e vivências dos imigrantes portugueses no Brasil apresentam elementos característicos de transnacionalidade há quase dois séculos. A condição jurídica e sociológica atípica da imigração lusitana para a ex-colônia sul-americana tomou forma durante o processo de emancipação do Estado brasileiro frente a Portugal, quando o debate parlamentar sobre a nova nacionalidade concluiu pela impossibilidade de distinguir o português (estrangeiro) do nacional, apenas pelo local de nascimento. Em sua gênese, a construção política da cidadania brasileira incorporou todo indivíduo nascido

em qualquer das partes do Reino Oitocentista português, desde que residisse em território do novo país emancipado e aderisse ao ideal político da independência¹.

O fenômeno da transnacionalidade luso-brasileira é, assim, anterior ao capitalismo globalizado do fim do século XX. De modo amplo, assume-se que o diferencial da noção contemporânea de transnacionalidade, relativa aos imigrantes, é o surgimento das novas tecnologias de comunicação, que facilitam contatos e negócios, e a invenção da dupla nacionalidade, que legitima o exercício de direitos. A condição transnacional surge, nesta perspectiva, como reflexo do mercado global no plano da cidadania. O caso dos portugueses fixados no Brasil tem, porém, um fio condutor antigo, que se relaciona com o desenlace do estatuto colonial e com o peculiar processo de construção do Estado nacional brasileiro.

Já no século XIX, verificavam-se entre os imigrantes portugueses no Brasil duas características comuns às definições hoje aceites de transnacionalidade: a) ocorrência de identidades nacionais mistas, em indivíduos fixados fora de seus países de origem; b) manutenção de vínculos sociais, econômicos e políticos da coletividade emigrada com o Brasil e com Portugal.

Do ponto de vista jurídico, a idéia de que portugueses e brasileiros poderiam compor uma mútua binacionalidade foi aventada pelos negociadores do Tratado de 1825, em que o governo de Lisboa reconheceu a independência do Brasil. A cláusula que previa o instituto binacional foi rechaçada pelos representantes do Rio de Janeiro e retirada do texto finalmente assinado. Dois anos antes, o assunto foi debatido pela Constituinte do Império. Naquela assembléia, o projeto de dupla nacionalidade luso-brasileira também foi refutado. Não obstante, a definição legal adotada foi a de que todo súdito português residente no país à data da Independência era originariamente cidadão brasileiro, a despeito do local de nascimento.

A partir de então, a temática da afinidade entre os povos do Brasil e de Portugal foi relegada pelo legislador a um plano ordinário, infraconstitucional. A questão retornou ao âmbito legislativo constitucional na Assembléia de 1946. É ao término da ditadura de Getúlio Vargas – e da Segunda Guerra Mundial, numa perspectiva internacional – que a idéia de etnicidade luso-brasileira vem à tona mais fortemente no meio político e jurídico brasileiro. Na sociologia, a elaboração da teoria do lusotropicalismo desde a década de 1930 fornecia uma nova camada ao substrato ideológico de construção da identidade nacional.

¹ A Constituição do Império, de 1824, acompanhou a formulação apresentada no ano anterior pelos deputados constituintes e determinou em seu artigo 6.º, inciso IV, que “são cidadãos brasileiros (...) todos os nascidos em Portugal e suas possessões que, sendo já residentes no Brasil na época que se proclamou a independência nas províncias onde habitavam, aderiram a esta expressa, ou tacitamente, pela continuação de sua residência”. Ver NOGUEIRA, 1999: 80.

Durante a Assembléia Constituinte de 1946, o debate sobre as afinidades entre os povos do Brasil e de Portugal realizado em plenário parlamentar enfatizou o uso do idioma comum. Mas não só. A discussão sobre a existência de uma comunidade lingüística se estendeu para aspectos sociológicos da formação do Brasil. Evocaram-se características comuns da cultura luso-brasileira e a existência de suposta unidade étnica, de contornos imprecisos e variáveis. Em meados da década de 1940 a idéia de etnicidade luso-brasileira afasta-se de critérios raciais. O distanciamento crescente entre as noções de etnia e raça irá permitir a inclusão de pessoas de origens diversas a um conjunto lusófono heterogêneo.

O trato do legislador com a realidade multirracial da sociedade brasileira, porém, ainda é insipiente em 1946, como se verifica nos discursos parlamentares. A mestiçagem é uma característica relativamente admitida, assim como a variedade de origens européias dos brasileiros brancos. Entretanto, há resistências. Por exemplo, em relação aos não-católicos (protestantes e judeus) e à aceitação pacífica dos asiáticos e seus descendentes como parcela da sociedade brasileira. Acerca disto, a Assembléia de 1946 foi o terreno de discussões de duas Emendas Constitucionais de abordagem étnico-racial radicalmente opostas. Um dos projetos de lei proibia a continuidade da imigração japonesa. O outro, inversamente, favorecia a naturalização de imigrantes portugueses logo após sua fixação no Brasil.

A Emenda Constitucional pró-imigração lusa, de autoria do deputado Aureliano Leite, eleito pelo Estado de São Paulo, foi proposta “no sentido de ser reconhecida pela Constituição a situação especial do lusitano no Brasil, tornando-se, assim, possível à lei ordinária dar a essa situação especial a extensão ou amplitude que as circunstâncias forem exigindo ou indicando”². Ao comentar aquele projeto, Gilberto Freyre afirmou em discurso diante do plenário parlamentar que caberia à letra da nova Constituição consagrar a “realidade histórica e sociológica” que, em sua opinião, tornava a língua falada pelos brasileiros “nem nacionalmente portuguesa, nem nacionalmente brasileira, mas sobrenacionalmente portuguesa”³. Na ocasião, Freyre defendeu o:

“(…) desenvolvimento das relações entre Brasil, Portugal e as comunidades neo-portuguesas da África, da Ásia e das ilhas (...) que a cada dia constituem um bloco transnacional mais forte de cultura e população (...) servidas pela mesma língua transnacional ou sobrenacional”⁴.

Este discurso é possivelmente a mais antiga menção aos povos lusófonos do continente africano feita em âmbito constituinte brasileiro. No terreno das ideias, a concepção

² BRASIL. Discurso do deputado Gilberto Freyre..., p. 198 e ss.

³ BRASIL. Discurso do deputado Gilberto Freyre..., p. 198 e ss.

⁴ BRASIL. Discurso do deputado Gilberto Freyre..., p. 198 e ss.

de Gilberto Freyre sobre a ocorrência de algum tipo de “unidade” entre os povos do Brasil e de Portugal com os das então colônias portuguesas da África, Ásia e Oceania estabeleceu um nexó sócio-jurídico prospectivo. No futuro, após a descolonização da década de 1970, aquele nexó foi retomado pela diplomacia de Brasília e pelo Congresso brasileiro, com dois objetivos:

- estreitar vínculos com os Estados soberanos de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe;
- expandir a prerrogativa de favorecimento do imigrante luso aos cidadãos de todos os países de língua oficial portuguesa que venham se fixar no Brasil.

Em 1996, a mesma expressão discursiva cunhada 50 anos antes por Gilberto Freyre – “unidade histórica da lusofonia” – foi empregada pelos governos do Brasil e de Portugal na justificativa que levou à formação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Na ocasião, o emprego da expressão escapou à dimensão imigrantista luso-brasileira e, acompanhando o sentido original com que foi forjada por Freyre, assumiu um objetivo geopolítico multilateral de evidente interesse dos governos de Brasília e Lisboa. Gilberto Freyre havia inaugurado nos anos de 1930 uma linha de análise sociológica sobre a contribuição de portugueses e africanos à formação da nacionalidade brasileira. Freyre chegou a ser indicado para o Prêmio Nobel de literatura em 1947, ano seguinte à Assembleia Constituinte em que atuou como deputado. Sua palavra diante do plenário parlamentar de 1946 revestia-se, pois, da autoridade intelectual de teórico da identidade nacional.

A questão específica do uso do idioma português pelos brasileiros, conforme a abordagem do constituinte Gilberto Freyre, ou, ainda, sobre a lusofonia como condição jurídica, toma novos contornos. A Constituição de 1946 inaugurou a definição legal da língua portuguesa como idioma “nacional” do Brasil, incluindo a língua, pela primeira vez expressamente, na esfera de abrangência da nação. As duas Constituições anteriores (de 1934 e 1937) haviam definido que o português era língua “oficial” do Brasil, enquanto a Carta do Império (1824) e a primeira Constituição republicana (1891) deixaram lacuna sobre a temática.

Até 1946, o ordenamento constitucional brasileiro separou a questão lingüística do tema da nacionalidade, do modo como fazem todos os países da América, acerca do idioma do ex-colonizador, com a notória exceção da Província francófona de Quebec, no Canadá. Mesmo a Constituição brasileira de 1937, de cunho fortemente patriótico, não trouxe o idioma para o campo retórico da nação – ainda que, durante o Estado Novo de Vargas, o emprego do português tenha se tornado obrigatório, com forte restrição à prática de línguas estrangeiras por parte de coletividades imigrantes fixadas no país.

Desde 1939, o termo “idioma nacional” vinha sendo utilizado na redação de decretos presidenciais. O primeiro texto legal que empregou aquela terminologia foi o decreto-lei n.º 1 545, de 25 de Agosto de 1939, assinado por Getúlio Vargas, determinando aos órgãos públicos federais, estaduais e municipais que concorressem, “para a perfeita adaptação, ao meio nacional, dos brasileiros descendentes de estrangeiros (...) pelo ensino e pelo uso da língua nacional”⁵. Com este decreto e a legislação que o seguiu, o nacionalismo linguístico do período estadonovista acentuou a repressão ao uso, por imigrantes e seus descendentes, do idioma italiano, do alemão, do japonês, espanhol, polonês, russo, lituano, húngaro, árabe, armênio e iídiche no Brasil.

O resultado desta política, ao término do Estado Novo, foi a redução do uso de “línguas estrangeiras” no país, o fechamento, entre os anos de 1937 e 1945, de quase 270 jornais e periódicos publicados por grupos imigrantes e a desarticulação de grande parte da produção cultural de suas comunidades idiomáticas. De forma expressa, o Estado Novo identificou no uso da língua portuguesa um índice de defesa da nacionalidade brasileira contra estrangeirismos. Esse entendimento foi mantido no ordenamento legal pós-Vargas e se fez presente nas políticas de imigração e absorção de imigrantes. Em geral, as diretrizes legais respeitantes ao idioma tiveram caráter favorável à entrada de imigrantes portugueses e de sua adesão à nacionalidade. Outro aspecto da legislação do regime democrático pós-Vargas foi a imposição do conhecimento do idioma como requisito para o exercício de direitos por cidadãos brasileiros.

Assim, entre os dispositivos do texto constitucional de 1946, o artigo 132.º, que versava sobre a capacidade eleitoral, determinou que não poderiam se alistar como eleitores os brasileiros natos “que não saibam exprimir-se na língua nacional”. Nem mesmo a ditadura varguista chegou a tal limitação de direitos políticos de brasileiros natos. Comentando o lusocentrismo da legislação pós-Getúlio Vargas, o jurista Pedro Calmon, em seu *Curso de Direito Constitucional*, lançado em primeira edição em 1947 – portanto, no ano seguinte à promulgação da Constituição de 1946 – vinculou expressamente o uso “nacional” da língua portuguesa pelos brasileiros à justificativa para outorga de um estatuto diferenciado ao imigrante luso. Para Pedro Calmon:

“o português tem conosco o condomínio do idioma: satisfaz inicialmente, portanto, ao requisito essencial para pertencer à comunhão brasileira. Mas a intenção do constituinte não foi atraí-lo para o naturalizar um ano depois da entrada; foi convidá-lo para vir trabalhar no Brasil em condições confortáveis para o desenvolvimento de suas aptidões pessoais, sem que haja de sentir-se estranho, nem impedido de exercer a sua atividade em qualquer ramo de ocupação produtiva, por ser estrangeiro”⁶.

⁵ Decreto-lei n.º 1 545, de 25/8/1939. *Coleção das leis do Brasil, 1891/1945*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, vol. 52, pp. 221-222.

⁶ CALMON, 1947: 265-266.

Este excerto de texto didático, ensinado nas faculdades de Direito brasileiras até 1967, coaduna-se com a matriz ideológica dos discursos parlamentares acerca do projeto de outorga de condição jurídica especial ao imigrante português. Ainda, nas palavras de Gilberto Freyre perante a Assembléia de 1946:

“O Brasil deve preparar-se para receber (...) imigrantes de várias procedências, sem que o lastro de cultura tradicional e comum, que é a de origem lusitana, sofra depressão excessiva ou perigosa. Ao contrário: no interesse da nacionalização e da cultura brasileira (...) tudo deve ser feito para que esse lastro se avigore, através da maior aproximação do nosso povo com o português e do reconhecimento da situação especial do português em nosso meio”⁷.

Discursos como este, de parlamentares favoráveis ao projeto de emenda do deputado Aureliano Leite, fundamentaram a adoção de um dispositivo constitucional que se tornou paradigma normativo para políticas públicas de imigração do Estado brasileiro, e para a produção legislativa sobre estrangeiros. A Constituição de 1946, no Capítulo I (Da Nacionalidade e da Cidadania), artigo 129.º, estabeleceu no inciso IV que são brasileiros: “os naturalizados pela forma que a lei estabelecer, exigidas aos portugueses apenas residência no país por um ano ininterrupto, idoneidade moral e sanidade física”. A todas as outras nacionalidades exigem-se 15 anos de residência no país para se iniciar um procedimento de naturalização. O artigo 129.º justificou a edição de um conjunto variado de normas de direito civil, trabalhista e eleitoral denotativos da singularidade jurídica do imigrante português no ordenamento brasileiro.

Na perspectiva do Direito, a especificidade do português no Brasil – confirmada nas três Constituições seguintes, inclusive na atual –, extrapolou o caráter de norma legal de consecução imediata, ou seja, aquela em que o legislador define seu objetivo no tempo presente. Talvez por causa da ampla argumentação sociológica que sustentou sua adoção, a medida assumiu caráter de regra programática, aquela que projeta o sistema para o futuro. Compreendida, assim, como norma fixadora de valor, ela toma uma dimensão que a traz aos nossos dias. É oportuno relembrar que a atual Constituição Federal requer dos cidadãos de Portugal, e dos demais países de língua portuguesa, um ano de residência para aquisição da nacionalidade brasileira. A fórmula jurídica hoje adotada possibilita a inclusão da lusofonia, em geral, na singularidade antes outorgada apenas aos cidadãos de Portugal.

Noutros termos, o sistema brasileiro contemporâneo assegura uma condição jurídica diferenciada ao estrangeiro provindo de todos os países que adotam o português como idioma oficial. É desse modo que se estabelecem elementos de ligação mais recentes entre a condição transnacional e a lusofonia. O conteúdo desta relação,

⁷ BRASIL. Discurso do deputado Gilberto Freyre..., p. 198 e ss.

essencialmente centrado nos deslocamentos humanos, envolve, entretanto, variados aspectos, cuja fundamentação é externa à dogmática legal. A teoria luso-tropicalista formulada por Gilberto Freyre e sua recepção política em Portugal, durante o Estado Novo salazarista⁸, respondem em boa parte pela construção teórica, cujos alicerces políticos e sociológicos mostram-se, no entanto, bem mais antigos. Sua genealogia, conforme assinalado, remete ao peculiar processo de independência e construção do Estado brasileiro.

Por uma via, a Constituição de 1946, tomada como ponto de partida, surge como momento cristizador de um ideário sócio-legal, em um quadro de relativo contínuismo da fase histórica anterior. A documentação e os textos de leis e atos políticos indicam que o período precedente no Brasil, o Estado Novo de Vargas, foi o precursor imediato da instituição da especialidade jurídica do imigrante português, depois institucionalizada pelo regime democrático. No percurso de sua legitimação, o papel argumentativo dos legisladores constituintes de 1946, Gilberto Freyre entre eles, forneceu suporte ideológico para a doutrina legal.

A ameaça de inclusão de uma Emenda Constitucional racista, proibindo a continuidade da imigração japonesa para o Brasil, não se concretizou. Mas a aprovação do artigo constitucional que favoreceu os cidadãos portugueses estabeleceu um senso de afinidade com os lusos que requer maior esclarecimento – sobretudo a levar-se em conta o caráter pluriétnico e multirracial da sociedade brasileira. É relevante o contraponto indireto que se estabeleceu entre o português e o japonês durante a Constituinte de 1946. O contraste denota a preocupação do legislador sobre como a brasilidade deveria ser etnicamente composta, e de como não deveria sê-lo. A história da cidadania e da nacionalidade no Brasil tem, de todo modo, um capítulo que versa sobre a imigração portuguesa, e de como a noção de afinidade deste fluxo foi tratada pelo legislador. No campo da produção da norma, os fundamentos centraram-se na afirmativa de unidade lingüística, de proximidades culturais e de tradição entre os povos do Brasil e de Portugal.

A idéia de transnacionalidade luso-afro-brasileira fundada na lusofonia e no luso-tropicalismo, defendida por Gilberto Freyre, começa a tomar forma jurídica no Brasil dos anos 1940. Dela decorrem conseqüências duradouras para os imigrantes, e derivações futuras, na perspectiva do exercício de direitos por estrangeiros originários dos Estados de língua oficial portuguesa. Porém, não há uma definição prévia da extensão efetiva que a acepção freyreana alcança, ou pode alcançar, a levar em conta as diferenças econômicas e sociais dos países.

⁸ Sobre a recepção da teoria de Gilberto Freyre em Portugal, ver CASTELO, 1999.

Conclusões

É razoável supor que será possível repensar questões contemporâneas, por exemplo, sobre a imigração brasileira para Portugal, a partir da análise da condição singular da imigração portuguesa no Brasil. Não se trata de evocar reciprocidade no tratamento de imigrantes – o que, em parte, a lei prevê –, mas sim de refletir sobre o que significa dar forma jurídica à unidade lingüística entre sociedades distintas. O reconhecimento da lusofonia como categoria legal relevante importa não só para se compreender o desenho institucional de suas prerrogativas internas, na concepção freyreana de um estatuto luso-afro-brasileiro, ou para melhor refletir sobre a última fase da emigração portuguesa em massa para o Brasil. A adoção da lusofonia como figura jurídica surge como elemento contemporâneo de transnacionalidade, essencialmente relacionado aos deslocamentos humanos do passado, que, entretanto, atualiza a relação possível da presença de cidadãos de Portugal no Brasil, e vive-versa.

Fontes e bibliografia

Fontes

- BRASIL. “Carta da Lei de 25 de Março de 1824”, in NOGUEIRA, Octaciano (org.), 1999 – *Constituições Brasileiras*. Brasília: Centro de Estudos Estratégicos.
- BRASIL. *Coleção das leis do Brasil, 1891/1945*, vol. 52. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.
- BRASIL. Discurso do deputado Gilberto Freyre proferido na sessão de 17.6.1946 da Assembleia Nacional Constituinte. Anais da Assembleia Constituinte, v. 13. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

Bibliografia

- CALMON, Pedro, 1947 – *Curso de Direito Constitucional Brasileiro*. Rio de Janeiro e São Paulo: Freitas Bastos.
- CASTELO, Cláudia, 1999 – “O modo português de estar no mundo”, in *O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Edições Afrontamento.
- FREYRE, Gilberto, 1998 – *Casa Grande & Senzala*, 34.^a edição. Rio de Janeiro: Editora Record.
- FREYRE, Gilberto, 2009 – *O mundo que o português criou*, 9.^a edição. São Paulo: Realizações.

O PAPEL DOS AÇORES NA CONSTRUÇÃO DO DISCURSO PARLAMENTAR OITOCENTISTA SOBRE A EMIGRAÇÃO

Fernanda Paula Sousa Maia

Introdução

O trabalho que hoje apresentamos é uma revisitação de um tema já aflorado na nossa dissertação de doutoramento¹ e ao qual, apenas agora, damos continuidade. Com efeito, como então percebemos, dada a omnipresença das questões ligadas aos problemas decorrentes do fluxo emigratório com destino ao Brasil, os deputados oitocentistas viram-se constringidos a evocar este tema que, embora se inserisse numa corrente com raízes seculares, desde 1822, com a independência do Brasil, assumia novos contornos políticos.

Como então concluímos, a apreensão com que os intelectuais portugueses desde sempre tinham observado o fenómeno migratório, acabou por contaminar o discurso das elites políticas oitocentistas que acentuariam, ainda mais, a tradicional visão fatalista desta questão. Na realidade, com a independência do Brasil, este tema tornava-se ainda mais relevante e, desde cedo, as saídas para o estrangeiro foram objecto de um rigoroso controlo por parte do estado liberal que, através da concessão de um novo tipo de passaporte, se esforçava assim por controlar esta mobilidade geográfica que, embora se inscrevesse num padrão já antigo, adquiria agora características inteiramente novas².

Paralelamente a este reforço legislativo das restrições à mobilidade externa, os deputados na Assembleia procuraram ainda combater o fenómeno desenvolvendo um discurso político, através do qual se preocuparam em condenar a emigração e enfatizar as condições dramáticas que envolviam as partidas, assumindo, assim, uma defesa daqueles que, na sua óptica, eram descritos como “pobres analfabetos”, facilmente seduzidos por promessas que, segundo eles, não se viriam nunca a realizar. Ou seja, como Costa Leite bem sublinhou, a perspectiva das elites políticas, na maior parte das vezes, esqueceu deliberadamente a óptica dos que partiam e as razões por que o

¹ MAIA, 2002.

² ALVES, 1994: 109.

faziam³, acabando por revelar um efectivo divórcio entre o mundo dos políticos e o mundo real.

O discurso parlamentar Oitocentista e a emigração

Como já tivemos ocasião de referir, o discurso parlamentar oitocentista ao insistir, também ele, numa retórica que assentava numa visão construída e desfasada da realidade, nunca conseguiu contrariar o fluxo cada vez maior de emigrantes com destino ao Brasil, porque também nunca quis entender os motivos por que o faziam. A realidade dos números contrariava a análise política dos parlamentares que acabariam por ser confrontados com uma evolução crescente do número de partidas com destino ao Brasil que, ano após ano, se tornavam cada vez mais importantes, ameaçando configurar a dimensão de sangria profetizada em séculos anteriores.

Ora, se num primeiro momento, no Parlamento português, são os temas decorrentes da emigração política, a propósito das lutas liberais, que suscitam discussão entre os deputados, as questões relativas à emigração para o Brasil, propriamente ditas, só ganham visibilidade a partir de finais da década de 1830. Na verdade, só então, os deputados começam a perceber que existe uma outra dimensão da emigração que, se durante algum tempo, lhes dava a impressão de estar associada apenas às Ilhas, de repente parecia-lhes envolver todo o território continental e não apenas o insular.

Como veremos, apesar do alarme ter soado mais cedo, só cerca de dez anos depois da emancipação jurídica do Brasil, é que a saída de portugueses para a antiga colónia deixaria de ser vista pelos parlamentares oitocentistas como um fenómeno típico e reduzido ao espaço insular para ser redimensionada, agora, à escala nacional. Se em 1828, quando o problema foi, pela primeira vez, abordado na Assembleia, todos os intervenientes o circunscreveram ao espaço das ilhas açorianas, cerca de dez anos mais tarde a realidade obrigá-los-ia já a olhar para o espaço continental, refletindo acerca das possíveis razões que estavam na base dessa problemática.

Na verdade, logo em 1828, a propósito de um problema de índole financeira – a discussão do projecto lei sobre credores da Fazenda Real –, os deputados açorianos fazem já várias referências à emigração que destas ilhas partia então com destino ao Brasil. Respondendo a uma dessas intervenções, o deputado Morais Sarmiento afirmava, na sessão de 12 de Fevereiro de 1828, com clara nostalgia relativamente à perda da jóia do Império português, “Os Açores, a Madeira, e as mais Possessões, de que actualmente se compõe a Monarchia Portuguesa, são os girões que nos ficarão,

³ LEITE, 1999: 181.

depois que o grande manto de que ella em outro tempo se compunha, se dilacerou; porém essas reliquias são de grande importancia, tanto pelo seu valor, como pelo affecto que ellas conservão pelo Berço da Monarchia. He da dignidade da Legislatura tomar medidas não somente da conservação, pois he um rigoroso dever, como tambem de favor, e protecção: mais vigilante deve ser a politica, quando o nascimento de muitas Nações no Continente Americano convida a emigração; e [...] não he de admirar se aproveitem familias em pobreza, e cujos costumes tem a mesma origem. Lembremo-nos, que as Colonias partidas dos Açores povoarão grande parte das visinhanças do Rio da Prata, do Rio Grande, e Sancta Catharina. He verdade de, que os Açores, sendo Ilhas de muito fertilidade, a emigração não he tanto de recear, como naquelles Paizes aonde a subsistencia he mais difficultosa de ganhar”⁴.

Como acabámos de verificar, este deputado, nascido na Baía, reputado jurista e destacado representante das primeiras Cortes Liberais⁵, parece desconhecer a realidade emigratória açoriana, compondo a sua intervenção com ideias feitas sobre os Açores, alicerçadas na sua história, ao mesmo tempo que oferecia algumas pinceladas sobre a conjuntura que então se vivia. Só assim se entende o modo despreocupado como refere que esta “emigração não he tanto de recear” em virtude dos Açores serem terra “de muito fertilidade”, ao mesmo tempo que ressalta a importância histórica da emigração destas ilhas com destino ao Brasil, evocando o contributo das suas gentes para a formação das colónias em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, em meados do século XVIII⁶. A naturalização do fenómeno migratório açoriano para o Brasil decorre, portanto, para este deputado e para muitos dos que o ouviam, destes tópicos – a fertilidade da terra açoriana, a tradição histórica e os “costumes” locais – não antecipando quaisquer problemas futuros, como o despovoamento desse território.

Pelo contrário, nesta mesma sessão, procurando justificar a difícil conjuntura vivida nos Açores, o deputado Francisco de Lemos Bettencourt, natural de Angra e filho de uma das mais ancestrais famílias açorianas⁷, ajuda a esclarecer melhor a questão, explicando “que estas circumstancias fataes, que são bem conhecidas no Continente de Portugal, são ainda muito mais apuradas na Provincia dos Açores, aonde ha muito pouco numerario; alli a moeda tem contra si vinte cinco por cento aquella Provincia soffrêo, ha annos, uma horrivel calamidade da introdução de

⁴ *DIARIO da Camara dos Senhores Deputados...*, sessão de 12 de Fevereiro de 1828, p. 513.

⁵ Ver M.C.Q., 2002: 599-603 (vol. II).

⁶ A partir de 1720, câmaras açorianas e particulares solicitam à Corte de Lisboa autorização para irem para o Brasil. Pela provisão régia de 31 de Agosto de 1746, determina-se o “alistamento” de pessoas (Açores e Madeira) cujo transporte para o Brasil seria pago pela Fazenda Real, garantindo-se durante um ano a sua sobrevivência. Nos Açores, alistaram-se 7 817 pessoas que, entre 1747 e 1753, se dirigiram para a ilha de Santa Catarina, no sul do Brasil. A partir de 1752, o governador da Capitania de Santa Catarina, daqui encaminhou “casais” para o Rio Grande do Sul (Ver PIAZZA, 1994).

⁷ LOBO, 2002: 266-287 (vol. I).

dinheiro falso, a qual lhe extorquiu todo o seu dinheiro verdadeiro; em outra época se forjou uma moeda papel particular naquella Provincia, e *que dêo causa a uma terrivel emigração*; deve-se portanto ter muita consideração com estes acontecimentos, que são muito particulares aquella Provincia, e por isso merecem contemplação, para se lhe dar maior prazo para as prestações; e tendo-se em vista para este fim não só as razões, que tenho apresentado, mas também as que os outros Senhores Deputados tem expendido, e que merecem muita atenção, relativamente ás producções daquella Provincia, e boa indole dos seus habitantes”⁸ [itálico nosso]. Repare-se como o maior e melhor conhecimento da realidade açoriana contribuiu para que este deputado clarificasse, com maior rigor, esta questão, descolando das habituais razões históricas da emigração açoriana para o Brasil e complexificando o fenómeno emigratório insular, inserindo-o num quadro multifactorial, em que as razões ligadas às dificuldades económicas são claramente evidenciadas.

Foi também pela voz de outro deputado, Leonel Tavares Cabral, que, embora não sendo açoriano, era um bom conhecedor dessa realidade, uma vez que desde inícios de 1826 desempenhara o cargo de juiz de fora na ilha do Pico, ao mesmo tempo que fora também juiz colegial na Junta Criminal de Angra⁹, que, de novo, se pôs a nu na Assembleia electiva as difíceis circunstâncias económicas e financeiras então vividas nos Açores. Recordando que com excepção de S. Miguel “não ha n’aquella Provincia dinheiro algum em reserva; (...) e como ninguem tem dinheiro (...) como a divida é tamanha, e tantos os devedores, segue-se que a miseria será geral”, o deputado explica que “atrás della virá a emigração, para a qual os habitantes são propensos, e bem se sabe que elles forão os povoadores de algumas Provincias do Brasil. Deste modo a divida dos Açores ficará por cobrar, a Provincia arruinada, os seus rendimentos futuros estancados, e Portugal privado de uma Provincia tão preciosa (digo privado, pelos effeitos da emigração)”¹⁰.

Como percebemos, nas primeiras Cortes Cartistas o fenómeno emigratório, pela voz dos parlamentares portugueses, nunca extravasou o espaço das ilhas açorianas. Por esta altura, a realidade era ainda dissonante da retórica política. Para os deputados, a corrente emigratória com destino ao Brasil que saía do continente, ao inscrever-se na tradição secular de partidas transatlânticas, não era ainda vista como gravosa e incómoda para o estado liberal, ao mesmo tempo que, por outro lado, a independência do Brasil era ainda demasiado recente para que a antiga colónia fosse vista como um outro país, autónomo politicamente de Portugal.

A rápida evolução política ocorrida em 1828, com a chegada de D. Miguel e a dissolução das Cortes em 14 de Março, inviabilizou a persistência de discussões

⁸ *DIARIO da Camara dos Senhores Deputados...*, sessão de 12 de Fevereiro de 1828, p. 515.

⁹ DIAS, 2002: 337 (vol. II).

¹⁰ *DIARIO da Camara dos Senhores Deputados...*, sessão de 12 de Fevereiro de 1828, p. 512.

sobre esta temática. Até 1834, o território português, os políticos e os intelectuais portugueses tiveram que se envolver em lutas bem reais em que a voz e a pena eram instrumentos acessórios de um combate político, realizado agora em campo aberto, numa guerra civil que, entre 1832 e 1834, poria em confronto dois partidos – miguelistas e liberais. Reabertas as Cortes em 15 de Agosto de 1834, não apenas os homens eram outros, transformados pelas vivências da emigração liberal, pelo contacto com realidades diversas, pelos laços de sangue entretanto estabelecidos, como também o próprio país mudara. É sobre essa mudança que os parlamentares irão, a partir de agora, reflectir e é nesse novo enquadramento que a emigração irá fazer emergir.

Ainda em 1835, o governo reconhecera já o papel desempenhado por muitas sociedades e “especuladores” que, a partir dos Açores, conduziam muita da sua população para o Brasil e Antilhas, numa tentativa de, como se pode ler no texto legal, serem supridas as necessidades de mão-de-obra decorrentes da progressiva emancipação dos escravos. Nas portarias então enviadas aos prefeitos dos Açores procurava o governo desenvolver uma política dissuasora das saídas, no que envolvia não só as autoridades administrativas, como até o próprio clero¹¹. Os efeitos, porém, devem ter sido bastante escassos, como o comprova a investigação de Jorge Fernandes Alves¹², bem como nos testemunham também as continuadas queixas escutadas na imprensa periódica e entre os parlamentares.

Com efeito, transcorridos cerca de dez anos sobre as primeiras análises, nestas novas Cortes liberais é, mais uma vez, pela voz do deputado Leonel Tavares Cabral que a Assembleia se apercebe da dimensão que o fenómeno emigratório com destino ao Brasil começa a evidenciar para o país. Desta vez, no entanto, apesar dos Açores terem uma presença central na análise, outras regiões serão directamente nomeadas pelo deputado que, em Janeiro de 1836, informa os presentes que “são poucos, mas sendo poucos ainda, muitos nossos concidadãos estão emigrando das ilhas dos Açores, da Madeira, do Minho, e do Porto, não só para o Brasil; mas até para outras partes”. Constatando o fenómeno pergunta “e porquê? Porquê? Eu o digo, porque nem Portugal, nem os Açores, nem a ilha da Madeira lhes oferecem recursos e suficientes meios de subsistencia; e então acham-se na necessidade de irem além do Atlantico procurallos, ou entre as nações estrangeiras. O povo dos Açores está mais adiantado proporcionalmente em povoação do que nós estamos; porém ainda pode sustentar maior número de habitantes do que aquelle que realmente tem; eu posso demonstrar isto á evidencia, comtudo abandonam a terra, e vão desgraçadamente fóra de Portugal para paizes estrangeiros serem maltratados, e exporem-se a grandes trabalhos, e porquê? Porque na sua terra nada encontram do que precisam”. Como solução aponta um caminho recorrentemente assinalado por outros políticos oitocentistas “ora pois, é

¹¹ Portaria de 16 de Maio de 1835, cit. por ALVES, 1994: 110.

¹² ALVES, 1994: 110-111.

necessario que por uma vez se abram os olhos, e os lancemos para todas as nossas possessões d'Africa e d'Asia. Olhemos Sr. Presidente, para Cabo Verde, Angolla, Moçambique etc. e para outros estabelecimentos que ainda por lá nos restam; olhemos para tudo isso, para que os nossos não vão para paizes estrangeiros, e para que não vejamos o que á pouco vimos! Uma embarcação carregada de pessoas para o Brasil!”¹³.

Menos de um mês depois, em Fevereiro de 1836, é pela iniciativa de Passos Manuel que o Parlamento parece acordar para outra realidade – a das duras condições de transporte desses emigrantes nos barcos que os conduzem ao Brasil. Parecendo ainda duvidar, pedindo ao governo a confirmação dos factos, este deputado manda para a Mesa “uma memoria que me foi enviada da Bahia, e que trata da emigração dos Açores, para aquella provincia: expõe o máu tratamento que recebem estes emigrados abordo dos navios, e que em alguns pórtos do Brazil, são postos em leilão, que o autor da memoria prova isto com um recibo que vem junto à memoria, e que eu passo a ler, para esclarecimento da Camara (leu): todavia não respondo pelo, facto, por que não tenho a honra de conhecer a pessoa que me fez esta remessa. *Com tudo se é verdadeiro, é para lamentar*. Quando as nações da Europa procuram meios d'estorvar ao trafico da escravatura dos negros, começa o *trafico da escravatura dos brancos!!* Peço que a Commissão d'ultramar d'accordo com o Governo, procure saber se por ventura são verdadeiros estes factos, e no caso de serem verdadeiros, procure por meios indirectos estorvar esta emigração”¹⁴ [itálico nosso]. Era a primeira vez que no Parlamento se utilizava uma expressão que gozaria de grande sucesso no século XIX – tráfico da escravatura dos brancos, ou simplesmente escravatura branca. No entanto, como acabamos de verificar, Passos Manuel circunscreve ainda o fenómeno emigratório às ilhas açorianas.

Desde a primeira vez que os deputados tinham ouvido falar publicamente do problema, em 1828, tinham transcorrido oito anos. Neste período algo mudara. A questão era agora abordada mais frequentemente nas câmaras, mas parecia ainda circunscrita aos Açores. Em Março de 1837, a propósito da discussão das representações de municípios açorianos das ilhas de S. Miguel e da Terceira, pedindo isenção de recrutamento, a questão da emigração é, de novo, repescada. Alegando que “atendendo a que o presente recrutamento iria augmentar a emigração d'aquelles povos para o continente da America, e concorrer para a despopulação de tres bellas Provincias Portuguezas”, de novo, o deputado Leonel Tavares Cabral, aproveita para esclarecer que embora “a imigração dos Açores não procede de lhe não concedermos excepções do recrutamento, mas o certo é que existe lá o espirito de emigração, e

¹³ DIARIO da Camara dos Senhores Deputados..., sessão de 18 de Janeiro de 1836, p. 118.

¹⁴ DIARIO da Camara dos Senhores Deputados..., sessão de 5 de Fevereiro de 1836, p. 349-350.

todo o rapaz que poder ser soldado, e lhe constar que há de ser recrutado, foje, e vai augmentar povoações estranhas, deminuindo a povoação de uma provincia nossa”.

Esta ideia, apoiada por outros deputados que continuam a acreditar que a emigração açoriana é fruto de “uma mania; entregam-se a ella, não só os que nada possuem; mas até ás vezes quem é senhor de uma tal ou qual fortuna”¹⁵, vai sendo, porém, aos poucos, desmistificada pela maioria dos parlamentares que abandona progressivamente esta visão tradicional da apetência dos açorianos pela emigração.

Um dos oradores que se ergue a defender uma visão mais realista e racional da questão é o próprio José Estêvão, que começava então já a ser um respeitável tribuno, cujas análises, cheias de argúcia e perspicácia, lhe granjeavam reconhecimento e competência entre os seus pares. Não conhecendo directamente a realidade açoriana, a sua intervenção revelar-se-ia fundamental para uma análise mais informada e actualizada da questão, esclarecendo: “Nos Açores a classe mais numerosa vive em uma especie de servidão pessoal; os possuidores de terras são poucos, são os morgados; (...) Muitas vezes com o trabalho d’uma semana, apenas pagam [os trabalhadores] a sustentação de tres dias. Quem assim vive não deixará por pouco tão ingrata terra?”¹⁶. Como vemos, José Estêvão ao descolar-se da tradicional explicação do fenómeno, avançava com um argumento que denunciava a profundidade e rigor de análise por que ficaria conhecido. Apontando a realidade histórica da propriedade da terra e as condições servis do trabalho agrícola como os factores determinantes para a emigração, José Estêvão punha, sem hesitações, o dedo na ferida, questionando, simultaneamente, um dos pilares essenciais do liberalismo.

Pelo contrário, ainda no âmbito desta discussão, ficaríamos surpreendidos com o conservadorismo da análise de um deputado – Almeida Garrett – que, tendo ele próprio algum conhecimento da realidade açoriana, uma vez que seu pai de lá era natural e ele próprio, na sua juventude, havia residido na ilha Terceira, acabaria por revelar alguma timidez na sua análise, apesar de afirmar querer “entrar [*na discussão*] com a cabeça e com o coração”. Defendendo o valor liberal do tributo de sangue, num longo e erudito discurso como era seu timbre, insiste na importância da tradição histórica dos açorianos em emigrarem, defendendo que ela sempre tinha existido, pelo que considerava que não deveria ser imputado apenas ao recrutamento a razão da saída de açorianos.

Apoiando esta intervenção, o deputado Costa Cabral vai mais longe, considerando que a emigração “é filha de muitas causas”, como a “ambição dos morgados das ilhas, e ao pouco conhecimento que elles tem dos seus próprios interesses”, o alto preço dos aforamentos e arrendamentos, a “grande porção de terrenos incultos” que a

¹⁵ *DIARIO das Cortes Geraes Extraordinarias e Constituintes...*, [sessão de 17 de Março de 1837], p. 55-56. Deputado José Alexandre de Campos.

¹⁶ *DIARIO das Cortes Geraes Extraordinarias e Constituintes...*, [sessão de 17 de Março de 1837], p. 61.

par das “falsas promessas, que lhes são feitas por essas sociedades, ou companhias, que não podendo fazer escravatura negra nas costas d’Africa, a vem hoje fazer branca nos Açores”¹⁷. Mostrando ser um bom conhecedor da realidade insular, uma vez que aquando da sua passagem na ilha Terceira havia sido membro da Junta de Justiça e, mais tarde, em 1834, seria nomeado juiz da Relação dos Açores, terra onde viria a casar com a filha do cônsul inglês, sendo ainda, nesta legislatura, representante eleito por esse círculo¹⁸, António Bernardo da Costa Cabral aproveita para, a propósito deste tema, atacar o governo pela forma negligente com que este encara o assunto.

Chamando a si a iniciativa, aproveita para esclarecer o executivo “Quer V. Ex^a, e o Congresso saber como se fazem os contractos entre as taes companhias, e os que se propõem emigrar? Como esta[es] não tem dinheiro para pagar as passagens para o Brazil, obriga-se por uma escriptura pública a todo o serviço, que lhe fôr designado, e por tanto tempo, quanto fôr necessario para pagar a passagem: chegados ao Brazil eis os Açorianos no mercado, a quem mais dá, e lá vão os Brasileiros compra-los temporariamente! E não é isto vergonhoso ao nome Portuguez? E há de consentir-se tal?...”¹⁹. Era a primeira vez que na Assembleia a questão das Companhias de Colonização era tratada de um modo tão claro e informado, evocando-se explicitamente os seus pormenores mais sórdidos.

De uma forma veemente parecia ficar também sublinhada a estreita associação que, a partir de então sempre seria estabelecida, entre a substituição de mão-de-obra escrava negra no Brasil e as crescentes necessidades de braços pela economia imperial, nexo que a próxima abolição do tráfico parecia, aliás, sustentar. Que argumento mais forte poderia ser encontrado pelos deputados para sustentar um debate que, a partir daí, pretenderia apenas confirmar os seus pressupostos? Com esta retórica dominante evitavam-se também outras explicações para o fenómeno que pudessem evidenciar as dificuldades de um regime incapaz de fixar a sua própria população. Assim se compreende a crescente preocupação do Estado português em controlar de uma forma mais rigorosa a saída dos seus cidadãos, como as iniciativas legislativas futuras apresentadas no Parlamento iriam testemunhar.

Sem o perceber, Costa Cabral acabava de contribuir para uma análise diferenciada desta questão, cindindo com a tradição e mostrando como esta corrente emigratória que dos Açores partia com destino ao Brasil tinha, afinal, características inovadoras. Na verdade, como Costa Cabral compreendeu então, esta emigração oitocentista é um fenómeno distinto das migrações anteriores, inserindo-se no movimento novo que, entre as décadas de 1830 e 1860, se dirigia ao Brasil²⁰.

¹⁷ *DIARIO das Cortes Geraes Extraordinarias e Constituintes...*, [sessão de 18 de Março de 1837], p. 71.

¹⁸ BONIFÁCIO, 2004: 491-494.

¹⁹ *DIARIO das Cortes Geraes Extraordinarias e Constituintes...*, [sessão de 18 de Março de 1837], p. 71.

²⁰ RILEY, 2003: 146-147.

Corroborando esta análise, o então Ministro interino da Guerra, Visconde de Sá da Bandeira, confirma-a: “Ora o que se disse a respeito da emigração dos Açores para o Brazil é um facto”, acrescentando ainda que “esta emigração tem augmentado depois que no Brazil se estabeleceram companhias de colonisação, a fim de seduzir os homens da Europa a hirem para aquelle imperio; para o que se tem estabelecido commissões da companhia em todas as partes”. Procurando, no entanto, mostrar que o governo está a agir, tomando iniciativas, acrescenta: “É um facto, que os habitantes dos Açores tem sido conduzidos ao Brazil da maneira a mais vergonhosa, e logo que eu tomei conta da direcção dos negocios estrangeiros, dei-me ao trabalho de organizar um decreto estabelecendo uma medida para que este facto não fosse tão odioso para a nação, e para que os emigrados fôsem conduzidos de uma maneira a mais commoda, e não vendidos como escravos nas praças publicas do Brazil, como com effeito se estão vendendo actualmente. Esta medida de obstar a emigração é delicada; porém a proposta já está feita, e talvez amanhã, ou em poucos dias, ella seja apresentada à sabedoria do Congresso”.

Porém, alargando a análise e estendendo-a a todo o território nacional, acrescenta: “Mas sr. Presidente, não é só nos Açores, que há emigração; há tambem emigração da Madeira, e em Portugal: da Madeira emigra todos os annos muita gente para as possessões britannicas de *Demerara e Trinidad*; e de Portugal muita gente tem emigrado nestes ultimos tempos, porque depois que eu estou no Ministerio, tem-se passado uma quantidade immensa de passaportes a gente util, que vai para o Brazil; como são lavradores, artistas e operarios: desta gente vai muita para o Brazil, e é difficil obstar”²¹. Como vemos, aos poucos, no Parlamento começa a ganhar visibilidade uma outra dimensão da emigração, durante algum tempo associada apenas às Ilhas, e em particular aos Açores, mas que, a partir de finais da década de 1830, alguns deputados começam a perceber que envolve o próprio território continental e não apenas o insular. A emigração começa então a ser entendida para além da simples dimensão política e, cerca de dez anos depois da emancipação jurídica do Brasil, a saída de portugueses para a antiga colónia deixa de ser vista apenas como um fenómeno típico do “atraso” insular para ser redimensionada à escala nacional. O Visconde de Sá da Bandeira, nesta intervenção, revelava já muita da preocupação que parecia haver no seio do executivo de que fazia parte. Afinal, como ele próprio demonstrava, a realidade obrigava os políticos a olhar para outro tipo de partidas que, sobretudo do Minho, tinham como destino o Brasil. Confrontado com uma realidade que agora se desenhava à escala nacional, o estado liberal via-se obrigado a repensar a sua legislação, tentando encontrar medidas não de atrair a população, mas sobretudo de dissuadir a sua partida para outros países.

²¹ *Actas das Sessões das Cortes Geraes, Extraordinarias e Constituintes...*, sessão de 20 de Março de 1837, p. 89.

Como, até então, tentaram mostrar os deputados, a emigração açoriana não se ficava apenas a dever às “manias”, à miséria, à servidão pessoal, aos enganos com falsas promessas feitas aos açorianos pelas sociedades, ou companhias, que não podendo fazer escravatura negra nas costas africanas, pelas limitações legais decorrentes dos tratados, dirigiam agora o seu interesse sobre a população insular. Os Açores, afinal, não eram um caso à parte, enquadravam-se antes neste novo fenómeno, recentemente inaugurado com a independência do Brasil e que, aos poucos, tocava as províncias continentais.

A maior consciencialização desta mudança, viria, no entanto, pouco depois, pela pena de um intelectual, não pela via da tribuna parlamentar, mas através das páginas de um periódico de larga divulgação na época – o *Diário do Governo*. Com efeito, a 13 de Janeiro de 1838, um artigo de Alexandre Herculano lançava uma verdadeira pedrada no charco, relativamente ao tema da emigração para o Brasil. Respondendo à lei publicada no *Correio Oficial* do Rio de Janeiro, datada de 6 de Janeiro, que considera um verdadeiro “manifesto feito aos habitantes da Europa”, este intelectual demonstrava como a evidência obrigava os políticos nacionais a estarem atentos a uma realidade emigratória que, como sublinha o escritor, “nestes ultimos annos tem sido espantosa”. Expressando a sua indignação, esclarece de que forma a lei pressupõe a “existencia de espantosos abusos”, não sem se referir ao papel dos agentes colonizadores que captam populares para irem buscar na América o que na sua terra não conseguiriam: “Pintam-lhes esses agentes o Brazil como o Eldorado, onde para achar ouro não ha mais do que tocar naquellas praias abençoadas. Fallam-lhes dos desmesurados salarios que lá ganham os artistas, os caixeiros, os agricultores, mas não lhes dizem que a moeda, em que esses salarios são pagos, tem muito pouco valor, ou por outra, que os generos com ella comprados são de excessiva carestia”. Convencido, ainda, de que apenas os inúteis seriam captados por esta propaganda, à procura do que apelida de “escravatura branca”, pergunta: “Em que paiz da Europa o homem laborioso, o artista perfeito e intelligente deixará de ganhar o sustento?”, para concluir, num olhar profundamente antipático para com o Brasil, que é apenas este país a lucrar “porque os portuguezes são mais adaptáveis ao clima, menos dado à embriaguez, semelhança de habitos, costumes, linguagem”.

Alexandre Herculano, porém, não se contentava em denunciar. Indo mais longe na crítica, remetia, já então, para a análise mais profunda do fenómeno, procurando perceber o que levava à saída, não do “homem devasso, descurioso, inhabil”, mas do homem jovem, válido e preparado profissionalmente. Estava lançada a polémica que pretendia remeter para Portugal uma questão que era, até então, percebida fundamentalmente a partir do exterior. Só assim se entende o verdadeiro programa de desenvolvimento que, no final do seu artigo, propunha. Desenvolver as vias de comunicação de modo a permitir transportar aos grandes mercados os produtos da

agricultura, cultivar os “immensos baldios que cobrem Portugal” parecem ser algumas soluções para alterar a deslocação de cidadãos. Se não “que resultado se tira de dizer a homens que só vêm na Patria um prospecto de miseria, «vós arriscaí-vos a ser miseráveis na vossa emigração?» Ao menos, dirão elles, essa desventura é incerta, e podemos lá ser felizes, quando aqui temos quasi a certeza de nunca o ser”²². Remetendo a raiz do problema para dentro das próprias fronteiras, Alexandre Herculano estava a reposicionar a emigração não como resultado de manias ou fruto de ignorâncias, mas como sintoma inegável de incapacidade do próprio país²³.

Não podemos afirmar qual o grau de importância deste artigo de Alexandre Herculano para o início de um debate que só agora parecia começar na Câmara dos Deputados. O discurso sobre a emigração, até então vista como um fenómeno exclusivamente açoriano, teria que ser redimensionado e entendido agora no plano do próprio país, o que acabava por sublinhar ainda mais a incapacidade de Portugal para conseguir reter uma população que não era já a ignorante e miserável gente dos Açores, como afirmara em 1837 Almeida Garrett, enquanto deputado por aquela região, procurando uma justificação para essa atitude. O que estava agora em causa eram homens válidos, na linguagem de Herculano, “o homem laborioso, o artista perfeito e inteligente” que deixava a sua terra por não encontrar lugar nela. Ou seja, o debate remetia directamente para a incapacidade de um país que, na psicanálise mítica de Eduardo Lourenço, via a sua viabilidade ser seriamente posta em causa²⁴.

A Câmara dos Deputados parecia, no entanto, continuar pouco desperta para este problema. Apenas um ano depois, depararemos com uma iniciativa que visava tratar da questão e, mesmo assim, com o carácter provisório e eventual que se revestia a nomeação de uma comissão encarregada de propor medidas para pôr termo à emigração que partia dos Açores e do Reino com destino ao Brasil. Escolhidos os deputados Vasconcelos Pereira, Manuel António de Vasconcelos²⁵, que se havia, por diversas vezes, distinguido em intervenções sobre o tema, Paulo Midosi, conde da Taipa, Jervis d’Atouguia, representante da Madeira e nascido nessa ilha²⁶, Ávila e Lobo de Moura²⁷, a ela se remetia a análise de uma questão delicada, bem como a iniciativa legislativa correspondente. A Assembleia de Deputados “lavava as suas mãos”, remetendo a responsabilidade para os ombros da comissão.

²² *DIARIO do Governo*, 1838: 47-48.

²³ *DIARIO do Governo*, 1838: 47.

²⁴ LOURENÇO, 1978: 26.

²⁵ Nascido em S. Miguel, vereador da Câmara de Ponta Delgada em 1832 e fundador do jornal *O Açoriano Oriental* (1835). Ver LUCAS, 2006: 1016.

²⁶ Nascido no Funchal, em 1831 parte para os Açores, para ser nomeado secretário-geral, desde 1834 foi sucessivamente eleito representante pelo círculo da Madeira (DÓRIA, 2004: 227-229).

²⁷ *DIARIO do Governo*, 1839: 381. Esta comissão veria o seu mandato renovado no ano seguinte, por proposta do deputado Sá Nogueira, que enfatizaria mais uma vez a questão da “escravatura de Cidadãos Portuguezes” no Brasil (ver *DIARIO da Camara dos Deputados...*, 1840, p. 20).

Antes de escutarmos qualquer proposta legislativa saída desta comissão criada *ad hoc*, continuaríamos, porém, a ouvir, agora de uma forma mais sistemática e não tão esporádica, as queixas e denúncias de relatos de “commercio de escravatura branca”, num lugar onde, como registava Almeida Garrett, “tão alto se levantaram as vozes contra a escravatura preta”. Sublinhando a ironia deste facto, ousava mesmo considerar esta escravatura “mais abominavel, porque trafica de entes mais civilizados do que aquell’outros”, inscrevendo a sua intervenção na imagem prevalecente que insistia em analisar a questão a partir da perspectiva externa, negando a assunção do problema a partir da incapacidade do próprio país.

Nessa mesma sessão de 24 de Abril de 1839, o deputado Manuel António de Vasconcelos, nascido na ilha de S. Miguel, fundador, em 1835, do jornal *O Açoriano Oriental*, e representante eleito pelo círculo de Ponta Delgada, num discurso exaltado como era habitual, durante a discussão de uma proposta legislativa sobre direitos aduaneiros sobre importações, alude, mais uma vez, ao fenómeno emigratório açoriano com destino ao Brasil. Enfatizando as difíceis condições de sobrevivência económica do povo insular, especialmente quando se comparava com Portugal continental, procurava demonstrar de que forma os Açores tinham sido afastados dos circuitos tradicionais de comércio com o Brasil: “O commercio do Brasil antigamente fazia-se em direitura dos Açôres para o Brasil, mas foi em quanto nós tinhamos panno de linho e outros objectos que lhe importassemos, mas depois que se metteram no Brasil os pannos d’algodão, e outros fiados em machina, não podemos mais competir, e acabou-se para nós aquella industria”, concluindo de forma dramática “de maneira que nós hoje temos a dar ao Brasil (e me lastimo disso) senão *carne humana*; ainda hoje vem alguma producção do Brasil para os Açôres porque vão dos Açôres *carregações desses desgraçados que elles enganam para levar para lá*” [itálico nosso].

Pegando nesta argumentação, o deputado Almeida Garrett, também ele representante eleito pelos Açores, no seu habitual estilo dramático, não deixa de aproveitar o ensejo para se solidarizar com o seu condiscípulo e de manifestar publicamente o seu repúdio a esta “escravatura branca”. Pedindo a palavra, afirma de forma contundente: “Sr. Presidente, já no Congresso Constituinte, e por vezes dentro desta sala, se tem fallado lamentosamente, e se tem tentado dar providencias para obstar ao primeiro mal que afflige os Açores, a emigração. De que nasce a emigração em todos os paizes? Da carestia de subsistencia. Onde as subsistencias são caras, e ha impossibilidade de manter o numero de habitantes, que se reproduzem, ha de haver emigração. Todo o imposto, que augmentar esta carestia, torna mais difficil a subsistencia dos habitantes, e equivale por tanto a uma Lei para promover a emigração. A mesma Camara, que tão alto se tem levantado contra esta emigração, e que tanto tem declarado a sua vontade de lhe pôr obstaculos, a Camara que tantos alvitres tem acceitado,

e procurado, e nenhum achou ainda efficiente; a Camara não pode ir estabelecer uma Lei, que promova o mal mais terrivel, que afflige aquelles povos, porque, sr. Presidente, como muito bem notou um Deputado da Provincia oriental dos Açores, pela maior parte dos generos coloniaes, que nos são levados, nós não temos a dar em troca, infelizmente senão carne humana. Os Açores fazem naturalmente o commercio da escravatura branca, e aqui aonde tão alto se levantaram as vozes contra a escravatura preta, não se consentirá a protecção dest'outra escravatura tão escandalosa, que se faz differença daquell'outra, não é senão para mais abominavel, porque trafica de entes mais civilizados do que aquell'outros"²⁸.

Esta seria a linha preferencial que o futuro iria recuperar. Insistindo na construção de um discurso emocional dissuasor da partida, sublinhando o facto de os emigrantes terem sido enganados com promessas vãs, enfatizando determinados aspectos mais dramáticos da viagem e da própria vivência migrante, os deputados da primeira metade de Oitocentos afastavam-se da realidade que os cercava. Alheios às vontades dos que partiam, ignorando os seus pontos de vista, estes parlamentares elegiam tópicos teóricos que não contribuíam para resolver o problema da emigração. O seu discurso tornava-se, assim, artificial e postiço, tal como a legislação entretanto produzida se mostrava incapaz de conter as partidas.

Conclusão

Como acabámos de perceber, os Açores tiveram um papel fundamental na consciencialização dos deputados para o fenómeno migratório com destino ao Brasil. Na realidade, foi pela via do que acontecia nas Ilhas que os parlamentares tomaram contacto, urdiram a argumentação e teceram o seu discurso político em torno de tópicos como o da “escravatura branca”, que tanto êxito teria ao longo de toda a primeira metade do século XIX. Esta mudança foi feita, sobretudo, pela intervenção de deputados nascidos nos Açores ou conhecedores da realidade açoriana, devendo-se a homens como Leonel Tavares Cabral, Almeida Garrett, Manuel António de Vasconcelos ou António Bernardo da Costa Cabral as mais rigorosas e informadas análises entretanto produzidas.

Enquanto a maioria dos parlamentares continuava a insistir numa tradição secular dos açorianos que, devido à extrema fertilidade dos solos, eram empurrados para o exterior sem com isso porem em causa o equilíbrio demográfico interno, estes deputados percebiam já que estavam perante um fenómeno novo de contornos desconhecidos, para o qual chamaram insistentemente a atenção. Como eles então bem

²⁸ *DIARIO da Camara dos Deputados...*, sessão de 24 de Abril de 1839, p. 213-215 (vol. II).

perceberam, esta emigração era bem distinta da anterior e, por isso, deveria ser lida e analisada a partir de pressupostos também eles distintos dos precedentes. Aos poucos, os deputados da primeira metade de Oitocentos iam percebendo que este fenómeno não se circunscrevia apenas aos Açores. A segunda metade do século XIX iria mostrar que o território continental português ia ser tocado por esta verdadeira febre que, como descreveria Costa Cabral em 1843, “parece filha de um systema premeditado, em que se empregam meios de persuasão e astucia para illudir a gente incauta e a vida de chimericas fortunas, que se lhe promettem”²⁹.

Fontes e bibliografia

Fontes

“A emigração para o Brasil”, in *Diario do Governo* de 13 de Janeiro de 1838. Lisboa.

Actas das Sessões das Cortes Geraes, Extraordinarias e Constituintes... de 1837. Lisboa: Imprensa Nacional, 1838.

DIARIO da Camara dos Deputados..., 1828-1843. Lisboa: Imprensa Nacional/Impressão Régia.

DIARIO das Cortes Geraes Extraordinarias e Constituintes... [S.l.: s.n.], [1837].

DIARIO do Governo, de 12 de Março de 1839. Lisboa.

Bibliografia

ALVES, Jorge Fernandes, 1994 – *Os Brasileiros – Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*. Porto: Edição do autor.

BONIFÁCIO, M. Fátima, 2004 – “António Bernardo da Costa Cabral”, in MÓNICA, Maria Filomena (coord.) – *Dicionário Biográfico Parlamentar, 1834-1910*, vol. I. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa/Assembleia da República.

DIAS, Maria Filomena, 2002 – “Leonel Tavares Cabral Arez de Sousa Oliveira”, in CASTRO, Zília Osório de (dir.) – *Dicionário do Vintismo e do Primeiro Cartismo (1821-1823 e 1826-1828)*, vol. II. Lisboa/Porto: Assembleia da República/Edições Afrontamento.

DÓRIA, Luís, 2004 – “António Aloisio Jervis de Atouguia”, in MÓNICA, Maria Filomena (coord.) – *Dicionário Biográfico Parlamentar, 1834-1910*, vol. I. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa/Assembleia da República.

²⁹ *DIARIO da Camara dos Deputados...*, sessão de 13 de Janeiro de 1843, p. 66.

- LEITE, Joaquim da Costa, 1999 – “O Brasil e a emigração portuguesa: 1855-1914”, in *Fazer a América: a emigração em massa para a América*. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo.
- LOBO, Sandra, 2002 – “Francisco de Lemos Bettencourt Vasconcelos Castelo Branco”, in CASTRO, Zília Osório de (dir.) – *Dicionário do Vintismo e do Primeiro Cartismo (1821-1823 e 1826-1828)*, vol. I. Lisboa/Porto: Assembleia da República/Edições Afrontamento.
- LOURENÇO, Eduardo, 1978 – *O labirinto da Saudade: psicanálise mítica do destino português*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- LUCAS, Maria João, 2006 – “Manuel António Vasconcelos”, in MÓNICA, Maria Filomena (coord.) – *Dicionário Biográfico Parlamentar, 1834-1910*, vol. III. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa/Assembleia da República.
- M.C.Q., 2002 – “Alexandre Tomás de Morais Sarmento”, in CASTRO, Zília Osório de (dir.) – *Dicionário do Vintismo e do Primeiro Cartismo (1821-1823 e 1826-1828)*, vol. I. Lisboa/Porto: Assembleia da República/Edições Afrontamento.
- MAIA, Fernanda Paula Sousa, 2002 – *O Discurso Parlamentar Português e as Relações Portugal-Brasil: a Câmara dos Deputados (1826-1852)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- PIAZZA, Walter F., 1994 – “Imigração dos Açores”, in SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord.) – *Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil*, col. 12-15. Lisboa/São Paulo: Editorial Verbo.
- RILEY, Carlos Guilherme, 2003 – “A Emigração Açoriana para o Brasil no século XIX: braços e intelectuais”. *Arquipélago – História*, 2.^a série, VII.

O DISCURSO PARLAMENTAR DA EMIGRAÇÃO PORTUGUESA PARA O BRASIL (1855-1858)

Paula Barros

Introdução

As migrações constituem um fenómeno marcante das relações internacionais, em geral, e uma realidade estrutural da História Contemporânea de Portugal, em particular. Não é de estranhar, por isso que a temática/problemática da emigração seja recorrente no discurso político do Oitocentismo português.

O discurso político da emigração, isto é, a posição defendida e assumida pelos diferentes órgãos de soberania e por outras entidades da administração pública, no terceiro quartel do século XIX, pode ser apreendida a quatro níveis:

- o Governo, quer pela legislação produzida, quer pelas decisões e posições assumidas pelos seus membros;
- o Parlamento através da Câmara dos Deputados e da Câmara dos Pares do Reino, quer pelas iniciativas legislativas tomadas, quer pelos inquéritos suscitados, quer ainda pelas posições tomadas pelos seus membros, sobretudo em torno das discussões relativas à emigração e ao recrutamento militar;
- os governadores civis dos distritos, através dos relatórios que periodicamente produzem, uma vez que estes magistrados eram os que melhor conheciam a emigração desenvolvida na época, já que emitiam os passaportes necessários para os portugueses abandonarem o país e também porque acompanhavam regularmente a emigração que se desenvolvia nos respectivos distritos;
- os cônsules instalados nos portos em que os emigrantes desembarcavam, neste caso, nos portos do Brasil, uma vez que ninguém melhor do que estes diplomatas podia conhecer as vicissitudes do transporte, a emigração clandestina, os contratos de prestação de serviço, o recrutamento dos emigrantes, etc.

Tendo em consideração esta realidade, a presente comunicação tem por objectivo analisar o discurso parlamentar da emigração portuguesa para o Brasil entre 1855-1858, através dos *Diários da Câmara dos Deputados*, privilegiando os anos de 1855 e

1858, ou seja, os debates desenvolvidos em torno da Carta de Lei de 20 de Julho de 1855, sobre a emigração clandestina, e do projecto de 16 de Junho de 1857, discutido a partir de Janeiro de 1858 e que se destinava a reorientar parte da emigração com destino ao Brasil para as colónias portuguesas, uma vez que a análise global de todo o discurso político parlamentar entre 1855 e 1876 irá ser o tema da dissertação de doutoramento que estou a preparar.

Embora não tenhamos nesta comunicação a preocupação de analisar a legislação portuguesa relativamente à emigração para o Brasil neste período, importa desde já chamar a atenção para a legislação e iniciativas legislativas então tomadas.

1. O debate parlamentar de 1855

Em 1855 é publicada a lei de repressão da emigração clandestina, que foi discutida na Câmara dos Deputados. Sublinhe-se desde já que esta iniciativa legislativa do Governo foi provocada pelos escândalos dos navios *Incognito* e *Defensor*, o primeiro saído de Caminha com destino ao Rio de Janeiro e o segundo saído do Porto para o Pará.

No palhabote *Incognito*, que o mau tempo obrigou a arribar a Vigo, verificou-se um número de passageiros contratados muito superior ao permitido pela tonelagem do navio. A galera *Defensor* chegou ao Pará com 47 mortos dos emigrantes embarcados, devidos aos maus tratos a que foram submetidos, a falta de condições de higiene, a fome e a sede.

Estes dois casos, denunciados pela imprensa e sublinhados pelas intervenções de deputados, é que estiveram na origem da lei de 20 de Julho de 1855.

Na sessão da Câmara dos Deputados, de 11 de Abril de 1855, o deputado Cunha Sotto Maior interpelou o Ministro do Reino quanto ao facto de ter saído de Caminha o navio *Incognito*, com 400 passageiros quando tinha lotação apenas para 60; que a maior parte dos passageiros não tinha passaportes, levando a que as autoridades de Vigo, onde aquele barco foi obrigado a arribar, fizessem desembarcar muitos indivíduos; e que não havia a bordo os mantimentos necessários para a alimentação dos passageiros. Segundo ele, o Governo não obrigava as autoridades competentes a cumprir as leis em vigor e não tomara quaisquer medidas quanto àquele caso.

O Ministro do Reino responde que o Governo não ficou “impassível”, uma vez que os ministérios tinham já pedido às autoridades competentes que informassem tal facto, estando o Governo na “firme intenção de castigar com demissão” todas as autoridades que fossem coniventes com o abuso da lei. Segundo o ministro, o único culpado era o capitão do navio, que saíra de Caminha com a carga legal e que recebera ilegalmente, tanto nas praias portuguesas como espanholas, um grande número de

indivíduos. Em Vigo, as autoridades espanholas, em acordo com o cônsul português, tinham reclamado os cidadãos espanhóis que estavam a bordo e que pela maior parte eram desertores. O cônsul português em Vigo teria intimado o capitão do navio para não sair sem ordem do governo português. Mas o capitão fugira com o navio, tendo o governo português preparado um navio para o apresar, expedindo ainda ordem aos cônsules para promoverem a prisão do referido capitão onde quer que este aparecesse.

O deputado Cunha Sotto Maior volta a intervir lamentando a impunidade daqueles que se entregavam ao “tráfico da escravatura branca”, como acontecera com o capitão do *patacho arrogante* por idênticas razões, uma vez que o tivera preso na Ilha Terceira por 48 horas para logo o libertar. E o Governo não demitiu o cônsul de Pernambuco que teria sido conivente deste facto.

O Ministro do Reino esclarece que as acusações feitas ao cônsul de Pernambuco não eram fundamentadas, parecendo tratar-se de um ataque pessoal apenas com o objectivo de o substituir por outro indivíduo.

Na sessão de 5 de Maio do mesmo ano coube ao deputado Chamiço interpelar o Ministro da Marinha quanto ao *patacho Incognito*. O Ministro da Marinha responde que a sua determinação para actuar contra os negreiros e aqueles que num tráfico semelhante levavam a bordo dos navios colonos “mal acondicionados” era muito forte. Que o Governo tem feito tudo para castigar o capitão e o proprietário daquele navio, por levar a bordo mais de 200 pessoas, quando só tinha lotação para 70.

O Ministro do Reino, por seu lado, esclarece a Câmara que ainda não dispõem das informações necessárias para castigar qualquer funcionário e para apurar se de Caminha saíram apenas os passageiros que deviam embarcar de acordo com a arqueação do navio.

Neste contexto, o Governo apresentou uma proposta de lei à Câmara dos Deputados destinada a reprimir a emigração clandestina, a qual examinada pela comissão de legislação daquela Câmara apresentou a 9 de Julho de 1855 um projecto lei que, com leves alterações acordadas aliás com o Governo, esteve na origem da Lei de 20 de Julho de 1855. Este projecto lei foi discutido na Câmara dos Deputados na sessão de 11 de Julho de 1855. Intervieram no debate vários deputados, nomeadamente Lousada, Morais de Carvalho, Cunha Sotto Maior, Soares de Albergaria, Silvestre Ribeiro, Martens Ferrão, Santos Monteiro e Justino de Freitas.

O deputado Lousada lembrou que os portugueses transportados para o Brasil como colonos celebravam um contrato com o capitão do navio, não levando assim passaporte; e por isso sugere que no projecto lei sempre que se fale de passageiros se acrescente “colonos”. Morais de Carvalho ressalva a possibilidade de se admitirem naufragos a bordo sem os capitães incorrerem em multas.

Cunha Sotto Maior propõe que se incluam no projecto lei, além de multas, castigos corporais. Soares de Albergaria defende que sejam obrigados os agentes consulares a

enviarem participações às autoridades competentes com a indicação do número de passageiros e colonos transportados, assim como as ocorrências que tivessem lugar nas viagens e outros documentos que servissem de base à acção criminal sempre que necessário.

Silvestre Ribeiro corrobora tal posição e lembra que já defendia estas participações consulares no projecto que apresentara sobre a emigração. E lembra que, em virtude dos contratos que os “miseráveis” colonos faziam em Portugal, alienavam por largo tempo a sua liberdade “numa vida de escravos”.

Assim, num rápido entendimento entre a Câmara dos Deputados e o Governo, surgiu a Carta de Lei de 20 de Julho de 1855, sancionando o decreto das Cortes de 13 de Julho do mesmo ano, o qual estabeleceu as “diferentes providências repressivas da emigração clandestina em navios mercantes, saídos dos portos do continente do Reino, ou das ilhas adjacentes para países estrangeiros”, a qual vai reforçar as medidas constantes do regulamento de 30 de Maio de 1825 e portaria de 19 de Agosto de 1942:

- renovação da proibição de saída sem passaporte – pena de 400\$000 réis ao capitão do navio, já estabelecida aliás, no regulamento de 1825;
- multa de dois contos de réis e prisão de seis a doze meses, com inibição de voltar a comandar qualquer embarcação aos capitães que
 - recebessem passageiros a bordo em número superior ao permitido pela sua tonelagem
 - não mantivessem as condições higienicas próprias a saúde dos passageiros
 - tratassem “barbaramente” os passageiros ou colonos
 - responsabilização do pagamento de tais multas, para além dos capitães aos proprietários dos navios
- fiança de quatro contos de réis prestada pelo proprietário ou capitão da embarcação aos navios que transportassem colonos como garantia de execução das obrigações desta lei;
- inspeção e fiscalização de todas as embarcações que transportarem passageiros ou colonos, por parte das autoridades competentes, a fim de verificarem que os navios satisfazem todas as obrigações relativas às condições sanitárias e higiénicas, quantidade e qualidade de mantimentos, água e medicamentos;
- obrigação dos navios com mais de 50 passageiros terem médico a bordo;
- obrigação dos agentes consulares remeterem as participações do número de passageiros de colonos à Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e ao Governador Civil do Distrito a que pertencesse o porto de saída dos mesmos;
- proibição aos mestres e arrais de barcos costeiros e de pesca de conduzirem quaisquer indivíduos após a visita de saúde das autoridades, sob pena de perderem as embarcações quando suas, ou o não sendo com prisão de três a doze meses;

- multa de 100\$000 a 400\$000 réis ou pena de prisão de um a dois anos (agravados, no caso de coação, para 500\$000 a 1 000\$000 de réis ou prisão de dois a três anos) a todas as pessoas que seduzissem, concorressem ou levassem os indivíduos a emigração clandestina;
- responsabilização e punição dos funcionários que não actuassem de acordo com esta lei;
- nulidade dos contratos de locação de serviços de súbditos portugueses se neles não se declarasse o estabelecimento ou pessoa a quem os serviços tinham de ser prestados e sem que tivessem expressa a cláusula de não poderem ser cedidos; os tabeliães que não cumprissem esta determinação seriam punidos com a suspensão e mesmo a perda do seu ofício.

Das cláusulas de fiscalização e fiança referidas estavam isentos os navios a vapor das carreiras estabelecidas e a estabelecer com autorização do Governo.

2. O debate parlamentar de 1857-1858

Na sessão da Câmara dos Deputados de 11 de Janeiro de 1858 começou a discutir-se o projecto n.º 211, de 16 de Junho de 1857, da Comissão do Ultramar, baseado numa proposta do Governo para a criação de um imposto de “colonização”.

Segundo este, a emigração tomara “proporções” assustadoras. O Governo devia combater este “mal” sem contudo “atentar contra a liberdade”. Dificultar a emigração e atrair os trabalhadores para as nossas colónias eram os fins da proposta do Governo. Por um lado, combatia-se a emigração tributando os indivíduos que a promoviam; e por outro lado beneficiavam-se as nossas colónias aplicando o produto do imposto ao transporte e estabelecimento dos portugueses que nas mesmas pretendiam instalar-se. A Comissão do Ultramar adoptara inteiramente a proposta do Governo, convertendo em projecto lei que era agora submetido à Câmara.

O projecto lei defendia o seguinte:

- pagamento de um imposto de 1 000\$000 réis por cada tonelada da lotação de navio mercante, por todos os capitães ou mestres que admitissem a bordo dos seus navios colonos ou emigrantes portugueses para serem transportados com destino a países estrangeiros; considerava-se navio mercante aquele que se destinava ao transporte de emigrantes ou colonos quando o número destes fosse superior a 30;
- os colonos ou emigrantes só poderiam embarcar nos navios mercantes desde que munidos de passaporte individual – embora a mulher ou os filhos pudessem ser compreendidos nesse passaporte; por cada indivíduo o capitão ou mestre do

navio pagaria a quantia de 3 000\$000 réis, no acto da recepção dos passaportes por parte dos colonos;

- o officio de engajador de colonos só podia ser exercido por quem tirasse licença por seis meses, pagando o engajador por cada licença ou renovação 3 000\$000 réis; estas licenças seriam passadas nos governos civis dos distritos;
- eram considerados aliciadores todos os indivíduos que sem licença de engajador perssuadissem as pessoas para emigrar, sendo por tal punidos em cada caso com a multa de 20 000\$000 réis ou os correspondentes dias de prisão. Todos estes impostos teriam a denominação de “tributos de colonização”, applicados unicamente ao transporte e estabelecimento dos colonos nas nossas possessões em África e Timor;
- com este projecto lei procurava-se assim dissuadir os colonos dos contratos de locação e facilitar a sua saída para as nossas colónias, reconhecendo-se deste modo que a emigração era a resultante do desajustamento entre a oferta e a procura de trabalho, mas que não podia ser proibida pela Constituição Portuguesa.

Intervieram na discussão vários deputados, nomeadamente Martens Ferrão, Lousada, Reboredo, José Estevão e Afonso de Castro.

O deputado Martens Ferrão concorda com o projecto, mas coloca dúvidas quanto ao imposto de 1 000\$000 réis por cada tonelada de lotação do navio que irá recair sobre os engajados; e não concorda também com a legalização dos engajadores, uma vez que tal sistema ia dar “muito maus resultados”; finalmente considerava que muito pouco beneficio iria ser retirado da applicação de tal imposto para a colonização das nossas possessões.

Esta discussão continuou na sessão de 26 de Janeiro do mesmo ano, intervindo vários deputados. Lousada requere que se explique o que são colonos e o que são emigrantes (emigrados), e se os vapores mercantes ou paquetes transatlânticos são comprehendidos na expressão “navios mercantes”, de forma a esclarecer-se o alcance, em tal matéria, da lei de 20 de Julho de 1855.

Considerou ainda que a “escravatura branca” não se fazia no Brasil, mas era feita em Portugal, porque o problema residia nos contratos que se faziam no Reino ou em viagem com os capitães dos navios. Lembrava ainda que o *patacho arrogante*, “cuja história ocupou por tanto tempo esta Câmara, dando até lugar à remoção de um cónsul”, continuava a navegar para os Açores com outro nome, mas com o mesmo mestre que cuja actuação indignou tanta gente.

E que um outro patacho, o *Constante* saíra de Viana do Castelo a 23 de Fevereiro de 1857 com 49 passageiros, chegando ao Rio de Janeiro com 233.

Era preciso encontrar outro método para o Governo encaminhar a nossa gente para as colónias.

O Ministro da Marinha esclarece que o projecto tinha como objectivo reprimir a emigração, mas a partir dela obter meios financeiros para levar para as nossas possessões os portugueses que saíam para outros países. Era preciso que uma parte da emigração que vai para o Brasil fosse para território português, de forma a que se pudesse tirar o devido proveito.

O deputado Reboredo explica que colonos ou emigrados eram palavras indistintamente empregadas e que, quanto aos vapores mercantes, era ideia da Comissão que deviam também ser abrangidos por esta lei. Sabendo que o officio de engajador existia, procurava-se apenas com a fiscalização da lei reduzir o seu número. Concluía que não se devia votar o adiamento da discussão desta lei.

José Estevão informou a Câmara dos contratos que se faziam com os colonos portugueses, os quais envergonhavam o Parlamento e o Governo, e apresenta o exemplo de um efectuado no Porto a 22 de Agosto de 1855, no Governo Civil, feito com o agente do Governo da província de São Paulo, no Império do Brasil para trabalhos nas estradas e mais obras públicas. E que à sombra de um contrato como este, os colonos assim engajados eram objecto de uma “especulação bárbara”, sendo tratados como negros no Brasil, que esta emigração era “um suplemento à escravatura proibida”, e apresenta finalmente o exemplo da contabilidade de um colono português no Brasil que necessitava de dois anos de trabalho para cobrir as despesas de passaporte, transporte no barco e de um pequeno adiantamento de verbas. Conclui dizendo que o parecer da Comissão do Ultramar deve voltar à mesma para ter em consideração as posições dos deputados.

Outros deputados e o Ministro da Marinha declaram que concordam com tal proposta. Martens Ferrão considera que a emigração nas condições em que está sendo feita (avilta) a nossa população e que os contratos de engajamento “são altamente imorais”, ofendendo “a nossa dignidade nacional”. Calcula que a emigração em 1857 atingiu as 20 000 pessoas, tendo saído só da província do Minho 7 400 colonos “engajados publicamente”, além da emigração clandestina. A maior parte da emigração é feita entre menores. Os contratos de engajamento tais como são feitos “são nulos à face da Lei do nosso país”, uma vez que grande parte deles diz respeito a menores, e para isso no projecto que apresentara defendia que o Estado proibisse a emigração por engajamento a todos os menores de 20 anos. E manda para a mesa o seu projecto lei.

O Ministro da Marinha referiu que a maior parte das disposições referidas pelos deputados pertenciam “a uma Lei geral de policia sobre emigração”, mas que o projecto apresentado pelo Governo destinava-se apenas a “levantar fundos para promover a emigração para África”.

Na sessão de 24 de Fevereiro da Câmara dos Deputados, a Comissão do Ultramar apresenta uma nova redacção relativa ao parecer n.º 211, tendo em consideração

a legislação relativa à emigração e o projecto lei apresentado por Martens Ferrão, dando corpo a um novo projecto lei datado de 19 de Fevereiro de 1858.

Na sessão de 26 de Março da Câmara dos Deputados, Martens Ferrão cita um jornal de Valença, *A Razão*, através do qual se verifica que se está promovendo a emigração de colonos para o Brasil em “larga escala e por meios proibidos pela Lei”, referindo ainda que está pronta uma “carregação de mais de 300 indivíduos para irem para o Brasil, entre eles muitos chefes de família com seus filhos”.

Este foi também o último dia da legislatura iniciada em 2 de Janeiro de 1857, com ela caíndo portanto as iniciativas legislativas sobre emigração.

A nova legislatura iniciou-se em 7 de Junho de 1858, não sendo assim objecto de análise pela nossa parte quanto ao discurso político parlamentar.

Conclusão

Apesar de os debates parlamentares sobre a emigração, entre 1855 e 1858, terem ganho alguma relevância, a verdade é que as medidas discutidas e aprovadas pelo Parlamento português, nestes anos, foram de iniciativa governamental, restando apenas ao órgão legislativo a mera discussão das mesmas.

Fontes e bibliografia

Fontes

Diário da Câmara dos Deputados, 1855-1858.

Diário do Governo, 1855-1876.

Bibliografia

BARROS, Paula (colab.), 2009 – *A emigração portuguesa para o Brasil e as origens da Agência Abreu (1840)*. Porto: CEPESE/Fronteira do Caos.

BARROS, Paula, 2010 – "O discurso político da emigração portuguesa para o Brasil (1855-1866)", in SARGES, Maria de Nazaré; SOUSA, Fernando de; MATOS, Maria Izilda; JUNIOR, Antonio Otaviano Vieira; CANCELA, Cristina Donza (orgs.) – *Entre Mares: o Brasil dos Portugueses*. Belém: Editora Paka-Tatu.

- MAIA, Fernanda Paula Sousa, 2002 – *As relações Portugal-Brasil no discurso parlamentar português: a Câmara dos Deputados (1826-1852)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- MAIA, Fernanda Paula Sousa, 2007 – “A emigração para o Brasil no discurso parlamentar oitocentista”, in SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia (coord.) – *A Emigração Portuguesa para o Brasil*. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento.
- MATOS, Maria Izilda; SOUSA, Fernando de; HECKER, Alexandre (orgs.), 2008 – *Deslocamentos & Histórias: os Portugueses*. Bauru, SP: Edusc, 2008.
- SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia (coord.), 2007 – *A Emigração Portuguesa para o Brasil*. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento.
- SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia; MATOS, Izilda (coord.), 2009 – *Nas Duas Margens. Os Portugueses no Brasil*. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento.
- SOUSA, Fernando de; MATOS, Maria Izilda; JUNIOR, Antonio Otaviano Vieira; CANCELA, Cristina Donza (orgs.), 2010 – *Entre Mares: o Brasil dos Portugueses*. Belém: Editora Paka-Tatu.

O INQUÉRITO PARLAMENTAR DE 1885 E O DISCURSO SOBRE A EMIGRAÇÃO

Conceição Salgado

Introdução

Após a Conferência de Berlim, que decorreu entre 14 de Novembro de 1884 e 26 de Fevereiro de 1885, e onde Portugal foi convidado a fazer-se representar¹, levantou-se com maior acuidade a problemática da emigração, relacionada com a colonização das nossas colónias, que importava desenvolver para responder à nossa política europeia de ocupação efectiva dos territórios em África². Para a estudar e avaliar, o deputado Barbosa Centeno propôs à Câmara dos Deputados, em 23 de Junho de 1885, que fosse nomeada uma Comissão Parlamentar de nove membros para, no intervalo das sessões, estudar:

- as causas da emigração portuguesa;
- os meios mais conducentes a fazê-la convergir para as nossas colónias de África;
- as localidades de cada província ultramarina, onde conviria estabelecerem centros de população europeia;
- os meios práticos para se conseguir este resultado³.

Uma vez aprovada a proposta, o mesmo deputado, a 3 de Julho, comunicou que a Comissão se encontrava constituída e que iria organizar o plano de trabalhos, elaborar

¹ A representação portuguesa era composta por António de Serpa Pimentel, Luciano Cordeiro, pelo nosso ministro na capital alemã, o marquês de Penafiel, pelo conde de Penafiel, por Carlos Roma do Bocage e pelo conde de S. Mamede.

² Após a Conferência de Berlim, surge a necessidade de fazer convergir a corrente migratória para as colónias africanas, já que o Acto Geral definia um novo direito público colonial, uma política de ocupação a seguir, reclamando a existência de uma autoridade suficiente para fazer respeitar os direitos adquiridos e a liberdade de comércio e trânsito, política que não considerava o direito histórico mas tinha em conta a posse efectiva pela ocupação do território.

³ *DIÁRIO da Câmara dos Senhores Deputados*, sessão de 23 de Junho de 1885, p. 2568.

os questionários para o inquérito, e pedir às repartições públicas os esclarecimentos e o auxílio necessários para poderem ser levados à prática os referidos trabalhos⁴.

Barbosa Centeno, em nome da Comissão Parlamentar, solicitou à Câmara, dias depois, que fossem pedidos ao Ministério da Marinha o envio de treze exemplares dos regulamentos dos serviços e colonos de cada uma das províncias de Angola, S.Tomé e Moçambique⁵.

Em 17 de Agosto de 1885, sob a presidência de Luciano Cordeiro, os membros da Comissão reuniram na Sociedade de Geografia e elaboraram uma proposta de questionário, que foi aprovada pela Câmara dos Deputados e enviada aos Ministério da Marinha e Ultramar e ao Ministério do Reino.

O questionário enviado ao Ministro da Marinha, no ofício que o acompanhava, lembrava a formação e publicação de pequenas guias de colonos destinadas a elucidar os que quisessem estabelecer-se nas colónias⁶.

Quanto ao Ministro do Reino, solicitava-se que o questionário fosse remetido com brevidade aos governadores civis e que fossem ouvidas as câmaras municipais, os administradores dos concelhos e os escrivães da fazenda, “sendo de maior vantagem que aquelas corporações e estes funcionários se reúnam para responder aos diversos quesitos, a fim de que as respostas sejam, quanto possível, exactas e uniformes, recomendando-se-lhe a urgência deste serviço”⁷.

A resposta do Ministro do Reino ao pedido da comissão foi dada a 7 de Janeiro de 1886, e o ofício que a acompanhava informava que remetendo ao Parlamento desde logo as respostas enviadas pelos distritos de Angra do Heroísmo, Bragança, Funchal, Guarda, bem como uma resposta directa da Câmara Municipal do concelho de Arouca. Comunicava ainda que, à medida que chegassem mais respostas ao Ministério, estas seriam reencaminhadas para a Comissão.

Luciano Cordeiro, na qualidade de presidente da Comissão, informou, a 18 de Janeiro de 1886, a Câmara dos Deputados sobre o resultado dos trabalhos realizados por aquele organismo, mencionando os distritos que já tinham enviado respostas⁸, afirmando que “constituem um subsídio importante para o estudo de diferentes questões que mais tarde hão-de vir à tela da discussão”⁹.

⁴ A Comissão Parlamentar de Inquérito à Emigração Portuguesa era composta por nove membros, sendo presidida por Luciano Cordeiro. Tinha como secretários Ferreira de Almeida e Barbosa Centeno. *DIÁRIO da Câmara dos Senhores Deputados*, sessão de 3 de Julho de 1885, p. 2839.

⁵ *DIÁRIO da Câmara dos Senhores Deputados*, sessão de 6 de Julho de 1885, p. 2902.

⁶ O ofício enviado por Luciano Cordeiro, em nome da Comissão, ao Ministro da Marinha, data de 20 de Agosto de 1885.

⁷ *DIÁRIO da Câmara dos Senhores Deputados*, sessão de 18 de Janeiro de 1886, p. 95.

⁸ O Ministério do Ultramar não tinha enviado até à data qualquer resposta.

⁹ *DIÁRIO da Câmara dos Senhores Deputados*, sessão de 18 de Janeiro de 1886, p. 95.

1. Resposta ao Inquérito Parlamentar de 1885 sobre emigração

O questionário do Inquérito organizou-se em torno de quatro grandes temas, num total de 44 perguntas:

- Indústria Agrícola;
- Outras Indústrias;
- Assuntos Diversos;
- Emigração.

As questões relativas à “Indústria Agrícola” inquiriam sobre a dimensão da propriedade, o seu valor, a área cultivada, as produções/culturas mais significativas, existência/inexistência de mecanização, escassez ou abundância de mão-de-obra e qual o valor dos salários¹⁰.

Em “Outras Indústrias” pretendia-se saber que indústrias existiam e quais as mais importantes¹¹; qual o valor do salário atribuído; se a mão-de-obra era ou não suficiente e se existia mecanização nos processos de fabrico¹².

Nos “Assuntos Diversos”, o questionário indagava sobre a existência/inexistência de instituições bancárias ou corporações pias que emprestassem dinheiro; se o valor das subsistências acompanhavam os salários; se as condições de higiene e instrução escolar tinham contribuído para a melhoria das classes trabalhadoras e, ainda, quais eram e que apoio prestavam as instituições de beneficência¹³.

No respeitante à “Emigração”, as questões formuladas aos representantes dos concelhos eram as seguintes¹⁴:

- quantas pessoas emigraram nos últimos dez anos, ou seja entre 1874 e 1884, e para que país;
- classes e profissões dos emigrantes; idade, estado e sexo;
- quantos emigraram sós e quantos com família;
- se levavam consigo capitais e quanto;
- país de destino da maior corrente de emigrantes do concelho e porquê;
- causas locais mais poderosas e mais conhecidas que determinavam a emigração;
- possibilidade de encaminhamento para algumas das colónias portuguesas. Qual e como;

¹⁰ COMISSÃO Parlamentar para o estudo da emigração portuguesa, 1885: 10-11.

¹¹ COMISSÃO Parlamentar para o estudo da emigração portuguesa, 1885: 11. Como se pode constatar pelas respostas dadas, as autoridades consideraram como “outras indústrias”, a transformação propriamente dita, o comércio e os serviços.

¹² COMISSÃO Parlamentar para o estudo da emigração portuguesa, 1885: 12.

¹³ COMISSÃO Parlamentar para o estudo da emigração portuguesa, 1885: 12.

¹⁴ COMISSÃO Parlamentar para o estudo da emigração portuguesa, 1885: 12-13.

- número de emigrantes que regressaram e de onde; se com *condições de fortuna* e saúde;
- se existia emigração clandestina e como impedi-la;
- se existiam empregadores de colonos e quais as condições dos contratos que faziam com estes, bem como as vantagens que recebiam os empregadores da emigração e os meios de que se serviam para promovê-la.

A resposta ao Inquérito foi dada por 140 concelhos dos 292 existentes.

Estão representados de forma completa, os distritos de Angra do Heroísmo, Aveiro, Braga, Bragança, Faro, Ponta Delgada, Porto e Viana. De forma incompleta os distritos do Funchal, Guarda, Portalegre e Viseu.

Não responderam os distritos de Beja, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Horta, Leiria, Lisboa, Santarém e Vila Real.

Mesmo assim, incompletos, os resultados deste inquérito foram publicados sob o título de *Comissão Parlamentar para o Estudo da Emigração Portuguesa, 1885*, e publicados em 1886.

As entidades dos concelhos contactadas nem sempre forneceram informações precisas sobre os números da emigração. Foram até, por vezes, contraditórias nas informações prestadas, o que nos leva a crer que não tiveram o cuidado de se reunir para responder aos quesitos.

Com base em mapas elaborados por Oliveira Martins, a partir dos depoimentos prestados ao inquérito, vejamos as respostas dadas pelos diferentes distritos às questões da emigração, entre 1874 e 1884¹⁵.

Distrito de Bragança – O número de emigrantes saídos na década referida (1874-1884) foi, em todo o distrito, de 714 efectivos, havendo concelhos que se limitaram a dizer que não havia emigração. Foi o caso de Alfândega da Fé, Bragança, sede do distrito, Freixo de Espada à Cinta, Miranda, Mogadouro e Vimioso¹⁶.

A resposta dada pelo administrador do concelho de Mogadouro foi radical dizendo que no seu concelho “não existe emigração, e é tal o amor que os habitantes têm às localidades que os viram nascer, que parece que a palavra emigração não é por aqui conhecida”.

O concelho do distrito que apresentou uma emigração mais significativa foi Carrazeda de Anciães, com 400 casos.

¹⁵ *DIÁRIO da Câmara dos Senhores Deputados*, sessão de 27 de Abril de 1887, p. 246. Oliveira Martins relevou o trabalho realizado pela *Comissão Parlamentar de Inquérito à Emigração*. Considerou que as respostas dadas pelos concelhos contêm indicadores da máxima importância, uma vez que permitem a caracterização socioeconómica de uma parte significativa do país.

¹⁶ Apesar da possibilidade de consultar os registos de passaporte do Governo Civil, o administrador do concelho de Bragança limitou-se a responder que ignorava o número de emigrantes que saíram do concelho.

Geralmente emigravam sós; raramente acompanhados, motivados na maior parte das vezes pela falta de meios de subsistência. Elegiam como destino preferencial o Brasil, sendo muito raros os que regressavam; e os que o faziam, vinham pobres.

Todos os concelhos responderam que não havia emigração clandestina, nem engajadores.

Distrito da Guarda – Dos doze concelhos inquiridos, Pinhel, Guarda e Manteigas não responderam aos quantitativos emigratórios, limitando-se a informar que saíram “poucos” ou “alguns”, para a América do Sul, designadamente para o Brasil. Sabugal respondeu que não existia emigração. Neste distrito do interior, o número dos que partiram foi ainda mais baixo que em Bragança: apenas 666 pessoas e com destino ao Brasil. As autoridades desconheciam se partiam sós ou acompanhados das suas famílias. As causas da saída descritas foram várias: excesso de população, pobreza, falta de meios e até “a pouca vontade de trabalhar no seu país”, como declara o administrador do concelho de Fornos¹⁷. Este alude ainda à existência de alguns casos de emigração clandestina, feita por engajadores de fora do concelho.

Os “repatriados” foram raros e chegaram sem fortuna e sem saúde.

Distrito de Viseu – Emigraram 4 966 pessoas com destino ao Brasil. Os concelhos mais afectados por tal realidade foram: Carregal, com 1 500 casos, S. Pedro do Sul, com 950, Cinfães, com 650 e Mortágua com 600. A falta de meios, a miséria e a fuga ao serviço militar (realce-se a lei do recrutamento de 20 de Julho de 1855), foram as razões mais apontadas. As autoridades desconheciam se levavam família.

Regressaram poucos, sendo também poucos os que traziam fortuna. No caso de S. Pedro do Sul, veio 1/10 dos 950 que partiram e sem saúde. Do concelho de Cinfães regressou ¼ dos 650 emigrados, igualmente com pequenos pecúlios e sem saúde. O administrador do concelho de Mondim da Beira referiu a forte emigração clandestina no distrito. Dois concelhos desconheciam quantos emigraram: Santa Comba e Tabuaço.

Distrito de Aveiro – Fortemente afectado pela emigração, daqui partiram para o Brasil 6 255 pessoas. Dos 16 concelhos que o compõem, cinco, Macieira, Sever do Vouga, Estarreja, Ílhavo e Vagos desconheciam quantos emigraram. Quanto à repatriação, a situação era variável. O concelho da Feira, o mais afectado pela emigração, respondeu que dos 1 200 emigrados, regressaram 600, com meios. Aos restantes concelhos, chegaram alguns remediados, mas também alguns pobres e até sem saúde. A emigração familiar foi baixa. Foram referidas situações de reemigração nos concelhos da Mealhada e Vagos.

Distrito do Porto – Indicou 9 181 emigrantes, não referindo, contudo, os que saíram dos concelhos do Porto, Gaia, Lousada e Bouças (Matosinhos). Os administradores do

¹⁷ COMISSÃO Parlamentar para o estudo da emigração portuguesa, 1885: 37.

bairro oriental e ocidental da cidade do Porto responderam que a secretaria do Governo Civil do distrito do Porto é que poderia dar essa informação. O administrador do concelho de Vila Nova de Gaia disse não ter dados, mas que partiram portugueses para o Brasil e que lhe constava terem emigrado alguns sem passaporte ou com passaporte falso¹⁸. Lousada deixa registado que “não pode calcular-se por ter havido bastante emigração clandestina e esta poderia evitar-se havendo melhor fiscalização na raia seca e marítima”¹⁹. Bouças (Matosinhos) informou que emigravam “muitas (pessoas) para o Brasil”²⁰.

Póvoa de Varzim e Felgueiras foram os concelhos que mais emigrantes indicaram: 1 094 daquele concelho e 1 015 deste último. A emigração familiar foi ainda baixa.

Distrito de Viana – Registou 4 754 emigrantes com destino ao Brasil. Não indicaram o número de emigrantes os concelhos de Arcos de Valdevez, Caminha e Monção. A emigração familiar era desconhecida.

Distrito de Braga – Embora Terras de Bouro, Amares e Vila Verde, o próprio concelho de Braga e Celorico de Basto não mencionassem os efectivos dos que partiram, entre eles o próprio concelho de Braga, o número de emigrantes que se deslocou para o Brasil, segundo este inquérito, atingiu os 5 000.

As causas da emigração apontadas por estes últimos quatro distritos – segundo as fontes oficiais, eram: o excesso de população, a pobreza, o recrutamento militar, a tradição e o espírito de aventura.

Partiam na condição de proletários, “filho-família” de lavradores, caixeiros do pequeno comércio, e com a idade máxima de 50 anos e a mínima de 12, situando-se a média entre os 15 e os 30 anos.

Oliveira Martins anotou nos seus mapas que os números aduzidos eram, salvo no concelho da Feira, os da emigração declarada, porque a clandestina, era talvez superior, uma vez que existiam por toda a parte agências de emigração. Ressaltou que grande parte dos que regressavam voltavam pobres e doentes ou remediados, e que havia casos de reemigração²¹.

As localidades onde foram apontadas casos de sucesso/riqueza foram Paredes, Esposende e Braga. Curiosamente, Lousada informou que alguns dos que voltavam ricos se dirigiam para Lisboa e Porto.

Distrito de Faro – Dos quinze concelhos do distrito, responderam, apenas cinco, totalizando 822 saídas.

¹⁸ COMISSÃO Parlamentar para o estudo da emigração portuguesa, 1885: 83.

¹⁹ COMISSÃO Parlamentar para o estudo da emigração portuguesa, 1885: 82, 204, 274.

²⁰ COMISSÃO Parlamentar para o estudo da emigração portuguesa, 1885: 81, 205, 273.

²¹ DIÁRIO da Câmara dos Senhores Deputados, p. 256.

Responderam que a corrente migratória, neste distrito, não se fazia somente para o Brasil, havendo igualmente emigração para África, Espanha e Argentina. A principal causa apontada era a falta de subsistências, e o regresso, quanto acontecia, fazia-se por razões várias. Quanto ao regresso, as autoridades de Faro responderam que muitos tinham retornado em boas condições económicas, mas que também regressaram alguns sem fortuna. Referiram ainda que era frequente a emigração temporária para o Brasil.

Distrito de Portalegre – Todos os concelhos responderam que não houve emigração, com excepção de Campo Maior que informou terem saído três ou quatro pessoas para o Brasil.

Distrito do Funchal – Dos cinco concelhos deste distrito, dois deles – São Vicente e Calheta – não declararam o número de emigrantes. O número de saídas fez, na época indicada, 1 893 efectivos. Os destinos escolhidos foram o Brasil, Demerara, Ilhas Sandwich e Moçâmedes, regressando poucos e sem saúde. Apontaram como principal causa para emigrarem a “falta de meios”. Destacaram que do concelho de Ponta do Sol, um número significativo de emigrantes foi acompanhado da família.

Distrito de Ponta Delgada – Salvo os concelhos de Nordeste e Vila do Porto, que não apresentaram os quantitativos emigratórios, sabemos que dos restantes concelhos do distrito saíram 22 858 pessoas para vários destinos: Brasil, Ilhas Sandwich e Estados Unidos. Foi dos concelhos de Ponta Delgada e de Ribeira Grande que se verificou uma maior corrente migratória e familiar. Só do concelho de Ponta Delgada partiram 14 583, dos quais 7 337 para o Brasil e 6 794 para as Ilhas Sandwich. Os restantes foram para os Estados Unidos. A emigração familiar para aqueles destinos foi marcante. Regressaram do Brasil a Ponta Delgada apenas alguns, sem saúde e sem fortuna

Distrito de Angra do Heroísmo – Os concelhos da Praia e Santa Cruz não indicaram o número de efectivos, mas responderam às restantes questões do inquérito. As autoridades de Santa Cruz informaram que todos os emigrantes partiam clandestinamente, sendo o concelho de Angra o mais afectado pela emigração: 6 531 casos declarados. O destino preferencial foi os Estados Unidos, seguido do Brasil. Para as Ilhas Sandwich foram poucos. Regressaram pouquíssimos, o que geralmente acontecia em caso de doença. De entre os que partiram para os Estados Unidos, alguns (entre 8% a 12%) acabaram por regressar aos concelhos de origem e com pecúlio razoável.

As causas da emigração apontadas pelas autoridades dos arquipélagos da Madeira e dos Açores eram por ordem decrescente de importância: a pobreza, o excesso de população em algumas partes, a aversão ao serviço militar e o espírito de aventura.

Informaram, ainda, que os números indicados foram os da emigração declarada, porque os da emigração clandestina eram, provavelmente, maiores.

Apesar dos números da emigração declarada pelas autoridades dos concelhos serem, de certo modo, incertos, pois muitos eram acompanhados com a expressão “à volta de”, “cerca de”, “calculamos que”, e de alguns concelhos informarem que não existia emigração ou que desconheciam o seu número, elaborámos o seguinte quadro:

Quadro nº 1
Emigração segundo o Inquérito parlamentar (1885)

Distritos	Emigrantes declarados
<i>Continente</i>	
Aveiro	6 255
Braga	5 000
Bragança	714
Faro	822
Guarda	656
Portalegre	4
Porto	9 181
Viana do Castelo	4 754
Viseu	4 966
Sub-Total	32 352
<i>Ilhas</i>	
Angra do Heroísmo	10 031
Ponta Delgada	22 858
Funchal	1 893
Sub-Total	34 782
Total	67 134

Os Açores lideram o mercado migratório. O *Inquérito à Emigração* de 1843, divulgado e estudado por Fernando de Sousa, mostra-nos que já naquele período havia uma forte emigração açoriana: “fogem e desertam continuamente gentes de todas as classes” – informa a Junta Geral da Horta²².

Também os distritos do noroeste, sobretudo o distrito do Porto foram igualmente afectados pela emigração. Com excepção do distrito de Viseu, o interior norte permaneceu quase imperturbável perante o fenómeno.

2. Debate parlamentar em torno dos resultados do Inquérito

Na Câmara dos Deputados, quem analisou atentamente os resultados dos trabalhos e valorizou a sua importância foi Oliveira Martins. Na sessão de apresentação do

²² SOUSA, 2009: 47.

seu “projecto de fomento rural”, em 27 de Abril de 1887, referiu-os como sendo da maior importância, ao mesmo tempo que lamentava não haver catálogo completo das respostas de todos os concelhos.

Em seu entender, “os documentos coligidos abrangiam sobre a totalidade dos 292 concelhos, um número de 140, quase metade da superfície do país. Considerou que as faltas não eram tais que pudessem prejudicar de maneira grave os resultados obtidos. Referiu que “os depoimentos não são perfeitos; mas também não podem ser inquinados de parciais, pelo menos no sentido de pessimismo, visto que essas informações provêm não dos particulares, mas das autoridades públicas, administradores do concelho, câmaras municipais e escrivães de fazenda”.

Depois de descrever o estado das classes trabalhadoras rurais fornecidas pelos depoimentos, referiu-se à emigração salientando que “a emigração portuguesa é descomunal, e ela é, sem dúvida alguma, o facto económico que em Portugal traduz de uma maneira mais completa, de uma maneira mais evidente, a desordem da nossa economia interna (*Apoiados*)”.

Contradiu a opinião de Pinheiro Chagas de que a emigração portuguesa fosse determinada por um desejo, por uma ambição de melhor sorte por parte das pessoas que iam principalmente para o Brasil em busca de fortuna. Baseando-se nos elementos coligidos ao relatório, afirma que as causas da emigração portuguesa eram “em primeiro lugar, as condições deploráveis em que se encontra, em muitos pontos, a propriedade do país; e em segundo lugar numa parte subsidiária, as condições em que se encontra a legislação militar”.

Argumenta que todos os documentos coligidos ao relatório concordavam em dizer que “as leis de recrutamento são uma causa eficiente da emigração que se dá, principalmente, nas províncias do norte do reino”.

Ainda a respeito das leis de recrutamento, Oliveira Martins leu à Câmara dos Deputados um excerto do depoimento do administrador do concelho de Mondim da Beira, onde este revelava a existência de uma rede de engajamento associada à emigração clandestina e explicava o seu funcionamento.

“Existe neste concelho a emigração clandestina, como em quase todos os do país. Manifesta-se especialmente com os indivíduos incursos no recenseamento militar, para os quais há companhias de engajadores perfeitamente organizadas. Têm estas companhias primeiros, segundos e terceiros agentes. Em geral, o primeiro agente reside em Lisboa ou Porto, tem uma escrituração perfeitamente regular para este género de mercadoria e encarrega-se de dirigir os engajados até ao momento do embarque. Faculta os passaportes e de todos estes serviços tem um lucro exorbitante. O segundo engajador reside na província, é geralmente proprietário de uma casa comercial; da sua mão recebeu dos engajados o dinheiro para pagarem a passagem, para o comboio e para despesas. Em geral, como o engajado é pobre, os pais hipotecam as terras da futura legítima

do filho e mais bens do casal, pagando os juros de taxa exorbitante, nunca menos de 10 por cento. Faz-se uma escritura de mútuo, em que figuram como primeiros credores os terceiros agentes, escritura caucionante de uma letra de câmbio do valor do simulado empréstimo, letra que mais tarde é descontada ou antes endossada ao capitalista, segundo agente, e assim fica tudo sanado em face da lei. Se os pais do mancebo embarcado recusam pagar as 35 ou 40 libras, preço da passagem e trabalho, a letra é posta no vencimento em execução nos tribunais judiciais. O terceiro engajador é o agente activo de todo o contrato; com ele tratam pessoalmente os engajados e famílias. É ele que dá ao engajado uma espécie de cheque sobre o segundo engajador e carta de recomendação para Lisboa ou Porto.

Estes agentes têm comissão de todas as companhias marítimas de transporte e uma correspondência em regra com o agente de Lisboa.

São por toda a parte altamente protegidos pelas influências locais, e zombam descaradamente das autoridades. É um negócio rendoso, que dá 100 por 100 de lucros semestrais.

Da forma por que se acha organizada esta torpíssima exploração, esta escravatura de carne branca, não é fácil a qualquer autoridade coibi-la ou castigá-la. E, os tribunais são os primeiros a patrocinar tais desmandos²³.

Ainda acerca das respostas enviadas à Comissão, Oliveira Martins salientou aspectos que condicionavam e explicavam o forte êxodo interno e externo: a desvalorização da propriedade, o mercado de capitais, o regime de trabalho e as condições das classes trabalhadoras.

O discurso parlamentar sobre a problemática da emigração não se esgotou.

Outros deputados manifestaram a sua indignação face a acontecimentos graves de que iam tendo conhecimento.

O tratamento infringido aos emigrados nas Ilhas Sandwich, lugar onde existia uma numerosa colónia portuguesa maltratada pelos fazendeiros das grandes explorações da cana-de-açúcar, e noticiado nos jornais, insurgiu Oliveira de Matos. Este deputado considerava que esses fazendeiros eram autênticos “tiranetes inumanos”, “déspotas argentários, que parecem querer ressuscitar os ominosos tempos do comércio da escravatura, e da escravatura europeia, ou, pelo menos, portuguesa, que é a que mais lhes convém”. E acrescentava: “desejo saber se o Governo está informado pelo seu cônsul nas Sandwich do que lá se tem passado, e se ele dá conta dos esforços e meios que empregou no desempenho do seu cargo para salvaguardar os direitos sagrados dos súbditos portugueses”.

Oliveira de Matos terminou a sua intervenção manifestando o desejo de “que a emigração portuguesa, esse numeroso bando de milhares de cidadãos, nossos compatriotas, embora desvairados por um sonho ambicioso, seduzidos por uma miragem de

²³ *DIÁRIO da Câmara dos Senhores Deputados*, sessão de 27 de Abril de 1887, p. 246-247.

oiro que raros logram atingir, encontre em toda a parte a protecção oficial a que tem direito e que se lhe deve. Estejam onde estiverem, nas Sandwich, no Brasil, na África ou na Índia, eles não são enjeitados, são portugueses; são emigrados, serão então infelizes, mas são nossos irmãos, têm todo o direito a exigir de nós e das nossas leis todo a protecção e auxílio que se lhes possa dar...”

A propósito do abandono a que eram votados os nossos emigrantes nas Sandwich referiu: “As colónias das outras nações (...) encontram todo o apoio moral nos seus cônsules”, chamando à nossa “a colónia dos carneiros, pela crueldade com que os plantadores a tratam”, sendo revoltante o “desprezo com que a obrigam a sofrer as maiores provações da miséria e todos os insultos do egoísmo feroz dos seus verdugos”.

Achava afrontoso para a dignidade do país a publicação do artigo sobre a forma “como os nossos compatriotas são espoliados, tratados barbaramente como uns cães sem dono, explorados vilmente, (...) sem que os seus queixumes nunca mereçam a mínima consideração do respectivo cônsul!”.

Oliveira de Matos manifestou a sua revolta pela forma como funcionava a emigração clandestina e, sobretudo com o modo como os contratadores aliciam os trabalhadores: “é bom que (...) isto aqui se leia e que se diga bem alto, para que o país o ouça, para que esses desgraçados que se deixam iludir pelos contratadores da emigração clandestina esse cancro social a que ainda se não aplicou nenhum cautério, vão sabendo o que lá os espera! É bom que os nossos trabalhadores portugueses, essa grande força viva do país, e que tanta falta nos faz, vá vendo por que troca a sua pátria e deixa a sua família”. Considera que “o infeliz trabalhador português”, não só nas Sandwich mas em outros pontos, é “pobre vítima da ignorância, da ambição, do comércio ilícito, e da negligência dos nossos governos, da nenhuma protecção das nossas leis!”

Lamentava que não se tivesse feito nada ainda para evitar a emigração, ou pelo menos para a fazer diminuir, e que ninguém se tivesse preocupado seriamente com os trabalhadores, “evitando que sejam roubados à agricultura e indústria pelos agentes tolerados e até mesmo protegidos (...) dessa odiosa emigração clandestina, tão conhecida no país, e da história infamante”.

E concluía dizendo: “já que não podemos ainda dar providencias algumas para se reprimir pelos meios legais sabiamente reflectidos e executados, o grande mal e ruína do país, a emigração, ao menos se lhe dê toda a protecção oficial, eficaz, pronta e valiosa, em toda a parte onde ela existir e nós tivermos meios para isso”²⁴.

O deputado Alves Mateus também demonstrou a sua indignação perante o imparável fenómeno da emigração. Considerou ser uma “necessidade urgente e inadiável combater a emigração legal por todos os meios indirectos, e pelos meios directos e

²⁴ *DIÁRIO da Câmara dos Senhores Deputados*, sessão de 12 de Julho de 1887, p. 1681-1682.

severos a emigração clandestina, que tem agências quase públicas em muitas terras do reino, não lhe faltando também protecções em Vigo”.

Em sua opinião, a emigração tinha atingido tais proporções que se tornava para o país “um verdadeiro cancro, porque sangra a população e arrebatando-lhe muitos milhares de braços válidos, desvigorá e empobrece o seu organismo económico, e prejudica principalissimamente a agricultura e o agricultor”²⁵.

Conclusão

O Inquérito Parlamentar à Emigração Portuguesa de 1885 constitui um documento extremamente importante para o estudo deste fenómeno, porque o questionário, formulado em torno de quatro grandes áreas temáticas, acompanhado das respostas que foram dadas nos concelhos do país, fornece-nos uma contextualização socioeconómica do fenómeno, possibilitando-nos uma reflexão sobre as causas que a explicam e sobre as consequências gravosas que este fenómeno acarreta para o país.

Apesar de, como afirma Luciano Cordeiro, “algumas respostas dadas serem deficientes e até obscuras, e algumas autoridades se terem limitado a copiar-se umas às outras nas informações relativas a diversas localidades, e dos governos civis se terem dispensado de rever, compendiar e acrescentar as respostas das repartições concelhias há, nos documentos recebidos, indicações e notícias extremamente interessantes, embora, por igual, extremamente lamentáveis”²⁶.

Estão neste caso as informações relativas às regiões que alimentavam a emigração nacional, a forma como se organizava a emigração clandestina; o modo como se processava o recrutamento militar, enfim as “causas da emigração”.

Os resultados/depoimentos obtidos com o inquérito tiveram o mérito de reabrir o debate político em torno da emigração, e de o fundamentar com mais objectividade e rigor.

Desconhecemos as razões porque muitos distritos não responderam ao inquérito ou tardaram a responder. Falta de tempo? Falta de meios humanos?

E mais importante ainda, o inquérito não permitiu o apuramento global dos emigrantes saídos entre 1874-1884, uma vez que numerosos concelhos não responderam ao mesmo.

Ficamos ainda sem saber porque não se manteve a Comissão²⁷.

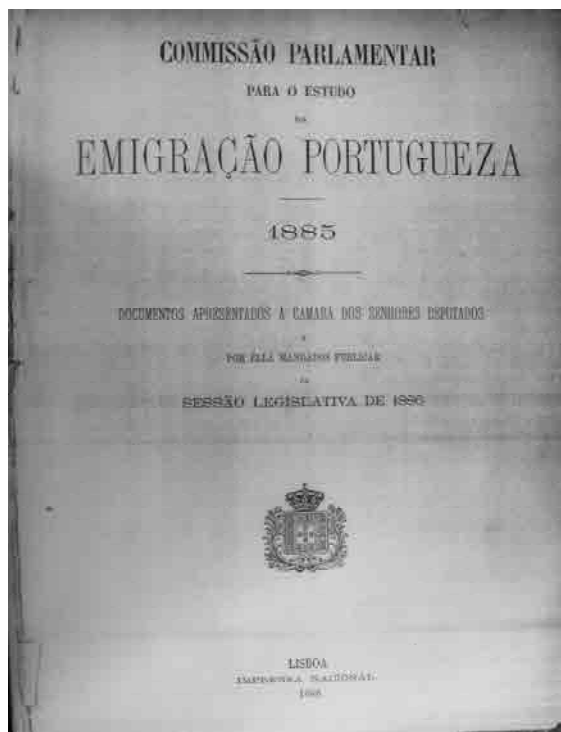
²⁵ *DIÁRIO da Câmara dos Senhores Deputados*, sessão nocturna de 26 de Julho de 1887, p. 2091.

²⁶ *Acta da sessão da Comissão Parlamentar* de 8 de Junho de 1886.

²⁷ Estamos em crer que tenha havido incompatibilidades políticas, pois na acta da sessão da Comissão de 8 de Junho de 1886, é referida a publicação de um decreto do Diário do Governo, datado de 4 de Junho de 1886 e referendado por todos os ministros. Este decreto, relacionado com o funcionamento das

A estas questões que aqui deixamos em aberto, procuraremos responder em próximo trabalho.

Anexo I
Comissão Parlamentar para o Estudo da Emigração Portuguesa (1885)



Fontes e bibliografia

Fontes

COMISSÃO Parlamentar para o Estudo da Emigração Portuguesa, 1885, Documentos Apresentados à Câmara dos Senhores Deputados e por ella mandados Publicar na Sessão Legislativa de 1886. Lisboa: Imprensa Nacional, 1886.

DIÁRIO da Câmara dos Deputados, 1885-1887.

comissões parlamentares, terá causado uma enorme indignação e reprovação por parte da Comissão de Inquérito, a ponto de o seu presidente, Luciano Cordeiro, pretender apresentar a exoneração do cargo.

Bibliografia

- ALMEIDA, Lopes de Almeida, *et. al.*, 1974 – “Conferência de Berlim”, in SERRÃO, Joel (dir.) – *Dicionário de História de Portugal*, vol.I. Lisboa: Iniciativas Editora.
- MAIA, Fernanda Paula, 2007 – “A emigração para o Brasil no discurso parlamentar oitocentista”, in SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia; PEREIRA, Conceição Meireles (orgs.) – *A Emigração Portuguesa para o Brasil*. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento.
- MARTINS, Ismênia Lima; SOUSA, Fernando de (orgs.). 2007 – *A Emigração Portuguesa para o Brasil*. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento.
- PEREIRA, Miriam Halpern, 1981 – *A política portuguesa de emigração (1850-1930)*. Lisboa: A Regra do Jogo.
- SOUSA, Fernando de, 2004 – “Portugal e a Regeneração (1851-1900)”, in SOUSA, Fernando de; MARQUES, A. Oliveira (coord.) – *Nova História de Portugal*, vol.X. Lisboa: Editorial Presença.
- SOUSA, Fernando de (coord.), 2009 – *A emigração Portuguesa e as origens da Agência Abreu*. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento.
- SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia Lima, (orgs.), 2006 – *Portugueses no Brasil: Migrantes em dois atos*. Niterói, RJ: Muiraquitã.
- VEIGA, Teresa Rodrigues, 2004 – *A população portuguesa no século XIX*. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento.
- MARTINS, Oliveira 1956 – “A emigração portuguesa”, in *Fomento Rural e Emigração*. Lisboa: Guimarães & C^a Editora.

A EMIGRAÇÃO PARA O BRASIL NO DISCURSO PARLAMENTAR PORTUGUÊS APÓS A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL (1918-1926)

Diogo Ferreira

Introdução

Fenómeno secular e devidamente merecedor de particular atenção ao longo dos anos, a emigração portuguesa não poderia deixar de figurar na agenda política e parlamentar do nosso país. Segundo Maria Ioannis Baganha, “o progressivo crescimento da emigração portuguesa suscitou viva controvérsia na época [final do século XIX-início do século XX] e levou a várias intervenções legislativas, que embora tenham largamente ultrapassado a protecção do emigrante, uma vez que favoreceram a sua selecção e criaram entraves à emigração familiar”, nunca colocaram em causa a liberdade de emigrar¹.

O discurso parlamentar português e a emigração para o Brasil

Após a promulgação da Constituição de 1911, o poder legislativo passara a ser exercido pelo Congresso da República, constituído em duas Câmaras: a Câmara dos Deputados e o Senado. Estes dois órgãos afirmavam-se como os mais importantes palcos de decisão política em Portugal, procurando-se examinar como os deputados e senadores entendiam e discutiam o fenómeno emigratório e apurar quais os temas que adquiriram maior importância nesse domínio entre Janeiro de 1918 e Maio de 1926².

Desde logo, os responsáveis políticos “tinham plena consciência da gravidade do fenómeno da emigração e buscavam os meios adequados para o resolver”, procurando

¹ BAGANHA, 2001: 448.

² Em 28 de Maio de 1926 dá-se um golpe de estado militar chefiado pelo General Gomes da Costa e em Junho é dissolvido o Parlamento, iniciando-se um período de ditadura.

através da troca de ideias e projectos aperfeiçoar e reforçar tais meios³. Perante a “sangria da emigração que, entre 1911 e 1913, adquiriu foros de êxodo maciço”, não foi de estranhar que este assunto constituísse “motivo de séria preocupação para os governantes republicanos” e tenha sido, por isso, “tema de vivos debates na época”⁴.

Se até ao dealbar da Primeira Guerra Mundial, em função dos elevados índices emigratórios registados até então, foram muitas as discussões parlamentares a propósito de tal temática, após esse conflito seriam igualmente muitas as sessões em que se trataria a questão emigratória. Isto porque “as consequências desastrosíssimas do conflito europeu e o desequilíbrio económico-social dele resultante, impediram a democracia portuguesa de cumprir alguns dos seus deveres fundamentais e, entre esses, o de reduzir ao mínimo o número de portugueses necessitados que têm de procurar, longe da pátria e fora da terra portuguesa, trabalho remunerador”⁵.

Os parlamentares apontavam alguns factores que contribuíram decisivamente para a saída da população portuguesa do país. Um dos principais era indiscutivelmente a escassez de géneros de primeira necessidade, a fome no seio das classes inferiores urbanas, o racionamento de alguns produtos e o aumento do custo de vida que traduziam uma dura realidade que agravava as condições de grande parte da população, tendo baixado significativamente o poder de compra de todas as classes sociais. Por sua vez, as despesas públicas tinham aumentado drasticamente devido ao esforço de guerra e a galopante inflação contribuíra para o agravamento da conjuntura socioeconómica. A troca de argumentos entre deputados e ministros foi uma constante. Ainda assim, estes últimos, para se defenderem das acusações dos parlamentares, sustentavam que a vida em Portugal não estava mais cara do que nos outros países.

“(…) certo que terminou a guerra nos campos da batalha, se calaram, as vozes potentes dos canhões, volvendo à tranquilidade e ao silêncio as planícies produtivas taladas pelos invasores, mas as suas consequências tremendas ainda se não arredaram de vez, e nós assistimos ao desenrolo desse alteroso vagalhão que é a constante subida do preços dos géneros alimentícios e da carestia aguda das subsistências, mais reclamadas pelas classes desprotegidas”⁶.

Por outro lado, em Fevereiro de 1921, o deputado Viriato da Fonseca apontava a falta de trabalho como uma das condições favoráveis à emigração. Numa sessão da Câmara dos Deputados, mostrava a sua preocupação por a emigração portuguesa estar a aumentar progressivamente, apontando a falta de ocupação profissional no

³ SERRÃO, 1990: 115.

⁴ MARQUES, 1991: 36.

⁵ SIMÕES, 1934: 21.

⁶ *DIÁRIO da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 55, de 2 de Setembro de 1919, p. 17.

nosso país como factor determinante para a partida para o estrangeiro. Este deputado não via a escassez de mão-de-obra como o único factor impeditivo ao desenvolvimento do país, atribuindo igualmente essa responsabilidade à desorganização social, à incúria e ao retraimento do capital.

Nas duas primeiras décadas do século XX, verificava-se que os sectores agrícola e industrial não tinham seguido o caminho da modernização e do desenvolvimento, registando por isso uma evolução nitidamente negativa. Assistiu-se à fragmentação das estruturas agrárias, que expulsaria agricultores do campo para a cidade, onde os aguardaria frequentemente uma situação de desemprego, tendo sido os erros cometidos nos processos de urbanização e industrialização motivos mais do que suficientes para a fuga das pessoas.

“O que eu vejo é que a emigração no nosso país é apavorante e aumenta dia a dia, desoladoramente, o que vem demonstrar-me que os braços dos trabalhadores portugueses não encontram na sua terra aquela aplicação que tão necessária lhes era, tendo que ir em terras estranhas, sabe Deus com que sacrifícios e através que desventuras, angariar os meios de satisfazem às suas mais instantes necessidades. Daqui se conclui que à terra portuguesa não faltam braços para o trabalho, mas verifica-se infelizmente que falta trabalho para esses braços”⁷.

Mais adiante, em 1925, João Camoesas, um dos mais interventivos parlamentares da época, julgava que a inveja existente na sociedade portuguesa era um factor determinante para o fomento da emigração⁸. Elaborava um cenário em que os indivíduos mais aptos e capacitados não hesitavam em emigrar quando se viam envolvidos em intrigas, motivadas por quem os invejava. Esses indivíduos enveredavam ainda pela emigração em virtude da inércia dos políticos portugueses e da sua incapacidade para resolver os problemas do país, considerando assim o deputado que o mais grave de tudo isto estava relacionado com a emigração de uma parte útil à sociedade portuguesa.

“Neste momento o sentimento mais comum em Portugal, infelizmente mais usado, o sentimento mais pró-forma aparecendo em toda a parte sob os aspectos mais variados (...) é realmente o da inveja, e, porque a inveja se torna um acto social e uma regra de conduta, sucede que, quando alguém possa ter qualidades físicas e intelectuais um pouco mais valiosas do que qualquer outro, vem a inveja, resultando disso uma coisa que se chama intriga, maledicência e malquerença, e portanto o invejoso não pode ver

⁷ *DIÁRIO da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 27, de 23 de Fevereiro de 1921, p. 8-9.

⁸ João Camoesas “repartiu a sua vida profissional entre a medicina, o funcionalismo público e o jornalismo”, tendo desempenhado “funções como vogal do Conselho de Administração da Caixa Geral dos Depósitos, chefe da Repartição de Higiene da Câmara Municipal de Lisboa, professor do Instituto de Orientação Profissional, e médico escolar”. De realçar ainda que “foi ministro da Instrução entre 9 de Janeiro e 15 de Novembro de 1923, e, de novo, de 1 de Agosto a 17 de Dezembro de 1925, devendo-se-lhe uma reforma da Instrução de grande qualidade” (Ver MARQUES, 2000: 141-142).

ninguém mover-se diante de si (...). Realmente as pessoas aptas e capazes, quando se vêem envolvidas nestas intrigas, quando assistem ao que só está vendo, à actividade política transformada numa fermentação de defeitos dos mais repugnantes, realmente os homens válidos que assim se vêem envolvidos numa atmosfera desta ordem, só têm um caminho a seguir: o de emigrar”⁹.

Face à considerável emigração que se registava no país, foram várias as críticas e/ou preocupações manifestadas pelos parlamentares. Os incessantes ataques à inoperância do Governo português face ao problema emigratório estavam frequentemente presentes no discurso político da época.

Na opinião do deputado Nuno Simões, parlamentar bastante activo no que concerne à temática emigratória, a acção do governo não deveria passar unicamente por “chamar a atenção dos governadores civis e das autoridades da fronteira, porquanto esse artifício de maneira alguma corresponde à magnitude do problema”, devendo sim através de uma “medida de carácter geral [...] corrigir e orientar as nossas correntes emigratórias”. A sua ideia era fazer com que apenas os mais habilitados saíssem e trouxessem em simultâneo o “máximo proveito para o Estado”, uma espécie de selecção de emigrantes mais capacitados para enfrentar as outras correntes emigratórias existentes nos países de destino. A preocupação do deputado face a esta temática era de tal ordem que se propunha inclusive a apresentar um projecto de lei caso o governo não tomasse medidas eficientes nesse sentido¹⁰.

Este mesmo deputado comunicaria ao plenário, passado algum tempo, que os jornais brasileiros noticiavam que engajadores portugueses estavam a celebrar contratos de imigração com patrícios em alguns Estados brasileiros, exigindo a intervenção do governo para acautelar situações daquele tipo e avançando mesmo com uma sugestão: a realização de “uma séria reforma dos serviços do Ministério dos Negócios Estrangeiros”¹¹.

⁹ *DIÁRIO da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 101, de 16 de Julho de 1925, p. 69.

¹⁰ Segundo Nuno Simões, “não bastará que se corrija essa emigração; é preciso, é inadiável que ela seja orientada em Portugal como os outros países orientam a sua emigração. Estão saindo de Portugal somente as pessoas que representam a *máquina humana* [...]. Não é nunca demais insistir neste ponto: o norte do país está condenado a ficar sem mão-de-obra. Gente válida, de 20 e 30 anos, está emigrando sistematicamente. Não é com o encarecimento dos passaportes, nem com as medidas que o Governo trouxe ao Parlamento, como o aumento da *taxa de saída*, e outras idênticas, que se pode pôr cobro à emigração. Outras medidas de carácter imperioso devem ser apresentadas em benefício da economia nacional” (*DIÁRIO da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 35, de 4 de Fevereiro de 1920, p. 7).

¹¹ No entender do deputado, o problema da emigração já devia ter sido resolvido há muito tempo pelo governo, “para que vergonhas como esta, que acabo de referir, não se dessem”. (*DIÁRIO da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 16, de 8 de Janeiro de 1924, p. 18). A propósito de reformas, em 1926, o senador Fernando de Sousa lamentava nada se ter feito quanto à reforma dos serviços de emigração, afirmando que tudo depende “duma proposta que estava pendente na Câmara dos Deputados desde 1924” (*DIÁRIO do Senado*, sessão n.º 59, de 19 de Maio de 1926, p. 3).

A emigração para o Brasil no discurso parlamentar português após a Primeira Guerra Mundial (1918-1926)

As chamadas de atenção ao governo, alusivas à emigração portuguesa, eram contínuas. Acusavam-se as autoridades governativas de ignorarem a forma desordenada como se processava a emigração, asseverando que ela poderia “afectar gravemente o futuro da nossa nacionalidade”. No entender de João Salema era essencial resolver primeiramente o problema da emigração, pois só assim é que seria possível solucionar outros problemas do país, ou seja, “para aumentar as contribuições no país é absolutamente necessário tratar a sério de manter e até aumentar a sua produção”, objectivo que estava manifestamente em risco devido ao “verdadeiro êxodo da população”.

Assim, era fundamental impedir a saída de emigrantes para que a produção não sofresse um decréscimo. Apesar disso, o deputado não desejava a total proibição da emigração, pretendendo sim dificultá-la, visto que o Brasil recebia, naquela época, “em três meses o mesmo número de emigrantes que antigamente num ano”. Desta vez, este apelo foi dirigido ao ministro do Comércio e Comunicações, Aníbal Lúcio de Azevedo que, por sua vez, sustentava que a emigração estava “intimamente ligada ao problema do fomento e da riqueza pública”. Ou seja, este ministro considerava que apenas o desenvolvimento da riqueza pública é que poderia conduzir à diminuição dos quantitativos emigratórios, lembrando que só com uma produção em alta, feita de uma forma organizada, é que Portugal poderia escapar às contrariedades por que passava¹².

“O português analfabeto no estrangeiro é um documento vivo do nosso vergonhoso atraso, que nos cumpre evitar que se torne conhecido e antes devemos procurar remediá-lo. Todos os países têm tratado a sério de tão sério problema. Nós, como de costume, vamos adiando sine die a sua solução”¹³.

Outro aspecto preocupante era o problema da emigração clandestina. Desde logo, em princípios de 1920, Ferraz Chaves expressava no Senado o seu desejo de “levantar um grito de alarme sobre a emigração” portuguesa, sugerindo a adopção de medidas eficientes para reprimir a emigração clandestina, já que a polícia criada para o efeito não estava a conseguir travar tal corrente, bem como manifestava a sua preocupação com os números da emigração legal¹⁴.

Já Nuno Simões, em finais de 1919, também decidira abordar tal temática na Câmara dos Deputados, chamando a atenção para o facto de os emigrantes serem iludidos pelos enganadores e depois presos ao tentar passar a fronteira. Perante tal exposição, o presidente do Ministério, Alfredo de Sá Cardoso, procurou tranquilizar os deputados ao garantir que tinha tomado as providências necessárias no sentido de

¹² *DIÁRIO da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 69, de 26 de Abril de 1920, p. 25-26.

¹³ *DIÁRIO da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 29, de 25 de Fevereiro de 1921, p. 6.

¹⁴ *DIÁRIO do Senado*, sessão n.º 32, de 5 de Fevereiro de 1920, p. 12-13.

“reprimir a emigração que se ia fazendo clandestinamente pela fronteira”¹⁵, ripostando o deputado Nuno Simões que não tinha conhecimento de nenhum engajador ter sido preso, ao contrário do que acontecia sucessivamente com os emigrantes. Ambos estavam de acordo com o facto de os engajadores se constituírem como elementos a perseguir e a capturar, reconhecendo, no entanto, que aqueles tinham uma forma de acção bastante defensiva, que os protegia habitualmente de qualquer intervenção das autoridades portuguesas responsáveis por tal fiscalização.

A ideia primordial que importava reter desta troca de argumentos é que era fundamental não deixar cair no esquecimento a luta que forçosamente se teria que travar para coibir a emigração clandestina, com especial incidência no acto de intervenção dos engajadores. Eram muitas as vozes que “se erguiam contra os engajadores que não curavam do mais elementar auxílio aos que iam com as mulheres e filhos em busca de melhor destino”¹⁶.

Por sua vez, relatava-se um problema ocorrido em Aveiro, mas que percorria igualmente todo o norte de Portugal. O deputado Sampaio Maia culpava os empregados das administrações dos concelhos do distrito de Aveiro pela forte saída de indivíduos para o estrangeiro, acusando aqueles funcionários de, “a troco de qualquer presente das agências de emigração”, auxiliarem e favorecerem essa emigração, apelidando-a de “assombrosa”¹⁷.

A propósito ainda de promessas enganadoras aos emigrantes, no entender do senador Silva Barreto, não eram só os engajadores que estavam “habilitados a mandar para fora carne humana”. Este parlamentar acusava também todos aqueles que estavam

“legalmente habilitados, que exercem uma campanha constante e impertinente junto de cada indivíduo que eles calculavam fácil de catequizar, e a quem ofereciam verdadeiros absurdos”¹⁸.

Na Câmara dos Deputados, no início de 1920, Nuno Simões rotulava o norte do país como região onde a emigração se desenvolvia largamente, sem que fossem tomadas as medidas adequadas para combater tal realidade, referindo que a imprensa escrita dava conta da “desoladora situação” provocada pela “emigração exagerada”, da qual resultava “uma grande falta de braços para a agricultura”. No entender do deputado, este era um problema que revestia uma “importância enorme” e era necessário o Governo cuidar “dele muito a sério” exigindo, para tal, que fosse implementada

¹⁵ No entender de Alfredo de Sá Cardoso era difícil apanhar os engajadores, já que estes “servem-se de várias pessoas para atingirem os seus fins, as quais guardam, a troco de dinheiro, todo o segredo” (*DIÁRIO da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 91, de 28 de Novembro de 1919, p. 4-5).

¹⁶ SERRÃO, 1990: 115.

¹⁷ *DIÁRIO da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 86, de 24 de Maio de 1920, p. 25.

¹⁸ *DIÁRIO do Senado*, sessão n.º 6, de 10 de Dezembro de 1920, p. 5-7.

uma política de repressão mais eficaz, “a fim de evitar o despovoamento dos campos, principalmente dos campos do norte”¹⁹. Este assunto seria muito debatido e a razão era óbvia: não havendo gente para produzir, não haveria, conseqüentemente, possibilidades de desenvolvimento do país e continuaria, assim, a vaga emigratória.

Em Fevereiro do mesmo ano, o deputado Alberto Cruz, em nome dos habitantes de Freamunde, concelho de Paços de Ferreira, apelava às autoridades governamentais para os prejuízos resultantes da emigração feita a partir daquela localidade. A falta de braços, que derivava da emigração, era apontada como principal causadora da crise que atravessavam, sustentando o deputado que era “absolutamente indispensável reprimir severamente a emigração clandestina” por se tratar de um “problema que interessa a todo o país, visto que do norte ao sul são uníssonos os queixumes sobre a falta de braços”²⁰. No Senado era dito também que as propriedades do norte estavam “por agriculturar devido à falta de braços”, que tinham na sua maioria emigrado, “levando as mulheres, [e] encontrando-se ali apenas velhos e crianças”²¹.

Apesar de reconhecer a importância das remessas que os emigrantes enviavam para Portugal e seu proeminente papel na nossa economia, o deputado Paulo Cancela de Abreu entendia que “o benefício resultante do ouro trazido pelos emigrantes é destruído completamente pela falta de braços e conseqüente alta de salários e aumento no custo da vida”. Defendia assim que o governo devia tomar uma atitude face à elevada emigração e atribuía responsabilidades à acção exercida pelos agentes de emigração, que se multiplicavam por todo o país com o objectivo principal da angariação de emigrantes²².

“No norte do país a emigração faz-se ainda sentir mais do que no sul. Desde sempre, que a emigração foi maior nos distritos do norte, porque nestes distritos a população é mais densa do que no sul, de maneira que há pontos em que a falta de braços se faz sentir extraordinariamente, para a lavoura, e daí os proprietários rurais verem-se na contingência de diminuir a sua cultura e até abandonar alguns terrenos”²³.

Outra preocupação estava relacionada com a saída de mulheres e de famílias completas para o estrangeiro. João Salema mostrava-se alarmado com o aumento da proporção da “emigração de mulheres e até de famílias inteiras”, projectando o estabelecimento de uma taxa de emigração como forma de combater “este mal, porque as famílias que vão para o estrangeiro raramente voltam ao país”.

¹⁹ *DIÁRIO da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 17, de 5 de Janeiro de 1920, p. 5-6.

²⁰ *DIÁRIO da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 34, de 3 de Fevereiro de 1920, p. 6.

²¹ *DIÁRIO do Senado*, sessão n.º 30, de 15 de Março de 1921, p. 6.

²² *DIÁRIO da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 96, de 30 de Maio de 1923, p. 6-7.

²³ *DIÁRIO do Senado*, sessão n.º 32, de 5 de Fevereiro de 1920, p. 13.

A resposta a mais este alerta seria dada pelo próprio presidente do Ministério e ministro do Interior, António Maria Baptista. Reconhecendo a “apavorante” corrente emigratória para muitos destinos, entre os quais se destacava o Brasil, recordava que o governo português tinha dado “severas ordens para ser reprimida [a emigração clandestina] e usar-se o maior rigor contra os engajadores”, ao passo que em relação à emigração legal fora implementada uma política conjunta, em que os governadores civis deveriam desempenhar uma acção em que não a beneficiassem, mas antes a contrariassem. Segundo António Maria Baptista, estava em discussão um projecto, numa comissão, acerca do problema emigratório. O ministro confessava já o ter analisado, mas não concordava com ele, já que, na sua opinião, o grande mal da emigração não era a que se efectuava individualmente, mas sim a que motivava a partida de famílias inteiras²⁴.

A inquietação dos responsáveis políticos face a este problema já tinha ficado anteriormente bem demonstrada no Senado. Em 1919, Desidério Beça contava que, quando exerceu o cargo de governador civil de Bragança, tinha assinado um “grande número de passaportes para o Brasil”. Todavia, o que lhe causava mais indignação foi o facto de mulheres e crianças estarem incluídas cada vez mais naqueles passaportes por si autenticados²⁵.

Ainda no Senado, Ricardo Pais Gomes tinha mostrado também a sua preocupação pela saída de famílias inteiras, criticando o incumprimento do que estava legislado em matéria de solicitação de passaportes quanto à residência dos impetrantes, facto que era devidamente bem aproveitado pelos agentes de emigração que tinham quase sempre, nos locais onde era necessário, pessoas que certificavam aquilo que eles pediam. Esta chamada de atenção foi ouvida pelo ministro do Trabalho (Ramada Curto) que, desde logo, afirmou que não se podia “atacar directamente o problema”, mas que se podia “condicioná-lo, dificultar e encaminhar as coisas de maneira a obterem-se alguns resultados”, asseverando igualmente que o governo, sempre que fosse possível, poria “um entrave ao desvairamento da corrente emigratória [...], tomando as necessárias providências”²⁶. O senador Ricardo Pais Gomes apresentaria mesmo um projecto de lei para tentar resolver o problema da emigração, o qual só seria lido na sessão do Senado de 29 de Julho de 1920²⁷.

²⁴ *DIÁRIO da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 94, de 4 e 7 de Junho de 1920, p. 4-5.

²⁵ *DIÁRIO do Senado*, sessão n.º 22, de 30 de Julho de 1919, p. 6.

²⁶ *DIÁRIO do Senado*, sessão n.º 39, de 20 de Fevereiro de 1920, p. 3. Noutra sessão, Ricardo Pais Gomes mostrava-se insatisfeito com o alcance da lei de 1919, nomeadamente no que respeitava ao meio de prova de residência do candidato a emigrante, considerando que aquela lei “permitia apenas provar a residência do impetrante, por meio de testemunhas, e assim era fácil aos agentes de emigração terem em Lisboa – e creio que isto não é novidade – criaturas que abonam os impetrantes, vindos, muitas vezes, na véspera para Lisboa” (*DIÁRIO do Senado*, sessão n.º 40, de 21 de Fevereiro de 1920, p. 3).

²⁷ Aquele senador julgava que “a extrema pulverização a que a divisão da propriedade rústica” tinha chegado, contribuía para a saída de famílias inteiras e dos “melhores braços indispensáveis ao amanho

A emigração para o Brasil no discurso parlamentar português após a Primeira Guerra Mundial (1918-1926)

“(…) nós não podemos impedir a emigração, porque ela, obedecendo a uns determinados preceitos, representa uma riqueza para o país, mas o que sucede actualmente não é uma emigração nessas condições, porque é o despovoamento da terra portuguesa. São os adultos, as mulheres e as crianças que emigram, são, enfim, povoações inteiras”²⁸.

A defesa da partida de emigrantes para as nossas colónias em África em detrimento do Brasil também foi um dos temas largamente discutido na Câmara dos Deputados e no Senado. Argumentava-se que “a fuga geral para o Brasil prejudicava notavelmente a colonização das províncias ultramarinas”, lançando-se sucessivos apelos para que o Estado intervisse no sentido “de desviar para estas as correntes humanas que à América se dirigiam”²⁹.

No Senado, em 1920, Vasco Marques considerava que se devia ter fomentado a ida de portugueses para as nossas colónias em vez da “emigração para países estranhos que, embora desse receita para o Tesouro, longe de representar um bem equivalia a um mal formidável”³⁰. Foi também naquela câmara que Bernardino Machado, no mesmo ano, assegurava que os portugueses iriam “fazer a emigração para África”, reclamando uma nova orientação da nossa política emigratória, que seria fundamental para a construção do “grande império africano”. Este senador valorizava a implementação de “uma política de emigração humana”, pois aqueles que partiam eram os mais destemidos e não deviam ser esquecidos e abandonados pelo seu país³¹.

Na Câmara dos Deputados, em Fevereiro de 1921, Tamagnini Barbosa entendia ser fundamental “drenar essa corrente emigratória [que ia para o Brasil], visto não a podermos fazer parar por completo, para as nossas colónias”. Mas este deputado não seria o único a propor a mudança do rumo da nossa corrente emigratória para África. Nessa mesma sessão, o general Norton de Matos, Alto Comissário da República em Angola, mostrava-se atento àqueles portugueses que regressavam a Portugal do Brasil e encontravam condições miseráveis, lutando muitos deles contra o infortúnio. Perante tal situação, o deputado julgava que “a emigração portuguesa para as colónias, e principalmente para Angola”, teria de “constituir um dos principais problemas da política nacional”. No entanto, esse plano deveria ser preparado calmamente, pois não se podia “de um momento para o outro derivar a emigração do Brasil para as nossas colónias”, visto que Angola, por exemplo, não tinha capacidade para “receber

das terras”, estando então esta situação directamente vinculada ao problema emigratório. Assim, no projecto de lei n.º 328 abordava-se uma série de factores, procurando estabelecer providências no que respeitava à propriedade rústica, de forma a que esta deixasse de influenciar tão decisivamente a emigração que se fazia sentir no país (*DIÁRIO do Senado*, sessão n.º 112, de 29 de Julho de 1920, p. 10-16).

²⁸ *DIÁRIO do Senado*, sessão n.º 45, de 27 de Fevereiro de 1920, p. 7.

²⁹ MARQUES, 1979: 41.

³⁰ *DIÁRIO do Senado*, sessão n.º 65, de 21 de Abril de 1920, p. 21.

³¹ *DIÁRIO do Senado*, sessão n.º 81, de 26 de Maio de 1920, p. 21.

dez ou doze mil emigrantes”, sugerindo por isso que a metrópole começasse a pensar seriamente em tal hipótese³².

Volvido um mês, na sessão de 15 de Março, António José Pereira entendia ser necessário desviar a corrente emigratória, que se fazia em grande número em direcção ao Brasil para as colónias ultramarinas, pois considerava que a emigração dos portugueses estava a adquirir um “carácter palpitante” e também por os responsáveis políticos brasileiros não estarem a reconhecer a importante acção que muitos daqueles desempenhavam para a evolução do seu país³³.

Por sua vez, Alberto Dinis da Fonseca manifestava a sua incompreensão por as colónias não assumirem internamente a mesma importância que no exterior. O deputado católico responsabilizava as autoridades governativas por tal condição, sustentando não ser compreensível que o governo não tivesse procurado encaminhar para as costas de África os elevados contingentes emigratórios que se verificavam anualmente³⁴.

Numa sessão extraordinária da Câmara dos Deputados, em finais de 1924, o presidente do Ministério e ministro do Interior, José Domingues dos Santos, apresentando a declaração ministerial, evidenciava os pontos fundamentais para o desenvolvimento de Portugal. Uma das suas ideias era dar início a “um ciclo de desenvolvimento da agricultura e da povoação na metrópole e no ultramar”, de forma a “ter um fim próximo a anomalia grave de haver uma notável emigração para o estrangeiro e um considerável proletariado urbano e rural num país com territórios europeus e ultramarinos onde, com rapidez, poderia haver uma população próspera dez vezes maior”³⁵.

Em 1926, o ministro das Colónias, Vieira da Rocha, defendia declaradamente o desvio da “corrente emigratória do Brasil para as nossas colónias, para as transformarmos num segundo Brasil”³⁶, ideia igualmente defendida pelo deputado António José Pereira, isto “se não quisermos ver a acção de Portugal enfraquecida e discutida por quem o possa fazer”³⁷.

“Angola é uma região cujos seus recursos naturais, se forem bem aproveitados, e tempo é de o fazer, a podem colocar, no futuro, na situação de um Brasil mais pequeno, desenvolvido e povoado pela nossa emigração, colonizado pelo nosso trabalho e energia inteligentes”³⁸.

³² *DIÁRIO da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 29, de 25 de Fevereiro de 1921, p. 5, 9.

³³ *DIÁRIO da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 38, de 15 de Março de 1921, p. 23.

³⁴ O deputado acusava o governo de ter desprezado e abandonado as nossas colónias, daí que uma grande parte da população portuguesa sentisse naturalmente pavor ao considerar a hipótese de emigrar para África (*DIÁRIO da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 52, de 25 de Maio de 1922, p. 8).

³⁵ *DIÁRIO da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 161 (extraordinária), de 27 de Novembro de 1924, p. 14-15.

³⁶ *DIÁRIO da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 14, de 11 de Janeiro de 1926, p. 11.

³⁷ *DIÁRIO da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 78, de 27 de Abril de 1926, p. 10.

³⁸ *DIÁRIO da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 3, de 26 de Julho de 1918, p. 8.

Ainda no domínio das preocupações evidenciadas pelos parlamentares portugueses destacava-se a ideia do fortalecimento das relações comerciais entre Portugal e o Brasil e, assim, a necessidade de se intensificar uma política de aproximação económica. No entender do senador Gaspar de Lemos, era fundamental a prática de actos ajustados a nível comercial entre ambos os países, pois “era da máxima conveniência, não só para o nosso país como para o Brasil, firmarem-se sucessivos acordos entre os dois países, a fim de dominarem na medida do possível os mercados mundiais, para a venda de determinados produtos”³⁹.

Invocando “a grande crise universal desencadeada pela guerra”; o facto de o Brasil carecer ainda de imigração, preferencialmente portuguesa, para tão “rico campo de acção económica” e a necessidade de regular o problema emigratório através de “escolas técnicas especiais para a preparação de emigrantes”, entre outras variáveis, Gaspar de Lemos pretendia demonstrar que “o estreitamento das relações entre os dois povos” só podia “trazer para ambos consequências fecundamente benéficas”. Este senador apostava então na criação de uma comissão para estudar todos aqueles objectivos que possibilitassem “uma aproximação estreita e íntima comunhão de interesses de toda a ordem, morais, sociais, políticos e económicos entre Portugal e o Brasil”. Um desses tinha a ver com o problema da emigração, pretendendo-se com aquele projecto que o emigrante português partisse preparado para o trabalho e se tornasse útil ao desenvolvimento do Brasil, reforçando a ideia de transformar a “emigração de miséria em emigração de riqueza”⁴⁰.

Nesta mesma sessão, o senador Bernardino Machado considerava que Brasil e Portugal eram “o mesmo povo dividido em duas nações”, com interesses mútuos, apoiando por isso a necessidade de uma “maior união de solidariedade entre estas duas nações”. Apontava o caso da nossa emigração para terras brasileiras como um desses interesses, referindo que o Brasil necessitava daquela emigração enquanto o nosso país também podia tirar daí proveitos se ela se transformasse em riqueza para quem partia⁴¹.

Em 1922, Nuno Simões apresentava uma moção onde referia que a Câmara dos Deputados estava esperançasada que o governo adoptasse finalmente uma abnegada postura no sentido “de se iniciar uma franca e efectiva política de protecção e enaltecimento de todos os valores da nossa emigração como essencial para a nossa expansão cultural e económica, e vantajosa para o estreitamento de relações com os diversos países preferidos pelas nossas correntes emigratórias”. Esta moção seria aprovada e o governo procuraria assim dar solução aos numerosos apelos que se iam

³⁹ *DIÁRIO do Senado*, sessão n.º 7, de 19 de Junho de 1919, p. 12-13.

⁴⁰ *DIÁRIO do Senado*, sessão n.º 69, de 25 de Novembro de 1919, p. 5-8.

⁴¹ *DIÁRIO do Senado*, sessão n.º 69, de 25 de Novembro de 1919, p. 10-12.

fazendo no plenário. Defendia-se para isso a necessidade da realização de um tratado de emigração, alicerçado em tratados de comércio, entre os dois países⁴².

Apesar disso, “o acordo relativo aos problemas de emigração e trabalho, que parecia ter sido uma grande vitória para Portugal”, acabaria por não reunir os apoios indispensáveis “para ser aprovado e produzir os efeitos por que ansiava a colônia emigrante”⁴³. Isto porque “em relação a Lisboa, não havia sequer uma pauta comercial de interesse recíproco que justificasse a abertura de negociações para um acordo favorecedor de produtos lusos”, mostrando-se assim “distanciada dos interesses do Brasil, de Portugal e, sobretudo, dos imigrantes portugueses”⁴⁴.

A este respeito, Paulo Cancela de Abreu afirmava compreender a importância da implementação de normas de protecção aos emigrantes portugueses que partiam para terras brasileiras, mas considerava não ser aquele o momento mais adequado a tal discussão por o nosso país estar a atravessar uma crise. Travando uma luta contra a falta de braços, não parecia ser a ocasião apropriada para favorecer a emigração portuguesa, mas sim para combater tal carência.

Por sua vez, em finais de 1924, o presidente do Ministério e ministro do Interior, José Domingues dos Santos, asseverava que tudo faria para apressar a realização da convenção comercial com o Brasil, procurando promover “todos os acordos susceptíveis de facilitar a mais larga colocação no estrangeiro dos produtos portugueses”⁴⁵. Já em 1925, o deputado Nuno Simões sustentava que, tendo o governo português que negociar uma convenção com as autoridades brasileiras, era vital acautelar “devidamente os interesses da nossa produção colonial”. No entanto, a grande prioridade de Portugal deveria passar por negociar um acordo económico com o Brasil visto que, segundo aquele deputado, já se importava “muito mais do Brasil” do que se exportava para lá, sendo “os interesses da grande República irmã em relação à nossa emigração vastíssimos e enormes as suas necessidades”⁴⁶.

“A guerra veio colocar-nos em condições de realizarmos esse velho e justíssimo desiderato. Já podemos portanto pensar, pensar a sério e imediatamente em retomar a nossa situação nos mercados brasileiros, ampliando cada vez mais a nossa acção económica. Temos pela frente competidores potentes [Espanha e Itália]”⁴⁷.

Todavia, não eram apenas preocupações e críticas que constavam nos debates parlamentares. Isto porque também seriam apresentadas medidas para procurar

⁴² *DIÁRIO da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 34, de 2 de Maio de 1922, p. 16-18.

⁴³ MENDES, MIRANDA, 2006: 189, 194.

⁴⁴ MENDES, 2010: 202.

⁴⁵ *DIÁRIO da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 161 (extraordinária), de 27 de Novembro de 1924, p. 15.

⁴⁶ *DIÁRIO da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 13, de 12 de Janeiro de 1925, p. 33-34.

⁴⁷ *DIÁRIO da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 59 (extraordinária), de 31 de Março de 1920, p. 20.

combater a elevada emigração. Uma delas dizia respeito à necessidade de implementar uma política de repressão mais eficaz, a qual se podia traduzir:

- na possível adoção de medidas por parte das autoridades governativas para conter a fuga desmedida da população portuguesa, ainda que isso pudesse contribuir para o aumento da emigração clandestina, como defendiam muitos deputados e senadores;
- reforço dos meios e poderes do Comissariado Geral dos Serviços de Emigração, considerado como o mecanismo institucional de gestão e fiscalização da emigração portuguesa.

A título de exemplo, no final do ano de 1924, o deputado do Partido Republicano Nacionalista, José Novais de Medeiros, lançava uma crítica aos serviços de fiscalização emigratórios, a propósito da sua inércia face à partida de um navio estrangeiro para o Brasil com mais de 150 emigrantes, sem levar a bordo um médico português, tal como estipulava a nossa legislação. O político recordava ao ministro da Marinha (Pereira da Silva) que a lei não tinha sido acatada e que o governo tinha obrigação de garantir a assistência adequada “àqueles que iam honrar o nome do nosso país”. O ministro expressava a sua concordância perante tal chamada de atenção, explicando que só tinha tido conhecimento daquela ocorrência posteriormente e que a lei estipulava, quando fosse possível, a presença de um médico português, o que não aconteceu naquela ocasião devido ao médico ter exigido uma elevada quantia de dinheiro para prestar aquele serviço, levando a capitania a optar por deixar partir o “barco sem médico” sem informar os Ministérios da Marinha e do Interior⁴⁸.

Em meados de 1925, António Maria da Silva assumiria novamente as funções de presidente do Ministério. Numa sessão da Câmara dos Deputados apresentaria a sua declaração ministerial, onde certificava que as autoridades governamentais estariam atentas ao melhoramento dos serviços policiais e de emigração. Contudo, esta promessa seria, desde logo, alvo de críticas por parte de Nuno Simões. O deputado afirmava ser mais uma entre muitas outras que já tinha ouvido naquela Câmara, acabando mesmo por considerar insuficiente uma eventual melhoria dos serviços da polícia de repressão como forma mais eficaz para combater a emigração clandestina que se continuava a fazer em grande número⁴⁹. Este parlamentar já havia afirmado que o problema emigratório não seria resolvido com medidas restritivas, as quais contribuiriam inclusivamente para o aumento da sua clandestinidade, reforçando a ideia da necessidade de criar não só “elementos de viabilidade aos nossos emigrantes, e elementos de preparação, mas também que lhes demos assistência e protecção”⁵⁰.

⁴⁸ *DIÁRIO da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 158 (extraordinária), de 18 de Novembro de 1924, p. 8.

⁴⁹ *DIÁRIO da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 93, de 6 de Julho de 1925, p. 37-38.

⁵⁰ *DIÁRIO da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 141 (extraordinária), de 26 de Outubro de 1920, p. 7-8.

Falava-se, assim, na necessidade de uma reforma dos serviços de emigração. Na sessão do Senado, de 7 e 8 de Julho de 1925, Ribeiro de Melo afirmava que para se aperfeiçoar aqueles serviços era essencial que “o ministro dos Negócios Estrangeiros acompanhasse paralelamente as boas iniciativas do ministro do Interior”, pois somente com uma comunhão de esforços entre os Ministérios é que todos os aspectos inerentes ao processo emigratório poderiam ser executados⁵¹.

A propósito da concertação dos ministérios na questão da emigração, Rafael Ribeiro, “eleito deputado pelo círculo de Viana do Castelo nas listas do Partido Nacionalista” em 1925⁵², afirmava no ano seguinte que os serviços de emigração estavam “um verdadeiro caos”, na medida em que

“o Ministério dos Negócios Estrangeiros legisla sobre passaportes sem dar a saber ao Ministério do Interior e sem ouvir o comissariado geral de emigração. O próprio ministro do Interior publica decretos, sem querer saber do comissariado de emigração, que lhe está hierarquicamente subordinado”⁵³.

O presidente do Ministério e ministro do Interior, António Maria da Silva, um dos políticos mais influentes da época, que voltara a assumir “a carreira governativa em 1920, prosseguindo-a com interrupções até 1926”⁵⁴, reconhecia a urgência da aprovação de uma proposta para reorganizar aqueles serviços, pois estes, da forma como estavam organizados, constituíam um “eldorado para os agentes”⁵⁵.

A propósito da remodelação dos serviços de emigração, o deputado Manuel Seras informava que esta era uma tarefa complicada em função de dois actores que possuíam uma notória capacidade financeira para tentar obstruir qualquer manobra parlamentar que procurasse travar as suas acções, organizando para isso campanhas com o objectivo de impedir a tão apregoada reorganização, já que lhes convinha que tudo permanecesse como até então.

“Sr. Presidente, em volta desses serviços há dois cancros: os agentes de emigração e as companhias de navegação”⁵⁶.

Por outro lado, alguns deputados basearam claramente as suas intervenções na ideia de que Portugal possuía as condições essenciais para que a população não sentisse o “chamamento” da emigração. Na Câmara dos Deputados, António Aboim Inglês entendia que o nosso território ainda tinha determinadas zonas por explorar,

⁵¹ *DIÁRIO do Senado*, sessão n.º 53, de 7 e 8 de Julho de 1925, p. 38.

⁵² MARQUES, 2000: 373.

⁵³ *DIÁRIO da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 71, de 15 de Abril de 1926, p. 6.

⁵⁴ MARQUES, 2000: 398.

⁵⁵ *DIÁRIO da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 71, de 15 de Abril de 1926, p. 7.

⁵⁶ *DIÁRIO da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 74, de 20 de Abril de 1926, p. 6.

não percebendo a razão pela qual muitos partiam para “longínquas terras”, quando muitas vezes encontrariam o mesmo ou até pior daquilo a que estavam habituados⁵⁷.

Na mesma ordem de ideias, o deputado socialista Ladislau Batalha destacava igualmente as oportunidades territoriais existentes em Portugal. Este considerava que o nosso país não tinha ainda reunido as condições necessárias ao seu desenvolvimento, estando dependente em muitos sectores do exterior⁵⁸. Como tal, o deputado não se admirava com o facto da emigração portuguesa continuar a aumentar consideravelmente, pois os portugueses procuravam no estrangeiro mais desenvolvimento e, conseqüentemente, maiores possibilidades de melhorar o seu nível de vida.

Por sua vez, em 1925, o ministro da Agricultura, Ezequiel de Campos, invocava os elevados números anuais da emigração para referir que estava “quase tudo por fazer em Portugal” e que era necessário usufruir dos nossos recursos naturais. Na sua opinião, o nosso país tinha um vastíssimo quadro geográfico, indevidamente mal aproveitado, apelando à importância dos nossos recursos como factores fundamentais para equilibrar o país económica e financeiramente⁵⁹.

Passados alguns dias, este célebre ministro interviria também numa sessão do Senado, apresentando ao longo da sua explanação soluções para os problemas agrícolas e agrários que se sentiam no país. Uma dessas estava relacionada com a forte emigração que se continuava a registar na década de 1920, ou seja, o ministro defendia que

“a povoação das terras ermas é necessária como modo fácil de fixar no País uma parte da gente que iria à emigração, e ao mesmo tempo como processo de aumentar a nossa produção agrícola e industrial (...). Ora este movimento geral da povoação é exaustivo

⁵⁷ Tal como já tinha defendido Oliveira Martins, António Aboim Inglês apelava à necessidade de colonizar o interior de Portugal. Assim, achava que estava na hora de valorizar as riquezas existentes no país, defendendo que era preciso agir no Alentejo para transformar aquela localidade num grande celeiro – evitar a importação de cereais – e irrigar “uma parte de Trás-os-Montes, Beira Baixa e o Alentejo”, concluindo o seu discurso com um apelo para que tivessem “fé” e que fossem “portugueses e republicanos”, pois só assim conseguiriam salvar “a Pátria e a República”. A título de curiosidade, este deputado reiterava que “nós temos a qualidade, para não dizer o defeito, de apreciar demasiadamente, duma forma exagerada, tudo o que não é português” (*DIÁRIO da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 55, de 2, 3, 4 e 5 de Setembro de 1919, p. 42-43).

⁵⁸ De acordo com Ladislau Batalha, os “70 milhões de quilogramas de trigo e os 30 milhões de milho que todos os anos se importam, podiam ser produzidos no nosso país, porque há milhares de hectares de terreno inculco, o que torna possível cobrir o nosso deficit cerealifero” (*DIÁRIO da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 39, de 10 de Fevereiro de 1920, p. 14-15).

⁵⁹ Segundo Ezequiel de Campos, “as riquezas orientais, o ouro e as pedrarias do Brasil libertaram-nos, por séculos, de cultivar as nossas terras, porque o estrangeiro fornecia-nos tudo em troca daqueles valores. Depois os bens nacionais, nas guerras dos empregos públicos, os empréstimos do estrangeiro e por fim a emigração permitiram que nunca fosse imposta a Portugal a necessidade do cultivo regular do nosso vastíssimo quadro geográfico e o aproveitamento dos seus recursos naturais”. Contudo, essa conjuntura modificou-se, passando a ser incerta “a colocação lucrativa dos nossos emigrantes na França e nas Américas”, daí a necessidade de se começar a produzir todos os bens essenciais no nosso solo (*DIÁRIO da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 13, de 12 de Janeiro de 1925, p. 6).

e prejudicial à Nação; basta imaginar que metade da emigração habitual, ou ainda menor fracção se fixava no País para depreender como aumentaria a produção da terra, como haveria trabalho industrial para muito mais gente, e como ganharia vigor a Nação”⁶⁰.

Por outro lado, nas discussões parlamentares foram, por vezes, apresentadas propostas com o intuito de tornar a emigração menos atractiva. Potenciar o simples desejo de manter o indivíduo ligado à terra foi uma das hipóteses aventadas. De facto, o deputado João Gonçalves compreendia que a ganância e o desejo de enriquecer eram motivos mais do que suficientes para que muitos pretendessem emigrar. Este considerava que tal situação vinha ocorrendo frequentemente e que produzia uma “emigração enorme”, afirmando que era necessário “prender o indivíduo à terra, dando-lhe a terra” para evitar tantas saídas do país⁶¹.

No Senado, na sessão de 21 de Fevereiro de 1920, Heitor Passos afirmava não ser suficiente a invenção de contratempos nos governos civis na concessão de passaportes para conter a emigração, recomendando a adopção de “medidas corajosas” que melhorassem efectivamente a nossa conjuntura económica. Ou seja, se a nossa economia recuperasse, provavelmente não haveria tanta necessidade de emigrar, pois muitos candidatos a essa realidade encontrariam no país as condições desejáveis para uma vida mais satisfatória e haveria assim mão-de-obra para os lugares vagos na indústria e na agricultura⁶².

“Nomeado professor efectivo no Liceu de Santarém e, posteriormente, transferido para o Liceu José Falcão em Coimbra, do qual foi reitor (1919-1927)”, exerceria igualmente “funções docentes na Escola Industrial Brotero de Coimbra, na Escola Normal Superior da Universidade de Coimbra e no Instituto Industrial e Comercial de Coimbra”, pensando por isso que não haveria melhor espaço para uma acção de sensibilização para o problema emigratório⁶³. Assim, a sugestão dada por este senador para evitar a saída desenfreada de tantos emigrantes passava pelos professores primários descreverem ocorrências menos agradáveis por que passavam esses emigrantes nos locais de destino, de forma a desmotivar as populações rurais e operárias que aspiravam a seguir caminho idêntico.

Por sua vez, o senador Silva Barreto achava que os governos civis deviam esforçar-se para combater os agentes de emigração clandestina, sendo para isso fundamental dotar-se dos meios apropriados para exercer uma acção mais eficaz e evitar a saída de indivíduos naquelas condições. Aludia ainda à realização de uma campanha propagandística com o objectivo de mostrar aos emigrantes, os quais vulgarmente

⁶⁰ *DIÁRIO do Senado*, sessão n.º 14, de 4 de Fevereiro de 1925, p. 8, 10.

⁶¹ *DIÁRIO da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 89, de 26 de Novembro de 1919, p. 15.

⁶² *DIÁRIO do Senado*, sessão n.º 40, de 21 de Fevereiro de 1920, p. 14.

⁶³ MARQUES, 2000: 339.

constituíam “a parte mais ignara da população”, os inconvenientes que derivavam da sua saída do país⁶⁴.

Conclusão

Em suma, nestas instituições democráticas discutiram-se as causas da emigração, apontada por muitos como um grave problema social, assim como se propuseram soluções para tentar travar a forte corrente emigratória. Os apelos ao governo para que impedisse a fuga desmedida da população foram visíveis ao longo do período analisado, sugerindo-se fundamentalmente a remodelação dos serviços de emigração e mostrando-se as potencialidades do nosso país. Apesar de alguns políticos reconhecerem a importância das remessas enviadas pelos portugueses estabelecidos no Brasil e defenderem o aprofundamento das relações comerciais entre os dois países, assinalava-se uma posição bastante consolidada de certos parlamentares relativamente à importância de desviar os nossos emigrantes de terras brasileiras para as colónias africanas, o que acabaria por não se materializar, já que o Brasil se manteria como destino preferencial da nossa corrente emigratória.

Fontes e bibliografia

Fontes

DIÁRIO da Câmara dos Deputados, 1918-1926.

DIÁRIO do Senado, 1918-1926.

Bibliografia

BAGANHA, Maria Ioannis, 2001 – “Historiografia da emigração portuguesa para o Brasil: algumas notas sobre o seu passado, o seu presente e o seu futuro”, in ARRUDA, José Jobson; FONSECA, Luís Adão da (orgs.) – *Brasil-Portugal: História, agenda para o milénio*. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo, SP: FAPESP; Portugal: ICCTI.

FERREIRA, Diogo, 2010 – “A Emigração do Norte de Portugal para o Brasil: uma primeira abordagem (1918-1931)”, in SARGES, Maria de Nazaré; SOUSA, Fernando de;

⁶⁴ *DIÁRIO do Senado*, sessão n.º 45, de 27 de Fevereiro de 1920, p. 6-7.

- MATOS, Maria Izilda; JUNIOR, Antonio Otaviano Vieira; CANCELA, Cristina Donza (orgs.) – *Entre Mares: o Brasil dos Portugueses*. Belém: Editora Paka-Tatu.
- FERREIRA, Diogo; ROCHA, Ricardo, 2009 – "A emigração do Norte de Portugal para o Brasil antes e após a I Guerra Mundial (1913 e 1919): variações e permanências", in SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia; MATOS, Izilda (coord.) – *Nas Duas Margens. Os Portugueses no Brasil*. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.), 1991 – *Portugal – Da monarquia para a República*, coleção *Nova História de Portugal* (dir. Joel Serrão e António H. de Oliveira Marques), vol. XI. Lisboa: Editorial Presença.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.), 1979 – *História da 1.ª República Portuguesa. As estruturas de base*. Lisboa: Iniciativas Editoriais.
- MARQUES, A. H. Oliveira (coord.), 2000 – *Parlamentares e Ministros da 1.ª República Portuguesa (1910-1926)*. Lisboa/Porto: Assembleia da República/Edições Afrontamento.
- MATOS, Maria Izilda; SOUSA, Fernando de; HECKER, Alexandre (orgs.), 2008 – *Deslocamentos & Histórias: os Portugueses*. Bauru, SP: Edusc.
- MENDES, José Sacchetta Ramos, 2010 – *Laços de sangue. Privilégios e intolerância à imigração portuguesa no Brasil (1822-1945)*, Coleção Portugueses no Mundo (4). Porto: CEPESE/Fronteira do Caos Editores.
- MENDES, José Sacchetta Ramos; MIRANDA, Tiago C.P. dos Reis, 2006 – "O Tratado do 1.º Centenário ou a retórica das 'duas pátrias'", in CASTRO, Zília Osório de; SILVA, Júlio Rodrigues da; SARMENTO, Cristina Montalvão (eds.) – *Tratados do Atlântico Sul: Portugal-Brasil, 1825-2000*. Lisboa: Instituto Diplomático-Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, 1990 – *História de Portugal. A Primeira República (1910-1926)*, vol. XII. Lisboa: Editorial Verbo.
- SIMÕES, Nuno, 1934 – *O Brasil e a emigração portuguesa. Notas para um estudo*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia (coord.), 2007 – *A Emigração Portuguesa para o Brasil*. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento.
- SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia; MATOS, Izilda (coord.), 2009 – *Nas Duas Margens. Os Portugueses no Brasil*. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento.
- SOUSA, Fernando de; MATOS, Maria Izilda; JUNIOR, Antonio Otaviano Vieira; CANCELA, Cristina Donza (orgs.), 2010 – *Entre Mares: o Brasil dos Portugueses*. Belém: Editora Paka-Tatu.

A EMIGRAÇÃO DO PORTO PARA O BRASIL DURANTE A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL (1914-1918)

Ricardo Rocha

Introdução

O presente trabalho de investigação, realizado no âmbito do nosso projecto de doutoramento em História na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, intitulado “A Emigração do Norte de Portugal para o Brasil: entre a implantação da República e o final da Primeira Guerra Mundial (1910-1918)”, tem como principal objectivo dar a conhecer as características da emigração portuguesa para o Brasil nos anos da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), procurando perceber de que forma o desenrolar do conflito e a participação de Portugal no mesmo afectou o fluxo migratório português em direcção ao território brasileiro, principalmente em termos quantitativos, mas também no que se refere às suas particularidades e dinâmicas intrínsecas.

Os dados aqui apresentados, e que servem de base à nossa análise, foram recolhidos a partir dos livros de registo de passaportes e maços de processos de passaportes existentes no Arquivo Distrital do Porto, acompanhados dos dados oficiais dos Anuários Estatísticos e Demográficos publicados pelo Estado português. Como é sabido, era aos Governos Civis que então competia, como hoje, a emissão de passaportes em Portugal, e a salvaguarda desta preciosa fonte permite-nos recolher uma série de dados de modo a apurar e quantificar com bastante rigor as principais características dos emigrantes e a traçar o seu perfil socioeconómico.

1. A participação de Portugal e Brasil na Primeira Guerra Mundial

Embora o objectivo deste trabalho não seja o de historiar com profundidade a participação de Portugal e Brasil na Primeira Guerra Mundial, torna-se imprescindível estabelecer uma breve cronologia do conflito e do papel nele assumido por ambos os países, de modo a compreender o contexto histórico que envolveu o fenómeno migratório por nós estudado.

Não sendo possível estabelecer uma data precisa para o início da Primeira Guerra Mundial, já que o conflito decorreu de uma série de causas e acontecimentos complexos e diversificados, é relativamente consensual que a “causa próxima” foi o assassinato do arquiduque austro-húngaro Francisco Fernando, em 28 de Junho de 1914, que provocou uma sucessão de declarações de guerra por parte das principais potências europeias, enredadas em complexos sistemas de alianças. Em Agosto do mesmo ano, as hostilidades estavam já abertas, com os primeiros recontros na Europa e em África.

A participação activa de Portugal começa praticamente de imediato, ainda que a título “oficioso”, com o envio de tropas para Angola e Moçambique, logo em Setembro de 1914, de modo a proteger aquelas possessões ultramarinas de uma eventual ofensiva alemã, já que a vontade colonizadora da Alemanha relativamente aos territórios portugueses (e outros) no continente africano vinha já das últimas décadas do século XIX.

A questão da participação ou não de Portugal na Primeira Guerra Mundial dividirá profundamente a sociedade, e em Janeiro de 1915, em reacção a uma política governamental favorável à participação portuguesa no conflito, regista-se um movimento de insubordinação militar, conhecido como Movimento das Espadas, que teve como principal consequência a demissão do Governo liderado por Azevedo Coutinho e a nomeação de Pimenta de Castro como chefe de um Governo ditatorial.

A ditadura conheceria o seu fim poucos meses depois, em Maio de 1915, mas ficava assente a clivagem entre o Partido Democrático, omnipresente na governação de Portugal e favorável à intervenção de Portugal na Grande Guerra, e os principais sectores sociais portugueses, como os monárquicos, a Igreja Católica e franjas significativas do Exército e do operariado, e que tinham na oposição àquela intervenção um ponto comum de luta contra os sucessivos executivos.

Entretanto, quando a Inglaterra, em Fevereiro de 1916, solicita o apresamento de todos os navios germânicos na costa portuguesa, antevia-se uma reacção mais efectiva por parte da Alemanha e, de facto, no mês seguinte, mais precisamente a 9 de Março, o governo alemão declarava oficialmente guerra a Portugal (embora os exércitos de ambos os países estivessem em confronto em África desde 1914).

A 15 de Junho, a Grã-Bretanha convida formalmente Portugal a participar activamente nos combates que então se travavam, e na sequência deste convite, é constituído o Corpo Expedicionário Português, a 22 de Julho, curiosamente, antes mesmo da aceitação formal do convite britânico pelo parlamento luso, que apenas se verificou a 7 de Agosto.

Apesar desta rápida sucessão de eventos, o Corpo Expedicionário Português partirá para a Flandres apenas em Janeiro de 1917, enquanto em Portugal a situação política se agudizava, agravada pelas “aparições de Nossa Senhora” em Fátima,

fenómeno religioso que se inicia a 13 de Maio de 1917 e que se vai repetindo até Outubro do mesmo ano, prontamente aproveitado pelos opositores do regime, que viram aí uma oportunidade imperdível para criticar a República, sob a almofada da religião, congregando um maior apoio popular e conservador.

De forma previsível, o ano de 1917 fecha em Portugal com uma revolução, liderada por Sidónio Pais, que ainda em Dezembro destituiu o Presidente da República, Bernardino Machado, e instaura uma ditadura de direita. Todavia, para desgosto de muitos que o haviam apoiado, Sidónio acabou por manter uma política intervencionista no conflito mundial.

À medida que a Grande Guerra se encaminhava para o seu fim, os embates nas trincheiras intensificavam-se, e a 9 de Abril de 1918, em La Lys, teve lugar o momento mais negro da história da participação portuguesa no conflito. Em cerca de quatro horas, as tropas portuguesas perdem praticamente 7 500 homens.

A participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial é bem mais tardia, quando comparada com a de Portugal, essencialmente por motivos geoestratégicos. De facto, apenas em Abril de 1917, na sequência do torpedeamento do vapor brasileiro *Paraná* por um submarino alemão, é que o Estado brasileiro decidiu romper relações diplomáticas com a Alemanha.

No mês seguinte, o navio *Tijuca* foi torpedeado perto da costa francesa por um submarino alemão. Em retaliação desta e de outras acções, o Governo brasileiro confiscou 42 navios alemães, e em 26 de Outubro de 1917, o Brasil declarava guerra à aliança germânica.

Da participação militar brasileira na Grande Guerra, destaca-se a constituição, em Janeiro de 1918, da Divisão Naval em Operações de Guerra, composta por dois cruzadores, cinco contratorpedeiros e um rebocador. No mesmo mês, foi enviado um grupo de pilotos aviadores navais e de oficiais do exército brasileiro para a Europa. E em Agosto de 1918, quando o conflito já se aproximava do seu fim, foi enviada uma missão médica brasileira para França, constituída por 86 médicos.

Assim, podemos afirmar que a Primeira Guerra Mundial produziu consequências claramente distintas, até mesmo opostas, no que se refere a Portugal e ao Brasil, decorrentes de múltiplos factores, a começar pela proximidade geográfica de Portugal face ao epicentro do conflito, que conduziu o país a uma participação bem mais activa, por força também das suas alianças e interesses territoriais. Ou seja, um país cuja situação política e económica antes da Guerra já não era a mais favorável, viu quase 200 mil homens serem mobilizados para o conflito, dos quais 10 mil morreram e milhares ficaram feridos, o que tornou a decisão de tomar parte activa na frente de combate cada vez mais impopular.

Do ponto de vista económico, esta participação representou para Portugal o aumento do custo de vida, uma crise de subsistências e um desemprego galopante, o

que desencadeou violentas reacções sociais aproveitadas pela oposição anti-intervencionista. Ao mesmo tempo, os sucessivos governos revelaram-se incapazes de apresentar soluções não só económicas e sociais, mas até do ponto de vista estritamente político, incapazes de aceitarem coligações, cujo corolário foi o notório falhanço da União Sagrada, que tentou infrutiferamente juntar evolucionistas e democráticos, apesar da matriz ideológica tão semelhante.

O País, rural, massivamente analfabeto, pouco industrializado, sofrendo já de uma terrível situação social, económica e financeira, é arrastado para a mais vasta, sofisticada, mortífera e dispendiosa guerra que a humanidade conheceu. Pode-se, por isso, afirmar, que a participação de Portugal na Grande Guerra foi o início do fim da República, ao exacerbar os problemas e as contradições do regime; ao instalar um conflito aberto contra o operariado e contra a Igreja Católica, opondo a aldeia conservadora à cidade laica; e ao precipitar uma crise gigantesca, que era, no fundo, a soma amalgamada de múltiplas crises.

O Brasil, por outro lado, teve, como vimos, uma limitada participação na Grande Guerra, não só por força da distância geográfica relativamente ao epicentro do conflito, mas também pela posição anti-intervencionista de boa parte da população, da falta de uma política externa clara e, como tal, muito hesitante na decisão de participar, e pelo reconhecimento da debilidade da sua infra-estrutura industrial e militar.

E se, num primeiro momento, as exportações brasileiras, muito dependentes do café, caíram bruscamente, o prolongamento do conflito acabou por oferecer boas oportunidades comerciais, devido ao aumento da procura internacional de alimentos e de matérias-primas, o que originou um surto industrial inédito no Brasil. Entre 1914 e 1918, o número de fábricas em território brasileiro quadruplicou e o número de operários duplicou. O mercado interno aumentou enormemente, ao passo que as importações diminuíram.

Até o Tratado de Versalhes acabou por ser bastante mais favorável ao Brasil do que a Portugal, apesar da participação mais activa e dos pesados custos económicos e humanos que o Estado português se viu obrigado a suportar. Enquanto Portugal apenas recuperou o território de Quionga, no norte de Moçambique, que tinha perdido para os germânicos em 1894, o Brasil conseguiu ficar na posse de 70 navios, quase todos alemães, que haviam sido apreendidos em águas brasileiras, e a Alemanha foi obrigada a pagar com juros o valor do café perdido com os navios naufragados.

Em suma, Portugal empobrece e o Brasil enriquece. Em Portugal grassa o desemprego, a fome, a miséria; o Brasil necessita de mão-de-obra imigrante para alimentar o seu crescimento. Em Portugal morre-se de tudo, no Brasil abrem-se as portas a uma vida digna.

Mas afinal, terá a emigração aumentado por força do desespero em Portugal e das promessas no Brasil? Ou reduziu-se em virtude das dificuldades nas comunicações

transoceânicas provocadas pela Grande Guerra e da vontade (e acção) do Governo português? E o contexto bélico e as suas consequências alteraram de algum modo o perfil e as características do emigrante e da emigração face aos anos precedentes? É a estas perguntas que tentaremos responder nos capítulos seguintes.

2. O discurso político

Não sendo este o tema central do presente trabalho, apenas deixaremos nesta ocasião uma sucinta mas paradigmática referência ao discurso político oficial produzido pelo Governo português relativamente à emigração, no período que nos ocupa.

Assim, na sessão da Câmara dos Deputados de 8 de Fevereiro de 1916, o Ministro do Interior, António Pereira Reis, proferia as seguintes palavras:

“Reconheço a gravidade que tem o problema da emigração para nós, sob o ponto de vista económico e militar, emigração de carácter patológico e feita, não por indivíduos, mas por famílias inteiras, e que é absolutamente lamentável. Devo contudo dizer que nas mãos do Governo e dentro das leis em vigor pouco pode fazer-se para coibir essa emigração. A emigração, que realmente teve uma exacerbação grande há 2 ou 3 anos, diminuiu consideravelmente. Desde que as leis estejam sendo cumpridas e a polícia de emigração tenha instruções apertadas, o Governo não tem maneira de evitar a saída de emigrantes pelas nossas fronteiras, se bem que esteja prescrito em várias circulares e determinações de outra ordem o evitar a emigração clandestina. Devemos fazer votos é por que a nossa situação económica seja melhor, com melhores e maiores condições de vida, porque então a população deixará de ter o estímulo que agora tem para procurar noutros lugares o trabalho onde seja melhor remunerado”¹.

Apesar de breves, estas linhas reúnem uma série de questões que já estavam presentes no discurso político antes da guerra, acompanhadas agora de uma nova preocupação, a necessidade de homens para defender o território nacional. Assim, a emigração é encarada como um grave problema, uma doença, não só para a economia, mas igualmente sob uma perspectiva militar.

Foca o problema da emigração familiar, que arrastava mulheres e crianças, um problema bastante sério para o país, uma vez que além de ficar privado de mão-de-obra e de potenciais militares, via a sua população envelhecer.

Refere que a emigração estava a diminuir, embora mais por força da conjuntura do que por acção governamental, reconhecendo a impotência do Estado para travar

¹ *DIÁRIO da Câmara dos Deputados*, de 8 de Fevereiro de 1916.

esse fenómeno, já que não podia fazer mais do que legislar, especialmente no sentido de tentar travar a emigração clandestina.

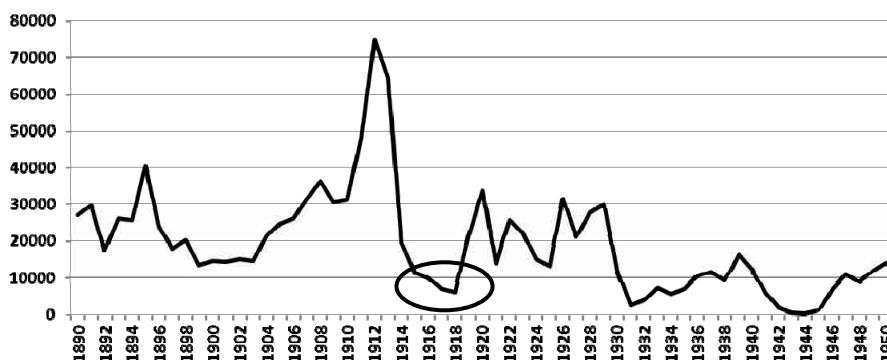
Por fim, admite que a melhor forma de combater o fluxo migratório residia no progresso económico português, por forma a aumentar os salários e melhorar as condições de vida, eliminando assim a primeira motivação dos que partiam para o outro lado do Atlântico.

3. A emigração

Como é facilmente perceptível através da observação do gráfico n.º 1, que apresenta os números da emigração portuguesa para o Brasil entre 1890 e 1950, o período correspondente à Primeira Guerra Mundial é caracterizado por um acentuado decréscimo do fluxo de emigrantes rumo àquele destino, ainda mais notório quando os três anos imediatamente precedentes ao início do conflito (1911-1913) foram precisamente aqueles em que se registaram os maiores volumes da história da emigração portuguesa para o Brasil.

De resto, após a retoma da emigração no pós-Guerra, apenas dois outros eventos com um impacto à escala global, a grande crise capitalista iniciada em 1929 e a Segunda Guerra Mundial (1939-1949), provocariam uma descida tão significativa nos números da emigração portuguesa para o Brasil. Ou seja, a Primeira Guerra Mundial foi o primeiro fenómeno com repercussões a uma escala verdadeiramente global, cujos efeitos se fizeram sentir aos mais diversos níveis, incluindo no campo das emigrações transcontinentais.

Gráfico n.º 1
Evolução da emigração portuguesa para o Brasil (1890-1950)

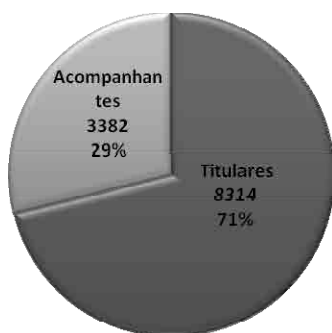


Relativamente ao universo que nos ocupa, os emigrantes que partiram para o Brasil com origem no distrito do Porto, constatamos que entre 1914-1918, um total de 11 696 emigrantes requisitaram passaporte para aquele destino junto do Governo Civil do Porto, dos quais 8 314 titulares e 3 382 acompanhantes (gráfico n.º 2), o que representa uma relação de cerca de um acompanhante por cada 2,5 titulares. A título de comparação, em 1912, essa relação era de um para quatro.

Estes números significam que, apesar da vontade política de se caminhar no sentido da titulação individual do passaporte – que culminaria com a lei de 10 de Maio de 1919, que proibiu a emissão de passaportes colectivos –, a verdade é que no período em análise a proporção de indivíduos que emigraram acompanhados acabou por aumentar face aos anos anteriores, ou seja, emigram cada vez mais famílias completas, por oposição à tradicional emigração solitária do chefe de família, que mais tarde chamava o resto da família ou regressava à terra natal.

Gráfico n.º 2

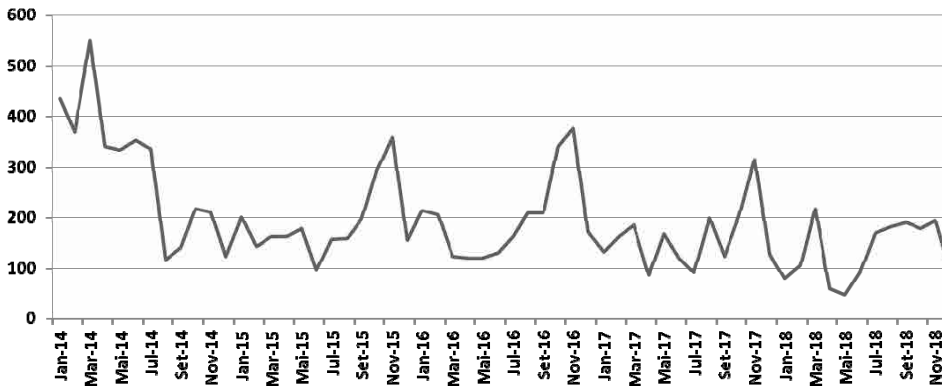
Total de emigrantes para o Brasil a partir do distrito do Porto (1914-1918)



Quando analisamos a distribuição da emissão de passaportes por mês (gráfico n.º 3), fica bem patente a relação entre o início do conflito e o decréscimo do número de emigrantes. Em Março de 1914, foram emitidos 550 passaportes, enquanto apenas cinco meses mais tarde, em Agosto, numa altura em que os combates se haviam já iniciado, esse número cai para 117 passaportes.

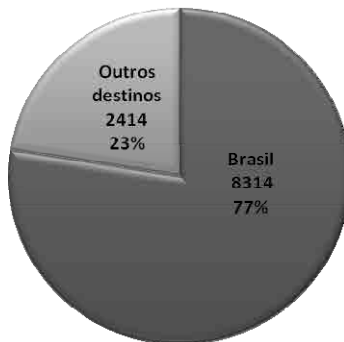
É também curioso notar que, com excepção do primeiro ano de conflito, o pico da emissão de passaportes verifica-se invariavelmente em Novembro, após as colheitas agrícolas e as vindimas, o que traduz a importância da lavoura na economia da região de origem.

Gráfico n.º 3
Total de emigrantes para o Brasil a partir do distrito do Porto (1914-1918)



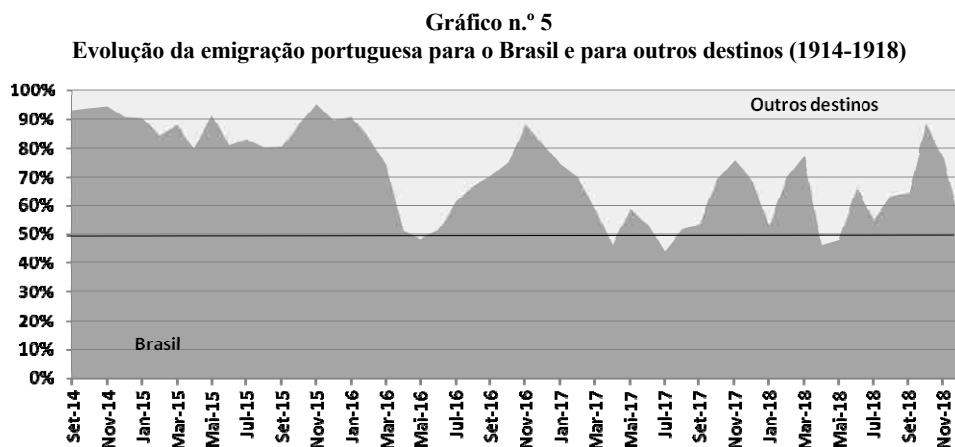
Não obstante a clara redução nos números globais da emigração para o Brasil face aos anos anteriores, a que já aludimos, a verdade é que aquele país continuou a ser esmagadoramente preponderante na hora de escolher o destino. De facto, 77% dos que partiam continuavam a optar pelo Brasil (gráfico n.º 4), quer pela proximidade cultural e linguística, quer pela rede de apoio já estabelecida de familiares e amigos, quer ainda pela necessidade de mão-de-obra que aquele país apresentava, em virtude do crescimento económico que então registava, oferecendo um emprego supostamente seguro e bem remunerado.

Gráfico n.º 4
Distribuição dos titulares de passaporte por país de destino (1914-1918)



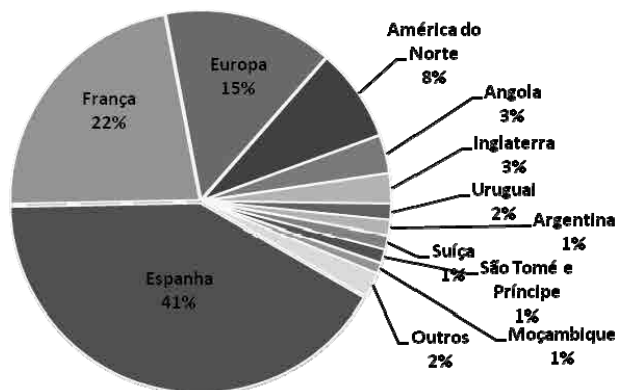
No entanto, se compararmos estes números com os de 1912, ano em que 98,8% dos emigrantes legais viajaram para o Brasil, percebemos que as dificuldades para a realização de travessias transatlânticas provocadas pela Grande Guerra acabaram mesmo por se fazer sentir, impedindo muitos emigrantes de se deslocarem para um Estado tão distante. E convém recordar que não só se tornou mais arriscado e mais caro viajar para um destino tão longínquo, como a própria situação económica do país não ajudava no momento de ter de se despende de tal maquia.

Aliás, neste período observa-se, pela primeira vez na história da emigração portuguesa, que o peso conjunto dos outros países de destino, ainda que de forma pontual, ultrapassa o Brasil. Este facto, até então inédito, regista-se em Maio de 1916, Abril e Julho de 1917, e Abril e Maio de 1918 (gráfico n.º 5). Nestes cinco meses, ainda que por escassa margem, foram emitidos mais passaportes para destinos extra-Brasil do que para o Brasil. É claro que estamos a falar de um grupo de países *versus* um só país, mas de alguma forma estes números, sem ameaçar a posição dominante de um destino secular, representa uma certa mudança de paradigma, que as décadas seguintes viriam a confirmar.



Sendo assim, que países passaram a ocupar a preferência dos emigrantes? Como podemos ver pelo gráfico n.º 6, Espanha, França, Europa (sem especificação do país) e América do Norte (maioritariamente, Estados Unidos) representam 86% dos destinos extra-Brasil. Acima de 1% encontramos ainda dois Estados vizinhos do Brasil, três colónias portuguesas em África e dois países europeus.

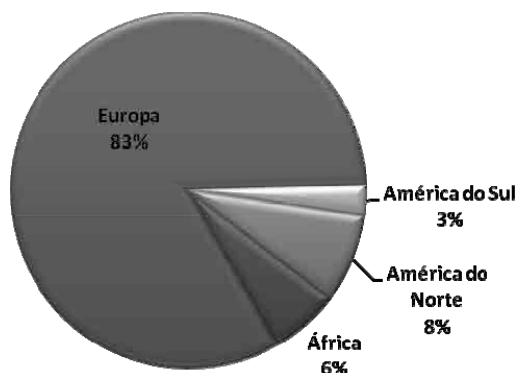
Gráfico n.º 6
Distribuição dos titulares de passaporte por país de destino extra-Brasil (1914-1918)



Se fizermos esta distribuição por continente, ressalta a importância da Europa como território de acolhimento dos emigrantes do distrito do Porto que não iam para o Brasil (gráfico n.º 7). Percebe-se ainda a emergência do continente norte-americano como destino relevante e, por oposição, o absoluto falhanço das políticas preconizadas pelos sucessivos governos portugueses no sentido de desviar a emigração do Brasil para as colónias em África.

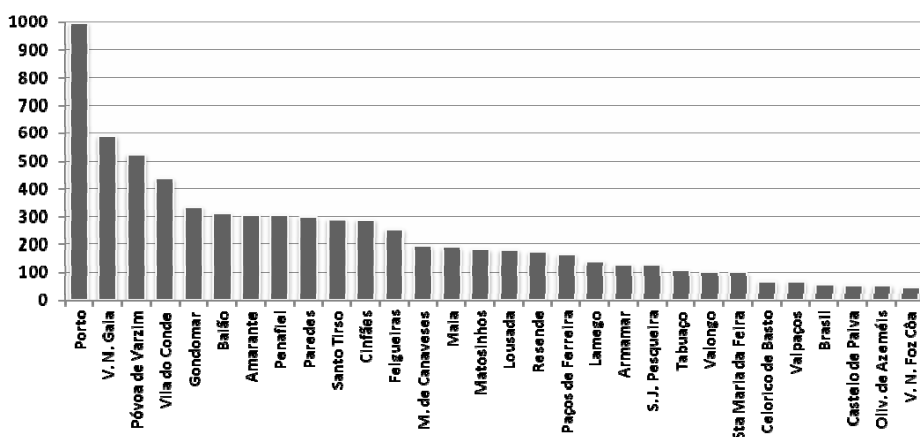
Não deixa de ser curioso a preponderância nas preferências dos emigrantes do distrito do Porto por países onde a Grande Guerra se fazia sentir com maior intensidade, mas a verdade é que, face às dificuldades a que já aludimos nas travessias transatlânticas, estes países europeus ofereciam, apesar de tudo, uma oportunidade mais atraente do que permanecer em território nacional.

Gráfico n.º 7
Distribuição dos titulares de passaporte por continente de destino (1914-1918)



Relativamente aos concelhos de origem dos emigrantes no período em análise (gráfico n.º 8), constata-se um fenómeno interessante em relação aos anos anteriores. Se por um lado, assistimos a uma maior concentração de naturais do concelho do Porto, fruto do acelerado incremento demográfico da cidade, a acompanhar o seu crescimento económico, por outro lado, há uma dispersão mais significativa dos emigrantes pelos restantes concelhos, que reflecte a crescente mobilidade das populações.

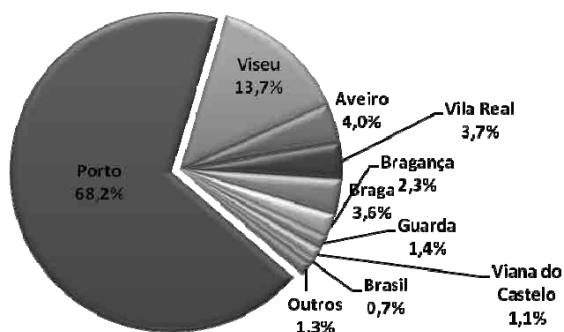
Gráfico n.º 8
Distribuição dos titulares de passaporte por concelho de naturalidade (1914-1918)



No seguimento desta ideia, quando olhamos para a distribuição dos emigrantes por distrito de naturalidade (gráfico n.º 9), constatamos que quase um terço dos emigrantes era natural de distritos que não o Porto (embora, na sua maioria, provindos do norte do país), quando em 1912 esse número representava apenas um sexto deste contingente, a traduzir uma crescente mobilidade interna da população.

É importante lembrar que, independentemente do distrito de naturalidade, de acordo com a lei então vigente, o impetrante teria necessariamente de residir no distrito onde solicitava o passaporte, no nosso caso, o distrito do Porto, já que o Governo Civil local não tinha autoridade para emitir passaportes a residentes de outros distritos.

Gráfico n.º 9
Distribuição dos titulares de passaporte por distrito de naturalidade (1914-1918)



Quanto à distribuição dos emigrantes por sexo, também aqui o contexto da Primeira Guerra Mundial introduziu uma novidade, ao duplicar o peso relativo do sexo feminino, que nos primeiros anos da década de 1910 representava pouco mais de 20% do total do contingente migratório, verificando-se no período em estudo uma distribuição bem equitativa, com cerca de 43% do total de emigrantes (gráfico n.º 10).

A principal explicação para esta mudança assenta na progressiva emancipação da mulher provocada pela Grande Guerra, por força da mobilização de homens para a frente de combate, o que levou a que cada vez mais portuguesas ocupassem uma posição económica e social até então inalcançável, não obstante a retórica republicana no sentido da igualdade de género.

As esposas e as filhas podiam agora mais facilmente ir ter com os seus maridos e pais, que haviam partido para o Brasil nos anos anteriores à Guerra, e cuja vontade de regressar era cada vez menor. De facto, se estavam já longe dos horrores das trincheiras e de um país cada vez mais pobre e caótico, fazia mais sentido que as famílias se lhes juntassem. O regresso destes homens à Pátria era, em boa verdade, uma opção cada vez menos razoável.

Gráfico n.º 10
Distribuição dos emigrantes por género (1914-1918)



Relativamente ao estado civil dos titulares de passaportes, solteiros e casados continuaram, por motivos óbvios, a dominar de forma esmagadora o contingente de emigrantes rumo ao Brasil, por constituírem a maioria da população (gráfico n.º 11).

Contudo, há algumas mudanças importantes a assinalar face ao que até aqui se verificava neste domínio. A percentagem de titulares casados diminui, ao mesmo tempo que a de solteiros, divorciados e viúvos aumentou. É certo que, no caso destes últimos dois grupos, mesmo assim a sua importância no total global é bastante reduzida, mas em termos comparativos com os anos anteriores à Primeira Guerra Mundial, a percentagem de divorciados quintuplica e a percentagem de viúvos duplica.

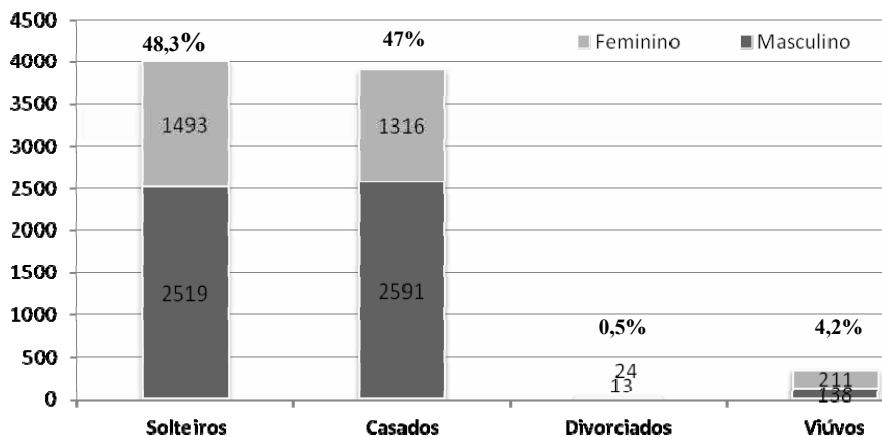
A que se ficam então a dever estes números? O aumento do número de divorciados prende-se claramente com a flexibilização da concessão de divórcios praticada pelo regime republicano, que desta forma libertava os casais do carácter sagrado do matrimónio, ao passo que, antes da implantação da República, o divórcio era apenas concedido em situações muitíssimo excepcionais.

Quanto ao número de viúvos, o seu crescimento deve-se, em parte, às mulheres que, após perderem os seus maridos, nomeadamente na Grande Guerra, e com a família que lhes restava já a viver no Brasil, se aventuravam a partir para o outro lado do Oceano. Porém, olhando para a relação entre estado civil e sexo, ressalta também o número significativo de viúvos, de homens que perdem as suas esposas, decidindo partir para o Brasil para, eventualmente, começarem uma nova vida, pouco os prendendo às suas origens, o que aumentaria a sua predisposição para emigrar.

Atente-se ainda no razoável número de mulheres casadas que requeriam passaporte. Para a total compreensão do significado deste número, seria necessário apurar quantas destas mulheres iam na companhia dos seus maridos, e quantas partiam ao seu encontro, mas uma primeira análise aos processos de passaporte deixa entrever que ambas as situações eram bastante comuns, dado o número de cartas de chamada e outras indicações que fomos encontrando com alguma regularidade e que apontam no sentido de boa parte destas mulheres terem já os seus maridos emigrados no Brasil; por outro lado, o pedido de passaporte individual não significava, longe disso, que estas mulheres viajassem sem os respectivos cônjuges, e a vontade política era precisamente a progressiva adopção desse tipo de passaporte (embora com pouco sucesso, como já tivemos oportunidade de ver).

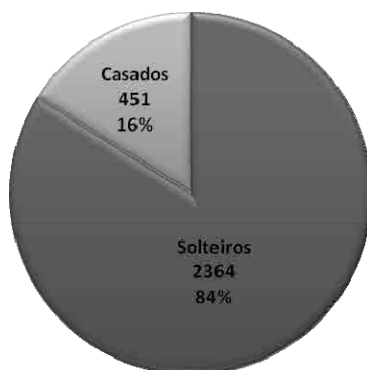
Mas só uma análise aprofundada das fontes nos poderia dar números com um grau de fiabilidade maior, pelo que, nesta ocasião, apenas nos permitimos deixar algumas possibilidades e nenhuma certeza.

Gráfico n.º 11
Distribuição dos titulares de passaporte por estado civil (1914-1918)



Já a explicação para os números relativos ao estado civil dos acompanhantes (gráfico n.º 12) é bastante mais simples. A quase totalidade dos casados é composta por mulheres que acompanhavam os respectivos maridos em direcção ao Brasil, acrescido este grupo de algumas filhas – e apenas mulheres –, que apesar da maioridade e do casamento, viajavam na companhia do pai. Já os solteiros correspondem, grosso modo, aos filhos dos emigrantes, boa parte dos quais menores.

Gráfico n.º 12
Distribuição dos acompanhantes por estado civil (1914-1918)



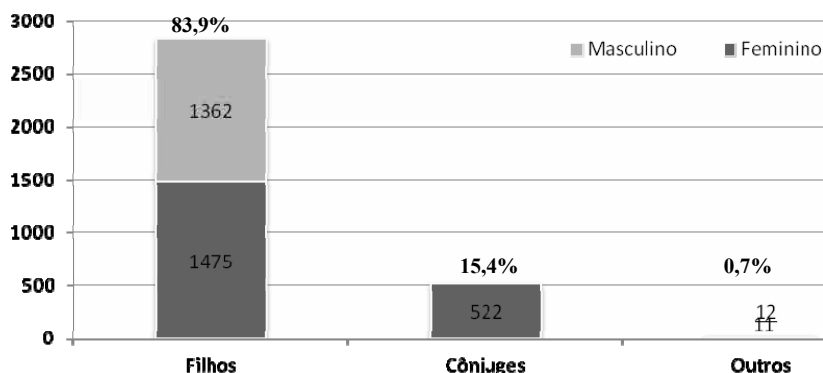
Os valores apontados atrás relacionam-se, assim, directamente com grau de parentesco que ligava os acompanhantes ao titular do passaporte. E como podemos constatar no gráfico n.º 13, quando falamos de acompanhantes, falamos essencialmente de

filhos, que representam 84% deste universo – uma percentagem praticamente igual à dos acompanhantes solteiros.

Já o grupo dos cônjuges, composto apenas por mulheres – era impensável, no período em estudo, ser o marido a acompanhar a esposa – não representa mais do que 15,4% do total de acompanhantes, o que representa um decréscimo das mulheres casadas a viajarem acompanhadas face aos anos anteriores. Outros graus de parentesco – pais, sogros, netos... – praticamente não têm expressão.

Ora, se o peso relativo das mulheres casadas que acompanhavam os seus maridos diminuiu, e se, simultaneamente, o número relativo de acompanhantes, como já tivemos oportunidade de constatar, aumentou, somos obrigados a concluir que o que provocou este aumento no número de acompanhantes foi o facto de os pais viajarem cada vez acompanhados dos respectivos filhos, em vez de os deixarem em Portugal para uma reunião mais tardia.

Gráfico n.º 13
Distribuição dos acompanhantes por grau de parentesco (1914-1918)



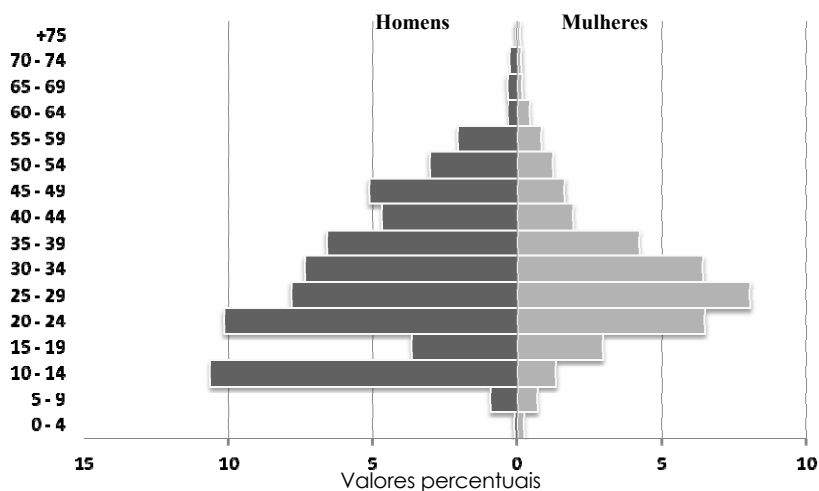
Passando agora à análise das idades dos emigrantes no período da Primeira Guerra Mundial, verificamos que, quanto aos titulares de passaporte, a moda se encontra no grupo etário dos emigrantes entre os 10-14 anos do sexo masculino, que vê a sua importância duplicada face aos anos precedentes (gráfico n.º 14). Esta é outra novidade absoluta trazida pelo contexto da Grande Guerra, que provocou um abaixamento muito significativo da idade média dos emigrantes e uma distribuição bem mais equitativa pelos diferentes grupos etários.

Nos anos anteriores, cerca de dois terços dos emigrantes situavam-se entre os 20 e os 35 anos, mas agora esse grupo não chega a representar 45% do contingente. E o crescimento da percentagem de emigrantes com mais de 35 anos, embora pouco significativa, ajuda também a reforçar a distribuição dos emigrantes por idades.

Fica ainda bem patente no nosso gráfico os valores reduzidos quanto aos emigrantes do sexo masculino entre os 15-19 anos, muito provavelmente em virtude da sua mobilização para o cumprimento do serviço militar, agravado pelo período de guerra que se vivia. A necessidade de mancebos para a frente de combate estava, como vimos, presente no discurso político, e os governos fizeram o que era possível do ponto de vista legislativo para dificultar a saída desses jovens para outras paragens. Sem possibilidade de escapar legalmente à Guerra, de literalmente pagarem a sua liberdade, só tinham duas saídas: emigrar ilegalmente ou combater.

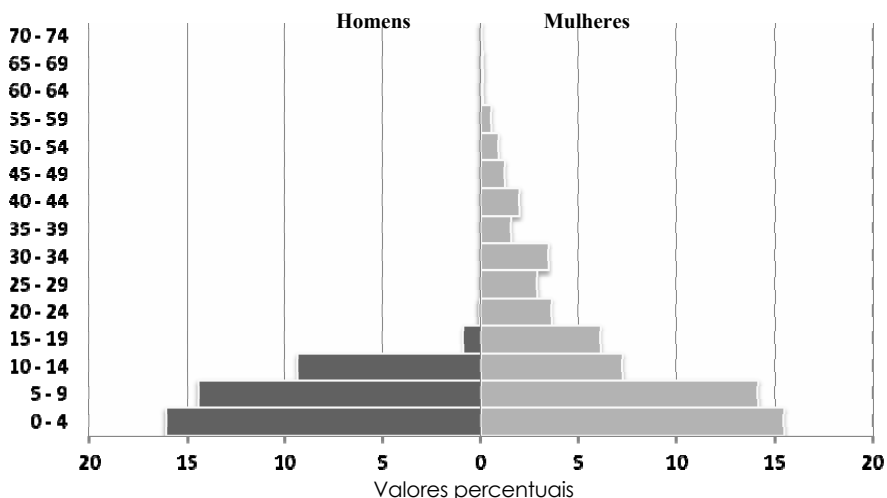
Talvez resida aqui, pelo menos em parte, a razão do aumento tão significativo de emigrantes com menos de 14 anos, o temor dos pais pelas vidas dos seus jovens filhos, numa altura em que a Guerra se arrastava sem fim à vista. O medo de uma futura mobilização certamente se acrescentava à longa lista de razões e motivações para uma “fuga” rápida de Portugal.

Gráfico n.º 14
Distribuição dos titulares de passaporte por grupos etários (1914-1918)



A distribuição dos acompanhantes por grupos etários (gráfico n.º 15) revela a estrutura habitual da emigração portuguesa para o Brasil, com uma população muito jovem (75% com menos de 14 anos), a reflectir o facto de ser composta maioritariamente pelos filhos dos titulares de passaporte. Apenas gostaríamos de assinalar que, no período em análise, não há um único acompanhante do sexo masculino com mais de 20 anos, ou seja, os homens maiores de idade viajavam sempre com passaporte próprio, enquanto 16% das mulheres tinham 20 ou mais anos, correspondendo com uma ou outra excepção, às esposas que acompanhavam os maridos e, em muito menor grau, às filhas que acompanhavam os pais.

Gráfico n.º 15
Distribuição dos acompanhantes por grupos etários (1914-1918)



No que diz respeito às profissões desempenhadas pelos emigrantes na altura da sua partida, as fontes apenas nos oferecem dados para os titulares de passaporte, o que acaba por ter pouca importância nos resultados finais, uma vez que os acompanhantes eram fundamentalmente crianças menores de idade e mulheres, dois grupos que, pelo menos oficialmente, não praticavam qualquer actividade profissional (embora seja por todos sabido que a realidade era substancialmente diferente quer num grupo, quer no outro).

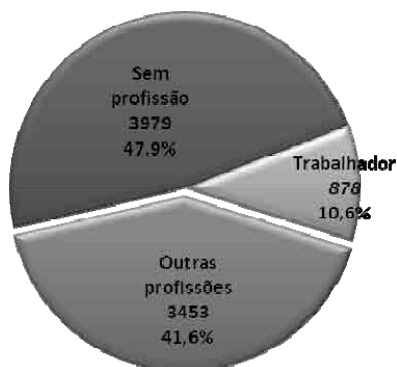
Ora, segundo os dados que conseguimos apurar, vertidos no gráfico n.º 16, existem três grandes grupos quanto às profissões exercidas pelos emigrantes; os trabalhadores indiferenciados, os emigrantes sem profissão e os trabalhadores com uma actividade específica.

O grupo dos indiferenciados, não constituindo mais do que 10% dos emigrantes, mostra-nos uma grande evolução face aos anos anteriormente trabalhados por nós, já que este conjunto representava, em 1912, cerca de um terço dos emigrantes. Se esta mudança se deve a uma real evolução das condições profissionais dos trabalhadores portugueses que se passaram a especializar numa determinada actividade, ou a um maior rigor por parte dos serviços do Governo Civil do Porto, não sabemos. Provavelmente, a resposta certa residirá na conjugação dos dois factores, somados a outros, como a crescente exigência na hora de emitir o passaporte, que levava os emigrantes a “treinarem” o que dizer, de forma a verem o seu pedido mais facilmente satisfeito.

Por outro lado, o enorme crescimento do grupo de emigrantes sem profissão, cujos números percentuais mais do que duplicam, encontra a sua explicação na maior

importância das mulheres e das crianças titulares de passaporte, e que oficialmente, como ainda agora afirmámos, não desempenhavam qualquer profissão.

Gráfico n.º 16
Distribuição dos titulares de passaporte por grupos quanto às profissões (1914-1918)



Já a fatia dos que exerciam profissões propriamente ditas, que corresponde a 41,6% do universo de impetrantes, merece uma atenção mais particular. Se o número de designações de profissões continua a ser, como no passado, bastante elevado, tendo na nossa pesquisa encontrado mais de cem profissões diferentes, a verdade é que boa parte dessas profissões se concentra em sectores de actividade muito específicos e bem diferentes daqueles que até então ocupavam os primeiros lugares (gráfico n.º 17).

A principal diferença em relação aos primeiros anos da década de 1910 reside na importância adquirida pelos homens de negócio (industriais, capitalistas), empregados comerciais e proprietários (não só rurais, mas também urbanos), que passaram a constituir os principais grupos socioprofissionais dos emigrantes. Só depois se seguem os sectores tradicionais da emigração, e que constituíam o grosso da população activa portuguesa, como a agricultura (lavradores, agricultores), mobiliário (marceneiros, carpinteiros, entalhadores), pescas (pescadores, marítimos) e construção civil (trolhas, pedreiros, pintores, caiadores) – e que de resto, uma vez chegados ao Brasil, dificilmente exerceriam a mesma actividade.

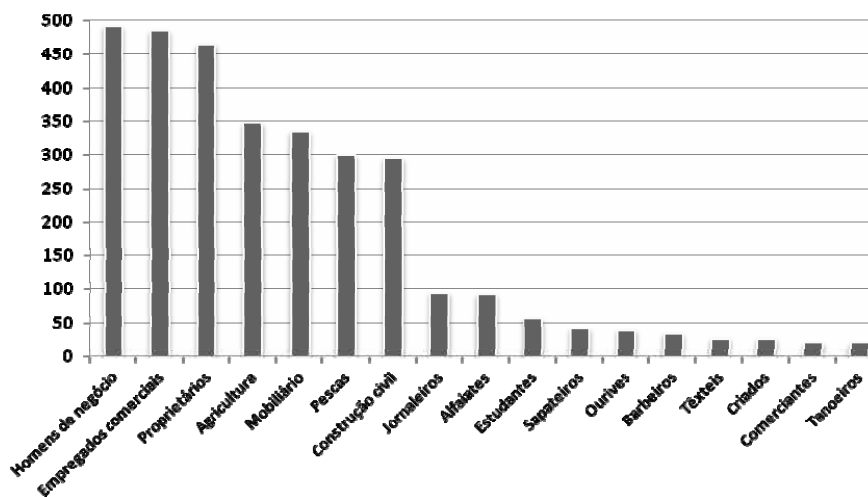
Mais uma vez, o contexto da Guerra provocou uma clara mudança da estrutura social e profissional dos emigrantes, pois é sabido que as classes mais abastadas escapavam com muito mais facilidade aos rigores e exigências dos períodos mais críticos. Podiam suportar o aumento do custo das passagens, o seu dinheiro ajudava a contornar a lei e a ultrapassar eventuais obstáculos, e o conhecimento que detinham do mundo dos negócios e da prosperidade no Brasil alimentava-lhes a vontade de aplicarem lá o seu capital, de modo a aumentá-lo.

Também os empregados ligados ao comércio, com cada vez menos possibilidades de arranjar um emprego compatível com a posição que, apesar de tudo, detinham, viam no florescente comércio brasileiro uma forma de subirem na vida, quiçá tornando-se eles próprios donos de um estabelecimento comercial.

As classes trabalhadores mais remediadas, ligadas a sectores tradicionalmente mais pobres, embora muito maiores em número, tinham agora menos possibilidades financeiras para viajar, e eram mais facilmente mobilizados para a Guerra.

Por outras palavras, estes dados não resultam de qualquer transformação social em Portugal, uma vez que o País não estava definitivamente mais rico do que no passado, nem se dedicava agora a outro tipo de actividades, mais ligadas ao sector terciário. São sim o resultado de um contexto que dificultou a vida à maioria dos indivíduos, pondo assim em maior evidência os que menos foram afectados na sua possibilidade de emigrar.

Gráfico n.º 17
Distribuição dos titulares de passaporte por profissão (1914-1918)

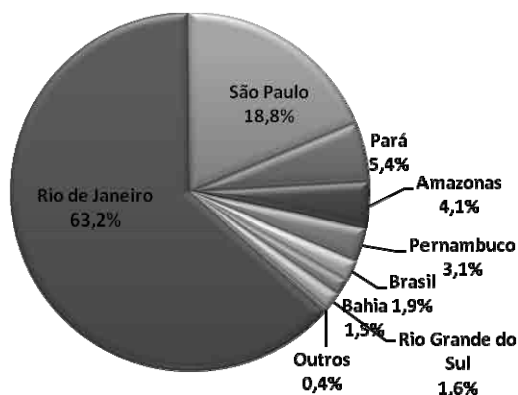


Finalmente, quanto ao destino dos emigrantes no Brasil, Rio de Janeiro e São Paulo – já na altura os grandes pólos demográficos e económicos do Brasil – continuaram a recolher a preferência da esmagadora maioria dos emigrantes, representando 82% do total. Os estados do Pará e Amazonas também alcançam números importantes, sendo o destino de quase 10% dos emigrantes portugueses neste período, mantendo a relevância que já vinha dos anos anteriores.

Claro que estes números, especialmente no que se refere ao Rio de Janeiro, podem ser enganadores, uma vez que, sem uma ideia muito concreta do que fariam e de onde se fixariam, a maior parte dos emigrantes limitava-se no seu pedido a men-

cionar a capital brasileira como o seu destino, pois o mais importante era, de facto, “chegar”. O mesmo já não deveria acontecer quando o destino era um estado menos importante, já que não faria sentido uma menção tão específica se não fosse esse o local exacto ou, no mínimo, aproximado de desembarque e fixação.

Gráfico n.º 18
Distribuição dos emigrantes por destino no Brasil (1914-1918)



Conclusão

Pelos dados que recolhemos e aqui apresentámos, parece-nos evidente que a Primeira Guerra Mundial, conjugada com outros factores directa ou indirectamente relacionados com ela, alterou as características da emigração portuguesa.

Das principais alterações assinaladas no nosso trabalho, gostaríamos de assinalar o crescimento notável do peso relativo das mulheres emigrantes, dos emigrantes provinidos do sector terciário e do mundo dos negócios, e a importância da faixa etária entre os 10-14 anos, por oposição à descida acentuada da faixa entre os 15-19 anos.

Tentámos avançar com algumas possíveis explicações para cada um destes aspectos, embora o nosso principal objectivo fosse apresentar os números, e estes, por si só, são manifestamente insuficientes para uma explicação cabal da realidade. Ao nosso contributo têm certamente que se juntar outros, de modo a, em conjunto, os números ganharem uma expressão qualitativa. Mas de qualquer forma, é seguro afirmar que a Primeira Guerra Mundial alterou uma estrutura que se mantinha há décadas, modificando significativamente o perfil do emigrante português.

Mesmo a descida gradual e inédita da importância do Brasil como país de acolhimento – embora mantendo-se destacadamente no topo das preferências – motivada pela dificuldade nas navegações transatlânticas, pela carestia que dificultava a com-

pra da passagem e pela mobilização de milhares de homens para a frente de combate, acaba assim por ser uma consequência directa da Grande Guerra e das mudanças económico-sociais que ela implicou.

As décadas seguintes confirmariam algumas das alterações ocorridas entre 1914 e 1918, com o Brasil a não mais alcançar os números do início da década de 1910, com a emergência de outros destinos na preferência daqueles que emigravam, com a emigração a deixar de ser tão predominantemente masculina e cada vez mais familiar. É certo que a Primeira Guerra Mundial não foi a única responsável e que alguns aspectos do perfil da emigração não acompanharam esta alteração, mas o impacto imediato e, a alguns níveis, a médio e longo prazo daquele que foi o primeiro acontecimento de nível verdadeiramente global, é, ousamos afirmá-lo, absolutamente indiscutível.

Após a Primeira Guerra Mundial nada ficou como dantes, mesmo a nível de questões aparentemente tão distantes desse acontecimento, como é o caso da emigração do distrito do Porto para o Brasil.

Fontes e Bibliografia

Fontes

Arquivo Distrital do Porto – *Livros de registo de passaportes e maços de processos de passaportes (1914-1918)*.

DIÁRIO da Câmara dos Deputados, 1916.

Instituto Nacional de Estatística – *Anuário Demográfico. 1952*. Lisboa: Tipografia Portuguesa, 1953.

Direcção Geral da Estatística e dos Próprios Nacionais – *Anuário Estatístico de Portugal. 1892*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1899.

Ministério das Finanças. Direcção Geral de Estatística – *Estatística Demográfica. Movimento da População (1912-1916)*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1918.

Bibliografia

FERREIRA, Diogo, 2011 – *A emigração a partir do distrito do Porto para o Brasil. Dos finais da Primeira Guerra Mundial à Grande Crise Capitalista (1918-1931)*. Tese de doutoramento em História. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto (poli-copiado).

- FERREIRA, Diogo; ROCHA, Ricardo, 2009 – "A emigração do Norte de Portugal para o Brasil antes e após a I Guerra Mundial (1913 e 1919): variações e permanências" (em colaboração com Ricardo Rocha), in SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia; MATOS, Izilda (coord.) – *Nas Duas Margens. Os Portugueses no Brasil*. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento.
- MATOS, Maria Izilda; SOUSA, Fernando de; HECKER, Alexandre (orgs.), 2008 – *Deslocamentos & Histórias: os Portugueses*. Bauru, SP: Edusc.
- ROCHA, Ricardo, 2010 – “A Emigração do Norte de Portugal para o Brasil em 1912: o ano de todas as partidas”, in SARGES, Maria de Nazaré; SOUSA, Fernando de; MATOS, Maria Izilda; JUNIOR, Antonio Otaviano Vieira; CANCELA, Cristina Donza (orgs.) – *Entre Mares: o Brasil dos Portugueses*. Belém: Editora Paka-Tatu.
- ROSAS, Fernando; ROLLO, Maria Fernanda, 2010 – *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Tinta-da-China.
- SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia (coord.), 2007 – *A Emigração Portuguesa para o Brasil*. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento.
- SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia; MATOS, Izilda (coord.), 2009 – *Nas Duas Margens. Os Portugueses no Brasil*. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento.
- SOUSA, Fernando de; MATOS, Maria Izilda; JUNIOR, Antonio Otaviano Vieira; CANCELA, Cristina Donza (orgs.), 2010 – *Entre Mares: o Brasil dos Portugueses*. Belém: Editora Paka-Tatu.

“O PARÁ E AMAZONAS SÃO IRMÃOS”: A AMAZÔNIA UNIDA NA CRISE DA BORRACHA E A IMIGRAÇÃO ESTRANGEIRA

*Maria de Nazaré Sarges
Wilson Brito Nascimento*

Introdução

Em 1850 era promulgada a Lei Eusébio de Queirós, que determinava a proibição do tráfico de escravos em território brasileiro, o que de imediato não provocou impacto na disponibilidade de mão-de-obra, já que na década anterior havia entrado mais de 500 000 escravos no país¹. Porém, mais à frente, houve essa preocupação e a Lei de Terras – também criada em 1850 – vai expressar bem isso, indo além da regularização territorial, preocupando-se também com a questão da imigração, já que uma das maiores preocupações no momento era atrair imigrantes para que fossem utilizados como força de trabalho nas diversas frentes econômicas².

Na Amazônia, assim como em outras regiões, o problema da mão-de-obra se fez também presente, o intelectual José Veríssimo na segunda metade do século XIX falava sobre esta questão. Colocando como um dos entraves para o desenvolvimento o problema da escassez de braços para o trabalho, dizia:

“A Amazônia é um deserto, isto é, não tem população mínima que chegue sequer para o mínimo de seu roteamento. A lavoura, porém, exige muito maior numero de braços, e aplicação mais constantes deles que a indústria extrativa. Dai a urgência em aumentar a população da Amazônia, cujo crescimento, em virtude de causas diversas e obras, têm sido demasiado lento. É urgente aumentá-la, não só para fornecer braços a lavoura e indústrias já existentes como para que possam aproveitar as incalculáveis riquezas da região, das quais hoje, justamente por carência de população, se não utiliza senão parte mínima”³.

¹ SILVA, 1996: 123.

² CAVALCANTE, 2005: 4-5.

³ VERÍSSIMO, 1970: 161-162.

Com o novo cenário do final do século XIX e início do XX, a Região Amazônica vivenciou um período de grande desenvolvimento econômico, em razão da produção e exportação do látex, produto que, naquele período, era de grande importância para o mercado internacional, pois propiciou o carreamento de recursos, contribuindo para um surto vigoroso na região⁴, embora o problema da escassez da mão-de-obra se colocasse *pari passu* a explosão da economia gomífera.

Após o tempo de prosperidade, restou, na região, uma época de crise econômica, e é sobre essa fase – em um recorte temporal que vai de 1910 a meados da década de 1920 – que o presente artigo se debruçará. Foi um período que mobilizou e uniu os Estados competidores na exportação da borracha, tão bem expresso em manchetes de jornais e nos discursos dos governantes, afinal “O Pará e Amazonas são irmãos”, conforme estampava a manchete da *Folha do Norte*, em 1926, dirigida a Washington Luis, poucos meses antes de sua posse na presidência da república brasileira.

Com base nos pronunciamentos oficiais dos poderes públicos dos Estados do Pará e do Amazonas, ao longo deste artigo, serão apresentadas quais as medidas que os governos, no início do século XX, implementaram para recolocar os referidos Estados no caminho da prosperidade e do desenvolvimento. Assim, será possível compreender de que maneira essas questões eram pensadas em um período de crise econômica.

Ao partir do pensar sobre o desenvolvimento, um dos objetivos será entender os significados da presença estrangeira na Região Amazônica, a fim de responder à seguinte pergunta: Na trilha do desenvolvimento que se colocava para ser alcançado, qual o papel dos imigrantes na contribuição para o desenvolvimento da Região Amazônica?

1. A década de 1910 e as falas dos poderes públicos

No início do século XX, as transformações econômicas e sociais que se operavam na sociedade amazônica foram atingidas pelo decréscimo no preço da borracha no mercado mundial, que depois de dois anos de aumento acabou dando um grande mergulho – “esse foi o começo de uma crise que iria aleijar a economia amazônica”, afirma Weinstein⁵. A causa principal dessa *débâcle* foi o início da produção da borracha em quantidades consideráveis na Ásia. Além disso, havia uma espécie de “colonialismo interno” expresso na arrecadação federal, que era feita de forma voraz. Em 1910, por exemplo, 62% da arrecadação total da região foram direcionados para a União.

Enquanto a tributação ia muito bem, a despesa ficava muito aquém da arrecadação, que em algumas épocas ficou a um quarto somente do total das despesas. Esse

⁴ SARGES, 2000: 76-77.

⁵ WEINSTEIN, 1993: 242-243.

*“O Pará e Amazonas são irmãos”:
a Amazônia unida na crise da borracha e a imigração estrangeira*

período é considerado pelo economista Roberto Santos como a fase de declínio da economia amazônica.

A crise instalada teve variadas consequências, como a queda na produção do látex, falências de casas aviadoras e pauperização da população. Além disso, as “famílias instaladas com base no aviamento da borracha e na exploração da seringueira [...] com a queda, o prestígio desse grupo começou a deslocar-se para os grandes comerciantes da castanha e da extração madeireira”⁶. Santos informa que no relatório da Associação Comercial do Pará de 1913 era registrado o desaparecimento de quase todas as mais antigas firmas da praça de Belém. Os Estados amazônicos entravam em anos de crise.

No ano de 1910, na mensagem dirigida ao Congresso pelo governador do Estado do Pará, a situação aparece ainda como próspera, e graças a algumas altas no preço da borracha, foi possível regular os compromissos do tesouro do Estado. Havia também um fecundar de iniciativas oficiais em relação à cultura agrícola no Estado, pois os governantes estavam convencidos de que o solo poderia vir a ser, no decurso dos anos, o celeiro natural da Amazônia⁷.

A mensagem registra uma situação de equilíbrio fiscal e também a percepção de que, com o cuidado dispensado, seria possível criar um futuro promissor. Entretanto, para isso, seriam necessárias estratégias, as quais ficam claras em várias falas, como a do seguinte discurso:

“Sairmos da indiferença, abandonar os processos retrógrados, convencer-mo-nos de que não será suficiente trabalhar em uma só direção, senão que é mister trabalhar em todos os sentidos e por todos os meios, como sejam – melhoria na navegação, na aviação, desenvolvimento da imigração, modificação das condições de vida do seringueiro [...] renovação nos seringais pela cultura racional da *hevea* e aperfeiçoamento dos métodos de extração”⁸.

Havia ainda outras medidas a serem tomadas, tais como, a participação nas exposições internacionais, como a de Turin e a de Bruxelas, onde os Estados do Pará e do Amazonas, respectivamente, tiveram participação, com o propósito de expor os produtos amazônicos e, assim, abrir novos mercados.

Dentre outras medidas, estava também o projeto de colonização de terras, como o que ocorreu na estrada de ferro Belém-Bragança, tanto é que, para isso, foi criada a

⁶ SANTOS, 1980: 120

⁷ APEP – Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo pelo governador do Estado do Pará, João Antonio Luiz Coelho, 1912.

⁸ APEP – Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo pelo governador do Estado do Pará, João Antonio Luiz Coelho, 1910, p. 38.

Secretaria de Obras Públicas com a seção de agricultura por meio da lei n.º 1 108 de 6 de Novembro de 1909, o que indicava maior cuidado com o setor.

A medida de colonização propiciou a criação do campo experimental de agricultura, cujo propósito era estimular e desenvolver o ensino prático da lavoura intensiva e mecanizada, construindo, em consequência, “o operário agrícola, experimentado, econômico, previdente, antítese do lavrador retrógrado, cheio de indolência e viciado na rotina”⁹. Todas essas ações se constituiriam em estratégias que visavam a um maior e mais forte desenvolvimento.

Na mensagem do mesmo ano, do Estado do Amazonas, a situação financeira aparece distinta da que é demonstrada na mensagem paraense. O governador expressava aos demais representantes políticos a dificuldade para a solução do problema financeiro do Estado. Ele enfatizava o esforço em fazer a maior economia possível nos gastos a fim de cessar a situação calamitosa em que se encontrava o tesouro público¹⁰. Tendo em mãos uma crise, o Congresso comercial, industrial e agrícola de Manaus foi um palco para a discussão e elaboração de estratégias que pudessem dirimi-la. Como resposta, esse evento sugeriu, por exemplo, a melhoria nos métodos de extração e a diminuição nos impostos para a exportação do látex.

Os discursos de 1911 evidenciam alguns resultados e alterações, como o que pode ser lido no seguinte trecho:

“São altamente consoladores os progressos da *nossa indústria* [...] a instalação da estação experimental Augusto Montenegro e a do campo de cultura experimental tem sido de notável proveito para os agricultores ao passo que presta serviço para os lavradores, desperta interesse e simpatia pelos assuntos agrícolas [...] essas escolas experimentais se constituem em verdadeiras escolas práticas onde o lavrador se prepara pela inspeção, pela observação e pela experiência, para aplicar a em suas terras os novos processos de cultivos [...] infelizmente nossas atuais condições econômicas e de prosperidade não nos permitem resolver o problema em seus 3 graus [...] mas podemos estimular e desenvolver o primeiro”¹¹.

A borracha aparece como um ponto importante de discussão. Era necessário procurar outros meios para formar a base econômica, mas era preciso ao menos manter certa importância desse produto, por isso a discussão sobre os meios que “defendessem” economicamente a borracha. Para isso, foi realizado o Congresso da borracha, que criou como medidas um serviço permanente de assistência aos trabalhadores nacionais e

⁹ APEP – Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo pelo governador do Estado do Pará, João Antonio Luiz Coelho, 1910, p. 38.

¹⁰ CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES – Mensagem lida perante o Congresso do Amazonas pelo governador Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt, 1910.

¹¹ APEP – Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo pelo governador do Estado do Pará, João Antonio Luiz Coelho, 1911, p. 131.

*“O Pará e Amazonas são irmãos”:
a Amazônia unida na crise da borracha e a imigração estrangeira*

estrangeiros espontâneos, trazidos pela União, ou pelos Estados, assim como políticas de assistência, como foi o caso da construção de hospedarias para recebimento de imigrantes.

Entretanto, se de um lado a monocultura da borracha era defendida, de outro surgia a necessidade de combatê-la. Os governantes entendiam que a crise atravessada pelo Estado do Pará era mais um exemplo frisante e eloquente de que nenhum povo conseguiria o equilíbrio econômico com a produção quase que exclusiva de um só gênero, por isso “[...] a ação do estado para estimular a agricultura [...] visa principalmente combater a monocultura da borracha [...] permitir ainda a produção em larga escala de cacau, castanha, frutas, cereais e etc [...] que assegurarão ao Pará a base de sua longa prosperidade”¹².

No Amazonas, no mesmo ano, o que transparece no discurso é o objetivo de defesa e valorização do “ouro negro”. Neste Estado, surge uma preocupação maior em opor resistência às bruscas depreciações do valor da goma elástica. As Mensagens enfatizam que o problema deveria ser encarado em toda a sua complexidade, a fim de que fosse examinado para a busca de soluções aprofundadas, porque essa seria a “questão vital para este norte grandioso”¹³. Dessa forma, foi adotado o papel de um estado regulador e com maior intervenção no mercado, como meio de autodefesa, estabelecendo o máximo e o mínimo dos preços, em cada safra.

Outros pontos aparecem como fundamentais para uma melhor base econômica, e o ponto basilar seria a navegação, que deveria ser desenvolvida a fim de melhorar escoar a produção, tendo como proposta a criação de uma empresa modelar de navegação. Outra questão que deveria passar por revisão seriam as leis sobre repartições e terras. Segundo a mensagem dirigida à Assembleia de 1912, a legislação continha disposições absurdas que afastavam o ingresso de capitais estrangeiros na exploração da terra, pelo limite traçado para as concessões a quem não fosse nacional, restringindo até o direito de propriedade, na alienação feita por particulares, mesmo munida de título legal. Ficaria, portanto, embaraçado o poder público para auxiliar a iniciativa particular a conseguir a aquisição de terras devolutas, já que estas poderiam ser transmitidas somente por título de compra. Esse era um problema que precisava ser corrigido. Eles entendiam que um

“Estado vastíssimo, e dispondo de grandes extensões de terra inculta e água abandonada, encontraria fonte inexaurível de riquezas, se pudesse levar a todos seus recantos o braço fecundo do trabalhador [...] Esta iniciativa feita diretamente pelo estado, além de ser morosa e de difícil execução, obriga a dispensar somas avultadíssimas, para cujo

¹² APEP – Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo pelo governador do Estado do Pará, João Antonio Luiz Coelho, 1911, p. 134.

¹³ CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES – Mensagem lida perante o Congresso do Amazonas pelo governador Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt, 1911, p. 94.

sacrifício não está habilitado. A concessão, porém, de grandes lotes, nas forças de cada indivíduo, sindicato ou empresa, nacional ou estrangeira, sob condições expressas de aproveitamento e povoamento, seria de eficaz resultado”¹⁴.

Em 1912, as mensagens oficiais demonstravam uma situação financeira nada animadora, principalmente pela depreciação do preço do principal produto amazônico. É destacada também a ausência de capital para “custear e promover uma imigração regular” e a falta de elementos econômicos para cortar o território por vias de comunicações, pois não podiam, assim, explorá-los e nem dividi-los em lotes. A instabilidade econômica era considerada um axioma, e seria fundamental o poder público “renovar paulatinamente todas as coisas que concorrem para essa instabilidade”¹⁵.

Nas mensagens eram colocadas, novamente, estratégias, tais como procurar evitar a especulação, eliminando o quanto fosse possível as despesas que oneravam o produto, assim como a redução gradual dos impostos, a melhoria na manipulação e, principalmente, a atração de capital e de braços necessários à prática agrícola em larga escala.

A partir do referido ano, o discurso com questões pungentes aparece de forma constante – não que em mensagens passadas essa necessidade já não existisse. Surge a lei n.º 1 238, que autorizava o governo brasileiro a fazer concessões de terrenos devolutos na zona da Guiana Brasileira, oferecendo vantagens de aquisição gratuita aos que dividissem os terrenos em lotes apropriados para a indústria pastoril e agrícola até cem mil hectares¹⁶. Além disso, essa lei autorizava, com o mesmo ideal de ocupação, a empresa *Amazon Land Colonization Company* a se instalar na região. Esta deveria explorar os terrenos que lhe fossem concedidos pelo governo paraense e também promover para essas paragens imigração nacional e estrangeira, formando núcleos coloniais, ocupando-se da criação de gado, da extração da borracha, de trabalhos mineralógicos e da agricultura de uma forma geral¹⁷.

A mensagem de 1912 do Estado do Amazonas registra *a priori*, que as medidas tomadas a fim de evitar bruscas oscilações no preço da goma elástica não surtiram o efeito desejado, sofrendo os preços e oscilações conforme as necessidades do mercado. Destaca também a necessidade de braços e, conseqüentemente, de projetos de colonização. Essa estratégia emergiu dentre as grandes necessidades para o aproveitamento das riquezas naturais do território, tanto é que a lei n.º 690 de 7 de Outubro

¹⁴ CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES – Mensagem lida perante o Congresso do Amazonas pelo governador Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt, 1919, p. 153.

¹⁵ APEP – Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo pelo governador do Estado do Pará, João Antonio Luiz Coelho, 1912, p. 125.

¹⁶ APEP – Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo pelo governador do Estado do Pará, João Antonio Luiz Coelho, 1919, p. 111-132.

¹⁷ CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES – Mensagem lida perante o Congresso do Amazonas pelo governador Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt, 1912, p. 129.

*“O Pará e Amazonas são irmãos”:
a Amazônia unida na crise da borracha e a imigração estrangeira*

de 1911 autorizou o governo a introduzir anualmente certa quantidade de colonos no Estado. No entanto, essa medida ainda não podia ser executada de uma forma mais eficaz e acelerada pela insuficiência dos recursos financeiros disponíveis.

Como a situação econômica, naquele momento, não era das melhores, e estando o governo impossibilitado de realizar investimentos em algumas áreas, como é o caso da imigração, melhor seria para o Pará e o Amazonas, e talvez mais eficaz, a imigração espontânea por meio da qual os imigrantes viriam por conta própria, ou seja, com os seus próprios recursos, dispostos e animados para o trabalho. A imigração subsidiada, ao contrário, na maioria das ocasiões era recrutada nas cidades e se confiava no governo, do qual muito esperava, exigindo até mesmo a obrigação de mantê-la¹⁸. Em vista disso, o governo fazia também concessões, como as dadas aos estrangeiros Antônio de Vidius Autrin e Gordon Erwin Brown, e outra ao nacional João Moreira Costa, ambas em lugares desocupados. Essas concessões tinham por principal objetivo não só facilitar o conhecimento, a exploração e o aproveitamento de zonas que estavam improdutivas, mas também fomentar o povoamento e animar a agricultura e a indústria.

2. Imigração estrangeira: braços e capital para a prosperidade

“Sanear... Sanear a Amazônia é a maior das obras que poderia empreender um administrador, que tenha descortinos e horizontes, dentro da largueza das nossas possibilidades e dos nossos recursos [...] Povoar... mas povoar primeiramente com gente brasileira [...] É tornar eficiente o povoamento, orientar-se de nossos patrícios para o trabalho honesto dos campos, das fábricas, das oficinas, facilitando a localização da sua gente, agora inútil, mas amanhã enérgica e progressista. Depois disso, abram-se as nossas portas e delimitem-se as nossas terras a imigração para a vinda dos quatro ventos do orbe, para quem se encontram sempre todas as facilidades de compensações [...] prosperar só assim, com gente sã e trabalho protegido, encaminhada a solução definitiva das maiores equações lançadas pela administração no quadro negro da situação ambiente, sempre desaparelhada, porque esquecida, mas não de todo incapaz para fecundos triunfo da vida rural, a das indústrias e do comércio, tripode memorável e de onde a ascendem, para o alto, na pyra do trabalho, os clarões do progresso da civilização. Será essa obra maior, de fraternidade brasileira de benemerência cívica, com que a futura atuação do governo federal poderá premiar os nossos arrojados caboclos nas selvas imensas, nas águas piscosas e nas terras ferozes da Amazônia”¹⁹.

¹⁸ CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES – Mensagem lida perante o Congresso do Amazonas pelo governador Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt, 1912, p. 98.

¹⁹ FOLHA DO NORTE, 14/8/1926: 2

A fala de Paulo Eleuthério dirigida ao presidente Washington Luis, anteriormente transcrita pela *Folha do Norte*, indica que o saneamento estava na base de todas as medidas, em seguida viria o povoamento, inicialmente com a “gente brasileira” e depois com os estrangeiros, e só assim seria possível chegar à prosperidade. Fica claro, portanto, que nos discursos do final da década de 1920, a questão do povoamento da Região Amazônica é uma espécie de rampa de acesso ao progresso.

Ao rememorar a história da região, é conhecido o seu surto de desenvolvimento no final do século XIX e início do XX, fato que ocasionou, sem dúvida, algumas evoluções no quadro econômico e gerou um processo de reurbanização das cidades, de criação de projetos e de atração de imigrantes nacionais e estrangeiros. Dessa forma, um dos pontos vistos como fundamental para colocar novamente a região rumo à prosperidade seria promover a ocupação do território.

Os poderes públicos tinham clara percepção da crise que atravessavam, por isso era necessário promover as mudanças nas estruturas de multiplicação de capital, mas, para isso, eram necessários investimentos, o que, pelo momento de crise, quase sempre eram escassos. No entanto, era preciso promover políticas que provocassem mudança no quadro instalado, sendo uma dessas estratégias a questão da imigração regular, assim como o corte do território por vias de comunicação, a sua divisão em lotes.

Ao observar as mensagens dirigidas à Assembleia, os periódicos e outros documentos que podem informar sobre aquele momento, é possível perceber os diversos problemas a serem enfrentados. Neste momento, pergunta-se: Porque o Estado destacaria com maior ênfase a questão da ocupação? O que aparece com muita força nas mensagens evidencia um indicativo de que a crise era algo bem mais abrangente, indo além da crise econômica propriamente dita.

A crise que atingia toda a república era uma crise comercial, financeira, monetária, política, de transporte, de salário, de ensino e até moral²⁰. Todavia, todas essas crises seriam expressões menores de uma crise maior, ou seja, a da agricultura. Caberia ao Estado tomar providências para solucionar a questão da agricultura e, assim, as demais começariam a ter também resolução, pois eram coisas inerentes. Era necessário, por exemplo, fazer dos Estados brasileiros regiões de indústrias múltiplas, a fim de explorar outros mananciais de riqueza, principalmente aqueles que resultavam da cultura do solo. Portanto, uma das medidas fundamentais seria a restauração ou renovação da agricultura, tendo a imigração estrangeira e a colonização nacional uma enorme soma de importância.

A fim de diversificar a produção e revigorar a agricultura, os poderes públicos do Amazonas e do Pará procuraram tomar medidas para que seus territórios, entendidos como quase que desabitados, pudessem aumentar a sua densidade populacional.

²⁰ APEP – Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo pelo governador do Estado do Pará, Enéas Martins, 1916, p. 94-95.

*“O Pará e Amazonas são irmãos”:
a Amazônia unida na crise da borracha e a imigração estrangeira*

Entre as diversas medidas, foram inseridas mudanças nas leis que diziam respeito à distribuição de terras, tornando mais fáceis a sua aquisição, e estabelecidas propagandas com objetivo de atrair braços – nacional e estrangeiro – para a prática da agricultura e pecuária. Além disso, houve maior preocupação com o ensino agrícola, com a metodização da produção e com a distribuição de sementes. Essas ações agiam por vários vieses, mas tinham clara preocupação de agir sobre o que pudesse contribuir para transformar a região em um lugar de múltiplas indústrias.

Os poderes públicos buscaram pôr em prática suas ações para a resolução do problema fulcral da região. As novas leis que visavam regulamentar a ocupação das terras públicas e as assegurar aos que quisessem explorar com proveito a posse dos lotes são exemplos desse fato. Para eles, somente quando os extensos territórios incultos estivessem em mãos capazes de levá-los a render seria possível mudar os recursos e a riqueza pública. Nesse caso, os imigrantes tinham fundamental papel, pois seriam os responsáveis pela nova função, por fazer da Amazônia um celeiro agrícola, fazer da região um lugar de múltiplas indústrias.

Dentre as estratégias, estava incluída também a entrega de terras para grandes companhias, quando essas se propusessem a colocar em prática projetos de imigração, isto é, a incentivar a ocupação das terras e o uso apropriado do solo.

A ocupação, portanto, tinha um papel fundamental e era o cerne para o desenvolvimento, por isso eram necessárias medidas que solucionassem o problema de um solo quase desabitado. Dessa forma, a agricultura seria a chave para os demais problemas da região e contava com o imigrante como elemento primordial para o sucesso da empreitada.

Se o imigrante era elemento basilar do projeto de desenvolvimento, os poderes públicos dos referidos Estados buscavam mostrar e fazer cumprir, na medida do possível, as leis liberais da república. Assim, procuravam demonstrar por meio de seus discursos que não viam com distinção, ou com melhores olhos, os imigrantes nacionais. Todos valiam como cidadãos e iguais da mesma pátria livre, por isso, em vários discursos, existe a preocupação em fazer da lei a

“umbrella protetora sob a qual coubessem nacionais e estrangeiros, dando garantias de direitos a quantos neste recanto do nosso vasto país se abrigaram, vinculados ao nosso solo, metendo nele raízes, consagrando a terra que foi o nosso berço abençoado para tanto de nós, e que tantíssimos outros fizeram sua, através das energias de suas almas e o vigor de seus braços”²¹.

Os discursos oficiais evidenciam que os governadores, ao se defrontarem com a situação econômica, objetivaram desenvolver a região, mas o primeiro entrave foi a

²¹ APEP – Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo pelo governador do Estado do Pará, Lauro Sodré, 1920, p. 13.

falta de habitantes. Por esse motivo, apelaram aos países com superpopulação, conforme destaca o trecho abaixo:

“é por esse motivo que temos julgado de alta conveniência convidar representantes de países, onde existem superpopulações, que se queiram deslocar, ingressando no nosso estado. Ao lado destas medidas, que julgamos bem avisadas, ainda temos feito forte campanha na imprensa, mostrando as vantagens, que poderiam ter populações, empobrecidas por causas várias, na ocupação de nossas terras. Para a realização dessas medidas, seria necessário amparar tal propaganda com meios práticos em dotações orçamentárias”²².

A questão da ocupação foi um dos pontos do programa de governo, aparentemente mais difícil de ser executado, pois o principal entrave era sempre a escassez de recursos monetários, recursos esses que outros Estados empregavam para o mesmo fim. Entretanto, é registrado nas mensagens que mesmo com as dificuldades, os atores do poder não ficavam de braços atados, porque, se não podiam empreender a chamada direta de colonos, procuravam – como aparece rapidamente no discurso de Sodré – estabelecer propagandas, as quais mesmo sendo feitas em pequena escala, não deixavam de produzir efeitos salutares. O próprio presidente Washington Luiz, em discurso sobre a imigração para o Brasil no ano de 1928, fez referência à situação do Estado do Pará, registrando que a região estava em 3.º lugar entre as mais procuradas por imigrantes estrangeiros²³. Contudo, o propósito oficial era trazer esses imigrantes de forma espontânea, e do não investimento direto.

Além da ideia de ocupação, havia a noção de proteção nacional. Quando o problema era amparar a lavoura e criar alternativas para a carência de capitais e de braços, por exemplo, o caminho que parecia mais acertado era o de inserir e promover a introdução de imigrantes vindos de países estrangeiros. Todavia, pensava: “melhor seria [...] que exclusivamente braços nacionais roteassem o nosso solo e que nas mãos dos brasileiros fossem parar os títulos de propriedade, os pedaços do nosso território. Mas seria aos meus olhos obra impatriótica”²⁴, dizia o governador do Pará, Lauro Sodré (1920).

Por mais paradoxal que o discurso do governador pudesse parecer a muitos, a ideia de adoção de um sistema de colonização só nacional poderia gerar o enriquecimento de determinada parte do território tendo como consequência o empobrecimento

²² CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES – Mensagem lida perante o Congresso do Amazonas pelo governador Cezar do Rego Monteiro, 1922, p. 23.

²³ APEP – Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo pelo governador do Estado do Pará, Dionísio Ausier Bentes, 1928, p. 132.

²⁴ APEP – Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo pelo governador do Estado do Pará, Lauro Sodré, 1920.

*“O Pará e Amazonas são irmãos”:
a Amazônia unida na crise da borracha e a imigração estrangeira*

de outros Estados da União Brasileira, pois acreditava que quase todos estavam também lutando contra a escassez de população.

Em outra mensagem dirigida à Assembleia fica mais evidente a importância e a necessidade que os governantes tinham de introduzir braços estrangeiros. Esses braços seriam importantes porque trariam, além da força para o trabalho, o capital tão necessário, o que é observado quando o governador do Estado do Pará, Dr. Dyonisio Ausier Bentes, conclama,

“empenhamo-nos com afinco a solução do nosso problema vital, que é a aquisição de braços. Não desdenhamos da coadjuvação que nos possa trazer o nacional, resistente e acostumado ao meio, e antes o aceitamos com agrado toda vez que nos é possível ampará-lo”²⁵.

Era necessário o capital, “é esse, aliado ao do trabalho, que nos trazem as migrações [...] e que temos todo o interesse em atrair para o nosso estado [...] temos fé que esse, como outros povos, hão de nos trazer elementos notáveis de progresso”²⁶.

Os poderes públicos entendiam que os Estados do Amazonas e Pará, sendo vastíssimos, e dispendo de grandes extensões de terra inculca, encontrariam fonte inexaurível de riquezas se pudessem levar a todos seus recantos o braço fecundo do trabalhador. Essa iniciativa, quando fosse diretamente pelo Estado, além de morosa e de difícil execução, obrigava a dispensar somas vultuosíssimas de capital, para cujo sacrifício o Brasil não estava habilitado naquele momento.

A concessão, porém, de grandes lotes, para as forças de cada indivíduo, sindicato ou empresa, nacional ou estrangeira, sob condições expressas de aproveitamento e povoamento, seria de muito eficaz resultado. Para isso, as leis liberais teriam que trabalhar em prol da remoção de obstáculos, pois, assim, os Estados teriam muito a lucrar, não só com a introdução de braços para o trabalho da lavoura, incluindo nesta também o plantio da seringueira, mas principalmente com o aumento da riqueza interna, por meio do capital que viria nacionalizar-se no Brasil, conforme ressalta o trecho abaixo:

“Considero que incontestável necessidade e utilidade para o Brasil ou a imigração. O seu vasto território, ainda não habitado, precisa de braços para o amanhã da terra e para a exploração inteligente das fontes de receita nele existentes [...] A imigração espontânea seria ideal. Mas essa, naturalmente, dependeria de propaganda larga e eficaz, com informações seguras da habitabilidade de nosso solo, possibilidades econômicas, garantia de nossas leis e de nossa justiça, e outras capazes de elevar ao imigrante o

²⁵ APEP – Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo pelo governador do Estado do Pará, Dionisio Ausier Bentes, 1926, p. 5.

²⁶ APEP – Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo pelo governador do Estado do Pará, Dionisio Ausier Bentes, 1926, p. 6.

desejo de se domiciliar entre nós. Uma vez de difícil realização essa, ela deve ser provocada com a oferta do primeiro estabelecimento, em locais devidamente apropriados, ahi se compreendendo utensílios de trabalho e a manutenção na instalação da pessoa ou família que nos chegue, provinda de outras terras [...] Se a raça branca fosse molde a suprir todas as necessidades que temos de braços, nenhuma outra suplantara, devido ao grão de desenvolvimento a que chegou. É fora de duvida que Ella se aclimaria bem em todas as regiões do paiz. A italiana, a allemã e a portugueza têm collaborado no nosso desenvolvimento [...]”²⁷.

Para os governantes, somente após o abandono da vida econômica, nômade e muitas vezes incerta nos resultados da indústria extrativa os problemas se erradicariam. Eles compreendiam que as dificuldades apresentadas para a solução só poderiam ser removidas por uma nova orientação, de forma contínua, da administração pública. Esta deveria agir pela ocupação do vasto território, pela introdução de “braços para o amanhã”, por meio da propaganda, auxílios e exemplos que se fizessem sentir desde as escolas primárias do Estado até as mais altas camadas da sociedade, passando logicamente pela imigração, que deveria ser espontânea. Essa seria a solução idealizada para a crise amazônica.

Conclusão

Mesmo depois do período considerado o mais pujante da história da Região Amazônica, é possível perceber que o problema do desenvolvimento e do povoamento da Amazônia permaneceu nos discursos oficiais do final da década de 1920, conforme observado nas falas transcritas no texto.

É inegável o papel econômico da borracha para a região e a sua contribuição para o Brasil. Por isso mesmo, é que a crise da economia do látex teve um grande e péssimo significado para o desenvolvimento econômico da Amazônia. Os governantes do Pará e do Amazonas, em busca de soluções para a crise, imaginaram as mais diversas medidas salvacionistas, dentre as quais, o incentivo à imigração, que deveria ser espontâneo e dirigido, sobretudo, aos países considerados superpopulosos.

Enquanto as leis n.º 223 de 1894 e a n.º 583 de 1898, cujos signatários foram os governadores do Pará, Lauro Sodré e Paes de Carvalho, respectivamente, apresentavam exigências em relação ao tipo de estrangeiro almejado para a Amazônia, de boa conduta e aptos para o trabalho agrícola, ou dedicado à qualquer indústria útil e de preferência acompanhado de família, na década de 1920 as mensagens dos governantes

²⁷ FOLHA DO NORTE, 3/9/1926: 3

“O Pará e Amazonas são irmãos”:
a Amazônia unida na crise da borracha e a imigração estrangeira

amazônicos não estabeleciam condições, a não ser que essas viessem espontaneamente. No Amazonas, as falas e mensagens dos governantes não foram diferentes.

Embora a crise do látex tenha propiciado um refluxo da mão-de-obra nacional, o mesmo não ocorreu com a estrangeira. Segundo Roberto Santos²⁸, a permanência dos estrangeiros é justificada pelo tipo de atividade que desenvolviam e porque eram menos vulneráveis à crise da borracha. Possivelmente, tenha até aumentado o número de estrangeiros no país, o que pode ser observado por meio dos dados do censo de 1920, o qual registra um número de estrangeiros superior a 40 mil, em comparação aos aproximados 8 mil do início dos 1900.

Nas primeiras décadas do século XX, a possibilidade de pensar a Amazônia como um espaço em desenvolvimento não escapa à compreensão dos governantes do Pará e do Amazonas em relação ao fato de que a agricultura e a imigração, especialmente a estrangeira, moldariam uma nova região com base nas múltiplas experiências econômicas e sociais.

Fontes e bibliografia

Fontes

APEP – Mensagens dirigidas ao Congresso Legislativo pelos governadores do Estado do Pará, João Antonio Luiz Coelho, Enéas Martins, Lauro Sodré, Dionísio Ausier Bentes (1910-1926).

CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES – Mensagens lidas perante o Congresso do Amazonas pelos governadores Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt, Cezar do Rego Monteiro (1910-1922).

BPAV/FCTN – Jornal *Folha do Norte*, Ago./Set. 1926.

Bibliografia

BORGES, Ricardo, 1986 – *Vultos notáveis do Pará* (2.^a edição). Belém: CEJUP.

FAUSTO, Boris (org.) 2000 – *Fazer a América. A imigração em massa para a América Latina*. São Paulo: EDUSP.

MOURA, Ignácio; ELEUTHERIO, Paulo, 1926 – *A Amazônia do futuro*. Belém: Clássica.

²⁸ SANTOS, 1980: 263.

- SANTOS, Roberto Araújo de O., 1980 – *História econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: T. A. Queiroz.
- SARGES, Maria de Nazaré, 2000 – *Riquezas produzindo a belle époque. Belém do Pará (1870-1910)*, 1.^a edição. Belém: Paka-Tatu.
- VERÍSSIMO, José, 1970 – *Estudos Amazônicos*. Belém: Universidade Federal do Pará.
- WEINSTEIN, Barbara, 1993 – *A Borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: Hucitec/Edusp.

O NOVO REGIME DE TEMPORALIDADE E A HISTÓRIA MIGRACIONAL

José Jobson de Andrade Arruda

Introdução

A expressão novo regime de temporalidade é uma paráfrase da expressão *mater* novo regime da historicidade urdida por François Hartog¹. Fustigado pelo presentismo, isto é, o peso crescente da temporalidade vivenciada pela humanidade neste momento, um presente onipresente com vocação para a perpetuidade na medida em que se expande em direção ao passado e rumo ao futuro, Hartog pensa em historicidades plurais. Nossa diferença não é de natureza; é de ênfase. Ao estressar a temporalidade em lugar da historicidade, focamos a essência da história, que é a pluralidade de manifestações do tempo, condição incoercível da matéria histórica.

A formulação chave nesse momento é a de dialógica da transtemporalidade. Um diálogo cerrado e cruzado entre as várias dimensões do tempo em seus múltiplos sentidos, concepção fundamental para que se possa atingir a densa complexidade do acontecer histórico em todas as suas manifestações, das ritmações diferenciadas da temporalidade típicas do mundo das finanças à nebulosa das temporalidades das representações sociais; da temporalidade clássica das fixações populacionais no espaço urbano e de sua mobilidade através do espaço e, portanto, de modo mais específico, a complexificação temporal entranhada nos movimentos migracionais através da história, no sentido de que a compreensividade histórica desses deslocamentos, assumidos como mola mestra da história, não se fazem sem a necessária dialógica do tempo, na qual presente, passado e futuro se interpenetram.

Equivale dizer, ao forçarmos a história das emigrações portuguesas rumo ao Brasil nos séculos XIX e XX, temos que atentar permanentemente para a relação intrínseca entre este momento cronologicamente delimitado e as temporalidades anteriores e posteriores às quais está inelutavelmente atrelado. Seja a especificidade dos movimentos migratórios encetados pelos portugueses nos séculos anteriores, sobretudo a

¹ HARTOG, 2003.

partir do século XV, quando se inicia a grande diáspora transoceânica, procurando encontrar aí heranças e inovações que permitam demarcar os momentos de corte na continuidade história e o conseqüente estabelecimento de uma renovada cronologização; seja, sobretudo, com referência aos fluxos contemporâneos das migrações portuguesas, envolvendo emigrações e remigrações, idas e vindas, que possam caracterizar certa tipicidade do movimento atual.

Por certo, a inquietação que move os historiadores enfronhados na história das migrações portuguesas oitocentistas e novecentistas não é impulsionada pelo saber possível que tais esforços conduziriam ao conhecimento das migrações passadas em si, se bem que isso possa ser parte da motivação. É em relação ao futuro da história imigracional portuguesa no mundo que se estabelece uma historicidade que tem valor histórico, o que nos leva a perscrutar sobre o passado imediato e remoto desta trajetória histórica excepcional, consciência esta que nos leva a incorporar a transtemporalidade como recurso metodológico indescartável de procedimento investigativo e que, por seu turno, nos leva à necessidade de refletir sobre as territorialidades historiográficas no âmbito da cultura histórica e, por decorrência, sobre o novo regime de temporalidade lastreado em Santo Agostinho² e Paul Ricoeur³ em que ser e tempo se explicitam; história e tempo se completam.

Pressupostos esses que, nesta etapa da pesquisa, fundamentarão a reflexão teórico-metodológica que segue, pois, pensar historiograficamente é pensar a cultura histórica. Pensar a cultura histórica é refletir sobre os vários momentos de cristalização historiográfica quando se dá a instauração de linhagens mestras interpretativas hegemônicas e hegemônicas. É tentar pairar sobre os vários momentos historiográficos buscando um juízo equilibrado, num esforço de neutralidade possível, e procurar entender por que aquelas diretrizes se tornaram dominantes, acabando por conformar sentidos e procedimentos caracterizados de uma verdadeira “escola historiográfica”, êmula das escolas históricas⁴.

Se nos fixarmos na segunda metade do século XX, constatamos a emergência de dois momentos coalescentes, caracterizados por conjuntos paradigmáticos, que se expressam em pares de opostos conceituais, conjuntos esses inseridos em territórios reflexivos diversos cuja resultante são formulações categoriais próprias.

Qual o destino de tais conjuntos que, no fundo, para a escrita histórica, são instrumentos operacionais? Haverá lugar no futuro para o simples retorno à problemática metodológica e teórica dominante na primeira metade do século XX? Em que medida o conjunto dominante em sua segunda metade teria condições de alargar seus horizontes e preservar ainda por algumas décadas sua hegemonia? Um diálogo cerrado

² SANTO AGOSTINHO, 2002.

³ RICOEUR, 1985: 174; RICOEUR, 2000: I.

⁴ THUILLER, TULARD, 1995.

entre as correntes que se apresentam como antagônicas não poderia vir a ser um novo paradigma analítico capaz de dar conta da complexidade quase inapreensível do conhecimento histórico?

1. Territorialidades historiográficas

O equacionamento da problemática em tela exige, preliminarmente, o delimitamento dos principais territórios historiográficos do século XX. O primeiro se firma de modo incontestado na primeira metade do século. Tem por referência emblemática a tese de Fernand Braudel, publicada em 1949, *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II*⁵, produto acabado de um movimento renovador no campo da História que vinha se pondo desde a terceira década do século, uma espécie de síntese máster do pensamento consolidado na Escola dos *Annales*, da qual se tornou a referência indiscutível. Suas ideias tornaram-se o farol de toda uma geração. Desbordou as fronteiras da França e adquiriu expressividade mundial: uma forma de fazer história, um modelo de procedimento historiográfico, que o próprio Braudel e todo seu grupo, especialmente Ernest Labrousse e Pierre Vilar, seus principais escudeiros, tratavam de impor disparando, para tanto, todas as armas de que dispunham: o controle de postos acadêmicos na Universidade; a distribuição de recursos financeiros através das agências de fomento à pesquisa; a divulgação dos trabalhos por meio de veículos conceituados ou a recomendação de sua publicação integral pelas editoras especializadas. Os instrumentos conferidores de poder historiográfico surgem explicitamente no texto de François Dosse, *História do estruturalismo*, ao retrazar a trajetória de uma centena de intelectuais⁶. Braudel conduziu sua empreitada como um verdadeiro soberano, como chefe de Estado, dizia Marc Ferro, um de seus principais discípulos. Tornou-se um “verdadeiro construtor de impérios, ourives em matéria de organização, ocupava-se sobretudo em consolidar e dilatar o território do historiador”. Como verdadeiro suserano, ocupava-se “em adubar seus vassalos e lhes delegar seus poderes sobre múltiplas parcelas do território em que ele reinava como mestre”⁷.

Nesse território, denominado Velha História, exclusivamente por sua anterioridade em relação ao paradigma que o sucederia, poderia, numa formulação generalizante, ser considerado o apanágio da História totalizante, de base essencialmente econômica e social. Contra a história *événementielle*, Braudel propunha uma história “profunda”, a trajetória temporal dos homens vistos em suas realidades coletivas, em

⁵ BRAUDEL, 1983.

⁶ DOSSE, 2007.

⁷ DOSSE, 1999: 155.

suas estruturas: do Estado; da economia, da sociedade e das civilizações⁸. Seu objeto eram as *macroabordagens*, vastos sujeitos coletivos cuja percepção exigia a ênfase no *estrutural*, nas linhas de força capazes de dar vida a um determinado sistema, no caso de Braudel, a base material do sistema capitalista em formação.

Sua apreensão exigia um renhido esforço de *análise*, de *reflexão* sistemática e crítica permanente que, não obstante, para ser inteligível, compreensiva aos homens do presente, precisava ser reduzida a *conceitos*, imagens fortes capazes de dar aos historiadores capacidade operacional, condensação consciente, mas necessária, considerando-se a vastidão dos objetos reconhecidamente dotados de dignidade historiográfica. O enfeixamento da reflexão em um número finito de conceitos encerrava o procedimento e apontava naturalmente numa determinada direção, pois todas as virtualidades não realizadas, vencidas, foram sendo deixadas para trás, consubstanciando-se a ideia de um determinado *sentido*, que não se inscrevera previamente na mente do historiador, mas que se instala como resultante evidente no momento em que o processo se delinea e consoma em sua arquitetura explicativa baseada na pesquisa.

O recorte de tempo inovador é a pedra de toque desse conjunto historiográfico. Privilegia a *média duração*, secundarizando a *curta duração*, o tempo do evento, emblemático do positivismo histórico, é relegado à condição de porta de entrada para as durações alongadas⁹. Põe na média duração a responsabilidade pela apreensão do sentido da história, uma escala de tempo que medeia entre os 30 e os 50 anos, tempo crítico na percepção histórica porque se instala entre a fugacidade do tempo curto e a secularidade da *longa duração*, requalificando o significado do tempo curto, a poeira da história que, incessantemente repetida, estruturaliza-se e nos faz viver a cada instante no tempo curto e no tempo longo, obrigando o historiador ao manejo cuidadoso da descontinuidade¹⁰.

Inevitavelmente, as médias durações delineiam hegemonias econômicas e de classes sociais, considerando-se sua especial visão de mundo, sua *ideologia*, um elemento fundamental na compreensão do jogo do poder que, nestes termos, faz girar toda a roda da História. Se reconhecermos que há uma relação necessária entre todas as expressões escandidas, que elas dialogam entre si formando um todo harmônico, é

⁸ Para desqualificar a ilusão provocada pelos acontecimentos na mente do historiador, Fernand Braudel recorreu, por mais de uma vez em seus escritos, à metáfora da “multidão de vaga-lumes esvoaçantes no sertão brasileiro, brilhantes, mas que não iluminavam”. Ver POLONI-SIMARD, 2003: 138.

⁹ O tempo do século XIX ligava-se aos valores, tributário de um papel criador que alavancava a noção de progresso e justificava a ideia de que o presente era superior ao passado, além de depositar ampla confiança no futuro, portanto, um tempo prenhe de juízo de valores. Ver POMIAN, 1978: 558.

¹⁰ A duração não existe como dado nas sociedades, existe como problema, sendo um movimento pelo qual as “sociedades selecionam, a cada instante do presente, o estoque de suas experiências, autorizando o retorno às técnicas e aos gestos da produção, permitindo ao passado estar novamente e plenamente lá”. Ver PERROT, 1981: 3-15.

inevitável pensar-se numa *razão* recôndita que as atravessa, uma inquestionável razão histórica.

O segundo território historiográfico cria-se por oposição ao primeiro. Portanto, não seria o território do vazio e sua compreensão pressupõe o diálogo com o paradigma pré-existente. É o fruto de uma nova geração de historiadores, em sua grande maioria gestados nas entranhas dos grandes mestres do primeiro movimento cujo pontificado aspiram herdar. A obra-símbolo desse movimento é, sem dúvida, *Montaillou*, publicada em 1975, escrita por Le Roy Ladurie¹¹, autor de uma tese de doutoramento sobre a história do clima¹², dirigida por Ernest Labrousse. Cumpre exemplarmente os novos paradigmas historiográficos que haviam sido anunciados no lançamento da *Bibliothèques des histoires* e, mais objetivamente ainda, no livro-bíblia do novo movimento que é *Faire de l'histoire*¹³. Nascia aqui uma nova história, essencialmente cultural, que se aproximava muito mais da Antropologia e da Literatura. Mobilizava fontes até então consideradas secundárias ou exóticas, a exemplo dos repertórios inquisitoriais, deles extraíndo uma nova história das mentalidades, que evoluiria para o estudo das representações sociais, dissecada em sua matriz teórico-metodológica no dicionário da nova história, publicado em 1978¹⁴.

O resultado é o surgimento de um novo olhar sobre e para a História. Os *microrrecortes* são realçados. Objetos banalizados são revalorizados. O *pontual*, o contingente, a filigrana ganham evidência e assumem a ribalta. A redução dos objetos comporta a *descrição* minuciosa, não qualquer descrição, mas aquela que fosse capaz de recriar esteticamente o passado, o que passa a exigir dos historiadores o talento dos grandes escritores, a erudição, o estilo.

As linguagens *narrativas* retornam conferindo valor aos suportes literários. Uma revanche da história *evenementielle* sob novas roupagens, agasalhadas por um renovado conjunto paradigmático. *Símbolos*, signos e mitos passam a ter lugar de destaque nesta narrativa rejuvenescida, formas metafóricas ou alegóricas por meio das quais se expressam as *representações* sociais, o que obrigava o historiador a recorrer a um entrecruzamento permanente entre o *tempo curto* e o *tempo longo*, o engastamento do tempo curto da descrição/narração no longo tempo estrutural, indispensável à apreensão das representações sociais inscritas nos imaginários culturais. Uma História instalada mais ao nível da *sensibilidade* do que da inteligibilidade, um *troisième niveau* quase inacessível a uma parcela ponderável da comunidade dos historiadores.

¹¹ LE ROY LADURIE, 2000.

¹² LE ROY LADURIE, 1967, retomada em seu livro mais recente, *Histoire humaine et comparée du climat. Canicules et glaciers XIII^e-XVIII^e siècles*, 2004.

¹³ LE GOFF, NORA, 1974. A divulgação da nova doutrina histórica ficou por conta do *Dictionaire de l'Nouvelle Histoire*, 1978.

¹⁴ LE GOFF, CHARTIER, REVEL, 1978.

Postos frente a frente, os pares de oposições conceituais referidos nos remetem, ao mesmo tempo, aos limites do necessário diálogo entre memória e história. Se pensarmos como Maurice Halbwachs¹⁵, que, do lado da memória está tudo que flutua, o múltiplo, o sagrado, o mágico, a imagem, e que do lado da história alinha-se o laicizante, o problemático, o crítico e o conceitual¹⁶, não seria equivocado afirmar que o primeiro conjunto paradigmático está mais do lado da história e que o segundo remete à memória, ou, como quer Paul Ricoeur, de um lado está a fidelidade da memória e, de outro, a verdade da história¹⁷.

2. Presente e passado

Pensar historiograficamente é pensar as temporalidades. A urdidura do tecido histórico se faz a partir dos impulsos do presente. É o presente, em sua fugacidade incontrolável que, num átimo de tempo, torna o presente em passado, num jogo de contrastes permanentes, pois, concomitantemente ilumina-obscurce, silencia-exalta, congela-reaquece, mas também nubla o lugar de onde se fala, transformando o passado “sob os influxos do presente, uma vez que as trajetórias pessoais e coletivas são incessantemente repostas”¹⁸. Cria-se um tecido imaginário, por força do “sujeito que lembra e significa o que foi previamente significado, num processo de ressignificação recorrente que constitui o próprio tecido do imaginário”¹⁹. O presente destrói o passado, dele se alimenta, prescindindo de sua experiência social concreta. Mas dele não se livra tão facilmente. A herança do passado se projeta sobre o presente: o presente mimetiza o passado, veste-se de passado no afã de legitimar suas criações inovadoras²⁰. Do encontro, passado e presente ressurgem transformados, pois a “narrativa sobre o passado via rememoração não implica apenas na tentativa de restauração do passado, mas alavanca também uma transformação do presente” e, portanto, “já não teremos mais um passado como ele realmente foi e nem um presente incólume à interferência do passado”²¹. O presente realiza as aspirações futuristas do passado, nesse sentido, “o presente é a efetuação do futuro rememorado”²².

¹⁵ HALBWACHS, 1994.

¹⁶ DOSSE, 2007: 11-24.

¹⁷ RICOEUR, 2000: I.

¹⁸ ARRUDA, 1998: 18.

¹⁹ ARRUDA, 1998: 18.

²⁰ “A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos”, antecipou Karl Marx. Ver MARX, 1968: 15.

²¹ DIHEL, 2002: 101.

²² RICOEUR, 1985: 68.

O evento passado é plenamente reorganizado e assimilado pelo presente, exprimindo, nesse passo, a busca de unificação do presente pelo evento pretérito, reduzindo o passado às suas expressões mínimas, apreensíveis e validadas pelo presente²³. Reversamente, as reconstruções memorialísticas do passado revelam o tecido esgarçado da sociedade que comemora, porque comporta discursos e contradiscursos, construções e desconstruções, que apontam para a dimensão fugaz do presente histórico e a validade das comemorações como espaços criativos de reflexão histórica que enlaçam, vigorosamente, a tríplice temporalidade numa unidade de sentido. É exatamente essa pletora de possibilidades que permite a imensa variedade de apropriações identitárias do passado.

“Nos exercícios de rememoração, a história recordada esgarça a cronologia, desborda o espaço, preenche as lacunas entre os acontecimentos, presentifica as ausências. Por isso, apesar de a memória ensinar uma história narrada, a reconstrução memorialística “não precisa de matéria”, no sentido preciso de que ela fia a própria substância”²⁴.

Essa é a questão de fundo. John Burrow inquieta-se com as motivações para a escrita da história realizada no passado. O que as gentes do passado consideravam significativo em seu próprio passado e porque assim pensavam? Sobre que passados lançavam sua atenção, de que modo os apresentavam e por quais razões modificaram suas explicações no avançar dos tempos? Em suma, “que passados escolheram para si mesmo... e de que forma o investigaram e apresentaram”²⁵. Equivale dizer, trilhando as sendas de Johan Huizinga, que máscaras estas épocas escolheram para estabelecer sua identidade, para representá-los²⁶.

O Renascimento escolheu a Antiguidade. Para Petrarca, os *moderni* eram homens das *dark ages*, mas com uma importante diferença: eles sabiam que o futuro restauraria a radiação pura da Antiguidade, tinham consciência de que aí se iniciava um novo ciclo na história, instalando uma ideológica e revolucionária aliança com o tempo. Sua concepção total do tempo baseava-se na convicção de que a história tinha um sentido específico, não como padrão transcendental predeterminado, mas como expressão interativa de forças imanentes. Em decorrência, o homem deveria participar conscientemente da criação do futuro, convertendo-se em agente de mudança num mundo intensamente dinâmico²⁷.

A memória é, de fato, a matéria-prima da história. Mas não qualquer memória, a memória singular, a memória indizível, mas, sim, a memória que existe na consciência

²³ CARDOSO, 1998: 11.

²⁴ ARRUDA, 1998: 17.

²⁵ BURROW, 2008: XV.

²⁶ BURROW, 2008: 448.

²⁷ CALINESCU, 1987: 22.

coletiva, em “especial na consciência social histórica”²⁸. Noção esta que deve ser entendida como uma “noção difícil”, pois, “despojada de toda evidência própria... anunciará, a seu termo, o suicídio da história”²⁹. Rompe-se aqui o velho idílio entre a história e a memória. A história é um pensamento sobre o passado e não uma rememoração, diz-nos Jean Pierre Rioux. A “história forja suas próprias armas e codifica suas leis”. Em decorrência, o historiador não é um memorialista, pois ele produz um texto escrito, a “récita de uma representação do passado”³⁰. O esforço de memorização do historiador não encontra eco na memória do passado. A memória social depende das memórias individuais sujeitas ao mecanismo de evasão da má e retenção da boa memória. “Nós reparamos a memória através de filtros róseos” e tais filtros estão sujeitos a complexas travessias neurológicas, que impedem memórias de serem réplicas perfeitas da realidade externa. Nesse sentido, todas as memórias são “criadas” mais do que propriamente “recebidas”³¹. Mais complexo ainda é o processo de retenção e retransmissão da memória, por via oral, escrita, artística, iconográfica, monumental, suportes incontornáveis da elaboração histórica.

Paul Ricoeur é, de longe, o intelectual que mais contribuiu para o refinamento do instrumental mobilizado pelo historiador em suas incursões no passado, a busca por sua inteligibilidade, exatamente o oposto do procedimento metodológico adotado por Ricoeur, que mobilizou o trabalho dos historiadores para construir sua “filosofia do tempo, a epistemologia do conhecimento e a fenomenologia da memória”³², tríade fundamental na renovação dos estudos historiográficos.

3. Presente e futuro

Jacques Le Goff lembra que, no primeiro número da revista *Past and Present*, declarava-se “a história não pode, logicamente, separar o estudo do passado do estudo do presente e do futuro”³³, enlaçamento temporal que Paul Ricoeur explica: “À dialética do espaço vivido, do espaço geométrico e do espaço habitado, corresponde uma dialética semelhante do tempo vivido, do tempo cósmico e do tempo histórico”, em que a localização na ordem do espaço corresponde igualmente à datação na ordem do tempo³⁴. Uma ampla variedade de aproximações ao significado do tempo se pôs no transcorrer dos séculos. O tempo formal contraposto ao material; o ideal ao

²⁸ LE GOFF, 1996: 204.

²⁹ RICOEUR, 1985: 174.

³⁰ RIOUX, 1997: 326.

³¹ FERNÁNDEZ-ARNESTO, 2002: 156.

³² DOSSE, 2007: 231.

³³ LE GOFF, 1996: 224.

³⁴ RICOEUR, 1985: 191.

real; o subjetivo ao objetivo; o contínuo ao descontínuo; o linear ao circular; o perfeito ao vicioso; aporias que resistem, duram, sobretudo as da constituição do tempo, que o revelam ser uma realidade contraditória³⁵.

Se pensado no plano do tempo mitológico, todas as modalidades do tempo estão dispostas num mesmo nível e são, em certo sentido, simultâneas.

O “tempo é vivido da mesma forma que o espaço, e o presente não está separado do bloco temporal formado pelo passado e o futuro”, que permite ao “passado não cessar de durar”, isto porque o tempo é fundamental na caracterização das culturas e o modo de sua representação expõe as características essenciais da sociedade, das classes, dos grupos ou dos indivíduos que a formam, sendo, portanto, “uma componente essencial da consciência social”, cuja estrutura reflete “os ritmos e as cadências que marcam a evolução da sociedade e da cultura”. Sua diferenciação não se dá apenas na comparação entre as diferentes culturas e sociedades, mas também em função de sua estrutura interna, concepção que implode a ideia de um tempo monolítico e escande sua pluralidade³⁶.

Em suma, não há lugar para o presentismo exacerbado, nem para o passadismo renitente. “Só me interessa o presente e a maneira de me movimentar no espaço e no tempo em que vivo”, equivale dizer, “só me atrai, no passado, aquilo que me permite compreender e viver o presente” e, por desdobramento, “a História não é a comemoração do passado, mas uma forma de interpretar o presente”, manifesto radical que não deixa de causar certa estranheza vindo de um medievalista de notório saber³⁷. No sentido oposto, enfoca-se o passado por si mesmo, para seu próprio bem, partindo-se do pressuposto de que o “passado é um país estranho”, pois “eles fazem coisas de modo diferente” por lá³⁸.

De fato, “a simples narração de um presente do passado torna-se uma presentificação refletida no passado”³⁹, ultrapassando as limitações inerentes ao presentismo exacerbado, bem como o passadismo impositivo que transforma a história em disciplina investigativa do passado. Nesse contexto, entendida como forma de história intelectual, a historiografia impõe-se como pensamento que busca refletir sobre o modo pelo qual “em cada presente, as dimensões temporais do passado e do futuro foram postas em relação”⁴⁰. Postas em relação, reiteramos, uma relação de sentido e não relação causal. É o passado tido como *passado do presente*, sem que obrigatoriamente o presente tenha se tornado futuro pré-fixado por aquele passado, isto é, o *futuro presente*. Mas o passado pode se alongar e atravessar o presente, superpondo

³⁵ CHENET, 2000: 207.

³⁶ GOUREVITH, 1975: 257, 260, 268.

³⁷ MATTOSO, 1999: 20.

³⁸ HARLEY, 1953.

³⁹ KOSELLECK, 2006: 174.

⁴⁰ KOSELLECK, 2006: 307.

as temporalidades, um passado que se recusa a morrer, um passado que não passa⁴¹, um passado incessantemente repostado, reforçando o lugar da memória na história, responsável pela “crise do futuro em nossa sociedade ocidental”⁴², cuja resultante é um presente imensamente dilatado, função da busca de compreensão de nós mesmos⁴³.

Em Paul Ricoeur, a refiguração do passado faz com que o presente seja o momento vivido e realizador das antecipações de um determinado passado que foi rememorado, fazendo com que, por essa via, “o presente seja a efetuação do futuro rememorado”⁴⁴, um tempo lotado de referências temporais, saturado de urgências, um tempo que se esforça por concentrar, em si mesmo, todas as durações⁴⁵.

A dialógica transtemporal não pode ser segmentada. Entre o passado e o presente, entre o presente e o futuro, não há descontinuidade. Assim como o passado anunciou o presente, o futuro possível também se inclui no *organon* da interpretação histórica, por integrar planos, expectativas, desejos, vontades que fazem parte de ambas as temporalidades, da futura e da presente, fundindo as dimensões do tempo numa perspectiva antropológica. Concepção ameaçada nos tempos que correm, pois o homem moderno, sem heranças e sem projetos, vê crescer as barreiras que o impedem de pensar o porvir, por estar excessivamente focado na vivência do imediato. “Nas sociedades modernas, o tempo-sistema é rigidamente estruturado e instrumentalizado”, experimentado sob múltiplas tensões do tempo social, que é, sobretudo, o tempo da produção e o tempo do consumo. A resultante é estar o homem moderno sobre o “efeito de um *stress de temporalité*”, anestesiador da história corrente, mas não da *prise du temps* do historiador⁴⁶.

A interpenetração passado e presente não se esgota em si mesmo. Ela inclui um *horizon d’attente*, na formulação de Paul Ricoeur⁴⁷, uma certa expectativa de futuro à qual os atores históricos, sejam sujeito ou objeto das construções historiográficas, estão inexoravelmente submetidos. Ao vivenciar o presente, fazem-no sob o impacto de *flashes* luminosos que se anunciam no porvir, exatamente como alguém que se

⁴¹ ROUSSO, CONAN, 1994.

⁴² DOSSE, 1999: 65.

⁴³ NORA, 1993: 7-28.

⁴⁴ RICOEUR, 1985: 28.

⁴⁵ Exatamente o oposto da concepção de tempo presente fugaz, átimo de tempo, como deixa entrever esta formulação: “Tudo que fazemos ou pensamos, tudo que imaginamos sobre o futuro passa instantaneamente para o passado e se torna um objeto próprio para a pesquisa histórica”. Ver FERNÁNDEZ-ARNESTO, 2002: 151.

⁴⁶ “Os meios de comunicação e, sobretudo, a televisão, criam um tempo irreal, um tempo ficcional, que pode congelar o fluxo do tempo transmitindo a sensação de um presente eterno possibilitando viagens imaginárias de volta ao passado ou de projeção ao futuro”. Ver CHENET, 2000: 158-159.

⁴⁷ Paul Ricoeur fala de um horizonte de expectativa, um regime de historicidade aberto em direção ao futuro, face à ausência de projeto de nossa sociedade moderna. Ver RICOEUR, 1986: 391.

põe à *guetter l'aurore*⁴⁸ da História, reforçando a noção de pluralidade temporal que institui um novo regime de historicidade⁴⁹.

Como categorias históricas, os conceitos de experiência e de expectativa equivalem às de espaço e tempo. Plenos de realidade, integram campos semânticos que em princípio se excluem, mas que estão estreitamente relacionados entre si, pois não há expectativa sem experiência, nem experiência sem expectativa⁵⁰. Conceitos que, por relacionarem passado e futuro, são categorias adequadas para refletir sobre o tempo histórico. Desde que a expectativa se realiza no tempo presente, portanto, para o “ainda-não”, para aquilo que não foi ainda experimentado, e que somente pode ser previsto, a experiência futura se decompõe numa infinidade de momentos temporais. “Horizonte quer dizer aquela linha por trás da qual se abre no futuro um novo espaço de experiência”, ainda que não possa ser efetivamente contemplado, porque não pode ser experimentado por antecipação e configurar-se, apenas, nos prognósticos, tanto mais prováveis quanto maior for o “espaço de experiência aberto para o futuro”, uma vez que “as experiências liberam os prognósticos e os orientam”. De qualquer forma, a noção de expectativa utilizada histórica, ou teoricamente, saturado de experiência histórica converte-se em “conceito de expectativa”⁵¹.

Assumir esta formulação pressupõe incorporar a nova concepção de temporalidade, essencial à compreensão dos fenômenos históricos, concepção essa que supera a clássica compartimentação passado, presente, futuro, que elegia o passado como tempo unívoco da História; que recusava o presente como o produto mais acabado da História, como sempre quis Wiltold Kula⁵². Exige assumir a noção de complexificação da temporalidade histórica, na qual os tempos se entrelaçam realizando uma dialógica transtemporal.

Se existe um futuro passado, como quer Koselleck, existe também um futuro presente, isto é, o futuro imediato colado no presente, que o afeta diretamente, a exemplo do mercado futuro de ações que, no fundo, é um mercado presente, mas pode provocar, a partir de um futuro apenas presumível, violentas crises no presente. Mas não está descartado um futuro do futuro, ou seja, o futuro mais distante do que aquele futuro que nos acostumamos a imaginar, pensado como um tempo insondável. Assim, poderíamos falar de um presente do passado, do futuro do passado, do presente imediato, do presente passado, do presente futuro, do presente do futuro, do

⁴⁸ Paráfrase inspirada no livro de DELUMEAU, 2003.

⁴⁹ HARTOG, 2003.

⁵⁰ KOSELLECK, 2006: 307-308.

⁵¹ KOSELLECK, 2006: 310-311, 313, 325.

⁵² “Si las fuentes históricas son todos os vestigios del pasado, toda la obra de los tempos pretéritos, el más importante de los vestigios, la más importante de las obras, es la realidad que nos rodea. La más grande, la más rica, la menos aprovechada de las ‘fuentes históricas’”. Ver KULA, 1973: 594.

futuro do futuro, expressões plausíveis e tipificadoras da complexificação da temporalidade histórica.

Um tempo presente dilatado se faz às expensas do passado e do futuro, um tempo que, ao produzir sua própria luminosidade, absorve o brilho do passado e do futuro, eclipsando o próprio tempo histórico, tornando-se o tempo da memória, da amnésia cotidiana, uma espécie de “presente monstro”, paráfrase do que Pierre Nora chamava de “evento monstro”, por ser multiforme e multívoco, sendo ao mesmo tempo tudo e quase nada, por estar sujeito à tirania do imediato⁵³. Isto explica as formulações aparentemente *nonsense* sobre as múltiplas acepções do tempo ao se falar de um “futuro do passado”; “um passado que não passou”; “um passado que traga o presente”; “um passado que se recusa a morrer”; “um passado que se quer eterno”; “um passado eterno”; “o futuro como um presente que se alargou”; “o presente como passado do futuro”. Se para Hannah Arendt o presente se introduz como uma “brecha entre o passado e o futuro”, preferimos considerá-lo “uma cristalização do passado e do futuro”, uma articulação temporal que valoriza o papel do presente, um presente recomposto, adensado, o tempo da historicidade sobre o qual se deve debruçar o historiador, atento à sua pluralidade, isto é, à multiplicidade de temporalidades entranhadas no presente permeado por variadas fontes discursivas.

Uma temporalidade densa, oposta à concepção de átimo evanescente fixada por Santo Agostinho ou da precariedade transitória de Bergson.⁵⁴ Nesta passagem clássica, vislumbra-se a concepção de átimo evanescente de Santo Agostinho.

“De qualquer modo existem dois tempos – o passado e o futuro –, se o passado já não existe e o futuro ainda não veio? Quanto ao presente, se fosse sempre presente, e não passasse para o pretérito, já não seria tempo, mas eternidade. Mas se o presente para ser tempo, tem necessariamente de passar para o pretérito, como podemos afirmar que ele existe, se a causa de sua existência é a mesma pela qual deixará de existir?”⁵⁵

Dialógica temporal essa já pensada por Martin Heidegger em 1926⁵⁶, para quem o homem é o único animal que sabe de sua morte, um ser que caminha para o “haver sido”, o que lhe dá a percepção do passado a partir do futuro, sendo a História nada mais do que a consciência que os homens têm desta temporalidade, fazendo do presente uma permanente antecipação do futuro, pois ele sabe, em cada caso, “ser futuro”, pois o mundo que está por vir se acha embutido no presente inteiramente modelado⁵⁷.

⁵³ Citado por HARTOG, 2003: 217.

⁵⁴ AGOSTINHO, 1973; BERGSON, 1974.

⁵⁵ AGOSTINHO, 1973: 244.

⁵⁶ HEIDEGGER, 1999: 28-29.

⁵⁷ KOSELLECK, 2003: 34.

Portanto, é sobre o intervalo de tempo transcorrido entre o nascimento e a morte do indivíduo que Heidegger constrói sua ideia de historicidade⁵⁸, propondo uma temporalidade que articule as três instâncias temporais do futuro, do passado e do presente, a qualidade passada do passado, a *passéité*, não se compreende em sua constituição distinta se não acoplada à qualidade futura do futuro e à qualidade presente do presente. “A cultura da memória, como *ars memoriae*, se constrói sobre uma semelhante abstração do futuro. Mas é, sobretudo, à história que concerne, metodologicamente, esta eclipse do futuro”⁵⁹. Para Heidegger, “a temporalidade é mais objetiva que todo objeto e mais subjetiva que todo sujeito” e deve ser pensada como horizonte do Ser, a partir do qual o Ser pode ser pensado, portanto, se o “Ser é o Tempo, o Tempo é o Ser”. Equivale dizer, “o Ser fala através do tempo, e o tempo através do Ser”⁶⁰.

É sobre a ideia diretriz de ser-para-a-morte que Paul Ricoeur afirma que a temporalidade não somente molda uma das características essenciais do que nós somos, mas que acima de tudo estabelece a relação entre “ser a ser enquanto ser”. A futuri-dade entranhada na concepção ser-para-a-morte submete o tempo indefinido da “natureza e da história à dura lei da finitude mortal”. A história emerge não somente como evocação dos mortos, mas como “*mise en scène* dos vivos de outrora”. Justifica-se assim o duplo sentido da história: a coleção dos fatos havidos, presentes e por vir; os discursos produzidos sobre estes mesmos acontecimentos extraídos dos testemunhos e, por fim, uma representação histórica do passado, pois, “nós fazemos a história e a fazemos porque nós somos homens históricos”⁶¹.

A abordagem heideggeriana tem precedência na ontologia de Santo Agostinho, para quem o homem avança no tempo, “mas ele avança para a finitude e para a morte, e é a partir desta morte que se mede o tempo que lhe advém porque ele o vive”. O presente se faz a partir do futuro, e o presente recua até os segredos do passado⁶². Seu ponto de partida é um paradoxo que pesa sobre a concepção de passado e de futuro, na medida em que, no tempo presente, o passado já não mais existe e o futuro ainda não “chegou”, portanto, o pensar sobre o tempo é uma reflexão sobre o inexistente⁶³. É pelo movimento de *distensão* que a alma se expande para o passado ou para o futu-

⁵⁸ Obviamente, esta linhagem interpretativa teria que ser relativizada a considerarem-se as opiniões recentes, segundo as quais, em sua obra-prima *Ser e tempo*, Heidegger não apresenta uma filosofia da existência individual e, sim, uma doutrina do autossacrifício radical, na qual o individualismo é admitido somente para o propósito do heroísmo de guerra. Ver FAYE, 2009.

⁵⁹ RICOEUR, 1986: 451-453. A obra de Martin Heidegger foi publicada em 1927, *Sein und Zeit*, e as citações de Paul Ricoeur e François Chenet referem-se à tradução francesa de E. Martineau, publicada pela Authentica, em 1985, e revisada por F. Vezin, na publicação da Gallimard, de 1987.

⁶⁰ CHENET, 2000: 114-115.

⁶¹ RICOEUR, 1986: 452-458.

⁶² BOUTANG, 1993: 37.

⁶³ DOSSE, 2003: 152.

ro nas “operações de lembrar e esperar (*expectare*) e assim torna essas dimensões presentes”. A transitoriedade do tempo é assumida como “movimentos de consciência”, destarte “o passado cresce nos arcanos da memória à medida que o recolhimento de um futuro que posso visar também cada vez mais longe”⁶⁴. É a Santo Agostinho, portanto, que se deve a compartimentação tridimensional da história, inscrita em seu clássico *Confissões*. “Há três presentes, o presente do passado que é a memória; o presente do futuro que é a expectativa; o presente do presente que é a intuição”, princípio organizador da temporalidade, diferentemente de Heidegger que acentua o papel do futuro e não do presente⁶⁵.

4. Acepções historiográficas

A tudo isto reporta o conceito renovado de historiografia grafado em múltiplas acepções. Etimologias à parte, o termo foi entendido como substitutivo para a história em si, identificado com a sucessão de fatos, com a cadeia de eventos que conformam o processo histórico, mas também com o inventário de obras históricas, sinônimo de rol, de elenco de obras históricas produzidas referidas a um tema específico, a um determinado período ou mesmo a um recorte mais abrangente. Sua fatura pode ser simplesmente a relação das obras inventariadas, contexto em que a noção de historiografia se traveste em sinônimo de bibliografia, de literatura histórica pertinente ao tema, que pode variar no sentido de seleção de autores considerados relevantes num determinado elenco, cujas idéias-chave são simplesmente resumidas. Ambos procedimentos que esvaziam o significado mais denso do conceito de historiografia, remetendo-o à vala do senso comum. Numa terceira vertente, partindo-se do pressuposto de que o modo atual de fazer história carece de reflexão densa, de teorização que pressupõe diálogo cerrado com as ciências humanas, propõe-se a sua substituição da História pela expressão historiografia. Nesse sentido, os cursos universitários de História passariam a denominarem-se cursos de Historiografia, ficando sob o rótulo História a matéria histórica propriamente dita, seu percurso temporal retido nos arquivos e nos suportes da memória. Esta proposição é de Júlio Aróstegui, em seu livro *Crítica historiográfica*, em que a história surge como “ciência do tempo”⁶⁶, formulação que reproduz Cervantes “a história é êmula do tempo”⁶⁷. É exatamente o pensar da história como ciência que leva Aróstegui a

⁶⁴ SILVA, 2009: 11.

⁶⁵ RICOEUR, 1986: 454.

⁶⁶ “A historiografia... é a ciência da temporalidade humana”, pois “os fatos, as mudanças, os eventos, não acontecem no tempo, mas eles criam o tempo”. Ver ARÓSTEGUI, 2005: 278-279.

⁶⁷ CERVANTES, 2005: IX.

pleitear um lugar para a história no âmbito das ciências humanas, projeto que, segundo ele, exige o diálogo interdisciplinar e, portanto, o indispensável recurso à teorização de porte elevado.

De forma mais abrangente, a historiografia também foi entendida como expressão de uma totalidade cultural, a representação cultural de uma determinada época, identificando historiografia com cultura, como pensa John Burrow ao recompor o panorama evolutivo da cultura ocidental desde os gregos até nós. Para ele, a historiografia não é somente um gênero amplo em si mesmo, mas é também “parte da cultura ocidental como um todo”, sendo que, em determinados momentos foi muito influente e até mesmo essencial, isto porque as sociedades europeias, em diferentes momentos, deram enorme importância às versões sobre seu passado e a noções sobre o desenvolvimento histórico, de modo que “idéias de história e aspectos do passado entrecruzaram-se e parcialmente constituíram idéias sobre religião, moral e política... ajudando a constituí-las”⁶⁸. Portanto, recuperando e trazendo até nós a personalidade dos historiadores surpreendida em seus escritos, destacando a forma de sua moldagem por seu próprio tempo e por sua própria experiência.

A derradeira proposição remete à historiografia como dialógica transtemporal. Nessa vertente, historiografia passa a significar a análise crítica da produção gerada pelos historiadores em sua imersão temporal⁶⁹. Em decorrência, o rótulo produção histórica ocupa o lugar do vocábulo historiografia, no modo pelo qual ele é utilizado em seu senso comum, vulgar. Não sealaria, portanto, em historiografia brasileira, ou historiografia do Brasil colônia, falar-se-ia, sim, da produção histórica brasileira, ou da produção histórica do Brasil colônia, reservando-se para a expressão historiografia a reflexão crítica sobre a história contida nas obras produzidas, num cerrado diálogo entre autor, meio e obra, cientes de que “as idéias sobre o passado expressa nos escritos dos historiadores e o modo pelo qual se põe em relação a ele também é parte desta história”⁷⁰.

Vale dizer, toda obra histórica é uma narrativa e, por via de consequência, no recôndito dessa narrativa, aloja-se um autor, um historiador, tornando inevitável certa projeção de si mesmo sobre a escritura realizada. Não sua projeção como indivíduo, mas como *persona*, na forma de uma máscara social, de um eu criado, do intelectual/profissional dotado de uma formação específica por suas experiências, expectativas, vivências, leituras, conceitos, representações, informações, cujo controle, em favor da cientificidade histórica, está em concebê-la como “ciência da cultura”, produzida

⁶⁸ BURROW, 2008: XVII.

⁶⁹ Praticamente, o mesmo que dizer “A historiografia (isto é, a maneira de escrever a história) é uma produção social”. Ver GARCIA, 1999: 11.

⁷⁰ BURROW, 2008: XVII.

por “homens de cultura” e, portanto, “dotados da capacidade e da vontade de assumir uma posição consciente diante do mundo e de lhe conferir um sentido”⁷¹.

Nessa perspectiva, lembra-nos Krzysztof Pomian, invocando Benedetto Croce, toda história é uma história contemporânea, na medida em que “aloca os escritos dos historiadores no contexto das lutas políticas e das controvérsias ideológicas do seu tempo; tira o véu do *partis pris* e das pressuposições que presidiram a elaboração das imagens do passado e do presente”, o que o leva a concluir que a “história não é uma ciência”, estando antes “do lado da ideologia” e o historiador, por decorrência, “um forjador de mitos”, cujas obras refletem “o curso da história que lhe é contemporânea”⁷², análise que reforça o valor e a utilidade da concepção de historiografia assumida como consciência crítica da história.

Congelada nos dicionários, a historiografia é “a arte e o trabalho do historiador”⁷³. Se é sua arte e seu trabalho, significa que é uma criação sobre base documental, nestes termos enlaçando arte e artesanía. A matéria sobre a qual o historiador trabalha o lança ao passado e exige trabalho de história, no sentido original de pesquisa consagrado por Heródoto; mas a arte da reflexão sobre esta base empírica o atrela ao presente, presente magnífico porque se expande rumo ao passado e na direção do futuro. Perspectiva analítica que posiciona o historiador numa charneira de múltiplas temporalidades e, por isso mesmo, no vértice entre a ciência e a arte, antinomia já apontada por Chartier ao lembrar a estreiteza do caminho para quem pretende rechaçar, ao mesmo tempo, a redução da história a uma atividade literária, curiosa, livre, aleatória e a assunção de sua cientificidade a partir de um modelo único do mundo físico⁷⁴, clivagem da qual discordaria Nietzsche ao afirmar que “a história não é uma ciência, é uma arte”, pois nela só se logra êxito pela imaginação⁷⁵.

Imaginação historiográfica, eis o caminho apontado pelo filósofo alemão, cuja realização pressupõe, contudo, a reformulação do conceito de tempo, de sua sequência linear, acorrentado ao tempo astronômico que flui do passado para o futuro, atravessando o presente; vertente interpretativa que dá solidez à ideia de complexificação da temporalidade histórica, uma leitura transtextual do tempo. É esta concepção de temporalidade que rege o conceito de historiografia em sua dimensão mais refinada, que é a de ser uma análise crítica das obras históricas produzidas pelos historiadores

⁷¹ WEBER, 2006: 58.

⁷² KRZYSTOF, 1999: 123, 125.

⁷³ INSTITUTO, 2001: 1543.

⁷⁴ CHARTIER, 1994: 21.

⁷⁵ NIETZSCHE, 2001. Demonstração eloquente do entendimento dos escritos históricos como arte é o já citado livro de John Burrow, *History of histories*, que tem a virtude de nos recordar que as narrativas dos grandes historiadores recendem a obras literárias de porte elevado, e cujo traço de unidade é dado pelo esforço comum em buscar os significados mais recônditos dos eventos particulares, contribuindo para a compreensão do modo pelo qual os indivíduos agem como atores sociais.

e dos próprios historiadores em sua imersão temporal. Vale dizer, pensar as obras produzidas não em si mesmas, nos objetos sobre os quais se debruçam, mas naquilo que são capazes de expressar o entorno problematizado das múltiplas temporalidades que nela se entrecruzam, necessariamente, escandindo o tempo a partir do qual falam seus atores e agentes, bem como os universos sociais, a ambientação cultural e as motivações pessoais de seus construtores⁷⁶.

Todavia, como o tempo não é uma entidade abstrata, uma vez que a percepção que dele temos é o significado que a ele é atribuído e é socialmente engendrado e filtrado na imensa variedade de experiências vividas pelos historiadores, os estudos historiográficos guardam relação próxima de parentesco com a sociologia do conhecimento, nos termos de sua formulação clássica por Karl Mannheim⁷⁷, sobretudo nas análises voltadas ao estudo dos intelectuais⁷⁸, na ênfase sobre a indispensável reflexão do quadro institucional em que se realiza a atividade intelectual. Somente o indivíduo é capaz de pensar, diz o sociólogo, mas não pensa isoladamente, fala a linguagem de seu grupo social, a linguagem dos homens sociabilizados, produto de um contexto histórico-social concreto. Por decorrência, a finalidade última da sociologia do conhecimento é desentranhar o enraizar desse conhecimento na textura social, os modos de pensar aí secretados⁷⁹. O diferencial destas proposições em relação aos termos propostos em nossa reflexão está na concepção de dialógica trans-temporal, condição imprescindível para o conhecimento historiográfico; acessório para o sociológico.

Nessa linhagem, pode-se pensar na extensão desse conceito para outros campos do conhecimento. Seria possível, por exemplo, falar-se de uma antropografia, não apenas no senso comum de distribuição dos povos sobre o ecúmeno e sua relação meio ambiental, que segue o significado grego de grafia (descrição), mas que a expande para sua vertente escrita, a partir de uma disquisição sobre os antropólogos face à sua produção científica. Um passo além seria a reflexão sobre a história das obras historiográficas, isto é, uma reflexão sobre as sínteses produzidas sobre os estudos históricos realizados, tarefa complexa a que se propôs, com êxito, Rogério Forastieri⁸⁰. A noção de complexificação da temporalidade não é apanágio da história, estende-se à totalidade do conhecimento humano, explicitando-se de modo

⁷⁶ Para Julio Aróstegui, a fundamentação última da historiografia “não se baseia no que os historiadores fazem, senão, e antes, na crítica do que fazem”. Ver ARÓSTEGUI, 2001: 14.

⁷⁷ MANNHEIN, 1968.

⁷⁸ Karl Mannheim enquadra-se aqui na primeira categoria dos intérpretes da história intelectual, os que enfatizam a prioridade do social. “Assistimos então a uma oscilação constante entre uma concepção substancialista que tende a assimilar os intelectuais a um grupo social particular e uma forma de nominalismo que os situa antes de tudo por seu engajamento nas lutas ideológicas e políticas”. Ver DOSSE, 2003: 15.

⁷⁹ DOSSE, 2003: 15.

⁸⁰ SILVA, 2001.

sublime no campo da literatura, terreno em que o transporte temporal é quase a regra, desentranhando e combinando as fantasias do sujeito, recurso de escrita típico de Álvaro de Campos, heterônimo de Fernando Pessoa, em cuja poesia o “momento presente opera como um recorte do tempo posto em suspensão em face do movimento constante pelo qual o poeta se arremessa desejosamente para momentos outros que não o presente, complexificando a linearidade desse tempo”⁸¹.

A pergunta que subjaz a estas constatações é a explicação do porquê a expressão historiografia adquiriu tal visibilidade⁸², a ponto de seus cultores reivindicarem para ela um lugar próprio entre as disciplinas das Ciências Sociais.

A primeira aproximação é assumir que se a História é, em sua acepção mais elevada, a memória crítica da experiência social da humanidade, a historiografia acaba por ser a memória crítica da própria História, sua chave de segurança que realiza, preferencialmente no longo do prazo, a avaliação do conhecimento produzido, apontando as fragilidades, expondo os excessos, exibindo as lacunas, denunciando as ideologias. Seu avultamento perante a própria História é uma espécie de catarse frente à crise dos paradigmas das grandes narrativas, um esgotamento já anunciado por George Duby, em 1987⁸³.

Crise explicada por François Furet em 1995, ao afirmar que a humanidade privada de Deus, das utopias redentoras, da ilusória segurança da ciência, viu tremer sob seus pés a divindade da história. Crise de crescimento, por certo, tal é a vitalidade da produção de obras históricas, disponível em quantidade e velocidade jamais imaginada, viabilizada pelas modernas tecnologias de informação, marca indelével da sociedade em rede pensada por Castells⁸⁴. Uma plethora tão intensa de informações que tolda o pensamento e reforça o relativismo, ao mesmo tempo em que põe diante de nossos talentos a necessidade de buscar novos paradigmas, somente alcançáveis pela reflexão historiográfica, que põe no centro da História “sujeitos corpóreos”, seres que “constituem e modificam classes, estruturas e sistemas”⁸⁵. Uma história severa, crítica permanente de si mesma que eleva a historiografia à condição de seu aparato controlador, sua consciência propriamente histórica, seu *dieu cachet*, que nos autoriza a resgatar a idéia de um sentido para a História, totalmente descolada de seu corolário teleológico, tornado possível pelo colapso das ideologias hegemônicas e dos finalismos utópicos. Se a representação do passado inscrita nos suportes da memória permite ao historiador o acúmulo de experiências que lhe autorizem a avançar um certo horizonte de expectativa, como nos ensinaram Paul Ricoeur e Reinhardt

⁸¹ TEIXEIRA, 2007: 161.

⁸² ARRUDA, 2006: 15-32.

⁸³ DUBY, 1987.

⁸⁴ CASTELLS, 2003.

⁸⁵ ARÓSTEGUI, 2001: 13.

Koselleck, também é possível pensar-se num horizonte de expectativa em relação à coalescência do porvir historiográfico.

Tal possibilidade se sustenta em dois argumentos básicos. O primeiro refere-se à já considerada complexificação temporal, que estreita os liames entre as múltiplas dimensões temporais, em que o presente tenderá a se dilatar infinitamente como as galáxias cósmicas, sugando o passado e o futuro, no já referido “presente monstro”. A segunda, a constatação teórica do inelutável retorno a paradigmas que haviam sido superados pelo repertório historiográfico anterior, e que haviam se transformado na peça de resistência de sua afirmação como pensamento hegemônico.

Equivale dizer, todo esforço da velha história para demolir a empiria entranhada no positivismo prevalescente entre as últimas décadas do século XIX e as três primeiras do século XX. O bom combate travado pelo marxismo e pelos analistas foi por água abaixo quando a nova história revalorizou a crença ilimitada no poder dos arquivos, revitalizou a história política⁸⁶, requalificou as biografias, desqualificou as estruturas em favor dos eventos, promovendo o retorno da narrativa, agora adensada pelas influências da antropologia, recolonizando “positivamente” a mente dos historiadores⁸⁷.

As batalhas no campo historiográfico justificam o retorno a territórios vencidos⁸⁸, mas cujos paradigmas redivivos não retornam à cena exatamente como antes, surgem transformados pela experiência histórica e ganham nova coloração, sobretudo porque não conseguem se manter imunes aos valores concebidos na coalescência historiográfica que se propõem superar. Por isso mesmo, o evento que retorna “não é aquele mesmo que foi reduzido no sentido explicativo nem aquele infra-significado exterior ao discurso. Ele engendra o sentido”⁸⁹. Não é o mesmo da história da escola metódica/positivista do século XIX, diabolizado pelos *Annales*, que se limitava ao estabelecimento puramente factual das fontes, tanto que Pierre Nora proclamou o retorno do *événement*, já em 1972, um ano após Michel Foucault ter feito sua crítica radical a toda a continuidade continuísta, toda absolutização e naturalização dos valores, autodefinindo-se como um “positivista feliz”, apelava às descontinuidades, ao descritivo das positivities materiais e à singularidade dos eventos, afirmando que a história efetiva fazia ressurgir o evento naquilo que ele poderia ter de único e agudo⁹⁰.

⁸⁶ ARÓSTEGUI, 2001: 259.

⁸⁷ Que significa cair na ilusão positivista de que a cronologia fina refina o conhecimento histórico, a metaforização da realidade, “a dissolver os problemas reais em palavras e símbolos”. Ver FONTANA, 1999: 271.

⁸⁸ Isto é, a defatalização do passado, o retorno às potencialidades não cumpridas do passado segundo a moral da ação de Paul Ricoeur. Ver FONTANA, 1999: 271.

⁸⁹ RICOEUR, 1999: 69.

⁹⁰ DOSSE, 1999: 68.

A requalificação das biografias é outro exemplo emblemático. Os anos 1980 assistem à explosão do gênero biográfico na França. Somente em 1985 foram publicadas 200 novas biografias por 50 diferentes editoras; em 1996, foram 611 e em 1999 ultrapassaram a casa das mil, o que fez do gênero desprezado e visto com desconfiança pelos acadêmicos tornar-se um filão de ouro para as casas editoriais, porque “a biografia gere uma parte da memória, liofiliza o passado em módulos prontos para o consumo”⁹¹. Mais próximo da arte literária do que da ciência histórica, a biografia se presta aos arrojos da ficção, abriga mercenários, biógrafos que se apossam de seus biografados ao ressuscitá-los da morte, mas também cede espaço a obras modelares no gênero, como se depreende da leitura das biografias de Paul Ricoeur⁹² e Michel de Certeau⁹³, cujo subproduto foi um encontro intelectual hipotético entre os dois grandes pensadores em torno da temática crucial da escrita da história⁹⁴.

De outra natureza, mas ainda enquadrada no gênero, são as biografias cruzadas do filósofo Gilles Deleuze e do psicanalista Félix Guattari, em sua longa trajetória de cumplicidade afetiva e intelectual⁹⁵. O denominador comum entre todas elas, expressão máxima da renovação do gênero biográfico é o de serem verdadeiras biografias sociais, espelhos reflexos de uma época, surpreender em uma de suas obras, em um de seus momentos vividos, “como nesta vida está uma época inteira”⁹⁶.

Tais constatações apontam no sentido de que a linhagem historiográfica que se vislumbra no horizonte comporá um novo arranjo entre as constelações dominantes no século XX, uma síntese entre velha e nova história, uma aproximação dialógica entre os conceitos até aqui opostos, entre pontual e estrutural, descrição e conceitualização, narração e análise, signo e sentido, imaginário e ideologia, sensibilidade e racionalidade. Não se trata de mera elocubração, mas uma possibilidade inscrita na experiência do passado e nas intelecções do presente saturado de futuros.

“Cada momento do passado não contém apenas a semente de um futuro pré-determinado e inescapável, mas sim a de toda uma diversidade de futuros possíveis, um dos quais pode acabar convertendo-se em dominante, por razões complexas, sem que isso signifique que é o melhor, nem, por outra parte, que os outros estejam totalmente descartados”⁹⁷.

Já se disse que é possível profetizar o futuro, desde que não se queira prevêê-lo nos detalhes. As possibilidades e os limites de um futuro distinto delineiam-se a partir

⁹¹ MADELÉNAT, 2005: 12-13.

⁹² DOSSE, 1977.

⁹³ DOSSE, 2002.

⁹⁴ DOSSE, 2006.

⁹⁵ DOSSE, 2007.

⁹⁶ DOSSE, 1977: 7.

⁹⁷ FONTANA, 1999: 275.

de “estruturas que estabelecem ao mesmo tempo as condições e os limites da ação futura”, ou seja, “as mudanças estruturais de longo prazo, com intervalo de tempo cada vez mais curtos, resultam em predições que têm por objeto não mais eventos concretos singulares, mas sim as condições de um determinado futuro possível”⁹⁸. Se o futuro parece-nos nebuloso é porque não o inserimos numa estrutura lógica, nem o vemos como culminância prevista do passado, como uma espécie de fronteira do presente que avança ininterruptamente. Sua inescrutabilidade para cada um de nós “individualmente, não significa que seja igualmente impenetrável para todos coletivamente”, “uma vez que caminhamos para o futuro na grande dinâmica da história”⁹⁹. Mais do que isso, a história que não se propõe a dominar o futuro terá que se defrontar com profecias escatológicas, ensina Jacques Le Goff, ficando sob a ameaça das hecatombes nucleares, de um lado, e das promessas do desenvolvimento científico e tecnológico, do outro, o homem teve que se voltar para o “passado com nostalgia, e para o futuro, com temor ou esperança”¹⁰⁰.

Isto é, a história da humanidade no século XXI caminha para a revalorização das histórias gerais, não de uma história total, mas da construção total articulada de uma pluralidade de objetos¹⁰¹, uma tendência à universalização que obrigará o recurso a categorias mais amplas, mais elásticas, capazes de absorver a enorme diversidade, impondo o recurso à busca das linhas mestras de conexão capazes de conferir inteligibilidade a um conjunto tão vasto e complexo¹⁰². Ao mesmo tempo, resta a resistência à voragem globalizante – experiência tormentosa e insólita, torvelinho sem horizontes do qual não se pode evadir –, a oposição por via do estímulo à valorização das especificidades conferidoras de identidade que, ao se aprofundarem, acabarão por alimentar a complexidade das redes de generalização.

A micro-história torna-se, destarte, matéria-prima básica das macrointerpretações, pondo por terra a vã esperança de se oporem a uma história de feição mundial, de se “recusarem a uma homologação planetária”.¹⁰³ Estaríamos voltando à era de afirmação dos universalismos alimentados pelos particularismos em detrimento dos nacionalismos e, por analogia, de todos os macrossujeitos que deram sentido à história? Pura imaginação? Não, pois imaginação não é um desvio de caráter do historiador, ainda mais quando caucionada pela experiência histórica na travessia dos

⁹⁸ KOSELLECK, 2006: 144-145.

⁹⁹ CHEILBRONER, 1963: 12-13.

¹⁰⁰ LE GOFF, 2000: 214-220.

¹⁰¹ REVEL, 1987: 179.

¹⁰² Inteligibilidade, compreensividade, ou simplesmente sentido, desencarnado de toda e qualquer conotação finalista, ou seja, “a busca dos denominadores comuns ou a descoberta do mesmo debaixo da aparência dou outro”. Ver MATTOSO, 1999: 31.

¹⁰³ BODEI, 2001: 78.

tempos. De fato: “Não há reflexão séria sobre o passado se não consideramos a articulação do passado, do presente e do porvir”¹⁰⁴.

O procedimento historiográfico em sua concepção crítica não se restringe ao campo de conhecimento da história, como já foi dito. Pode ser aplicado ao conhecimento da escrita antropográfica, geográfica, etnográfica ou sociográfica, enfatizando a dimensão da escrita em lugar da descrição, a temporalidade em lugar da espacialidade. Remete, portanto, ao itinerário intelectual da humanidade, das especialidades científicas incumbidas de entendê-lo, despertando a consciência intelectual que estimule a faculdade de apreender por via dos sentidos, da percepção de representações mentais dos objetos e das sensações viabilizadas pela vivência socioambiental e, numa instância superior, buscar as apreensões que envolvem o complexo feixe de liames entre os objetos observados pelo historiador em relação a objetos similares e diferenciados, viabilizando apreensões totalizadoras, transformadas pela reflexão na produção de um fluxo contínuo de conhecimentos entre a experiência empírica e o universo das representações que possibilitarão ao historiador, sujeito da história, a compreensão de si, do mundo que o cerca, da intrincada rede de temporalidades que nessa operação histórica se entretetece.

Porque os historiadores escreveram o que escreveram? Porque o fizeram? Que influência as interpretações tiveram sobre o desenvolvimento histórico ulterior? São essas as questões de fundo que movem a historiografia em sua perspectiva crítica. Busca-se a ressignificação da história por meio da reconceitualização da escrita historiográfica, especialidade que se aloja mais propriamente no campo da reflexão intelectual e que não pode ser enclausurada em temporalidades estanques, que recusa a unidirecionalidade do fluxo temporal, voltada à apreensão do seu direcionamento múltiplo, entrelaçamento e simultaneidade, cuja percepção é apanágio do ser pensante, do ser no tempo, com sensibilidade para o tempo, para quem a melhor imagem para o tempo não é o rio de sentido unívoco, mas as nuvens de fluxos múltiplos.

Como os rios, a história em si corre num sentido único, irreversivelmente. Escorre do passado para o futuro atravessando o presente, pois não pode desatrelar-se do tempo físico, do tempo cósmico. A sensibilidade do tempo, de sua transtemporalidade, de sua dialógica simbolizada nas nuvens, é atributo do historiador, o que faz deste tempo o tempo do historiador, que não é o mesmo tempo da história. Dualidade intuída por François Chenet que, mesmo assumindo a noção de transtemporalidade, observa:

“O fluxo do tempo em si mesmo é irreversível, o pensamento do tempo supõe que possamos remontar pelo pensamento o curso dos acontecimentos, por exemplo voltado a

¹⁰⁴ CHENEUX, 1985: 14.

um acontecimento anterior e considerar uma outra sucessão temporal ou por colocar em ordem de maneira sistemática as fases de um processo temporal¹⁰⁵.

Considerações finais

Remontando a Santo Agostinho, o *ser* é o *tempo* e o *tempo* é o *ser*, restando para a história ser o *ser* no *tempo* e ao historiador ser o *senhor* do *tempo*. Sua especial virtude de apreensão do tempo como “imagem móvel da eternidade”, na chave da transcendência platônica, ou por sua especial acuidade de “distinguir na mesma realidade os elementos que se referem ao conteúdo sensível e aqueles, do ponto de vista inteligível e lógico, terão a função de ordenar a multiplicidade para que ela ganhe coerência e sentido”, concebendo o tempo, na chave aristotélica, como divisão e articulação da realidade em instantes”. Nessa linhagem, somente a consciência histórica “pode afirmar a existência do passado (pela lembrança) e a ‘existência’ do futuro pela expectativa ou antecipação”. Em suma, ao falarmos do passado e do futuro, nós os tornamos presentes. Falamos do passado e do futuro porque somos capazes de presentificá-los. Noutros termos, “não falamos propriamente do passado e do futuro; falamos do presente do passado e do presente do futuro porque os visamos através desses movimentos que são a lembrança e a expectativa”,¹⁰⁶ atributos exclusivos do ser pensante.

Velocidade, aceleração, retração, crise, ritmo, são medidas do tempo social que somente o homem como sujeito e objeto da história pode sentir, intuir, interpretar, portanto, são virtualidades do ser historiador. A história em si não reflete sobre si mesma. Apenas cria materiais e vivências que embasarão a percepção crítica dos historiadores. Alimentando sua capacidade de perceber a aceleração ou contração do tempo histórico. Num sentido, aceleração, porque produz a mudança; noutro, a contração, quando eventos de alta significação ocorrem mais próximos uns dos outros, dando a ilusão de que o tempo se acelerou, como se dá nas crises, nas revoluções, nas guerras. A percepção do tempo é uma virtude amplificada pelo alargamento do campo de experiência. Quanto mais alargado for o campo de experiência, mais numerosas serão as constâncias que adensam os prognósticos e intensificam o horizonte de expectativa, fortalecendo as relações de reciprocidade entre os tempos por sua saturação histórica. O historiador, colocado no divisor de águas das temporalidades, ou seja, no tempo presente, elabora sua interpretação, confecciona seu artefato, cria, realiza sua *poiesis* histórica, a poesia das temporalidades.

¹⁰⁵ CHENET, 2000: 37.

¹⁰⁶ SILVA, 2009: 11.

O presente alargado só faz um sentido se vislumbrando prospectivamente a partir do futuro e, retrospectivamente, em direção ao passado. É essa sensibilidade que dá ao historiador o poder de conferir inteligibilidade ao passado, pois é a partir do futuro que se elegem as prioridades de vanguarda, recusando-se a transformá-lo na pura e simples certificação do presente, sua mera e inócua reprodução.

Fontes e Bibliografia

Bibliografia

- ARÓSTEGUI, Júlio, 2005 – *Pesquisa histórica: ciência e método*. Bauru: Edusc.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade, 2006 – “Historiografia: a História da História do Brasil (1945-2005)”. *Clio*, Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa, nova série, v. 14-15. Lisboa.
- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento, 1998 – “Prismas da Memória: Emigração e Desenraizamento”. *Revista do CEPFAM*, v. 4. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- BERGSON, Henri, 1974 – *Cartas, conferências e outros escritos*. São Paulo: Abril Cultural.
- BODEI, Remo, 2001 – *A História tem um sentido?*. Bauru: Edusc.
- BOUTANG, Pierre, 1993 – *Les temps. Essai sur l'origine*. Paris: Hatier.
- BRAUDEL, Fernand, 1983 – *O mediterrâneo e o mundo mediterrânico*, 2 v. (1. ed. 1949). São Paulo: Martins Fontes.
- BURROW, John, 2008 – *A history of histories. Epics, Chronicles, Romances and Inquiries from Herodotus and Thucydides to the Twentieth Century*. New York: Vingate Books.
- CALINESCU, Matei, 1987 – *Five faces of modernity*. Durham: Duke University Press.
- CARDOSO, Irene, 1998 – “A Comemoração Possível”. *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP, v. 10, n.º 2. São Paulo.
- CASTELLS, Manuel, 2003 – *A sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura*, v. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- CERVANTES, Miguel de, 2005 – *Dom Quixote*, 2.^a parte, cap. IX. Porto Alegre: L&P Editores.
- CHARTIER, Roger, 1994 – *L'Histoire aujourd'hui: doutes, défis, propositions*. Valência: Episteme.
- CHENEAUX, Jean, 1985 – “L'axe passé/présent/avenir”, in *Cet obscur objet de l'histoire. Espaces-Temps*, Centre Nationale de la Recherche Scientifique (CNRS), n.º 117. Paris.
- CHENET, François, 2000 – *Les temps, temps cosmique, temps vécu*. Paris: Armand Colin.
- DELUMEAU, Jean, 2003 – *Guetter l'aurore: un christianisme pour demain*. Paris: Bernard Grasset.
- DIHEL, Astor Antônio, 2002 – *Cultura historiográfica. Memória, identidade, representação*. Bauru: EDUSC.
- DOSSE, François, 1977 – *Le sens d'une vie*. Paris: La Découverte.

- DOSSE, François, 1999 – *L'histoire ou le temps réfléchi*. Paris: Hatier.
- DOSSE, François, 1999 – “L’histoire sociale ‘à la française’ à son apogée: Labrousse/ Braudel”, in *Les courants historique en France*. Paris: Armand Colin.
- DOSSE, François, 2002 – *Michel de Certeau, Le marcheur blessé*. Paris: La Découverte.
- DOSSE, François, 2003 – *A História*. Bauru: Edusc.
- DOSSE, François, 2003 – *La marche des idées. Histoire des intellectuels-histoire intellectuelle*. Paris: La Découverte.
- DOSSE, François, 2006 – *Paul Ricoeur, Michel de Certeau. L’Histoire: entre le dire e le faire*. Paris: Éditions de l’Herne.
- DOSSE, François, 2007 – *Gilles Deleuze Félix Guattari. Biographie Croisée*. Paris: La Découverte.
- DOSSE, François, 2007 – *História do estruturalismo, 2 v.*. Bauru: Edusc.
- DOSSE, François, 2007 – “L’histoire et la guerre des mémoires”. *Saeculum – Revista de História*, v. 16, jan./jul.
- DOSSE, François, 2007 – “Mémoire et oubli. Lire avec Ricoeur”, in *Paul Ricoeur et les science humaines*. Paris: La Decouverte.
- DUBY, George, 1987 – *Magazine Littéraire*, n.º 248.
- FAYE, Emmanuel, 2009 – *Heidegger*. Yale: Yale University Press.
- FERNÁNDEZ-ARNESTO, Felipe, 2002 – “Epilogue”, CANNADINE, David (ed.) – in *What is history now?*. London: Palgrave Macmillan.
- FONTANA, Josep, 1999 – *História. Análise do passado e projeto social*. Bauru: Edusc.
- GARCIA, Patrick, 1999 – “La naissance de l’histoire contemporaine”, in *Les courants historiques em France, 19^e-20^e siècles*. Paris: Colin.
- GUREVIC, Aaron Y., 1975 – “Le temps comme problème d’histoire culturelle”, in *Les cultures et le temps*. Paris: UNESCO/Payot.
- HALBWACHS, Maurice, 1994 – *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Albin Michel.
- HARTLEY, L. P., 1953 – *The go between*. London: H. Hamilton.
- HARTOG, François, 2003 – *Regime d’historicité. Preentisme et expérience du temps*. Paris: Seuil.
- HEIDEGGER, Martin, 1999 – *El concepto de tiempo*. Madri: Trotta.
- HEILBRONER, Robert L., 1963 – *O futuro como história*. Rio de Janeiro: Zahar.
- INSTITUTO Antonio Houaiss, 2001 – *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- KOSELLECK, Reinhardt, 2006 – *Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos* (1.^a ed. 1979). Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC Rio.
- KRZYSTOF, Pomian, 1999 – *Sur l’histoire*. Paris: Gallimard.
- KULA, Witold, 1954 – *Problemas y métodos de la historia económica*. Barcelona: Ediciones Península.
- LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre, 1974 – *Faire de l’histoire*, 3 v.. Paris: Gallimard.
- LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques, 1978 – *Dictionnaire de l’Nouvelle Histoire*. Paris: Éditions Retz.
- LE GOFF, Jacques, 1996 – *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp.

- LE ROY LADURIE, Emmanuel, 1967 – *Histoire du climat depuis l'an mil*. Paris: Flammarion.
- LE ROY LADURIE, Emmanuel, 2000 – *Montailou. Cátaros e católicos numa aldeia occitana, 1294-1324* (1.^a ed. 1975). Lisboa: Edições 70.
- LE ROY LADURIE, Emmanuel, 2004 – *Histoire humaine et comparée du climat. Canicules et glaciers XIII^e-XVIII^e siècles*. Paris: Fayard.
- MADÉLÉNAT, Daniel, 2005 – “La biographie aujourd’hui”. *Mesure. Le Pari biographique. Écrire une vie*. Paris: La Découverte.
- MANNHEIN, Karl, 1968 – *Ideologia e utopia* (1.^a ed. 1929). Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- MARX, Karl, 1968 – *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Escríba.
- MATTOSO, José, 1999 – “A escrita da História”, in *A historiografia portuguesa hoje*. São Paulo: Hucitec.
- NIETZSCHE, Friedrich W., 2001 – *A gaia ciência*. São Paulo: Companhia das Letras.
- NORA, Pierre, 1993 – “Entre história e memória: a problemática dos lugares”. *Revista Projeto História*, v. 10. São Paulo.
- PERROT, Jean-Claude, 1981 – “Le Présent et la Durée dans l’Oeuvre de Fernand Braudel”. *Annales*, n.º 1.
- POLONI-SIMARD, Jacques, 2003 – “Fernand Braudel”, in *Les historiens*. Paris: Armand Colin.
- POMIAN, Kryzstof 1978 – “Temporalité historique/temps”, in LE GOFF, Jacques; REVEL, Jacques (dir.) – *La Nouvelle Histoire*. Paris: Retz.
- REVEL, J., 1987 – “Entretien”. *Espaces-Temps*, n.º 34-35, dec. 1986 (citado por François Dosse, *Histoires en miettes*). Paris: La Découverte.
- RICOEUR, Paul, 1985 – *Temp et Récit*. Paris: Éditions du Seuil.
- RICOEUR, Paul, 1985 – *Du texte à l’action*. Paris: Éditions du Seuil.
- RICOEUR, Paul, 1999 – “Événement et Sens”. *Raisons pratiques*, n.º 2.
- RICOEUR, Paul, 2000 – *La Mémoire, l’Histoire, l’Oubli*. Paris: Le Seuil.
- RIOUX, Jean-Pierre, 1997 – “La mémoire collective”, in RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François – *Por une Histoire Culturelle*. Paris: Seuil.
- ROUSSO, H.; CONAN, V., 1994 – *Vichy, um passé que ne passé pás*. Paris: Fayard.
- SANTO AGOSTINHO, 2002 – *Confissões*. São Paulo: Martin Claret.
- SILVA, Franklin Leopoldo e, 2009 – “Tempo: experiência e pensamento”. *Revista USP*, Mar./Abr./Maio. São Paulo.
- SILVA, Rogério Forastieri da, 2001 – *História da historiografia. Capítulos para uma história das histórias da historiografia*. Bauru: Edusc.
- TEIXEIRA, Ana Lúcia, 2007 – *Álvaro de Campos, ele mesmo*. Bauru: Edusc/Fapesp.
- THUILLER, Guy; TULARD, Jean, 1995 – *Les écoles historique*. Paris: PUF.
- WEBER, Max, 2006 – *A “objetividade” do conhecimento nas Ciências Sociais*. São Paulo: Ática.

IMIGRAÇÃO E CULTURA: RUPTURA COM AS RAÍZES PORTUGUESAS?

Maria Arminda Arruda

Introdução

É usual na bibliografia dedicada à reflexão do movimento imigratório tratar da complexa relação dos recém-chegados com a tradição local. Oriundos de culturas diversas, por vezes muito distantes, os imigrantes são estudados, especialmente, no prisma do estranhamento, das dificuldades de adaptação e de integração no novo ambiente, da reconstrução das identidades, das trocas advindas do processo de assimilação dos estrangeiros e do mútuo impacto produzido no contato entre estrangeiros e nacionais.

A imigração afigura-se, por isso, um fenômeno total, na medida em que atinge, de modo indelével, as culturas nacionais envolvidas, postas numa relação inescapável. Rigorosamente falando, se a imigração reconfigura a autopercepção dos agentes, transforma, sobretudo, imagens sedimentadas das nações, obrigando-as a absorver construções diversas das suas, por provocar a redefinição das alteridades.

No caso do Brasil, uma dimensão de grande significado no tratamento das relações entre imigração e cultura não tem sido suficientemente considerada, qual seja, a que se indaga sobre as conexões existentes entre os imigrantes aqui aportados e a construção das instituições da cultura, especialmente do mecenato cultural e do seu papel emulador na mudança das linguagens da cultura. A dinâmica do modernismo brasileiro, especificamente o de raiz paulista, guardou fundas conexões com a imigração, desautorizando procedimentos que obscureçam os elos que os prendem. Se o problema central subjaz à consideração desses acontecimentos mutuamente referidos, outras questões se impõem à análise: a viabilidade de exercício do mecenato pressupõe tanto processos de ascensão social, quanto disponibilidade para o patrocínio da cultura; tais disposições não ocorreram de forma disseminada em todos os grupos imigratórios; as atividades culturais foram assumidas desigualmente como mecanismos de reconhecimento e legitimação. No meio século XX, a metrópole paulista foi paradigmática no sentido assinalado, no momento em que forças sociais e econômicas convergiram para a criação de instituições culturais de grande porte.

São Paulo e a presença imigrante

A cidade de São Paulo, nos anos de 1950, encontrava-se submetida a modificações ponderáveis em todos os planos da convivência urbana, adquirindo os contornos definitivos de metrópole, substrato do aparecimento das instituições da cultura e das novas linguagens culturais¹. Desde o pós-guerra, as grandes cidades mundiais passavam por processos de redefinição das funções urbanas, de readequação da malha ocupacional do espaço, visível na tendência à desconcentração dos bairros étnicos, na reestruturação das relações inter e intrametropolitanas². No meio do século, a capital paulistana perdera o ar acanhado dos anos que viram nascer o Modernismo, momento no qual os imigrantes representavam um terço da população, concentrando-se em bairros preferenciais, conferindo um tom estrangeirado à cidade. Alterava-se o ritmo da vida urbana e a antiga cidade, moldada na dinâmica da economia cafeeira, apresentava-se com renovado *lay-out*, pontilhado pelas chaminés.

A economia paulista ancorava-se em condições extremamente favoráveis para seu pleno desenvolvimento, ampliando poderosamente sua capacidade de acumulação por via da integração das atividades cafeeiras, da agricultura variada, da rede introvertida dos transportes, da diversificação do pequeno comércio varejista ao grande atacado, pelo sistema bancário e, sobretudo, pela potencialidade revelada no setor industrial³. Nesse processo não interrompido, a década de 1950 é herdeira dos anos 1940. Foi neste período que nasceram mais de metade de todas as indústrias mecânicas, um terço das metalúrgicas e um quarto dos estabelecimentos destinados à produção de material elétrico e de comunicação, em relação ao parque existente em 1958⁴. Estabelecimentos industriais destinados à produção de material de transporte e de autopeças completam o quadro da diferenciação industrial alcançada nesta fase. Em decorrência, como resultado da ampliação da massa salarial distribuída, intensificaram-se bens de consumo dos assalariados, trazendo à cena do mercado atores até

¹ “Acelera-se, também, no nível do espaço urbano construído com a entrada do capital estrangeiro, especialmente no governo JK, mas que tem seus anseios plantados muito antes, com os ‘revolucionários’ gritos de modernidade exigidos pela Semana de 22”. Ver SOUZA, 1994: 25.

² “De fato, a mudança dentro da cidade é parte da transformação do espaço de assentamento introduzida pelos processos intermetropolitanos e intrametropolitanos de desconcentração”. Ver GOTTDIENER, 1997: 25.

³ Apesar de não ter mais a hegemonia quase absoluta em termos de sua importância na pauta de exportação, o café continua a ter participação expressiva no desempenho da economia, já agora alicerçado de forma cada vez mais intensa pelo setor industrial. O enquadramento em apreço fundamenta-se em CANO, 1977: 257. Temáticas retomadas pelo autor em CANO, 1985.

⁴ Desenvolveram-se igualmente neste período as indústrias de materiais de transporte, autopeças, ao mesmo tempo em que a indústria alimentícia passa por modernização mais intensa. Ver PEREIRA, 1967: 29.

então ausentes. O dinamismo do setor industrial mobilizou trabalhadores antes envolvidos em atividades primárias, ao mesmo tempo em que arrastou significativas parcelas da população rural, pelo incremento das rendas agrárias atreladas ao eã urbano⁵.

Se no período iniciado que vai de 1950 a 1958, reduziu-se a ampliação física do parque industrial, houve, em compensação, intensificação dos investimentos, numa transformação qualitativa que torna a década um dos momentos cruciais para a industrialização de São Paulo. Neste decênio, os setores de material elétrico, de comunicação e transporte, que exigiam matéria-prima adequada, capitais e tecnologia avançada, mão-de-obra qualificada, caracterizam a instalação do setor de bens de capital ou bens de consumo duráveis, marcando o início de uma nova fase no processo de industrialização de São Paulo, em que estes setores assumem a liderança em termos de comando do ritmo de crescimento, *vis a vis* ao setor de bens de consumo⁶. Nos meados dos anos de 1950 muda o padrão de industrialização e, portanto, do próprio processo de desenvolvimento do capitalismo entre nós. Abandonamos a fase da industrialização restringida e ingressamos na industrialização pesada, conforme periodização clássica de João Manuel Cardoso de Mello⁷.

São Paulo transformava-se no centro manufatureiro hegemônico do país. A concentração regional era indispensável às economias de escala que comportassem o investimento em técnicas modernas, ensejando o aumento da produtividade. Em 1950, o sonho acalentado da industrialização que alçaria o país no mundo dos países industrializados e desenvolvidos, parecia viável e próximo. A indústria, particularmente aquela instalada em São Paulo, tornava o país autossuficiente em produtos perecíveis e semiduráveis de consumo⁸. A produção doméstica de bens ou insumos, antes importados, intensificou-se: bens de consumo duráveis, tais como automóveis, eletrodomésticos; bens de capital, máquinas e equipamentos; e bens intermediários, siderúrgicos, químicos, borracha, papel⁹. A notável expansão do setor produtivo industrial atraiu o interesse das empresas estrangeiras, que procuraram trocar suas antigas agências comerciais por filiais envolvidas em atividades manufatureiras. As facilidades oferecidas pelo governo brasileiro para a entrada de capital estrangeiro

⁵ O número de operários empregados no Estado de São Paulo passou de 488 633, em 1950, para 647 244, em 1960. Ver PEREIRA, 1967: 31.

⁶ Entre 1944 e 1955 as indústrias de bens de capital aumentaram sua produção em 892%, ao passo que o setor de bens de consumo cresceu apenas 196%. Ver PEREIRA, 1967: 29.

⁷ Do ponto de vista da estrutura produtiva industrial, os anos de 1950 representam um marco qualitativo: 1955 é a data de corte entre a fase da industrialização restringida (1933 a 1955) e a industrialização pesada (1956-1964). Ver MELLO, 1982.

⁸ Assim mesmo a relação entre a produção de bens de consumo e de produção tinha sido sensivelmente alterada. Considerando-se apenas os cinco ramos mais importantes no primeiro setor, e seis no segundo, no período de 1949 a 1959, bens de consumo reduzem sua participação de 47,3% para 34,9%, enquanto bens de produção elevam-se de 34,9% para 42,7%. Ver SINGER, 1974: 59.

⁹ SINGER, 1983: 124.

aceleraram o processo, exigindo-se apenas que os interessados se associassem a brasileiros ou comprassem suas empresas. O impacto dessas iniciativas não se fez esperar. Se em 1950 a indústria brasileira era formada por um grande número de empresas nacionais e privadas, cuja propriedade pertencia geralmente a uma mesma família, em 1960, metade do capital industrial em São Paulo, por exemplo, achava-se sob domínio de estrangeiros, excetuando-se as oficinas de artesãos. As conseqüências avassaladoras da desnacionalização do parque industrial eram, em parte, compensadas pela introdução de métodos modernos de distribuição e financiamento das operações¹⁰.

Sob a égide do capital estrangeiro, os novos ramos industriais já surgiam altamente concentrados, buscando agregar-se no município paulista ou nos municípios circunvizinhos, num fenômeno de cornubação dos mais intensos já verificados na História Ocidental. Delineia-se, de pronto, uma *Grande São Paulo*, em que não se vê solução de continuidade espacial entre a extensa urbe e seus satélites, uma série de municípios, entre os quais se contam: Santo André, São Bernardo, São Caetano, Guarulhos, Caieiras, Diadema, Embu, Ferraz de Vasconcelos, Itaquaquecetuba, Franco da Rocha, Osasco, Mauá, Poá, Suzano, Barueri e Taboão da Serra¹¹.

Horizontalização e verticalização eram processos simultâneos na grande metrópole dos anos 1950. Se a concentração das atividades constituiu-se em condição favorável ao desenvolvimento econômico, por outro lado, foi matriz geradora de incontáveis problemas de sobrevivência urbana. Sem planejamento, ou com planejamento tardio e parcial, o vocabulário nada plástico das dificuldades logo se amplia: inadequação do sistema de esgotos que polui os rios, carência de água potável trazida de longas distâncias, adensamento do tráfego urbano pela precariedade do transporte coletivo, vias insuficientes para o excesso de veículos, em suma, problemas que denotam imediatamente estar-se diante de uma metrópole moderna, ainda que sob o jugo de condições periféricas¹².

A metrópole moderna, que era São Paulo, deixava-se entrever na pluralidade das atividades aí realizadas. Para além das atividades industriais, o comércio e as finanças ingurgitaram o setor terciário, outro sinal distintivo das grandes urbes. Cresceu a rede de ensino, dos cursos profissionalizantes, dos serviços pessoais, emergindo

¹⁰ A reação dos empresários nacionais à penetração do capital estrangeiro variou da simples irritação pela competitividade que se passava a exigir deles, à adesão, comprazendo-se em receber os novos investimentos. Ver DEAN, 1971: 252.

¹¹ Em 1959 o produto industrial da cidade de São Paulo deveu-se à indústria. Na mesma data a contribuição da Grande São Paulo era de 70%. Ver SINGER, 1974: 60.

¹² Joseph Love distingue três fases no desenvolvimento urbano de São Paulo: *pré-metropolitana* (1875-1915); *metropolitana inicial* (1915-1940); *metropolitanização* (a partir de 1940). Destaca que na primeira fase, já no século XX, São Paulo concebeu um razoável programa de saúde pública, escudado em gastos *per capita* equivalentes aos aplicados nos Estados Unidos, no mesmo período. Em 1920, mais de metade dos 120 municípios paulistas possuíam algum tipo de sistema de esgotos e todos tinham um serviço público de fornecimento de água. Ver LOVE, 1982: 120 e 39, respectivamente.

estabelecimentos de luxo, a exemplo de hotéis, restaurantes, bares, salões de beleza, clubes, saunas, escolas de judô, de yoga, além dos serviços prestados no recinto doméstico, empregadas, motoristas e outros mais. Dois indicadores sintomáticos completam o rol dos referenciais típicos da metropolização: a força de trabalho empregada no setor de serviços passou de 50% em 1940 para 60% em 1950; o número de desempregados na Grande São Paulo, em 1953, era de 10% entre os homens e 5% entre as mulheres¹³.

São Paulo se apresenta, já na década de 1950, como uma cidade com perfil cosmopolita e moderno, pois se produz aí “um ponto de inflexão na trajetória das relações entre a metrópole e o urbanismo que assumia uma nova versão; a de planejamento urbano”¹⁴. Os seres sociais que a habitam explicitam o que de mais exótico pode haver numa sociedade em processo de modernização abaixo do equador, formada a partir de um complexo mosaico de agregações étnicas, raciais e culturais. Parte substancial do denso repertório de linguagens culturais urdidas em São Paulo nos anos 1950 deve-se, indubitavelmente, ao caldeamento populacional e, muito especialmente, ao poderoso fluxo migratório. As populações indígenas e negras foram perdendo sua superioridade numérica em favor dos novos chegados, fossem eles imigrantes ou migrantes do meio século. No período áureo da imigração, entre 1882 e 1930, 2 223 000 pessoas chegaram a São Paulo, correspondendo a aproximadamente 18% da população total do Estado. Os italianos eram a grande maioria deste contingente, aproximadamente um milhão, cerca de 50% do total. Na torrente dos povos peninsulares figuravam portugueses e espanhóis, com porcentagens em torno de 18%, respectivamente. Equivale dizer que mais de 80%, dos mais de 2 milhões de chegados, procediam da Europa latina, seguindo-se, em menor escala, japoneses, sírios, libaneses, poloneses, judeus, armênios e alemães¹⁵.

Pode-se imaginar a babel cultural resultante deste impacto étnico-linguístico, pois ao mesmo tempo em que se sobrepunham, mixavam-se, preservavam o cultivo de suas tradições ancestrais nos redutos de seu recolhimento espacial: os bairros de imigrantes. Apesar da redução das correntes imigratórias nos fins dos anos 1930 e, muito especialmente, a partir das restrições impostas pela legislação de 1934, foi exatamente nos anos 1950 que sua presença se impôs. Os imigrantes, mas, sobretudo, a primeira geração de descendentes aqui nascidos começaram a alcançar o topo da escala social em múltiplas atividades, das primárias às terciárias, com presença crescente nos meios de comunicação social, nos aparelhos culturais, na literatura, no

¹³ SINGER, 1983: 124, 127.

¹⁴ MEYER, 1991: 5.

¹⁵ LOVE, 1982: 28. O crescimento populacional de São Paulo é intenso no período. Em 1920 a cidade tinha apenas 580 mil habitantes, um terço dos quais estrangeiros. Em 1950, alcançara 2,2 milhões de pessoas e, apenas quatro anos após, em 1954, atingiu 2,82 milhões. Ver ARAÚJO, 1958: 169.

cinema, no teatro, explodindo uma gramática cultural variegada, de múltiplos tons, densamente impregnada pela nova sensibilidade. Não importava que o fluxo imigratório tivesse arrefecido e que muitos deles tivessem feito escala em São Paulo, rumo à Argentina ou Estados Unidos. As migrações internas tomaram o lugar das imigrações. Entre 1941 e 1949 São Paulo recebeu 431 153 brasileiros procedentes de outras regiões e somente 45 518 estrangeiros¹⁶, num processo de substituição de correntes externas a São Paulo que fazia *pendant, mutatis mutandis*, com o processo de substituição de importações. Originários da Bahia, de Minas Gerais, de Pernambuco, de Alagoas, do Ceará, de Sergipe¹⁷, somente no ano do seu quarto centenário chegaram a São Paulo 94 436 brasileiros, incorporando-se ao cadinho populacional que era o Estado. Pode-se imaginar a força deste segundo impacto na urdidura do tecido cultural urbano da grande cidade.

Fusionava-se agora no espaço da Grande São Paulo uma torrente de línguas e dialetos. Das variantes italianas, o calabrês, o napolitano e o vêneto; o sotaque de Portugal, o português falado pela população mestiça e negra cultivado no espaço urbano; o linguajar caipira chegado com os trabalhadores de origem rural¹⁸, acrescidos pelo falar mineiro e nordestino, preservador do português arcaico dos tempos coloniais bafejados pelos dialetos africanos e pela língua geral, que ambientaram suas expressões típicas, a entonação de suas alocações, o movimento descansado de suas expressões.

Equívoco pensar que os imigrantes, sobretudo os de origem italiana, apegaram-se com exclusividade ao arsenal de atividades produtivas e profissionais urbanas. Em 1920, aproximadamente 22% das propriedades cafeicultoras estavam nas mãos de estrangeiros; em 1932 esta participação se elevava a 36%, dos quais 20% reservados para os italianos. Reversamente, amplos setores da burguesia agrária, quando tiveram sensibilidade para os novos tempos e não foram colhidos pela decadência irremediável, investiram seus capitais no sistema de transporte ferroviário e nas atividades bancárias, organizando-se em termos mais “modernos” do que a maior parte dos empresários originários da imigração, pois formaram suas companhias por ações, abrindo o capital, por oposição à preferência das sociedades limitadas ao circuito da parentela familiar dos imigrantes¹⁹. Um segundo traço moderno da velha burguesia,

¹⁶ “Pode-se pois concluir que a imigração, nesse caso a interna, foi extremamente significativa para o aumento demográfico de São Paulo no período em estudo já que o crescimento natural não teria sido suficiente para justificar os dados e índices mencionados. A porcentagem da população paulista atribuível a incremento natural era em 1900 de 34,6% para a de 65,4% imputável à imigração. Em 1960 a relação entre esses índices pouco se modificara: 36,1% e 63,9%, respectivamente”. Ver QUEIROZ, 1976: 490.

¹⁷ *BOLETIM*, 1950: 37-39.

¹⁸ Sobre a figura de Voltolino. Ver BELLUZZO, s/d.; CARELLI, 1982.

¹⁹ LOVE, 1982: 83.

segundo Joseph Love, era o fato de “não tenderem a ver a terra como um patrimônio ancestral a ser conservado. Consideravam-na um fator de produção e estavam constantemente a comprar novas propriedades à medida que as antigas perdiam sua fertilidade”²⁰. A elite cafeeira, como se vê, convertia o uso da terra em reserva de valor, num processo de valorização em que as velhas propriedades transformavam-se em moeda de troca para obtenção de terras virgens e férteis. A grilagem, a expropriação forçada, foram outros mecanismos menos legais e dóceis de incorporação fundiária. Em qualquer das circunstâncias, a preservação dos espaços de poder político tinha importância capital, pois a combinação bancos-ferrovias-fazendas, garantia o conhecimento prévio dos traçados ferroviários em direção à fronteira agrícola e, portanto, das terras que teriam excepcional valorização.

As trajetórias cruzadas de imigrantes ascendidos com a burguesia agrária explicam o perfil singular da mobilidade social em São Paulo nos anos 1950. A ascensão social dos recém-chegados aos escalões médios e superiores da hierarquia social não significava, obrigatoriamente, descensão para os grupos até então hegemônicos, criando um espaço de acomodação²¹. A pequena mobilidade substitutiva não significava, necessariamente, o deslocamento abrupto das antigas lideranças econômicas, sociais e culturais, havendo, portanto, uma espécie de colchão amortecedor de tensões, um vácuo de conflitos, capazes de promoverem a fusão das velhas e novas elites, por via das comunhões familiares. À burguesia decadente restou, finalmente, a fuga para os redutos da cultura, a prosa, a poesia, o teatro, onde, outra vez, encontrar-se-á com os novos chegados, por vezes, encarnados no papel de mecenas, não raro colegas de ofício.

Para além das meras clivagens sociais, surpreendidas a frio na secura das estatísticas, os autores reais desta história compartilhada tinham seus espaços de recolhimento, suas muralhas interiores e lugares privilegiados de encontro, particularmente no que tange às elites tradicionais ou emergentes. Enquanto na base da sociedade as classes populares arregimentavam-se em famílias nucleares, no topo, nas famílias tradicionais, predominava o agrupamento extenso, que não recusava sequer os filhos bastardos, a exemplo de Armando Prado²². Sinalização inequívoca da capacidade de assimilação das novas elites, por vias das ritualizações matrimoniais, das celebrações

²⁰ O exemplo emblemático referido por Love, se bem que referido aos fins do século XIX, é bastante significativo, pois se trata de uma figura expressiva da burguesia agrária tradicional, que chegou a ser governador de São Paulo, Jorge Tibiriçá, “adquiriu várias propriedades na área servida pela Mogiana e, em 1891, não hesitou em vender a propriedade familiar em Itú”. Ver LOVE, 1982: 234.

²¹ HUTCHINSON, 1960.

²² “Tradicionalmente, a família extensa, ou parentela, constituía parte importante na vida de todos os grupos sociais... Mas, na década de 60, as famílias de classe baixa vivendo na capital tendiam a assumir a forma nuclear, ao passo que a família extensa ainda permeava consideravelmente as relações da classe alta”. Ver LOVE, 1982: 124.

contratuais em negócios comuns, pela convivência cotidiana em espaços de lazer. “A alta sociedade incluía agora novos ricos e um círculo de profissionais vindos de cidades menores, que capitalizavam dotes intelectuais ou sociais”²³, não deixando de haver certo ranço crítico em relação à postura e comportamento dos novos-ricos, sobretudo de origem migrante. Isto não impedia, contudo, que se confraternizassem no salão de chá, no restaurante do *point* que era o Hotel Jaraguá, ou nas temporadas no balneário de eleição, o Guarujá.

Tratava-se de uma época com alto grau de dinamismo, na qual a crença nas possibilidades infinitas do desenvolvimento cultural era homóloga à convicção da modernização econômica, social e política que tinha em São Paulo a sua grande promessa. Assim, o presente aspirava ao futuro civilizado que, diga-se de passagem, seduzia a todos. Especificamente, produziu-se uma confluência do poder econômico e político com o “mundo do espírito”, pois todos estavam imbuídos de vontades semelhantes, ainda que elas dissessem respeito a campos diferentes. Entre o dinheiro e o intelecto ocorrem certas analogias no plano formal, como afirma Simmel, caracterizadas pelo impulso de permanente atualização.

“Ao lado da objetividade impessoal inerente ao conteúdo da inteligência existe uma relação extremamente próxima entre inteligência e individualidade... Dinheiro, por seu turno, não importa quanto ele transfere modos de comportamento impulsivo-subjetivo para modos suprapessoais e normas objetivas, é, não obstante, terreno fértil para o individualismo e o egoísmo econômico... O duplo caminho no qual tanto o intelectual quanto o dinheiro tornam-se inteligíveis é a distinção do seu conteúdo objetivo essencial, de sua função, ou, em outras palavras, nos usos em que são postos”²⁴.

Numa época de crescente diferenciação da cultura e de democratização do acesso à vida cultural, movimento fortemente vincado pela presença dos imigrantes, combinadas ao dinamismo econômico, isto é, ao caráter objetivo e subjetivo do dinheiro, as condições indispensáveis para a equalização formal das duas esferas estavam dadas.

De outro lado, é inerente às metrópoles a convivência dos grupos culturais com as instituições, os mecenas e, por conseqüência, com o ambiente da riqueza.

“As metrópoles agasalham as academias tradicionais e os museus em suas ortodoxias. Sua proximidade e poder de controle eram ao mesmo tempo uma estandardização e um desafio. Mas, dentro desta sociedade complexa e móvel, pequenos grupos ou qualquer forma de divergência poderiam encontrar algum tipo de amparo, o que não teria sido possível em sociedades mais tradicionais e fechadas. A miscelânea metropolitana – a qual no curso do capitalismo e do desenvolvimento do imperialismo atraiu

²³ LOVE, 1982: 125.

²⁴ SIMMEL, 1997: 437.

caracteristicamente uma população variada de diferentes estratos sociais e de origens culturais diversas – e sua concentração de riqueza e possibilidades de mecenato, permitiam que esses grupos pudessem encontrar novos tipos de audiência”²⁵.

Essas relações tornadas efetivas traduziam-se cada vez mais na aproximação com todas as possibilidades de poder, inclusive o político²⁶. Uma personalidade como Francisco Matarazzo Sobrinho, ítalo-brasileiro, o Ciccillo Matarazzo, pertencente ao maior grupo empresarial da América Latina e cujo leque de atividades na seara cultural ancorava-se em seu poderio econômico, transformava sua riqueza em via de acesso ao reconhecimento, a partir das suas iniciativas culturais, como a do Museu de Arte Contemporânea (MAM), criado em 1948 e inaugurado em Março de 1949, da Companhia Cinematográfica Vera Cruz logo depois. Afirmava, assim, sua individualidade e o direito de dispor, a seu bel prazer, dos recursos acumulados na área empresarial, acentuando a dimensão livre da sua personalidade, alforriada dos liames restritivos da condição de imigrante. Ao mesmo tempo, os intelectuais e artistas auferiam de novas possibilidades para o exercício das suas ocupações, podendo mobilizar os recursos inerentes aos seus domínios do saber de forma mais segura. Nos dois casos, as bases do exercício do mecenato e da vida cultural alteraram-se: em primeiro lugar, porque este mecenato dirigiu-se para a criação de instituições; a exemplo dos museus; do teatro e do cinema. Em segundo, porque as atividades culturais poderiam usufruir, de modos diversos, da presença das instituições. A confluência dos procedimentos fecha o circuito, o que permite entender como foi possível a associação entre os produtores da cultura, empresários e dirigentes, nas comemorações do IV Centenário de São Paulo, transcorridas em 1954.

É nos quadros dessa universalidade abstrata, que a transformação do tecido cultural culmina com a organização de instituições de peso. A multiplicação dos empreendimentos introduziu transformações qualitativas no panorama cultural, fazendo da cidade fonte geratriz das novas expressões em todos os campos.

A grande marca distintiva desse período, no que tange à produção da cultura, ocorreu na expansão da produção, até como fruto das instituições criadas e mantidas por personalidades oriundas do meio empresarial, diversa daquele mecenato característico dos salões paulistas dos anos 1920 e 1930²⁷.

“No final da década de 40, o mecenato burguês adquire uma amplitude que a cidade até então não conheceu. E se manifesta sob formas inteiramente diversas. Já não se

²⁵ WILLIAMS, 1997: 45.

²⁶ Um excelente estudo sobre as relações entre os intelectuais e o poder é o de Sergio Miceli. Ver MICELI, 1979.

²⁷ Como é sabido, este é um fato paulista por excelência, já que no Rio de Janeiro o principal mentor do desenvolvimento artístico e cultural foi o poder público.

trata da burguesia cafeeira para qual a valorização da cultura, no brilho dos seus salões, tem função aristocratizante... E muito menos de um mecenato “benemérito”, aplicado à manutenção de pequenas instituições ou de protegidos. Trata-se de um mecenato eminentemente burguês e de uma burguesia industrial, suficientemente rica para despendar grandes somas de dinheiro”²⁸.

Oriundos da burguesia industrial, predominantemente de origem imigrante, esses mecenas afirmavam-se numa sociedade que começava a familiarizar-se com a ascensão dos estrangeiros²⁹. Daí, a convivência estreita de intelectuais e artistas com as “altas rodas”:

“Os escritores, poetas, jornalistas e intelectuais freqüentavam os mesmos lugares – compravam, liam e tentavam conquistar espaço nas mesmas revistas – e conviviam com as “altas rodas”, sobretudo aqueles interessados em culturalizar o país – os administradores das artes. A vida literária e artística era, então, intensa em São Paulo: todos se conheciam e se encontravam ou aqui (na livraria e salão de chá Jaraguá, por exemplo) ou ali, nas reuniões em casa de amigos ou coquetéis no Automóvel Clube”³⁰.

Em suma, São Paulo, no período aqui focalizado, assume a proeminência no âmbito da cultura – até então ocupada pelo Rio de Janeiro – ao gestar um padrão cultural diverso. Se os anos 1920 e 1930 caracterizam-se, de modo geral, pela busca de formas expressivas próprias, o período pós-guerra, em São Paulo, será marcado pelo fortalecimento institucional, pelo mecenato cultural³¹.

A participação dos estrangeiros, como do engenheiro italiano Franco Zampari, não apenas na realização, como na implementação, em 1948, do Teatro Brasileiro de Comédia (TBC), expõe a nova face assumida pelo mecenato cultural em São Paulo. Franco Zampari levou para a organização do novo teatro, os princípios da ação empresarial.

“O elemento de risco, contido na competição, somado a um mecenato que o atraía, formaram um magneto poderoso e irresistível. Por um ângulo temos o homem prodígio, freqüentador das rodas sociais da elite, fascinado desde muito cedo pelo palco e final-

²⁸ GALVÃO, 1981: 14.

²⁹ “Os italianos e seus descendentes eram as vezes chamados, depreciativamente, de italianinhos ou de carcamanos, pelos brasileiros dotados de longos sobrenomes. Mas já não eram italianinhos nem carcamanos os condes e as condessas de nomes peninsulares cruzados, pelo casamento, com gente cujos ancestrais Pedro Taques catalogara na sua *Nobiliarquia Paulistana*. A miraculosa força do dinheiro começou a derreter os pruridos aristocráticos dos quatrocentões”. Ver BRUNO, 1986: 52-53. Estudo recente sobre a origem do empresariado paulista constatou a presença esmagadora de estrangeiro ou de seus descendentes na conformação de seu quadro étnico-social. Ver PEREIRA, 1994: 83-106.

³⁰ PEREIRA, 1987: 37-38.

³¹ Nas palavras de Galvão: “A questão cultural em São Paulo é um problema da burguesia”. Ver GALVÃO, 1981: 22.

mente sentindo a possibilidade de se aproximar dele com maior familiaridade. Por outro, o homem de negócios realizado, o engenheiro empreendedor e capaz, diretor das Indústrias Matarazzo, participante de um entusiasmo similar ao que levava seu grande amigo Francisco Matarazzo Sobrinho a criar, no mesmo ano de 1948, o Museu de Arte Moderna de São Paulo, desejando recompensar o país que o adotara. Dessa fusão nasce o impulso que conduziria à efetivação do empreendimento que, inicialmente, visava a oferecer uma sede aos artistas amadores paulistas. É possível que a nenhum dos participantes desse primeiro momento tenha ocorrido a dimensão que assumiriam as conseqüências do envolvimento de Zampari com o teatro”³².

Isto é, juntamente com a atração pelos espetáculos teatrais, importa considerar a natureza mesma dos investimentos, canalizando-os para o campo da cultura, mas organizados segundo a lógica das empresas.

Tal empreendimento somente seria exequível se contasse com a presença de profissionais qualificados, raros no país de então.

“Oito diretores europeus, seis italianos e um belga (Maurice Vaneau), além de Ziembski, passaram pelo TBC em seus quinze anos de existência... Revelaram-se preciosos, nessa fase de aprendizagem, o virtuosismo de Ziembski... e a sólida formação cênica de Adolfo Celi (o primeiro diretor artístico do TBC). Luciano Salce e Flaminio Bollini (1924-1978), os três diplomados pela academia de Arte Dramática de Roma. Em complemento a este trabalho de base, estenderam-se muitos deles em outras direções, seja a de cenografia, como Gianni Ratto, já reputado profissional ao deixar a Itália, seja a da crítica como Alberto D’Aversa (1920-1969), e particularmente Ruggero Jacobbi (1920-1981), autor, entre outros ensaios, de um livro sobre o teatro brasileiro publicado na Itália. A cultura européia, em suma, pesou em todos os níveis, dos técnicos até da difusão de ideias”³³.

Esses estrangeiros assumiam o papel de “civilizar”, mas profissionalizar, as iniciativas culturais no Brasil; desempenhando as suas funções de modo dirigido e claramente calculado.

“Para levantar os fundos destinados à instalação da sala de espetáculo e o capital necessário ao seu funcionamento, Zampari e Ciccillo Matarazzo criaram a Sociedade Brasileira de Comédia, entidade sem fins lucrativos para a qual convidaram duzentas figuras da sociedade paulistana. Dela participaram, entre outros, banqueiros e industriais...”³⁴

³² GUZIK, 1986: 13.

³³ PRADO, 2002: 545.

³⁴ GUZIK, 1986: 13-14.

Em outros termos, introduz-se nova ética na compreensão dos “negócios da cultura”, por isso, não é de estranhar-se que os pioneiros sejam, predominantemente, de origem imigrante. Aliaram-se, todavia, a brasileiros para a montagem das instituições e contaram com a presença de um ambiente cultural em franco processo de efervescência, capaz de abrigarem as suas ideias³⁵. No caso do cinema, com a criação da Companhia Cinematográfica Vera Cruz – estreitamente vinculada ao TBC – repetem-se os mesmos procedimentos.

A Vera Cruz altera radicalmente o setor cinematográfico de São Paulo, com a introdução do profissionalismo. Anteriormente, o cinema era atividade de pessoas de teatro, de amadores, de descendentes de famílias de imigrantes, principalmente italianos³⁶. Até o aparecimento da companhia cinematográfica de Zampari, a produção realizada entre os anos de 1930 e o fim dos anos de 1940 era quase totalmente restrita ao Rio de Janeiro, apesar de algumas tentativas em construir projetos empresariais terem também resultado em fracasso³⁷. É no final dos anos quarenta do século XX que o ambiente altera-se profundamente.

“Em 1949 e 1950, cinco companhias cinematográficas são criadas e, nos próximos três anos, a quantidade de produtoras ultrapassa a casa das duas dezenas. Para compreender o surgimento dessa indústria cinematográfica em São Paulo, é necessário examinar a relação entre a burguesia paulista, o mecenato cultural e a cultura cinematográfica que se desenvolvia na capital. A chamada “indústria cinematográfica” paulista surge num momento de intensa atividade cultural em São Paulo”³⁸.

Com a criação da Vera Cruz, o cinema paulistano passa à frente de maneira indiscutível, empreendimento de grande envergadura, ao lado de iniciativas como a Maristela e a Multifilmes³⁹. “Os paulistas, entretanto, rejeitaram qualquer paralelo entre os que pretendiam fazer e aquilo que se fazia no Rio: renegando a chanchada, ambicionaram realizar filmes de classe e em muito maior número”⁴⁰. Desse modo, o projeto cinematográfico de São Paulo constituía-se de forma empresarial, mas buscava a qualidade. “Pela primeira vez surge no Brasil uma companhia cinematográfica que conta com o interesse da intelectualidade e da elite financeira paulista”⁴¹.

A Vera Cruz, quando surge, é autossuficiente: “Cinema se faz com bons técnicos, bons artistas, maquinaria adequada, grandes estúdios e dinheiro, e a Cia. tem

³⁵ Essas alianças podem ser depreendidas dos nomes arrolados por Guzik no levantamento de fundos para a criação do TBC. GUZIK, 1986: 14.

³⁶ GALVÃO, 1981: 48.

³⁷ GOMES, 1996: 71. Ver também CATANI, 1987.

³⁸ GOMES, 1996: 197.

³⁹ GOMES, 1996; ver também CATANI, 1983.

⁴⁰ GOMES, 1996: 76.

⁴¹ CATANI, 1987: 203.

tudo isso”⁴². E na montagem da equipe técnica, os profissionais e patronos do TBC foram decisivos, mas contaram com a colaboração de Assis Chateaubriand, que convidou Alberto Cavalcanti, brasileiro radicado em Londres, para fazer conferências no MASP, onde já existia o Centro de Estudos Cinematográfico⁴³. Nas palavras de Alberto Cavalcanti:

“Em fins de 1949, fui convidado pelo sr. Assis Chateaubriand para fazer uma série de conferências no Museu de Arte de São Paulo, aqui chegando em 4 de setembro. Como tinha vivido na Europa durante 36 anos, só tendo feito nesse tempo uma viagem de três meses no Rio, resolvi aceitar. Quase no fim de minha estada, fui apresentado aos senhores Franco Zampari, Adolfo Celi e Ruggero Jacobbi, pelo sr. Francisco Matarazzo Sobrinho. Aqueles senhores (todos os três completamente alheios ao cinema, sob o ponto de vista industrial) convidaram-me para visitar, em São Bernardo do Campo, os terrenos pertencentes ao último, onde planejavam instalar a futura Companhia Cinematográfica Vera Cruz”⁴⁴.

A fundação da Vera Cruz, pelo mesmo grupo que estava na base dos outros empreendimentos, exprime a concentração das iniciativas culturais no período, caracterizando o grupo fechado dos mecenas. É de se notar a presença de Assis Chateaubriand, empresário de origem nordestina e proprietário de uma cadeia de veículos do ramo jornalístico, fundador do MASP e de Pietro Maria Bardi, marchand de origem italiana e organizador do museu, atestando a colaboração inicial do MASP e a possível solidariedade entre os dois grupos. O próprio MAM havia sido instalado no prédio da 7 de Abril, 230, sede dos Diários Associados, onde já funcionava o MASP. As rupturas cristalizar-se-iam, posteriormente.

Os estrangeiros pareciam ter o dom da ubiquidade, pois participavam até mesmo das funções técnicas: “Registra-se também a presença de muitos estrangeiros trabalhando no cinema brasileiro: sobretudo italianos, mas há gente de muitas nacionalidades, inclusive dois americanos”⁴⁵. É possível entrever a envergadura da iniciativa na ruptura pretendida pelos seus profissionais, no que tange à produção cinematográfica no período antecedente:

“A Companhia Vera Cruz foi fundada precisamente para “criar” uma indústria cinematográfica no Brasil, a partir da estaca zero. Se alguma coisa fica absolutamente clara, desde as suas primeiras tentativas de autodefinição, é a total negação do cinema anterior”⁴⁶.

⁴² GALVÃO, 1981: 53.

⁴³ GALVÃO, 1981: 39.

⁴⁴ Depoimento de Alberto Cavalcanti transcrito por GALVÃO, 1981: 96.

⁴⁵ GALVÃO, 1981: 50.

⁴⁶ GALVÃO, 1981: 42.

Isto é, parecia rondar o projeto o sonho de instalar uma Hollywood tropical. Nesses termos, do ponto de vista estritamente empresarial, a iniciativa até poderia ser interessante. Constituída nos moldes de uma sociedade anônima, congregava a seguinte composição na primeira diretoria. Diretor Presidente, Francisco Matarazzo Sobrinho; Diretor Vice-Presidente, Franco Zampari; Diretor Superintendente, Carlo Zampari; e Diretor Tesoureiro, Hernani Lopes⁴⁷. Franco Zampari detinha a maioria das ações, mas foi Francisco Matarazzo o doador do terreno, onde as instalações foram construídas⁴⁸.

O convite a Alberto Cavalcanti fora decisivo, para oferecer qualidade necessária a iniciativas dessa ordem. Detentor de contatos fundamentais na área, fruto da longa permanência na Europa, Cavalcanti contratou técnicos no Velho Continente, condição imprescindível à boa produção dos filmes⁴⁹. A própria organização do I Festival Internacional de Cinema, para o qual foram convidados artistas de renome internacional, principalmente americanos, retrata o quanto de solidez se pretendia conferir à Companhia⁵⁰. Nem sequer esteve ausente do evento um grande acontecimento social, organizado com requintes e sofisticação: a festa oferecida na fazenda Emphyreo, a todos os convivas, por Dona Yolanda Penteado, pertencente à tradicional família paulista e na época casada com Francisco Matarazzo Sobrinho⁵¹. Tentou-se, até, copiar o *star system* do cinema norte-americano⁵². Com todas essas pretensões, a Vera Cruz parecia excessiva para o mercado nacional de cinema, experiência que fenece em 1954. Apesar disso, expressou de modo contundente o processo de modernização do tecido cultural em São Paulo, onde a criação de instituições é sua maior expressão. No começo da década de 1950, é notória a preocupação em desenvolver um campo cultural diferenciado e mais compassado com as tendências internacionais. As palavras do intelectual e renomado crítico cinematográfico, Paulo Emílio, são reveladoras: “É verdade que sempre houve encontros de intelectuais, discussões sobre arte, política, mil coisas; mas jamais alargado a um número tão grande de pessoas, e prolongado durante tanto tempo e diversificado para tantos campos de interesse”⁵³.

No plano da vivência cotidiana, à ebulição intelectual de São Paulo correspondia a crescente ampliação dos domínios do lazer e do consumo. Em meados dos anos

⁴⁷ GALVÃO, 1981: 92.

⁴⁸ GALVÃO, 1981: 93.

⁴⁹ PENTEADO, 1976: 249.

⁵⁰ A esse respeito, ver GALVÃO, 1981: 245.

⁵¹ Sobre o evento, ver GALVÃO, 1981: 242-254.

⁵² GALVÃO, 1981: 250-251.

⁵³ Apud GALVÃO, 1981: 38.

1950, a área da publicidade, índice da pulsação da produção e do consumo, tornava-se um empreendimento empresarial⁵⁴. Sintomática a concepção das radionovelas:

“A idéia é a nossa matéria prima. Esta é a nossa indústria, onde trabalham dezoito artistas privilegiados. São os escritores que manejam com os teares da idéia. Montam a sua produção, desenvolvem-na e a mercadoria, que é o programa, está pronta para a venda. A principal diferença, entre essa indústria e uma outra qualquer, é a de que os recursos da matéria-prima, não são palpáveis. Há uma produção em série, mas de conjuntos de idéias diferentes... Essa gama de tendências é posta a serviço do consumo semanal de um espetáculo. Não há usina que iguale essa efervescência de uma fábrica de arte”⁵⁵.

Sem dúvida, concepções características da indústria cultural encontram-se em pleno processo de implantação, explicitada na concepção da mensagem como mercadoria⁵⁶.

O consumo cultural ampliara-se consideravelmente como se pode depreender da freqüência crescente aos cinemas que, nos anos de 1940 e 1950, viviam “a sua idade de ouro”, tornando o empreendimento altamente lucrativo, em função da grande afluência de público⁵⁷. Daí, a realização do *Primeiro Festival Internacional de Cinema no Brasil*, no ano do IV Centenário, como foi visto, que coroa um movimento de enraizamento da cultura cinematográfica em São Paulo⁵⁸. O cinema e a publicidade eram

⁵⁴ ARRUDA, 1985: 93-103.

⁵⁵ *Rádio Nacional. 20 anos de liderança a serviço do Brasil – (1936-1956)*. “Arquivo Multimeios”, Centro Cultural de São Paulo, Secretaria Municipal da Cultura, Prefeitura de São Paulo, n. 2409, folha 82. Devo a Ana Cláudia Fernandez o acesso a esse material.

⁵⁶ Renato Ortiz, analisando o mesmo período, considera “difícil aplicar à sociedade brasileira deste período o conceito de indústria cultural introduzido por Adorno e Horkheimer... Faltavam a elas (as empresas) um traço característico das indústrias da cultura, o caráter integrador”. ORTIZ, 1985: 48. De fato, a integração ocorrerá apenas no final dos anos de 1960, mas a concepção da mensagem-produto é anterior, como se pode perceber no texto reproduzido.

⁵⁷ ALMEIDA, 1996: 161. A autora apresenta dados sobre o número de lugares e a freqüência anual aos cinemas entre os anos 1940-1970. Nota-se que o movimento de ascensão nos dois índices, entre 1940-60 declina, entre 1960-70, momento em que a televisão começava a interferir na freqüência aos cinemas. Mas entre 1940-60 os números são eloquentes: Número de lugares: 1940 – 95 754; 1945 – 122 736; 1950 – 158 000; 1955 – 199 379; 1960 – 224 669. Público anual: 1940 – 19 526 224; 1945 – 30 212 942; 1950 – 35 846 722; 1955 – 57 736 902; 1960 – 44 357 881. A autora mostra, nesse texto bastante sugestivo, que, já “no final dos anos 30, começou a se formar a Cinelândia paulista na região do centro novo, nas avenidas São João, Ipiranga e imediações”, p. 162. Os maiores cinemas de São Paulo localizavam-se no Brás, bairro operário e de origem imigrante, p. 163. Nos anos de 1940, São Paulo possuía 449 tipografias, 203 revistas, 106 livrarias, 91 jornais (em várias línguas), 45 casas editoras e 150 cinemas. Ver PETRONE, 1955: 168.

⁵⁸ O Festival Internacional de Cinema compreende a Retrospectiva do Cinema Brasileiro, o Festival do Cinema Científico, o Festival de Cinema para as Crianças, conferências, publicações e exposições como as realizadas no Museu de Arte Moderna, sobre as obras de Erich von Stroheim e Abel Gance. Ver “Cinema de 30 Dias”, revista *Anhembi*, n. 45, vol. XV, Agosto de 1954.

as áreas mais visíveis da americanização dos modos de vida, o que, de resto, estava igualmente acontecendo com a música popular, com o próprio teatro e já havia acontecido nas concepções urbanistas desde o *Plano de Avenidas* de Prestes Maia⁵⁹. A ascendência dos padrões norte-americanos no âmbito da cultura significava deslocar a hegemonia cultural francesa, típica das nossas elites europeizadas, mas denotava, conjuntamente, certa concepção de como organizar as atividades que, em São Paulo, se fará sob o signo empresarial: nos meios de comunicação, na publicidade, no cinema, no teatro. Naturalmente, os limites desses empreendimentos levados a efeito no período eram visíveis, como aponta Renato Ortiz, o chamado “espírito da racionalidade” combinava-se “a padrões mais antigos”, como se percebe na oportunidade da inauguração da *TV Tupi* por Assis Chateaubriand, em 1950⁶⁰. Apesar disso, é possível ocorrerem projetos empresariais no âmbito da cultura, o que não significa reduzi-los a puras manifestações da visão burguesa⁶¹.

O entendimento dessas iniciativas pressupõe considerar a relação entre esses empreendedores e a intelectualidade paulistana que promoveu, amparou e participou ativamente de grande parte dessas instituições em processo de montagem, como foi o caso do crítico e intelectual cosmopolita, Sérgio Milliet, dos jovens de *Clima* e de outras personalidades da vida cultural de São Paulo⁶². Ao lado dessas relações, tanto

⁵⁹ “Não se pode esquecer que os anos 40 marcam uma mudança na orientação dos modelos estrangeiros entre nós. Os padrões europeus vão ceder lugar aos valores americanos, transmitidos pela publicidade, cinema e pelos livros em língua inglesa que começam a superar em número as publicações de origem francesa” (ORTIZ, 1985: 71). “Ao Brasil, restava continuar na esteira da colonização cultural. No plano musical, chegavam até nos ritmos como o *swing*, o *jazz* e o *boogie-woogie*” (CALDAS, 1995: 105). “Nesse sentido, Prestes Maia, no seu Plano de Avenidas, até apresentava uma inovação: a incorporação das idéias dos urbanistas americanos, caracterizadas pelo movimento *City Beautiful...* e também pelas idéias mais atuais da época, tais como o planejamento da circulação e a legislação do Zoneamento” (SOMEKH, 1997: 139). No teatro, a presença da dramaturgia americana é incontestável. Autores como Arthur Miller e O’Neill eram encenados com frequência e foram importantes à elaboração da obra de Jorge Andrade.

⁶⁰ “Eu diria que o empresário cultural dos anos 40 e 50 se aproxima ao que Fernando Henrique define como capitão da indústria” (ORTIZ, 1985: 57). Este livro traz um ótimo panorama dessas questões no período. Um bom relato da precariedade dos métodos de Chateaubriand, na ocasião da inauguração da *TV-Tupi* encontra-se em MORAIS, 1994. É sugestiva a seguinte passagem: “Um mês antes do dia D, o engenheiro norte-americano Walther Obermüller, diretor da NBC-TV, veio ao Brasil para supervisionar a inauguração e as primeiras semanas do funcionamento da Tupi... O americano quis saber ‘quantos milhares de receptores tinham sido vendidos pelo comércio à população de São Paulo’. Os dois diretores se entreolharam e responderam quase em coro: – Nenhum. Atônito com a notícia, Obermüller pediu uma reunião com Chateaubriand, para advertir o dono dos Associados... Chateaubriand disse para ele não esquentar a cabeça com aquilo, que no Brasil tudo tinha solução”. Ver MORAIS, 1994: 500.

⁶¹ Sobre o caráter burguês dos investimentos, não necessariamente da presença de orientação burguesa no plano cultural (ORTIZ, 1985: 67-70). Antonio Candido contesta, significativamente, a concepção que identifica os empreendimentos culturais à burguesia. Ver CANDIDO, 1980.

⁶² O único grande empreendimento que foi visto com ceticismo pelos intelectuais paulistas foi o MASP, visto que os métodos de Chateaubriand para a montagem do acervo eram considerados no mínimo discutíveis. Sobre a importância de *Clima* na cultura em São Paulo, ver o excelente trabalho de PONTES, 1998.

no caso do TBC, quanto da Vera Cruz, a participação dos estrangeiros foi essencial na formação do corpo técnico das referidas companhias, elas próprias, como vimos, frutos da iniciativa de Franco Zampari e de Ciccillo Matarazzo que, apesar de ter nascido no Brasil, era um homem formado na cultura peninsular, falando, inclusive, português com sotaque. Desse modo, o papel dos estrangeiros, ou dos recém-chegados, foi decisivo na modernização dos diversos setores da cultura, extrapolando mesmo o período, dada a importância das “missões” na fundação da Universidade de São Paulo, em 1934⁶³. Nesse andamento, a compreensão das diversas instituições criadas no pós-guerra em São Paulo, não se completa sem o tratamento da natureza do seu fenômeno migratório, naquele tempo em que os herdeiros das famílias de estrangeiros já ascendidas adentram ao universo da cultura e estabelecem a relação entre riqueza e mecenato, entre dinheiro e cultura, extrapolando a mera questão demográfica ou do movimento em direção às posições sociais superiores⁶⁴. A conexão entre modernismo e o fenômeno da imigração estabelecida por Raymond Williams, pode ser estendida para o campo da construção das instituições culturais que, em São Paulo, ofereceram o solo para o vicejamento das linguagens⁶⁵.

No conjunto, a cultura desse meio de século reproduzia a *mélange* característica de uma sociedade em vigoroso movimento transformador, mas que estava submetida às tensões de uma história sem força suficiente para promover rupturas mais profundas. O tecido cultural daqueles anos pode ser caracterizado como uma “*cultura de mescla*, na qual coexistem elementos defensivos e residuais ao lado de programas renovadores”⁶⁶. Esse diagnóstico, de Beatriz Sarlo para Buenos Aires a partir dos anos trinta, aplica-se a São Paulo⁶⁷.

⁶³ MASSI, 1991; MASSI, 1989.

⁶⁴ Sobre a Geografia urbana de São Paulo e o fenômeno demográfico o livro *A cidade de São Paulo: estudos de Geografia Urbana*, organizado por AZEVEDO, 1958, concebido como obra de homenagem ao IV Centenário da cidade, apresenta uma visão ampla. Os italianos de nascimento, ou de origem, foram centrais às novas iniciativas. Para uma análise ampla desta imigração, ver TRENTO, 1989. Para uma análise da participação dos italianos no teatro brasileiro desde as origens das encenações promovidas por imigrantes, ver SILVEIRA, 1976. A participação dos estrangeiros desdobrou-se no plano da crítica. Apenas para citar alguns exemplos, chamo a atenção para o papel central de Anatol Rosenfeld e Jean Claude Bernadet em São Paulo; no Rio, não há como não lembrar a figura do intelectual Otto Maria Carpeaux.

⁶⁵ “Assim a chave fundamental das mudanças do estilo modernista é o caráter das metrópoles. O impacto mais importante é seus efeitos na forma, e o fato mais importante das mudanças na forma é a imigração para as metrópoles...”. Ver WILLIAMS, 1997: 45.

⁶⁶ SARLO, 1997: 217.

⁶⁷ Se a construção de prédios pode ser um indicador seguro para o padrão de desenvolvimento alcançado por uma determinada metrópole, os ritmos de São Paulo e Buenos Aires eram próximos e superiores até mesmo a Nova York: “Enquanto em Nova York constrói-se, cada ano, uma casa para cada grupo de 423 habitantes, em Buenos Aires para 134, em São Paulo registra-se a média de 102”. Portanto, “parece não existir nenhuma cidade que se iguale”, evidentemente, a São Paulo. Ver PETRONE, 1955: 167.

“O sistema de respostas culturais formado nesses anos terá importante influência até, pelo menos, a década de 1950. Trata-se de um período de insegurança mas também de certezas muito fortes, de releituras do passado e de utopias, no qual a representação do futuro e da história entram em choque nos textos e nas polêmicas. A cultura de Buenos Aires estava sujeita à tensão do “novo”, muito embora também se lamentasse do curso inexorável das mudanças... A modernidade é um cenário de perdas mas também de fantasias reparadoras. O futuro era hoje”⁶⁸.

Da vivência dessa tensão, as linguagens retirarão o seu impulso.

Os museus de arte de São Paulo foram criados então numa conjuntura tensa, atravessada por fortes dissensões que grassavam no ambiente cultural e intelectual da cidade. O aparecimento dessas instituições deu-se num momento fervilhante de debates, que polarizavam artistas, escritores, intelectuais, envolvidos nas polêmicas sobre a cultura de participação, da arte social, que estavam na base de conflitos que envolveram antigas e novas gerações em torno da questão realismo-abstracionismo. Convivia-se mesmo com uma situação, em certa medida, paradoxal. Enquanto em outros países as vanguardas ofereceram combate sem trégua aos museus, aqui, as instituições foram em geral bem-vindas e até calorosamente acolhidas, caso específico dos Museus de Arte Moderna⁶⁹. O MAM de São Paulo desempenhou papel fundamental na divulgação das novas linguagens, por ter propiciado as condições de acesso dos artistas brasileiros às novas tendências pictóricas mundiais. Eventos, como as Bienais, inauguradas em 1951, compassavam os brasileiros com a arte abstrata, criando um ambiente favorável às apropriações. Ao seu lado, as exposições periódicas, o conjunto de eventos e iniciativas que o museu implementou, ofereciam novas possibilidades de ingresso ao universo das linguagens das vanguardas. O próprio Museu de Arte de São Paulo, o MASP, com o seu acervo eclético, permitiu que se fizessem aproximações com o desenvolvimento das artes plásticas no ocidente. O primeiro tinha evidente caráter pedagógico, na seara dos movimentos presentes; o segundo oferecia uma mostra da formação pictórica que poderia ser contrastada com os experimentos contemporâneos. Talvez, por isso, os museus receberam aprovações generalizadas, o que não significava, no entanto, unanimidade em relação aos projetos, ou mesmo quanto aos métodos utilizados na construção dessas instituições⁷⁰. A despeito das críticas, principalmente em relação aos procedimentos do fundador do MASP,

⁶⁸ PETRONE, 1955: 217.

⁶⁹ “Foi após todo o movimento de vanguardas históricas-futurismo, dada, surrealismo, construtivismo e os grupos de vanguardas da recém instalada União Soviética – que se começou uma luta radical e implacável contra os museus. Essa luta começa na exigência do fim do passado através da destruição semiológica de todas as formas tradicionais de representação e ao se defender a ditadura do futuro. Para a cultura de manifestos... o museu realmente era um bode espiatório plausível”. Ver HYSSEN, 1997: 228.

⁷⁰ A respeito das críticas aos museus, ver AMARAL, 1998: 245-250.

Assis Chateaubriand, figura controvertida, assim como Pietro Maria Bardi, seu braço forte, os museus carregavam promessas civilizatórias que a todos agradavam. *O Museu de Arte Moderna* do Rio, similarmente, reequilibrava em parte a perda de espaço da capital diante das iniciativas paulistas. No conjunto, a todos parecia que o país se tornava culturalmente mais denso, mais ilustrado, apesar dos atos do primeiro governo da recém-instalada democracia, parecer desmentir os ares cosmopolitas. Mas a produção industrial havia superado a cafeicultura, já em 1946; o país abria-se para a construção da sociedade moderna. O futuro afigurava-se auspicioso; provava-o a novidade de um tipo de mecenato incomum até então. Diferentemente do projeto de fundação da Universidade de São Paulo, na qual “elites ilustradas” consorciaram-se com o governo estadual, que acabou sendo o agente viabilizador da instituição, os mecenas dos museus eram empresários, migrantes ou imigrantes, atitude sintomática do vigor das atividades econômicas no Brasil. Além de empreendedores, lançaram-se na construção desses organismos culturais de cunho público, necessariamente articulando ações arrojadas e mesmo aventureiras, quando se considera a efetiva realidade brasileira. Independentemente do aparecimento de problemas que costumam acompanhar iniciativas dessa natureza, mormente em contextos como o nosso, os museus renovaram a cultura das artes na cidade, ao permitirem o contato direto de artistas e do público com obras clássicas, modernas e contemporâneas. Introduziram, sobretudo, um clima qualitativamente diverso, em função da organização de iniciativas em múltiplas direções, permitindo a São Paulo e a capital do país compassassem-se com o ritmo cultural dos grandes centros mundiais.

A literatura que trata da conjuntura de criação dos Museus de Artes no Brasil, no segundo quartel dos anos quarenta, acentua, comumente, as relações que se estabeleceram entre as transformações da sociedade brasileira no período, resultantes da industrialização, democratização, enfim, da modernização, e as mudanças no âmbito da cultura que se tornava, concomitantemente, mais complexa⁷¹. Dos textos produzidos no interior das instituições, até nos mais analíticos, emergem conexões dessa natureza. Desse modo, as análises de cunho contextual inserem as instituições museológicas nos quadros da sociedade brasileira, que se desenvolvia e se modernizava, atestadas pelo dinamismo das grandes cidades e de São Paulo em particular.

O mesmo ocorre quando se busca a conexão dos museus de arte, com a conjuntura internacional no pós-guerra e, especificamente, com a política norte-americana para a América Latina. Nesse caso, trata-se de salientar os aspectos essencialmente

⁷¹ “O novo surto industrial vem a alterar o perfil sócio-cultural do país: crescer a migração do campo para as cidades e neste processo a tradição rural e artesanal cede terreno à cultura urbana e à industrialização. É na dinâmica destas mudanças que ocorre o advento do abstracionismo em evidente confronto com a arte então centrada na representação do homem e seu meio”. “Abstrações (145-60)”, *Bienal Brasil*, Arquivo MAC.

externos ao empreendimento dos museus e entender a formação desses organismos como produtos das políticas de dominação e civilizacional dos países hegemônicos⁷². É possível combinar esta mesma linha de raciocínio às vertentes de análise do caráter tributário das instituições da cultura às ações de grupos esclarecidos da classe dominante, ou dos seus representantes, que desenvolviam uma pedagogia em relação à sociedade, tendo em vista educá-la⁷³. Não está, por certo, completamente afastado desse domínio, o acentuamento do papel dos patronos, os mecenas propriamente ditos, seja como lídimos representantes da sua classe, seja pelo enredamento do perfil assumido pela instituição nos traços característicos de suas personalidades, moldadas no percurso dos seus itinerários pessoais⁷⁴. Nesse tipo de abordagem que, comumente, ultrapassa o terreno da reflexão, desembocando no mais puro discurso panegiricista, costuma-se identificar a organização com a capacidade e o espírito empreendedor do seu formador; na contraface desses discursos, as iniciativas dos promotores transformam-se em meros instrumentos, ao transmutarem-se em recursos para o atingimento de fins individuais, de prestígio ou de realização de interesses colimados⁷⁵. Finalmente, uma outra via de compreensão encontra-se presente no corpo de estudos que insere a formação desses institutos no amadurecimento do tecido cultural do país: os museus de arte seriam tributários do adensamento da linguagem artística que, ao atingir certo patamar, desemboca na inevitável criação dos seus organismos pertinentes⁷⁶. O problema de tais abordagens reside no isolamento da produção cultural que se despreza das condições sociais, resvalando para uma espécie de visão progressiva da linguagem, enfocada nos seus próprios termos. Como consequência, essas reflexões tendem a identificar as instituições, uma vez criadas, como representações do progresso do setor, fazendo o papel de êmulos das alterações das linguagens artísticas, dotadas da qualidade de moldar a gramática das obras e dos estilos⁷⁷.

⁷² “Os museus de arte moderna, fundados nessa década em todo mundo, foram parte integrante da propaganda americana contra o grande prestígio desfrutado pelo socialismo entre intelectuais e artistas”. Ver PARADA, s/d.: 25.

⁷³ “Pela sua atuação educacional, o museu moderno deve atuar junto à população urbana, educando-a para que obtenha a competência estética e comportamental necessárias a um país que pretende superar os desafios do crescimento econômico”. Ver PARADA, s/d.: 62.

⁷⁴ BARDI, 1992. “Chateaubriand tinha – paralelamente aos seus impulsos fundamentais pela ação prática – especial atenção pelos valores visuais, que revelava desde o interesse juvenil pela paisagem do nordeste e o artigo de 1952 sobre a obra de Tarsila e a amizade por Visconti a partir dessa época, e certa ternura por Portinari, mais tarde, até culminar nas visitas que fazia a museus, pelo mundo afora, e na referida criação do MASP”. BARATA, 1971: 103; ALMEIDA, 1976.

⁷⁵ A alusão de que Chateaubriand criou o MASP tendo em vista a sua rede de veículos de comunicação está aludida: DURAND, 1989; SILVEIRA, 1983.

⁷⁶ ZANINI, 1983; ZANINI, 1991; LOURENÇO, 1990; AMARAL, 1982.

⁷⁷ “O que de notável sucede, em matéria de institucionalização da arte moderna, fica por conta da implantação de entidades museais, no pós-guerra... A entrada de recursos, por um lado vindo de Assis Chateaubriand e de outro por Francisco Matarazzo Sobrinho, modifica totalmente o meio brasileiro”.

A promessa analítica encerrada em cada uma dessas abordagens é inquestionável. Parece-me, todavia, que nenhuma delas isoladamente, nem mesmo certas conexões dadas como permanentes e constantes, satisfazem integralmente os requisitos analíticos necessários à iluminação da conjuntura subjacente à criação dos museus de arte em São Paulo e mesmo na capital federal. A dificuldade do tratamento dos condicionamentos que se manifestam nos projetos museológicos consiste, basicamente, no fato de que as relações não são constantes na história de cada instituição, nem idênticas ao conjunto, apesar da presença de certos traços comuns. A flutuação das alianças entre sujeitos e grupos que formaram os museus é correlata às rupturas ocorridas no interior do campo cultural do período, muitas vezes como resultado de conflitos externos, dificultando a tarefa de circunscrever um universo explicativo dotado de princípios comuns. Os três museus em tela – MASP, MAM, em São Paulo, e MAM no Rio de Janeiro, criados quase simultaneamente, expressam, no momento da criação e ao longo das suas trajetórias, os problemas acima aludidos.

Se for de todo evidente que as transformações ocorridas no Brasil e no cenário internacional no pós-guerra são fundamentais à criação dos museus de arte, é também válido reconhecer que as conexões não se dão por simples imbricação. Do ângulo das condições emuladoras, cabe reconhecer o papel considerável do processo de democratização e de desenvolvimento ocorrido no Brasil, nesse período. Similarmente, o contexto externo, tanto europeu quanto norte-americano, favorecia a intensificação das relações, com o deslocamento de artistas para as Américas, o rebaixamento do preço das obras de arte no Velho Continente, a nova reaproximação com os Estados Unidos, ainda que arrefecida durante o Estado Novo e, finalmente, a passagem do eixo artístico de Paris para Nova York. A política de aliança preferencial com os Estados Unidos facilitou, como se sabe, a realização dos Museus de Arte Moderna. No conjunto, as mudanças no âmbito interno e externo construíram o pano de fundo da formação dessas instituições⁷⁸. No plano mais específico, a industrialização e a urbanização provocaram a diferenciação da estrutura social, sobretudo com a ascensão dos imigrantes, adquirindo complexidade crescente. As funções empresariais, conseqüentemente, haviam se diversificado e novos nichos profissionais abriam-se para as profissões intelectuais. Em São Paulo, a emergência desta camada empresarial imigrante moderna e potente, em termos de América Latina, transfigurava o mundo dos outrora dominantes, produzindo uma classe trabalhadora numerosa, com a conseqüente ampliação do setor de serviços e das novas profissões, provocando a

Ver LOURENÇO, 1990: 308. O livro recente de Maria Cecília França Lourenço apresenta uma visão mais matizada do problema, ver LOURENÇO, 1999.

⁷⁸ “Os clamores pela criação de um MAM intensificam-se entre nós, no pós-guerra... Adota-se o modelo norte-americano, afinal em padrão cultural desejável após a aproximação com os Estados Unidos, apoiada pelos intelectuais, que a entendiam como indispensável para afastar Getúlio Vargas do nazifascismo, estratégia plenamente atingida”. Ver LOURENÇO, 1999: 19.

diversificação das ocupações típicas das classes médias. O êxito da Universidade de São Paulo democratizou o acesso à instrução superior, permitindo a entrada maciça nos quadros universitários dos filhos dos estratos médios, em especial dos filhos dos imigrantes, nublando as restrições referentes à origem. A determinação do contexto familiar, se ainda não era de todo ausente, arrefecia-se no interior da vida social em São Paulo.

No conjunto, alterou-se o exercício das chamadas profissões culturais, pois novos lugares emergiram nos ensinos secundário e superior, na grande imprensa – que, desde os anos 1930, vinha se desenvolvendo em moldes empresariais –, na publicidade, nas artes industriais, abrigando profissionais universitários, principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro⁷⁹. Na Capital da República, a modernização do aparelho do Estado, iniciada no primeiro Governo Vargas e intensificada no segundo, pressupôs a assimilação de uma elite cultural, além da profissionalização da estrutura burocrática. O Rio, na condição de centro administrativo, era o pólo de atração dos ilustrados brasileiros por oferecer maiores oportunidades profissionais, por facilitar o acesso ao mecenato oficial recorrentemente desenvolvido pelo Estado. O grande capital financeiro, sediado na cidade desde o período cafeeiro, convivía com empresas de comercialização e exportação de porte considerável. O processo de modernização e a abertura democrática expuseram suas faces política e social. Necessariamente a produção cultural não ficaria imune à dinâmica do todo: ampliou-se quantitativamente, mas, principalmente, diversificou-se no âmbito das linguagens modernas.

Em São Paulo, desde o terceiro decênio e, caracteristicamente, nas décadas de quarenta e cinquenta, vivia-se, similarmente, o fenômeno da diversificação das elites que vicejaram no terreno da modernização, chegando, no meio século, à condição de poder propor a organização de instituições de natureza pública. Daí terem assumido esses projetos institucionais o “feitio civilizatório”. Preocupação dessa natureza transpira nas frases de Ciccillo Matarazzo: “Antes disso, Assis Chateaubriand havia fundado o Museu de Arte de São Paulo. Eu era muito amigo dele. Uma vez, convidou-me para almoçar na sede do velho Automóvel Clube, muito fechado, na época. Perguntou por que não nos juntávamos para realizar ali mesmo uma grande manifestação de arte, como eu pretendia fazer da Bienal. Respondi-lhe que não. O que ele queria fazer para um grupo de iniciados e privilegiados, eu desejava fazer para o povo, para o homem da rua”... Com estas palavras, Ciccillo Matarazzo toca, implícita e não intencionalmente, numa questão fundamental, que diz respeito à emergência de uma esfera pública burguesa na sociedade brasileira, em lento processo de constituição, brotada na

⁷⁹ A imprensa absorveu um contingente significativo de profissionais de formação superior. Ver SODRÉ, 1977: 427-428.

esteira da modernização e da democratização instauradas no pós-guerra⁸⁰. Penso ser esse o significado mais profundo desse mecenato privado, originado numa sociedade capitalista, ainda que periférica, mas que ganhava os contornos de “civilização moderna”, expressos nas ações de sujeitos oriundos das atividades privadas. Esta “nova ética” orientada para o mundo público, distinguia estas personalidades, a despeito de suas clivagens, a despeito mesmo do fato da sua origem. Tais mudanças que se manifestavam, sobretudo em São Paulo, nos planos mais visíveis da economia, da estrutura social e no âmbito político, haviam fundado na sua *ratio* uma energia que transbordava para as esferas da convivência pública. Audácia e hábito com o risco, atributos indissociáveis à ética empresarial, eram qualidades imprescindíveis à construção de instituições da magnitude dos museus, do teatro, da indústria cinematográfica. Modificavam-se, assim, as relações entre as pessoas privadas e a vida social, estabelecendo-se uma empatia entre os interesses e a esfera do coletivo.

O problema da constituição da esfera pública, na sociedade brasileira neste momento, pode ser surpreendido em dois patamares distintos e interagentes. O primeiro refere-se à atuação dos mecenas nesse processo; o segundo diz respeito à trajetória das próprias instituições. Nesses termos, a análise comparada da fundação dos dois principais museus de arte de São Paulo, *vis a vis* ao do Rio de Janeiro, permitirá o adensamento desta reflexão, já que, sintomaticamente, foram criados sucessivamente nos anos de 1947 (MASP), 1948 (MAM – São Paulo), 1949 (MAM – Rio de Janeiro). Entre os dois museus paulistas ocorria, inclusive, uma proximidade física, na medida em que se alojavam no mesmo prédio dos *Diários Associados*, na Rua 7 de Abril, apenas instalados em andares diferentes. Quanto à instituição carioca, apesar de todos os esforços despendidos, não chegou a se aproximar da envergadura do empreendimento paulista.

O empresário Francisco Matarazzo Sobrinho sensibilizou-se, ao que tudo indica, com a idéia de formar um Museu de Arte Moderna, após contatos com Sérgio Milliet, então diretor da Biblioteca Municipal, e com Lourival Gomes Machado. De qualquer modo, o que parece mais significativo, é o amadurecimento do plano de criação de um Museu de Arte Moderna em São Paulo, projeto este no qual a participação de Milliet foi essencial. O diretor da Biblioteca Municipal era, ao mesmo tempo, professor da Escola Livre de Sociologia e Política, fundada em 1933,

“o que favoreceu seu contato com Carleton Sprague Smith, também professor daquela Faculdade e adido cultural do consulado americano em São Paulo. Sprague Smith, para quem Milliet exporia suas idéias, interessou-se vivamente pelo projeto e iniciou, de

⁸⁰ “A esfera pública burguesa desenvolvida baseia-se na identidade fictícia das pessoas privadas reunidas num público em seus duplos papéis de proprietários e de meros seres humanos”. Ver HABERMAS, 1984: 74.

imediatamente, gestões junto à Fundação Rockefeller, no sentido de fazer a idéia prosperar. Pouco tempo depois, Sérgio foi aos Estados Unidos, onde, estabeleceu ligações mais consistentes com o próprio Nelson Rockefeller. A partir de então, o contato entre ambos tornar-se-ia mais freqüente, intermediado, muitas vezes, por Sprague Smith. Desses entendimentos resultaria a doação, feita por Rockefeller, de treze obras, entre óleos, guaches, têmperas e um móbile, a serem posteriormente divididas entre o Rio de Janeiro e São Paulo. Essas obras, que foram expostas na Biblioteca Municipal, ficaram sob a guarda do Instituto dos Arquitetos do Brasil, cujo presidente, na ocasião, era Eduardo Kneese de Mello. Deveriam ser posteriormente doadas ao futuro Museu de Arte Moderna, tão logo fosse instalado. Ciccillo, por seu turno, também pensava na possibilidade de criar um museu de arte, ou instituição similar. Sua grande amizade com Carlos Pinto Alves, intelectual paulista, casado com a artista plástica Moussia Pinto Alves, colocava-o ao corrente das discussões sobre o assunto, favorecendo, igualmente, sua aproximação com Carleton Sprague Smith⁸¹.

Já na sua gênese, diferenciam-se os projetos de construção do MAM e do MASP: em primeiro lugar, porque o MAM contou, desde o início, com a participação ativa de intelectuais na concepção da instituição; em segundo, porque o papel dos imigrantes ou descendentes não se restringia aos serviços profissionais no momento da aquisição do acervo e montagem da exposição, pois o próprio patrono do museu era de família imigrante; em terceiro, porque os contatos iniciais foram estabelecidos com americanos, exprimindo a mudança da inclinação nas relações entre intelectuais brasileiros e o exterior⁸².

O processo foi desencadeado durante a permanência de Ciccillo na Europa, especialmente no período em que permaneceu em Davos, para tratamento de saúde. Agora, casado com Dona Yolanda Penteado, Ciccillo encontrou-se na clínica com Nierendorf, diretor do Museu Guggenheim: “Nierendorf deu uma fórmula nova às idéias de Ciccillo, pois além de ter sido colaborador da Bauhaus, tinha vindo para os Estados Unidos na época de Hitler, e lá sempre lidou com arte do mais alto gabarito⁸³. O contato íntimo com Nierendorf, orientou-o, possivelmente, a inspirar-se na organização e nos estatutos do MOMA de Nova York, visando construir o MAM. Segundo o depoimento de dona Yolanda, os sete meses na clínica foram essenciais

⁸¹ MAC, 1990: 13.

⁸² “A correspondência entre Carlos Sprague Smith evidenciava o interesse americano na organização do museu”(MAC, 1990: 13). A ampliação das relações no campo da cultura entre Brasil e Estados Unidos já ocorrera, quando da fundação da Escola Livre de Sociologia e Política, em 1933, segundo modelo americano.

⁸³ PENTEADO, 1977: 174.

na estruturação do museu⁸⁴, e as providências pedidas por Ciccillo a Carlos Alves da Silva o comprovam⁸⁵. Ainda na Europa, Ciccillo iniciou as aquisições.

“Alberto Magnelli, pintor italiano notável, que pertencia à Escola de Paris, veio passar uma temporada conosco, em Davos. Desses encontros todos, saiu uma coisa boa. Ciccillo pediu a Magnelli que fizesse a escolha da coleção de quadros franceses... Magnelli comprou os quadros diretamente no *atelier* dos pintores, em condições muito favoráveis... Teve ainda a seu favor o câmbio, nessa ocasião muito baixo na Europa, pois era logo depois da última guerra”⁸⁶.

Assumindo a direção do projeto, Ciccillo convidou León Dégand, crítico de arte nascido na Bélgica, mas residente em Paris, para a montagem da primeira exposição do futuro museu. “Seu contato com Dégand se dera, provavelmente, através de Alberto Magnelli, pintor italiano, com quem mantinha relações de amizade”⁸⁷.

Criado, oficialmente, em 15 de Julho de 1948, constam, da lista de assinaturas da escritura inicial, nomes de artistas conhecidos e de jovens intelectuais do Grupo Clima⁸⁸. Nota-se, igualmente, no ato de criação do MAM, o envolvimento de empresários, intelectuais e artistas, revelando as ligações entre o mundo da cultura e as atividades privadas. Inaugurado, de fato, apenas no ano seguinte, com a exposição *Do Figurativismo ao Abstracionismo*, organizada por León Dégand, a exposição foi a primeira manifestação coletiva de arte não figurativa nas Américas⁸⁹. A mostra envolvia “a participação de 51 artistas, dos quais apenas três brasileiros – Cícero Dias, Waldemar Cordeiro e Samson Flexor – cujos trabalhos já se voltavam à linguagem abstrata”⁹⁰, sendo sintomáticos da emergência das novas tendências. Durante o seu primeiro ano de funcionamento, foram organizadas 16 exposições: desenhos e aquarelas de Diego Rivera; pinturas de Roger Van Rogger, sobre George Rouault; gravuras e desenhos de Kaethe Kollwitz; pinturas de Cícero Dias; fotografias de Thomas Farkas; pinturas de Pablo Picasso; painel de Tiradentes de Cândido Portinari; desenhos de Eros Martim Gonçalves; exposição de trabalhos dos Alienados do Centro Psiquiátrico do Engenho de Dentro; originais e reprodução de Sironi; “de Manet a nos jours” – pintura francesa; “a escola de Paris” da coleção do museu; pinturas e desenhos Petorutti⁹¹. No ano seguinte, 1950, 23 exposições foram realizadas,

⁸⁴ PENTEADO, 1977: 174.

⁸⁵ MAC, 1990: 13. Consultar também OLIVEIRA, 1976.

⁸⁶ PENTEADO, 1977: 177.

⁸⁷ MAC, 1990: 13.

⁸⁸ MAC, 1990: 14.

⁸⁹ Ver “Discurso proferido pelo Sr. Carlos Pinto Alves por ocasião da homenagem a Francisco Matarazzo Sobrinho” – 16/5/1954, *Acervo da Biblioteca do MAM – Ibirapuera*.

⁹⁰ MAC, 1990: 13.

⁹¹ Ver “Exposições de Museu de Arte Moderna de 1949 a 1962” (Relação assinada por Mário Pedrosa). Ver MAC, 1983.

dentre as quais se destacam: pintores italianos contemporâneos em colaboração com a USP; pinturas de André Lhote; coleção Mário de Andrade; pinturas de Flexor; pinturas de De Pisis; esculturas de Maria Martins; pinturas de Felix Labisse; Art Club de Roma-pintura; esculturas de Bruno Giorgi; pinturas de Arturo Tosi; exposição retrospectiva da obra de Tarsila do Amaral; pinturas de George Ardití. O ano de 1951 foi dedicado quase que exclusivamente à Bienal, mas apesar disso foram realizadas 17 exposições. É crescente o número de iniciativas nesse campo, até o ano de 1957, começando a decair, a partir de então, num claro sintoma de crise⁹². Paralelamente às atividades específicas ao museu, pretendia-se

“ampliar seu raio de ação a outras esferas artísticas. Assim, além de uma diretoria artística (a primeira composta pelo arquiteto Villanova Artigas, Álvaro Bittencourt, Sérgio Milliet, Jacob Ruchtie e Francisco Luiz de Almeida Salles), foram criadas comissões de arquitetura, cinema, exposições, folclore, fotografia, gráfica, música, pintura e escultura. Muitas dessas comissões não chegaram a entrar em funcionamento. Outras, no entanto, conseguiram desenvolver uma programação bastante dinâmica”⁹³.

As bienais foram as atividades mais importantes desenvolvidas pelo museu. Inspiradas nas bienais de Veneza, a mostra paulista obteve apoio governamental e a participação decisiva de Getúlio Vargas, presidente na época⁹⁴. A ideia básica do evento era, nas palavras de Lourival Gomes Machado, segundo diretor do museu, após a curta gestão de Léon Dégand, “tanto colocar a arte brasileira em contato com a produção internacional, quanto fazer de São Paulo um centro mundial”⁹⁵. Realizada no antigo Parque Trianon, ocupava 5 000m². O pavilhão foi projetado por Luis Saia e Eduardo Kneese de Mello e o interior por Jacob Ruchti⁹⁶. Reunindo 21 países e 1 800 obras, o evento recebeu 100 mil visitantes nos 60 dias de duração⁹⁷. Entre os brasileiros, apenas três pintores foram selecionados: Portinari, Segall e Di Cavalcanti; três escultores: Brecheret, Bruno Giorgi e Maria Martins; dois gravadores: Oswaldo Goeldi e Lívio Abramo⁹⁸. O júri internacional presidido por Lourival Gomes Machado, do qual participou René D’Harnoncourt, diretor do MOMA, premiou, em primeiro lugar, o artista figurativo Roger Chastel, num grupo de participantes que contava com Picasso, Léger, Ernest, Rouault, Morandi e tantos outros. Neste evento, Max Bill recebeu o prêmio de melhor escultor estrangeiro com *Unidade Tripartida*,

⁹² Ver “Exposições de Museu de Arte Moderna de 1949 a 1962” (Relação assinada por Mário Pedrosa). Ver MAC, 1983.

⁹³ MAC, 1990: 14.

⁹⁴ PENTEADO, 1977: 178-180.

⁹⁵ Apud MAC, 1990: 14.

⁹⁶ PENTEADO, 1977: 182.

⁹⁷ Ver “Breve histórico do Museu de Arte de São Paulo”. *Biblioteca MAM*, São Paulo, 17/11/1960, p. 1.

⁹⁸ ALMEIDA, 1996: 39.

impressionando os artistas brasileiros e sendo fundamental ao desenvolvimento do abstracionismo. Esta primeira bienal, como as outras que a seguiram, teve, assim, importante papel emulador no compassamento dos artistas brasileiros com a linguagem da arte abstrata, revelando a atuação decisiva do MAM na transformação do ambiente cultural. Ao lado da instituição organizada por Ciccillo Matarazzo, o MASP de Assis Chateaubriand e Piero Maria Bardi era palco de um conjunto de iniciativas de vulto, organizadas por Lina Bo Bardi, arquiteta funcionalista e esposa do segundo. Os museus tiveram, desse modo, sentido indelével na promoção das mudanças e na atualização dos artistas com as tendências internacionais.

Considerações finais

No conjunto, distinguem-se as iniciativas empreendidas por uma burguesia, sobretudo de origem italiana, revelando o quanto esse grupo nacional marcou o tecido cultural moderno do Brasil, especialmente de São Paulo, expresso na sincronia entre modernização, modernismo e modernidade. A participação decisiva desse contingente revela, evidentemente, o deslocamento da cultura ibérica, especialmente portuguesa, na constituição do novo tecido cultural, exprimindo certo afastamento com as raízes da nossa cultura intelectual e artística. O modernismo brasileiro beberá em outras fontes, seja no âmbito das linguagens, seja ainda no universo das instituições. Presas à tradição culta anterior, as fontes culturais portuguesas não se renovaram, ou, pelo menos, não tiveram vigor suficiente para imprimir a direção de futuro. A compreensão de tal fenômeno ultrapassa, todavia, os objetivos dessa reflexão. Seria possível aventar, no entanto, algumas hipóteses: as propostas de vanguarda já eram tímidas em Portugal; os imigrantes portugueses, de maneira geral, não tiveram condições e, sobretudo, disposições orientadas para promover iniciativas de grande vulto; os portugueses por sua própria origem aldeã estavam presos a concepções de espírito limitadas, informadas por valores distantes da cultura letrada.

A despeito das dificuldades enfrentadas posteriormente, uma vez que a Vera Cruz teve curto período de vida, o TBC mergulhou em crise já na segunda metade do decênio de 1950, o MAM é absorvido pela Universidade de São Paulo nos primeiros anos de 1960 e o MASP não chegou a ser totalmente independente do amparo público. Estas instituições espelharam o vigor cultural do período, forjado na dinâmica da modernidade, suportado por um novo mecenato oriundo das atividades empresariais fluentes, sobretudo de origem italiana que assumiram papel de franco protagonismo frente às outras nacionalidades aqui aportadas. Os impasses do futuro não foram, todavia, suficientes para apagar o significado desses organismos na vida cultural da

cidade de São Paulo de cuja herança somos, ainda, herdeiros; tampouco podem elidir o caráter de inovação que esses imigrantes legaram.

Fontes e Bibliografia

Bibliografia

- ALMEIDA, Fernando Azevedo de, 1976 – *O Franciscano Ciccillo*. São Paulo: Pioneira.
- ALMEIDA, Heloísa Buarque de, 1996 – “Janela para o Mundo”, in MAGNANI, José Guilherme C.; TORRES, Lilian de Lucca (orgs.) – *Na Metrópole. Textos de Antropologia Urbana*. São Paulo.
- AMARAL, Aracy A., 1982 – *A arte e meio artístico – entre a feijoada e o x-burguer*. São Paulo: Studio Nobel.
- AMARAL, Aracy Abreu, 1998 – *Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo: perfil de um acervo*. São Paulo: MAC/USP/TECHNIT.
- ARAÚJO FILHO, José Ribeiro, 1958 – “A população paulistana”, in AZEVEDO, Aroldo de (org.) – *A cidade de São Paulo. Estudo de Geografia Urbana*, II volume. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento, 1985 – *A embalagem do sistema. A publicidade no capitalismo brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades.
- AZEVEDO, Aroldo de, 1958 – *A cidade de São Paulo: estudos de Geografia Urbana*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- BARATA, Mário, 1971 – *Presença de Assis Chateaubriand na vida brasileira*. São Paulo: Martins.
- BARDI, Pietro Maria, 1992 – *Soldalício com Assis Chateaubriand*. São Paulo: MASP/HARP.
- BELLUZZO, Ana Maria de M., s/d – *Voltolino e as raízes do Modernismo* (Dissertação de Mestrado). São Paulo: FAU-USP.
- BOLETIM do Departamento de Imigração e Colonização*, n.º 5, São Paulo, 1950.
- BRUNO, Ernani Silva, 1986 – *Almanaque de memórias. Reminiscências, depoimentos, reflexões*. São Paulo: Hucitec.
- CALDAS, Waldenyr, 1995 – *Luz neon: canção e cultura na cidade*. São Paulo: Studio Nobel, SESC.
- CANDIDO, Antonio, 1980 – “Feitos da burguesia”, in *Teresina etc.*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- CANO, Wilson, 1977 – *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo: Difel.
- CANO, Wilson, 1985 – *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil. 1930-1970*. São Paulo: Global.

- CARELLI, Mário, 1982 – *Carcamano & Comendadores. Os italianos de São Paulo: da realidade à ficção*. São Paulo: Ática.
- CATANI, Afrânio Mendes, 1983 – *A sombra da outra (Um estudo sobre a cinematográfica Maristela e o cinema industrial paulista nos anos 50)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH-USP.
- CATANI, Afrânio Mendes, 1987 – “A aventura industrial e o cinema paulista (1930-1945)”, in RAMOS, Fernão (org.) – *História do cinema brasileiro*. São Paulo: Art Editora.
- DEAN, Warren, 1971 – *A industrialização em São Paulo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro.
- DURAND, José Carlos Garcia, 1989 – *Arte, privilégio e distinção. Artes plásticas, Arquitetura e classe dirigente no Brasil, 1855/1985*. São Paulo: Perspectiva.
- GALVÃO, Maria Rita Eliezer, 1975 – *Crônica do cinema paulistano*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- GALVÃO, Maria Rita Eliezer, 1981 – *Burguesia e cinema: o caso Vera Cruz*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- GOMES, Paulo Emílio, 1996 – *Cinema, trajetória do subdesenvolvimento*. São Paulo: Paz e Terra.
- GOTTDIENER, Mark, 1997 – *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: Edusp.
- GUZIK, Alberto, 1986 – *TBC: Crônica de um Sonho*. São Paulo: Perspectiva.
- HABERMAS, Jürgen, 1984 – *Mudança social na esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- HUTCHINSON, Bertram, et. al., 1960 – *Mobilidade e trabalho – um estudo da cidade de São Paulo*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.
- HYSEN, Andreas, 1997 – *Memórias do modernismo*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ.
- LOURENÇO, Maria Cecília França, 1990 – *Maioridade do moderno em São Paulo. Anos 30/40* (Tese de doutorado). São Paulo: FAU/USP.
- LOURENÇO, Maria Cecília França, 1999 – *Museus acolhem moderno*. São Paulo: Edusp.
- LOVE, Joseph, 1982 – *A locomotiva. São Paulo na Federação Brasileira 1889-1937*. São Paulo: Paz e Terra.
- MAC, 1983 – *MAC. Uma Seleção do Acervo na Cidade Universitária*. São Paulo: MAC/USP.
- MAC, 1990 – *O Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo*. São Paulo: Banco Safra.
- MASSI, Fernanda Peixoto, 1989 – “Franceses e norte-americanos nas Ciências Sociais Brasileiras”, in MICELI, Sergio (org.) – *História das Ciências Sociais no Brasil*, vol. I. São Paulo: IDESP/Vértice.
- MASSI, Fernanda Peixoto, 1991 – *Estrangeiros no Brasil: a missão francesa na USP* (Dissertação de Mestrado). Campinas: Unicamp.
- MELLO, João Manuel Cardoso, 1982 – *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense.
- MEYER, Regina Maria Proserpi, 1991 – *Metrópole e urbanismo. São Paulo anos 50* (Tese de Doutorado). São Paulo: FAU-USP.
- MICELI, Sergio, 1979 – *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difel.
- MORAIS, Fernando, 1994 – *Chatô. O Rei do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- OLIVEIRA, Luiz Carlos, 1976 – *Anotações para a história de uma época*. São Paulo: Pioneira.

- ORTIZ, Renato, 1985 – *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense.
- PARADA, Maurício B. A., s/d – *A Fundação do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro: a elite carioca e as imagens da modernidade no Brasil dos anos 50* (Dissertação de mestrado). Rio de Janeiro: PUC.
- PENTEADO, Yolanda, 1976 – *Tudo em cor-de-rosa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- PENTEADO, Yolanda, 1977 – *Tudo em cor-de-rosa*, 2.^a edição. São Paulo: Ed. da Autora.
- PEREIRA, José Carlos, 1967 – *Estrutura e expansão da indústria em São Paulo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser, 1964 – “Origens étnicas e sociais do empresário paulista”. *Revista de Administração de Empresa*, vol. 4, n.º 11. São Paulo: FGV.
- PEREIRA, Mônica de S. G., 1987 – “Anhembi. Criação e perfil de uma revista de cultura”, in *Série História das Ciências Sociais no Brasil*, n.º 2. São Paulo: IDESP.
- PETRONE, Pasquale, 1955 – “A cidade de São Paulo no século XX”. *Revista de História*, n.º 21-22, ano VI, Janeiro-Junho.
- PONTES, Heloísa, 1998 – *Destinos mistos: os críticos do Grupo Clima em São Paulo (1940-68)*. São Paulo: Companhia das Letras.
- PRADO, Décio de Almeida, 2002 – *São Paulo, Teatro em Progresso*. São Paulo: Perspectiva.
- QUEIROZ, Suely Robles Reis de, 1976 – “São Paulo (1875-1975)”. *Revista de História*, vol. LIV, n.º 108. São Paulo.
- SARLO, Beatriz, 1997 – “Buenos Aires, cidade moderna”, in *Paisagens imaginárias*. São Paulo: Edusp.
- SILVEIRA, Helena, 1983 – *Paisagem e memória*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- SILVEIRA, Miroel, 1976 – *A contribuição italiana ao teatro brasileiro*. São Paulo: Quirón/MEC.
- SIMMEL, George, 1997 – *The philosophy of money*. London: Routledge.
- SINGER, Paul, 1974 – *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- SINGER, Paul, 1983 – *Economia política da urbanização*. São Paulo: Brasiliense.
- SODRÉ, Nelson Werneck, 1977 – *História da imprensa no Brasil*, 2.^a edição. Rio de Janeiro: Graal.
- SOMEKH, Nadia, 1997 – *A cidade vertical e o urbanismo modernizador*. São Paulo: Studio Nobel, Edusp, Fapesp.
- SOUZA, Maria Adélia A., 1994 – *A identidade da metrópole*. São Paulo: Hucitec.
- TRENTO, Angelo, 1989 – *Do outro lado do Atlântico. Um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel.
- WILLIAMS, Raymond, 1997 – *The politics of modernism. Against the new conformists*. London: Verso.
- ZANINI, Walter, 1983 – *História geral da arte no Brasil*. São Paulo: Instituto Whalter Moreira Salles.
- ZANINI, Walter, 1991 – *A arte no Brasil nas décadas de 1930-40*. São Paulo: Studio Nobel.

MARIA PRESTES MAIA: TRAJETÓRIA, POLÍTICA E CULTURA

Maria Izilda Matos

Introdução

A cidade de São Paulo/SP/Brasil tem seu traçado urbano marcado pelo denominado “Plano Avenidas”, que foi idealizado e implementado pelo urbanista e prefeito Francisco Prestes Maia. Na ampla bibliografia sobre suas ações são raras as referências sobre sua esposa, a portuguesa, Maria de Lourdes Costa Cabral Prestes Maia. Esta investigação objetiva rastrear a trajetória de vida e a presença desta imigrante lusa, destacando suas atividades políticas, a atuação na Federação das Mulheres do Brasil, também suas experiências como atriz e professora de teatro, bem como as ações no setor cultural e na assistência social.

1. Deslocamentos: questões e inquietações

Processos migratórios recentes vislumbram o estabelecimento de novas ordens demográficas. Não se pode prever todo o seu desencadeamento e amplitude, mas se constituem outros pontos de partida e pólos de atração.

As facilidades e agilidades das viagens, somadas as múltiplas possibilidades de comunicação, dinamizam os deslocamentos, tornando-os num “acontecimento” perceptível na sociedade atual, mas provocador de tensões, hostilidades, rejeições, conflitos e xenofobia nas sociedades receptoras. Estas tensões levam ao reconhecimento da importância da temática da migração, ampliam-se os estudos com diferenciadas perspectivas de análise, iluminando interpretações, enriquecendo abordagens e contribuindo para rever estereótipos.

Cabe ressaltar que os deslocamentos carecem de análises que suplantem os simples condicionamentos demográfico-econômico-sociais e o paradigma mecanicista da miserabilidade, que observem os fluxos além das condições excepcionais de pobreza, fruto das pressões do crescimento da população (modelo malthusiano) ou de

mecanismos impessoais do *push-pull* dos mercados internacionais¹. Estes processos superaram os limites das necessidades estritamente econômicas, agregando questões políticas (refugiados, perseguidos e expulsos), étnico-raciais, culturais, religiosas, geracionais e de gênero².

Os deslocamentos aparecem como alternativas adotadas por uma gama abrangente de sujeitos históricos, alguns inseridos em fluxo de massa, grupos e familiares, outros em percursos individuais, envolvendo processos de migração engajada, mas também voluntária; abarcando diversos extratos sociais, levas e gerações; incluindo agentes inspirados por estratégias e motivações diferenciadas, até mesmo culturais e existenciais. Entre essas múltiplas motivações que levaram à migração merecem ressaltar a procura da realização de sonhos, da abertura de novas perspectivas, das fugas das pressões cotidianas, da busca do “fazer a América”, envolta em variadas representações construídas e vitalizadas neste universo.

Foram vários os mecanismos que viabilizaram este processo, como: a constituição de redes, que incluíam a difusão de informação, chamadas, acolhimento, estabelecimento de relações interpessoais, institucionais, agenciadores, aliciadores, sistema de propaganda, meios de comunicação e a organização do sistema de navegação comercial, que viabilizou o transporte transoceânico em massa.

A América, em particular o Brasil, que foi pólo de atração de imigrantes, chega ao novo milênio numa outra posição. Como tudo que desempenha a função de revelação dos conflitos e crises por que passam certas áreas, as migrações internacionais contemporâneas criam oportunidades de reavivar as questões em torno do tema e recuperar suas trajetórias históricas.

Nesse sentido, estes escritos pretendem trazer uma contribuição para o estudo da presença portuguesa na cidade de São Paulo. Falar da imigração portuguesa constitui “o resultado histórico de um encontro entre o sonho individual e uma atitude coletiva”³. Estes dizeres sintetizam a importância das histórias de vida para entender o conjunto das experiências individuais e das transformações sociais, bem como a transmissão destas ações para novas gerações através das tradições, questões observadas por possibilidades abertas pela história cultural⁴.

Entre as múltiplas e emergentes indagações que envolvem os deslocamentos, em particular os dos portugueses, mereceria destaque o estabelecimento de circuitos culturais, incluindo a circularidade de artistas de teatro, músicos, pintores, escultores, expoentes das artes plásticas, artesãos e artífices, gráficos, caricaturistas, entre outros,

¹ CORTI, 2007.

² Outra questão a ser observada é o ocultamento das experiências femininas tanto na política, como no próprio processo de imigração. Neste sentido esta investigação privilegiou a trajetória de Maria Prestes Maia

³ PEREIRA, 1981: 9.

⁴ NOGUEIRA, 2001: 173-174.

que estiveram ou se fixaram no Brasil, trazendo e deixando suas influências no setor das artes.

Para poder enfrentar tal desafio, torna-se necessário ampliar os focos das pesquisas, subtendendo buscar vestígios de outros tempos. Neste sentido, valorizou-se toda uma diversidade de fontes e referências, tendo como dificuldade mais a fragmentação do que na ausência da documentação, já que as fontes de pesquisa não se resumem ao que está guardado ou arquivado, mas também ao que está silenciado, esquecido e ocultado.

Ao desafio de lidar com esta diversidade de fontes, soma-se o exercício de cruzar, examinar e interpretar contínua e exaustivamente os documentos. Descortinar o passado requer a paciente busca de indícios, sinais e sintomas, a leitura detalhada para esmiuçar o implícito e o oculto, estabelecendo uma relação dialógica, na expectativa de resgatar as múltiplas experiências dos imigrantes portugueses. Para esta investigação foi privilegiada uma documentação variada, com destaque para os dossiês do DEOPS (Departamento Estadual de Ordem Política e Social)⁵, os arquivos de registros de entrevistas de imigrantes do Memorial da Imigração/SP e a imprensa paulista do período.

2. Cenário: São Paulo a sociedade de acolhimento

No começo do século XX, São Paulo assumiu seu destino de metrópole, sob o influxo do crescimento industrial, comercial e financeiro. De acordo com o censo de 1920, o número de habitantes atingiu a cifra de 579 033 pessoas. Já entre 1920 e 1940, a população novamente duplicou, saltando para 1 326 261 moradores⁶. Em 1934, totalizavam 287 690 estrangeiros⁷ (destes 79 465 portugueses)⁸, constituindo na cidade um mosaico diversificado de grupos étnicos⁹.

⁵ As origens do DEOPS são encontradas no Gabinete de Investigações, organizado por Washington Luiz no período em que era Secretário Estadual de Justiça e Segurança Pública de São Paulo (1909). Quando assumiu a prefeitura da cidade de São Paulo (1914-1919), ele buscou consolidar o aparato policial para enfrentar as manifestações sociais, particularmente às greves operárias. Já como Presidente do Estado (1924), Washington Luiz criou delegacias especializadas, entre elas a que investigava as ameaças à ordem pública, instituiu-se o DEOPS, com a preocupação de vigiar e controlar as ditas “classes perigosas”. Ver HECKER, 2009.

⁶ Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Recenseamento do Brasil, 1920, Synopse do Recenseamento. Rio de Janeiro, Typ. da Estatística, 1926.

⁷ Censo Estadual de 1934.

⁸ ARAÚJO, 1940.

⁹ Apesar das restrições na política imigratória a partir de 1930, presentes na Lei dos 2/3 (decreto n.º 19 482 de 12/12/1930) que garantia a cota de 2/3 de trabalhadores brasileiros natos em todas as categorias profissionais. Na mesma década a medida foi relativizada pela Resolução 34 do Conselho de Imigração e Colonização (22/4/1939) que revogou qualquer restrição numérica às entradas de portugueses.

Apesar das dificuldades enfrentadas nos finais da década de 1920 e início dos anos 1930 (crise mundial de 1929 e a queda dos preços do café, Revolução de 1930, perda da hegemonia política da elite paulista e Movimento Constitucionalista de 1932), a indústria continuou se desenvolvendo, atingindo altos índices no período subsequente (1932-1939). Assim, nas décadas de 1930, 1940 e 1950, a cidade consolidou a expansão da industrialização, bem como o crescimento dos setores comerciais e de serviços. As inversões no setor imobiliário ganharam impulso, possibilitando novas edificações, tornando São Paulo “a cidade de um edifício por hora”¹⁰, com a redefinição de territórios, como novas áreas comerciais, financeiras e de moradia.

Os planos de intervenção urbana, orquestrados na gestão de Prestes Maia (1938-1945), remodelaram a cidade¹¹. Nos dois primeiros anos da sua gestão, centrou suas ações na finalização das obras já iniciadas pelo seu predecessor – Fábio Prado. Seguiu-se a um “bota abaixo”, até então inusitado: abrindo avenidas, alargando ruas, refazendo ligações viárias. Apesar de já terem aparecido outras propostas, foram priorizadas as soluções já organizadas pelo *Plano Avenidas*, que estabelecia as características da expansão da cidade, assentadas nos princípios de centralização, centralização, expansionismo, verticalização e rodoviarismo. Foram construídos parques, jardins e praças, o Vale do Anhangabaú foi remodelado, além de dar início a obras que se completariam nas décadas seguintes (Avenida Itororó, hoje 23 de Maio, Radial Leste, Avenida Rio Branco, prolongamento da Avenida Pacaembu).

Nos anos 1950, particularmente durante o governo Juscelino Kubitschek (1955-1960), a cidade conviveu com a aceleração ainda maior da industrialização, com a penetração do capital estrangeiro, com a modernização da produção, que possibilitou a ampliação de certos bens de consumo (em particular os automóveis), que tornavam a sociedade mais veloz, também mais conectada pelo rádio, mais visual, com penetração lenta da TV e marcada por um número crescente de cinemas e teatros.

Em 1961, quando Prestes Maia assumiu novamente o cargo de prefeito, numa das maiores votações já recebidas por um candidato, São Paulo contava com 3 259 087 habitantes, marcados por profundas desigualdades sociais, vivendo e convivendo nacionais e imigrantes, migrantes, sobretudo nordestinos envolvidos em múltiplas tensões urbanas, experiências fragmentadas e diversificadas¹².

¹⁰ Se em 1920, eram 1875 novas construções; em 1930, já eram 3 922; em 1940 atingiu 12 490; em 1950, chegaram a 21 600 construções. Ver MORSE, 1970: 365.

¹¹ Francisco Prestes Maia (1896-1965), engenheiro, urbanista e professor da Escola Politécnica de São Paulo, elaborou planos de urbanismo para Campos do Jordão, Santos, Campinas e Recife. Ocupou o cargo de diretor de Obras Públicas de São Paulo e entre 1938-1945, foi prefeito da cidade, nomeado pelo interventor federal no governo paulista – Ademar de Barros. Voltou a assumir o cargo no período entre 1961-1965.

¹² Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, IBGE, RJ, 1958, V. XXX. Entre 1950-1959, o Estado de São Paulo recebeu aproximadamente 400 mil imigrantes (maioria formada por portugueses), sendo que a maioria fixou-se na capital e na região metropolitana que passavam por um “boom” industrial.

3. Entrada em cena: um caso de amor à primeira vista

Enquanto professor da Escola Politécnica, Prestes Maia apresentou um projeto de reforma urbana para São Paulo. Pela primeira vez a cidade era pensada no todo, numa concepção de intervenção e de organização espacial, que sintetizava diversas influências, buscando adaptar a estrutura urbana já existente de conformação radio-cêntrica, gerando um plano geral baseado em avenidas radiais e perimetrais.

Tratava-se de uma proposta inovadora e foi denominada “Estudos de um Plano de Avenidas para a Cidade de São Paulo”, ficando mais conhecido como “Plano de Avenidas”. Em 1930, por estes estudos, Prestes Maia recebeu o Prêmio de Honra, Medalha de Ouro e o Grande Diploma do 4.º Congresso Pan-Americano de Arquitetos no Rio de Janeiro.

A premiação exigia muitas celebrações. A Capital Federal era marcada por uma estimulante vida noturna, com vários restaurantes, cabarés e teatros, os quais contavam com a presença de grupos de artistas nacionais e europeus. O programa escolhido pelo engenheiro e amigos incluía uma comédia de costume (*Chico das Pegas*) encenada por uma companhia portuguesa. Nesta ocasião, o engenheiro, já com 34 anos e solteiro cobiçado, se encantou pela intérprete e cantora soprano-lírica, a portuguesa Maria de Lourdes.

A atração inicial pela beleza e desenvoltura da atriz se completou com a descoberta de muitos pontos e gostos em comum, a admiração pela literatura francesa, inglesa, alemã, russa, portuguesa, os longos debates sobre as grandes obras literárias e filosóficas e as discussões sobre artes plásticas.

Maria de Lourdes¹³ nasceu em Alenquer, em 1901, foi educada num internato nas redondezas de Paris, onde recebeu instrução refinada, com formação literária e humanística, também aprendendo a tocar piano, cantar e dicção, além das prendas femininas como bordado, crochê, costura e tricô. Apresentava propensão para as línguas, tornou-se poliglota, sabia ler e escrever com perfeição em francês, inglês, alemão e russo, além de falar com fluência espanhol e o italiano.

A jovem Maria de Lourdes teve o casamento contratado com um primo, mas as incompatibilidades culminaram no divórcio, com apenas 20 anos. A rejeição familiar levou-a ao isolamento e estimulou o ingresso na carreira teatral, como cantora e atriz. No início de 1930, veio ao Rio de Janeiro acompanhando um grupo teatral, no qual

¹³ Era descendente dos Costa Cabral, bisneta do primeiro marquês de Tomar, Antônio Bernardo da Costa Cabral (1803-1889). Este foi conselheiro de Estado, ministro da Justiça e ministro do Reino por duas vezes durante o governo da Rainha D. Maria II. Seu primeiro mandato na presidência do ministério ficou conhecido como *Era Cabralina*. Neste momento muito conturbado, empreendeu o plano de reforma do moderno Estado português.

se destacava como cantora soprano-lírico, apresentando-se na já citada peça *Chico das Pegas*¹⁴. Nesta ocasião conheceu o engenheiro Prestes Maia, ela não retornou mais a Portugal, transferindo-se para São Paulo, passou a residir no luxuoso Hotel Esplanada.

Figura n.º 1
Maria de Lourdes



Fonte: FREITAS, 2006: 143.

O casal enamorado enfrentou as resistências de D. Carolina, a mãe do engenheiro, filho único. A família tradicional e católica não aceitava a união, por ser Maria de Lourdes atriz/cantora, presbiteriana e principalmente divorciada em Portugal, situação considerada fora dos padrões morais da época para as mulheres da elite paulistana. Somente cinco anos depois, aquando da morte da mãe de Prestes Maia, foi que eles passaram a viver juntos (na casa da Rua Haiti). Em 1945, nasceu a filha Adriana e o casal se transferiu para a Avenida Angélica. O casamento só ocorreu no leito de morte do engenheiro, em Abril de 1965 e de forma nuncupativa¹⁵.

Esta longa relação foi marcada por um convívio complementar, ela extrovertida e impetuosa, ele reservado e conservador. Mulher bonita, elegante, inteligente, comunicativa, bem-criada, apresentava-se com desenvoltura, tornando-se presença obrigatória nos encontros literário-culturais e particularmente no meio teatral.

Nas décadas de 1940 e 1950, acompanhando a prosperidade econômica e as mudanças sociais na cidade, o setor cultural passou por intensas transformações, favorecido pelo mecenato, com destaque para figuras de Ciccillo Matarazzo e Assis

¹⁴ Com texto de Eduardo Schwalbach e música de Filipe Duarte, a peça *Chico da Pegas* (1911) é uma opereta com críticas a sociedade da época, no estilo teatro de costumes.

¹⁵ Casamento nuncupativo celebrado quando um dos contraentes se acha na iminência de falecer, ou *in articulo mortis*.

Chateaubriand¹⁶. As novidades atingiram as artes plásticas (Museu de Arte de São Paulo MASP-1947, Bienal de Artes de São Paulo-1951, Museu de Arte Moderna MAM-1948), mas especialmente os palcos.

“Na capital Paulista implantou-se um sistema cultural denso e diversificado, que irá se expressar ao mesmo tempo no teatro e na vida intelectual, por causa de alterações na estrutura social, decorrente do processo de metropolização por que passava a cidade, e em razão da guerra mundial que gerou a vinda de professores e atores estrangeiros”¹⁷.

A cidade tornou-se centro de experimentação no âmbito das artes cênicas, no cinema (Companhia Vera Cruz-1949) e notadamente no teatro, com a profissionalização deste campo, através da criação da Escola de Arte Dramática-EAD (por Alfredo Mesquita-1948).

Formou-se uma geração de novos intérpretes e vários experimentos na área. São Paulo tornou-se um pólo modernizador do teatro, ofuscando a cena carioca. O Teatro Brasileiro de Comédia TBC (1948, de Franco Zampari)

“... trazia um novo modelo estético, com cenógrafos, diretores, iluminadores europeus, tinha como principal objetivo fazer um teatro requintado na forma, cenários, figurinos, luzes e com bons textos, geralmente os clássicos estrangeiros”¹⁸.

Para além do TBC, surgiu o Teatro de Arena (1955), que agregava uma equipe que buscava uma linguagem teatral que fosse mais acessível ao público, se caracterizando como “de vanguarda, nacionalista e popular”. Posteriormente, constituíram-se diversos grupos, alguns originários do TBC, como as Companhias Tônia-Celi-Autran e Nydia Lícia-Sérgio Cardoso, outros artistas também fundaram suas companhias Fernanda Montenegro, Cacilda Becker, Maria Della Costa.

Cativante e eloqüente, Maria Portuguesa, como era chamada, foi professora de dicção, oratória, presença cênica, postura e representação no Teatro Municipal e no Instituto Brasil-Rússia¹⁹. Muitos atores de realce foram seus alunos, como Sérgio Cardoso, Madalena Nicol e Paulo Autran, este estreou em cena com a peça *A Esquina perigosa* (Dangerous Corner) de J.B.Priestley, traduzida por ela e equipe.

¹⁶ ARRUDA, 2001: 118.

¹⁷ A chegada de diretores estrangeiros como Louis Jouvet, Adolfo Celi, Henriette Morineau, Ziem-binsky, Gianni Ratto contribuíram para a profissionalização do setor. Ver HAAG, 2010: 87.

¹⁸ PASCHOAL, 1998: 28.

¹⁹ Neste período difundiram-se na cidade grupos de teatro amador e estudantil, com destaque para o Grupo de Teatro Universitário, Grupo de Artistas Amadores, English Players (da Sociedade Cultural Inglesa), Sociedade de Artistas Amadores, Grupo de Amadores da Faculdade de Ciências Econômicas. Em 1947, os atores amadores Paulo Autran e Madalena Nicol, indicados por Tatiana Belink, procuraram o curso de teatro no Instituto Cultural Brasil-Rússia, oportunidade em que foram alunos de Maria Prestes Maia. Ver MATTOS, 2002.

Ela freqüentava e influía no meio teatral, tinha amigos como: Ziembinsky, Sérgio Cardoso, Nydia Lícia, Bibi e Procópio Ferreira, Paulo Autran, Tônia Carrero, Madalena Nicol, Cacilda Becker, Adolfo Celi, Henriette Morineau, Gianni Ratto, Paulo Gouveia, Tatiana Belinky, entre outros. Apoiou movimentos teatrais emergentes na cidade, como o Teatro Oficina, inaugurado em Agosto de 1961, com a encenação de *A Vida Impressa em Dólar*.

“Acho que Zé Celso e eu, embora ainda muito ingênuos naquele tempo, já intuíamos que seria bom ter uma madrinha poderosa que nos ajudasse a resolver entraves burocráticos e exigências.... Quem melhor para nos amadrinhar do que a esposa do próprio Prefeito Prestes Maia? Convidamos Dona Maria Prestes Maia para cortar a fita de inauguração no dia da estréia. Ela aceitou. Dona Maria era uma ex-atriz portuguesa, muito despachada, falante...No dia da estréia depois de pronunciar algumas palavras portuguesas, cortou a fita verde e amarela debaixo de uma salva de palmas”²⁰.

“A nossa madrinha foi Maria Prestes Maia, mulher do prefeito Prestes Maia. Era uma tentativa de burlar a censura que implicara com a presença na peça de palavrões, cenas amorosas, passagens consideradas de pregação marxista...”²¹.

Maria de Lourdes aceitou o convite, mas não deixou de interferir, fez questão de acompanhar os ensaios, e como professora de teatro apontou dificuldades como: o sotaque carregado e as inflexões duras, a falta de postura cênica, particularmente, as dificuldades com as mãos “ou fumam o tempo inteiro ou enfiam as mãos nos bolsos para esconder a sua falta de repertório”, além da ausência de estilo e elegância das atrizes. A análise fazia parte da sua prática, pois escrevia críticas de teatro, música e artes plásticas, numa coluna denominada “Le Fígaro”, usando pseudônimo.

Articuladora cultural, tornou-se amiga de Tito Schipa e Arturo Rubinstein, quando estes se apresentaram em São Paulo. Esteve presente em praticamente todos os movimentos culturais da urbe, amiga de Ciccilo Matarazzo e Assis Chateaubriand apoiou-os em várias iniciativas (MASP, MAM, Bienal).

4. Segundo Ato: salão da D. Maria

O domicílio do casal Prestes Maia estava sempre repleto de amigos e convidados, tornou-se famoso o salão na sua residência. D. Maria era considerada excelente anfitriã e capitaneava as atividades, estas consistiam em encontros políticos e de

²⁰ Depoimento de Renato Borghi. Disponível na internet em: <aplauso.imprensaoficial.com.br/edicoes/.../12.0.813.446.txt> (consulta em 17/8/2010).

²¹ Depoimento de Ety Fraser. Disponível na internet em: <aplauso.imprensaoficial.com.br/.../12.0.812.949.txt> (consulta em 17/8/2010).

negócios, com conversas intermináveis, num ambiente alegre e descontraído, envolviam várias atividades: música, poesia, discussões artísticas e políticas. As reuniões eram muito concorridas, verdadeiros saraus, indo até altas horas da madrugada, sempre ao redor de uma mesa farta e com bons vinhos e licores, ao término da refeição.

A casa tornou-se um centro em torno do qual gravitavam amigos, personalidades da vida cultural, artística, empresarial e política, com a presença de jornalistas, escritores, artistas, médicos e cientistas, empresários e políticos de diversos partidos, particularmente durante as campanhas políticas do engenheiro. Agregava autoridades como o presidente Juscelino Kubitschek e sua esposa Sara, até notoriedades internacionais como o presidente do Egito, Abdel Gamal Nasser²².

Figura n.º 2
Maria de Lourdes e a filha Adriana



Fonte: FREITAS, 2006: 143.

No salão conviviam jornalistas de realce, como Júlio de Mesquita Filho, de *O Estado de São Paulo*, Galeão Coutinho, escritor e redator chefe de *A Gazeta*, Alzira Godói, Francisco Martins, Helena Silveira e Cristina Motta.

Particularmente, contava com a presença de uma variedade de personagens do campo político, como os governadores Jânio da Silva Quadros e Carvalho Pinto, ministro San Tiago Dantas. Também representantes do legislativo, o senador Frota Moreira, os deputados Dagoberto Salles, Herbert Levy, Cunha Bueno, Jamil Haddad, Rogê Ferreira, Wilson Rahal, Israel Dias Novaes e a deputada Ivete Vargas. Advogados e delegados como João Amoroso Neto e Guilherme Pires de Albuquerque. Havia a representação de vários partidos políticos, alguns que deram apoio político ao engenheiro em momentos variados de sua trajetória, como: União Democrática

²² CAVALCANTI, DELION, 2004.

Nacional (UDN), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Democrata Cristão (PDC), Partido de Representação Popular (PRP), Partido Social Democrático (PSD), Partido Republicano (PR), e outros, pelos quais D. Maria tinha uma simpatia particular como o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Luiz Carlos Prestes, o Cavaleiro da Esperança, era amigo de Maria de Lourdes, e por várias vezes esteve hospedado em sua casa, mesmo nos períodos de clandestinidade²³.

Sua casa foi palco de amplas articulações políticas, não só eleitorais, o movimento conhecido como “Frente Parlamentar Nacionalista”, com plataforma antiimperialista, germinou no seu salão.

“A bandeira da luta interna era a luta antiimperialista, a luta pela reforma agrária e a luta pela industrialização. São as três bandeiras nacionalistas e que eram também do partidão na época. É por isso que o movimento nacionalista foi um movimento nacionalista brasileiro de esquerda, não ideológico, não era marxista. Então não era um movimento xenófobo, nem era um movimento de cunho marxista. Agora, os da linha comunista militavam no movimento em razão de seu caráter antiimperialista”²⁴.

Também freqüentavam o salão, personalidades do mundo científico, como o Dr. José Rosemberg, famoso fisiologista e com quem D. Maria abarcou na luta anti-tuberculose e o físico Mário Schenberg.

Além do mais, ali conviviam artistas, literatos e intelectuais, poetas e escritores como Guilherme de Almeida, Menotti Del Picchia, Ian de Almeida Prado, Antônio Soares Amora, Augusto de Souza, Fidelino Figueiredo; pianistas Antonieta Rudge e Helena Rudge, os maestros Edoardo Guarniere e Armando Bellardi; artistas plásticos como os pintores Waldemar da Costa, Reboló, Di Cavalcanti e Germana de Angelis, os escultores Galileu Ememdábile, Ricardo Picchia, e Victor Brecheret, que fez várias obras para a cidade durante a gestão de Prestes Maia. Também não faltava a turma do teatro, para a qual D. Maria dedicava um carinho e atenção especial.

Maria de Lourdes era excelente dona de casa, perfeccionista e muito exigente. Dedicada ao marido, cuidava sempre da sua aparência e com capricho da casa. Adorava cozinhar e era reconhecida por seus méritos, dominava todas as etiquetas à mesa e os segredos das boas receitas (guardava os segredos a sete chaves, escrevia suas receitas em vários idiomas para que não fossem apreendidas), particularmente as de tradição portuguesa.

²³ Entrevista de Adriana Prestes Maia Fernandes, acervo do Memorial dos Imigrantes de São Paulo, realizada em 5/9/2005.

²⁴ Entrevista de Adriana Prestes Maia Fernandes, acervo do Memorial dos Imigrantes de São Paulo, realizada em 5/9/2005.

“Ela fazia uma açorda, prato português, que era uma delícia. Pratos de bacalhau, soufflés, carnes, coelhos, patos, pernis e doces portugueses, arroz-doce cremoso, bolos. Ela tinha o dom para fazer pratos, tanto salgados quanto doces, todos com perfeição. O arroz-doce era cremoso, feito com vários litros de leite, várias gemas, cravos, canela, era cremoso, com raspas de limão e era devorado em questão de minutos pelos convidados. Era a sobremesa favorita do dia de reis, e outras festas. Nesse dia chamava os amigos, servia uma saborosa bacalhoadada, com vinhos portugueses, e o célebre arroz-doce.

Ela era uma pessoa muito festeira, adorava ter a casa repleta de amigos, comendo e bebendo bons vinhos e licores, ao término da refeição. Trata-se de um costume bem lusitano, que herdei e procuro passar aos meus filhos. Outro costume dela era o cálice de vinho do Porto, sempre servido às visitas”²⁵.

Maria de Lourdes era determinada e sedutora, tinha muitas habilidades no trato com as pessoas, não media esforços para conseguir seus desígnios. Ela gostava da política e ajudou ativamente o marido nas campanhas, ele era mais introvertido e contava com a ação envolvente da esposa, com sua eloquência e convencimento e articulações partidárias.

5. Terceiro Ato: “A primeira operária” de São Paulo

Maria Prestes Maia não gostava de ser chamada de primeira dama, se nominava “primeira operária” de São Paulo. Preocupada e vinculada às questões sociais e assistenciais, sua atuação nestas áreas não se limitou aos períodos de gestão de Prestes Maia. A criação, administração e apoio a entidades filantrópicas e assistenciais estiveram presentes na sua trajetória, assim como na de outras primeiras damas²⁶, transferindo para a esfera pública as funções femininas de “cuidadora” (crianças, velhos e doentes).

Empenhada nestas ações, ela buscou agregar apoio e adesão às suas causas, particularmente das mulheres da elite, mas também do setor empresarial. Fazia uso hábil da máquina administrativa em nome da filantropia, tendo como marco as mesmas

“concepções e práticas que orientaram a atuação das mulheres na política dos anos 30 e 40. As questões sociais e assistenciais relacionadas ao feminino, à maternidade, à infância estiveram na agenda da atuação das mulheres em vários campos da política, criando uma história das mulheres na política social e assistencial. Integram essa história, Carlota Pereira de Queiroz e Bertha Lutz, as quais como deputadas, participaram

²⁵ Entrevista de Adriana Prestes Maia Fernandes, acervo do Memorial dos Imigrantes de São Paulo, realizada em 5/9/2005.

²⁶ SIMILI, 2008.

da criação de políticas públicas direcionadas à maternidade e à infância; Pérola Byinton que, em São Paulo, criou a Cruzada Pró-Infância, por meio da qual foram desenvolvidos vários programas e serviços de proteção à infância e à maternidade e de Darcy Vargas, que por intermédio da organização de associações e entidades assistenciais traz as marcas das representações presentes no universo feminino da época de que a mulher tinha um papel a cumprir na sociedade, que era o de ser esposa e mãe e que suas causas deviam ser em defesa de problemáticas relacionadas ao feminino e que a ele diziam respeito, tais como a maternidade e a infância”²⁷.

Além das ações contínuas nas associações filantrópicas com apoio à maternidade e infância carente, à velhice e aos doentes (particularmente nas campanhas de combate a tuberculose). Ela realizou

“Natais memoráveis para as crianças das creches, parques e escolas municipais. Na ocasião convocava as amigas e a família para ajudar. O ponto de encontro era o Estádio do Pacaembu, lotado de brinquedos, verdadeiro quartel-general”²⁸.

Maria de Lourdes teve atuações estratégicas na política cultural da cidade, cabendo lembrar seu empenho na criação da Escola Municipal de Bailado, em 1940. Esta tinha por objetivo a formação de bailarinos como apoio às montagens das temporadas líricas nacionais e internacionais e a formação de quadro para o corpo de baile do Teatro Municipal.

A Escola de Bailado era influenciada pela cultura européia. Inicialmente esteve instalada nos altos do Teatro Municipal, devido ao grande sucesso da iniciativa houve a necessidade de ser transferida para um espaço maior, em baixo do Viaduto do Chá, sendo capitaneada pela consagrada bailarina russa Maria Olenewa²⁹, convidada por D. Maria em 1942 para assumir a direção da escola.

Nas duas gestões do engenheiro na prefeitura, ela se encarregou das temporadas líricas, influenciando na programação e na definição dos corpos estáveis do Teatro Municipal.

“Segundo é voz corrente nos meios artísticos desta capital, uma portuguesa, amantes do senhor prefeito Prestes Maia, é quem “manda” no Teatro Municipal, na Orquestra Sinfônica e instituições outras pertencentes ao Departamento de Divulgação Artística

²⁷ Disponível na internet em: <www.fazendogenero7.ufsc.br/.../Ivana_Guilherme_Simili_42.pdf> (consultado em 20/8/2010).

²⁸ Entrevista de Adriana Prestes Maia Fernandes, acervo do Memorial dos Imigrantes de São Paulo, realizada em 5/9/2005.

²⁹ Maria Olenewa (1896-1965) nasceu em Moscou e foi primeira bailarina da Companhia Anna Pavlova, atuou na França e em outros países da Europa. No Brasil, participou da fundação a Escola Oficial de Dança (1927) e do corpo de Baile Teatro Municipal do Rio de Janeiro (1936). Em 1942, assumiu a Escola de Bailado do Municipal de São Paulo, posteriormente montou sua própria escola de balé. Ver PAVLOVA, 2001.

da prefeitura. Disse algures, que parece obter qualquer coisa nesse setor da administração municipal é preciso, primeiramente, conquistar com atenções e presentes, essa senhora...”³⁰.

Outras ações de Maria Prestes Maia envolvendo o Teatro Municipal também foram denunciadas pelo DEOPS, cabendo destacar suas atuações junto ao Sindicato dos Músicos e a Ordem dos Músicos de São Paulo, através do apoio

“aos senhores Eduardo de Guarnieri e Armando Bellardi, a fim de que os mesmos, em companhia de conhecido comunista Constantino Milano Neto, controlassem a Ordem dos Músicos de São Paulo”³¹.

Seu envolvimento apareceu no inquérito aberto em Junho, poucos meses depois do golpe militar de Março de 1964, centrado na questão da contratação para espetáculos musicais de artistas russos, também na presença na platéia de personalidade da esquerda brasileira, como Luis Carlos Prestes e na difusão de “idéias comunistas” entre os componentes da Orquestra.

Neste sentido, foram realizadas investigações no Teatro Municipal de São Paulo, priorizando o depoimento do maestro Armando Bellardi³², que assumiu a direção das programações da casa com a licença do maestro Edoardo de Guarnieri.

“Bellardi declarou que era o responsável pelas programações do Teatro, e que por ocasião do concerto do maestro José Siqueira, estiveram presentes e ocuparam lugares de honra na platéia, Luis Carlos Prestes, Maria de Lourdes Prestes Maia e Edoardo de Guarnieri etc..

Inquirido por nós sobre a influência que ressaltaria nos músicos da Orquestra Sinfônica Municipal, em relação à disciplina a simpatia ao esquerdismo, maestro Bellardi esquivou-se de responder... Todavia as informações que obtivemos são de que o entrosamento entre este senhor e a senhora Maria Prestes Maia era/é perfeito, nada fazendo o maestro, sem consultar dona Maria, o que evidencia ser ele partidário do esquerdismo de modo “velado”, tanto é verdade que, após ter programado, autorizado um concerto

³⁰ Dossiê DEOPS/AESP, n. 52-Z-0-14224, doc. 20k1102.

³¹ Em 1964, após o golpe militar de Março, Constantino Milano Neto que dirigia a Ordem dos Músicos de São Paulo e o Sindicato dos Músicos, foi acusado de pertencer ao Partido Comunista e acabou destituído da Ordem, com a implantação de uma Junta interventiva, Abril/64 – Dossiê DEOPS/AESP, n.º 52-Z-0-14224. Relatório referente à “Ordem dos músicos do Brasil”, datado de 12/5/64, 30-C-1-16111 e 30-C-1-16470.

³² Em 1939, durante a primeira gestão de Prestes Maia na prefeitura de São Paulo, Armando Bellardi considerado “apadrinhado” de D. Maria de Lourdes, tornou-se diretor artístico do Teatro Municipal de São Paulo, aonde criou o Coral Lírico. Posteriormente, concretizou a oficialização da Orquestra Sinfônica de São Paulo (1949), também chamada de Orquestra do Teatro Municipal de São Paulo. Consolidando as relações de amizade, em 1945 Bellardi batizou Adriana, filha do casal Prestes Maia. Entrevista de Adriana Prestes Maia Fernandes, acervo do Memorial dos Imigrantes de São Paulo, realizada em 5/9/2005.

com artistas Russos (membros oficiais da música comunista) no Teatro Municipal, manda em seguida, para “salvar as aparências” programar um concerto com as grandes expressões brasileiras: Guiomar Berreis, Sonia Lima, Antonieta Raigo... 5 de Junho de 1964”³³.

Apesar do tom de denúncia característico da documentação da polícia política, percebem-se as ações e influências de D. Maria na esfera cultural da municipalidade de São Paulo, durante as gestões Prestes Maia e também em outros momentos, bem como sua inserção no *métier* artístico e as relações com a intelectualidade e artistas de esquerda.

6. Quarto Ato: a luta feminista

No final da década de 1940 (1949) se constituiu a Federação das Mulheres do Brasil (FMB), que englobava militantes feministas de várias tendências de esquerda, com forte influência do Partido Comunista Brasileiro (PCB). A entidade que mantinha articulações internacionais tinha como principais bandeiras a luta pelos direitos da mulher, a paz mundial, a proteção à infância e as ações contra a carestia. Buscava agir junto aos sindicatos, através da instalação de departamentos femininos e da participação em movimentos como a “Greve dos 300 mil” (Março de 1953). Particularmente, atuou na luta contra a carestia, propôs o “Plano Nacional contra a Carestia” e coordenou as ações para a realização da grande “Passeata da Panela Vazia” (Março de 1953, reunindo mais de 60 mil pessoas), tendo como resposta do governo o estabelecimento da Superintendência Nacional do Abastecimento, que visava agir neste setor.

Maria Prestes Maia atuou ativamente da Federação das Mulheres do Brasil, particularmente no setor São Paulo, em vários momentos e como membro da diretoria no Departamento de Assistência Social (1958). Em 1961, foi convidada para assumir a presidência nacional da entidade, mas declinou devido à eleição de Prestes Maia para a prefeitura. Contudo manteve sua colaboração financeira à instituição³⁴.

Mesmo frente às resistências do marido, e como representante da FMB, foi a congressos na Europa, visitou a URSS, Checoslováquia, Polônia, Hungria, Iugoslávia, Bulgária, sempre se destacando por sua capacidade de oratória e de cativar as pessoas³⁵.

³³ Dossiê DEOPS/AESP, n.º 52-Z-0-14224. Relatório referente ao Teatro Municipal de São Paulo, 50H942027/Doc. 360.

³⁴ Dossiê DEOPS/AESP, n.º 52-Z-0-14224, docs 50-J-104-826 e 50-C-1-14621.

³⁵ Entrevista de Adriana Prestes Maia Fernandes, acervo do Memorial dos Imigrantes de São Paulo, realizada em 5/9/2005.

A polícia política paulista acompanhou as ações de Maria Prestes Maia na FMB arrolando vários momentos da sua participação. Em Julho de 1951, ela atuou no Primeiro Congresso da Federação de Mulheres do Brasil, em São Paulo. Já em 1957 estava presente na cerimônia de reabertura da FMB na nova sede localizada na Rua da Liberdade, 120, 1.º Andar (1957). Em Maio de 1958, ela organizou no Teatro Municipal de São Paulo, a Conferência Nacional Preparatória para o 4.º Congresso da Federação Democrática Internacional de Mulheres.

No ano 1958, Maria Prestes Maia compôs a delegação paulista da FBM no 4.º Congresso da Federação Democrática Internacional de Mulheres realizado em Viena. Após o evento, em convite oficial à comitiva brasileira, visitou vários países do leste europeu e a URSS. No retorno, participou da Conferência realizada na Biblioteca Municipal de São Paulo, em 28 de Agosto de 1958.

“Maria de Lourdes Prestes Maia, uma das comunistas que fez parte da mesa, após fazer o histórico da Federação Internacional de Mulheres Democráticas, apresentou amplo relatório, do 4.º Congresso Internacional de Mulheres, realizado em Viena referindo-se entusiasmada aos resultados alcançados, descrevendo os trabalhos ali realizados.

Maria Prestes Maia disse que estiveram em visita à URSS a convite das mulheres soviéticas, tendo visitado diversas cidades do país socialista, assim como tomaram contato com organizações de assistência a infância, à maternidade e também sobre a vida das mulheres na URSS”³⁶.

Já no dia 14 de Novembro de 1959, D. Maria foi a principal oradora na reunião preparatória para o “Encontro de Mulheres Latino-Americanas”, realizado em Santiago de Chile.

Ela permaneceu fiel à FMB até o encerramento da instituição, continuando a luta, envolveu-se diretamente na campanha de desarmamento infantil, estando sempre atuante nas ações democráticas e simpática às causas de esquerda.

“Segundo relatório reservado de 13/4/61, a líder comunista Eliza Branco Batista, falando do “Encontro das Mulheres Latino-Americanas”, que seria realizado no Rio de Janeiro, de 21 a 23/4/61, por determinação da Federação Internacional de Mulheres, para tratar de suas reivindicações, inclusive da paz e da defesa da revolução cubana, disse que uma delegada daquela Federação estivera no Brasil para preparar o referido “encontro”. Adiantou também, que a aludida Federação achava muito fraco o movimento das mulheres na América Latina e que a Sra. Maria de Lourdes Prestes Maia, membro do Conselho da Federação das Mulheres do Estado de São Paulo, fora convidada para assumir a presidência daquele organismo, porém declinara do convite, em virtude de outras tarefas que tinha. Eliza Branco Batista esclareceu, ainda que, a esposa

³⁶ Dossiê DEOPS/AESP, n.º 52-Z-0-14224.

do Sr. Prefeito Prestes Maia auxiliava pessoalmente, digo financeiramente, o Partido Comunista do Brasil e a Federação das Mulheres do Estado de São Paulo”³⁷.

7. Quinto Ato: na Cena Política

As décadas de 1950 e 1960 se caracterizaram pela expansão e criação de novas expectativas sociais, econômicas e políticas. À política econômica desenvolvimentista emergente com o governo de Juscelino Kubitschek (1956-61), somaram-se novas manifestações culturais (música, cinema, teatro, arquitetura), intensas mobilizações da sociedade civil e das instituições políticas. Neste processo, destacou-se a emergência de movimentos sociais e sindicais (nas cidades e no campo), criando um quadro crescente de ampliação das reivindicações democráticas, expansão das articulações nacionalistas, com novas proposições sintetizadas nas Reformas de Base. As tensões internas crescentes, numa conjuntura internacional intervencionista na América Latina, levaram a articulações políticas que culminaram no golpe militar de 1964.

Neste contexto, Prestes Maia manteve-se atuante no campo político. Depois da gestão na prefeitura de São Paulo (1938-1945), foi candidato ao governo paulista pela União Democrática Nacional (UDN) em 1950; novamente, em 1954, voltou a concorrer à administração do Estado numa articulação partidária composta pela UDN, com apoio de parte do PTB e dos partidos Social Democrático (PSD), Republicano (PR), Democrata Cristão (PDC) e de Representação Popular (PRP); já em 1957, disputou a prefeitura da capital com o apoio da UDN e de frações do PTB. Depois destas três derrotas, em 1961, saiu vitorioso no pleito à prefeitura paulistana, obtendo uma votação maciça, ocupou este cargo até à sua morte em 1965. Em todos estes momentos, D. Maria participou ativamente das articulações políticas para o encaminhamento da candidatura do engenheiro, ela era determinada, envolvente, eloqüente, com habilidades no convencimento e não media esforços para conseguir seus desígnios.

Contudo, suas ações políticas iam muito além destas intermediações, incluindo opções e preferências pessoais. Possivelmente, nunca chegou a se filiar a qualquer partido, mas cultivava simpatias pelos de esquerda.

No vasto dossiê localizado nos Arquivos do DEOPS, Maria Prestes Maia teve seus passos registrados pela polícia política (1945 a 1969), foi identificada participando de atividades, comícios e atos públicos junto às lideranças do Partido Comunista e Partido Socialista, engajando-se na luta nacionalista e pela democracia no Brasil e em Portugal. As referências a sua pessoa foram mais freqüentes no período

³⁷ Dossiê DEOPS/AESP, n.º 52-Z-0-14224 e 50-J-104-826.

de 1957 a 1964³⁸, pode-se conjecturar se isso se deve ao fato destes anos coincidirem com a gestão de Prestes Maia na prefeitura (1961-1965), ou talvez a uma maior ação política de D. Maria, ou ainda a própria conjuntura de grandes tensões e movimentos político-sociais, levando a uma maior articulação do equipamento de investigação policial, talvez todos estes fatores devam ser observados conjuntamente.

Nos documentos do DEOPS encontram-se referências de reuniões do Partido Comunista realizadas na residência de D. Maria³⁹. Luís Carlos Prestes freqüentou e se hospedou várias vezes em sua casa, nome dela foi encontrado nas famosas “cadernetas de Prestes”⁴⁰.

Em Janeiro de 1958, quando o PCB já estava na ilegalidade⁴¹, ela foi citada pelo órgão do partido o jornal *Notícias de Hoje*

“como uma das pessoas presentes a homenagem prestada a Luiz Carlos Prestes, pela passagem do seu 60 aniversário, homenagem essa efetuada no Teatro de São Paulo na noite do dia anterior e intitulada “Noite de arte e cultura brasileiras”⁴².

Dias depois (23 de Janeiro de 1958), no mesmo jornal ela subscreveu a nota de:

“Homenagem da mulher paulista à Anita Locadia Prestes”, um pedido de adesão de mulher de São Paulo, o baile de homenagem a ser oferecido, no ginásio do Pacaembu à filha do líder comunista Luiz Carlos Prestes”⁴³.

O seu contato com o líder comunista se mantinha e em 1959, ela esteve presente na

“conferência proferida no dia 12/6/59, por Luis Carlos Prestes, na Faculdade de Direito da USP, diz a mesma contou com uma maioria de comunistas militantes, e que, entre as 600 ou mais pessoas presentes, foram notadas: Miguel Jorge Nicolau, Maria Prestes Maia, Mário Schenberg, Milton Marcontes, João Lousada e outros, que aplaudiam entusiasticamente o líder vermelho”⁴⁴.

³⁸ Com a ascensão de João Goulart (1961) e de seus pronunciamentos a favor das Reformas de Base, as posturas se polarizaram e tencionaram num quadro complexo que culminou no golpe militar de 1964.

³⁹ Dossiê DEOPS/AESP, n.º 52-Z-0-14224, doc. 20K110B:05/11/1945.

⁴⁰ Após o golpe de 1964, com o AI-1, Luis Carlos Prestes teve seus direitos políticos revogados, perseguido pela polícia conseguiu fugir, mas na sua casa foi localizada uma série de cadernetas, que forneceram dados e nomes para a base de inquéritos e processos. “Consta o nome da epigrafada nos apontamentos de Luis Carlos Prestes” (caderнета n.º 13). Dossiê DEOPS/AESP, n.º 52-Z-0-14224, doc 50-Z-9-3828/3832.

⁴¹ O PCB foi criado em 1922, após a Intentona Comunista de 1935 e com a prisão de seus membros tornou-se ilegal. Em 1945 retornou, obtendo o registro partidário, elegendo representantes no Parlamento. Já em 1947 teve seu registro cassado e os mandatos de seus parlamentares extintos no ano seguinte.

⁴² Dossiê DEOPS/AESP, n.º 52-Z-0-14224.

⁴³ Dossiê DEOPS/AESP, n.º 52-Z-0-14224.

⁴⁴ Dossiê DEOPS/AESP, n.º 52-Z-0-14224.

Não se pode confirmar a sua filiação ao PCB, mas, ainda segundo relatório de 25 de Março de 1963, período em que seu marido ocupava a prefeitura da cidade, Maria de Lourdes,

“na festa em comemoração ao 41.º Aniversário do Partido Comunista Brasileiro, realizada no Ginásio Municipal do Pacaembu, foi uma das “rainhas” coroada pela margina-da”⁴⁵.

Num contexto marcado pela Guerra Fria e com várias repercussões no Brasil, Maria Prestes Maia foi membro atuante em associações representativas dos países comunistas, como a União Cultural Brasil-URSS, na qual ela foi professora teatro, participou das atividades culturais e integrou o Conselho Consultivo, aparecendo na relação de envolvidos no inquérito do DEOPS sobre a associação⁴⁶.

Também fez parte da Sociedade Cultural Sino-Brasileira,

“informa-nos comunicado reservado que o dia 24/10/60, na sede social da “Sociedade Cultural Sino-Brasileira” realizou-se uma reunião de cunho social, promovida pela diretoria da entidade, com finalidade de inaugurar a referida sede e estreitar as relações entre seus associados. Entre as pessoas presentes, destacadas pelo comunicado em apreço, figura o nome de Maria Prestes Maia”⁴⁷.

Em vários outros movimentos e manifestações, Maria Prestes Maia foi agente, com destaque para a luta democrática e nacionalista, particularmente na “Frente Parlamentar Nacionalista”. Esta organização suprapartidária foi criada em 1956, operou no Congresso Nacional, funcionava como um grupo de pressão que condenava o imperialismo, as ações do capital estrangeiro, reivindicando a regulamentação da remessa de lucros para o exterior, o controle estatal sobre a exploração dos recursos naturais básicos, além de assumir algumas reformas de base propostas, como a reforma agrária.

A Frente Nacionalista possibilitou uma troca dinâmica entre o poder legislativo e a sociedade civil; seus membros se colocavam como porta vozes de movimentos sociais e reivindicações populares (Ligas Camponesas, movimentos contra a carestia, União Nacional dos Estudantes, Comunidades Eclesiásticas de Base), num momento

⁴⁵ Dossiê DEOPS/AESP, n.º 52-Z-0-14224, docs. 30-C-15408 e 15770.

⁴⁶ O jornal *Diário Popular*, em sua edição de 13/3/1965, publica relação dos envolvidos no Inquérito da “União Brasil-URSS” entre eles, a epigrafada. Dossiê DEOPS/AESP, n.º 52-Z-0-14224, doc. 30-C-21-240.

⁴⁷ Dossiê DEOPS/AESP, n.º 52-Z-0-14224, doc. 50-Z-9-1576. O jornal *Folha da Manhã*, em sua edição de 25/5/1965, publicou o nome da epigrafada, entre outros elementos que faziam parte da Sociedade Cultural Sino-Brasileira, acusados de atividades subversivas.

de euforia participativa com várias manifestações coletivas de cidadania e ações movidas por idéias de renovação⁴⁸.

Segundo Dossiê DEOPS, Maria Prestes Maia, no dia 20 de Setembro de 1958

“esteve no palanque armado no Largo de Pinheiros, quando, ali se realizou um comício comunista, promovido pela chamada “Frente Nacionalista” em favor das entidades da coligação P.S.P. – P.T.B – P.R.T.”.

Em 1962, compôs mesa diretora da Convenção Popular por uma política nacionalista e democrática, ladeada por sujeitos políticos da esquerda, como pode ser observado

“em 23/7/62 realizou-se no cine Paramount a 1.^a Convenção Popular por uma Política Nacionalista e Democrática, sendo mesa diretora ficado assim constituída: Luciano Lepera, Cid Franco, Maria de Lourdes Prestes Maia, Francisco Julião e outros”⁴⁹.

Ela apoiou vários movimentos grevistas, se solidarizou com os trabalhadores e suas famílias em várias ocasiões, aquando da greve da Força Pública (Fevereiro de 1961), greve na Indústria Brasileira de Refratários (Outubro de 1961), no Sindicato dos Metalúrgicos (Junho de 1962) e junto aos trabalhadores agrícolas

“em 13/11/61, foi realizada a 1.^a Conferência Estadual dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, como preparatória do I Congresso Nacional dos Lavradores Trabalhadores Agrícolas, a realizar-se em Belo Horizonte, nos dias 17, 18 e 19 do corrente. O ato contou com a presença de 500 pessoas muito dos quais, elementos comunistas, tendo tomada à mesa, a Sra. Maria de Lourdes Prestes Maia”⁵⁰.

Com a morte de Prestes Maia, em Abril de 1965, diminuiu sua presença pública, mas não sua ação política. Em 10 de Julho de 1969, num momento altamente repressivo, num contexto de ação do AI5, o DEOPS revelou em declaração bombástica.

“Acabamos de saber e identificar quem é o “braço direito” dos comunistas, nesta capital, no setor financeiro, qual tem conseguido fundos elevados para a caixa do PCB sendo pesada perfeitamente integrada vida dos comunistas brasileiros.

Trata-se, simplesmente, de “MARIA PORTUGUESA”, mulher já algo madura na idade, mas tipo inteligente e insinuante, bem vistoso ainda, e, nada mais ou menos, que é a “amante” direta do ex-prefeito Prestes Maia. A muito tempo que, não só se aproveitando das suas intimidades com o ilustre engenheiro, vem servindo de ponto entre burgueses

⁴⁸ Acabou sendo extinta em Abril de 1964, em função da cassação da maioria de seus membros pelo regime militar implantado em 1964. Disponível na internet em: <www.cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/glossario/frente_parlamentar_nacionalista> (consulta realizada em 21/8/2010). Ver também NEVES.

⁴⁹ Dossiê DEOPS/AESP, n.º 52-Z-0-14224, doc. 30-C-1-15137.

⁵⁰ Dossiê DEOPS/AESP, n.º 52-Z-0-14224, doc. 30-J-57-473.

e proletários, num serviço de infiltração da velha técnica com notáveis resultados, estando sempre ao par de planos e projetos da plutocracia política.

A demais, por intermédio das relações pessoais do ex-prefeito, ficou conhecida de muita gente importante, do comércio e da indústria, aos quais visita constantemente, e pede auxílios para a campanha do Partido Comunista, apegando-se as circunstâncias de que política a ser seguida é democrática-progressista, e muito distanciada, portanto, do combatido comunismo. “O seu nome é MARIA DE LOURDES CABRAL”⁵¹.

Entre as várias lutas democráticas em que esteve envolvida, D. Maria, como portuguesa, atuou constantemente na causa anti-salazarista. Ela mantinha relações com os conterrâneos opositores ao regime salazarista em São Paulo, tanto os articulados em torno do Centro Republicano Português de São Paulo (reaberto em 1958), como os organizados em torno do jornal *Portugal Democrático*, vários de seus membros freqüentavam sua casa e gozavam de sua amizade.

Certa feita, de passagem por Portugal, quis visitar a irmã e foi proibida de desembarcar pelo governo como anti-salazarista conhecida, só obteve a autorização depois da interferência do Embaixador do Brasil⁵².

Nesta frente, em 24 de Janeiro de 1960, esteve presente e discursou na

“na Primeira Conferencia Sul-Americana Pro – Anistia para os Presos e Exilados Políticos de Espanha e Portugal, nos dias 23 e 24. Na ocasião, recomendou a leitura de vários escritores portugueses, que narram as atrocidades cometidas nas prisões salazaristas. Solicitou que fossem enviados pedidos aos governos de Franco e Salazar, e também a ONU e a UNESCO, para a cessação desse estado de coisas”⁵³.

Manteve-se articulada a esta questão política, participando do ato público realizado em 27 de Julho de 1962,

“no Cine Paramount realizou-se o anunciado ato público de solidariedade aos trabalhadores e aos povos de Espanha e Portugal, no qual tomaram parte diversos deputados, entre os quais, Paulo de Tarso, João Lousada, Jethero Faria Cardoso, Luiz Carlos Prestes (líder vermelho), Cid Franco, Da. Maria Prestes Maia e outros elementos comunistas”⁵⁴.

Sua influência se manteve, com presença foi percebida e registrada no Movimento pela Anistia (anos 1970) e nas manifestações pelas Diretas Já (1980). Lideranças políticas buscavam o seu apoio em diferentes momentos e ocasiões, com destaque

⁵¹ Dossiê DEOPS/AESP, n.º 52-Z-0-14224, doc. 50Z98812.

⁵² Entrevista de Adriana Prestes Maia Fernandes, acervo do Memorial dos Imigrantes de São Paulo, realizada em 5/9/2005.

⁵³ Dossiê DEOPS/AESP, n.º 52-Z-0-14224.

⁵⁴ Dossiê DEOPS/AESP, n.º 52-Z-0-14224.

para nomes como Ulisses Guimarães, Fernando Henrique Cardoso, Orestes Quéricia e Erminio de Moraes

Final da cena

Após a sua morte em 25 de Abril de 1988 (com 86 anos), prestaram-se várias homenagens a sua memória, sendo dado seu nome a uma Rua, na Vila Guilherme e a uma escola estadual, no Jardim Catarina.

A análise do percurso de Maria Prestes Maia tornou-se emblemático para a compreensão e o conhecimento da experiência histórica de uma imigrante portuguesa e sua participação nos circuitos culturais e políticos de São Paulo. Apesar das dificuldades enfrentadas, como o silêncio da personagem na bibliografia e na documentação, este desafio buscou dar visibilidade às suas várias experiências como atriz, professora de teatro e ações no setor cultural, à sua atuação na Federação das Mulheres do Brasil, na assistência social e nas várias frentes de luta política.

Fontes e bibliografia

Fontes

Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Recenseamento do Brasil, 1920, Synopse do Recenseamento. Rio de Janeiro, Typ. da Estatística, 1926.

Depoimento de Renato Borghi. Disponível na internet em: <aplauso.imprensaoficial.com.br/edicoes/.../12.0.813.446.txt> (consulta em 17/8/2010).

Depoimento de Ety Fraser. Disponível na internet em: <aplauso.imprensaoficial.com.br/.../12.0.812.949.txt> (consulta em 17/8/2010).

Bibliografia

ARAÚJO, Oscar Egídio de, 1940 – “Enquistamentos étnicos”. *Revista do Arquivo Municipal*, v. LXV.

ARRUDA, M. Arminda, 2001 – *Metrópole e Cultura*. Bauru.

CAVALCANTI, Pedro; DELION, Luciano, 2004 – *São Paulo e a juventude do Centro*. São Paulo: Grippo.

CORTI, Paola, 2007 – *Storia delle migrazioni internazionali*. Roma: Editori Laterza.

- FREITAS, Sonia Maria, 2006 – *Presença portuguesa em São Paulo*. São Paulo: Imprensa Oficial.
- HAAG, Carlos. 2010 – “Palco de Razões e paixões”, in *Pesquisa Fapesp*, n.º 174. São Paulo.
- HECKER, Frederico Alexandre, 2009 – “A Repressão aos Imigrantes Portugueses em São Paulo: Os Subversivos e os Outros”, in SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia; MATOS, Izilda (org.) – *Nas duas margens. Os portugueses no Brasil*. Porto: CEPESE/Afrontamento.
- MATTOS, David José Lessa, 2002 – *O espetáculo da cultura paulista: teatro e TV em São Paulo, 1940-50*. São Paulo: Códex.
- MORSE, Richard. M., 1970 – *Formação Histórica de São Paulo*. São Paulo: Difel.
- NEVES, Lucilia Almeida – *Frente Popular Nacionalista: utopia e cidadania*. Disponível na internet em: <www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3743> (consulta realizada em 21/8/2010).
- NOGUEIRA, Ana Maria Moura, 2001 – “Narrativa Épica e Constituição de Identidades Sociais”, in *História e Qualidade*, n.º 22. São Paulo: EDUC.
- PASCHOAL, Eliana dos Santos, 1998 – *Cenas de Arena de um teatro. Guarnieri e Vianinha 1958-1959* (dissertação mestrado). São Paulo: PUC-SP.
- PAVLOVA, Adriana, 2001 – *Maria Olenewa a sacerdotisa do ritmo*. Rio de Janeiro: FUNARTE.
- PEREIRA, Miriam Halpern, 1981 – *A política portuguesa de emigração, 1850-1930*. Lisboa: Regra do Jogo.
- SIMILI, Ivana Guilherme, 2008 – *Mulher e Política: A Trajetória da Primeira-dama Darcy Vargas (1930-1945)*. São Paulo: Editora da UNESP.

A SÃO PAULO DOS IMIGRANTES: PADEIROS E SAQUEIROS NO COTIDIANO COMERCIAL (1920-1950)

Yvone Dias Avelino

Introdução

A panificação é, sem sombra de dúvidas, uma das artes mais antigas da humanidade. Sua existência está além da escrita, além das relíquias pré-históricas estudadas por arqueólogos, onde primitivos métodos de moagem e panificação já apareciam. A origem do pão permanece ainda controversa. Alguns estudiosos sobre o assunto afirmam que foram os chineses, desde oito mil anos antes de Cristo, que se iniciaram na arte de fazer este alimento e foram seguidos pelos egípcios. A atividade de fazer o pão estava diretamente ligada ao moleiro que, ao moer os cereais, esmagava os grãos entre pedras e obtinha uma farinha que, misturada à água, produzia uma massa. Essa era cozida sobre cinzas quentes ou lages de pedras aquecidas pelo sol para essa finalidade. Assim, fabricavam-se pães.

Registros egípcios trazem o aperfeiçoamento dos métodos para moer o trigo ou a cevada. Usavam almofarizes e produziam uma farinha fina, que era misturada à água e amassada com os pés. Por ser o almofariz um processo caro, era utilizado por sujeitos de melhores condições financeiras, ou apenas para ritos religiosos. Usavam também os egípcios o processo de fermentação por meio da levedura, diferentemente dos hebreus, escravos das dinastias faraônicas¹, que fabricavam o pão sem fermento, chamado de ázimo, que era mais durável. Sua importância era tanta, que o pagamento dos salários era feito com pão: um dia de trabalho valia três pães e dois cântaros de cerveja. Os egípcios também vendiam os pães fabricados aos gregos, que aprenderam o ofício da panificação, e tornaram-se produtores sofisticados dessa especiaria, pois acrescentaram ervas e grãos aromatizantes à massa básica.

Os romanos, por sua vez, aprenderam tal arte com os gregos, e gostaram tanto do ofício que, segundo consta, no ano 100 A.C. havia 258 padeiros em Roma.

¹ Jornal *Folha da Manhã*, São Paulo, 19 de Agosto de 1929, p. 8.

Com o cristianismo, o pão tornou-se sagrado. Quando de sua pregação espiritual já na idade adulta, Jesus Cristo tomou o pão como um elemento sacro. Na ceia com seus discípulos, dividiu esse alimento entre eles, e afirmou que cada pedaço de pão era o seu próprio corpo repartido. A palavra Belém, inclusive, cidade onde nasceu Jesus, significa "casa do pão", em hebreu. Por essas duas situações, o nome da cidade, e o uso posterior do alimento na Santa Ceia, tenha se tornado o pão este símbolo do sagrado para a religião católica apostólica romana².

O pão branco, da chamada farinha flor, só começou a ser produzido no período da Idade Média. Inicialmente apareceu nos conventos, depois nas casas mais ricas, e só muito mais tarde chegou a todos os lares. Os fabricantes de pães se organizaram em corporações de ofício, que funcionavam como organizações mercantis, e que agregavam somente aqueles que tinham experiência no ramo. Assim, as atividades que envolviam a fabricação de pães foram se aperfeiçoando entre a manufatura e o comércio.

Em meados do século XVI, o jesuíta Padre José de Anchieta, fundador da cidade de São Paulo, juntamente ao Padre Manuel de Nóbrega, referiu-se a São Paulo como uma terra fértil para plantar e colher trigo, que até então era trazido de Portugal. Resaltou também que a população local, índios, tinha mais facilidade de encontrar mandioca, raiz de origem brasileira e produzir com este alimento farinha, e o cultivo do trigo se tornava, além de mais trabalhoso, incerto, pelos indígenas não conhecerem as técnicas de plantio. De início, semearam trigo apenas para a fabricação de hóstias e bolinhos³.

Apesar da existência da farinha de mandioca e do que se podia preparar com ela, o uso do trigo com o passar dos séculos superou o seu consumo e a farinha de trigo passou a fazer parte das mesas das famílias mais abastadas.

Padeiros e saqueiros em São Paulo

Em fins do século XIX, o fluxo intenso de imigrantes em proporções bem maiores às possibilidades de empregos no campo favoreceu o crescimento da população na cidade de São Paulo. Muitos imigrantes após passarem pelo campo, migraram para a cidade e passaram a ocupar funções diferenciadas no espaço urbano, como o trabalho na indústria, no comércio, entre outros, além dos que já haviam permanecido na cidade. O Censo populacional do ano de 1872 registra que havia na cidade de São Paulo 31 385 pessoas. No Censo de 1890, a população elevou-se para 64 934

² *Bíblia Sagrada*. Edição Claretiana.

³ OLIVIERI, 1999: 91.

habitantes. E no de 1900, elevou-se para 239 820. Já em 1920, atingiu a cifra de 579 033 habitantes⁴.

A década de 1920, entre os anos de 1919 a 1929, uma das balizas para o desenvolvimento dessa pesquisa, assim como o pós-segunda guerra mundial, são anos inspiradores para analisarmos as questões mais diversificadas que envolvem a cidade de São Paulo, como: modernidade/modernização; trabalho/imigração; comércio/industrialização. É nesse cenário de mudanças expressivas que as atividades panaderis se encontram, e aonde essas questões vão se tornando visíveis, pois foram nelas que se desenvolveram as tramas das relações entre a produção e a comercialização do pão, e a introdução de um novo ramo de atividade mercantil oriundo daí, que foi a sacaria.

Quando o assunto é pão, imediatamente nos vem a imagem do padeiro. Mas ele não é o único responsável por todas as etapas da produção panaderil, pois muitos são os trabalhadores que se esforçam para que esses estabelecimentos funcionem. Aos poucos, as padarias apareciam no cenário urbano com uma produção sistematizada, que procurava satisfazer os mais exigentes paladares.

Inseridas no universo do comer bem, também estavam as confeitarias que, além de pães, traziam em suas vitrines guloseimas variadas, como bolos, tortas, biscoitos, balas, bombons, doces, salgadinhos, e outras delícias. Alguns desses estabelecimentos eram modestos, mas outros esbanjavam sofisticação, requinte e glamour. Decoradas com espelhos, lustres e vitrines, havia mesas e cadeiras para os consumidores apreciarem além das comidas as bebidas, como o chá, o café, o leite, as bebidas alcoólicas, entre outras⁵.

A mão-de-obra utilizada, que antes era predominantemente feminina, aos poucos foi se tornando cada vez mais masculina. Esse fator pode ser explicado a partir da divisão sexual do trabalho e dos discursos hegemônicos que justificam essa divisão.

“A divisão sexual do trabalho assume formas conjunturais e históricas, constrói-se como prática social, ora conservando tradições que ordenam tarefas masculinas e tarefas femininas [...] ora criando modalidade da divisão sexual das tarefas. A subordinação de gênero à assimetria nas relações de trabalho masculinas, se manifesta não apenas na divisão de tarefas, mas nos critérios que definem a qualificação das tarefas nos salários e na disciplina do trabalho”⁶.

Portanto, a sexualidade e a força do trabalho são pensadas e construídas historicamente a partir de discursos normatizadores. No caso das atividades panaderis, é

⁴ Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio – Recenseamento do Brasil 1920. Rio de Janeiro: 1926.

⁵ SILVA, 2007: 49.

⁶ LOBO, 1991: 123.

importante frisar que as padarias, primeiramente artesanais, eram uma grande cozinha, apesar de no espaço da produção o trabalho ser masculino. Práticas do trabalho doméstico feminino estavam presentes, como: varrer o chão, arrumar o local, pegar a farinha, misturar o trigo, o sal, a água e o fermento, sovar, enrolar, cortar a massa e acender o forno, entre outras atividades que antes eram essencialmente femininas, no espaço privado, e que passaram a ser masculinas, no espaço público, com a profissão de padeiro.

Utilizando o fermento biológico derivado da cana de açúcar e do amido de mandioca, tendo a produção de várias fornadas diárias de “pão quente a toda hora”, essa forma de panificar foi comandada por panificadores e padeiros portugueses na cidade de São Paulo. Nesse setor, os portugueses se destacaram já no final da década de 1920 e início da de 1930. Esses imigrantes integravam um pequeno mutirão de etapas na produção do pão: donos da padaria (panificadores), forneiros, masseiros (padeiros), fornecedores de lenha e carvão para os fornos, e entregadores dos pães⁷. Saber fazer o pão francês era uma arte, era o que qualificava o padeiro como um bom profissional. Ele não podia errar na massa, pois o panificador dependia da qualidade e do preço da farinha, das habilidades do padeiro e do forneiro⁸. Sônia Maria de Freitas discute que a história e a memória do setor de panificação no Estado de São Paulo estão diretamente ligadas à presença dos imigrantes portugueses⁹.

A partir do final dos anos 1920 e início dos 1930, começou o trabalho nas padarias a ser mecanizado, embora as padarias artesanais ainda fossem maioria. Ressalta-se que os responsáveis iniciais pela expansão da panificação na cidade de São Paulo foram os imigrantes italianos, que mantinham um empreendimento familiar, e que produziam os chamados “pães caseiros”, com fermentação natural, diferentemente dos portugueses, que passaram a trabalhar com o fermento biológico¹⁰.

⁷ MATOS, 2009: 421.

⁸ “O Preço da Farinha”, in Revista *Panificadora Paulista*, 23 de Fevereiro de 1936: 4.

⁹ FREITAS, 2006: 94.

¹⁰ PERISSINI, 2005: 80.

Figura n.º 1
Portugueses recém-chegados à Hospedaria de Imigrantes (São Paulo, 1938)



Fonte: Acervo do Memorial do Imigrante.

Os padeiros e os forneiros não eram os únicos personagens de importância no cenário das padarias. Havia também os auxiliares, que começavam a trabalhar ainda crianças, com dez anos de idade. Eram filhos, parentes ou amigos dos imigrantes portugueses que já haviam se estabelecido como panificadores ou padeiros. Essas crianças e também alguns jovens, de aproximadamente 14 a 18 anos, faziam trabalhos que exigiam força, habilidade e dedicação, para depois se tornarem padeiros ou forneiros. Muitos trocavam sua força de trabalho por alimentação e moradia¹¹.

A jornada de trabalho dos padeiros e de seus aprendizes nas padarias começava às 18h00 e ia até às 04h30 da madrugada. Os pães deviam estar prontos para serem entregues nas residências, nos armazéns e nas mercearias, assim como também em outros estabelecimentos que revendiam o pão. Alguns entregadores faziam a entrega a pé, com os cestos cheios de pães. Outros faziam com carroças de tração animal, ou veículos motorizados. O dia de trabalho do panificador e dos seus funcionários começava ao alvorecer da manhã, e as atividades eram muitas. No ramo da panificação, a forma de trabalhar dos portugueses foi inovadora – introduziram a administração das padarias por meio de associações – com vários sócios, para fazer o revezamento em turnos diferentes. Dessa forma, a padaria permanecia funcionando sete dias por

¹¹ Biblioteca de Instrução Profissional. Indústria Alimentar, Livraria Bertrand, 3.^a Ed. (1920-1950), Lisboa: s/d, p. 142.

semana, durante quinze horas diárias, tempo mais que suficiente para a cidade naquela época.

A política imigracionista garantia privilégios aos imigrantes portugueses¹², e havia também a necessidade de estabelecer uma política trabalhista, para que não fosse prejudicada a relação existente entre panificadores e seus funcionários. A década de 1930 – novidade do “pão quentinho a toda hora” – entrou no cenário panaderil, período significativo para a discussão sobre a política trabalhista, pois foi o período de conturbações sociais, como a Revolução de 1930 e a Constitucionalista de 1932, que afetaram o setor da panificação, necessitando da intervenção da Associação dos Proprietários de Padarias de São Paulo, inaugurada no dia 19 de Dezembro de 1928. As preocupações da Associação se voltaram para o descanso semanal, horários de trabalho, higiene do local, processo de fabricação, venda e preço dos pães, saúde dos trabalhadores, entre outras questões. Os discursos em torno das questões trabalhistas estiveram em alta, na pauta das discussões sobre regulamentação dos sindicatos, das jornadas de trabalho, do trabalho de menores e de mulheres. Com essas condições em plena questão no mundo do trabalho, começa a destacar-se também a figura do saqueiro, profissional que comprava e vendia sacos usados para o setor cerealista, localizado nas imediações do atual Mercado Municipal de São Paulo, especificamente nas imediações das ruas Paula Souza e Gazômetro, onde existia uma forte concentração de lojas de sacaria, na sua grande maioria dominadas pelos imigrantes espanhóis. Muito embora também existissem os imigrantes portugueses. Esses sacos eram de juta trançada, muito fortes e resistentes, que eram revendidos para as zonas rurais, na época das colheitas. Posteriormente, além desse tipo de saco, o interesse mercantil repousou nos sacos de farinha, que eram feitos de pano, estabelecendo uma relação amigável entre saqueiros e panificadores. Estes sacos eram na grande maioria revendidos às donas de casa, que os alvejavam e os utilizavam nos trabalhos cotidianos, para a confecção de panos de prato, uma das modalidades, e os mais “trançados” eram até utilizados para cama e mesa, depois de bordados. Encontramos aí a mão-de-obra das bordadeiras portuguesas.

A Constituição tão desejada no movimento de 1932 levou à implementação de leis que proibissem as diferenças salariais entre os sexos, idade, nacionalidade e estado civil, salários mínimos regionais, jornadas de trabalho de oito horas, descanso semanal, férias anuais remuneradas, indenização do trabalhador em caso de demissão sem justa causa, regulamentação das profissões e criação de uma legislação específica para tais assuntos.

¹² A legislação não foi severa com os portugueses, que assim obtiveram privilégios, com maiores cotas para a entrada no Brasil, segundo a Resolução n.º 54, de Abril de 1939 – “Os portugueses estão isentos de qualquer restrição numérica quanto à sua entrada em território nacional”.

“Nos termos do Artigo 15.º, do Decreto de n.º 22 042, de 3 de Novembro de 1932, os estabelecimentos industriais em geral, que ocupavam menores de idade de 14 a 18 anos foram obrigados a enviar até 31 de Março de cada ano, ao Departamento Nacional do Trabalho ou à autoridade que o representasse, uma relação completa desses menores (Nome e data de entrada no serviço). Em 16 de Dezembro de 1933, é firmado um convênio entre os Governos Federal e Estaduais, que passam a incumbir o Departamento Estadual do Trabalho, em cada Estado, a receber tais relações. Em São Paulo, a sede do referido órgão era no Palácio das Indústrias, no Parque Dom Pedro II, na Secção de Fiscalização do Trabalho. As relações deviam ser apresentadas em duas vias, sendo a primeira selada com estampilhas estaduais de 1\$200 por folha, e mais a taxa de Educação e Saúde, e apresentados com firma reconhecida”¹³.

Parece-nos que há nessa documentação um discurso paternalista proveniente da ideologia governamental do período. O governo varguista, em especial entre 1930 e 1940, tem como característica a sedução das massas, com um Estado provedor, que procurava conciliar as “classes sociais” e evitar um enfrentamento. Daí as leis trabalhistas aplicadas através dos sindicatos estatais, que ganharam enorme visibilidade no período.

O Estado procurou controlar, impedir e reprimir a formação de um trabalhador organizado, e com ideologia própria, que já existia, e atuava com reivindicações através do Sindicato dos Manipuladores de Pão e Anexos Confeiteiros, institucionalizado em 16 de Dezembro de 1930, em São Paulo, à Rua Quintino Bocaiúva, n.º 80. As reuniões eram fiscalizadas pela polícia e nos encontros discutia-se o cumprimento da lei de oito horas de trabalho, salário mínimo, férias remuneradas e descanso semanal, conforme a promulgação das leis que estabeleciam tais benefícios, apesar das lacunas que permitiam interpretações diversas e causavam conflitos.

“Alguns empregadores e empregados do comércio convencionaram dedicar-se ao descanso semanal no período de 24 horas, a partir das 12h00 do domingo, até às 12h00 do dia seguinte. E invocando o disposto no Artigo 7.º do Decreto Federal 22 023, de 29 de Outubro de 1932, que regulamentou e alterou o Decreto 21 186, de 22 de Março do mesmo anno, sobre descanso de trabalhadores no comércio, os empregadores signatários da petição da fls 3, pediram a revogação do acto, que tornou obrigatório o fechamento das casas comerciais aos domingos. O assumpto ventilado na consulta, envolve duas questões aparentemente ligadas: a regulamentação do tempo de trabalho e a regulamentação do fechamento do comércio [...] para o Ministério do Trabalho, aliás, em desencargo das convenções internacionais, o que interessa não é o funcionamento do estabelecimento, mas o trabalho do operário [...]De modo que em resumo,

¹³ “O Trabalho de Menores”. Revista *Panificadora Paulista*, ano 1, n.º 11, São Paulo: Fevereiro de 1936. Órgão Oficial das Entidades de Classe da Indústria de Panificação e Confeitaria de São Paulo, p. 29.

podemos concluir que cabe à União regulamentar o horário de trabalho, as municipalidades tem competência para legislar sobre a abertura e o fechamento do comércio [...] A finalidade máxima da Legislação Federal foi esta: fixar o tempo de trabalho effectivo dos commercíarios, tornar obrigatório para esses empregados o descanso semanal. Essas medidas, como é notório, vieram suscitar grandes dúvidas entre as classes directamente atingidas: a dos empregados e a dos empregadores. É que a Legislação Social brasileira até então não cogitaria do magno problema da regulamentação do horário de trabalho. E desprendidos de coacção legal, os usos e costumes implantados pelos empregadores em muitas localidades [...] não se ajustaram de prompto ao novo regime, que aliás, veio mesmo a contrariá-los. Ora o Artigo 7.º do Decreto 22 033 de 1932 diz-se que o descanso semanal que se refere ao Artigo 1.º será de 24 horas executivas e ser-lhes-á destinado o domingo, salvo convenção em contrário entre empregadores e empregados ou motivos quer de interesse público quer de natureza de ocupação”¹⁴.

Através desse discurso paternalista, que aparentemente se colocava em defesa do trabalhador, a legislação foi facultativa, quando diz de forma clara que nem todos os estabelecimentos eram obrigados a cumprir tal decreto, salvo acordo entre as partes, dependendo também das leis de cada município.

“O fechamento do comércio é questão local, que interessa peculiarmente ao Município [...] Desde que o assumpto é puramente municipal, não cabe à gestão do Estado [...] o município faz a sua lei orgânica, seu estatuto basilar, e por elle institui e rege a administração dos seus negócios particulares assim [...] Não se pode confundir o interesse público com o interesse de uma classe”¹⁵.

As reformas trabalhistas do governo foram amadurecendo, para garantir através delas melhorias e o controle dos trabalhadores. Criou o governo o Instituto de Aposentadoria e Pensões do Comerciário (IAPC) – com isso, a organização dos funcionários, através de um cadastro (Carteira Profissional com fotografia, assinatura e impressão digital), e o padrão pagaria multa se seu funcionário não estivesse registrado. O Sindicato dos Manipuladores de Pão e Anexos Confeiteiros, através de seus representantes, foi contra o registro, que foi visto como uma forma do Estado controlar os trabalhadores.

Padeiros, forneiros, confeiteiros e outros profissionais do ramo fizeram greve em São Paulo (1934-1935), em protesto ao Registro em Carteira. Para eles, o Departamento Estadual do Trabalho usava isso como controle e repressão.

¹⁴ “Decisões Fiscais ou do Trabalho: O Fechamento do Comércio aos Domingos”. Revista *Rumo*. Mensário de Economia e Trabalho, Organização Sindical Paulista, São Paulo: Março de 1937, p. 24.

¹⁵ “Decisões Fiscais ou do Trabalho: O Fechamento do Comércio aos Domingos”. Revista *Rumo*. Mensário de Economia e Trabalho, Organização Sindical Paulista, São Paulo: Março de 1937, p. 25.

“Eleutério do Nascimento, português, padeiro, era associado ao Sindicato dos Manipuladores de Pão e Anexos Confeiteiros. Foi preso em Maio de 1934, acusado de ter alvejado Antônio Conceição. Em Setembro do mesmo ano foi preso, acusado de ser agitador, e em 1935 foi preso por duas vezes, sendo a última por suspeita de roubo”¹⁶.

Várias padarias não funcionaram por falta de pão. “Só abriram as portas os poucos que fizeram acordo com seus masseiros. A produção dos raros estabelecimentos em atividades era insuficiente para abastecer a cidade”¹⁷. As greves foram punidas, a polícia fechou o Sindicato, e a imprensa divulgou a demissão de mais de 400 empregados de 41 padarias da cidade de São Paulo¹⁸. Do outro lado das negociações ficava a Associação dos Proprietários de Padarias de São Paulo, que tinha como função atenuar os embates mais violentos entre panificadores e os seus funcionários, que além dos padeiros, eram também os forneiros, os ajudantes, os balconistas, os entregadores de pães e, em algumas padarias, até os confeiteiros.

Figura n.º 2

Imigrantes portugueses em trabalho de entrega domiciliar de pães (São Paulo, década de 1950)



Fonte: Acervo do Memorial do Imigrante.

Neste cenário, os saqueiros continuavam seus negócios tranqüilamente, desde que pagassem ao Estado os impostos referentes às vendas e às compras da sacaria. E os saqueiros ambulantes deviam pagar as suas licenças, que eram expedidas pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. Com a greve dos padeiros, a categoria

¹⁶ Prontuário do DEOPS de São Paulo, n.º 1899, Arquivo do Estado de São Paulo: s/d.

¹⁷ MENDES: 432.

¹⁸ Jornal *O Estado de São Paulo*, São Paulo: 24 de Agosto de 1937, p. 10.

também foi prejudicada, pois muitas portas desse comércio se fecharam. Viu-se aí a necessidade de buscarmos outras formas de sacaria, embrião dos futuros projetos com o plástico, que só ocorreu nos anos de 1970.

Conforme os Boletins de Ocorrência, muitos entregadores de pães, em solidariedade com os padeiros, boicotavam a entrega, chegando até a serem violentos com o trabalho de outros entregadores.

“Às 05h00, no Alto da Lapa, os grevistas Manuel Carvalho, Manuel de Sá Pinto, Jalmires Pinho Ribeiro e Antônio Sá Pinto tentaram agredir os entregadores de pão Joaquim Fernandes e Manoel Antônio Quintas, depois de se apoderarem de todo o pão que traziam [...] Fiz recolhê-los ao xadrez desta superintendência”¹⁹.

Esses e outros problemas, como a lei de seguros contra acidentes de trabalho, preço do pão, salários, descanso semanal, férias e outras questões entre 1930 e 1940 procuravam ser resolvidas através do Sindicato²⁰. Em São Paulo, a criação do Sindicato ocorreu de forma tranquila, e este procurava manter as atividades da Associação em funcionamento paralelo, ou seja, o panificador passou a ter interesses defendidos duplamente²¹.

Um outro veículo de importância para divulgação do discurso patronal e sedutor, que visava atenuar os embates, foi a revista *Panificadora Paulista*, um periódico mensal que trazia informações do cotidiano panaderil, como também das Associações de Panificadores de todo Brasil e até de outros países. Nessa revista encontravam-se artigos, legislações, anúncios de serviços, propagandas, receitas, inaugurações de novos comércios e entretenimento. É interessante notar que esse periódico reforça o discurso hegemônico sobre a necessidade da ordem, do progresso e da modernização.

Com o Estado Novo (1937-1945), foi criada a Justiça do Trabalho, órgão específico para resolver estes conflitos trabalhistas. Nos anos de 1940, houve uma relação de intimidade econômica brasileira com o capital norte-americano, no período da Segunda Grande Guerra Mundial (1939-1945). Alguns dos objetivos políticos e econômicos da grande potência durante e após o conflito, a nível nacional e internacional, foram manter o pleno emprego, conter o avanço da ideologia socialista, modernizar as economias consideradas atrasadas ou em declínio, agregando para si áreas de influência.

Também nesse período, o comércio de sacaria se ressentiu com a diminuição de mercadorias do campo, ficando estocadas as sacarias nos depósitos, nos armazéns, nas residências, etc. Os prejuízos foram grandes, pois o produto se deteriorava se o

¹⁹ Prontuário do DEOPS de São Paulo, n.º 448.326, Arquivo do Estado de São Paulo: 1937.

²⁰ O Sindicato da Indústria de Panificação e Confeitarias de São Paulo foi fundado em 6 de Julho de 1935, e a Associação das Indústrias de Panificação e Confeitarias de São Paulo em 7 de Março de 1915.

²¹ PERISSINI, 2005: 78.

ambiente fosse úmido, e esses trabalhadores encontraram respaldo nos sacos brancos, comprados das padarias, que se modernizavam. Um pouco antes do período do conflito armado europeu, alguns obtiveram pequenas fortunas para a época, chegando até mesmo alguns a voltarem para suas terras em Portugal. Outros, com uma visão mais progressista, investiram em propriedades e na educação dos filhos, que acabaram por freqüentar as universidades paulistanas. Com o avanço da guerra, esses imigrantes voltaram para o Brasil, onde podiam trabalhar sem grandes medos da recessão mundial, e com os preços bastante altos para a venda da sacaria. Foi muito grande o número de saqueiros portugueses bem estabelecidos, e de outros que chegaram nessa nova leva de imigração, para trabalhar em feiras livres, e que passaram a fornecer no varejo sacos para os grandes comerciantes.

Figura n.º 3

Imigrante português e sua carroça de entrega domiciliar de pães (São Paulo, década de 1950)



Fonte: Acervo do Memorial do Imigrante.

Considerações finais

O impulso à industrialização brasileira também estava associado aos discursos hegemônicos, que divulgavam outros valores à segurança nacional e ao desenvolvimento econômico, sustentado por um Estado paternalista. Estamos em plenos anos do populismo, onde os meios de comunicação divulgavam padrões de comportamento inspirados nessa ideologia, ou seja, a idéia do progresso dominante e o crescente domínio dos recursos naturais e das novas técnicas e tecnologias pelo homem.

A modernização invadiu o modo de produção das padarias, com o seu discurso de melhorias na qualidade dos produtos fabricados, visando acumular capital, controlar a produção e aumentar as vendas por parte dos panificadores, além de diminuir a equipe de trabalho envolvida, que era antes grandiosa. A modernidade/modernização se efetivou com a chegada das máquinas e dos fornos elétricos, com a propaganda nos anúncios de revistas especializadas no ramo, como por exemplo o maquinário Pensotti e Jacob Hackenbruch, entre outros. Isto tudo ocasionou um desenraizamento. Criou-se uma nova cultura, aumentou a produção com menos esforço físico, novas adaptações, como ligar e desligar, apertando botões.

Os bastidores da fabricação dos pães e de outros produtos refletiam-se no estabelecimento através das vitrines, nas padarias cheias de glamour, sofisticação e algumas até com apresentação de orquestras e cantores. Esse processo se iniciou nos finais dos anos 1930 e concretizou-se em fins dos anos 1940 e início dos de 1950. Emergiam também antigas discussões, como o salário dos padeiros, o preço do pão, o lucro do panificador, a higiene, o asseio, a saúde e a fiscalização constante.

Enquanto progredia a modernização nas padarias, definhava o comércio da sacaria, que passou a ter no mercado um grande impulso à industrialização de produtos de plástico, inclusive os sacos para usos gerais, que abrigavam as mercadorias. O progresso, inteligentemente projetado pelo homem, transforma a cada passo, a cada descoberta, o mercado, as relações sociais e a tecnologia implementada a serviço de um capitalismo selvagem.

A indústria panaderil veio ao longo desses anos sofrendo modificações, como o fogão à lenha cedendo lugar ao fogão a gás, o óleo cedendo à eletricidade, os fogareiros à gasolina, querosene etc... Isso tudo demonstrando o encarecimento e a transformação do padrão de vida, principalmente nas grandes metrópoles²², como São Paulo, uma cidade que crescia e aumentava sua população, encontrando padarias com grande desenvolvimento, com a excelência dos nutrientes e com a criatividade luso-brasileira.

Da cozinha das padarias exalavam aromas que satisfaziam os paladares mais exigentes. Uma verdade portuguesa ficou na frase do panificador Alberto Maria de Andrade: “Nem só de pão vive o homem, mas não se vive sem o pão nosso de cada dia”²³.

²² “O Aprimoramento da Indústria Panificadora Brasileira”, in Anais do 4.º Congresso Nacional de Panificação, São Paulo, Novembro de 1959.

²³ ANDRADE, 1954: 35.

Fontes e Bibliografia

Bibliografia

- ANDRADE, Alberto Maria, 1954 – *Revista Panificadora Paulista*, n.º 23. São Paulo.
- FREITAS, Sônia Maria, 2006 – *Presença portuguesa em São Paulo*. São Paulo: Imprensa Oficial.
- LOBO, Elizabeth Souza, 1991 – *A classe operária tem dois sexos*. São Paulo: Brasiliense.
- MENDES, José S. Ramos – “Fornada de conflitos. Portugueses na greve dos padeiros de 1937”, in *Metrópole das Utopias* (no prelo).
- MATOS, Maria Izilda Santos de, 2009 – “Portugueses e experiências políticas: a luta e o pão. São Paulo 1870-1945”. *Revista História*, 28(1). Franca.
- PERISSINI, Nilmara Cristina, 2005 – *Da união à fundação: A história da panificação de São Paulo*. São Paulo: Mundial.
- SILVA, Siwla Helena, 2007 – *Restaurant à moda de Paris: mudanças culturais e o surgimento do restaurante na cidade de São Paulo (1855-1870)*, dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC-SP.
- OLIVIERI, António Carlos, 1999 – *Cronistas do descobrimento*. São Paulo: Ática.

PORTUGUESES EM SANTOS VISTOS ATRAVÉS DOS REGISTROS DE ASSOCIADOS DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA DE SANTOS (1879-1889)

Maria Suzel Gil Frutuoso

Introdução

Procurando perceber a presença portuguesa em Santos, foi analisado o Livro I de Registro de Sócios da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Santos, tendo sido consultados 1 514 registros, nos quais estão incluídos portugueses continentais, açorianos e alguns madeirenses, brasileiros e estrangeiros de diversas nacionalidades. Os registros apresentam lacunas, há falhas quanto à origem geográfica, idade, estado civil, profissão e local de residência, por isso não foram levados em consideração na contagem e na elaboração das tabelas.

1. Portugueses em Santos – Sociedade Portuguesa de Beneficência de Santos (1879-1889)

Os dados obtidos focam uma parte da imigração portuguesa em Santos e refletem um perfil desses imigrantes, possibilitando também identificar quem eram os sócios da Beneficência. Os registros trazem nomes, idades, estado civil, naturalidade ou nacionalidade, filiação, profissões, residência, falecimento, mudanças, viagens, alteração na categoria do associado, vários deles anos depois aparecem como benfeitores e beneméritos. Alguns ao se associarem eram profissionais qualificados que mais tarde tornaram-se presidentes e diretores da instituição, demonstrando de certa forma uma evolução social.

Ao examinarmos a naturalidade desses imigrantes verificamos que estão presentes localidades, freguesias, concelhos e distritos de onde partem jovens em busca de melhores condições de vida e por vezes em fuga ao serviço militar. A maioria deles fixados em Santos, terra insalubre, cujo porto exportava a riqueza paulista, o café, e importava mercadorias estrangeiras, parte delas oriundas de Portugal.

No tocante à origem geográfica, estão presentes todas as regiões de Portugal, tornando quase possível uma viagem pelo país. No período em foco, algumas apresentam maior concentração de imigrantes radicados em Santos, especialmente os distritos do norte e do centro, distrito do Porto e de toda a região do Douro, Aveiro, Braga, Coimbra, Leiria, Viana do Castelo, entre outros.

Essas regiões haviam sido afetadas por crises econômicas, especialmente a crise do vinho. Em 1852 o ódio atingiu as plantações do concelho de Peso da Régua espalhando-se pela região. Em 1872 foi a filoxera, que se expandiu também pelo Douro e até fins da década de 1880 todo o país sofria com essa catástrofe, provocando grande imigração¹.

Em Santos fixou-se parte dessa imigração que interagiu fortemente com a cidade, criando no século XIX diversas associações, entre elas a primeira de que temos notícia foi a Sociedade Portuguesa de Beneficência de Santos em 1859².

No período de 1879 a 1889 foram colhidos os seguintes dados, incluindo continentais, açorianos e madeirenses.

Quadro n.º 1
Naturalidade dos associados da Sociedade
Portuguesa de Beneficência de Santos (1879-1889)³

Naturalidade	N.º associados
Miranda do Corvo (Coimbra)	68
Porto	49
Coimbra	44
Viseu	30
Baião (Porto)	26
Arouca (Aveiro) e Espinhal (Penela/Coimbra)	50
Lousã (Coimbra)	24
Ansião (Leiria) e Penela (Coimbra)	46
São Pedro do Sul (Viseu) e Vila Real	44
Braga e Vila Nova de Famalicão (Braga)	42
Vila Nova de Gaia (Porto)	18
Arcos de Valdevez (Viana do Castelo); Cabeceiras de Basto (Braga) e Chaves (Vila Real)	30
Loivos da Ribeira (Baião/Porto) e Seixo (Mira/Coimbra)	18

¹ FRUTUOSO, 1989: 21-22.

² FRUTUOSO, 1989: 162-165.

³ Os distritos, concelhos e freguesias de maior concentração somaram 684 portugueses e os de outras localidades, que não constaram da tabela, com um indivíduo cada, 532, no total de 1 216 lusos continentais, todos associados à Beneficência Portuguesa de Santos. Entre parenteses está o Concelho e o Distrito a que pertenciam. Não foi possível identificar algumas localidades. Outros associados indicaram “português”.

*Portugueses em Santos vistos através dos registros de associados da
Sociedade Portuguesa de Beneficência de Santos (1879-1889)*

(Continuação do Quadro n.º 1)

Naturalidade	N.º associados
Faro	8
Campelo (Figueiró dos Vinhos/Leiria); Leiria; Santa Marinha (Vila Nova de Gaia/Porto)	21
Ovar (Aveiro); Régua (Vila Real); Santa Marinha do Zêzere (Baião/Porto) e Santo André de Poiares (Vila Nova de Poiares/Coimbra)	24
Alvaiázere (Leiria); Avelar (Ansião/Leiria); Cabreiros (Braga); Figueiró dos Vinhos (Leiria); Lisboa; Lustosa (Lousada/Porto); Melgaço (Viana do Castelo) e Resende (Viseu)	40
Amarante (Porto); Barcelos (Braga); Galafura (Peso da Régua/Vila Real); Mafra (Lisboa); Mondim de Basto (Vila Real); Paredes de Coura (Viana do Castelo); Póvoa de Varzim (Porto) e Trancoso (Guarda)	32
Fafe (Braga); Campanhã (Porto); Gilmonde (Barcelos/Braga); Lamego (Viseu); Lousada (Porto); Mondim da Beira (Tarouca/Viseu); Oliveira de Azemeis; e Seixas (Caminha/Viana do Castelo)	24
Arganil (Coimbra); Aveiro; Bustarenga (Manhuce/S. Pedro do Sul/Viseu); Carvalhos (Barcelos/Braga); Celorico de Basto (Braga); Espinhel (Águeda/Aveiro); Figueira das Dornas (?) (Lamego/Viseu (?); Guimarães (Braga); Medão (Peniche/Leiria); Penafiel (Porto); Sabrosa (Vila Real); São Thiago de Lustosa (Lousada/Porto); Valpaços (Vila Real); Vila do Conde (Porto); Vila Flor (Bragança); Vila Nova de Silveira (Silveira?)/Concelho de Vila Nova do Paiva? Viseu (?) Zêzere (?) (Ferreira do Zêzere? Santarém?)	34

Quadro n.º 2

Idades dos associados da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Santos (1879-1889)

Anos	Idades
1879	De 11 a 60 anos. Maior concentração entre 18 e 41 anos. Maior concentração por ordem decrescente: 25, 22, 21, 24, 18, 27 e 30 anos.
1880	De 12 a 60 anos. Maior concentração entre 21 e 38 anos. Maior concentração por ordem decrescente: 22, 24, 27, 28, 38, 20 e 25 anos.
1881	De 11 a 60 anos. Maior Concentração entre 18 e 28 anos. Maior concentração por ordem decrescente: 28, 26, 22, 25, 20, 23 e 21 anos.
1882	De 13 a 52 anos. Maior concentração entre 14 e 40 anos. Maior concentração por ordem decrescente: 23, 21, 26, 29, 30, 28 e 15 anos.
1883	De 12 a 55 anos. Maior concentração entre 18 e 42 anos. Maior concentração por ordem decrescente: 23, 22, 25, 28, 31, 20 e 24 anos.
1884	De 12 a 61 anos. Maior concentração entre 16 e 38 anos. Maior concentração por ordem decrescente: 22, 30, 23, 19, 24, 27 e 21 anos.
1885	De 11 a 58 anos. Maior concentração entre 22 e 44 anos. Maior concentração por ordem decrescente: 28, 25, 26, 30, 32, 35 e 24 anos.
1886	De 10 a 57 anos. Maior concentração entre 17 e 44 anos. Maior concentração por ordem decrescente: 26, 22, 32, 24, 25, 23 e 21 anos.

(Continuação do Quadro n.º 2)

Anos	Idades
1887	De 12 a 60 anos. Maior concentração entre 17 e 45 anos. Maior concentração por ordem decrescente: 30, 23, 26, 29, 22, 25 e 32 anos.
1888	De 10 a 70 anos. Maior concentração entre 16 e 40 anos. Maior concentração por ordem decrescente: 23, 22, 24, 27, 16, 17 e 26 anos.
1889	De 9 a 63 anos. Maior concentração entre 14 e 45 anos. Maior concentração por ordem decrescente: 25, 14, 19, 20, 30, 36 e 22 anos.

Quadro n.º 3
Estado Civil dos associados da Sociedade
Portuguesa de Beneficência de Santos (1879-1889)

Anos	Solteiros	Casados	Viúvos
1879	96	25	1
1880	73	30	1
1881	55	20	-
1882	75	22	1
1883	129	30	4
1884	82	17	4
1885	78	35	-
1886	89	44	2
1887	81	19	4
1888	69	25	1
1889	78	36	6
Total	905	303	24

O número de solteiros é sempre bem superior ao de casados. Apenas nos anos de 1885, 1886 e 1889, os casados representaram quase 50% dos solteiros e os viúvos são minoria. No total, foram 905 solteiros, 303 casados e 24 viúvos. Na soma geral os casados representaram praticamente um terço dos solteiros. Mas nem todos os registros consultados indicavam o estado civil do associado.

Quadro n.º 4
Profissões dos associados da Sociedade
Portuguesa de Beneficência de Santos (1879-1889)

Profissões	N.º Associados
Trabalhador	524
Caixeiro	219
Negociante	137
Carpinteiro	62

*Portugueses em Santos vistos através dos registros de associados da
Sociedade Portuguesa de Beneficência de Santos (1879-1889)*

(Continuação do Quadro n.º 4)

Profissões	N.º Associados
Pedreiro	51
Alfaiate	40
Canteiro e operário	74
Comércio	14
Sapateiro	12
Barbeiro	10
Ferreiro, jardineiro	18
Guarda-livros, padeiro, marceneiro	24
Costureira, cozinheiro	14
Artista, proprietário	12
Enfermeiro, farmacêutico, ferrador, funileiro, tanoeiro	20
Comerciante, pintor, serrador	9
Calceteiro, capitalista, cocheiro, dentista, leiloeiro, médico	12
Carroceiro, cavaqueiro, charuteiro, cobrador, correeiro, correio, empregado, empregado no comércio, empregado do Diário, empregado de marmoraria, lavrador, marmorista, marítimo, pioneiro, relojoeiro, serralheiro, tamanqueiro	17
Total	1 269

Em alguns registros não constava a profissão do associado.

Os trabalhadores estão em primeiro lugar, seguidos dos caixeiros e em terceiro os negociantes, depois os carpinteiros, pedreiros, alfaiates, canteiros e operários.

Ao longo do período pesquisado estas posições quase não se alteraram, mantiveram-se ano a ano, com um total de 51 profissões com 1 269 profissionais. Enquanto os trabalhadores somaram 524, as outras profissões em conjunto contaram com 745.

Quadro n.º 5
Residência dos associados, por rua, em Santos (1879-1889)

Residência⁴	N.º Associados
Rua São Leopoldo	148
Rua Marquês de Herval	130
Rua 25 de Março	102
Rua do Rosário	57
Rua General Câmara	54
Rua São Bento	46
Rua Santo Antônio	44
Rua Frei Gaspar	37

⁴ Mapa da cidade de Santos nessa época, ver PEREIRA, FRUTUOSO, 2010: 129.

(Continuação do Quadro n.º 5)

Residência	N.º Associados
Rua Frei Gaspar	37
Rua 24 de Maio	33
Rua Amador Bueno	29
Rua José Ricardo	24
Rua Itororó	23
Rua São Francisco	22
Rua Xavier da Silveira	19
Rua Senador Feijó, Praça dos Andradas e a Barra	51
Largo da Coroação	14
Largo 11 de Junho	11
Rua Martim Afonso e Rua Octaviano	20
Rua Bittencourt e Duas Pedras	18
Rua Visconde do Rio Branco e Pedreira Inglesa	16
São Vicente (a cidade)	6
Largo do Carmo, Serra, Raiz da Serra	15
Rua da Constituição, Rua das Flores, Rua João Octávio, Rua da Penha, Largo dos Gusmões e Sítio das Palmeiras	24
Rua Brás Cubas, Vila Nova e Cubatão	9
Largo da Imperatriz, Outeirinhos, Praça do Mercado, Rua Andrade Neves, Rua 7 de Setembro, Rua 28 de Setembro, Travessa Alexandre de Gusmão, Travessa Cayuby, Travessa Mauá, Travessa São Bento, Sítio Santa Maria, Vila Mathias e no Hospital da Beneficência	26
Alto da Serra, Boqueirão da Barra, Borda do Pontão, Caminho da Barra, Gasômetro, Jabaquara, Ponta da Praia (Barra), Largo da Banca, Largo do Mercado, Largo Monte Alegre, Praça Visconde do Rio Branco, Rua Baptista Pereira, Rua 2 de Dezembro, Rua Conselheiro Nébias, Rua Dr. Cochrane, Rua da Imperatriz, Rua Nova, Rua 11 de Junho, Rua Setentrional, Rua 22 de Setembro, Santa Casa, Valongo	22

Os portugueses ocuparam as ruas do que era na época o centro urbano e também aquelas áreas em direção às praias. A cidade se expandia. Possivelmente ocuparam espaços que eram em parte residências e locais de trabalho, pensões e cortiços.

Portugueses em Santos vistos através dos registos de associados da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Santos (1879-1889)

2. Açorianos e madeirenses

Quadro n.º 6
Origem/Naturalidade dos associados açorianos e madeirenses

Açorianos		Madeirenses	
Ilha de São Miguel	51	Funchal	1
Ilha Terceira	17	Indicaram apenas a Ilha da Madeira	6
Ilha do Faial	7	-	
Ilha do Pico	7	-	
Ilha das Flores	3	-	
Ilha Graciosa	1	-	
Indicaram apenas Açores	2	-	
Total	88	Total	7

Quadro n.º 7
Estado civil dos associados açorianos e madeirenses

Estado civil	Açorianos	Madeirenses
Solteiros	50	5
Casados	29	1
Viúvos	3	1
Total	82	7

Nota: Não indicaram o estado civil, 6 açorianos.

Quadro n.º 8
Idades dos associados provenientes dos Açores e da Madeira

Açorianos – entre 13 e 66 anos		Madeirenses – entre 21 e 62 anos	
28 anos	8	Idades: 21, 22, 31, 46, 62	5
31 anos	6	-	
29, 30, 32, 33	16	-	
21, 27, 35	9	-	
25, 24, 26, 27, 40	10	-	
Outras 20 com 1 indivíduo cada	20	-	
Sem indicação	19	Sem indicação	2
Total	69	Total	7

Quadro n.º 9
Profissões dos associados provenientes dos Açores e da Madeira

Açorianos		Madeirenses	
Trabalhador	40	Trabalhador	2
Negociante	9	Negociante	-
Caixeiro	6	Caixeiro	2
Pedreiro	6	Pedreiro	1
Charuteiro	4	Médico	1
Comércio	3		
Carpinteiro, marceneiro, operário, vaqueiro	8	-	
Costureira, dentista, jardineiro, marítimo, sapateiro	5	-	
Sem indicação	7	Sem indicação	1
Total	88	Total	7

Quadro n.º 10
Residência dos associados de origem açoriana e madeirense

Açorianos		Madeirenses	
Ruas: do Rosário e Marquês de Herval	12	Rua 25 de Março	2
Ruas: Amador Bueno, Bittencourt e 25 de Março	15	Rua São Francisco	1
Rua Brás Cubas	4	Rua Senador Feijó	1
Ruas: General Câmara, São Bento e São Francisco	9	-	
Ruas São Leopoldo e Xavier da Silveira	4	-	
Ruas da Constituição, das Flores, Itororó, José Ricardo, 11 de Junho, Santo Antão, Praça dos Andradas, Vila Nova e São Vicente (cidade)	9	-	
Indicaram apenas Santos:	16	-	
Sem indicação	19	Sem indicação	3
Total	88	Total	7

3. Alguns esclarecimentos sobre os sócios e o patrimônio da Beneficência

Ao analisarmos os registros dos sócios da Beneficência, verifica-se que a maioria era de pessoas que possuíam certa condição financeira, a fim de arcar com os custos de se associarem à instituição, mesmo entre aqueles cuja rubrica profissional constava como “trabalhador”. Os que não contavam com qualquer meio, em geral eram

tratados no hospital da Santa Casa de Misericórdia, o mais antigo e gratuito da região, fundado no período colonial por Brás Cubas.

Segundo os estatutos da Beneficência, seriam sócios todos os portugueses de ambos os sexos, de ocupação honesta e reconhecida moralidade que obteriam diplomas, pagariam jóia de mil réis e mensalidades de 500 réis em quadrimestres adiantados. Teriam ainda direito ao benefício os filhos menores de 14 anos, de nacionalidade portuguesa ou brasileira⁵.

O patrimônio da Sociedade era proveniente da jóia paga na admissão do associado e mensalidades, além disso, recebia doações de qualquer natureza e os rendimentos constituíam-se com os lucros que produzia o capital da Sociedade, empregado em depósitos nos bancos comerciais e na aquisição de ações da dívida pública. Festas, recitais, peças teatrais, arrecadavam fundos para a Beneficência. As constantes campanhas também aumentavam o número de sócios. Em 1861 há uma grande campanha com esse objetivo. Firmam convênio com a Santa Casa para tratamento dos associados enquanto não ficasse pronto o hospital da Beneficência, que entra em funcionamento somente em 1878, daí a importância de firmar convênios⁶.

4. Brasileiros, portugueses e outros estrangeiros se associam à Beneficência

Desde o início de sua fundação, a Beneficência registra alguns associados brasileiros e estrangeiros, pessoas de destaque com condições financeiras de contribuir. Personalidades e autoridades civis, militares, religiosas e diplomáticas, além de empresários entram para a Instituição. São pessoas de Santos, de cidades da província de São Paulo e de diversas províncias brasileiras. Um dos sócios ilustres, o visconde do Embaré, brasileiro, casado, proprietário, benfeitor, associou-se em 31 de Janeiro de 1881; o Barão de Wildick, casado, cônsul geral, residente no Rio de Janeiro, benfeitor, em 30 de Dezembro de 1881, faleceu em Portugal; Domingos Peixoto Ferreira Sousa, comendador Manoel Ferreira Serra; Jeronymo José Gonçalves Tinoco; Serafim de Faria Machado, todos se associaram como beneméritos em 20 de Fevereiro de 1882 e residiam no Rio de Janeiro, não sendo indicada a nacionalidade. Frei Abade de São Bento residia no Rio de Janeiro, talvez em visita ao Mosteiro de São Bento em Santos, tornou-se sócio em 1884. Funcionários da Beneficência também se associaram, alguns moravam no hospital.

Atores e artistas também se tornaram sócios, ou residiam na cidade ou estavam de passagem por ela, faziam doações tornando-se benfeitores, possivelmente movidos

⁵ Estatutos da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Santos, aprovados na primeira assembléia em 21 de Agosto de 1859.

⁶ FRUTUOSO, 1989: 165.

pelas campanhas e pelas necessidades da instituição ou porque precisassem dos serviços de saúde do hospital.

Informados sobre as epidemias, brasileiros, estrangeiros e portugueses de várias cidades do país, se associaram como benfeitores e beneméritos, ajudando assim na ampliação dos tratamentos de saúde.

São comuns os registros de portugueses residentes no Rio de Janeiro, Bahia, São Paulo, Campinas, Jundiaí, Mogi-Guaçu, Amparo, Itú, e de outras cidades produtoras de café na Província de São Paulo. Em geral são negociantes, que provavelmente mantinham relações comerciais com a cidade de Santos devido aos negócios e serviços gerados pelo café. O comendador Antonio Baptista de Oliveira, por exemplo, residia em Monte Sião (Minas Gerais) e Amparo (São Paulo), associou-se em 14 de Dezembro de 1882.

Destacam-se alguns santistas de nascimento, o major António Eustachio Largo-cha, sócio honorário, casado, negociante, associado em 16 de Maio de 1882; Pedro Borges Saes, casado, leiloeiro, residente na Rua Xavier da Silveira, em 14 de Dezembro de 1882. Outros que também moram em Santos são naturais de cidades do litoral paulista, Antonio José Malheiros Junior, é de Ubatuba, litoral norte da Província de São Paulo, casado, leiloeiro, residente à Rua General Câmara. Provavelmente atraídos pela causa humanitária presente nas campanhas e por razões de saúde.

Em 1886 há diversos sócios da cidade e do interior de São Paulo e do Rio de Janeiro, que aparecem como remidos, benfeitores e beneméritos, associados na mesma data, possivelmente atraídos por mais uma das campanhas anunciadas em jornais e pelas epidemias que grassavam na década de 1880. Alguns são comendadores, casados, capitalistas, a exemplo do Conde de São Salvador de Matosinhos, português, casado, capitalista, residente no Rio de Janeiro, tornou-se benemérito, outros são brasileiros que também possuem o título de comendadores e estrangeiros, como Joaquim Fernandes Lagos, natural de Redondella (Espanha), solteiro, 27 anos, negociante, benfeitor, residente em Santos.

Quase sempre os associados brasileiros e estrangeiros são benfeitores ou beneméritos e indicam como atividade, proprietário, capitalista, negociante, militar e religioso, também entre os portugueses de outras cidades a atividade de negociante, capitalista e proprietário é comum.

Mesmo sendo de grande importância a associação de pessoas fora de Santos, são os sócios portugueses, habitantes desta cidade, trabalhando em diversas atividades, associados em várias categorias, os responsáveis pela manutenção da Instituição. Ser benemérito e benfeitor, pertencer à diretoria e ao conselho da Beneficência traz prestígio social.

5. Análise dos registros – os sócios portugueses da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Santos

5.1. Associados

Os sócios da Beneficência entravam para a instituição, na categoria ou grau de: ativos, pagando jóia e mensalidade; remidos pagando de uma só vez; benfeitores e beneméritos de acordo com as doações, contribuições em dinheiro, imóveis ou serviços para o bem da Sociedade. No caso de alguns, é possível seguir sua evolução como associados. De ativos a remidos e a benfeitores ou beneméritos, com novos diplomas, nos quais consta o número do registro e a categoria. Manoel da Rocha é natural de Colares, solteiro, idade não indicada, negociante, residente à Rua 24 de Maio, entra para a Beneficência em 15 de Abril de 1879 como ativo, anos depois aparece como benfeitor, faleceu em 11 de Agosto de 1929. Agostinho Maria da Rocha, natural de Sabrosa, solteiro, 13 anos, caixeiro, residente à Rua 24 de Maio (talvez fosse parente de Manoel da Rocha), associou-se em 27 de Fevereiro de 1880 na categoria de remido e tornou-se benfeitor em 14 de Janeiro de 1929. É possível que após tantos anos tivesse se tornado negociante, ou outra profissão que o tenha elevado ao grau de benfeitor. José Francisco Laborinha, natural de Figueira das Dornas, em 15 de Fevereiro de 1879, com 42 anos, solteiro, jardineiro, ativo, passando à categoria de benfeitor em 31 de Dezembro de 1883. Faleceu (não foi indicada a data).

Alguns jovens caixeiros entram como ativos e anos depois constam como remidos e benfeitores, indicando possivelmente uma evolução financeira que estaria ligada a atividades comerciais e de negócios, o mesmo ocorre com profissionais qualificados, pedreiros, marceneiros, carpinteiros, alfaiates, etc. Mas, ao mudarem de categoria, a atividade profissional não é indicada, não sendo possível acompanhar se também houve mudança profissional.

Os dados sobre benfeitores e beneméritos tornam possível acompanhar vários deles. Informações como, ausente em Portugal, na Europa, no Rio de Janeiro, viagem em Portugal e na Europa, mostram prováveis viagens de lazer e negócios. No caso de falecimento quase sempre é indicada a data em que ocorreu, dia, mês, ano e local (em casa, no hospital da Beneficência, uns poucos na Santa Casa, em Portugal, no Rio de Janeiro, ou em cidades do interior de São Paulo).

Em outros casos a evolução econômica e social aparece com mais clareza, quando recebem o título de “Comendador”, em geral negociantes, proprietários e capitalistas, entre eles alguns passam a fazer parte do quadro de diretores da Sociedade, cujos retratos pintados a óleo estão expostos nas áreas nobres do atual hospital da Beneficência.

Tornar-se sócio da Instituição era praticamente uma necessidade e obrigação a fim de carrear recursos à Sociedade, numa cidade consumida por doenças e epidemias que atingiam a população.

No período anteriormente pesquisado de 1862 a 1878, o número de associados é menor, a população portuguesa na cidade também é menor, assim como a população geral. Na década de 1880 cresce o número de associados, mas neste período Santos é atingida por várias epidemias que provocam muitos óbitos⁷. A população crescera devido ao desenvolvimento portuário e às atividades urbanas, centradas principalmente na exportação de café e importação de mercadorias⁸. Em 1881 fora criada a Companhia City e em 1888 a Companhia Docas entra em funcionamento atraindo trabalhadores.

Além dos negociantes e dos profissionais qualificados, que parecem, os mais bem sucedidos, há um elevado número de trabalhadores que ingressam com essa rubrica, e após alguns anos parte deles tornam-se remidos e às vezes benfeitores, provavelmente a maioria não era rica, mas remediada.

5.2. Mulheres associadas

A grande maioria dos sócios são homens solteiros, mesmo entre os casados, quase sempre o associado é o marido. Sendo o chefe da família, era o maior responsável pela manutenção da mesma, caso morresse esta ficava desamparada ou em situação precária. Embora poucas, as mulheres também se associaram, quase sempre são solteiras, algumas com mais de 50 anos de idade. D. Thereza Maria Barbosa, natural do Porto, solteira, 58 anos, costureira, residente à Rua do Rosário associou-se em 27 de Abril de 1881. As casadas em geral são benfeitoras e entram como sócias juntamente com os maridos. D. Francisca de Jesus Pinto é registrada apenas como “casada”; D. Cândida de Mattos em 1883, indicada como “senhora de Luiz José de Mattos”, um dos benfeitores.

As mulheres, no grau de ativa, remida ou benfeitora, solteiras, casadas e viúvas que trabalhavam, tinham a profissão de costureira, provavelmente trabalhando na própria residência ou em oficinas de costura. Há uma preocupação com a saúde, sobretudo as solteiras que dependiam de si mesmas para se sustentarem e como tinham uma atividade profissional podiam arcar com os pagamentos exigidos pela Instituição, mesmo que isso dependesse de fazer alguma economia.

Em 20 de Fevereiro de 1882 várias mulheres se associam como beneméritas e honorárias quase todas casadas. D. Maria Augusta de Magalhães Peixoto, casada,

⁷ PEREIRA, FRUTUOSO, 2009: 96-97.

⁸ FRUTUOSO, 2008: 142-143.

benemérita; D. Ignacia Silveira Pinto de Oliveira, honorária, casada, ambas residiam à Rua 28 de Setembro; D. Amélia Augusta do Monte Guimarães, benemérita, seu estado civil não é indicado e D. Amélia C. Barbosa Soares, casada, residia à Rua Santo António. Em seus registros não consta a naturalidade ou nacionalidade, nem profissão, como eram quase todas casadas supõem-se que fossem “do lar”. Podem ser portuguesas ou brasileiras, casadas com homens portugueses ou brasileiros.

5.3. Familiares se associam à Beneficência

No ano de 1881 há o registro de crianças associadas pelos pais, provavelmente pelas razões mais comuns: a preocupação com os surtos de epidemias e outras doenças que ceifavam vidas em qualquer idade, sobretudo as mais novas. Outras vezes, talvez porque as crianças já apresentassem problemas de saúde. Joaquim Estanislão de Barros, natural do Porto, 29 anos, negociante, benfeitor, residente à Rua 24 de Maio, casado com Maria Lima de Barros, associou-se juntamente com o filho, Joaquim Antonio de Barros, natural de Santos, dois anos de idade, benfeitor em 31 de Janeiro de 1831. Essa criança faleceu em 30 de Julho de 1881, quase oito meses depois.

A família Serpa é outro exemplo, Manoel Francisco Serpa, natural dos Açores, casado, 35 anos, negociante, residente à Rua do Rosário, n.º 68, em Santos, além de ter associado sua esposa D. Alexandrina de Jesus Serpa, 28 anos, costureira, em 18 de Novembro de 1881, também associou os filhos nascidos em Santos, Roberto Soares Serpa de três anos e o irmão Francisco Soares Serpa de quatro anos em 14 de Março de 1882 e a filha Maria de Jesus Serpa, seis anos em 4 de Dezembro de 1882. Toda a família entra para a Beneficência como sócia em diferentes datas já remida, provavelmente porque o dinheiro não estava disponível para associar a todos de uma única vez. Francisco Jacintho Mariano, 11 anos, caixeiro, natural de Santos, remido, associou-se em 17 de Maio de 1881 com o pai José Jacintho Mariano, mas em 1885 tornou-se benfeitor, tinha então 15 anos de idade. Há períodos em que a associação à Beneficência ocorre na mesma data, indicando graus de parentesco, nomes de família e endereços iguais.

Como os primeiros estatutos garantiam que os filhos menores de 14 anos recebessem assistência de saúde, é provável que a associação dos filhos ainda crianças tenha sido por razões relacionadas a campanhas, ou porque os membros da família tornando-se benfeitores pudessem em caso de doença usufruir de melhores instalações hospitalares.

5.4. Profissão e parentesco

Nos associados jovens, observa-se por vezes que eram irmãos e que exerciam a mesma atividade. As profissões são variadas. Homens bastante jovens, com idades de 17, 19, 20, 21, 22 anos, são negociantes, o que é curioso, uma vez que, para se estabelecerem seria necessário algum capital, o que podia ser fornecido por parentes ou amigos que já se encontrassem exercendo essa atividade, ou formaram algum pecúlio para depois se estabelecerem como negociantes.

Em diversos registros aparece um irmão negociante, ainda jovem e depois um ou dois irmãos caixeiros, possivelmente trabalhando para o mais velho, e daí talvez viesse uma sociedade. É comum pais e filhos exercerem a mesma profissão, o que de certa forma é natural, carpinteiros, pedreiros, marceneiros, barbeiros, alfaiates, sugerindo que trabalhavam por conta própria, estabelecidos com oficinas, ou prestando serviços a outros como autônomos, mas nem sempre isso ocorre, mesmo entre parentes há aqueles que optam por outras profissões.

5.5. Jovens associados – os caixeiros e profissionais qualificados

O período de 1879 a 1889 apresenta um número expressivo de imigrantes jovens, com idades de 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17 anos, em geral caixeiros. Em 1886 há o registro de Paulino Pereira de Sousa, natural de Lustosa, 10 anos, caixeiro. Aparecem também com outras profissões qualificadas, como marceneiro, carpinteiro, canteiro, barbeiro, alfaiate, principalmente os de 14, 15, 16 anos. Não ficando claro se eram aprendizes de algum ofício ou se possuíam o domínio da profissão. Outros com idades de 17, 18 e 19 anos são negociantes.

Um fato a considerar é que nos registros de boa parte desses imigrantes, no item filiação consta apenas “pais incógnitos” ou o nome da mãe. Levando a crer tratar-se de jovens empurrados para a imigração pela mãe, parentes ou conhecidos, o que é uma situação típica, acreditava-se que teriam melhor condição de vida e a possibilidade de fazer fortuna.

Alguns dos caixeiros, com 11, 12, 13, 14, 15, 16 anos, nascidos em Santos, são brasileiros, filhos de portugueses negociantes e de outras profissões qualificadas, cujos pais os associaram à Beneficência, trabalham com os pais ou para os pais, a exemplo de João da Silva Azevedo, natural de Santos, 14 anos, filho de Manoel da Silva Azevedo, português, negociante. Esse jovem associado em 1883, faleceu em 1901 com 32 anos de idade.

Noutros “caixeirinhos” de 11, 12 e 13 anos portugueses também é indicado o nome do pai, negociante, associado, apontando para um pequeno estabelecimento onde trabalhava a família. Mas na maioria das vezes as crianças “caixeiras” trabalham para outros. Há ainda os pequenos “trabalhadores”, são muito jovens, trabalhando possivelmente por jornada. Vicente d’ Almeida, 13 anos, natural de Famalicão, trabalhador, nada consta no item filiação, associou-se em 1883 e faleceu em 11/6/1927, no hospital da Beneficência, com 57 anos.

5.6. Associados eliminados e desligados da Instituição

O fato de se tornar sócio não significava que permanecesse como tal, caso não cumprisse o determinado pelos estatutos. São eliminados por várias razões. Em 1881, uma reunião de diretoria realizada em 28 de Agosto daquele ano ajustou pendências, eliminando sócios de anos anteriores. Nem sempre as razões dos desligamentos ficam claras, mas ocorrem por falecimento, por ausência e falta de pagamento. Em seus estatutos, a Beneficência exigia que fossem pessoas de bom comportamento e bons costumes. A mudança para outra cidade ou o retorno ao país de origem podem concorrer para o desligamento, o que facilmente é observado em alguns registros, que trazem a informação “mudou-se para o Rio de Janeiro”, “retirou-se para Portugal”, “ausente em Portugal”.

Nos registros em que aparece a rubrica “sem efeito” ou cancelados, o associado é desligado por não pagar jória, obrigação para ingressar na Instituição, em geral eram trabalhadores de diferentes idades e até mesmo aqueles com qualificação profissional são cancelados por falta de pagamento.

Há adolescentes de 13, 14, 15 anos, caixeiros, nessa situação, associados à Beneficência, desligados por não pagarem jória, aparecem tempos depois com um novo registro, foram readmitidos porque justificaram que na época da eliminação não podiam pagar, os motivos não são apontados, mas podem ter ocorrido por desemprego ou baixa remuneração, o que tornava difícil para alguém tão jovem arcar com essa responsabilidade.

5.7. Falecimento de associados

O falecimento é um dado que chama a atenção, por tratar-se principalmente de indivíduos jovens, adolescentes e crianças. Em alguns casos é indicada a data do falecimento, em outros apenas a palavra “faleceu”, às vezes já no século XX.

De 1879 a 1881, ocorre o desligamento por morte de diversos associados, quase sempre jovens, ou relativamente jovens, antes dos 30 anos. Francisco Ruívo, natural de Parafitas, solteiro, 16 anos, caixeiro, foi eliminado em 28 de Agosto de 1881 por falecimento.

As más condições de saúde, trabalho, moradia, insalubridade da cidade de Santos nessa época, podem ser apontadas como as principais causas de óbito.

Um fato curioso, indivíduos se associavam e faleciam um ou dois anos depois ou apenas em alguns meses, semanas ou dias. Leandro Dias, natural de Miranda do Corvo, solteiro, 24 anos, trabalhador, residente à Rua Amador Bueno, entrou como sócio em 25 de Setembro de 1879 e faleceu no hospital da Beneficência em 12 de Agosto de 1880, portanto, alguns meses após associar-se. Joaquim Mendes de Carvalho, natural de Vila Nova de Famalicão, solteiro, 18 anos, caixeiro, residente à Rua 24 de Maio, sócio em 18 de Novembro de 1879, faleceu também no hospital da Beneficência em 6 de Junho de 1880.

A mortalidade especialmente entre os caixeiros de 13, 14, 15, 16 anos é alta. Mas, o que mais chama a atenção, é o registro ser posterior ao falecimento, dando a impressão de que eram internados já doentes e a família ou amigos os associavam após a morte, pagando jóia e assim cobrindo os custos da internação. Leonardo Francisco, natural de Miranda do Corvo, solteiro, 22 anos, trabalhador, faleceu em 31 de Março de 1879 e sua matrícula como associado em 7 de Abril de 1879. É uma questão de dias entre o falecimento no hospital da Beneficência e a associação à Instituição.

5.8. Associados – endereços e ocupação dos espaços urbanos

Observa-se a presença dos portugueses em praticamente todos os lugares de Santos. São indicados nomes de ruas, praças e largos, ou apenas o nome da cidade.

Jovens de uma mesma localidade de origem, com a mesma profissão, residiam na mesma rua, às vezes no mesmo número, sugerindo uma residência que abrigava vários parentes (verificado pelos nomes de família) e amigos, ou em cortiços e pensões, dado o número de pessoas que indicaram um mesmo número em determinadas ruas. Em geral associavam-se nas mesmas datas movidos pelas necessidades de tratamento caso adoecessem ou pelas inúmeras campanhas da Beneficência, concluindo portugueses com efeitos positivos no seio da comunidade lusa. Embora as condições de moradia nem sempre fossem adequadas, mantinham a proximidade da colônia lusa e favorecia a manutenção de suas tradições. As associações portuguesas de Santos na segunda metade do século XIX e na primeira metade do século XX encontravam-se nesses espaços.

Outras localidades do município são indicadas, a exemplo de Cubatão, na época um pequeno povoado cercado por área agrícola, por vezes o local da residência é citado como “raiz da serra”, provavelmente alguma propriedade rural no sopé da Serra do Mar na região de Cubatão ou da Piassaguera. Ou ainda as regiões mais afastadas do centro da cidade que já davam mostras da futura ocupação da periferia da cidade, em direção às praias (Barra e Ponta da Praia).

A vizinha cidade de São Vicente (primeira vila colonial do Brasil) situada juntamente com Santos na Ilha de São Vicente quase não é indicada. Há poucos associados dessa cidade, população menor, centrada no perímetro do antigo núcleo colonial, mas já expandido e cercado de chácaras, pequenas propriedades que possuíam hortas e pomares, ou apenas casas com grandes quintais, jardins e algumas árvores frutíferas, criações domésticas, alojada numa região salubre, com uma topografia mais elevada do que Santos, onde as águas das chuvas torrenciais e os efeitos das marés altas pouco afetavam. Riachos, canais naturais, várzeas e manguezais estavam preservados, impedindo assim que a cidade ficasse alagada como Santos.

Nesses espaços fixaram-se os portugueses de diversas origens, ruas, largos, praças, próximos ao porto ou mais afastados dele, marcando assim seus lugares de residência e de trabalho.

Considerações finais

Os registros dos sócios da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Santos, entre 1789 e 1889, possibilitam um panorama sobre a imigração lusa na cidade, mostram um perfil desses imigrantes, jovens, solteiros em sua maioria, oriundos de diversas regiões de Portugal continental e insular, fugindo de crises econômicas e ao serviço militar. Fixaram-se em Santos, terra insalubre, em expansão graças ao seu porto e aos negócios gerados pelo café.

Sendo a principal corrente imigratória na cidade, ocupou os espaços urbanos e neles teceu relações sociais de vivência, convivência e de trabalho através de diversas atividades profissionais; o papel que tiveram os associados residentes em Santos e em outras cidades e regiões do país, o crescimento do número de crianças, adolescentes, jovens, mulheres e famílias, em busca de apoio à saúde. O desligamento e cancelamento de matrículas de associados, a mortalidade de jovens, apontam para o problema de doenças, de trabalho e moradia, numa cidade atacada por epidemias que levaram a inúmeros óbitos na população santista na década de 1880, atingindo também os portugueses. Além das questões relacionadas à saúde, ser sócio da Beneficência trazia prestígio social, especialmente aos benfeitores, beneméritos, diretores e conselheiros da Instituição. A história da Beneficência é parte da história da imigração lusa

na região. Das páginas do Livro de Registro desfilam vidas vividas com esperanças e tristezas, com sucessos e infortúnios. Assim é a face da imigração. Foram esses dados que nos permitiram compor parte dessa história no período proposto.

Fontes e bibliografia

Fontes

Livro I do registro de sócios da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Santos.
Estatutos da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Santos – aprovados na primeira assembléia em 21 de Agosto de 1859.

Bibliografia

- FRUTUOSO, Maria Suzel Gil, 1989 – *Emigração Portuguesa e sua influência no Brasil: o caso de Santos 1850-1950*. São Paulo: USP.
- FRUTUOSO, Maria Suzel Gil, 1995 – “O café e a imigração em Santos”, in PEREIRA, Maria Aparecida Franco (coord.) – *Santos Café e História*. Santos: Ed. Leopoldinum.
- FRUTUOSO, Maria Suzel Gil, 2008 – “A presença portuguesa no comércio em Santos”, in MATOS, Maria Izilda; SOUSA, Fernando de; HECKER, Alexandre (coords.) – *Deslocamentos & Histórias: os Portugueses*. Bauru/SP: Edusc.
- PEREIRA, Maria Aparecida Franco; FRUTUOSO, Maria Suzel Gil, 2007 – “Fontes para o estudo da presença portuguesa em Santos”, in SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia de Lima; PEREIRA, Conceição Meireles (coords.) – *A Emigração Portuguesa para o Brasil*. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento.
- PEREIRA, Maria Aparecida Franco; FRUTUOSO, Maria Suzel Gil, 2009 – “Os trabalhadores portugueses na cidade portuária de Santos, no final do século XIX”, in SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia de Lima; MATOS, Maria Izilda (coords.) – *Nas Duas Margens. Os portugueses no Brasil*. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento.
- PEREIRA, Maria Aparecida Franco; FRUTUOSO, Maria Suzel Gil, 2010 – “Portugueses na vida econômica da cidade, em Santos, na segunda metade do século XIX”, in SOUSA, Fernando de; SARGES, Maria de Nazaré; MATOS, Maria Izilda; JUNIOR, Antonio Otaviano Vieira; CANCELA, Cristina Donza (coords.) – *Entre Mares. O Brasil dos portugueses*. Belém/PA: Ed.Paka-Tatu.

ENFRENTAMENTOS E LUTAS PELA VIDA: PORTUGUESES EM SANTOS NO FINAL DO SÉCULO XIX (1880-1900)

Maria Aparecida Franco Pereira

Introdução

Cidade *maledeta*, assim era conhecida Santos na época das epidemias no final do século XIX. Outras cidades sofreram o mesmo flagelo, mas Rio de Janeiro e Santos, devido ao intenso trânsito dos navios vindos da Europa e às condições de insalubridade, clima tropical favorável à proliferação da febre amarela (e outras doenças como varíola, tifo, impaludismo e tuberculose) chamavam mais a atenção. As condições higiênicas eram péssimas, ocasionadas por falta de água, de sistemas de esgoto e agravada por hábitos de desasseio de seus habitantes e pelo aumento populacional advindo da circulação de nacionais e de imigração estrangeira.

Localizada numa ilha colonizada no início do século XVI, seu grande desenvolvimento econômico vai se realizar a partir da primeira metade do século XIX, no ciclo paulista da cana de açúcar, e tomar impulso quando a exportação do café supera a do açúcar (1850). A marcha do café desenvolveu-se no interior paulista, trazendo um período áureo de riqueza para São Paulo e para o Brasil.

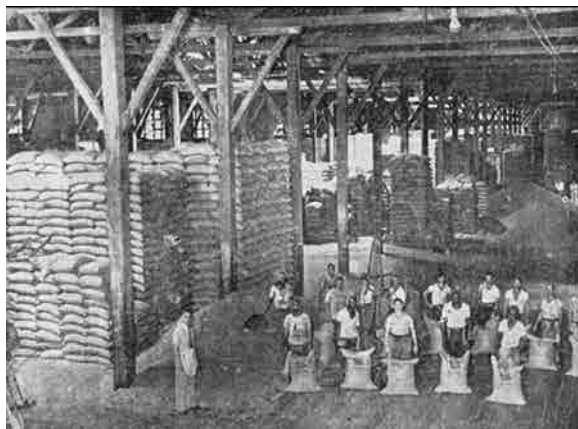
Santos, o porto escoador do café paulista, desenvolveu-se rapidamente, a partir, sobretudo, da inauguração da ferrovia inglesa São Paulo Railway, ligando o porto a Jundiaí, em 1867. Em 1870, funda-se a Associação Comercial de Santos, que vai reunir o alto comércio exportador (comissários de café, na sua maioria comerciantes nacionais; exportadores e as instituições de apoio, como os bancos, estrangeiros de varias nacionalidades) e comércio importador com muitos negociantes portugueses bem sucedidos. Ainda completando esse panorama, há os “zangões” ou corretores de café que intermeiam os comissários e os exportadores, e os agentes das grandes empresas de navegação. Os trabalhadores caixeiros também vão se organizar em 1879, fundando a Sociedade Humanitária dos Empregados do Comércio de Santos.

A cidade, “no final do período colonial era apenas uma pequena língua de terra na área onde hoje se situa o centro da cidade”¹. Resumia-se em uma extensão que ficou entre morros e o estuário, a orla marítima, então chamada de praia, junto a um grande canal, um lagamar entre a ilha e o continente, formando o porto onde se localizavam as precárias pontes de madeira para a carga e descarga dos navios nos trapiches, armazéns, depósitos. “A cidade chegava ao navio, sem delimitar territórios, em simbiose”². Nessa faixa de terra estavam as casas comerciais, convivendo com as residências, muitas vezes no mesmo conjunto.

Frequentemente a região viveu alagada com as chuvas que transbordavam dos vários riachos, que vindos da região dos morros, escorriam para o mar. Por outro lado, as águas do mar ultrapassavam os pontões de desembarque e invadiam as terras, retornando com dejetos, lançados pela população.

Mas a riqueza do café iria, sobretudo no período de 1870 a 1910, impulsionar transformações importantes na modernização de Santos: construção do cais de pedra a partir de 1890, serviço de transporte, de esgoto, de águas e de iluminação. A cidade fervilhava com um movimento incessante de pessoas, carroças transportando o café da ferrovia para os armazéns das comissárias que se localizavam na rua Santo Antônio e adjacências, para ser despejado, selecionado, formando a “liga” de cafês do mesmo tipo e depois de reensacado ser levado para o porto ou para os armazéns dos exportadores.

Figura n.º 1
Trabalhadores nos armazéns – reensaque de café



¹ NUNES, 2000: 29.

² NUNES, 2000: 29.

Figura n.º 2
Santos: movimento intenso de trabalhadores no século XIX



“Acordei-me quase em sobressalto, despertado por um movimento na rua, para mim bem estranho: um barulho infernal de carroças, apitos de paquetes a vapor, de rebocadores e, na venda, uma vozeria, um movimento de pessoas que entravam e saíam, de copos que se esbarravam; de palavrões e de queda do dinheiro em cobre que a cada momento era jogado na gaveta do balcão. Esse movimento contínuo, desde o romper até o por do sol, não era mais do que a vida do café na sua ordem de embarque. Toda essa vozeria era feita por carregadores que matavam o bicho; estivadores que ajustavam contas com o pessoal, e carroceiros que vendiam, á socapa, o precioso grão, batido das saccas que iam para bordo”³.

Figura n.º 3
Estrada de Ferro Inglesa com pequeno movimento de carroças.
Final do século XIX (Santos)



³ VICTORINO, 1904: 11-12.

Com a inauguração da Estrada de Ferro, o movimento das carroças aumenta desmedidamente, assim como o número de cocheiras no centro comercial.

Essa cidade efervescente, porém ainda com características de vila colonial, iria passar por modernização, com a construção do cais de pedra a partir de 1889 e com transformações no seu traçado urbano (abertura de ruas, canalização de córregos), mas principalmente com o equipamento de higienização (campanhas sanitárias), fornecimento de luz (primeiro a querosene) e de água; introdução de meios de transporte (bondes e carroças puxados a mular). Em 1892, o governo provincial cria a Comissão de Saneamento e em 1893 é instalada a Comissão Sanitária, com poder de polícia no combate às epidemias e na inspeção dos cortiços, cocheiras e lavanderias.

Figura n.º 4

Convivência de vários tipos de trabalhadores: portugueses, nacionais, negros, crianças



Esse quadro de intenso movimento portuário é mesclado com a chegada de ondas de imigrantes, buscando inúmeras possibilidades de trabalho, proporcionadas pela economia cafeeira. O maior grupo foi dos lusitanos, secundados pelos espanhóis e italianos. Estatísticas para o Brasil⁴ dão a entrada maciça de lusos no Brasil: em 1893, 28 986; 1895, 36 055 e em 1899, 10 989.

1. Os portugueses e a agitação política em Santos

Acontecimentos políticos nesse período (1880-1900) também agitam a cidade: os movimentos de propaganda abolicionista que culminam com a abolição da escravidão em Maio de 1888; e a mudança de regime governamental em Novembro de 1889.

⁴ SILVA, 2007: 10-11.

Santos destacava-se por ser uma cidade abolicionista. O número de proprietários de escravos não chegava a 100. Além dos debates nos teatros e da propaganda nos jornais, a cidade era refúgio de escravos, em quilombos, como o de Pai Felipe e o do Jabaquara, este com grande contingente de cativos, trazidos das fazendas do interior paulista pelos “caifazes”. Esses escravos e os já libertos conviviam com os imigrantes, inclusive nos empregos mais braçais.

Figura n.º 5
Quilombo do Jabaquara, em Santos



Na década de 1880, o bairro do Jabaquara abrigava o quilombo e muitos que moravam nele trabalhavam como carroceiros, ensacadores: escravos, libertos e imigrantes⁵. Em Santos, os escravos exerciam tarefas domésticas ou atividades ligadas ao comércio, carregando café, nos armazéns dos comissários, ou nos navios, na estiva.

Importante exemplo de trabalhador português em relação com os escravos foi José Theodoro dos Santos Pereira, o Santos Garrafão, considerado “abolicionista de lucro” que havia sido cômico, carroceiro, lojista, taberneiro e que se tornou financeiramente bem realizado por ser intermediário entre os escravos, suprindo as necessidades alimentares do quilombo.

Já desde a década de 1870 havia em Santos numerosos escravos, alugados pelos seus proprietários fazendeiros do interior e em atividades várias com mais autonomia, que eram obrigados a dar parte considerável do seu ganho a seus donos. Com a outra parte puderam comprar a sua carta de alforria.

Vivia, por exemplo, na cidade, em 1887, Escolástica Maria da Conceição, 21 anos, solteira, natural de Jundiáí, ocupada como alugada, “servindo havia quatro dias o Sr. Francisco, casado com D. Mariquinha”⁶.

⁵ SANTOS, 1937: 30.

⁶ ROSEMBERG, 2006: 138.

Os jornais de Santos, no final do século, anunciam outro sistema, o dos alugados para serviços principalmente domésticos. Recebiam comida e abrigo para dormir, porém o locatário pagava o seu aluguel direto ao proprietário do escravo.

Lusitanos tiveram que enfrentar greves nas atividades ligadas ao porto. Wilson Toledo Munhós, em sua dissertação de Mestrado, em 1992, fornece-nos ricas informações aqui lembradas.

Os carregadores e estivadores de navios tinham que pagar à Câmara Municipal pelo imposto de uma chapa (licença para trabalhar) que deveriam levar no peito e que, em 1878, era de 1 000 réis. A primeira paralisação de que se tem notícia é a de 7 de Setembro de 1878⁷. Em 4 de Novembro de 1882 houve greve geral dos carroceiros e carregadores de café por causa do imposto municipal de vinte mil réis que lhes cabia.

A cidade ficou perturbada com a paralisação, pois os navios não puderam sair; com ajuntamentos de carroceiros, passeatas, o povo circulando nas ruas do Centro, num clima de muita algazarra. Foram presos Júlio Duarte e Francisco Fortunato Rabelho, ativistas da “desordem”.

Segundo notícia do jornal *Correio Paulistano*, o Código de Posturas da Prefeitura com essas exigências de licença “dificultava o trabalho e animava a ociosidade [...]”.

Em Dezembro de 1889, os trabalhadores de café exigiam que o preço de carregamento desse produto fosse elevado de 80 para 100 réis; em Maio de 1891, em outra paralisação, de 100 para 160 réis.

A greve de Dezembro de 1889, portanto já depois da abolição da escravatura, é novamente dos carregadores e transportadores de café. Quatrocentos operários iam começar o serviço sem chapa (a licença). Pelas manifestações grevistas os trabalhadores tinham que enfrentar as represálias dos policiais.

Outros problemas que aos lusos se apresentavam dizem respeito à questão política e ao modo como eles eram vistos no país.

Depois da Independência do Brasil (1822), o espírito nacionalista se fazia presente acompanhado de lusofobia entre um grupo de intelectuais e jornais.

Um certo antilusitanismo aconteceu em certos setores. Nos primeiros anos de República, os jacobinos (nacionalistas exacerbados) estavam presentes na consolidação do regime.

O jornal *O jacobino*, criado no Rio de Janeiro (1893-1897), que reunia esses nacionalistas, responsabilizava os portugueses, tanto os pobres, como os remediados e ricos, pelas mazelas econômicas do Brasil. Esse jornal (e outros) circulavam não só no interior fluminense, mas também em outros Estados.

⁷ VITORINO, 1904: 49-50.

Os radicais brasileiros (jacobinos) aproveitavam as datas comemorativas da Independência para apupar os lusos. Em Santos, Jayme Franco faz alguma referência.

O movimento antilusitano partiu também do povo das populações pobres. O jornal *O Lusitano* no seu número 27, de 30 de Dezembro de 1894, lutava contra uma série de atividades que eram monopólio de gente lusa, através de associações variadas: de retalhistas, dos carros urbanos, de lenha e carvão, de carruagem e marchante [...] todos considerados exploradores”.

Uma notícia publicada em jornal da época mostra que aversão ao português era notória, identificação no sentimento de que o “p” era a mais infeliz letra do alfabeto. “Com p se escreve piolho, percevejo, pulga, praga, peste, porco, parvo, penhora, prostituição, perigo, pústula e... português, que letra ruim!” Havia também a contrapartida contra o lado brasileiro.

Gladys Sabina Ribeiro relata-nos que, na noite de 17 de Abril de 1895, um jornalista no Rio de Janeiro dava nota de uma contenda entre um galegão de bigodes estrumados e aspecto bestial, descompondo em altas vozes e insolentemente a um pequeno caixeiro brasileiro, nos seguintes termos: “tua raça, que se não fossemos nós portugueses, vocês morriam a fome, seus vagabundos; estais em casa de um português, cabrito de m... e outras tantas coisas que a decência manda calar!”⁸.

O movimento jacobinista vai, progressivamente, perdendo a sua influência, a partir de 1897, após o atentado ao presidente Prudente de Moraes. Então é visto como algo condenável, nomeadamente ao longo do processo.

Um outro acontecimento vai atingir indiretamente os lusos. Após a Proclamação da República brasileira (Novembro de 1889), no governo de Floriano Peixoto, a cidade foi palco da passagem de revoltosos contra o regime discricionário do presidente. Esse episódio ficou conhecido como Revolta da Armada. Em Santos, os revoltosos chegam em 1893. Organizam-se trincheiras na barra e os canhões das duas fortalezas da Ponta da Praia cruzaram fogo contra a entrada dos revoltosos, pois estes eram a favor do Marechal Deodoro. Surpreendentemente, depois de alguns confrontos, a Armada saiu de Santos em 20 de Setembro de 1893. Em 11 de Maio do ano seguinte capitularam no Rio de Janeiro, então capital da República.

Nesse período, os lusos foram afetados diplomaticamente, pois Floriano Peixoto cortou relações com Portugal em Março de 1894, porque o navio português Mendel dera abrigo aos revoltosos.

Sem representação diplomática, a colônia portuguesa em Santos sentia-se inquieta ante a possibilidade de incidentes com os florianistas exaltados⁹. No governo civil de Prudente de Moraes, 16 de Março de 1895, as relações foram reatadas.

⁸ SILVA, 2000: 31.

⁹ FRANCO, 1995: 190.

Quando perdia o seu espaço na vida política brasileira, assim a colônia portuguesa, com disponibilidade econômica, passava a organizar-se em instituições para auxílio dos conterrâneos e preservação dos vínculos culturais.

Firmava-se nesse ano, na cidade de Santos, o Real Centro Português em favor da comunidade lusitana, fazendo par com a Sociedade Portuguesa de Beneficência, fundada em Agosto de 1859, por negociantes portugueses.

Questões de conflito também foram enfrentadas de modo acirrado entre os lusos, divididos entre facções monarquistas e republicanas a respeito da sua pátria, porém, desenvolvidas dentro das assembléias da Sociedade Portuguesa de Beneficência.

Figura n.º 6
Consulado de Portugal em Santos (1904)



Em Santos, esses antagonismos entre lusos e locais merecem ainda estudos mais apurados. Entretanto, fotos (figuras n.º 2, 3 e 4) indicam alguma convivência.

O escritor santista Ruy de Ribeiro Couto (1898-1961) que se tornou um diplomata brasileiro importante, membro da Academia Brasileira de Letras, é filho de mãe nascida na Ilha da Madeira. Jovem, ele trabalhou como caixeiro em firma de café em Santos, frequentou a Academia de Comércio da cidade e dirigiu-se para a Faculdade de Direito de São Paulo, terminando o curso no Rio de Janeiro. Paralelamente, fez a carreira de jornalista e tornou-se um grande literato brasileiro. Tem um ensaio, publicado em 1961, intitulado *Sentimento lusitano*, onde está marcada uma simpatia grande pelos portugueses.

Entretanto, os enfrentamentos dos portugueses em terra brasileira devem ser pensados pelo tipo de imigrantes que aqui chegara.

Joaquim da Costa Leite distingue três grupos principais, catalogados sobre três categorias de imigração: como carreira, como forma de obtenção de um rendimento

complementar e como resposta a uma situação de crise. O primeiro, geralmente originário do Noroeste do Minho, é “um grupo constituído por jovens do sexo masculino, alfabetizados, que partem razoavelmente bem providos de roupas apoiados por contatos estabelecidos previamente por familiares ou amigos. Para esses imigrantes, que começavam cedo e com alguma preparação de poio, a decisão de partir seria tomada em família, como parte de uma escolha profissional. Emigrar era, nesse sentido, uma decisão de carreira”¹⁰.

A economia brasileira abria possibilidades de se estabelecerem por conta própria, como por exemplo caixeiros ou guarda-livros.

O segundo grupo, também em parte oriundo do Noroeste, era formado por artesãos que partiam para o Brasil para exercer a profissão em que tinham experiência. Vinham em época de grande desenvolvimento econômico (final do século XIX) quando os salários eram mais elevados que os da terra lusa e, depois regressavam à pátria.

O terceiro grupo englobava imigrantes que chegavam em famílias, em época de crise no seu país¹¹.

Entretanto, as pesquisas indicam que há aqueles que vêm ganhar a vida sozinhos – adultos ou muito jovens – sem instrução, muitas vezes sem possibilidades. Observe-se, nas tabelas de 1893, o grande número de jornaleiros e trabalhadores. Encaminhavam-se para serviços que exigiam mais forças ou menos habilidades (carregadores de carga ou mercadorias, limpeza etc.). Muitos não tinham condições humanas de vida, dormindo no chão do local do emprego, recebendo salários muito baixos.

A historiografia dá inúmeros exemplos dos que superaram suas agruras iniciais e conseguiram estabelecer-se por conta própria, transformando-se em proprietários de pequenos negócios.

Assim, ocorreram muitos outros enfrentamentos na sua vida cotidiana, na sua luta por melhores condições de vida.

Destacamos, neste texto, epidemias em alguns anos das últimas décadas do século XIX.

2. Os portugueses em Santos e as epidemias

O maior desafio que os portugueses encontraram foi, sem dúvida, a existência da febre amarela, secundada por outras doenças como a varíola, a peste bubônica, a malária. A tuberculose, endêmica, será a companheira persistente das várias epidemias.

As epidemias eram, realmente, o grande flagelo da população. O memorialista Carlos Vitorino observa, após a epidemia de 1888: “[...] era muito raro encontrar-se

¹⁰ LEITE, 2000: 193-195.

¹¹ LEITE, 2000: 194.

com uma pessoa que não tivesse ao menos uma leve tira de crepe no chapéu, como um vínculo que denunciava a passagem de epidemia pelo seu lar¹².

A febre amarela é identificada no Rio de Janeiro, em fins de 1849. Chegou a Santos, segundo Betralda Lopes, em 1850¹³. É doença transmissível, não contagiosa. O mosquito pica o doente infestado e leva a doença a outras pessoas, por meio de sangue infectado.

A primeira grande epidemia de febre amarela eclodiu em Janeiro de 1873, trazida de navios. Atinge o auge em Abril até se extinguir em Julho¹⁴. A varíola, por exemplo, em 1874 (Março a Dezembro) ocasionou 150 mortes (do total geral de 581 óbitos, nesse ano). Em 1875 continuou matando.

Outro grande surto de febre amarela dá-se em 1878 (Campinas, uma das “capitais” do café, já sofrera em 1876). Nas duas últimas décadas do século XIX, a situação dos óbitos de Santos é a seguinte:

Quadro n.º 1
Óbitos da cidade de Santos (1880-1900)

Óbitos da cidade de Santos – década de 1880										
	1880	1881	1882	1883	1884	1885	1886	1887	1888	1889
Febre amarela	34	6	3	7	-	1	9	-	-	330
Febre tifóide	-	-	-	-	11	14	-	13	15	-
Tuberculose	64	52	52	76	-	55	53	69	67	68
Varíola	-	-	-	-	-	-	10	84	220	-
Outros óbitos	394	326	373	275	532	352	482	621	164	1 114
Total de óbitos	462	384	428	358	543	422	554	787	466	1 712

Óbitos da cidade de Santos – década de 1890											
	1890	1891	1892	1893	1894	1895	1896	1897	1898	1899	1900
Febre amarela	35	977	1 742	1 642	360	1 085	435	-	362	6	260
Febre tifóide	70	34	19	33	-	09	-	18	17	14	22
Tuberculose	-	102	130	135	173	148	161	154	176	172	165
Varíola	3	-	823	-	39	6	11	-	-	22	1
Outros óbitos	788	1 360	1 459	1 754	868	1 326	1 173	1 159	1 071	1 146	921
Total de óbitos	896	2 473	4 173	3 564	1 440	2 574	1 780	1 331	1 625	1 366	1 369

Fonte: ÁLVARO, 1919.

¹² VITORINO, 1904: 79.

¹³ LOPES, 1974: 27.

¹⁴ LOPES, 1974: 25.

As maiores vítimas das epidemias foram os estrangeiros, muito deles embarcados de várias nacionalidades. Além do Hospital Isolamento, à entrada da cidade de quem vem da capital, os internamentos eram feitos em menor escala nos hospitais da Sociedade Portuguesa de Beneficência e no da Santa Casa de Misericórdia. No Isolamento do Saboó, quase não se notam brasileiros, acredita-se que mais imunizados pelo clima a que estavam acostumados a viver.

Essas crises epidêmicas desarticulavam a vida econômica da cidade e dos lusos, que desde o princípio do século XIX eram ricos comerciantes. Esse estado atrapalhava o comércio. Betralda Lopes, entretanto, observa que as crises ocorridas na produção e comercialização do café é “que são responsáveis pelas quebras de movimento portuário e não a febre amarela, que foi apenas mais um dado a afetar a economia de café”¹⁵. Mas, sem dúvida, não podemos deixar de ressaltar que as epidemias de febre amarela foram grande obstáculo encontrado pelos lusos em terras brasileiras.

Figura n.º 7
Comércio em Santos (final do século XIX)



A partir das últimas décadas de noventa, entre tantas incertezas, a onda imigratória foi aumentando, pois a cidade portuária apresentava imensas oportunidades de trabalho, embora instável e informais, com promessas de melhoria de vida. Os salários eram muitas vezes compensadores com relação ao que recebiam em Portugal.

O cocheiro Bernardino Paes “foi para São Paulo ganhar mais dinheiro e agora pediu escrevendo para a mulher se juntar a ele”, Angelina Natividade Paes, natural de Extremos, empregada doméstica com quem casara em 5 de Maio de 1892. Este, em carta (sem data, possivelmente de Maio de 1895, pelos carimbos do correio), expedida da cidade de São Paulo, diz: “Gostaria que tentasses em vir para o Brasil, porque aqui são muito boas terras, desde o momento que tu tenhas cá o teu marido,

¹⁵ LOPES, 1974: 130.

eu te daria os meios porque tu deverias vir [...] pois todos os 15 dias há emigração e tu podias vir por ella sem gastares”¹⁶.

Na época das maiores crises epidêmicas, entretanto, o sofrimento era terrível: os que podiam se ausentavam temporariamente da cidade. Saíam de Santos e iam para São Paulo ou outras localidades.

A vizinha cidade de São Vicente (primeira vila do Brasil, fundada por Martim Afonso de Sousa) era local procurado, com melhores condições higiênicas, ar fresco e pacata do ponto de vista comercial.

Relatórios de professores públicos, do fim do século XIX, falam de “alunos temporários”, oriundos de Santos:

“[...] ‘esses alunos temporários’, em geral, não entravam na quantificação de matriculados e frequentes, elaborados pelos professores, apenas eram citados nos relatórios por terem frequentado as aulas durante alguns meses e depois voltado com suas famílias para os locais de origem”¹⁷.

Na lista de alunos temporários elaborada pelo professor Antonio Agostinho de Sant’Anna, em 1876, há estudantes da família Porchat de Assis que se tornariam importantes em Santos na primeira metade do século XX, principalmente na área da educação.

Em 1892, em pavorosa epidemia, morrem mais de 2 500 pessoas. São montadas mais enfermarias, no Mosteiro de S. Bento e no Convento do Carmo¹⁸.

No ano de 1893, a epidemia de febre amarela continuava apesar de medidas preventivas, como a Comissão Estadual de Desinfecção. Nesse ano, inaugura-se o cemitério no bairro do Saboó, construído na Chácara da Filosofia do pensador santista Azevedo Marques¹⁹. Morrem mais de 1 642 pessoas, das quais 139 na Beneficência e, em outras enfermarias, 803.

Santos sofreu muitas epidemias, mas havia períodos de interregno. As de febre amarela, que são as mais constantes e mais devastadoras, são colocadas em 1853; 1857-1861; 1869-1870; 1873; 1876; 1878-1880. As maiores, nas duas décadas do século XIX, localizam-se no período entre 1889 e 1900.

¹⁶ Documentos constantes no processo n.º 1 800, da caixa 48, NT 2213, Setembro de 1895, Arquivo da Torre do Tombo, Lisboa.

¹⁷ SILVA JÚNIOR, 2009: 45.

¹⁸ FRANCO, 1995: 184.

¹⁹ FRANCO, 1995: 185-186. É necessário fazer levantamentos na Santa Casa e no Hospital da Sociedade de Beneficência Portuguesa.

No Hospital do Isolamento da Filosofia (ou Saboó), em 1893, dos 1 586 doentes que entraram, 305 eram portugueses, dos quais 156 saíram curados e 149 faleceram. A idade dos internados indica que a maioria eram pessoas em idade produtiva:

0 - 10	=	4
11 - 20	=	61
21 - 30	=	148
31 - 40	=	49
41 - 50	=	28
51 - 70	=	7
Não especificado	=	8

As profissões dos internados eram variadas:

Jornaleiros	105	Fundidor	1
Trabalhadores	19	Serralheiro	1
Doméstica	1	Carpinteiro	2
Marítimos (estrangeiros)	6	Canastreiro	1
Cais (lança)	3	Cavoqueiro	1
Telegrafista	1	Peixeiro	4
Negociante	1	Pintor	1
Caixeiro	1	Lavador	1
Carroceiro/cocheiro	12	Copeira	4
Carregador	1	Criada	4
Condutor de bonde	2	Cozinha	3
Maquinista	1	Engomadeira	1
Carvoeiro	1	Padeiro	1
Ferreiro	1	Servente de hospital	2
Funileiro	2	Alfaiate	2

A existência de apenas um caixeiro e um negociante leva-nos a acreditar que as pessoas de melhor condição econômica ou social eram internadas no Hospital da Sociedade de Beneficência Portuguesa.

Em 1893, os portugueses, internados no Hospital de Isolamento do Saboó, moravam em zonas de risco, ou seja, em cortiços com condições de insalubridade, porém, próximo aos locais de trabalho: porto, armazém e casas comerciais de café, ferrovia (residências do centro urbano). São ruas ainda estreitas e mal-alinhadas.

Muitos residiam nas ruas do Rosário (43), São Leopoldo (18), São Bento (5), da Penha (6) e Marquês de Herval (4), perto de ferrovia. Senador Feijó (12), General Câmara, (10), Amador Bueno (8), Brás Cubas (10), Martim Afonso (5), São Francisco (9), Praça dos Andradas (2), Itororó (2) estão, entre outras, no centro urbano e próximas ao cais que, desde 1891, já tinha um trecho inaugurado.

Por exemplo: “Manoel Vaz, 55 anos, casado, português, analfabeto, residente na Rua do Rosário, e João da Cunha, 50 anos, casado, trabalhador, português e morador em São Vicente”²⁰ (este na cidade vizinha). Em 1888, o armazém de secos e molhados denominado Aliança Comercial Luzatana, pertencente ao português Manoel José Fernandes de Vasconcellos, localizava-se na Rua da Constituição, 87, esquina com a Rua General Câmara²¹. Manoel José Fernandes era casado, tinha 28 anos e sabia ler e escrever. Em 1886, Lino José de Mattos, cidadão português, proprietário e morador da Rua Amador Bueno; Manoel Dias de Castro, português, casado, negociante e morador à Rua General Câmara, 39. Emília de Jesus, portuguesa, reside à Rua Comendador Martins, n.º 25 (Vila Mathias), é uma mulher de “pé” calçado (“quando se zanga, depois de ter entornado uns tostões de cachaça, ninguém tem mais sossego no cortiço”)²².

Já se observam moradores em regiões fora do centro urbano, assinalando que a cidade já está indo em direção à praia: Caminho da Barra, rua Sete de Setembro (cais) e Vila Nova; Conselheiro Nébias, Vila Macuco (outeirinhos), Vila Mathias, Morro do Fontana, Jabaquara, Ana Costa. Alguns moram em São Vicente. Os doentes lusos indicados como marítimos são residentes em Portugal.

Portugueses e outros trabalhadores pobres (nacionais, libertos; espanhóis e italianos) residiam em cortiços, que eram casas construídas às pressas em quintais ou terrenos ou pátios de prédios, geralmente nas zonas centrais. Cubículos, feitos de tábuas de caixotes e folhas de zinco, com pouca água, sem ventilação, úmidos, colados uns aos outros. Havia grandes proprietários de cortiços que tinham nos aluguéis uma considerável fonte de renda.

Santos era conhecida como a “cidade das carroças”, pois, com o aumento do transporte do café, multiplicou-se esse meio de transporte e as cocheiras²³, abafadas, viveiros de moscas e mosquitos, onde muitas vezes eram complementadas como habitações coletivas, formadas pelos palanques acima das baías onde dormiam os cocheiros e suas famílias.

Esses cortiços eram grandes focos de febre amarela. Os piores eram, segundo Guilherme Álvaro²⁴, os do Marquês de Herval, São Bento, Rosário, Martim Afonso, Amador Bueno, Xavier da Silveira, Jabaquara, Morro do Fontana.

Novos bairros que se formavam, como o do Macuco e da Vila Mathias, foram procurados pelos portugueses imigrantes. Aos poucos vão se construindo moradias pobres (chalés, por exemplo) também em arrabaldes, sobretudo na Vila Macuco, que

²⁰ ROSEMBERG, 2006: 35.

²¹ ROSEMBERG, 2006: 100-101.

²² BLUME, 1998: 108.

²³ ÁLVARO, 1919: 55.

²⁴ ÁLVARO, 1919: 60.

acompanha o prolongamento do cais; e na Vila Mathias e Jabaquara, onde se localizam as pedreiras do Jabaquara próximo ao antigo Quilombo.

Em 1894, a Polícia Sanitária do Estado atuou na desinfecção, na interdição e demolição das habitações insalubres, contribuindo para a melhoria de vida dos trabalhadores. Informa o relatório do inspetor Isidoro Campos, em 1893:

“Iniciei as visitas domiciliares à inspeção de cortiços e cocheiras; foram feitas com cuidado e zelo pelos meus auxiliares, proibi a morada em certas casas que julguei inabitáveis e mandei proceder a demolição de muitas cocheiras e cortiços. [...] e como esses muitos outros que fiz intimar e demolir nas ruas do Rosário, General Câmara, Xavier da Silveira, Brás Cubas, Senador Feijó, Sete de Setembro, Bittencourt, Vinte e Quatro de Maio e muitas outras que seria longo enumerar”²⁵.

A política sanitária estadual, na década de 1890, procurou melhorar a rede de esgotos, aumentar o abastecimento de água, canalizar e cobrir os riachos, evitando os alagamentos nas estações pluviais. Todo o sistema de canalização, de esgoto e de serviço de água estava completo na década de 1910, quando também com a iluminação elétrica os bondes puxados a muares foram movidos à eletricidade.

Considerações finais

Podemos concluir que portugueses vindos para Santos nas duas últimas décadas do século XIX, em levas crescentes de imigração, encontraram uma cidade repleta de dificuldades, talvez maiores que na terra natal, mas também enfrentaram uma cidade que podia superar seus entraves, progredir, tornar-se salubre, moderna e civilizada, pois corria a riqueza do café.

Os lusos percebiam que, através do trabalho constante, podiam amealhar material para a sua melhoria de vida e, talvez, enriquecer. Conterrâneos seus eram exemplos.

Dificuldades e entraves foram muitos, doenças, mortes, problemas de convivência, conflitos, empregos frustrantes. Porém, enquanto houve vida, caminhos foram buscados. E as oportunidades de trabalho foram variadas.

²⁵ BLUME, 1998: 91.

Fontes e bibliografia

Fontes

ARQUIVO MUNICIPAL DE SANTOS – *Livros de Internamento do Hospital Isolamento da Filosofia* (Saboó) I e II (1893 a 1902).

ARQUIVO MUNICIPAL DE SANTOS – *Códigos de Postura*: 1883; 1897.

Bibliografia

ALVARO, Guilherme, 1919 – *A campanha sanitária de Santos, suas causas e seus efeitos*. São Paulo: Serviço Sanitário do Estado/Casa Duprat.

ANDRADE, Wilma Therezinha Fernandes de, 1995 – “Santos: urbanismo na época do café. 1889-1930”, in *Santos, café e história*. Santos: Leopoldianum.

BLUME, Luiz Henrique dos Santos, 1998 – *A moradia da população pobre e a reforma urbana em Santos no final do século XIX* (dissertação de mestrado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

CARMO, Bruno Bortoloto do, 2010 – *Entre práticas e representações: um estudo de caso do Código de posturas de Santos (1857)*. Trabalho de conclusão de Curso (Graduação de História). Santos: Universidade Católica de Santos.

FRANCO, Jaime, 1995 – *A Beneficência*. Santos: Ed. do autor (1951).

GITHAY, Maria Lúcia Caira, 1983 – *Os trabalhadores do porto de Santos (1889-1910)*. Dissertação de Mestrado na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Campinas: UNICAMP.

LANNA, Ana Lúcia Duarte, 1996 – *Uma Cidade na transição. Santos: 1870-1913*. São Paulo: Hucitec.

LEITE, Joaquim da Costa, 2000 – “O Brasil e a imigração portuguesa”, in FAUSTO, Boris (org.) – *Fazer a América*. São Paulo: Edusp.

LOBO, Eulália Maria Lameyer, 2001 – *Imigração Portuguesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec.

LOPES, Betralda, 1974 – *O porto de Santos e a febre amarela* (dissertação de mestrado na Universidade de São Paulo). São Paulo: Universidade de São Paulo.

MOURA, Ana Maria da Silva, 1988 – *Cocheiros e Carroceiros: Homens livres no Rio de Senhores e Escravos*. São Paulo: Hucitec.

MUNHÓS, Wilson Toledo, 1992 – *Da Circulação Trágica ao mito da irradiação liberal: negros e imigrantes em Santos na década de 1880* (dissertação de mestrado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de, 2005 – *Entre a casa e o armazém: relações sociais e experiência da urbanização*. São Paulo: Alameda.

- PEREIRA, Maria Aparecida Franco, 1995 – “O comércio cafeeiro na praça de Santos”, in *Santos, café e história*. Santos: Leopoldianum.
- RIBEIRO, Gladys Sabina, 2001 – “A Guerra aos portugueses no Rio de Janeiro nos anos de 1890”. Revista *Oceanos*, 44. Lisboa.
- ROSEMBERG, André, 2006 – *Ordem e burla: processos sociais, escravidão e justiça em Santos*. São Paulo: Alameda.
- SANTOS, Francisco Martins dos, 1937 – *História de Santos (1532-1936)*, II. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunaes.
- SILVA, Susana Neves Tavares Bastos de Pinho e, 2007 – *O emigrante português em três romances de Aluisio de Azevedo* (dissertação de mestrado na Faculdade de Letras da Universidade do Porto). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- SILVA JUNIOR, Alcides Caetano da, 2009 – *Instrução pública na segunda metade do século XIX: As escolas e os professores de primeiras letras da Vila de São Vicente (1851-1887)*. Trabalho de conclusão de Curso na Universidade Católica de Santos. Santos: Universidade Católica de Santos
- VITORINO, Carlos, 1904 – *Santos: Reminiscências (1875-1898)*. São Paulo.

O REAL GABINETE PORTUGUÊS DE LEITURA DO RIO DE JANEIRO: PADRÃO EXCELENTE DA EMIGRAÇÃO PORTUGUESA PARA O BRASIL

António Alves-Caetano

*Que toda a terra é pátria para o forte.
(Luís de Camões, Os Lusíadas, VIII-63-4).*

Introdução

O espírito de associação é tão antigo quanto a humanidade. Mas manifesta-se, no geral, para suprir as principais necessidades relacionadas com a sobrevivência e propagação da espécie. São associações destinadas à defesa dos cataclismos naturais que afectavam a produção de subsistências. Ou vocacionadas para a entreatajuda em caso de doença, velhice ou morte. Muitas vezes revestiam carácter religioso, acrescentando ao apoio solidário por melhores condições de vida material a prática de actos caridosos, recomendados para salvação da alma.

As “guildas”, as “compagnonnages”, as corporações, multiplicaram-se na Idade Média, em regra, para a entreatajuda e solidariedade de grupos profissionais, sempre com propósitos vinculados à doença, velhice e morte. E as associações de carácter mutualista que se propagaram pelos diversos países da Europa nos séculos XVIII e XIX tinham a mesma índole e características¹.

No entanto, ao findar dos anos trinta de oitocentos, no Brasil, a primeira instituição nascida do espírito associativo de uma plêiade de emigrantes portugueses, não se destinou a cotizarem-se para ter um funeral condigno, quando chegasse a hora extrema de cada um; não se destinou a criar um fundo pecuniário que proporcionasse melhor assistência médica e medicamentosa na doença; não se orientou para a acumulação de um capital do qual pudessem sair, a juro comedido, os empréstimos de que cada um necessitasse, para melhorar o seu negócio; para construir casa de habitação mais espaçosa; ou para qualquer outro projecto destinado à melhoria das condições de vida própria e da família. Nada disso.

¹ Sobre esta matéria vejam-se, entre outras, as obras: GODOLPHIM, 1876; GODOLPHIM, 1889; ROSENDO, 1996.

Os homens que, pelas condições mais diversas, foram obrigados a abandonar o “pátrio lar”, enfrentando o desconhecido como obstáculo adicional para as suas vidas, decidiram associar-se, não para qualquer daqueles legítimos propósitos com que, desde sempre, os humanos se agruparam, mas para cultivar a língua materna, enaltece-la e formar uma biblioteca comum que ajudasse à ilustração de todos eles e dos patrícios que viessem a demandar a Terra de Santa Cruz.

1. Fundação do Gabinete Português de Leitura no Rio de Janeiro

Em casa do dr. António José Coelho Louzada, advogado português emigrado no Rio de Janeiro, com a presença do Encarregado de Negócios de Portugal, no domingo, 14 de Maio de 1837, quarenta e dois emigrantes portugueses constituíram uma associação que denominaram *Gabinete Português de Leitura no Rio de Janeiro*.

Da primeira Directoria do *Gabinete*, composta por sete elementos, pelo menos três partiram para o Brasil depois de terem passado pelas masmorras miguelistas. Terá sido em 1828 que delas se escapou o advogado José Marcelino da Rocha Cabral, nascido em 1806 em Macedo de Cavaleiros. Rumou à Europa, talvez a Paris. É natural que tenha tido contacto com outros liberais portugueses a residir no Continente. Certo é ter chegado ao Rio de Janeiro em Dezembro de 1831², aí se mantendo por parte do ano de 1832, até partir para São Pedro do Rio Grande, sempre grato pelo “abrigo que encontrou contra a perseguição e tirania, que então enlutavam a sua pátria”³.

No sul do Império foi redactor do *Propagador da Indústria Rio-Grandense*, elaborou os estatutos da *Sociedade Promotora da Indústria Rio-Grandense* e organizou a Estatística da província de São Pedro do Rio Grande do Sul⁴. Regressou ao Rio de Janeiro na companhia de governantes da província por não reconhecer a Revolução Farroupilha⁵. Na capital do Império retomou a advocacia e a escrita em jornais, em que se destaca *O Despertador*.

Em Maio de 1837, agregando patrícios com os quais mantinha frequentes contactos, como os colegas advogados António José Coelho Louzada e João Joaquim Pestana, fundou o *Gabinete*. O dr. João Joaquim Pestana, madeirense, foi outro dos que estiveram encarcerados pelo regime miguelista, neste caso, no Funchal, implicado na rebelião de Junho de 1828. Na mesma ilha da Madeira, mas em Setembro deste ano, esteve preso por acções anti-miguelistas o escrivão da Câmara do Machico, Agostinho Correia de Azevedo. Ambos integraram a primeira directoria do *Gabinete*, o

² CABRAL, 1839: 35.

³ CABRAL, 1839: 24.

⁴ CABRAL, 1836.

⁵ CABRAL, 1839: 20.

dr. Pestana como vice-director e Agostinho de Azevedo como agente comissário. Mas não eram os únicos madeirenses nesse grupo de sete directores: com acção determinante para a criação do *Gabinete* perfila-se Francisco Eduardo Alves Vianna, também nascido na ilha da Madeira, conceituado comerciante estabelecido na rua do Ouvidor, autor do primeiro projecto de estatutos, eleito primeiro secretário da direcção.

Naquele ano de 1837, no Rio de Janeiro, longe do fervilhar de ideias do coração da Europa, um punhado de liberais portugueses, que a terra mãe tinha renegado, erigiu uma instituição que pedia meças ao que de melhor havia no mundo, “no intuito da sua ilustração, da ilustração geral, e de concorrer para restaurar a glória literária da sua pátria!”⁶.

Em magnífica exortação feita, na qualidade de presidente eleito do *Gabinete*, numa sessão em 10 de Setembro de 1837, destinada ao balanço dos resultados obtidos nos primeiros quatro meses, Rocha Cabral enalteceu a importância do associativismo para que os homens alcançassem objectivos mais completos do que os obtidos em acções isoladas. Assim era no comércio, na indústria, em tudo o que requeria o domínio das forças da natureza, mas “em relação nenhuma tem obtido resultados tão vantajosos para a felicidade dos homens e para a glória das nações como em sua aplicação aos progressos da literatura e das ciências, ao aperfeiçoamento do género humano”⁷.

Com efeito, esta era a génese de tudo o que é proveitoso, “porque os progressos das ciências, a sua aplicação aos progressos das artes, e o desenvolvimento da razão humana, têm sido os motores universais de todos os melhoramentos no comércio, na indústria e na organização social”⁸. Daí a satisfação imensa por terem sido capazes de erigir “um estabelecimento cujo fim é a cultura do espírito e cujos meios consistem neste maravilhoso princípio”, que conduziria à obtenção de “ilustração nossa, crédito para com os estranhos, fraternidade, civilização e outras vantagens sociais”⁹.

Os portugueses residentes no Rio de Janeiro estavam perfeitamente integrados no “movimento actual do espírito humano” e isso teria benéficos reflexos na sociedade brasileira que tão generosamente os acolhia, e se convenceria, com satisfação, “de que o grande povo de que descende acompanha a marcha rápida e majestosa das nações, que correm primeiras para o mais elevado ponto da civilização”¹⁰. Mas, mais do que tudo, Rocha Cabral aspirava a que a acção destes emigrados fosse reconhecida em Portugal como decisivo contributo “para a restauração da antiga, da imensa, da incomparável glória da sua Pátria!”¹¹.

⁶ CABRAL, 1839: 31.

⁷ CABRAL, 1839: 32.

⁸ CABRAL, 1839: 32-33.

⁹ CABRAL, 1839: 33.

¹⁰ CABRAL, 1839: 33.

¹¹ CABRAL, 1839: 33.

Este é um ponto por demais digno de ser sublinhado: aqueles que, pelas mais diversas circunstâncias, não tinham encontrado condições favoráveis ao desenvolvimento das suas vidas no torrão natal, nem por isso o tinham por pátria madrastra, antes ansiavam pela sua glorificação, contra a corrente então dominante na sociedade carioca. Quando se realizou a Assembleia Constituinte do *Gabinete*, ele já contava com 189 accionistas, que tinham subscrito 404 acções¹². Sabe-se que entre os mais entusiastas da iniciativa estavam emigrados políticos, mas Francisco Eduardo Alves Vianna, que submeteu à Assembleia o primeiro projecto de Estatutos, era um madeirense há muito estabelecido como negociante de reputação, e quantos mais haveria trabalhando em diversos misteres idos para o Brasil quando a Corte lá estava radcada ou nos anos que se seguiram ao regresso do monarca a Portugal? Quantos, dos que acorreram a subscrever acções mesmo antes da Assembleia fundadora, tinham demandado a terra brasileira ainda crianças, ou já adultos, em busca de condições favoráveis à melhoria da triste situação económica e social em que viviam no pátrio lar?

A primeira instituição de cidadãos portugueses no Brasil, ao qual se tinham acolhido para nele realizar os seus projectos de vida, não visou congregarem-se para a recíproca defesa contra violências da natureza, contra a doença ou contra a invalidez. Nem teve o propósito – como os anteriores, legítimo – de uma mutualidade financeira que lhes proporcionasse capitais sem juros agiotas.

Os estatutos do *Gabinete*, singelamente, estabeleciam que os seus fins “são promover a instrução”, o que se faria mediante a organização de “uma livraria escolhida nas ciências, literatura e artes”; coligindo “as obras e manuscritos de mérito, na língua portuguesa”; através da subscrição dos “mais acreditados periódicos nacionais e estrangeiros, concernentes às ciências, à literatura, ao comércio e às artes”; e, não menos relevante, mediante a reimpressão de livros raros e a impressão de “manuscritos interessantes” da língua portuguesa, para o que se contava vir a ter a colaboração de “outras associações literárias” da mesma língua. Só podiam ser accionistas cidadãos portugueses “bem morigerados e de ocupação honesta”¹³.

“O espírito empreendedor, magnânimo, aberto e esclarecido, a perseverança teimosa, a abnegação, a fraterna convivência que não olhava a condições sociais, as transigências pessoais para que não se desvirtuasse a unidade grandiosa de fins, desses homens fabulosos, liberais de formação além do seu tempo na sua terra, perseguindo acção e conceitos que ainda hoje fazem lei, homens que não suportaram a tacanhez e as grillhetas miguelistas na Pátria e, não tendo como combatê-las lá, emigraram para o Brasil onde vieram difundir e pôr em prática as suas humanitárias ideias, sem que os tolhesse o medo de pará-los a situação histórica de transição que

¹² GABINETE, 1837: 1.

¹³ GABINETE, 1841: 3-5.

por aqui se passava, esse espírito foi um abençoado exemplo catecístico para as gerações que lhes sucederam e até hoje se mantém”¹⁴.

É importante notar que a emigração portuguesa para o Rio de Janeiro, nos primórdios do século XIX, é constituída por homens alfabetizados, que as próprias famílias preparavam para ir exercer actividades ligadas ao comércio ou a ofícios, alguns, mesmo, com noções de escrita comercial, “algum latim e navegação, para lá da língua e da aritmética”¹⁵. Assim, não é difícil entender que os literatos liberais banidos de Portugal pelo Miguelismo encontrassem prosélitos para a sua causa da fundação de um grémio literário que pugnassem pela cultura e divulgação da língua pátria. Este propósito é tanto mais digno de destaque quanto era verdadeiro o acinte, para não dizer mesmo hostilidade, que havia na Terra de Vera Cruz, depois da Independência, por tudo o que era português. O ensino da língua francesa pontuava os interesses da sociedade brasileira¹⁶. É manifesto que os promotores do *Gabinete* estavam penetrados de elevado fervor pátrio, prestavam serviço à causa lusitana, ignorando o pensamento dominante de desconsideração por Portugal.

É sintomática a vibração patriótica de Rocha Cabral, logo na Assembleia Constitutiva, ao enaltecer a presença de portugueses na primeira reunião, “que tem havido no Império em um estabelecimento próprio, por eles criado, no intuito da sua ilustração, da ilustração geral e de concorrer para restaurar a glória literária da sua pátria!”¹⁷. Só se restaura o que está decaído. Portanto, importa sublinhar que a iniciativa destes portugueses emigrados visava, não apenas a obtenção de resultados favoráveis ao seu enriquecimento cultural, mas também a defesa dos interesses da pátria que, por força dos desencontros políticos, estavam apoucados no Brasil, atingindo, assim, a própria língua nacional do país de acolhimento.

2. Os Gabinetes de Leitura em Portugal

No início do século XIX o preço dos livros era elevado. O mesmo podia dizer-se quanto aos periódicos. Era um público restrito que constituía a clientela das livrarias e assinava periódicos. Como era restrito o público frequentador das escassas bibliotecas públicas. Nos cafés e tabernas havia quem fizesse a leitura, em voz alta, das notícias veiculadas pela imprensa, havendo sempre auditório atento. Mas, os elementos da classe média, que se ia formando com dificuldade, compravam livros ou periódicos. Houve quem tivesse a ideia de fazer negócio com a própria biblioteca, tornando-a

¹⁴ SILVA, 1977: 22.

¹⁵ ALVES, 1999: 6-7.

¹⁶ MARTINS, 1990: 35.

¹⁷ GABINETE, 1837: 11.

disponível ao público em geral, mediante o pagamento de uma soma mensal ou com outra periodicidade, que permitia ou a leitura numa sala ou o aluguer para consulta domiciliária. Assim nasceram as “circulating libraries” em Inglaterra, “cabinets de lecture” em França e, em Portugal, os “gabinetes de leitura”¹⁸.

Os estudiosos da matéria não encontram rasto do gabinete de leitura que foi referenciado existir em 1801, em Lisboa¹⁹. São unânimes em considerar que o primeiro terá sido o estabelecido pelo francês Pedro José Bonnardel em 1814, e do qual ainda há notícias em 1847-1848²⁰.

Os estabelecimentos correspondentes existentes em Londres e Paris, em regra, dispunham de sala de leitura mas praticavam, também, o aluguer para o domicílio. Quanto ao Gabinete de Leitura de Bonnardel considera-se não dispor de sala de leitura, limitando-se à cedência, remunerada, de exemplares para leitura domiciliar.

Os gabinetes de leitura, em Portugal como no estrangeiro, eram estabelecimentos comerciais que pressupunham a existência de um público leitor “alfabetizado, ávido de conhecimentos e informação, e dispo de capacidade económica para pagar o aluguer dos livros ou a subscrição do gabinete”²¹, o que garantia o sucesso do negócio.

Logo após a Revolução de 1820, um candidato à abertura de gabinete de leitura em Lisboa, no plano anexo ao requerimento apresentado à Intendência de Polícia, salientou a existência de numerosas “pessoas desejosas de saberem nas actuais circunstâncias da nossa Regeneração Política todas as notícias que ocorrem no nosso País, assim como nos Estrangeiros mais civilizados”²². Como este, alguns outros empresários se propuseram abrir gabinetes de leitura, fosse durante o Vintismo, fosse no segundo período liberal (1826-1828)²³.

É natural admitir que o dr. José Marcelino da Rocha Cabral, como qualquer outro dos emigrados letrados que se dispuseram a fundar o *Gabinete* no Rio de Janeiro, soubessem da existência destes estabelecimentos em Portugal como no estrangeiro, por onde Rocha Cabral (e outros, eventualmente) passou antes de rumar ao Brasil.

A grande diferença está em que o organismo que decidiram estabelecer na antiga colónia americana não tinha carácter comercial, embora os associados adquirissem acções e os eventuais leitores que não fossem sócios tivessem de pagar uma

¹⁸ Ao despontar o século XIX, Londres teria 122 “circulating libraries” e, em Paris, entre 1815 e 1830, constituíram-se 463 “cabinets de lecture” (Ver LOUSADA, 2000). Sobre Gabinetes de Leitura é importante consultar ainda ESTEVES, 1984; DOMINGOS, 1985; GUEDES, 1987.

¹⁹ RUDERS, 1981: 225.

²⁰ LOUSADA, 2000: 171.

²¹ LOUSADA, 2000: 170.

²² LOUSADA, 2000: 169.

²³ LOUSADA, 2000: 171.

importância de subscrição²⁴. Mas, a principal aplicação das somas arrecadadas pelo *Gabinete* era a compra de livros e a assinatura de periódicos que fossem aumentando o acervo da biblioteca a constituir, núcleo central do organismo. No primeiro orçamento, em 1837, 70% da despesa era para a compra de livros, 7,5% para aquisição de estantes e 5% para a de mobiliário. Nenhuma importância se destinava à remuneração do capital aplicado pelos accionistas²⁵. Além disso, os cargos estatutários eram gratuitos e nenhum associado podia recusar exercê-los, a não ser “por moléstia grave e permanente” ou em caso de reeleição²⁶.

3. Constituição da biblioteca

Num dos seus primeiros documentos a Directoria fez saber que “na escolha dos livros deu-se a precedência em número, e por consequência no emprego de capital, às obras portuguesas, como vos deixará conhecer a quantia já destinada para a primeira encomenda. Entendemos assim dever obrar, tanto por ser um fim especial da Associação – coligir as obras e manuscritos de mérito na língua portuguesa – como por devermos essa homenagem à nossa Pátria e fazermos assim também um serviço ao país em que residimos, cuja literatura se confunde com a nossa. Depois tratámos de reunir, quanto possível, elementos de instrução geral, tendo, contudo, particularmente em vista as classes dos leitores que, provavelmente, hão-de concorrer ao Gabinete”²⁷. No primeiro orçamento, de oito contos de réis, a despesa entre Junho e Dezembro de 1837, de 5,6 contos para a compra de livros, só 35,6% da verba era para livros estrangeiros²⁸.

Logo em 1840 foi elaborado o primeiro Catálogo, com 189 páginas, de que se mantêm, apenas, as primeiras 136. Aquele número de páginas dá ideia da dimensão que o acervo da biblioteca teria tão poucos anos após a fundação do *Gabinete*. A classificação adoptada permite avaliar a variedade de assuntos abrangidos: “Agricultura e Economia Rural; Apologos; Antiguidades; Architectura; Artes e Manufacturas; Astronomia; Bibliographia; Biographia; Botanica; Brazão; Campanhas e Conquistas; Cavalaria; Commercio; Criticos; Dictionarios; Diplomacia; Direito Civil, Criminal e Ecclesiastico; Direito Natural das Gentes; Direito Publico; Economia Política; Educação; Estatistica; Geographia e Corographia; Genealogia; Grammaticas; Historia;

²⁴ Parece existir alguma similitude com um projecto nascido em Lisboa, logo após a revolução de Agosto de 1820, de um gabinete literário ou gabinete de leitura e composição de uma *Associação de Patriotas Portugueses*, que pretendia reunir 60 associados (LOUSADA, 2000: 179).

²⁵ AZEVEDO, 2008: 23.

²⁶ GABINETE, 1841: 5.

²⁷ SILVA, 1977: 20.

²⁸ AZEVEDO, 2008: 23.

Historia Natural; Hygiene; Ideologia; Litteratura; Legislação; Mathematicas; Medicina e Cirurgia; Metrologia; Moral; Muzica; Mythologia; Nautica; Novellas; Numismatica; Orthographia; Pharmacia; Phylologia; Philosophia; Phisica e Chimica; Poesia; Politica; Rhetorica e Eloquencia; Tactica Terrestre e Naval; Theatros; Theologia e Culto; Variedades; Viagens; Periodicos e Appendix”²⁹.

Apesar de a maioria dos livros e periódicos ser em português, havia número significativo de obras em francês, nomeadamente a coleção das obras de Voltaire, com que se iniciou a numeração no livro de registo do acervo, “testemunho da simpatia intelectual desses homens pela literatura francesa e pela própria obra do grande escritor e enciclopedista”³⁰. Também havia, embora em menor número, livros em inglês, além de periódicos franceses e ingleses, o que denota o elevado nível cultural do público leitor, constituído por “emigrantes portugueses que reuniam às virtudes cívicas a vastidão do saber, as largas aspirações do espírito e fé robusta no progresso”³¹.

Um autor que teve acesso às actas das reuniões da Directoria notou o especial interesse dos primitivos leitores por “periódicos, sobretudo comerciais, de várias praças do Império e da Europa”³². Existia, também, o interesse por periódicos culturais e generalistas oriundos do continente europeu, que permitiam aos seus leitores acompanhar o movimento de ideias e a evolução social aí verificadas. A avidez do público leitor do *Gabinete* pelos periódicos que vinham do outro lado do Atlântico é bem expressa nos reparos feitos pela Directoria ao seu correspondente em Lisboa acerca das falhas que, por vezes, se notavam no envio de periódicos pelos navios que demandavam o porto do Rio de Janeiro³³.

Este autor, que compulsou o segundo catálogo elaborado, logo em 1844, verificou a proximidade existente entre o número de obras em português (1 474) e francês (1 234) e a grande distância para as de língua inglesa (77).

Por assuntos, a maioria dos títulos era de Novelas (421), das quais 406 eram escritas em português. Dos 312 livros de Literatura, 157 eram em francês e 126 em português. Na História, de que havia 296 obras, 191 eram em português e, em francês, 98. As rubricas seguintes mais significativas da classificação adoptada eram Poesia (181 títulos); Política (109); Teologia e Culto (98); Medicina (68); Viagens (67); Direito (61); Teatro (61) e Comércio (41)³⁴.

É importante notar que terá havido muitas doações de livros feitas por associados logo nos primeiros anos da instituição, que acresciam às obras resultantes de compras feitas em obediência aos critérios estabelecidos pela Directoria.

²⁹ GABINETE, 1840.

³⁰ SILVA, 1977: 125.

³¹ MONTÓRO, 1880: 401.

³² AZEVEDO, 2008: 26.

³³ AZEVEDO, 2008: 26-27.

³⁴ AZEVEDO, 2008: 27.

Pode admitir-se que o público leitor fosse constituído pelos chamados letrados, como os juristas que estiveram na génese do *Gabinete* e médicos, em especial os formados pelas Escolas Médico-Cirúrgicas de Lisboa e do Porto, que nos concursos em Portugal eram preteridos pelos formados na Universidade de Coimbra e, por isso, emigravam, ou eclesiásticos em busca de paróquia no Brasil, “face a uma pesada densidade clerical nas províncias do Norte”³⁵ e, ainda, o numeroso núcleo de negociantes, que terá constituído a maioria dos accionistas fundadores.

Mas havia, também, os jovens empregados no comércio e nos ofícios desejosos de se instruírem e que naquela biblioteca encontravam os instrumentos de estudo não disponíveis de outro modo. Como alguém escreveu, o *Gabinete* era a biblioteca portuguesa na Corte do Rio de Janeiro.

4. As sedes dos primeiros cinquenta anos

Constituída a sociedade, a sua primeira sede, alugada, foi no sobrado do n.º 83 da rua de São Pedro, que já não existe. As portas eram abertas às 10 horas da manhã e assim se mantinham até às 12. A reabertura era às 16 horas e o encerramento às 20. Este segundo horário era o único nos domingos e dias santificados. Apesar de, logo em 1842, o *Gabinete* ter conhecido novo endereço, as instalações não seriam tão exíguas quanto se pode admitir, porquanto, em Outubro de 1840, foi cedida uma das suas salas para que nela se realizassem as sessões de trabalho da *Sociedade Portuguesa de Beneficência*, associação entretanto fundada por José Marcelino da Rocha Cabral e Francisco João Muniz³⁶.

Porém, logo em 1838 houve diligências para se alugar um imóvel na rua da Alfândega, negócio que não se concretizou, como aconteceu, no ano seguinte, acerca de um prédio na central rua do Ouvidor. Ainda em Novembro de 1839, nova diligência para se realizar aluguer de instalações, agora na rua da Quitanda, negócio também gorado. Em 1841 foram encetadas negociações para compra – os insucessos anteriores terão feito abandonar os projectos de aluguer – de um imóvel na rua da Alfândega. Também não houve sucesso³⁷.

Finalmente, em 1842, a sede do *Gabinete* transferiu-se para o n.º 55 da rua da Quitanda, onde haveria mais desafio para acomodar os numerosos volumes que já constituíam o acervo da biblioteca. Era um “belo prédio de três pavimentos, de fachada azulejada e beiral de telhas de canal esmaltadas em Alcobaça”³⁸.

³⁵ ALVES, 1999: 294.

³⁶ LOUREIRO, 1960: 15-17.

³⁷ AZEVEDO, 2008: 22-23.

³⁸ SILVA, 1977: 32.

Por alturas de 1850 o edifício da rua da Quitanda já seria exíguo, porque o *Gabinete* conheceu nova sede, agora na rua dos Beneditinos, n.º 12, onde era possível acondicionar, convenientemente, os mais de catorze mil volumes que o Almanack Laemmert de 1849 lhe atribuíra³⁹.

Porém, a continuada acção de compra de livros e publicações periódicas, além das frequentes doações, fazia aumentar muito o número de exemplares da biblioteca, que voltava a sentir-se desconfortável na sede em que se encontrava desde 1850. Esse desconforto era ampliado pela circunstância da nova sede se situar em zona periférica face à centralidade das anteriores instalações, com consequente diminuição do movimento associativo, situação de crise que fazia, mesmo, perigar a instituição. De par com isso havia choque de ideias entre dois grupos de sócios, um, mais vinculado ao espírito fundador, outro, “vanguardista”, que pugnava pela “reforma das colecções da biblioteca e um amplo alargamento do círculo de influências em que a instituição se movimentava”⁴⁰.

Em 1861 a Directoria do *Gabinete* evidenciou ser tempo de pôr em acção medidas tendentes a dotá-lo de sede própria que o pusesse a coberto, definitivamente, dos problemas suscitados, desde a fundação, por espaços sempre escassos para as exigências de uma biblioteca que, como era desejável, todos os dias aumentava.

Uma das providências adoptadas foi a angariação de fundos, no respeito do princípio de que não se assumem compromissos que não seja possível liquidar.

Durante alguns anos não se conseguiu passar dos donativos esporádicos, já que propostas do Conselho Consultivo de 1862 não tinham logrado sucesso. Em 1871 o “fundo para o edificio” não ia além de 3:025\$114⁴¹. Neste ano, a Directoria comprou dois prédios na rua da Lampadosa, de dimensões exíguas para o que se pretendia, o que foi sublinhado pelo architecto lisboeta escolhido, em carta de Julho do ano seguinte. Daí, o propósito dos dirigentes do *Gabinete* de adquirir os dois prédios contíguos, o que se conseguiu em 1873, com o dispêndio de 46:546\$000⁴². Nos anos imediatos operaram-se grandes transformações, como a reforma dos Estatutos, que permitiu elevar o capital da associação, contrair empréstimo para a construção do edificio e fazer hipoteca de garantia, em especial da livraria. Em decorrência, fez-se o aumento do capital do *Gabinete*, o que permitiu a angariação de novos sócios, tendo muitos dos existentes ocorrido, também, a adquirir mais acções.

No final de 1880 o fundo destinado à construção da sede já estava elevado a mais de 270 contos de réis, os terrenos onde iria ser edificada tinham custado quase

³⁹ AZEVEDO, 2008: 23.

⁴⁰ ANACLETO, 2004: 33.

⁴¹ SILVA, 1977: 42.

⁴² SILVA, 1977: 47.

92 contos, e mais de 32 contos tinham sido gastos em obras destinadas à preparação dos terrenos para se iniciar a construção do imóvel⁴³.

5. A “Catedral da Cultura Portuguesa no Brasil”

No século XIX o neogótico fora, em países como Inglaterra, França e Alemanha, guindado à situação de estilo arquitectónico que, por excelência, glorificava nacionalismo e religião. De certo modo, em Portugal esse papel foi atribuído ao neomanuelino, a expressão arquitectónica dos fastos da epopeia dos Descobrimentos⁴⁴.

Foi esse ideário que presidiu à decisão da Directoria do *Gabinete* de encomendar ao arquitecto lisboeta, encarregado da reconstrução do Mosteiro dos Jerónimos, a elaboração do projecto para a nova sede da Instituição, a erigir nos terrenos que comprara na rua da Lampadosa, a qual, ao contrário do que acontecia com a sede em que se encontravam, razoavelmente periférica, se situava nas imediações do coração do Rio de Janeiro. Quando se vêem fotografias do estado em que se encontravam os Jerónimos, por volta de 1880, custa a crer que, daquela quase irreconhecível ruína, tenha sido possível erguer a jóia arquitectónica que hoje se impõe na capital do antigo Império Português. O autor dessa proeza foi Rafael da Silva Castro, falecido em 1892, o mesmo que, em Julho de 1872, em correspondência para a Directoria do *Gabinete*, referia: “Fachada principal do edifício – *Conforme me foi recomendado*, segui nesta fachada, assim como em todo o edifício o estilo de arquitectura manuelino, seguindo com especialidade a arquitectura da Igreja dos Jerónimos” (itálico meu)⁴⁵.

Com a primeira pedra lançada em 10 de Junho de 1880, no terceiro centenário da morte de Camões, devidamente solenizado por iniciativa do *Gabinete*, com a presença do Imperador do Brasil, o edifício da nova sede veio a ter duas inaugurações: a primeira, no ano do cinquentenário da Instituição, em 10 de Setembro de 1887, e a segunda, quando toda a construção estava ultimada e os 120 000 volumes da sua enorme biblioteca acondicionados nas prateleiras, em 22 de Dezembro de 1888. Tanto no lançamento da primeira pedra como nesta inauguração de 1888, o orador foi o grande homem de letras brasileiro, arauto do abolicionismo, ao qual, por feliz coincidência, o Brasil consagra este ano de 2010, proclamado Ano Joaquim Nabuco.

Na celebração camoniana de 1880, Nabuco (1849-1910) começou por enaltecer “o assentamento da pedra fundamental da Biblioteca Portuguesa”, asseverando, de seguida, “que o Brasil e os *Lusíadas* são as duas maiores obras de Portugal”; mais adiante, na consagração do Poema épico como epopeia gloriosa da pátria, disse, lapidar:

⁴³ SILVA, 1977: 61-62.

⁴⁴ ANACLETO, 2004: 13-25.

⁴⁵ ANACLETO, 2004: 34-37.

“Portugal, senhores, podia ter tido uma vida modesta; preferiu porém num dia encher o mundo e a posteridade com o seu nome”. Em frases da maior riqueza literária e de enorme erudição, o grande tribuno glorificou a obra de Camões como “o Arco do Triunfo sob o qual desfila o préstito Português desde Afonso Henriques até D. Sebastião, a nação toda, vestindo a púrpura e cingindo a coroa pela Via da História”. Rematou a irmanar Brasil e Portugal sob a inspiração do Épico: “as duas Nações eternamente tributárias da tua glória, que unidas hoje pela primeira vez pela paixão da Arte e da Poesia, aclamam a tua realeza electiva e perpétua, e confundem o teu génio e a tua obra numa salva de admiração, de reconhecimento e de amor, que há-de ser ouvida no outro século!”⁴⁶.

Oito anos depois, no discurso consagrador da grande epopeia em pedra que era a nova sede do *Gabinete*, a que chamou “Biblioteca Portuguesa do Brasil”, Joaquim Nabuco começou por garantir que “o português, no Brasil, tem orgulho de ter sido a sua raça que fundou este colosso, o qual se destaca no planisfério com a cabeça sob o Equador, o coração sob o Capricórnio e os pés sob o Cruzeiro do Sul. Sois em certo sentido mais pró-brasileiros do que os brasileiros”.

Num português de fino recorte literário Nabuco passou a ocupar-se da jóia neo-manuelina: “O edifício está completo, a estrutura material está pronta; ides agora insuflar-lhe o espírito, a alma, que o há-de animar. Que alma deve ser essa? Ela sai destas pedras, senhores. Deliberadamente, vós, portugueses, construístes uma biblioteca, a mais grandiosa das edificações desse género na América e a levantastes sob o duplo padroado de Luís de Camões e do infante dom Henrique. A alma deste edifício é assim, antes de tudo, a própria alma nacional. Estas pedras são estrofes dos *Lusíadas*. Elas deviam ser condecoradas com a ordem de Avis. Está aqui o espírito dos grandes reis que escreveram na espuma das ondas virgens a vossa odisseia”.

Se “a primeira significação do monumento” era a “afirmação da vossa consciência portuguesa de pátria intangível”, a segunda era “um padrão de posse nacional”, com o qual reclamavam “o domínio da língua portuguesa no Brasil em nome de Luís de Camões”. Um terceiro significado imperecível da inauguração daquele edifício estava, exactamente, no culto de Camões, sublinhando estar-se ali, “no adro da religião camoniana no Brasil”, “base sólida e indestrutível de toda a nossa literatura, pois ninguém que não admire Camões há-de fazer, em nossa língua, nada que seja grande, fecundo, nada que mereça viver e reproduzir-se”. O último traço distintivo daquela epopeia em pedra era “a aliança intelectual luso-brasileira. Este monumento é um símbolo de fraternidade. Não se fazem doações destas a uma nação com a qual não se está vinculado irmãmente. Não se fazem benfeitorias tão importantes em casa alheia”.

⁴⁶ NABUCO, 1880: 8-30.

Joaquim Nabuco passou a glorificar os homens que asseguravam a perenidade do *Gabinete*, desde então dotado de uma sala que albergava, com extremo conforto, o acervo bibliográfico, acumulado em mais de meio século e que obrigava as futuras gerações de emigrantes portugueses a “inspirar-se na sua genealogia, no patriotismo, no amor dos seus concidadãos e no culto da glória literária portuguesa, de que vós lhes deixareis o fideicomisso sagrado”⁴⁷.

É o labor desses homens, que desde 1837 até hoje, com enorme abnegação, garantiram o perpetuar do *Gabinete*, que, acima de tudo, se procura enaltecer neste escrito.

A construção do edifício, com pedra ida de Portugal, custou cerca de 600 contos de réis, verba importantíssima para a época, mesmo assim, abaixo do que se previra, porquanto todos os intervenientes no processo primaram em excelência. A Directoria distinguiu o “inteligente arquitecto Sr. Frederico José Branco, que teve a glória de inaugurar e terminar sem interrupção esta obra”, e louvou, igualmente, os restantes colaboradores, como a firma Manoel Joaquim Moreira & C.^a, responsável pelos trabalhos de fundição⁴⁸, que cumprira escrupulosamente os seus contratos; Frederico Steckel, a quem se deviam “inexcedíveis trabalhos de pintura tão inteligentemente estudados e executados”; Carvalho Moreira & C.^a, autores dos qualificados trabalhos de marcenaria, que abrangiam mobílias (ainda hoje notáveis), louvados “pelo esplendor e brilho da obra que empregaram na patriótica construção”⁴⁹.

A fachada do edifício é majestosa e destaca-se na rua Luís de Camões, denominação que passou a ter a rua da Lampadosa, em que sobressaem quatro soberbas estátuas – Camões, Infante D. Henrique, Vasco da Gama e Pedro Álvares Cabral –, do grande escultor lusitano José Simões de Almeida (1844-1926). Porém, é suplantada pela grandiosidade e beleza única da sala de leitura, espaço vastíssimo a que preside Camões, em solene busto de bronze, onde se sente o maior recolhimento, respeito e veneração pelas colunas de sabedoria que são todas aquelas estantes forradas de encadernações, perfiladas do chão até aos varandins, entre estes, e deles projectadas até perto da moldura da clarabóia, de cujos vitrais irradia adequada luminosidade.

⁴⁷ NABUCO, 1888: 41-50.

⁴⁸ As estruturas metálicas deste edifício são uma das suas grandes inovações para a época e responsáveis, entre outras coisas, pela sumptuosidade da sala de leitura.

⁴⁹ ANACLETO, 2004: 71.

6. Alguns dos grandes timoneiros do *Gabinete*

Num estudo desta natureza e em que se coloca em primeiro plano o desempenho dos homens que, em gerações sucessivas, conceberam, ergueram, conservaram e ampliaram o *Gabinete*, seria interessante dar a conhecer alguns traços mais salientes da personalidade de cada um desses emigrantes ou, pelo menos, daqueles que podem ser considerados mais marcantes, ainda que se tenha a certeza de todos – mesmo os que tiveram desempenhos mais discretos – terem sido essenciais para o sucesso obtido.

Porém, não existe como: não se encontram biografias da esmagadora maioria dos artífices da glória do *Gabinete*. Apesar dos grossos e numerosos volumes de uma obra denominada *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, que se editava tanto em Lisboa como no Rio de Janeiro; e de uma outra *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, também em mais de vinte volumes, não estão registados simples verbetes com a mais elementar informação sobre a maioria dos “varões prestantes” que, desde 1837 até 2010, têm assegurado a gloriosa vida desta instituição.

Nem nomes como o de Albino Souza Cruz, que ergueu no Brasil uma das unidades industriais mais modernas do seu tempo, e que, ainda hoje, ostenta o nome de Souza Cruz, figuram em qualquer das supostas referências biográficas monumentais do mundo luso-brasileiro. Albino Souza Cruz foi um homem que, em dado momento da sua vida, mas ainda jovem, entendeu vender o controlo da sua firma produtora de cigarros à *British American Tobacco* para consagrar o resto da vida ao engrandecimento do *Gabinete*, a cujos destinos presidiu entre 1919 e 1961. Durante mais de quarenta anos, Souza Cruz foi um incansável dinamizador da instituição, tendo contribuído com o seu prestígio para que não lhe faltassem os meios financeiros necessários a tão arrojado empreendimento. E se foram anos difíceis: basta rememorar o que foi a história mundial e a história do Brasil, entre guerras de enorme destruição, crises políticas e económicas, o flagelo da inflação galopante, o tortuoso caminho desta potência continental em direcção à democracia. Enfim, quarenta anos que exigiam um timoneiro de rara fibra, como seria Albino Souza Cruz.

Em boa parte do seu consulado contou com a colaboração de Carlos Malheiro Dias, vulto eminente das letras portuguesas da primeira metade do século XX, “o mais brilhante e o mais lúcido dirigente da comunidade portuguesa”⁵⁰.

Mas no século XIX também houve períodos particularmente delicados e outros de grande afirmação realizadora, a que se associam nomes como os de José Pereira Soares e José Marcelino da Costa e Sá, ou de Boaventura Gonçalves Roque e Joaquim Ferreira Margarido, que consolidaram tempos difíceis a preparar as gestões de

⁵⁰ COSTA, 2004: 8.

Eduardo Rodrigues Cardoso de Lemos e de Joaquim da Costa Ramalho Ortigão, concretizadores do grande sonho da sede neomanuelina.

A presidência de José Peixoto de Faria Azevedo, em 1861, proclamou Alexandre Herculano como Presidente Honorário do *Gabinete*, cujas instalações ostentam magnífico retrato a óleo do homenageado, pintado por José Rodrigues, artista português muito representado em Portugal e no Brasil, contemporâneo de Miguel Lupi, Francisco Metrass e Tomás da Anunciação.

Porque a história do *Gabinete* não é, apenas, a dos seus presidentes, dê-se destaque a Manuel de Melo, bibliófilo e erudito que, em 1868, elaborou um novo catálogo da biblioteca de 430 páginas, que perdurou até 1906. Manuel de Melo fez uma das mais importantes doações ao *Gabinete*, a da sua biblioteca com mais de 5 600 volumes, de linguística, literatura, história e antropologia⁵¹.

Naquele final de século avulta a gestão de Ernesto Pêgo Cybrão, em que se destaca a elaboração de um novo catálogo, de que foi encarregado o bibliófilo e historiador Ramiz Galvão, cujos meticolosos trabalhos, em conformidade com os melhores padrões universais na matéria, se estenderam desde 1895 até 1906.

Uma coisa é certa: a maioria dos homens que integraram órgãos dirigentes do *Gabinete* era de comerciantes, alguns de “grosso trato”, ou seja, negociantes de transacções volumosas, como as associadas a importações ou exportações. Alguns deles também se distinguiram no mundo das letras, como Reinaldo Carlos Montóro e Ernesto Cybrão.

A maior reverência tem de ser para José Marcelino da Rocha Cabral, idealista liberal que, em conturbada época para os interesses lusitanos no Brasil, arrebatou numerosos patrícios para comungar do seu entusiasmo em erguer o *Gabinete*. Como se fora sina dos grandes idealistas, Rocha Cabral morreu com apenas 43 anos, em 1849, no Rio de Janeiro, na miséria, situação em que também pereceu, em Lisboa, no ano de 1822, Manuel Fernandes Tomás, “patriarca da liberdade portuguesa”.

7. Instituições portuguesas nascidas no *Gabinete* e instituições brasileiras que o *Gabinete* acolheu

Em meados de 1839, Rocha Cabral foi nomeado vice-cônsul de Portugal no Rio de Janeiro, encarregado interinamente das funções de cônsul. O desempenho do cargo pô-lo em contacto frequente com a situação de patrícios que, no Brasil, em vez da riqueza sonhada “se acham na indigência e reduzidos à mendicidade”⁵².

⁵¹ SILVA, 1977: 126-131.

⁵² CABRAL, 1839: 34.

Foi o que declarou e desenvolveu numa exposição feita na Assembleia Geral dos accionistas do *Gabinete*, no final desse ano, propondo a “criação de uma Sociedade de beneficência portuguesa cujo fim seja o de socorrer esses miseráveis compatriotas, já para lhes facilitar o regresso à pátria, quando lhes convenha e o mereçam, já para lhes dar educação e ocupações, quando estiverem nesse caso, já finalmente, para socorrer a sua miséria, enquanto não tiverem esses destinos, ou quando se achem impossibilitados para o trabalho”⁵³.

Rematou a alocução: “com a maior segurança vos rogo que tomeis em consideração esta minha ideia; que a assembleia se não separe sem a ter levado a efeito”⁵⁴. E assim foi: os accionistas do *Gabinete* acolheram com entusiasmo a sua proposta e o ano de 1840 viu nascer a *Sociedade Portuguesa de Beneficência*, vazada nos moldes propostos pelo seu fundador e primeiro presidente, mas antes de terminar essa década, sob a inspiração de outro emigrante de rara envergadura – Hermenegildo António Pinto – foi ganhando corpo a ideia da assistência hospitalar, paradigma das dezenas de Beneficências Portuguesas que se difundiram pelo Brasil⁵⁵ e têm constituído unidades hospitalares de referência no país.

No caso da *Beneficência Portuguesa* foi a epidemia de febre-amarela de 1848 a encaminhar a instituição para a vertente hospitalar, ao determinar o estabelecimento de uma enfermaria para acolher os portugueses por ela vitimados. A primeira unidade digna desse nome foi inaugurada em 1858, recebendo a denominação de *Hospital S. João de Deus*⁵⁶.

Anos mais tarde, foi o fenómeno de engajamento de emigrantes que chegavam ao Brasil desamparados, o principal motor da criação da *Caixa de Socorros de D. Pedro V*, em 1863, também nascida no *Gabinete* por iniciativa de Leonardo Caetano de Araújo, oriundo do distrito de Braga, outro vulto eminente da colónia portuguesa, que presidiu à instituição até 1866.

Não se estava perante uma associação mutualista destinada a beneficiar os sócios. O seu principal propósito era, mediante a cotização dos associados e dos donativos e legados que obtinha, acudir aos patrícios doentes e miseráveis, em especial os engajados, já que “quase dois terços das pessoas socorridas pela nossa associação vieram para este país engajadas, e foram estes que se apresentaram à Directoria no estado mais precário de saúde e em extrema pobreza, o que cada vez mais nos convence que os engajamentos que se têm feito em Portugal têm sido prejudicialíssimos aos nossos compatriotas”⁵⁷. Dispensava-se apoio médico e medicamentoso ao emigrante

⁵³ CABRAL, 1839: 34.

⁵⁴ CABRAL, 1839: 35.

⁵⁵ LOUREIRO, 1960: 6-10.

⁵⁶ LOUREIRO, 1960: 9.

⁵⁷ ALVES, 1990: 412.

e família, bem como protecção e apoio educacional aos menores, além das despesas com repatriamento dos que pretendiam regressar⁵⁸.

Já no século XX, também no seio do *Gabinete*, formou-se a *Federação das Associações Portuguesas*. Foi constituída no dia de Nun'Álvares de 1931 (14 de Agosto), para aglutinar as numerosíssimas instituições criadas pela emigração portuguesa espalhadas por todo o território do Brasil e que reflectem, nas mais variadas vertentes, a fecundidade da diáspora lusitana.

Importa ressaltar, ainda, dois ou três casos reveladores da forma como o *Gabinete* se impôs na sociedade carioca e articulou com o universo culto brasileiro.

Para além de ter passado a contar com muitos associados não-portugueses, a instituição convidava, com frequência, insignes autores brasileiros a nela pronunciar conferências, como são exemplo eloquente as orações de Joaquim Nabuco em ocasiões muito especiais da vida do *Gabinete*.

Nos primeiros anos da sua existência a *Academia Brasileira de Letras* fez as reuniões de trabalho em salas do *Gabinete*, para além de cinco sessões solenes entre 1900 e 1904, quando era presidida por Machado de Assis, como está perpetuado em lápide colocada no vestíbulo, homenagem da *Academia*, em Dezembro de 1958⁵⁹.

Também outra reputada Academia do país de acolhimento, o *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, no período em que se efectuaram obras de fundo na sua sede, foi nas instalações do *Gabinete* que efectuou as suas sessões de trabalho, bem como aquelas em que os seus académicos solenizavam efemérides.

Como são inumeráveis os congressos e outros certames científicos promovidos por entidades brasileiras que têm escolhido a sede do *Gabinete* como o mais condigno local para serem celebrados.

8. Ainda, o prestígio do *Gabinete*

Desde 1935 que o *Gabinete*, por decreto do governo português, recebe todas as obras editadas em Portugal que se submetem ao regime do Depósito Legal: um dos catorze exemplares de cada obra entregues na Biblioteca Nacional é destinado ao *Real Gabinete*, denominação que lhe foi concedida pelo rei D. Carlos, em 6 de Setembro de 1906. Aquela determinação do governo do Estado Novo permitiu que a biblioteca instalada no edifício neomanuelino da rua Luís de Camões passasse a dispor de todos os livros de que é feito, aqui, o Depósito Legal.

Nos quase 400 000 volumes que a biblioteca actualmente alberga incluem-se inúmeras obras raras, desde livros do século XVI até edições preciosas da contemporaneidade,

⁵⁸ ALVES, 1990: 412.

⁵⁹ SILVA, 1977: 94.

manuscritos de autores famosos, etc. Muitas dessas preciosidades resultaram de generosíssimas doações, tanto de particulares como de entidades portuguesas e brasileiras, só possíveis pelo altíssimo conceito de que a instituição gozava e goza. Este é um aspecto que importa realçar, já que a listagem desses tesouros bibliográficos encontra local adequado nas várias histórias já escritas sobre o *Gabinete*.

Ano após ano, a associação primeira que os portugueses emigrados no Rio de Janeiro criaram, foi sendo servida por um escol, imenso, de compatriotas que foram vencendo todas as adversidades próprias de um mundo em contínua transformação. Uns, com mais talento, todos, com incedível dedicação, foram consolidando a obra que nasceu do idealismo de homens como Rocha Cabral e Alves Vianna, que resolveram consagrar ao aumento da bagagem cultural dos patrícios que demandavam a Terra de Vera Cruz as horas que as canseiras da labuta diária não consumiam.

Pesquisa importante, que não cabe no âmbito deste texto, consiste em fazer o contraponto entre a evolução do *Real Gabinete* e outras iniciativas da colónia carioca e o crescimento que o Rio de Janeiro foi conhecendo, em território e gentes, desde os primórdios da Independência até aos nossos dias: a denominação da urbe é a mesma, mas a realidade geográfica, económica e sociológica é muito diversa e, no entanto, as instituições foram ganhando notoriedade, apesar dos emigrantes portugueses que as mantiveram terem perdido posição relativa no conjunto da população.

O escopo deste texto é a consagração daqueles que, por quase dois séculos, foram (e são) o sustentáculo de uma obra ímpar, desde há muito a pedra basilar dos estudos feitos na América Latina sobre a cultura da mais antiga nação estabelecida na Europa.

O estudo aqui apresentado, por enaltecer uma gesta, não pode ser tido por panegírico. Mereceria este tratamento depreciativo qualquer prosa louvaminheira que alçasse aos píncaros da fama aquilo que, por sua natureza, não pudesse soerguer-se do raso chão. Os largos anos de vida do *Real Gabinete* são a maior garantia de que, glosando o que alguém escreveu, nunca se dirá bastante para honrar os varões presentes que dele fizeram a expressão maior do amor dos portugueses ao país que os acolheu.

E para que não haja a tentação de desfocar este trabalho da análise histórica do passado da emigração portuguesa, omite-se qualquer referência à contemporaneidade: ao que é o desempenho do Centro de Estudos, criado em 1969, e do núcleo interdisciplinar que o integra, servido por professores universitários da maior nomeada, ou ao que tem sido a acção de António Gomes da Costa, à frente da equipa que, desde 1992, dirige os destinos da instituição. A seu tempo, abalizados autores hão-de fazer a história, que se impõe, de uma presidência de olhos postos no futuro, que tem trazido para o *Real Gabinete* os proveitos das mais avançadas tecnologias, desde a informatização de todo o acervo bibliográfico até à sofisticação do mais recente site para divulgação na Internet, de patente portuguesa, agora inaugurado, a par de realizações

culturais que mantêm o *Real Gabinete* entre as organizações de proa da inteligência no Brasil.

Epílogo

Algumas vezes vejo citado – até em depoimentos de figuras eminentes da cultura brasileira – que muitos naturais do Brasil lamentam não ter triunfado a investida holandesa no Nordeste, com a conseqüente colonização pelos Países Baixos.

Felizmente, não o foi. As pessoas insurgem-se contra a burocracia instalada na administração brasileira e contra a corrupção que a flagela, supostos legados lusos. Antes de mais, a burocracia, como a sua gênese etimológica denuncia, é fruto da Europa francófona. E a corrupção, à escala da península ibérica, não teria a sofisticação existente noutras partes do mundo, mesmo no norte do continente americano, na nossa era, onde, quando se ultrapassa o pudor do secretismo, se descobrem tão feias acções que têm a dimensão de ameaçar fazer ruir o mundo.

Por mais contrafactuais que sejam ensaiados, nunca ninguém poderá asseverar o que o Brasil poderia ter sido se a Corte portuguesa não se tivesse instalado no Rio de Janeiro em 1808, arrancando a sociedade carioca – e todo o universo brasileiro – do torpor em que jazia. Ou se os Bandeirantes portugueses – com um trabalho hercúleo, cuja heroicidade, no conforto da sociedade estereotipada de hoje, não se consegue avaliar convenientemente – e o génio de Alexandre de Gusmão não tivessem alargado os horizontes geográficos do Brasil para uma escala continental.

Por todo o respeito que o povo e a civilização neerlandesa me merecem, berço de inesquecíveis amigos e pátria de Van Gogh, não consigo acreditar que pudessem ter edificado algo de mais humano e generoso do que é a sociedade multicultural brasileira, moldada no cadinho da civilização lusíada, que no “longo século XVI português”⁶⁰ alargou em mais de dois terços o mundo que era conhecido: a ciência náutica desenvolvida em Portugal permitiu navegar-se por todos os oceanos do mundo, a ponto de ser abissal a diferença entre os mares conhecidos em 1415 e 1565⁶¹. “Portugal... preferiu porém num dia encher o mundo e a posteridade com o seu nome”⁶². A proverbial modéstia lusitana tem impedido a proclamação da excelência do seu desempenho na gênese do mundo moderno, quando as restantes comunidades – exceptuada a castelhana – que povoavam a Europa grandiosa se compraziam na contemplação do seu umbigo.

⁶⁰ Feliz expressão devida ao professor Joaquim Romero de Magalhães.

⁶¹ PEREIRA, 2010: 1-2.

⁶² NABUCO, 1880: 20.

O *Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro* é uma cabal demonstração do génio lusitano que, nos tempos difíceis que se seguiram à independência do Brasil, quando se renegava quanto era português, foi capaz de erigir um monumento à glória nacional, nas letras, nas ciências, na cultura universal, e de tal forma sólido que foi o único – entre todos os que as colónias de outras nacionalidades europeias ergueram na terra brasileira – que, não apenas sobreviveu, mas se expandiu e continua pujante.

Joaquim Nabuco, um dos maiores vultos da cultura do Brasil, no discurso proferido na inauguração do monumental edifício que passou a ser a sede do *Gabinete*, dirigindo-se aos seus anfitriões, proclamou: “tendes razão, senhores, de nos fazerdes admirar a vossa pátria pela magnificência das criações portuguesas no Brasil”⁶³.

Na máxima do Padre António Vieira⁶⁴, apesar de ser implacável para com os seus contemporâneos do Maranhão, os portugueses – não apenas Santo António – são luz do mundo, por natureza.

Quadro n.º 1
Associações portuguesas no Brasil, de carácter cultural, hospitalar e beneficente

Associação	Cidade	Estado	Ano de fundação
Academia Lusíada de Ciências, Letras e Artes	São Paulo	São Paulo	1972
Academia Luso-Brasileira de Letras	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	1965
Ala da Fraternidade Luso-Brasileira	São Paulo	São Paulo	1944
Associação Auxiliadora das Classes Laboriosas	São Paulo	São Paulo	1891
Associação Beneficente Luso-Brasileira	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	1880
Associação Luso-Brasileira de Campo Grande	Campo Grande	Mato Grosso do Sul	1929
Associação Luso-Brasileira de Bauru	Bauru	São Paulo	1962
Associação Luso-Brasileira de Florianópolis	Florianópolis	Santa Catarina	1987
Associação Portuguesa Beneficente 1.º de Dezembro	Uberaba	Minas Gerais	1907
Assoc. de Socorros Mútuos Sacadura Cabral/Gago Coutinho	São Paulo	São Paulo	1935

⁶³ NABUCO, 1888: 48.

⁶⁴ VIEIRA, 2009: 191.

*O Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro:
padrão excelente da emigração portuguesa para o Brasil*

(Continuação do Quadro n.º 1)

Associação	Cidade	Estado	Ano de fundação
Beneficência Portuguesa de Amparo	Amparo	São Paulo	1850
Beneficência Portuguesa de Araraquara	Araraquara	São Paulo	1914
Beneficência Portuguesa de Londrina	Londrina	Paraná	1954
Beneficência Portuguesa de Teresópolis	Teresópolis	Rio de Janeiro	1956
Benemérita Sociedade Portuguesa Beneficente do Pará	Belém	Pará	1854
Centro Beirão Ass. Luso-Brasileira Beneficente e Cultural de SP	São Paulo	São Paulo	1933
Centro Beneficente Laboriense	Belém	Pará	1977
Centro Cultural da Comunidade de Língua Portuguesa	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	1960
Centro Cultural Luso-Brasileiro de Pelotas	Pelotas	Rio Grande do Sul	1989
Centro Musical Beneficente da Colônia Portuguesa de Niterói	Niterói	Rio de Janeiro	1919
Centro Português de Santos	Santos	São Paulo	1895
Escola Portuguesa	Santos	São Paulo	1921
Fundação Cultural Brasil-Portugal	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	1981
Fundação Lusíada	Santos	São Paulo	1966
Gabinete Português de Leitura	Salvador	Baía	1863
Gabinete Português de Leitura de Pernambuco	Recife	Pernambuco	1850
Grémio Literário e Recreativo Português	Belém	Pará	1867
Grémio Literário Luso-Brasileiro de São Paulo	São Paulo	São Paulo	1980
Grémio Litero-Recreativo Português	São Luís	Maranhão	1931
Grémio Português de Nova Friburgo	Nova Friburgo	Rio de Janeiro	1933
Instituto Cultural Português	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	1979
Instituto de Direito Comparado Luso-Brasileiro	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	1981
Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão	São Luís	Maranhão	1925
Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de São Félix	Salvador	Baía	1933
Liceu Literário Português	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	1868
Obra Portuguesa de Assistência	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	1921
Real e Benemérita Sociedade Beneficente do Amazonas	Manaus	Amazonas	1873

(Continuação do Quadro n.º 1)

Associação	Cidade	Estado	Ano de fundação
Real e Benemerita Sociedade Portuguesa de Beneficência	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	1840
Real e Benemerita Sociedade Portuguesa de Beneficência	São Paulo	São Paulo	1859
Real e Benem. Soc. Portuguesa Caixa de Socorros D. Pedro V	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	1863
Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	1837
Real Hospital Português de Beneficência	Recife	Pernambuco	1850
Real Sociedade Portuguesa de Beneficência	Campinas	São Paulo	1873
Real Sociedade Portuguesa de Beneficência	Petrópolis	Rio de Janeiro	1875
Real Sociedade Portuguesa de Beneficência 16 de Setembro	Salvador	Baía	1857
Sociedade Beneficente Luso-Brasileira N.ª S.ª de Fátima	S. José dos Campos	São Paulo	1950
Sociedade Beneficente Portuguesa	Olímpia	São Paulo	1926
Sociedade Humanitária 1.º de Dezembro	São Luís	Maranhão	1862
Sociedade Portuguesa de Beneficência	Piracicaba	São Paulo	1897
Sociedade Portuguesa de Beneficência	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	1854
Sociedade Portuguesa de Beneficência	Ribeirão Preto	São Paulo	1907
Sociedade Portuguesa de Beneficência	Rio Grande	Rio Grande do Sul	1859
Sociedade Portuguesa de Beneficência	Santo André	São Paulo	1930
Sociedade Portuguesa de Beneficência	Santos	São Paulo	1859
Sociedade Portuguesa de Beneficência	S. José do Rio Preto	São Paulo	1920
Sociedade Portuguesa de Beneficência de Bagé	Bagé	Rio Grande do Sul	1870
Sociedade Portuguesa de Beneficência de Campos	Campos	Rio de Janeiro	1852
Sociedade Portuguesa de Beneficência de Niterói	Niterói	Rio de Janeiro	1904
Sociedade Portuguesa de Beneficência 1.º de Dezembro	Corumbá	Mato Grosso do Sul	1892
Sociedade Portuguesa de Beneficência do Rio Grande do Sul	Pelotas	Rio Grande do Sul	1857

*O Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro:
padrão excelente da emigração portuguesa para o Brasil*

(Continuação do Quadro n.º 1)

Associação	Cidade	Estado	Ano de fundação
Sociedade Portuguesa de Beneficência de São Caetano do Sul	S. Caetano do Sul	São Paulo	1949
Sociedade Portuguesa Beneficente de Bauru	Bauru	São Paulo	1917
Sociedade Portuguesa Beneficente 1.º de Dezembro	Curitiba	Paraná	1878
Sociedade Portuguesa Beneficente Vasco da Gama	São Paulo	São Paulo	1898
Sociedade de Socorros Mútuos	Campinas	São Paulo	1904
União Luso-Brasileira Cultural e Esportiva de Cruzeiro do Oeste	Cruzeiro do Oeste	Paraná	1977
Venerável e Arq. Ordem 3.ª de N.ª S.ª do Monte do Carmo	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	1648
Vem. Irm. SS. St.º António dos Pobres e N.ª S.ª dos Prazeres	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	1807
Venerável Ordem 3.ª de São Francisco da Penitência	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	1619

Fonte: *Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras*, Rio de Janeiro.

Fontes e Bibliografia

Fontes

GABINETE Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro, 1837 – *Livro de Actas n.º 1*.

GABINETE Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro, 1840 – *Catalogo*.

GABINETE Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro, 1841 – *Estatutos*. Rio de Janeiro: Imprensa Americana de I. P. da Costa.

Bibliografia

ALVES, Jorge Fernandes, 1990 – “Recensão de SILVA, Maria Beatriz Nizza da – Filantropia e Imigração – A Caixa de Socorros de D. Pedro V”. *Revista da Faculdade de Letras. História*, II Série, Volume VII. Porto: Universidade do Porto.

ALVES, Jorge Fernandes, 1999 – “Ler, escrever e contar na emigração oitocentista”. *Revista da História das Ideias*, vol. 20. Coimbra: Universidade de Coimbra.

- ANACLETO, Regina; BERRINI, Beatriz, 2004 – *O Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Dezembro Editorial.
- AZEVEDO, Fabiano Cataldo, 2008 – “Contributo para traçar o perfil do público leitor do Real Gabinete Português de Leitura: 1837-1847”. *Ciência de Informação*, vol. 37, n.º 2. Brasília: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia.
- CABRAL, José Marcelino da Rocha, 1836 – *Relatório motivado sobre a Estatística da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Tipografia Lessa & Pereira.
- CABRAL, José Marcelino da Rocha, 1839 – *Collecção de alguns artigos escriptos e publicados no Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia da Associação do Despertador.
- COSTA, António Gomes da, 2004 – “Nunca se dirá bastante”, in ANACLETO, Regina; BERRINI, Beatriz, 2004 – *O Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Dezembro Editorial.
- DOMINGOS, Manuela D., 1985 – “O público dos Gabinetes de Leitura”, in *Estudos de Sociologia da Cultura: livros e leitores do século XIX*. Lisboa: Instituto Português de Ensino à Distância, Centro de Estudos de História e Cultura Portuguesa.
- ESTEVES, Rosa, 1984 – “Gabinetes de Leitura em Portugal no século XIX: 1815-1853”. *Revista da Universidade de Aveiro*, vol. 1. Aveiro.
- GUEDES, Fernando, 1987 – *O Livro e a Leitura em Portugal: subsídios para a sua História, Séculos XVIII – XIX*. Lisboa: Editorial Verbo.
- GODOLPHIM, Costa, 1876 – *A Associação, História e Desenvolvimento das Associações Portuguesas*. Lisboa: Tipografia Universal.
- GODOLPHIM, Costa, 1889 – *A Providencia*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- LOUSADA, Maria Alexandre, 2000 – “Leitura, Política e Comércio: os primeiros Gabinetes de Leitura em Lisboa, 1801 – 1832”. *ANAI, Série História*, Vol. VII/VIII. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa.
- LOUREIRO, Adalberto José Pizarro, 1960 – *História da Beneficência Portuguesa do Rio de Janeiro (1840-1955)*. Rio de Janeiro: Real e Benemérita Sociedade Portuguesa de Beneficência.
- MARTINS, Ana Luiza, 1990 – *Gabinetes de Leitura na Província de São Paulo: a pluralidade de um espaço esquecido (1847-1890)*. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- MONTÓRO, Reinaldo Carlos, 1880 – “Notícia histórica do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro fundado em 1837”, in *Luis de Camões. Os Lusíadas* (Edição consagrada a comemorar o Terceiro Centenário de Camões pelo Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro). Lisboa: Oficina de Castro Irmão.
- NABUCO, Joaquim, 1880 – *Camões, discurso pronunciado a 10 de Junho, por parte do Gabinete Portuguez de Leitura* (Edição Fac-similada). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional.
- NABUCO, Joaquim, 1888 – “Portugal e Brasil”, in *Obras Completas de Joaquim Nabuco. Escritos e Discursos Literários. L’Option (Volume IX)*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, SA..
- PEREIRA, José Manuel Malhão, 2010 – *Um Novo Olhar Sobre a Ciência Náutica Portuguesa nos séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Academia de Marinha.

*O Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro:
padrão excelente da emigração portuguesa para o Brasil*

- ROSENDO, Vasco, 1996 – *O Mutualismo em Portugal: dois séculos de História e suas origens*. Lisboa: Montepio Geral.
- RUDERS, Carl Israel, 1981 – *Viagem em Portugal (1789-1802)*. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- SILVA, Pedro Ferreira da (coord.), 1977 – *Fundamentos e Actualidade do Real Gabinete Português de Leitura. Edição Comemorativa do 140.º Aniversário de Fundação*. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura.
- VIEIRA, Padre António, cerca de 1670 – *Sermões de Roma e Outros Textos*. Estarreja: MEL Editores (2009).

UM MITO PARA TODOS OS ITALIANOS DE SÃO PAULO

Alexandre Hecker

Introdução

A idéia do herói como um semideus, fruto de relação humana com divindades, remonta aos gregos antigos, que no entanto reservavam este tipo de pensamento à mitologia, identificando-a com um juízo além da filosofia, cuja preocupação diferentemente do mito deveria ater-se “a este mundo”. Quem trouxe para a história a concepção da existência real de indivíduos excepcionais, imbuídos de tarefas humanas, foi o pensamento romântico do século XIX. Hegel afirmava que os heróis “enxergam a própria verdade de sua época e de seu mundo – eles vêem a próxima espécie que, por assim dizer, já está formada no ventre do tempo”¹. Conforme o pensador, as outras pessoas, os homens em geral, seguiam de uma forma cabal os heróis, que representavam “o melhor da época” e geravam “multidões atrás de suas bandeiras”².

Os heróis hegelianos, cuja vida atribulada não permitia desfrutar da felicidade acessível aos outros, deveriam ser mirados devotadamente, mas com distância. Se os homens comuns os observassem de perto, poderiam submetê-los a julgamento equivocado, pois “nenhum homem é um herói para o seu camareiro”, já que este poderia vê-lo com olhos de repreensão moral. Porém, asseverava Hegel, “uma personalidade tão poderosa tem de pisar em muita flor inocente, esmagando coisas no seu caminho”.

Desta forma, para dar plenitude à realização de sua missão como herói, esta semi-divindade deveria permanecer num Olimpo metafórico bastante apartado daqueles que o veneravam e pensavam segui-lo em seu desígnio fantástico. Portanto, o herói ao mesmo tempo em que se mantinha uma entidade pouco conhecida em sua vida concreta, deveria oferecer informações suficientemente capazes de, uma vez hipostasiadas, alimentar a imaginação popular.

¹ HEGEL, 1990: 79.

² Na sequência cronológica de Hegel, mas ainda em pleno domínio da concepção romântica da história, o escocês Thomas Carlyle, em *On Heroes and Hero Worship and the Heroic in History*, vai ainda mais longe afirmando que “a história universal, a história daquilo que o homem realizou neste mundo, substancialmente outra coisa não é senão a história dos grandes homens que aqui agiram”.

Não foi outra a história do pensamento mitológico compartilhado entre os imigrantes italianos que para São Paulo se dirigiram durante décadas e décadas, formando uma florescente comunidade constituída por mais diversos tipos sociais e políticos. Entre si, estes grupos de interesses diversificados, além da naturalidade, guardavam atitudes de louvação ao conterrâneo Giuseppe Garibaldi.

Para a “colônia paulista”, o “herói de dois mundos” foi uma personagem tão distante no tempo quanto unânime na representação, no sentido de que todos os italianos o veneravam, mas não lhe atribuíam exatamente as mesmas qualidades e, muito menos as mesmas funções políticas. Ora avalizador do autoritarismo, ora da democracia, foi monárquico, foi socialista, e até mesmo fascista; algumas vezes representava os ricos da colônia paulista, outras os pobres... De toda a forma o herói seguiu sendo um equivalente universal de troca entre simbologias políticas dos italianos de São Paulo. Não foi diferente na própria Itália, pois embora a unificação do Estado e as primeiras homenagens tenham ocorrido ainda no século XIX, o herói manteve-se em evidência em todas estas décadas e situações históricas diversas que separam os tempos das lutas pela unificação destes que ora vivemos. Assim é que, ainda no ano de 2008, estava sendo atribuído seu nome ao 5.500º logradouro público – entre praças, ruas, monumentos e outros espaços – daquele país.

Em São Paulo, em 1910, quando um busto de Garibaldi foi inaugurado com fulgurante discurso do poeta Olavo Bilac, no mais importante ambiente de lazer da cidade na época, o Jardim da Luz, houve ferrenha disputa, sem consenso, para que todos os grupos políticos e sociais de italianos estivessem presentes e manifestassem seu apreço ao herói.

São Paulo foi o Estado brasileiro que abrigou o maior número de imigrantes italianos, considerando o período todo de vinda em massa destes estrangeiros ao país, isto é, desde a sétima década do século XIX, até posteriormente a Segunda Grande Guerra. Certamente o impulso econômico foi o responsável por estas chegadas de trabalhadores, mas devem-se também considerar providências incentivadoras tomadas pelo Estado, pois, entre 1896 e 1907, São Paulo foi o único Estado a adotar medidas de atração de imigrantes. Assim ocorreu que, entre 1877 e 1900, a época de maior afluxo de italianos para o país, estima-se que aproximadamente 60% destes viviam no Estado.

De todos os estrangeiros entrados no Estado de São Paulo, entre 1885 e 1934 – 2 333 217 pessoas – os italianos eram 929 802, ou seja, cerca de 40% do total³.

A cidade de São Paulo, em pouco tempo, transformou-se de pequeno centro regional em uma capital cosmopolita, na qual os estrangeiros perfaziam 60% de sua população. Isto em 1890, ano para o qual não se dispõe de uma efetiva avaliação do

³ As informações que serviram de base para a coleta destes dados encontram-se no site do Memorial do Imigrante (disponível na internet em: <<http://www.memorialdoimigrante.sp.gov.br/historico/e6.htm>>).

número de italianos na cidade. Porém, é sabido que em 1920, os italianos significavam 35% da população da cidade, e numa cifra redonda contavam 600 mil habitantes. Já era então possível ver traços de italianidade por todas as partes.

Em 1924, Giuseppe Martinelli deu início à construção de um prédio, num grande terreno na então área mais nobre da capital, que atingiria 30 andares e se tornaria um cartão postal da cidade. Nas obras trabalhavam mais de 600 operários e 90 artesãos especializados, sendo a grande maioria conterrânea do empreendedor. Mas, empresários e trabalhadores braçais, passando por artesãos refinados, empregados de escritório, vendedores de insumos, enfim considerando os mais variados tipos de ocupações exercidas pelos italianos, e a conseqüente posição social desfrutada no seio da comunidade, não estava de acordo sobre como a figura de Garibaldi contribuía para a satisfação de suas aspirações políticas e culturais. Pelo contrário, divergiam profundamente. Ou melhor, em termos dispostos por Roland Barthes⁴, concordavam com um *significante* comum, mas elaboravam um diferente *signo* para construir um *significado* favorável ao projeto político específico de cada grupo.

1. O imigrante italiano como “elemento subversivo”, os socialistas e o mito de Garibaldi

Os dados estatísticos disponíveis indicam que consideradas todas as entradas de imigrantes no Brasil, desde o início do processo massivo de vinda de estrangeiros, isto é dos anos 1870 até os 1960, os três maiores grupos se constituíram nos italianos, portugueses e espanhóis, nesta ordem. Embora para o Estado de São Paulo, no mesmo período, possa-se também fazer igual afirmação, para épocas específicas os números indicam outra conformação. Assim é que, para o Estado, entre os anos 1910 e 1960, o grupo nacional que forneceu maiores contingentes não foi o dos italianos, mas o dos portugueses. Sob um total de 1 552 837 imigrantes entrados no período, enquanto os italianos e os espanhóis representavam aproximadamente 18%, cada um dos grupos, os portugueses ascendiam a quase 30%.

Num raciocínio simplista poder-se-ia inferir que estando presentes em maior número, numa época de repressão às atividades políticas dos estrangeiros, aparecessem não os italianos, mas os portugueses com maiores contingentes entre os perseguidos e prontos para a polícia política, num intervalo de datas semelhante ao citado. Mas, não é isto o que se observa quando se recorre aos números obtidos em pesquisas realizadas na documentação reunida pela Delegacia de Ordem Política e Social, o DEOPS paulista – o órgão encarregado de investigar e reprimir as propostas

⁴ Conforme adiante será analisado.

e ações daqueles que se opusessem ao regime político do momento. Entre os anos de 1924 (ano de criação do DEOPS) e 1983 (ano de sua extinção), a polícia política abriu aproximadamente um total de 160 mil prontuários, entre os quais cerca de 5 400 eram de portugueses e 12 600 de italianos residentes no Estado. Embora não seja possível considerar todos os indivíduos prontuariados como contestadores do regime político em cada momento em que foram investigados, pois os motivos mais diversos davam ocasião à abertura de investigações, o problema é que grosso modo pode-se levantar a hipótese de os italianos terem causado maiores preocupações aos policiais do que, por exemplo, o contingente de portugueses nas mesmas condições. Enquanto aqueles foram investigados num percentual de cerca de 4,5% sobre sua hipotética população total, estes preocuparam a polícia política paulista em aproximadamente apenas 1,25% do total de entrados no Estado⁵.

Entre os imigrantes italianos, um dos grupos que mais atenção requereu das autoridades responsáveis pela repressão foi o de socialistas. E a eles o mito de Garibaldi estava indelevelmente relacionado.

Ser socialista para os italianos de São Paulo, sobretudo para o grupo dito reformista, não significava propugnar pela derrocada do capitalismo ou mesmo pela derubada de governos a este regime ligados. Mas, decididamente, significava combater idéias internacionais que poderiam “contaminar” os laboriosos ítalo-brasileiros com “propostas enganadoras e antidemocráticas”. Significava preservar a “colônia” italiana da influência autoritária e por isso os socialistas opuseram-se veementemente tanto à Revolução Russa e seus desdobramentos, quanto ao movimento fascista então vitorioso na Itália, a partir da década de 1920. E o fizeram tendo uma determinada imagem de Garibaldi como garantia de anti-autoritarismo.

Fazendo uma analogia com outros grupos de políticos e intelectuais italianos que militaram na imprensa paulista, e que derivavam da mesma matriz socialista, no mesmo período – recordem-se líderes tais como Edmondo Rossoni, Paolo Mazzoldi, Alceste de Ambryos ou Teodoro Moniceli – os reformistas pareceram adotar posições muito aquém dos arroubos combatentes daqueles. Porém, se constituíram em preocupação igualmente para as autoridades e, tal como outros setores da comunidade mais integrados ao *establishment*, tiveram em Garibaldi seu representante simbólico.

A pujante presença dos italianos socialistas em São Paulo remonta às origens da organização dos trabalhadores em defesa de seus direitos. Tanto é assim que uma

⁵ Evidentemente não há precisão estatística nestas observações. Ressalte-se que não há lógica estreita na comparação entre contingente de entradas e número de prontuariados, até mesmo porque muitos dos perseguidos pela polícia haviam chegado ao Estado em época anterior a 1924. Depois, é preciso considerar que, por terem os brasileiros nomes e sobrenomes inseparáveis dos portugueses, e por serem os documentos do DEOPS muitas vezes incompletos (isto é, sem identificação da nacionalidade), é possível que um bom número daqueles últimos não possam ser reconhecidos pela pesquisa como portugueses. Os números gerais sobre imigração foram obtidos no site do Memorial do Imigrante, supra citado.

rápida cronologia dos sucessos ligados à luta política contra a oligarquia dominante apresenta-se marcada por eventos cuja origem advém dos imigrantes italianos.

- 1900 – criação do jornal *Avanti!* e da seção paulista do Partido Socialista Italiano, PSI.
- 1902 – reunião do Congresso Socialista Brasileiro, dirigido pelos militantes do *Avanti!*
- 1904 – vem ao Brasil Antonio Piccarolo para dirigir o *Avanti!*
- 1908 – cisão no PSI paulista entre o Centro Socialista Internacionalista e o Centro Socialista Paulistano, liderado por Piccarolo que lança o livro *O socialismo no Brasil*. Um marco na história política italiana no Brasil.
- 1913 – Piccarolo lança o livro *L'emigrazione italiana nello Stato di San Paolo*, no qual defende o fluxo emigratório e a importância da presença dos italianos para a economia e política paulista.
- 1923 – início da fascistização da “colônia” paulista⁶.
- 1925 – nasce a Unione Democrática que aderirá (1926) à LIDU.
- 1927 – criada a Concentração Antifascista que reúne os socialistas diante do “inimigo maior”, e que servirá de modelo para a construção de um movimento antifascista brasileiro em geral.

A presença dos socialistas na imprensa italiana em São Paulo foi marcante, e diversas publicações contribuíram para os debates em torno da italianidade e da afirmação do mito de Garibaldi no seio da comunidade. Entre estas podem-se indicar: o *Avanti!*, 1900-1919, dirigida por Alceste De Ambry, Piccarolo, Vincenzo Vacirca, Teodoro Monicelli; *Il Secolo*, 1906-1910, Piccarolo; *La Tribuna Italiana*, 1909-1910, De Ambry; *La Scure*, 1909, De Ambry; *La Rivista Coloniale*, 1910-1924, Piccarolo; *La Difesa*, 1923-1935, dirigida respectivamente por Piccarolo, Francesco Frola, A. Cimatti, Mario Mariani, Bixio Picciotti; *Il Risorgimento*, 1928, Piccarolo; entre outros. Estes jornais cobriram um amplo período da história da “Colônia” e atingiam de maneira abrangente já que circulavam também no interior do Estado e em outras capitais. Nestes veículos uma profusão de matérias sobre Garibaldi preenchia o espaço simbólico desenhado para a manutenção da comunidade sob os auspícios de uma “cultura de esquerda”.

⁶ Embora F. Bertonha afirme que “é importante observar que, sem dúvida, nem fascismo nem antifascismo conseguiram conquistar completamente as comunidades italianas emigradas e que o que houve realmente foi a presença de minorias politizadas de lado a lado disputando uma esmagadora maioria não politizada...” (BERTONHA, 1994), a verdade é que as instituições italianas no Estado passaram quase unanimemente a ser dirigidas pelos fascistas ou elementos a eles simpatizantes. O antifascismo foi sempre oposição excluída dos espaços de poder: jornais, empresas, escolas, clubes e, obviamente, órgãos de representação oficial.

2. Narrativa mitológica dos socialistas italianos de São Paulo

Partindo de uma idéia de patriotismo situada num espaço metafísico inalcançável pelo pensamento experimental, e, portanto, pela crítica, os socialistas italianos de São Paulo construíram uma linguagem harmônica na qual a figura de Garibaldi exercia um papel fundamental. Estava em jogo a superação de problemas políticos enfrentados pela sua comunidade. Tal patriotismo materializava-se por meio de ações no sentido de preservação da italianidade, ações estas que desdobradas caminhariam no sentido da longa travessia da fronteira do capitalismo, adentrando o aspirado mundo do socialismo. Para velar por esta viagem, uma divindade deveria ser invocada e imitada, o Garibaldi. Seus passos oportunamente mimetizados levariam ao encontro do caminho acertado para o futuro. Entretanto, haveriam de ser ultrapassados obstáculos neste rumo à realização da história: os fascistas funcionaram, nesta narrativa simbólica, como os criadores de percalços presentes em toda a fabulação épica. Assim, teceram os socialistas sua tarefa hercúlea diante da hidra de Lerna do capitalismo e suas cabeças nefastas constituídas pelas ditatoriais ações do dissimulador fascismo, que por vezes procurava valer-se do mesmo herói e da mesma italianidade. Era preciso então demarcar bem o terreno da democracia, não permitindo uma apropriação indevida da simbologia estruturadora da identidade italiana.

Vejamos de forma objetiva como no discurso para a comunidade apareciam na imprensa socialista, ao longo das primeiras décadas do século, estes elementos constitutivos do esquema semiológico.

2.1. Sentimento patriótico

Il Secolo, em 23 de Junho de 1909, apresentava o patriotismo como um sentimento inatingível pelos fatos da vida social e política, colocando-o mesmo acima das convicções socialistas e de certa forma como mais puro no sentido de igualar as pessoas:

“O sentimento patriótico teve sua função histórica, depois degenerou; assim como o internacionalismo proletário e socialista teve o seu momento com a Internacional... Mas este último foi longe demais ao negar a Pátria e confundir o patriotismo interesseiro e festivo com aquele invencível sentimento de afeto que cada homem tem pelo país que o viu nascer, no qual encontrou educação, do qual carrega inconscientemente junto com sua alma as tradições do passado e as aspirações de futuro”.

Caminhando de forma imperceptível este sentimento abarcava a todos e, mesmo inconscientemente, a todos dizia respeito:

“Há momentos na vida dos povos em que um ideal pode-se transformar em situações reais... (por meio) de uma atividade milagrosa que cria a energia heróica dos espíritos e suscita o prodígio imortal da fortuna... (Na Itália de Garibaldi desenvolveu-se um sentimento) que se exerceu, em homens ainda inconscientes, como um longo fermento, lento... o gérmen dos séculos que fecundou no subsolo da vida, que expandiu a força de raízes subterrâneas”⁷.

Desta maneira, no discurso socialista, a italianidade deveria aparecer acima das divisões políticas. Quando ainda se discutia a participação dos representantes da comunidade que estariam presentes à inauguração do busto de Garibaldi, acima referida, *Il Secolo*, 22 de Junho de 1909, observava: “Nós nos alegramos com o acontecido... como fazemos sobre qualquer afirmação de italianidade”. Mas na iminência da dissolução do Comitê Popular encarregado das comemorações, e na formação de apenas um grupo restrito de autoridades para animar a festa patriótica, o jornal se opunha e invocava o herói como garantia da igualdade de todos perante o altar da pátria:

“Trata-se de um Comitê de todos, sem distinção... (pois as comemorações) referem-se a uma verdadeira e própria demonstração de italianidade, sem distinções de grupos... Diante de Garibaldi não se devem fazer distinções de tal forma que todos os homens honestos, todos os que verdadeiramente se sintam imbuídos do espírito do próprio país e das responsabilidades pela humanidade, pela liberdade e pela justiça devem estar unidos”⁸.

2.2. Garibaldi, herói ou santo

O veículo da realização do patriotismo se constituía na presença simbólica do herói, intermediando as relações entre a “colônia” italiana e sua pátria de adoção:

“Outro indício certo do afeto e do amor que Garibaldi mantinha pelo Brasil foi o poncho, esta vestimenta própria do Rio Grande do Sul, que ele continuou a vestir até seus últimos dias. O vestia justamente no dia 18 de Abril de 1861, quando pela 1.^a vez entrou na Câmara italiana para a histórica e tumultuada sessão na qual discutiu a sorte do exército meridional... Garibaldi, soldado da liberdade, lutou pela liberdade brasileira com o mesmo afeto, com o mesmo entusiasmo, com o mesmo desinteresse com que lutou... mais tarde pela sua pátria, a Itália”⁹.

⁷ *Il Secolo*, 2 de Junho de 1910.

⁸ *Il Secolo*, 29 de Junho de 1909.

⁹ *Il Risorgimento*, 1.º de Junho de 1928.

Por vezes o papel do herói ganhava objetiva sacralidade na defesa de um patriotismo alargado, no caminho da projeção de um discurso socialista humanitário:

“Garibaldi é um santo da nova civilização... sagrado não apenas para os italianos que tiveram a sorte de tê-lo como compatriota, mas de todos os homens que cultuam a liberdade e a justiça... (Distinguia-o) o amor visceral pela humanidade... (que) de onde o chamasse ele não deixava de acorrer: de Salto no Rio Grande do Sul, das margens do Prata até as encostas da região de Dijon, a sua vida inteira foi um hino de amor à humanidade”¹⁰. “No altar da pátria Garibaldi sacrificou tantas vezes o amor próprio”¹¹. “Cavaleiro da humanidade... chamam-no assim por causa de sua generosidade doce, às vezes quase infantil, que o tornava atencioso diante da desventura dos povos e dos simples, e o lançava na luta desinteressadamente. Sempre contra a prepotência, contra o arbítrio, contra a injustiça”¹².

2.3. Socialismo patriótico como solução teleológica

Imaginando um desdobramento contínuo do mitificado espírito italiano, ao longo da história recente do país – que no século XIX tomara a forma das lutas patrióticas pela unificação, condensadas na trajetória política de Giuseppe Mazzini, e na atuação heróica de Garibaldi – os socialistas italianos de São Paulo acreditavam estar, no século XX, diante de um novo giro da roda da história, no qual lhes caberia produzir a etapa seguinte do processo.

O período do *risorgimento* reunira Mazzini como o cérebro, o estrategista do aproveitamento da sabedoria em favor da justiça e igualdade social, e Garibaldi como o campeão do amor à humanidade e à liberdade. Cérebro e alma do recente passado revolucionário, assim se referia *Il Secolo*, de 8 de Abril de 1910, às duas personagens. E, em edição pouco posterior, afirmava:

“Estes homens viveram uma crise sublime que recuperaria, por meio de provações terríveis, o lugar da Itália no mundo... Da velha terra italiana nascia uma estirpe garibaldina, estirpe legendária que com seu sangue nutriu a história e criou uma nova Itália”¹³.

No período contemporâneo, a solução histórica do manifesto destino italiano, se realizaria mediante a adoção do projeto socialista, tal como intelectuais militantes de

¹⁰ *Il Secolo*, 2 de Junho de 1909.

¹¹ *Il Secolo*, 29 de Junho de 1909.

¹² *La Difesa*, 2 de Junho de 1929.

¹³ *Il Secolo*, 2 de Junho de 1910.

São Paulo estavam propondo. Por esta razão, o novo herói dessa travessia para o mundo da justiça e da bem-aventurança, carregado da missão de seus grandes precursores, seria o deputado do PSI Giacomo Matteotti, covardemente assassinado pelas hordas fascistas, em Junho de 1924, após veemente denúncia de fraude nas eleições italianas. A associação entre Matteotti e Garibaldi surgiu evidente nas páginas do jornal dos socialistas:

“Descuidado com a vida, desprezando os perigos, tal como em outro campo Matteotti... Garibaldi é a antítese dos velhacos que governam a Itália. Por isso os exilados de todos os partidos inclinam-se diante de sua figura milagrosa e saúdam neles expressões fulgurantes do heroísmo humano”¹⁴.

Assim como Garibaldi fizera no passado – asseverava o jornal *L'Italia, giornale degli uomini liberi*, em 2 de Junho de 1932 – Matteotti agora indicava o caminho para o futuro,

2.4. O inimigo fascismo

Completando a lógica narrativa imaginada para a libertação da comunidade, e apontando para a realização do esperado futuro auspicioso, a tarefa que se impunha para realização da história consistia em derrotar o inimigo fascismo no campo dos sentidos políticos e seus valores.

Objetivamente era preciso impedir que os camisas negras e Mussolini se associassem à imagem de Garibaldi, pretensão esta presente na utilização pelos fascistas do apodo Duce, que anteriormente fora atribuído ao herói. Por isso, os socialistas julgaram fundamental demarcar as diferenças no método de ação dos dois líderes:

“Defendamos Garibaldi: o verdadeiro Duce, depois de ter livrado quase toda a Itália meridional do jugo borbônico, diante da possibilidade da guerra civil, pela unidade italiana... fez a grande doação do reino da Itália ao monarca. O falso Duce, invadido pela louca mania do domínio, ao contrário criou e fomentou uma guerra civil entre uma minoria armada e quase todo o povo. Agora, o ditador volta-se para o penhasco de Caprera... Permitirá o povo que... (os fascistas) ofendam o nome de Garibaldi para incitar os delírios de suas legiões...? Permitirá... que profanem o nome... daquele que saudou o socialismo como o sol do futuro?”¹⁵.

Na Itália, os fascistas propunham explorar simbolicamente a sua pretensa relação com Garibaldi promovendo o traslado das cinzas de Anita da cidade de Nice à de

¹⁴ *La Difesa*, organo settimanale degli uomini liberi, 2 de Junho de 1929.

¹⁵ *La Difesa*, 27 de Janeiro de 1932.

Gênova, e depois, em grande marcha comemorativa, levá-las triunfalmente a Roma. A fim de impedir este espetáculo, mas considerando suas tênues forças para interferir no desempenho do governo italiano, o jornal *La Difesa* publicou apelos ao povo e às autoridades brasileiras para que impedissem a espoliação da memória da mulher brasileira de Garibaldi. A convocação aos brasileiros vinha de Alceste de Ambryns, então radicado na França: “Não lhes parece necessário, ou melhor obrigatório, arrebatá-los dos chacais o nome e a pura glória de Anita, a brasileira morta pela Itália...?”¹⁶. E posteriormente aparecia reiterada em primeira página: “Para que os fascistas encenem manifestações... a generosa Mulher e o Cavalheiro da Humanidade não podem sofrer ofensas assim caluniadoras”¹⁷.

Conclusão – Esquadrinhando a narrativa

Raoul Girardet explica, em seu clássico *Mitos e mitologias políticas*, que “o mito político é fabulação, deformação ou interpretação objetivamente recusável do real. Mas, narrativa legendária, ele exerce também uma função explicativa, fornecendo certo número de chaves para a compreensão do presente... Esse papel de explicação se desdobra em um papel de mobilização...”.

Foi realmente em função dessas três dimensões que o mito de Garibaldi, para os socialistas de São Paulo, se estruturou. Foi uma *fabulação* no sentido do aproveitamento de uma personagem a ser desenraizada do real, mas não significou incapacidade argumentativa do discurso socialista ou demonstração de uma “intelectualidade imperfeita”, ao contrário. A mitificação do Garibaldi pelos socialistas representou o aproveitamento de uma coerência simbólica capaz de exprimir em nível mais profundo de entendimento o amor patriótico, considerado como uma linguagem poética autônoma e sobreposta aos discursos lógicos dos argumentos. Apresentou-se como um sentimento paralelo ao pensamento racional. Uma metafísica.

Foi também uma *explicação*, até mesmo em duplo sentido. Por um lado, tornava inteligível a relação entre imigração e manutenção da *italianidade*, mantendo no nível simbólico a relação íntima com a Itália real, pois “Garibaldi lutou por todos os italianos, em todos os lugares”. Mas explicou também o projeto socialista adotado, já que “Garibaldi foi o generoso lutador pela humanidade”¹⁸.

Finalmente o Garibaldi imaginado, fabulado, colocado fora do tempo e do espaço, *mobilizou* politicamente o imigrante, impulsionando-o a agir na superação de suas diferenças regionais e do duro mundo cotidiano da colônia. O tempo de investimento

¹⁶ *La Difesa*, 30 de Janeiro de 1932.

¹⁷ *La Difesa*, 1 de Março de 1932.

¹⁸ GIRARDET, 1987: 13.

numa comunidade italiana fora da Itália poderia, então, ser entendido como um tempo sagrado, de realização direta de seu destino universal.

Sua representação reuniu a todos num altar simbólico da pátria que concentrou as glórias italianas e, no caso dos embates socialistas de São Paulo contra o fascismo, que aqui então estava sendo implantado, alimentou as forças para mobilização contra os limites do capitalismo paulista, então dominado por elites exploradoras, das quais também seus conterrâneos faziam parte.

No caso dos fascistas e de seus objetivos de conquista da colônia paulista, o mito de Garibaldi jogava um papel bem diferente do que para os socialistas: para os irados camisas negras, Garibaldi forneceu uma justificativa para adoção de uma *italianidade* apoiada nos valores da bravura e da dominação violenta, combustível necessário para a exclusão de meios e objetivos democráticos.

Como observou Roland Barthes¹⁹, a lógica do mito não se traduz em uma fala qualquer, mas numa linguagem, numa narrativa. Como tal, a linguagem a propósito de Garibaldi não conheceu apenas uma significação, um signo, para usar a terminologia do citado autor. Mantendo o significante Garibaldi e lhe atribuindo um significado semelhante – o herói, o vingador, o intemorato – fascistas e socialistas construíram diferentes signos para o líder da *italianidade*. Apresentar esta disputa simbólica pareceu-nos desvendar parte significativa da história, tanto dos italianos como do próprio Estado de São Paulo.

Fontes e Bibliografia

Bibliografia

- BARTHES, Roland, 1978 – *Mitologias*. Rio de Janeiro: Difel.
- BERTONHA, Fábio, 1994 – *O antifascismo socialista italiano de São Paulo nos anos 20 e 30*. Dissertação de mestrado apresentada na UNICAMP.
- CARLYLE, Thomas, 1963 – *Os heróis (On Heroes and Hero Worship and the Heroic in History)*. S. Paulo: Melhoramentos.
- CONSTANTINO, Núncia S. de, 2007 – “Memória de Garibaldi e a construção da identidade entre italianos no Rio Grande do Sul”, in BARROS FL., O. – *Os caminhos de Garibaldi na América*. Porto Alegre: Laser Press C..
- GIRARDET, Raoul, 1987 – *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Cia das Letras.

¹⁹ BARTHES, 1978: 131 e seguintes.

HECKER, Alexandre, 1989 – *Um socialismo possível: a atuação de Antonio Piccarolo em S. Paulo*. S. Paulo: TA Queiroz.

HEGEL, 1990 – *A Razão na História: uma introdução geral à filosofia da história*. São Paulo: Ed.Moraes.

Memorial do Imigrante. Disponível na internet em: <<http://www.memorialdoimigrante.sp.gov.br/historico/e6.htm>>.

RIOSIA, Alceo, 1993 – *Miti contemporanei: socialismo e nazionalità*. Milano: CUESP.

IMIGRAÇÃO QUALIFICADA NO PÓS-SEGUNDA GUERRA MUNDIAL: PORTUGUESES E ITALIANOS EM SÃO PAULO

Sênia Bastos

Introdução

Trindade aponta os imperativos de ordem econômica que determinam grande parte dos movimentos migratórios¹. Ressalte-se que a análise dos movimentos migratórios do pós-Segunda Guerra Mundial reúne especificidades que vão além do plano econômico. Destacam-se, sobretudo, as dificuldades dos países que participaram diretamente do conflito bélico e que necessitavam de investimentos para a recuperação de sua economia, redução do nível de desemprego, recuperação de seu patrimônio edificado, bem como minimizar, de alguma forma, os efeitos psicológicos daqueles que foram perseguidos pelos regimes autoritários e nazi-facistas na Europa.

Acordos internacionais foram assinados para subsidiar e direcionar a migração, “aliviando” o contingente populacional sem ocupação remunerada, favorecendo a recuperação econômica dos países duramente afetados pela guerra e/ou possibilitando um novo horizonte para as pessoas vitimadas por esses regimes de forma dirigida². Sob a condição de refugiados de guerra, aguardavam nos campos austríacos e alemães o repatriamento ou colocação em países não europeus.

O Brasil assinou acordos para receber refugiados de guerra³ com organismos multilaterais, como por exemplo a Organização Internacional dos Refugiados (OIR/IRO), bem como imigrantes de países da Europa (Itália, Espanha entre outros)

¹ TRINDADE, 1976.

² Aponta-se tanto o deslocamento (fuga) decorrente de processos de ocupação do território, quanto os que foram direcionados forçosamente aos campos de concentração ou ao trabalho em fábricas ou fazendas, por agentes de estados totalitários (PAIVA, 2000). La Cava aponta a estratégia dirigista que pautou o movimento de repatriação e recolocação de mão de obra no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial: “Na primeira fase, de 1945 a 1952, marcada pelo assim chamado sistema triangular, os Estados Unidos providenciaram os capitais privados na América Latina, a Europa, a mão de obra e a América Latina, os recursos naturais (terras, etc.). Nesse período, [...] teria sido resolvido tanto o problema do excesso populacional europeu, como o da ‘carência’ da mão de obra necessária para o desenvolvimento da América Latina” (LA CAVA, 1988: 57).

³ A Alemanha e a Áustria reuniam campos de refugiados com imigrantes provenientes do Leste europeu.

e da Ásia (Japão)⁴. Ao que se refere à imigração portuguesa, ressalte-se o caráter espontâneo que caracteriza esse fluxo desde os primeiros anos da colonização brasileira⁵. Até os anos 1950, o Brasil constitui o principal destino dos portugueses, e a partir da década seguinte, em virtude do crescimento sustentado dos países do norte europeu, passam a se dirigir, sobretudo para a França, Alemanha e Suíça⁶.

A presente pesquisa problematiza a imigração qualificada de nacionalidades portuguesa e italiana do pós-Segunda Guerra Mundial e tem como fontes, os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e os registros de 99 659 imigrantes, reunidos no banco de dados do projeto *Novos imigrantes: fluxos migratórios e industrialização em São Paulo no pós-Segunda Guerra Mundial (1947-1980)*.

1. O banco de dados e o procedimento metodológico

Realizado durante os anos 2002 a 2008, com o apoio da FAPESP, o banco de dados reúne registros de 99 659 imigrantes, cuja documentação é custodiada pelo Memorial do Imigrante/SP, realizado a partir de uma parceria institucional com o Núcleo de Estudos de População (NEPO, UNICAMP).

No que se refere à documentação, cujas informações foram inseridas no banco de dados, destacam-se as fichas de identificação (40 035), os avisos de colocação e embarque/chegada (6 892), as fichas do candidato (3 433), as fichas de entrevista para colocação (3 606), os *curricula vitae* (1 148), processos administrativos (3 296), os pedidos de mão-de-obra qualificada estrangeira e os cancelamentos de mão-de-obra pré-colocada (76). Os dados são consolidados por imigrante, sem a sobreposição ou duplicação de informações e se distribuem em três tabelas. A tabela principal contempla 45 campos, a tabela profissão compreende 6 campos e a tabela parentes comporta 5 campos, cujos dados podem ser cruzados a partir do número de identificação do imigrante principal.

Convém ressaltar as dificuldades no tratamento dessas informações, advindas de discrepâncias presentes na documentação original, tais como datas, gênero, idade, nomes de localidades, dados incompletos, ausência de identificação do ano de

⁴ A imigração italiana foi subsidiada pelo Comitê Intergovernamental para as Migrações Europeias (CIME) enquanto a japonesa pela *Japan Immigration and Colonization* (JAMIC).

⁵ Apontam-se as dificuldades de estudo dos portugueses, em virtude da existência de mecanismos próprios de inserção no Brasil: esquivam-se dos canais normais de recepção de imigrantes, como por exemplo, a Hospedaria do Imigrante de São Paulo, visto que o domínio do idioma e a presença de redes informais de acolhimento lhes confere certa autonomia nesse destino (TRINDADE, 1976; SCOTT, 2001).

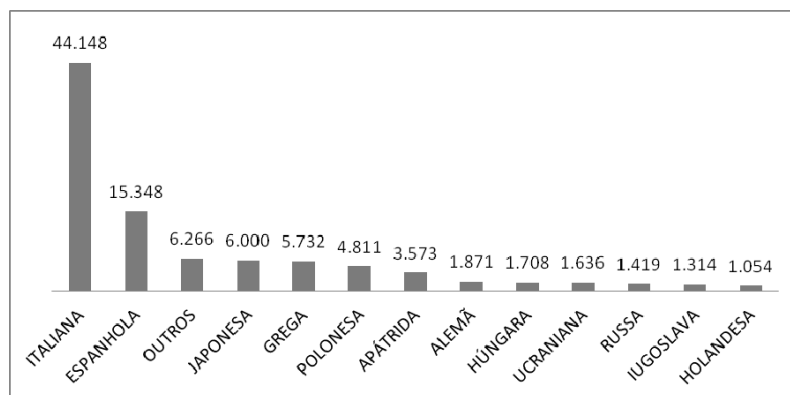
⁶ GÓIS, BAGANHA, 1999.

ingresso ou registros anteriores a 1947 ou posteriores a 1980 (o que foi considerado como erro de preenchimento do documento ou da digitação).

A partir da seleção dos imigrantes que declararam nacionalidades italiana e portuguesa foi criada uma planilha em *excel* para a contabilização das ocorrências dos campos presentes nas três tabelas já mencionadas.

A abordagem do campo nacionalidade resultou na identificação de 76 diferentes nacionalidades, com precisão do ano de ingresso de 97 058 imigrantes (97,4%), dado que se reduz a 52 393 (52,57%) se não forem considerados os parentes e demais acompanhantes (como agregados, primos de parentes, etc.). Veja-se a seguir o gráfico com as principais nacionalidades entradas entre 1946 a 1980.

Gráfico n.º 1
Principais nacionalidades



Fonte: Banco de dados

No gráfico n.º 1 foram contempladas apenas as que apresentaram pelo menos 1% de repetição, verifica-se o predomínio da nacionalidade italiana (44%) e da espanhola (15%); a grega e a japonesa (6% cada) apresentam cifras aproximadas; seguem-se a polonesa (5%), a alemã e a húngara (2% cada), a russa, iugoslava e holandesa (1% cada). Como outros (6%), registram-se 65 nacionalidades e como apátridas (4%), contam-se, sobretudo, aquelas referentes a imigrantes entrados como refugiados, no período de 1947 a 1949.

No banco de dados a nacionalidade portuguesa contempla 192 registros, o que indica o caráter espontâneo dessa imigração, como aponta a historiografia. Indica também que não passaram pela Hospedaria do Imigrante de São Paulo, ou seja, contavam com recursos próprios e com redes de sociabilidade e de acolhimento não oficiais. Buscando precisar o número de ingressos de portugueses no Brasil nesse período recorreu-se ao IBGE, o que pode ser observado no quadro n.º 1.

Quadro n.º 1
Ingresso quinquenal de imigrantes de nacionalidades italiana e portuguesa (1947-1980)

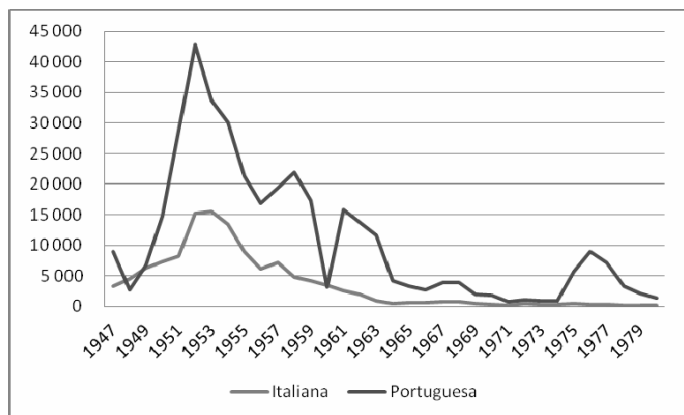
Anos	Nacionalidade Italiana	Nacionalidade Portuguesa	Imigração total
1947-1950	21 415	33 191	99 657
1951-1955	61 388	156 607	358 400
1956-1960	25 749	78 652	233 285
1961-1965	6 378	48 628	118 419
1966-1970	2 962	14 169	45 548
1971-1975	1 858	9 497	39 154
1976-1980	1 064	23 046	38 683
Total	120 814	363 790	933 146

Fonte: IBGE, 1973, 1982.

O quadro n.º 1 revela que a imigração portuguesa corresponde a 39% do total de ingressos no Brasil, enquanto a italiana totaliza 13% do montante⁷.

O gráfico n.º 2 apresenta o movimento anual dessas nacionalidades e nota-se que o auge dos ingressos para as duas nacionalidades corresponde ao período 1951 a 1955.

Gráfico n.º 2
Ingresso anual de imigrantes de nacionalidades portuguesa e italiana



Fonte: IBGE, 1973, 1982.

⁷ A sistematização dos dados relativos aos imigrantes no Brasil se intensifica no governo Vargas, resultado da legislação imigrantista por meio da qual o governo federal assume a responsabilidade por seu controle, estabelece normas para a sua entrada e fixação no país (Constituição de 1934). Segue-se o estabelecimento de cotas por nacionalidade, restringindo a entrada a 2% do total de ingressos relacionados ao período de 1889 a 1934 (Constituição de 1937). A afinidade ética com os portugueses foi valorizada, observa-se uma política de aproximação luso-brasileira estabelecida entre os governos Vargas e Salazar e, em 1939, por meio da Resolução n.º 34, ocorre a isenção da imigração portuguesa do regime de cotas, destacando-se sua contribuição para a formação étnica nacional. Ver SCHIAVON, 2007.

Trata-se de um período de retomada da política imigratória brasileira (decreto lei n.º 7 967 de 18 de Setembro de 1945) e de definição de duas modalidades de ingresso: a imigração dirigida e a imigração espontânea.

Promovida pelo poder público, empresa ou particular responsável pela hospedagem e destino do imigrante, a imigração dirigida privilegiou a vinda de famílias com pelo menos oito pessoas aptas para o trabalho, entre 15 e 50 anos⁸. A imigração espontânea, por sua vez, era viabilizada pelo envio de “carta de chamada” de parentes e/ou de oferta de emprego cujo destinatário responsabilizava-se formalmente, em documento registrado em Cartório no Brasil, pela acomodação e alimentação do imigrante recém-chegado.

Para esse artigo ressalta-se o incentivo à imigração de técnicos, operários especializados e profissionais qualificados, de agricultores e técnicos especializados em indústrias rurais e atividades acessórias, contemplada nos acordos que definiram a imigração dirigida para o Brasil. Destaque-se que previam o acompanhamento de familiares no momento da emigração ou posteriormente à sua instalação no Brasil.

2. Imigração dirigida: perfil do imigrante italiano

O contexto brasileiro do pós-Segunda Guerra Mundial caracteriza-se pelo crescimento do parque industrial e mecanização da agricultura. O país demandava o ingresso de mão-de-obra qualificada e, nesse sentido, fomentou a vinda de imigrantes, para o que contou, no caso dos italianos, com apoio do Comitê Intergovernamental para as Migrações Europeias (CIME), a partir de acordos assinados com o governo italiano em 1950 e 1960⁹.

Com esses acordos cabia ao governo italiano a responsabilidade pela viabilização de documentos e custos relativos à organização da emigração, enquanto ao governo brasileiro competia destinar os recursos necessários para a sua recepção, acomodação e colocação, além da concessão de facilidades na organização de associações assistenciais, etc.

Inicialmente as entradas foram organizadas pela Organização Internacional dos Refugiados (OIR/IRO), mas a partir de 1952, após a sua extinção e criação do CIME ficam organizadas pelo CIME e pelos acordos bilaterais entre os países, até o final dos anos 1970¹⁰.

O banco de dados contempla 44 148 italianos, com 39 889 italianos ingressantes nos anos 1951 a 1960, o que corresponde a 90,3% do total, cujo auge ocorre no ano

⁸ DIC, 1952: 121-124.

⁹ ACORDO 5/7/1950; ACORDO 9/12/1960.

¹⁰ SALLES, BASTOS, 2010.

de 1954, com 8 792 entradas. Cotejado ao número geral de ingressos no Brasil dessa etnia, nesse período observa-se que 50% do montante ingressou na Hospedaria do Imigrante de São Paulo¹¹. Na década seguinte nota-se a redução do movimento, com 813 em 1962, 230 em 1963 e 36 em 1964 o que pode ser inferido, entre outros fatores, pela recuperação da economia italiana, segundo La Cava¹².

Verifica-se que se dirigiram ao Brasil, predominantemente por transporte marítimo, 25 428 homens e 18 564 mulheres, cujo ano de maior ingresso corresponde a 1954, totalizando 8 787 entradas (20,2%).

Das 10 756 mulheres que acompanharam o viajante principal, 2 714 são esposas, 6 411 filhas, 598 irmãs, 208 cunhadas, 187 mães, 139 noras, 116 sobrinhas, 95 netas, 45 primas, 23 sogras, 17 agregadas, 9 enteadas, 8 tias, 3 madrastas, 1 filha adotiva, 1 avó, 1 afilhada e 241 que não identificaram o vínculo. Das 7 680 registradas como imigrante principal, 3 722 mulheres declararam-se chefe de família, 2 filhas, 1 esposa e as demais 4 014 nada identificaram.

Destaque-se que muitas famílias se recompuseram posteriormente, segundo Trento¹³, em virtude da ausência de vagas nas embarcações para os acompanhantes. Mesmo mulheres e filhos viriam a se reunir com o restante da família, na medida em que conseguiam a autorização de suas solicitações junto ao CIME. Nesse sentido, identificaram-se 1 169 casos: 250 esposas chamadas por seus maridos, 8 maridos demandados pelas esposas, 81 pais chamados pelos filhos, 9 filhos requeridos pela mãe, 151 por seus cunhados, 20 por parte dos sogros, 8 por parte dos genros, 247 pelos irmãos, 154 por primos, 8 por sobrinhos, 145 pelos tios, 1 pelo avô, 6 por parentes e 81 filhos chamados pelos pais.

Ressalta-se, no entanto, que nem todos os acompanhantes se dirigiram à Hospedaria, pois o familiar ou amigo que demandara aquele que vinha por carta de chamada, custeava a passagem e se encaminhava ao porto para buscá-lo. Quando vinham por conta do CIME “este se encarregava de arranjar-lhe um emprego e os abrigava nas hospedarias de imigrantes¹⁴.”

Ingressaram 43 212 italianos com o apoio do CIME, durante o período 1952 a 1978 e com os recursos do IRO foram introduzidos 20 italianos durante os anos 1947 a 1949. Com recursos do *Hebrew International Assistance* (HIAS) quantificam-se 10 imigrantes, oriundos predominantemente do Egito (7).

No banco é possível precisar o número de mulheres (5 147) e homens casados (6 914), o que permite inferir que as mulheres ou estavam acompanhadas pelos maridos ou vinham encontrá-los, recompondo os laços familiares. Nota-se a preponderância

¹¹ O IBGE registra 87 137 italianos nesse período.

¹² LA CAVA, 1988.

¹³ TRENTO, 1989.

¹⁴ FACCHINETTI, 2004: 112.

de homens solteiros (38,28%) e, ao que se refere aos viúvos, o número de mulheres (472) supera o de homens (98).

A maioria dos italianos (57%) embarcou acompanhada por uma (21%), duas (15%), três (9%), quatro (5%), cinco (3%) e seis (2%) pessoas, com incidência de 1% para aquelas compostas por sete e oito integrantes.

A título de exemplificação, destaca-se a família do agricultor Giovanni Boaretto (60 anos), de Rovigo que veio acompanhado por sua esposa, Erminia Masiero (60 anos), os três filhos casados Giuseppe (32 anos), Pietro (29 anos), Umberto (26 anos) e respectivas esposas, Ginetta (28 anos), Gugliemina (24 anos) e Elsa (30 anos), e nove netos, todos com idades inferiores a 9 anos, e duas filhas: Maria (22 anos) e Teresa (20 anos). Desembarcados em Santos, o destino dessa família foi a Fazenda Santo Antonio, de Custodio Caldeira, localizada em Pirajuí, no interior de São Paulo.

A análise do campo posição na família do imigrante ficou comprometida em virtude da grande incidência de não identificados (41% dos italianos). Observam-se 30% registrados como filhos, 6% como esposas, 4% como irmãos e 17% como chefes de família.

A trajetória do imigrante no Brasil foi revelada pela indicação do destino de 6 746 imigrantes (27%) por meio da localização da empresa contratante. Nesse sentido, o Estado de São Paulo concentrou 6 618 ocorrências, com 5 688 repetições na Região Metropolitana de São Paulo; o Rio Grande do Sul, 61; Paraná, 35; Minas Gerais, 17; Goiás, 11; Santa Catarina, 2, e Bahia uma única referência.

Dos 2 880 italianos que se declararam agricultores não foram identificados o paradeiro de 1 476 pessoas, os demais dirigiram-se para 89 destinos, concentrando-se, sobretudo, na Região Sudeste (São Paulo – 1 364 e Minas Gerais – 12) embora encontrem-se ainda referências ao Sul (Paraná – 14 e Rio Grande do Sul – 10) e ao Centro Oeste (Goiás – 4) do país. Dos 1 364 imigrantes reunidos no Estado de São Paulo, constam-se os destinos de 1 338 pessoas, concentradas, sobretudo na Região Metropolitana de São Paulo (772). Ressalta-se a Região Administrativa de Marília onde se localiza o empreendimento da Companhia Brasileira de Colonização e Imigração Italiana, em Pedrinhas, com 111 imigrantes que para lá se dirigiram (essa quantificação exclui os acompanhantes).

Observa-se que das 318 diferentes ocupações declaradas, acrescentam-se estudantes (375), aposentados (117), prendas domésticas (6 448) e 909 pessoas que não identificaram a modalidade de sua ocupação. O quadro n.º 2 comporta as profissões declaradas e revela as dificuldades de tratamento desse campo, dada a diversidade de especializações: operário – 32 especialidades, mecânico – 50, ajustador – 20, torneiro – 7, carpinteiro – 10, eletricitista – 14, aprendiz – 39, soldador – 4, desenhista – 24 e técnico – 77.

Quadro n.º 2
Principais profissões dos imigrantes de nacionalidade italiana

Profissão	Total	Profissão	Total
Operário	3 663	Eletricista	349
Agricultor	2 880	Sapateiro	347
Mecânico	1 117	Aprendiz	302
Pedreiro	827	Soldador	277
Engenheiro	612	Alfaiate	262
Ajustador	610	Desenhista	252
Marceneiro	587	Técnico	243
Torneiro	475	Costureiro	235
Carpinteiro	364		

Fonte: Banco de dados

Estima-se que 16 profissões exigiram a realização de curso superior, ao que se sobressai o número de engenheiros (612) e químicos (24); em menor número, físicos (8), agrônomos (5), geólogos (3) e médicos (2) e com apenas um registro, biólogo, ciências agrárias, ciências biológicas, hidrólogo-geólogo, jornalista, letras, ortopedista, repórter e veterinário. Acrescentam-se 10 italianos que apresentaram titulação como doutor em Química (5), Física (2), Ciências Agrárias, Ciências Biológicas e Letras Clássicas.

A atuação dos engenheiros revela 40 diferentes especialidades: agrônomo (2), civil (4), fabricação (1), de minas e metalurgia (1), eletricista (12), eletromecânico (1), eletrônico (12), eletrônico nuclear (1), eletrotécnico (16), especialista em cálculos de grandes estruturas (1), hidráulico (6), industrial (1), industrial mecânico (2), mecânico (48), mecânico hidráulico (1), nuclear (1), químico (10), têxtil (1) e técnicos (479).

No que se refere aos engenheiros italianos, o ingresso no Brasil se intensifica no período 1966 a 1970, com 364 ocorrências, e nos anos 1973 a 1977 verificam-se 101 entradas, de acordo com o banco de dados. Do conjunto apenas dois encontravam-se no exterior: um na Alemanha e outro na França. A titulação foi obtida majoritariamente na própria Itália, nas Universidades de Milão (24), Nápoles (17), Roma (13), Turim (9), Gênova (7), Bolonha (7), Pádua (6), Pisa (5), Bari (3), Palermo (2), Florença (2) e Trieste (2) bem como uma única ocorrência no exterior, na Universidade Nacional de Buenos Aires, na Argentina. Destaque-se que predominam cursos realizados nos institutos (351) ou escolas (34) técnicas industriais dos Estados.

Tais dados apontam também para a diversificação do parque industrial brasileiro, com 929 indústrias declaradas, e indicam a contratação tanto de trabalhadores com curso superior quanto para a linha de produção. Há que se destacar a área de construção civil (191 diferentes contratadores), que empregou grande número de trabalhadores para o setor. Ressalte-se que as Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo S/A contratou 1 017 italianos, constituindo a maior contratadora desse contexto, além de empresas de origem italianas aqui instaladas, tal como Pirelli S.A, responsável pela vinda de 37 italianos.

3. Imigração dirigida: perfil do imigrante português

No banco de dados encontram-se registrados 192 portugueses (122 homens, 66 mulheres e 4 não identificados), provenientes do Norte (32), Centro (9), Sul (2) e Regiões Autônomas (Madeira 7 e Açores 4) de Portugal, bem como da China (5), Angola (2) e Espanha (3)¹⁵, dos quais 35 ingressaram com apoio do CIME, 11 por meio do IRO e 12 com recursos próprios. Privilegiaram o transporte marítimo (83) em detrimento ao aéreo (14), tendo como ápice de ingresso o ano de 1950, com 30 pessoas¹⁶.

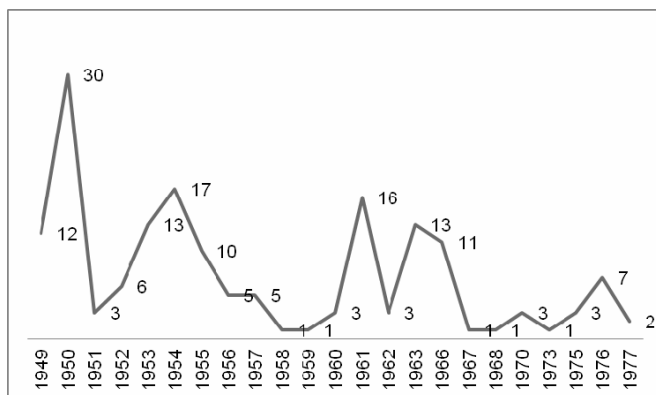
Arroteia aponta o elevado grau de masculinidade, o predomínio de população adulta proveniente, sobretudo, do Porto, Viseu e Aveiro, ao analisar os dados da saída de portugueses para o período 1955 a 1974. Registra 169 238 emigrantes, o que equivale a 98% dos portugueses ingressantes no Brasil, sendo nos anos 1970 a 1974 o incremento da emigração familiar, o que também é reforçado por Baganha, que destaca nesses anos o crescimento de mulheres casadas e crianças com menos de 15 anos¹⁷.

¹⁵ Não foi possível precisar 36% dos registros e há uma ocorrência relativa à África do Sul e uma de Moçambique.

¹⁶ Destaque-se a dificuldade de precisão das informações, visto que a sua organização encontra-se relacionada ao imigrante que demandou os recursos e, nesse sentido, não ocorre o detalhamento dos acompanhantes.

¹⁷ Em 1968 ocorre a saída do maior contingente de mulheres registrado (47%) em Portugal, 1959, 1960, 1967 e 1974 também são anos significativos desse movimento. ARROTEIA, 1983; BAGANHA, GÓIS, 1999.

Gráfico n.º 3
Imigração dirigida: portugueses



Fonte: Banco de dados

No que se refere ao estado civil, nota-se 76 solteiros (ao que se salienta a presença de crianças e jovens como se observa no quadro n.º 4), 63 casados e 53 imigrantes que não identificaram sua situação. Ressalta-se a presença de 32 chefes de família, 22 esposas, 59 filhos, 5 irmãos e 74 pessoas que não justificaram o seu vínculo. Ao que se refere à composição das famílias, revela-se a presença de 29 portugueses acompanhados por: 7 pessoas (1), 5 pessoas (5), 4 pessoas (5), 3 pessoas (6), 2 pessoas (6) e 1 pessoa (6) e 75 que vieram desacompanhados.

Quadro n.º 4
Faixa etária dos imigrantes de nacionalidade portuguesa

Faixa etária	Total
0 a 4	16
5 a 9	21
10 a 14	12
15 a 19	14
20 a 24	12
25 a 29	19
30 a 34	21
35 a 39	10
40 a 44	6
45 a 49	5
50 a 54	5
55 a 59	2
acima 60	1
sem identificação	48
Total	192

Fonte: Banco de dados.

O quadro n.º 4 permite vislumbrar que se trata de uma imigração de jovens e adultos em idade ativa. A presença de famílias indica o desejo de fixação definitiva ou aponta para um longo período de permanência, segundo Arroteia¹⁸.

A análise da profissão declarada permite concluir: à exclusão dos menores de 14 anos (49) resultam 16 portugueses que nada declararam, quatro estudantes, dois aposentados, quatro mulheres que se dedicavam às atividades domésticas, uma cozinheira e uma arrumadeira; ao trabalho agrícola encontram-se 10 imigrantes, ao que se somam três especializados em chácaras e um lavrador; além de cinco comerciantes, também atuavam nessa área quatro balconistas e um caixa; no setor de alimentos destacam-se três padeiros, um açougueiro, três feirantes e um garçom; na construção civil, observam-se quatro pedreiros, um estucador, um electricista, um encanador e um pintor¹⁹. Datilógrafo (1), apontador de mão-de-obra (1), ajudante (3), auxiliar (5), recepcionista (6), operário (3), operador de câmara (2), encarregado (2), escriturário (1), estagiário (1), sapateiro (5), serviços geral (1), industriário (1), e vendedor (2) integram o rol de atividades de baixa especialização.

No que se refere à mão-de-obra técnica ou de nível superior ingressaram: engenheiros (agrônomo – 1; eletrotécnico – 3; mecânico – 1; químico – 2; eletromecânico – 1), médico (1), professor (3), mecânicos (4), desenhistas (4), torneiro mecânico (1), soldador (1), programador (1) e técnicos (acabamento de tecidos – 2; método e processos – 1). A presença de chefe de departamento (5), diretor (1), assessor de pesquisa (1), pesquisador (4) e intérprete (2) indicam a atividades relacionadas a postos de comando e dedicação à área de pesquisa.

Ao analisar a natureza da mão-de-obra emigrante, Arroteia destaca ser maior a incidência de portugueses sem atividade econômica definida (56,5%) nos fluxos que se dirigem à corrente transoceânica (África do Sul, Brasil, Canadá, Estados Unidos e Venezuela), e de 34,7% no movimento intra-europeu²⁰. Reflexão que se estende a esse movimento de imigração dirigida, cujos dados foram extraídos da documentação custodiada pelo Memorial do Imigrante.

As titulações em Engenharia Eletrotécnica originaram-se na Universidade Técnica de Berlim, onde esse profissional também obteve o doutorado nessa mesma área (1), na Universidade Lourenço Marques, Moçambique (1) e na Universidade do Porto (1). No que se refere à Engenharia Mecânica, Eletromecânica e Química, constam, respectivamente, Universidade do Porto (1), Instituto Superior de Engenharia de Coimbra (1) e IST de Lisboa (1). Destacam-se ainda o Curso de Prognósticos Tecnológicos, realizado na Universidade de Harvard e de Energia Nuclear em Sarclay, na

¹⁸ ARROTEIA, 1983.

¹⁹ Trindade aponta grande concentração de portugueses no setor de construção civil (TRINDADE, 1976).

²⁰ ARROTEIA, 1983.

França, realizados pelo engenheiro químico. O médico cursou a Faculdade de Medicina do Porto e o agrônomo a Universidade da Geórgia, onde também obteve o título de doutor. O professor titulou-se em Filosofia e Antropologia na Faculdade de Filosofia de Braga e em Geologia, na Faculdade de Geologia de Coimbra. Constatam ainda dados sobre os cursos realizados em Londres, de Mecânico, no *College of Automobile Engineering*, e o de Programação de Computadores. Também foi registrado o Curso de Soldadura, da Escola Vasco da Gama, em Angola e o de Técnico Mecânico, do Centro de Estudos Profissionais de Portugal.

4. Italianos e portugueses no Brasil: os dados do IBGE

Para o período 1954 a 1963, o IBGE dispõe de detalhes sobre os portugueses e italianos ingressantes no Brasil. Esses apontam para o predomínio de imigração dirigida para os italianos, o que corresponde a 74% no período 1954 a 1958, e ligeira queda (68%) no período 1959 a 1963. Os portugueses revelam predomínio absoluto do movimento espontâneo, embora ocorra pequena divergência de dados se cotejarmos o primeiro quinquênio com as informações disponíveis no banco de dados, que computam um movimento dirigido de 38 portugueses enquanto o IBGE aponta apenas 18 imigrantes dessa nacionalidade.

Quadro n.º 5
Natureza do movimento migratório

Anos	Italiana			Portuguesa		
	Espontânea	Dirigida	Total	Espontânea	Dirigida	Total
1954-1958	10 624	29 814	40 438	109 510	18	109 528
1959-1963	4 453	8 471	12 924	71 371	196	71 567
Total	15 077	38 285	53 362	180 881	214	181 095

Fonte: IBGE.

No que se refere à natureza dessa mão-de-obra, prevalece o caráter geral do agricultor nas duas nacionalidades, bem como a grande incidência daqueles que se dedicam às atividades domésticas (58% das ocorrências de nacionalidade portuguesa e 49% italiana). O comércio sobressai-se no caso português (16%), como já vem sendo apontado pelos estudos²¹, ao passo que dos 14 999 operários italianos, 21% são qualificados, enquanto dos 22 021 operários portugueses 9% apresentam-se qualificados. Nas duas nacionalidades nota-se baixa presença de técnicos: 709 italianos e apenas

²¹ BASTOS, 2008; CYPRIANO, MENEZES, 2008; FRUTUOSO, 2008.

112 portugueses. Em outras profissões são reunidos 4 197 italianos (8%) e 9 940 portugueses (5%), todavia, não há a indicação das atividades aglutinadas nessa terminologia.

Quadro n.º 6
Profissões dos imigrantes italianos e portugueses (1954-1963)

Profissões	Italianos			Portugueses		
	1954-1958	1959-1963	Total	1954-1958	1959-1963	Total
Agricultor Geral	4 958	440	5 398	8 999	2 522	11 521
Agricultor Qualificado	459	335	794	149	2 013	2 162
<i>Total</i>	5 417	775	6 192	9 148	4 535	13 683
Operário Geral	2 954	815	3 769	2 354	2 416	4 770
Operário Qualificado	8 457	2 773	11 230	13 599	3 652	17 251
<i>Total</i>	11 411	3 588	14 999	15 953	6 068	22 021
Técnicos	413	296	709	71	41	112
Comércio	694	376	1 070	17 253	12 680	29 933
Outras Profissões	2 700	1 497	4 197	6 828	3 112	9 940
Atividades Domésticas	19 805	6 392	26 197	60 275	45 131	105 406
Total	40 438	12 924	53 362	109 528	71 567	181 095

Fonte: IBGE.

Dando sequência à análise, os dados relativos ao período 1969 a 1973 revelam o ingresso de 3 615 mulheres portuguesas (58%) e de 839 italianas (41%). Sobretudo orientada para ofícios urbanos (agricultores: 4 italianos e 224 portugueses), detectam-se comerciantes (9 italianos e 136 portugueses), engenheiros (72 italianos e 14 portugueses), executivos (53 italianos e 18 portugueses), operários italianos (83 qualificados e 7 não qualificados) e portugueses (156 qualificados e 159 não qualificados), técnicos diversos (346 italianos e 31 portugueses), profissões diversas (126 italianos e 1 467 portugueses) e não universitárias (61 italianos e 14 portugueses). Religiosos (579 italianos²² e 30 portugueses), estudantes (70 italianos e 122 portugueses) e os sem profissão (287 italianos e 1 884 portugueses), atribuída aos menores e aposentados, encerram essa relação.

²² O papel da Igreja no processo imigratório é enfatizado pelos estudos de Rosoli e Beozzo. O ingresso de 579 religiosos nos anos 1969 a 1973 demonstram a importância e permanência desse fluxo (ROSOLI, 1982; BEOZZO, 1987).

Conclusões

O estudo do ingresso de mão-de-obra qualificada no pós-Segunda Guerra Mundial revela importantes aspectos acerca do processo de industrialização em curso no Brasil. As fontes revelam potencialidades ainda não exploradas acerca da qualificação dos imigrantes, sobretudo os italianos, tendo em vista o caráter dirigido dessa imigração, o que legou importantes documentos custodiados pelo Memorial do Imigrante de São Paulo. Manipulados com precisão por meio do banco de dados, as informações podem ser sistematizadas de forma a estabelecer análises comparativas das nacionalidades que ingressaram no país nesse contexto.

No que se refere aos portugueses, o caráter espontâneo desse fluxo resulta em dificuldades de análise de sua natureza, visto que o banco de dados não os contempla, fazendo-se necessário o acesso a outras fontes para o seu estudo. Arroteia e Trindade são unânimes ao apontar a ligação afetiva e material que une a comunidade de origem e as colônias emigradas, laços e permanências no destino ainda não desvendados pelas pesquisas existentes²³.

Baganha e Góis²⁴ apontam a importância das remessas de dinheiro dos portugueses no exterior: equivalem a 8% do PIB na década de 1970 e a 10% na década de 1980. Trata-se do bem mais precioso para exportação produzido por Portugal: sua mão-de-obra, o que minimizaria o impacto advindo da saída dos profissionais e dos técnicos.

A redução do movimento imigratório nos anos 1970 decorre da nova política imigrante adotada no Brasil, que privilegia o ingresso de mão-de-obra qualificada. Tal fator provocará a redução do número de portugueses, segundo Arroteia, em virtude do país fornecer tradicionalmente uma mão-de-obra indiferenciada e não qualificada²⁵.

A crise petrolífera mundial dos anos 1973-1974, associada à recessão econômica na Europa, resultaram na implantação de políticas restritivas de imigração nesse continente. Coincidentemente, os oito engenheiros portugueses presentes no Banco de dados ingressaram entre os anos 1973 a 1977, provenientes de Portugal (4), França (1), Suíça (1) e Itália (2), ao que se deduz as dificuldades de permanência nesses destinos. Rumaram para o Brasil, retomando o epíteto do sonho do “Fazer a América”.

²³ ARROTEIA, 1983; TRINDADE, 1976.

²⁴ BAGANHA; GÓIS, 1999. Pellegrino aponta que a remessa em dinheiro ocupa o segundo lugar em importância no comércio internacional; o primeiro lugar corresponde às transações de petróleo (PELLEGRINO, 2001).

²⁵ ARROTEIA, 1983.

Fontes e bibliografia

Fontes

- ACORDO de Migração entre os Estados Unidos do Brasil e a Itália. Assinado no Rio de Janeiro a 5/7/1950. Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 28, de 22/8/1951, publicado no Diário Oficial de 8/9/1951. Ratificações a 28/4/1952. Promulgado pelo Decreto n.º 30 824, de 7/5/1952, publicado no Diário Oficial de 16/5/1952. Ministério das Relações Exteriores. Coleção de Atos Internacionais n. 299. Serviço de Publicação.
- ACORDO Brasil Itália. Coleção de Atos Internacionais n.º 499. Firmado em Roma a 9/12/1960.
- DIC, 1952 – *Legislação Imigratória. Boletim do Departamento de Imigração e Colonização*, n.º 7. São Paulo: Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1973 – *Anuário estatístico do Brasil 1973*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 34.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1982 – *Anuário estatístico do Brasil 1981*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 42.

Bibliografia

- ARROTEIA, J. C., 1983 – *A emigração portuguesa: suas origens e distribuição*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- BAGANHA, M.; GÓIS, P., 1999 – “Fluxos migratórios internacionais de Portugal no pós-Segunda Guerra Mundial”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 52-53.
- BASTOS, S. R.; SALLES, M. R. R., 2010 – “Imigração italiana para o Brasil no pós-Segunda Guerra Mundial: perfil das entradas e trajetórias”. *Revista Studi Emigrazione*. Roma: Centro Studi emigrazione.
- BASTOS, S. R., 2008 – “Negociantes e caixeiros na cidade de São Paulo em meados do século XIX”, in MATOS, Maria Izilda, SOUSA, Fernando de, HECKER, Alexandre (orgs.) – *Deslocamentos & Histórias: os Portugueses*. Bauru: EDUSC.
- BEOZZO, José Oscar, 1987 – “O clero italiano no Brasil”, in BONI, Luis A. de (org.) – *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre: EST (Escola Superior de Teologia e Fondazione Giovanni Agnelli).
- FACCHINETTI, L., 2004 – *Parla! O imigrante italiano do segundo pós-guerra e seus relatos*. São Paulo: Angellara.
- FRUTUOSO, S., 2008 – “A presença portuguesa no comércio em Santos”, in MATOS, Maria Izilda, SOUSA, Fernando de, HECKER, Alexandre (orgs.) – *Deslocamentos & Histórias: os Portugueses*. Bauru: EDUSC.

- LA CAVA, G., 1988 – "As origens da emigração italiana para a América Latina após a Segunda Guerra Mundial", in *Novos Cadernos II*. I. I. Cultura, Ed.
- MENEZES, L. M.; CYPRIANO, P. L., 2008 – "Imigração e negócios: comerciantes portugueses segundo os registros do Tribunal do Comércio da Capital do Império (1851-1870)", in MATOS, Maria Izilda, SOUSA, Fernando de, HECKER, Alexandre (orgs.) – *Deslocamentos & Histórias: os Portugueses*. Bauru: EDUSC.
- PAIVA, O., 2000 – "Refugiados de guerra e imigração para o Brasil nos anos 1940 e 1950. Apontamentos". *Travessia*, Ano XIII (n.º 37), 25-30.
- PELLEGRINO, A., 2001 – "Éxodo, movilidad y circulación: nuevas modalidades de la migración calificada", in *Notas de población*, 73, 129-162.
- ROSOLI, Gianfausto, 1982 – "Chiesa Ed emigrati italiane in Brasile, 1880-1940", in *Studi Emigrazione*, 19, 66.
- SCHIAVON, Carmem G. Burgert, 2007 – *Estado Novo e relações luso-brasileiras (1937-1945)*. Tese de doutorado em História na PUC/RS.
- SCOTT, A. S., 2001 – "As duas faces da imigração portuguesa para o Brasil (décadas de 1820-1930)", in *Congresso de História Econômica*, 1-28.
- TRENTO, A., 1989 – *Do outro lado do Atlântico. Um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel.
- TRINDADE, M. B., 1976 – "Comunidades migrantes em situação dipolar". *Análise Social*, XII (48), 983-997. Lisboa: ICS

À SOMBRA DA LEI. NOTAS SOBRE A POLÍTICA DE EMIGRAÇÃO EM PORTUGAL E ITÁLIA (1850-1920)¹

Paulo César Gonçalves

Introdução

Entre meados do século XIX e início da Primeira Guerra Mundial, Portugal e Itália forneceram grandes contingentes populacionais que atravessaram o Atlântico em busca de melhores condições de vida. Considerando suas diferenças e especificidades históricas – a Itália recém-unificada, que concentrava esforços para se constituir em nação forte, e Portugal, que buscava construir seu império em África e resgatar o antigo prestígio associado à exploração da ex-colônia americana – a proposta deste artigo é analisar de forma comparada a política de emigração e seus reflexos no desenvolvimento econômico dos dois países.

A pesquisa está ancorada nos corpos legislativos dedicados à emigração e em alguns estudos de autores contemporâneos. Busca-se, assim, apreender as vicissitudes do processo migratório no que tange às expectativas e aos interesses a ele associados, além de aferir sua dimensão política em cada nação.

1. O início do êxodo e as circulares do governo italiano

A partir da década de 1860, a emigração transoceânica de populações que abandonavam o reino da Itália recém-unificado começou a emitir sinais incômodos e obrigou o governo às primeiras intervenções na tentativa de disciplinar ou mesmo impedir a saída de contingentes para a aventura no Novo Mundo².

A circular de 23 de Janeiro de 1868, enviada aos prefeitos por Cadorna, então ministro do Interior, tinha caráter restritivo e recomendava aos mandatários locais

¹ Este artigo apresenta alguns dos primeiros resultados da pesquisa de pós-doutorado desenvolvida com apoio financeiro da FAPESP.

² A emigração peninsular para as repúblicas platenses, sobretudo da Ligúria, já era uma realidade desde princípios do século XIX. Ver GABACCIA, 2003; FRANZINA, 2003.

não deixar partir para a Argélia e América aqueles que não comprovassem ter ocupação assegurada ou, ao menos, meios de subsistência no exterior³. Com essa medida buscava-se solucionar o problema através de uma política de fundo explicitamente policial e repressor⁴, em consonância com os interesses dos grupos agrários posicionados abertamente contra a emigração, ou seja, refratários à perda de força de trabalho e ao conseqüente aumento dos salários no campo⁵.

Por outro lado, setores ligados ao comércio marítimo – favoráveis à emigração – viam com bons olhos, não apenas os recursos angariados com o transporte daqueles que abandonavam a península, mas também a possibilidade, ainda que em futuro incerto, do desenvolvimento das trocas comerciais com as áreas receptoras de emigrantes no Novo Mundo, sobretudo a região do Prata.

Em 1868, Jacopo Virgilio, professor e economista genovês sintonizado com os interesses dos armadores da Ligúria, publicava *Migrazioni transatlantiche degli italiani*. O livro apontava as vantagens para o reino de uma política expansionista baseada na emigração destinada ao Prata: aumento do comércio internacional, desenvolvimento da frota marítima mercantil e o afluxo de dinheiro através das economias enviadas pelos emigrantes aos seus familiares⁶. Em estudo divulgado no mesmo ano, Mantegazza estimava em cerca de dois milhões e meio de liras o valor das remessas expedidas da Argentina para a Itália a cada ano⁷.

No campo, a tensão era fato incontestável. As relações desiguais expulsavam os italianos e a emigração para a região do Prata crescia ano após ano⁸, tornando-se fundamental para a marinha mercantil genovesa, que tinha nesse tipo de tráfico a possibilidade concreta de fomentar seu desenvolvimento, conjugando-o com o transporte de mercadorias. Em resposta à circular que restringia a saída de italianos, um grupo formado por armadores, comerciantes e capitães marítimos da Ligúria enviou carta

³ MANZOTTI, 1969: 16.

⁴ Desde 20 de Março de 1865, a emigração era regulada com base na lei de segurança pública, permitindo ao Ministério do Interior controlá-la através de disposições que, invariavelmente, recorriam às autoridades de polícia locais. A frente contrária à emigração forçou o governo a abandonar, ao menos em relação a esse problema, a tradição liberalista e a política de Cavour que considerava positiva a emigração ligure para as áreas do Prata. Ver CIUFFOLETTI, DEGL'INNOCENTI, 1978: 6-7.

⁵ Discursando no Parlamento, em 30 de Janeiro de 1868, o deputado Ercole Lualdi explicitava as preocupações dos proprietários de terras e dos industriais: “Se andiamo avanti di questo passo, mancheranno gli uomini necessari per lavorare i terreni e per sviluppare l'industrie”. *Apud* MANZOTTI, 1969: 11.

⁶ VIRGILIO, 1868: 55.

⁷ P. Mantegazza. *Le colonie europee nel Rio de la Plata*, 1868. *Apud* FILIPUZZI, 1976: 13.

⁸ Os primeiros trinta anos pós-unificação foram caracterizados pelo descontentamento da população do campo e pelos confrontos com o novo Estado. Depois de quase vinte anos de verdadeira guerra civil, o governo nomeou uma comissão, presidida por Stefano Jacini, para conduzir uma pesquisa sobre as causas do problema agrário no país. Os resultados publicados em 1884, sob o título *I risultati dell'inchiesta agraria*, mostraram a irrelevância da nação aos olhos dos camponeses e a popularidade da emigração. Ver GABACCIA, 2003: 60.

ao ministro do Interior protestando contra a política do Estado que atendia apenas aos interesses dos proprietários agrícolas. Ainda segundo eles, a imposição de entraves à emigração sufocava uma significativa via de financiamento da marinha nacional, além de favorecer a concorrência de portos e companhias de navegação estrangeiras, que se alimentavam do fluxo clandestino⁹.

O transporte de emigrantes tornou-se a principal aposta da marinha mercante ligure. A integração da emigração, já crescente no tempo, com o transporte volante de mercadorias na volta para a Itália permitia lucrativos balanços econômicos da viagem. Entre a Unificação e a metade da década de 1870, o tráfico de emigrantes pelo porto genovês assumiu consistência relevante, fornecendo aos armadores margem segura de autofinanciamento para investimentos na nova frota. De 1861 a 1874, partiram quase 197 mil pessoas para as Américas, cerca de 5 mil por ano, até 1865. O quadro abaixo indica que, a partir de 1867, o êxodo alcançou a média de 20 mil embarques anuais.

Quadro n.º 1
Emigrantes que partiram de Gênova para a América (1861-1874)

Anos	Quantidade
1861	5 525
1862	4 287
1863	5 071
1864	4 879
1865	5 672
1866	8 790
1867	18 447
1868	18 129
1869	23 325
1870	15 743
1871	10 651
1872	20 264
1873	26 183
1874	30 000
Total	196 966

Fonte: FERRARI, 1983: 141-142.

A intensificação do êxodo, majoritariamente composto por trabalhadores do campo, aprofundou a cisão entre armadores e comerciantes genoveses, favoráveis à liberalização

⁹ A carta dos armadores encontra-se reproduzida em CIUFFOLETTI, DEGL'INNOCENTI, 1978: 17-21. Nesse grupo encontrava-se Giovanni Battista Lavarello, o pioneiro na constituição de uma companhia de navegação em condições de desempenhar o serviço transoceânico entre Itália e a região do Prata.

do êxodo, e proprietários de terras, que temiam o colapso da produção com o esvaziamento do meio rural. Os últimos reclamavam medidas repressivas para estancar o fenômeno e responsabilizavam a propaganda efetiva das companhias de navegação e a ação predatória dos agentes e subagentes pela chamada “emigração artificial”¹⁰.

Em 18 de Janeiro de 1873, o Ministério do Interior, ocupado por Giovanni Lanza, emitiu uma circular que prescrevia aos prefeitos a concessão do *nula-osta* de saída somente para aqueles que comprovassem dispor de capital para emigrar. Apoiada na lei de segurança pública de 1865, o objetivo da circular era claro: coibir a ação dos agentes de emigração¹¹.

Os protestos por parte dos grupos ligados à marinha mercante ecoaram por toda a península, e contaram, inclusive, com o apoio do nascente movimento industrialista do Piemonte e da Lombardia, personificado por Alessandro Rossi e Luigi Luzzatti, defensores da maior participação do Estado na definição de uma política econômica favorável à industrialização do país¹². Na verdade, mais do que criar obstáculos à emigração, formava-se o consenso de que o fenômeno deveria ser estudado com maior profundidade em relação aos seus aspectos econômicos e sociais. Um dos vetores desse pensamento surgiu no *Primo Congresso degli Economisti*, ocorrido na cidade de Milão, em Janeiro de 1875, cuja posição era amplamente favorável à liberação do êxodo e à criação de lei para a tutela do emigrante a ser discutida no Parlamento¹³.

Foi, entretanto, na Ligúria, mais especificamente em Gênova, o epicentro da discórdia. Jornais e revistas ligados às companhias de navegação e aos armadores criticaram a circular, afirmando que ao impor freio à emigração, o governo paralisaria o comércio italiano com a América e faria cessar um dos mais lucrativos ramos da marinha mercantil – o transporte de passageiros, que anualmente empregava cerca de 150 navios – e incentivaria a emigração por portos estrangeiros¹⁴.

A Circular Lanza foi abolida em 1876, ano em que o governo Depretis, através de decreto, instituiu uma comissão para estudar as condições da emigração italiana e propor legislação para combater os abusos das agências de emigração e das empresas

¹⁰ CIUFFOLETTI, DEGL'INNOCENTI, 1978: 29.

¹¹ *Circolare Lanza del 18 gennaio 1873*. Apud CIUFFOLETTI, DEGL'INNOCENTI, 1978: 31-34.

¹² ANNINO, 1974: 1237. O estudo de Annino é fundamental para se compreender o debate político sobre a emigração e diferenciar os interesses dos grupos pró e contra o êxodo, sobretudo em relação à divisão geográfica e econômica entre Itália meridional e setentrional.

¹³ MANZOTTI, 1969: 32-33. Participaram nesse congresso economistas italianos de renome que teriam papel importante nas futuras discussões das leis relacionadas à emigração: L. Luzzatti, F. Lampertico e V. Ellena.

¹⁴ *L'emigrazione e la Circolare Lanza*. Sem identificar o autor, esse manifesto publicado em Gênova no ano de 1873, de cunho emigrantista, foi escrito em consonância com os interesses dos armadores e comerciantes utilizando-se das teses de Jacopo Virgilio, citado como “nostro concittadino”.

de transporte¹⁵. A comissão, contudo, limitou-se a afirmar que os abusos eram questão de segurança pública, refletindo a tradicional posição dos proprietários de terras, e atravancou qualquer possibilidade de regular o fenômeno migratório mediante nova lei. Nesse sentido, Nicotera, o ministro do Interior, enviou nova circular aos prefeitos com precisas disposições para impedir com todos os meios a “emigração artificial” – o arrolamento de camponeses pobres¹⁶.

A polêmica sobre o melhor tratamento a ser dispensado à emigração intensificou-se por toda a Itália, com reflexos no Parlamento. Grupos favoráveis à sua liberalização pressionavam pela criação do *Ufficio dell’Emigrazione* ligado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, uma clara tentativa de tutelar a emigração sem considerá-la questão de segurança pública, retirando-a da esfera de atuação do Ministério do Interior. Essa proposta, todavia, provocou a reação do mundo agrário, concretizada na apresentação do contra-projeto *Disposizioni relativi agli agenti di emigrazione*, cujo objetivo era a criação de lei específica com instrumentos de controle sobre a ação dos agentes¹⁷.

Na verdade, a polêmica contra os agentes nada mais era do que a expressão da oposição à liberdade de emigrar. Todo esse aparato restritivo, entretanto, não impediu as saídas, que continuaram a crescer, inclusive na sua forma clandestina, via portos¹⁸ e companhias de navegação estrangeiras.

Fernando Manzotti observa que a falência das várias tentativas de dar vida a uma lei sobre a emigração revelou as dificuldades do Estado italiano em legislar sobre o tema e mediar os interesses díspares dos grupos nele representados. A conduta oscilante, circunscrita à lei de polícia, mas que jamais correspondeu plenamente ao espírito reacionário dos proprietários de terras, não era realmente animada por precisa vontade repressora, que exigiria a coordenação dos procedimentos restritivos à emigração com outras medidas lesivas à liberdade do cidadão. Na verdade, à época, predominava no ambiente político um *animus* conservador, não um *animus* decisivamente antiliberal¹⁹.

Segundo Grazia Dore, por mais de uma década – entre 1876 e 1888 – o Parlamento italiano não só evitou decidir sobre a matéria, como adiou a discussão sobre as duas tendências díspares de políticas migratórias claramente delineadas: a que pre-

¹⁵ Em 1876, como prova da maior atenção dedicada ao fluxo migratório, o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio começou a publicar em seus anais a estatística oficial da emigração. Ver MANZOTTI, 1969: 33. Sobre as discussões que levaram à regulamentação desse serviço, ver MARUCCO, 2001: 61-75.

¹⁶ ANNINO, 1974: 1238-1239.

¹⁷ O primeiro projeto de lei foi elaborado por Minghetti e Luzzatti, e o segundo por Del Giudice. Sobre essa discussão no Parlamento, ver ANNINO, 1974: 1240-1243.

¹⁸ Os portos estrangeiros mais utilizados pelos emigrantes italianos eram os de Marselha e do Havre.

¹⁹ MANZOTTI, 1969: 53.

tendia limitar a ação estatal à vigilância da emigração, e a que reivindicava para o Estado o direito de dirigi-la²⁰. Diante desse embate, foram grupos da Itália setentrional – a principal área fornecedora de emigrantes até aquele momento – que, por meio de interpelações e desenhos de lei, contribuíram para desenvolver a temática da emigração livre e protegida pelo Estado²¹.

2. A lei de 1888, uma reação ao fluxo

Percebido de forma mais consistente já no início dos anos de 1860, o fenômeno migratório não parou mais de crescer. Agrupados em decênios, os números demonstram o substancial incremento do fluxo: médias anuais de 121 mil no período de 1861-1870; 283 mil para 1891-1900 e 603 mil entre 1901-1910 – os dados incluem as emigrações definitivas e temporâneas. Ercole Sori assinala, com base na população residente, que as quotas máximas do êxodo definitivo ocorreram nos anos de 1880 e na primeira metade de 1890, ocasionadas pelas grandes emigrações agrícolas para a América Latina, movimento que se desenvolveu entre a “crise agrária” e os primeiros anos críticos da década de 1890²².

Quadro n.º 2
Emigração italiana (1861-1920)

Anos	Saídas
1861-1870	1 210 000
1871-1880	1 180 000
1881-1890	1 880 000
1891-1900	2 830 000
1901-1910	6 030 000
1911-1920	3 830 000
Total	16 960 000

Fonte: A. Belletini, “La popolazione italiana dall’inizio dell’era volgare ai giorni nostri: valutazioni e tendenze”. *Storia d’Italia*, 1973. Apud SORI, 1979: 20.

No início dos anos 1880, em virtude de sua intensificação, a discussão sobre o êxodo ampliou-se. A emigração começou a ser considerada como instrumento de política comercial. Essa mudança de enfoque do governo italiano foi marcada, segundo Antonio Annino, pela inclusão dos temas “colônias” e “emigração” na *Inchiesta sulla*

²⁰ DORE, 1964: 57.

²¹ ANNINO, 1974: 1239.

²² SORI, 1979: 20-21. O grande volume de saídas resultou da elevada emigração temporânea. As cotas de emigração definitiva por decênios foram as seguintes: 1861-1870 (18,8%), 1871-1880 (28,3%), 1881-1890 (55,4%), 1891-1900 (50,6%), 1901-1910 (16,9%), 1911-1920 (25,9%).

Marina Mercantile 1881-1882 e sua relação com o incremento da marinha mercante e do comércio internacional²³.

Ao questionário responderam câmaras de comércio, armadores e capitães de toda a Itália, além dos cônsules e residentes no exterior. A América do Sul foi considerada como a área a ser priorizada pelo empreendimento baseado nas colônias livres. Também merece destaque a maciça presença dos interesses lígures, pedindo facilidades para a emigração, que garantiria ganhos imediatos através do aumento do número de fretes.

Os armadores solicitaram, ainda, a abolição do passaporte²⁴ e a exclusividade da conexão entre o bilhete ferroviário e o de embarque nos vapores italianos, uma medida indireta que visava a proteção contra a concorrência estrangeira²⁵. As páginas da *Inchiesta* também registraram o conflito entre companhias de navegação e agentes, que ganhava proporções conforme a intensificação do fluxo migratório. Preocupadas em racionalizar o mercado de emigrantes e eliminar os excessivos custos resultantes do pagamento das gratificações, as companhias solicitaram maior controle por parte do Estado sobre as atividades desses intermediários²⁶.

Em 1883, Depretis afirmava que não tinha nenhum intento de coibir a emigração, nem de lhe colocar obstáculos, mas sim deixá-la livre enquanto dependente da ação individual de cada cidadão²⁷. Na verdade, os agentes eram o alvo do presidente do Conselho de Ministros, e outra circular foi enviada aos prefeitos para que mais uma vez proibissem sua ação. As críticas à medida avolumaram-se, principalmente porque as teses sobre relação direta entre as potencialidades da colonização e da emigração ganhavam terreno, enquanto outro debate importante entrou de vez na pauta do Parlamento italiano: o problema da fuga dos campos e suas causas.

A tese elaborada anos atrás pelo deputado Sonnino de que a emigração seria a “válvula de segurança” para se evitar as tensões sociais no campo²⁸ começou, então, a ser vista como possível solução para as duas questões que incomodavam as elites italianas – emigração e ordem pública – e para o desenvolvimento de uma política

²³ ANNINO, 1974: 1245.

²⁴ O passaporte foi instituído pela lei de 13 de Novembro de 1857, cuja validade foi estendida a todo o reino da Itália após a Unificação.

²⁵ SORI, 1979: 317.

²⁶ ANNINO, 1974: 1245-1246.

²⁷ MANZOTTI, 1969: 59.

²⁸ O medo de convulsão social no campo povoava as mentes das elites agrárias por conta do *brigantaggio*. Ocorrido na região meridional entre 1861-1865, o fenômeno pode ser caracterizado como guerra social contra os novos governos, o novo sistema econômico e os proprietários. Para estancá-lo, foram tomadas medidas repressivas duras, que deixavam excessivo espaço ao arbítrio das autoridades judiciais e militares. Metade do exército (120 mil homens) foi empregada na luta. As perdas humanas foram superiores àquelas registradas na campanha da unificação. Depois de anos de luta, a repressão obteve sucesso. Ver CAROCCI, 1995: 366.

econômica externa mais atuante, pois o fluxo migratório poderia tornar-se potentíssimo instrumento de colonização e de desenvolvimento da marinha mercante.

Um dilema, entretanto, persistia no cenário italiano: a emigração deveria ser lamentada como perda de braços ou considerada como veículo de riqueza nacional? No final da década de 1880, *pari passu* ao seu incremento, ocorreu mudança importante na forma de se encarar o êxodo. Enquanto no governo Depretis a questão reduzia-se essencialmente à função de polícia, para Crispi, seu sucessor na presidência do Conselho de Ministros, o fenômeno ganhava contornos mais amplos e começava a se apresentar como problema de política externa, exigindo maior presença do Estado na tutela do emigrante. Diante dessa nova perspectiva, elaborou-se o projeto de lei sobre a emigração²⁹.

Apresentado pelo governo Crispi em Dezembro de 1887, o projeto enfrentou forte oposição no Parlamento. A liberdade de emigrar (salvo as obrigações militares), a faculdade do Ministério do Interior de limitar o arrolamento e as restrições à ação dos agentes dividiram os parlamentares e expuseram interesses conflitantes, prolongando a discussão por cerca de um ano. Os debates na Câmara dos Deputados, às vésperas da aprovação da lei, ocorreram nos seguintes termos: manutenção do caráter de polícia; liberdade de emigrar e fazer emigrar; regulamentação da atuação dos agentes e subagentes; condições do transporte dos emigrantes; a emigração como problema social; os interesses dos proprietários de terras, dos armadores e da marinha mercante.

O *Mezzogiorno* resistiu tenazmente ao projeto e depois à lei. Nas comissões em que o mesmo foi discutido, havia vivíssima oposição por parte dos representantes do Sul, que alegavam não ser possível privar as províncias mais pobres da Itália meridional de um seguro benefício financeiro, ou seja, os ganhos com a intermediação da emigração. Esse serviço, diziam seus defensores, havia resolvido o problema da organização, facilitando o êxodo; para eles, os seus adversários eram na verdade contra a emigração.

No dia 30 de Dezembro de 1888 foi promulgada a lei n.º 5 866, com suas diretrizes básicas – liberdade para abandonar a pátria e controle sobre os agentes – explicitadas nos dois primeiros artigos.

“Art. 1.º L’emigrazione è libera, salvo gli obblighi imposti ai cittadini dalle leggi. I militari di prima e secunda categoria in congedo ilimitato, appartenenti all’esercito permanente ed alla milizia mobile, non possono recarsi all’estero, se non ne abbiamo attenuta licenza dal Ministro della Guerra.

²⁹ MANZOTTI, 1969: 67.

Art. 2.º Nessuno può arruolare emigranti, vendere o distribuire biglietti per emigrare, o farsi mediatore fra chi voglia emigrare e chi procuri o favorisca imbarco, s'egli non abbia avuta dal Ministero la patente di agente o dal Prefetto la licenza di subagente³⁰.

De acordo com a lei, os agentes seriam reconhecidos legalmente através da patente concedida pelo Ministério do Interior – ainda o responsável pelo controle da emigração – e poderiam contratar número indeterminado de subagentes que, no entanto, deveriam obter a licença de trabalho nas províncias, onde ficariam restritos a agir. Proibiu-se o excitamento público da emigração. Os acordos de transporte estabelecidos com os emigrantes deveriam ser regidos por contrato. Ficava vetado aos agentes e subagentes exigir qualquer compensação financeira do emigrante pelo trabalho de mediação, salvo o simples reembolso das despesas efetivamente antecipadas por eles. A lei vetava, ainda, que pessoas com funções públicas, como funcionários da administração municipal, prefeitos e párocos exercessem essa atividade. Para Annino, todos esses procedimentos controladores, ao ratificarem juridicamente a liberdade de ação das companhias de navegação, vieram ao encontro dos anseios da marinha mercante, um dos setores mais dinâmicos da restrita economia italiana à época³¹.

A lei de 1888, entretanto, revelou-se insuficiente para controlar agentes e subagentes devido, em grande parte, à ineficiência do controle estatal. No *Mezzogiorno*, a luta dos mediadores buscava impedir que o Estado organizasse a emigração, subtraindo os vários tipos de ganhos dessa intermediação. Recrutar emigrantes, alugar navios para transportá-los, atrair para Nápoles companhias de navegação, todas essas atividades permaneceram em suas mãos³².

Os anos de 1890 testemunharam o aumento vertiginoso da estrutura de mediação, inclusive a clandestina, paralelamente ao incremento do fluxo migratório. Intensificou-se, também, a presença do fretador, que alugava embarcações – certamente em condições mais precárias – para o transporte de emigrantes. As agências de recrutamento aproveitaram-se de algumas disposições do texto legislativo para expandir suas redes de subagentes pelos campos italianos, adquirindo importância como um grupo de pressão capaz de estabelecer relações com os políticos locais e nacionais. Na verdade, tal crescimento foi catalisado por fator externo decisivo: a demanda cada vez maior de força de trabalho por parte de países como Argentina e Brasil, que desenvolviam, em nível de Estado, políticas agressivas de recrutamento de europeus³³ e do atrativo mercado de trabalho dos Estados Unidos.

³⁰ *Lei n.º 5 866, 30 Dicembre 1888. Gazzeta Ufficiale del Regno d'Italia.*

³¹ ANNINO, 1974: 1250.

³² DORE, 1964: 65.

³³ ANNINO, 1974: 1253. Sobre a política ativa de recrutamento de europeus, como o subsídio de passagens e os contratos para introdução de imigrantes, ver GONÇALVES, 2008.

Anos mais tarde, os grandes proprietários rurais ainda constituíam grupo de pressão importante. A Circular Crispi de 1891 era prova disso. Em essência, ordenava aos prefeitos vetar a concessão de passaporte àqueles que, sob denúncia dos senhores de terras, não haviam regularizado as pendências dos contratos de aluguel ou *mezzadria*³⁴. Se a emigração era inevitável, ao menos se procurava proibir a fuga dos campos dos supostos devedores.

No final do século XIX, entretanto, a lei de 1888 já se revelava insuficiente para deter a emigração. Ao menos em uma questão todos pareciam concordar: a sua incapacidade de tutelar os emigrantes desde a saída da vila ou cidade até o destino final no outro lado do Atlântico. Uma nova lei fazia-se necessária.

3. A lei de 1901 e o Estado regulador

Em vista da crescente demanda externa e da resposta positiva do meio rural, a península italiana transformou-se em um grande mercado de mão-de-obra. A disputa pela repartição do lucro proveniente do tráfico de emigrantes teve como consequência direta o recrudescimento da cisão entre os grandes favorecidos pelo maciço fluxo migratório: de um lado, as companhias de navegação, do outro, os agentes e subagentes. Estes, já organizados em associações para defender seus interesses, agiam em franca oposição aos grandes armadores do Norte, ao chamar sociedades de navegação estrangeiras para os portos da península, intensificando a concorrência³⁵.

Os agentes afirmavam que as grandes companhias italianas haviam formado um *trust* para agir de forma monopolista, aumentando superficialmente os valores dos fretes marítimos, que não estavam sujeitos ao controle do Estado, ao mesmo tempo em que reduziam os custos dos serviços de bordo. A ação dos agentes – sempre segundo eles – seria benéfica, pois fomentaria a concorrência e o rebaixamento dos preços da travessia atlântica.

Os argumentos das companhias consistiam em fazer eco à má fama dos agentes perante quase toda a sociedade italiana, que invariavelmente definia-os como *mercanti di carne umana* e os responsabilizava pelo encaminhamento dos emigrantes àquelas empresas com material náutico inadequado ao conforto dos passageiros, cujos custos mais baixos permitiam o pagamento de melhores comissões. Os atos ilícitos no espaço de tempo entre o recrutamento e o embarque também eram frequentes. As denúncias das entidades de defesa do emigrante tiveram forte recepção na opinião pública e

³⁴ *Mezzadria*: contrato agrário que previa o cultivo de terreno por conta do colono e a divisão, pela metade, dos rendimentos com o proprietário.

³⁵ DORE, 1964: 66.

encontraram eco por ocasião do intenso debate que precedeu a lei de emigração de 1901.

Em Julho de 1896, o deputado Pantano apresentava a sua proposta de lei sobre emigração. Em vista disso, o governo, através de Visconti-Venosta, o ministro do Exterior, elaborou um projeto alternativo³⁶. A divergência estabelecia-se em matéria importante. No desenho parlamentar, agências e subagentes ainda eram reconhecidos juridicamente, apenas incorporavam-se novas regras para combater os abusos. O projeto do governo suprimia esses dois intermediários, legando às companhias de navegação e a seus representantes o direito de negociar com o emigrante. O que norteava o primeiro projeto era o conceito de que os agentes favoreciam a concorrência, enquanto o segundo considerava sua ação danosa ao emigrante.

Em 31 de Janeiro de 1901, promulgou-se a lei n.º 23, na qual os parlamentares acabaram por ratificar a posição das grandes companhias de navegação contra os agentes de emigração, substituindo-os pela figura do representante ligado diretamente às empresas autorizadas a transportar emigrantes, os então denominados “vetores de emigração”. Entretanto, ao deixar o recrutamento e o transporte a cargo das companhias, a lei, preocupada com as condições dos emigrantes, impôs como contrapartida a sua responsabilidade pela tutela do passageiro e instituiu o controle estatal sobre os preços das passagens. A natureza sócio-econômica da emigração foi reconhecida e, ao mesmo tempo, fortaleceram-se as ambições dos armadores interessados no fluxo migratório e no desenvolvimento da marinha mercantil.

Em resposta ao senso comum pela necessidade da tutela da emigração por parte do Estado, a lei de 1901 impôs medidas para propiciar uma “corrente assistencial” ao emigrante: estabelecimento de comissões nas regiões de emigração; escolta dos emigrantes até os portos de embarque (Gênova, Nápoles e Palermo), onde havia escritórios de proteção e colocação; obrigatoriedade de um inspetor médico em cada vapor; vigilância dos cônsules e embaixadores italianos; e a construção – nunca iniciada – de alojamentos em Nápoles e Gênova. Definiram-se requisitos técnicos obrigatórios quanto à velocidade mínima dos vapores, espaço destinado a cada passageiro e transporte de bagagens. Finalmente, com o objetivo de tutelar as remessas dos emigrados, instituiu-se a exclusividade dessas transações para o *Banco di Napoli*³⁷ – tentativa de

³⁶ Em 27 de Novembro de 1900, o ministro defendeu seu projeto e expôs o pensamento do governo sobre a emigração: “(...) la emigrazione non dev’essere lasciata al regime sfrenato della speculazione, ma che deve esser posta sotto il regime della tutela sociale. Accettare l’emigrazione come un fatto del nostro sviluppo economico, aiutarla, dirigerla, fare di quest’opera un grande servizio pubblico: tale è il concetto che informa il presente disegno di legge”. *Apud* FILIPUZZI, 1976: 319-320.

³⁷ A lei n.º 24, sobre a tutela das remessas pelo *Banco di Napoli*, foi finalizada em 1.º de Fevereiro de 1901, ou seja, um dia após a lei de emigração. Os emigrantes tinham à disposição os seguintes meios para enviar suas economias para a Itália: vale internacional, vale consular, bancos privados, recibos italianos do Estado ou de bancos italianos de emissão (*Banco d’Italia, Banco di Napoli, Banco di Sicilia*). Ver DE ROSA, 1980: 109.

evitar a concorrência de bancos estrangeiros que teve efeitos modestos, pois apenas 10% das remessas passaram pelo Banco entre 1901-1913³⁸.

Constituiu-se o *Commissariato Generale dell'Emigrazione* (CGE), órgão subordinado ao Ministério do Exterior, com a função de concentrar toda a assistência ao emigrante e fiscalizar as etapas da emigração³⁹. Juntamente com o *Commissariato*, instituiu-se o *Fondo per l'emigrazione*, destinado a financiar as despesas dos serviços de emigração com dinheiro proveniente da taxa de patente dos vetores e da taxa de emigração por passageiro embarcado para o Ultramar⁴⁰.

Ciente das amplas possibilidades abertas pela emigração, a marinha nacional pressionou o governo e os parlamentares para que “defendessem os interesses do reino”, criando condições que permitissem maior participação das companhias italianas no transporte de emigrantes. Até mesmo a defesa do monopólio foi sustentada⁴¹.

Apesar de muitas pressões, a lei não estabeleceu a exclusividade do transporte de emigrantes para os navios italianos. O relatório Luzzatti-Pantano posicionou-se contra esse monopólio, evocando o princípio da concorrência que, segundo eles, não seria apenas favorável ao emigrante, mas também à própria marinha nacional. Para os deputados, era maduro o momento de erradicar o tratamento desumano legado àquele que deixava o país. Mediadores, vetores e órgãos públicos deveriam subordinar-se ao intento de transportar os emigrantes da melhor maneira possível e as exigências das companhias de navegação nacionais não poderiam inaugurar um novo direito público marítimo baseado na estranha assertiva: “*tutto per le compagnie e niente per gli emigranti*”⁴².

A lei de 1901 definiu quais seriam as orientações da política migratória italiana. Como instrumento de tutela e controle da emigração revelou-se mais eficaz que a lei de 1888. Apesar disso, não atacou diretamente a estrutura de mediação, pois os representantes dos vetores nada mais eram que os antigos agentes. O controle do preço da passagem pelo Estado permitiu a contenção dos custos intermediários e, com o passar do tempo, um progressivo melhoramento tecnológico da frota italiana, sob o efeito positivo da concorrência estrangeira.

O verdadeiro ponto débil da aplicação da lei, contudo, era a tutela do emigrante no exterior. Isso pode ser verificado através da escassa organização consular, no que

³⁸ SORI, 1979: 124. As críticas a essa exclusividade foram intensas, vindas especialmente do *Mezzogiorno*, onde a execução desse serviço representava a atividade de muitos. Em 10 de Fevereiro de 1900, o *Corriere di Napoli* publicou um editorial, analisando o problema das remessas dos emigrantes revelando perplexidade a respeito do remédio proposto pela comissão de substituir os “banqueiros” clandestinos pelos serviços do *Banco di Napoli*. Apud FILIPUZZI, 1976: 304-307.

³⁹ Sobre a organização dos órgãos estatais ligados à emigração instituída pela lei de 1901, ver GRISPO, 1985.

⁴⁰ A taxa de emigração era de 8 liras por posto inteiro, 4 por meio posto e 2 por um quarto. *Fondo per l'emigrazione. Art. 28. Legge sulla emigrazione 31 gennaio 1901. Legge i Decreti Del Regno D'Italia – 1901*.

⁴¹ MARANGHI, 1898. O opúsculo fazia campanha aberta pela nacionalização do transporte dos emigrantes.

⁴² *Relazione sul progetto di legge sull'emigrazione*. Apud CIUFFOLETTI, DEGL'INNOCENTI, 1978: 367.

se refere ao relacionamento com o emigrado, e do baixo orçamento despendido com sua proteção em terras estrangeiras⁴³. No entanto, mesmo com as suas comprovadas limitações, a lei de 1901 serviu de modelo para que outros países de forte emigração, como Portugal, legislassem sobre o tema.

4. A legislação portuguesa sobre emigração

Miriam Halpern Pereira, Jorge Alves e Joaquim da Costa Leite sublinham a tradição repressiva de contenção da emigração que prevaleceu em Portugal, ao menos até às últimas décadas do século XIX⁴⁴. Contribuíram para isso o poder da monarquia sobre seus súditos, o medo do despovoamento e a forte influência de importantes grupos agrários temerosos com a ameaça de redução da mão-de-obra disponível e o consequente aumento dos salários no campo.

Uma tradição histórica oriunda das Ordenações Filipinas (1603), que estabelecia a seguinte pena para aqueles “que sem licença do Rei vão ou mandam à Índia, Mina e Guiné; e dos que indo com licença não guardam seus Regimentos: morrer por isso morte natural, e por esse mesmo feito perder para Nós todos seus bens”⁴⁵.

O alvará de 5 de Setembro de 1646 e a lei de 6 de Dezembro de 1660 seguiam as mesmas orientações restritivas. O primeiro, com punições mais brandas, instituiu o “sequestro, desnaturamento e perda de honras”; a segunda excluía de suas sanções as viagens para conquistas, expondo claramente os objetivos da Coroa em relação à ampliação de seus domínios e de seu comércio pelos mares.

Durante o século XVIII, o caráter proibitivo permaneceu e foram criados novos entraves institucionais para colocá-lo em prática. A lei de 20 de Maio de 1720 estabeleceu que nenhum funcionário poderia dirigir-se ao Brasil sem que fosse despachado na metrópole para qualquer emprego civil, eclesiástico ou servir nas missões. Os particulares necessitavam justificar com documentos que iam fazer negócio considerável, com fazendas próprias ou alheias, para voltarem ou acudirem a negócios urgentes ou precisos, podendo apenas, nestes restritos casos e depois de rigorosa investigação judicial, receberem os passaportes.

A Intendência Geral da Polícia foi instituída pelo alvará de 25 de Junho de 1760, que também estabeleceu as bases de organização dos registros para facilitar o controle

⁴³ ANNINO, 1974: 1267. Nesse sentido, vale lembrar as observações de Franzina (FRANZINA, 2003: 414) sobre a importância da igreja na tutela do emigrante no exterior, contando inclusive com a aquiescência do Estado.

⁴⁴ PEREIRA, 2002; ALVES, 2001; LEITE, 1987 e 1994 – que apresenta uma posição um pouco mais matizada em relação a essa repressão.

⁴⁵ *Ordenações Filipinas*. Livro V, tít. 107.

e as estatísticas do movimento de saída e entrada, exigindo o passaporte visado pelo intendente ou seus comissários.

Esse conjunto de medidas legislativas tentava conter o fluxo migratório para o Brasil, então impulsionado pela descoberta de ouro aluvial na região do Rio das Velhas, em Minas Gerais, e, anos mais tarde, nas terras de Goiás e Mato Grosso. Uma hemorrhagia demográfica que provocou sérias implicações para a agricultura portuguesa, devido à falta de homens para cuidar dos campos⁴⁶.

No Oitocentos, apesar da revolução liberal que inaugurou a monarquia constitucional em Portugal, as restrições à emigração permaneceram na Constituição promulgada de 1822, na Carta Constitucional outorgada em 1826 e na nova Constituição de 1838. Na letra fria da lei, a liberdade de emigrar estava consagrada no artigo 12.º: “todo o cidadão pode conservar-se no Reino, ou sair dele e levar consigo os seus bens, uma vez que não infrinja os regulamentos de polícia, e salvo o prejuízo público ou particular”⁴⁷. No entanto, ao relegar a regulamentação para as leis complementares, abriu caminho para que estas, com seu caráter policial, se encarregassem de interpretar o dispositivo constitucional no sentido de restringir a expatriação.

Em meados do século, em resposta ao aumento do fluxo migratório para o Brasil e às formas de recrutamento, leis, decretos e portarias delinearão uma série de exigências para o fornecimento do passaporte, além de estabelecerem medidas paliativas contra o transporte ilegal de emigrantes. O artigo 1.º da lei de 20 de Julho de 1855 procurava reprimir a emigração clandestina através de pesadas multas impostas aos capitães de navios. Outros artigos tratavam da proteção do emigrante, determinando medidas de inspeção e fiscalização, limites de lotação de navios, condições de higiene, existência de um médico a bordo. Buscava-se coibir os excessos do engajamento e prevenir o emigrante contra as fraudes do contrato de trabalho nas terras do além-mar.

Três anos depois, uma portaria determinava que não fossem concedidos passaportes aos colonos contratados para trabalhar no Brasil, sem que o contrato especificasse a pessoa ou a companhia e o local em que os serviços teriam lugar. Do outro lado do Atlântico, a fiscalização ficaria a cargo dos cônsules.

A lei de 31 de Janeiro e o Regulamento Geral de Polícia de 7 de Abril de 1863 sistematizaram em um só corpo legislativo as providências reguladoras da emigração. O passaporte continuava a ser indispensável a quem saísse do reino por terra ou por mar. No âmbito da fiscalização, trazia referências precisas à proteção do emigrante durante a viagem transoceânica: higiene, segurança do navio, fiscalização dos gêneros alimentares e socorros médicos. Para obtenção do passaporte exigia-se a apresentação do contrato de prestação de serviço ou o recibo que comprovasse o

⁴⁶ RUSSEL-WOOD, 1998: 163.

⁴⁷ Carta Constitucional de 1838. *Apud* LEITE, 2000: 179.

pagamento da passagem. Estabeleceram-se ainda pesadas multas para restringir a atuação dos engajadores da emigração clandestina.

Em 1873, foi nomeada uma comissão parlamentar com o objetivo de realizar o primeiro inquérito à emigração portuguesa – tentativa de se organizar um levantamento amplo e sistemático de todos os fatores ligados ao êxodo. Dois pontos nortearam o estudo: as condições de vida das áreas de maior emigração e a situação dos emigrantes nas zonas de destino. O inquérito inspirou a lei de 28 de Março de 1877, seguida pelo regulamento de 16 de Agosto de 1881. Ambos procuraram orientar o fluxo migratório para as colônias portuguesas em África, explicitando a preocupação com o desenvolvimento do Ultramar.

O artigo 3.º da lei de 1877 autorizava o governo a despender as somas necessárias para transportar os indivíduos dispostos a se dirigir às possessões africanas, ministrando-lhes os meios para o primeiro estabelecimento agrícola, desde que lá residissem por cinco anos. Pelo regulamento de 1881, além de receberem o terreno, os emigrantes ainda tinham direito à passagem gratuita, auxílio de 30\$000 e instrumentos de defesa e trabalho agrícola. Também fazia referência à sua proteção, determinando a criação de uma “junta de emigração” na capital de cada província da África portuguesa.

Ainda segundo o regulamento de 1881, os governadores, usando a faculdade que lhes concediam os decretos de 4 de Dezembro de 1861 e 10 de Outubro de 1865, deveriam quando possível encaminhar os emigrados na exploração direta dos terrenos, provendo-lhes as sementes, cuja produção fosse susceptível de desenvolvimento e de rendimento econômico.

O período de 1885 a 1890 caracterizou-se pela maior preocupação do governo português com as questões coloniais. O principal objetivo era efetuar a ligação por terra dos domínios africanos a leste e a oeste. Ao menos até o *ultimatum* inglês, delineou-se a maior atividade nas tentativas de colonização. Pelo decreto de 20 de Agosto de 1887, a Mala Real comprometia-se a transportar gratuitamente um mínimo de 6 colonos para África Ocidental e 6 para África Oriental. No mesmo ano, concederam-se terras na encosta oriental de Libombos (Moçambique) e, em 1889, as ocupações no planalto de Moçâmedes (Angola) foram reconhecidas.

Política de ocupação das colônias com habitantes do reino que já se esboçara em 1885, data do segundo inquérito parlamentar sobre a emigração. Uma comissão, presidida por Luciano Cordeiro (autor, em 1883, de um projeto de regulamentação da emigração), elaborou um questionário que contemplava os seguintes pontos: indústria agrícola, outras indústrias, assuntos diversos, emigração. Em relação à emigração, chamavam à atenção de questões referentes às suas causas, ao movimento clandestino e, sobretudo, à possibilidade de desviar parte da corrente migratória para as possessões africanas.

O desenvolvimento das colônias em África já estava em questão em 1880, sobretudo no âmbito da Sociedade de Geografia de Lisboa. Na sessão de 6 de Dezembro, discutiu-se “os meios mais conducentes a ativar e aumentar as relações comerciais da metrópole com as possessões ultramarinas, sob o ponto de vista do desenvolvimento da navegação nacional e do aproveitamento dos mercados coloniais pela indústria portuguesa”⁴⁸.

A indagação feita por Luciano Cordeiro suscitou intenso debate. Questionou-se a necessidade de dados estatísticos sobre comércio e indústria, a serem fornecidos pelas associações comerciais de Lisboa e do Porto, para melhor embasar o diagnóstico. Francisco Chamiço, no entanto, apontou a dificuldade dessas entidades em atender ao pedido, na medida em que os mercados coloniais em África não estavam ainda formados, pois “nem se tinha desenvolvido no indígena a necessidade de determinados produtos, nem havia, na maioria das possessões, europeus em número suficiente que, pelo seu consumo, convidassem o comércio para essas possessões”⁴⁹.

Para o fundador e presidente do Banco Nacional Ultramarino, “a primeira e mais instantânea obra a realizar era promover a emigração fazendo desaparecer as causas da insalubridade no ultramar, a fim de que os europeus em contato com os indígenas despertassem nestes as necessidades da civilização e daí um aumento considerável de gente consumidora dos nossos produtos”⁵⁰.

Na década seguinte, foram criados instrumentos legais para tentar minimizar as saídas clandestinas e incentivar o fluxo para as possessões africanas. A lei de 23 de Abril de 1896 isentou de custos o passaporte para aqueles que se dirigissem às colônias. O regulamento de 3 de Julho de 1896 instituiu a polícia de emigração clandestina, estabelecendo disposições rigorosas contra seus fomentadores e executores; as próprias agências de emigração começaram a ser objeto de legislação abundante⁵¹.

Iniciado o século XX, um novo regime de penas para os engajadores da emigração clandestina – definidos como “pessoas que promovem ou fornecem por qualquer maneira ou aliciam emigrantes clandestinos” – foi estabelecido pelo decreto de 27 de Setembro 1901. A portaria de 1905 nomeou uma comissão encarregada de elaborar o regulamento geral de emigração e passaportes. Grande parte dos trabalhos da comissão

⁴⁸ *Actas da Sociedade de Geografia de Lisboa* (6 de dezembro de 1880). *Apud* ALEXANDRE, 1979: 185.

⁴⁹ *Actas da Sociedade de Geografia de Lisboa* (6 de dezembro de 1880). *Apud* ALEXANDRE, 1979: 186.

⁵⁰ *Actas da Sociedade de Geografia de Lisboa* (6 de dezembro de 1880). *Apud* ALEXANDRE, 1979: 186.

⁵¹ Algumas dessas medidas já faziam parte de um estudo realizado pela Sociedade de Geografia de Lisboa, que elencava os “modos de actuar sobre a emigração para que o paiz tire della a utilidade máxima” e “evitar a emigração para paizes estrangeiros derivando-a para diferentes zonas do paiz, ilhas adjacentes e provincias ultramarinas, com o fim de melhor aproveitar e desenvolver as suas forças productivas”. *Programa dos Trabalhos da Comissão D’Emigração da Sociedade de Geographia de Lisboa*. Lisboa: Typographia do Commercio de Portugal, 1894, p. 9.

foi aproveitada, dando origem à lei de 25 de Abril de 1907, a tentativa mais completa de abordagem do fenómeno migratório português até aquele momento.

O texto trazia a definição de emigrante nos termos da lei italiana de 31 de Janeiro de 1901: um passageiro da última classe dos navios que se dirigia para portos estrangeiros. Mantinha a exigência de passaporte ao emigrante, além de elevar o seu preço de 2\$000 para 7\$000 réis. Em contrapartida, dispensava o passaporte para os nacionais que pretendiam se deslocar até as possessões portuguesas do Ultramar e para aqueles que se dirigissem ao estrangeiro, desde que não fossem considerados emigrantes.

Numa primeira análise – cabe destacar a necessidade da pesquisa nos anais do Parlamento – parece que a lei, ao aumentar substancialmente as despesas de obtenção do passaporte e suprimi-lo para o destino africano, em termos gerais, representou a consolidação da opção do governo em tentar desviar para as colónias parte do fluxo migratório que se dirigia majoritariamente ao Brasil.

Em termos práticos, porém, a emigração para África continuou muito inferior em comparação ao destino brasileiro e, como notaram alguns contemporâneos, o elevado custo do passaporte acabou por incitar ainda mais a emigração clandestina para a ex-colónia⁵². Além disso, a defesa do caminho colonial africano para os emigrantes jamais gerou unanimidade. Intelectuais e políticos manifestavam-se contrários às intenções de desviar “artificialmente” o tradicional fluxo destinado ao Brasil, apontando as remessas dos “brasileiros” como importante fator de equilíbrio na balança de pagamentos do reino⁵³.

Após a proclamação da República, elaborou-se, através de um conjunto de instruções publicadas em 25 de Novembro de 1912, uma interpretação mais refinada da definição legal de emigrante apontada na lei de 1907. Reflexo, certamente, da intensificação da emigração, sobretudo para o Brasil, que, naquele ano, atingia números inéditos: cerca de 90 mil pessoas⁵⁴.

Segundo as instruções, eram considerados emigrantes: todos os nacionais que pretendiam embarcar na 3.^a classe dos navios; a mulher casada que pretendia embarcar em

⁵² Segundo COSTA (1911), entre 1898 e 1907, os domínios africanos receberam apenas 6% dos emigrantes portugueses. Essa proporção deve ter-se mantido em 1908 e 1909, embora a aplicação da lei de 25 de Abril de 1907 não mais permitisse conhecer o número de pessoas deslocadas para África.

⁵³ Oliveira Martins, por exemplo, posicionava-se contra essa alternativa e alertava para o tipo majoritário de emigrante que se dirigia para a ex-colónia (comerciantes, operários, aprendizes de caixeiros), o principal responsável pelo envio das remessas. As possessões africanas, em sua opinião, não ofereciam oportunidades a essas atividades profissionais, o que acarretaria na perda para Portugal das economias e poupanças conquistadas em terras brasileiras. Lembrava também que mesmo os agricultores sem recursos, contratados por locação de serviços, conseguiam retornar à pátria com algum dinheiro, o que dificilmente ocorreria se o destino fosse o continente africano. Ver MARTINS, 1978: 214-216.

⁵⁴ Devido às saídas clandestinas, é muito difícil apontar com precisão os números da emigração portuguesa. Considerando as estatísticas da partida, 88 920 emigrantes deixaram o reino; em relação às estatísticas de chegada na América, o montante sobe para 91 719 imigrantes. Ver LEITE, 1987: 478-480.

1.^a ou 2.^a classe dos navios ou nas classes internacionais, desacompanhada do marido, se não mostrasse que estava legalmente separada de pessoa e bens; os menores que pretendiam embarcar nas mesmas classes sem o acompanhamento dos pais ou tutores; os menores de 40 anos sujeitos ao recrutamento ou ao serviço das tropas ativas ou de reserva; aqueles que pretendiam embarcar em 1.^a e 2.^a classe com a intenção de estabelecer residência fixa em países estrangeiros do Ultramar⁵⁵.

A emigração de jovens para fugir do serviço militar constituiu-se em outro ponto fundamental na visão dos legisladores. Considerado pela Constituição de 1822 como um “dever de cidadania”, era sentido pela população como um ônus pesado, denominado significativamente de “tributo de sangue”. Com o aumento do êxodo ao longo do século XIX, nada mais natural do que relacionar o medo do recrutamento com a emigração para o Brasil e, portanto, criar instrumentos jurídicos para tentar equacionar o problema⁵⁶.

A lei de recrutamento de 27 de Julho de 1855, que limitava as isenções do cumprimento do serviço militar, mas permitia a substituição do recrutado por outra pessoa contratada para esse fim, era considerada um fator de fomento da emigração. Em 1859, modificações importantes foram introduzidas com possibilidade de se pagar pela remissão da obrigatoriedade de servir ao exército e pela expansão da faixa etária, na qual nenhum rapaz com idade entre 14 a 21 anos poderia obter passaporte e se dirigir ao estrangeiro sem dar fiança para garantir que se apresentaria ou se faria substituir caso fosse chamado para o serviço militar⁵⁷.

Durante a eclosão do conflito mundial, quando a questão militar estava na ordem do dia, a lei de 30 de Junho de 1914, regulamentada em Agosto do mesmo ano, imprimiu um caráter pecuniário aos procedimentos que autorizavam a emigração dos maiores de 14 anos, sujeitos ao serviço militar, com exceção dos praças das tropas ativas e da reserva. Esses indivíduos não poderiam obter passaporte nem bilhete de identidade para se dirigir ao estrangeiro sem a comprovação de haver pago a taxa de 30\$000 réis, além das 20 anuidades da parte fixa da taxa militar ou as que lhes faltavam para terminar o serviço.

Cabe ressaltar que os dispositivos legais elaborados no período republicano relacionados à emigração mantiveram a isenção de todas as exigências para aqueles que

⁵⁵ Instruções de 25 de Novembro de 1912. *Apud* PEREIRA, SANTOS, 2009: 310.

⁵⁶ MONTEIRO, 2007. A análise da autora é bastante original, pois relativiza a influência do recrutamento militar na emigração, ressaltando que o discurso liberal indicava como causa principal da emigração o exército e as más condições oferecidas aos soldados, pois revelar outras razões ligadas à miséria e à falta de condições oferecidas dentro do país seria admitir o fracasso das reformas apregoadas pelo liberalismo.

⁵⁷ Em 1887, a nova lei de recrutamento impôs o caráter pessoal e obrigatório do serviço militar, acabando com as remissões e substituições. Quatro anos depois, o mecanismo das remissões a dinheiro foi reposto. O problema seria novamente abordado na lei de 25 de abril de 1907, que dispunha sobre as condições em que poderiam deixar o país os maiores de 14 anos ainda sem obrigações militares.

se dirigiam às colônias portuguesas em África, abrindo caminho, juntamente com outros fatores, para o crescimento desse movimento a partir da década de 1920.

Após o final da Primeira Guerra Mundial, o governo português elaborou o decreto de 10 de Maio de 1919. Seu preâmbulo assinalava a competência do governo para criar mecanismos, para o encaminhamento e a proteção da futura corrente migratória, fazendo com que o país auferisse desse fenômeno social os correspondentes resultados. Para tanto, o executivo propunha-se a regulamentar e definir a situação dos emigrantes através de medidas de caráter tutelar como a repatriação. Por outro lado, também reconhecia a necessidade de reprimir a emigração clandestina e estabelecer regras para a execução dos serviços das companhias de navegação e agências de emigração, venda de passagens e obtenção de passaporte⁵⁸. Tentativa explícita de acompanhar, dirigir e fiscalizar o fenômeno migratório desde antes do embarque até o destino final.

O decreto definiu ainda a organização e a competência do Comissariado Geral dos Serviços de Emigração, uma repartição do Ministério do Interior, diretamente subordinada à Direção Geral de Segurança Pública. Apesar de se reconhecer que a emigração poderia representar um importante fator de desenvolvimento, persistia a antiga tradição de tratar o problema da saída de portugueses sob a óptica da segurança pública⁵⁹.

Considerações finais – Portugal e Itália: um paralelo

A análise do corpo legislativo relativo à emigração aponta alguns caminhos percorridos pelo fenômeno migratório italiano até se constituir em um dos alicerces da economia do reino no período pós-unificação. De problema social, tratado como questão de segurança pública, para fator ativo de política econômica externa, o êxodo ganhou importância dentro do modelo específico de acumulação e desenvolvimento que se afirmava no país.

A concepção da emigração como fator positivo de fomento econômico não era única, mas foi a que prevaleceu. Na visão de vários estudiosos, a “exuberância demográfica italiana” era real e a emigração seria um instrumento para transformá-la em elemento de progresso nacional sob dois aspectos: através do desenvolvimento da marinha mercante e dos setores ligados à indústria naval, inclusive a marinha de

⁵⁸ PEREIRA, SANTOS, 2009: 312.

⁵⁹ Escrevendo no primeiro ano da República, Afonso Costa observou que a legislação portuguesa sempre se inspirou no critério proibitivo da emigração: de forma direta quanto àquela que se fazia clandestinamente e, de forma indireta, por meio de passaportes, imposições e taxas, em relação ao fluxo legal. Ver COSTA, 1911.

guerra; e de sua contribuição para a abertura de novos mercados no além-mar com a criação das chamadas “colônias pacíficas”, que naturalmente demandariam produtos italianos.

No reino recém-unificado, a identificação da emigração com o progresso parecia caminhar de mãos dadas com o espírito do *Risorgimento*. Se a Itália não possuía colônias, seus cidadãos no exterior, juntamente com os emigrantes, formariam novos mercados. Se a marinha mercante e de guerra das potências europeias eram fortes, a italiana, com o tempo, também se tornaria vigorosa.

Anos depois dos primeiros passos, a emigração gerava expectativas positivas como principal instrumento para a criação da chamada *La più grande Itália*, a alternativa pacífica do colonialismo italiano, cujo objetivo era transformar o “enorme exército de trabalhadores que, não se perdendo de sua pátria, converter-se-ia na vanguarda da expansão étnica e comercial”⁶⁰. Essa teoria da “emigração-expansão” nada mais era do que o reflexo ideológico do desenvolvimento industrial atrasado em relação às outras potências, uma tentativa de superação das dificuldades concernentes ao caráter monopolista do mercado mundial⁶¹.

Para conquistar mercados, a proposta era contrapor à escassez de capitais a exportação de homens e mercadorias. Tal escolha, com o passar dos anos, não correspondeu às expectativas de certos segmentos da sociedade italiana e suscitou a busca de alternativas, reativando a opção por conquistas territoriais em África pela via militar – caminho que a Itália também teria dificuldade em trilhar.

Em Portugal, os debates sobre a emigração e a sua potencialidade como instrumento de desenvolvimento do país ficaram subordinados ao histórico fluxo para o Brasil e ao problema da organização do império ultramarino. À parte de algumas tentativas de canalizá-lo para as colônias em África, o êxodo sempre esteve ligado a uma tradicional forma de ascensão econômica pessoal que, no entanto, ganhou contornos de problema nacional com o crescente volume das remessas monetárias enviadas do além-mar pelos “brasileiros”.

Em princípio, o governo português legislou respondendo à repercussão negativa causada pelas péssimas condições de transporte e trabalho a que eram submetidos aqueles que emigravam para o Brasil. No último quartel de Oitocentos, contudo, alguns decretos e leis, favorecendo a alternativa africana, marcaram a preocupação com o projeto colonial, delimitando objetivos políticos e econômicos que se concretizariam mais tarde, após as primeiras décadas do século XX.

Quanto às remessas, Portugal buscou alguma forma de intervenção através da criação de uma rede bancária oficial para transferência desses ativos e, assim, tentar desfrutar do consolidado “caminho brasileiro” de ascensão individual – cada vez

⁶⁰ P. Ghinassi. “Per le nostre colonie. Nel Brasile”. *L'Italia Coloniale*. 1901. *Apud* SORI, 2004: 11.

⁶¹ ANNINO, 1976: 140.

mais valioso nos parâmetros da economia interna e externa – na expectativa de fomentar a prosperidade nacional. Na Itália, os chamados “rios de ouro”, cujo volume acompanhava a dinâmica das expatriações, constituíram-se em outro argumento dos defensores do êxodo no sentido de comprovar seus benefícios para o país e justificar as expectativas de um futuro promissor – não por acaso as remessas foram objeto de tutela na lei de 1901.

A diferença fundamental no tratamento da emigração residia na sua conexão com os projetos de desenvolvimento e as especificidades de cada nação. Maior fornecedora de emigrantes, a Itália procurou transformar a emigração em massa, sobretudo a destinada à América meridional, em possíveis mercados para os seus produtos – expectativa que foi avivada tempos depois, com as conquistas territoriais em África. Em Portugal, as propostas passaram quase que obrigatoriamente pela construção do império africano, mas a ligação com a emigração sempre foi mais tênue.

Por fim, vale lembrar que os dois países, no início do movimento migratório, trataram o problema como uma questão de segurança pública e de ordem social, ligado aos seus ministérios de assuntos internos. Na Itália, na medida em que a emigração adensou-se, surgiu a hipótese de que deveria ficar a cargo do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Posteriormente, percebida como instrumento de política externa ativa, passou para a alçada do Ministério do Exterior. Já no reino ibérico, apesar de algumas discussões nesse sentido, a preocupação em controlar e tutelar a saída de portugueses jamais deixou a órbita do Ministério do Interior.

Um conjunto de diferenças que este artigo, dentro de seus limites, procurou identificar através da legislação, apontando caminhos para uma análise comparada.

Fontes e Bibliografia

Fontes

COSTA, Afonso, 1911 – *Estudos de economia nacional (o problema da emigração)*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Bibliografia

ALEXANDRE, Valentim, 1979 – *Origens do colonialismo português moderno (1822-1891)*. Lisboa: Sá da Costa.

- ALVES, Jorge Fernandes, 2001 – “Terra de esperanças – O Brasil na emigração portuguesa”, in *Portugal e Brasil – Encontros, desencontros, reencontros*. Cascais: Câmara Municipal, VII Cursos Internacionais.
- ANNINO, Antonio, 1974 – “Origine e controversie della legge 31 gennaio 1901. La politica migratoria dello Stato postunitario”. *Il Ponte*, n.º 30-31. Gênova.
- ANNINO, Antonio, 1976 – “Espansionismo ed emigrazione verso l’America Latina (L’Italia Coloniale 1900-1904)”. *Clio*, v. XII, n.º 1-2. Roma.
- CARERJ, Giuseppe, 1892 – “La legge sull’emigrazione al cospetto della critica”. *I Congresso Geografico Italiano*, v. II, t. II. Gênova.
- CAROCCHI, Giampiero, 1995 – *Storia d’Italia dall’Unità ad oggi*. Milão: Feltrinelli Editore.
- CIUFFOLETTI, Zeffiro; DEGL’INNOCENTI, Mauricio, 1978 – *L’emigrazione nella storia d’Italia 1868-1975*. Florença: Vallecchi Editore.
- DE ROSA, Luigi, 1980 – *Emigranti, Capitali e Banche (1896-1906)*. Nápoles: Edizione del Banco di Napoli.
- DORE, Grazia, 1964 – *La democrazia italiana e l’emigrazione in America*. Brescia: Morcelliana.
- FERRARI, Mario Enrico, 1983 – *Emigrazione e colonie: il giornale genovese La Borsa (1865-1894)*. Gênova: Bozzi Editore.
- FILIPUZZI, Angelo, 1976 – *Il dibattito sull’emigrazione. Polemiche nazionali e stampa veneta (1861-1914)*. Florença: Felice le Monnier.
- FRANZINA, Emilio, 2006 – *A Grande Emigração. O êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil* (Tradução de Edilene Toledo e Luigi Biondi). Campinas: Unicamp.
- GABACCIA, Donna R., 2003 – *Emigranti. Le diaspore degli italiani dal Medioevo a oggi*. Turim: Einaudi Editore.
- GONÇALVES, Paulo Cesar, 2008 – *Mercadores de braços: riqueza e acumulação na organização da emigração europeia para o Novo Mundo* (tese de doutoramento em História). São Paulo: FFLCH/USP.
- GRISPO, Francesca (dir.), 1985 – *La struttura e il funzionamento degli organi preposti all’emigrazione (1910-1919)*. Roma: Istituto Poligrafico e Zecca dello Stato.
- LEITE, Joaquim da Costa Leite, 1987 – “Emigração portuguesa: a lei e os números”. *Análise Social*, v. XXIII, n.º 97. Lisboa: ICS.
- LEITE, Joaquim da Costa, 1994 – *Portugal and emigration, 1855-1914* (tese de doutoramento). Nova York: Columbia University.
- LEITE, Joaquim da Costa, 2000 – “O Brasil e a emigração portuguesa (1855-1914)”, in *Fazer a América. A imigração em massa para a América latina* (dir. Boris Fausto), 2.ª edição. São Paulo: EDUSP.
- MANZOTTI, Fernando, 1969 – *La polemica sull’emigrazione nell’Italia Unita*. Milão: Dante Alighieri.
- MARANGHI, Giuseppe, 1898 – *La nazionalizzazione del trasporto degli emigranti*. Gênova: Cromo-Tipografia G. B. Marsano.
- MARTINS, J. P. Oliveira, 1978 – *O Brasil e as colónias portuguesas (1880)*, 7.ª edição. Lisboa: Guimarães Editores.

- MARUCCO, Dora, 2001 – “Le statistiche dell’emigrazione italiana”, in BEVILACQUA, Piero; DE CLEMENTI, Andreina; FRANZINA, Emilio (dir.) – *Storia dell’emigrazione italiana*, I volume, “Partenze”. Roma: Donzelli Editore.
- MONTEIRO, Isilda Braga da Costa, 2007 – “A emigração para o Brasil e a fuga ao recrutamento militar”, in SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia; PEREIRA, Conceição Meireles (dir.) – *A emigração portuguesa para o Brasil*. Porto: CEPESE/Afrontamento.
- PEREIRA, Maria da Conceição Meireles; SANTOS, Paula Marques dos, 2009 – “Legislação sobre emigração para o Brasil na I República”, in SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia; MATOS, Izilda (dir.) – *Nas duas margens. Os portugueses no Brasil*. Porto: CEPESE/Afrontamento.
- PEREIRA, Miriam Halpern, 2002 – *A política portuguesa de emigração (1850-1930)*. Bauru, SP: EDUSC; Portugal: Instituto Camões.
- RUSSEL-WOOD, A. J. R., 1998 – “A emigração: fluxos e destinos”, in BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (dir.) – *História da expansão portuguesa*, III volume. Lisboa: Círculo de Leitores.
- SORI, Ercole, 1979 – *L’emigrazione italiana dall’Unità alla Seconda Guerra Mondiale*. Bolonha: Il Mulino.
- SORI, Ercole, 2004 – “La política de emigración en Italia (1860-1973)”. *Estudios Migratorios Latinoamericanos*, ano 18, n.º 53. Buenos Aires.
- VIRGILIO, Jacopo, 1868 – *Migrazioni transatlantiche degli italiani ed in specie di quelle dei liguri alle regioni del Plata: cenni economico-statistici*. Gênova: Tipografia del Commercio.

L'EMIGRAZIONE ITALIANA VERSO IL BRASILE: TENDENZE E DIMENSIONI (1870-1975)¹

*Anna Maria Birindelli
Corrado Bonifazi*

Introduzione

Il Brasile ha rappresentato una delle principali mete dell'emigrazione italiana come, nell'altro versante, l'immigrazione italiana ha costituito una delle più importanti componenti dei flussi diretti verso il paese latinoamericano. Secondo i dati disponibili, dal 1876, anno in cui inizia la rilevazione degli espatriati, al 1975 sono quasi un milione e mezzo gli italiani emigrati in Brasile. Le statistiche del paese d'arrivo danno per il periodo 1870-1975 una cifra un po' più elevata (1,6 milioni), ma, come si vede, non troppo distante da quella della fonte italiana.

Questi valori, per quanto elevati, non danno però sufficientemente conto dell'importanza che il flusso migratorio tra Italia e Brasile ha assunto per i due paesi, soprattutto negli ultimi due decenni dell'ottocento e nei primi anni del novecento. Basti pensare che nel 1891 gli espatriati verso il Brasile hanno rappresentato il 37% di tutta l'emigrazione italiana e il 58% di quella diretta nelle Americhe; oppure che, nel 1888, il flusso di italiani ha costituito il 79% dell'immigrazione in Brasile e che complessivamente, tra il 1870 e il 1975, è stato pari al 30% di tutti gli ingressi registrati dal sistema statistico del paese.

E' evidente che i dati statistici appena ricordati, e quelli che saranno utilizzati nel resto del lavoro, vanno presi con grande cautela, dato che più andiamo indietro nel tempo maggiori sono le possibilità che le informazioni disponibili descrivano un processo sociale complesso come la mobilità internazionale in modo ancora più parziale e frammentario di quanto non avvenga oggi. Nonostante queste limitazioni importanti, che cercheremo di definire nel paragrafo successivo, i dati a disposizione ci consentono, comunque, di delineare le tappe principali e alcuni caratteri importanti

¹ Lavoro effettuato nell'ambito della Collaborazione tra l'Istituto di Ricerche sulla Popolazione e le Politiche Sociali del CNR (IRPPS-CNR) e il Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade (CEPESE) nel quadro dell'accordo di cooperazione scientifica tra CNR e FCR.

di un flusso che ha costituito un elemento importante nella storia, non solo migratoria, dei due paesi. A tale scopo, dopo un esame delle statistiche utilizzate, si passerà a descrivere le tendenze di lungo periodo del fenomeno, per dedicare le ultime due parti del lavoro all'analisi delle regioni italiane di partenza e a quella degli stati brasiliani d'arrivo.

1. Le fonti statistiche sull'emigrazione italiana in Brasile

La rilevazione sugli espatriati e i rimpatriati è la fonte statistica di riferimento per la misurazione dell'emigrazione italiana. La rilevazione, cessata negli anni ottanta del secolo scorso, ha iniziato a quantificare i flussi in uscita dei cittadini italiani a partire dal 1876, mentre per quelli di ritorno è stata avviata nel 1905 per i paesi extraeuropei e nel 1921 per quelli europei e del bacino mediterraneo. In quest'ampio intervallo temporale sono cambiate più volte sia la definizione di emigrante che i metodi di rilevazione².

Per quanto riguarda l'oggetto della rilevazione, questa ha riguardato, nel periodo compreso tra il 1876 e il 1913, gli emigranti che espatriavano in disagiate condizioni economiche e, dal 1914 al 1927, chi si recava all'estero per svolgere un lavoro manuale, per esercitare il piccolo commercio o per raggiungere familiari già emigrati per motivi di lavoro. Dal 1928 al 1942, a queste categorie sono stati aggiunti i lavoratori intellettuali; mentre, dal 1943, la definizione si è ulteriormente allargata per comprendere quanti si recavano all'estero per svolgere una professione, un'arte o un mestiere, in proprio o sotto le dipendenze altrui, per seguire o raggiungere familiari espatriati per tali motivi e, infine, coloro che per qualsiasi ragione intendevano fissare la propria residenza fuori dai confini nazionali. La rilevazione dei rimpatriati, invece, ha riguardato i cittadini italiani espatriati per i motivi suindicati.

Esistono, come si vede, delle differenze notevoli da un periodo all'altro e tali da consigliare alla cautela nei confronti tra i vari momenti dell'emigrazione italiana. Anche perché i metodi di rilevazione hanno conosciuto nel tempo cambiamenti altrettanto rilevanti. Limitandoci ai soli flussi verso i paesi extraeuropei, il cui sistema di rilevazione si differenzia da quello relativo all'emigrazione europea a partire dal 1921, si ha che nel periodo 1876-1903 i dati sono stati desunti dai nulla osta per il rilascio dei passaporti, dal 1904 al 1920 dai passaporti rilasciati, dal 1921 al 1954 dalle cedole statistiche inserite nei passaporti integrate dalle liste nominative di bordo, dal 1955 al 1968 dalle liste di bordo e dalle segnalazioni nominative di espatri per via aerea e, infine, dal 1969 dagli accertamenti dei comuni italiani di residenza (o di

² ISTAT, 1975.

precedente residenza) degli emigranti. Per quanto riguarda, invece, i rimpatriati dai paesi extraeuropei la rilevazione si è basata dal 1905 al 1920 sulle liste nominative di bordo, dal 1921 al 1954 sulle cedole statistiche inserite nei passaporti e sulle liste di bordo, dal 1955 al 1968 sulle sole liste di bordo e dal 1969 su accertamenti dei comuni di residenza in Italia.

Questi cambiamenti nelle definizioni e nelle modalità di rilevazione hanno sicuramente degli effetti importanti sulla comparabilità dei dati, specie su un intervallo di tempo ampio come quello considerato nel presente lavoro. Nel complesso, comunque, le diverse modifiche introdotte hanno puntato a un miglioramento dei sistemi di rilevazione per consentire una più precisa misurazione del fenomeno migratorio. I dati relativi ai nulla osta, ad esempio, tendevano, per diverse ragioni, a sovrastimare la reale intensità del flusso in uscita. Il numero dei passaporti risultava, infatti, sempre inferiore a quello dei nulla osta concessi, perché in alcuni casi il documento non veniva ritirato dalle persone che non avevano più intenzione di emigrare o perché, nonostante il parere favorevole, non veniva rilasciato dalle autorità per motivi di ordine pubblico³.

Il passaggio, avvenuto nel 1904, a statistiche basate sui registri dei passaporti tenuti dagli Uffici circondariali di Pubblica Sicurezza rappresentò un indubbio miglioramento (Ibidem). Restavano ancora, però, ampi margini di differenza tra dato statistico e intensità del fenomeno⁴. Il rilascio del passaporto, infatti, non implicava necessariamente l'emigrazione, i trasferimenti senza passaporto crescevano all'aumentare del numero di stati che non richiedevano tale documento, non sempre era possibile stabilire con esattezza il paese di destinazione e, vista la durata triennale del passaporto, erano possibili più spostamenti all'estero di una stessa persona.

Il cambiamento successivo, che per i flussi verso i paesi extraeuropei significò nel 1921 il passaggio a statistiche basate sulle cedole statistiche inserite nei passaporti da ritirare al momento della partenza e sulle liste di bordo, permise di ovviare a queste lacune della rilevazione. Le aree critiche che restavano riguardavano l'emigrazione clandestina, gli espatri plurimi nel corso dell'anno, l'utilizzo di passaporti concessi per motivi diversi dall'emigrazione e l'inefficacia dei controlli alla frontiera. Secondo il Commissariato Generale dell'Emigrazione, però, questi problemi riguardavano soprattutto i flussi diretti verso i paesi europei.

L'introduzione di questi nuovi criteri di rilevazione coincise con il passaggio della responsabilità della rilevazione al Commissariato Generale dell'Emigrazione. In effetti, il Commissariato, istituito nel 1901, aveva iniziato una propria autonoma rilevazione dei flussi transoceanici nel 1902 basandosi proprio sulle liste di bordo⁵ e

³ COMMISSARIATO..., 1926.

⁴ COMMISSARIATO..., 1926.

⁵ BIRINDELLI, NOBILE, 1996.

con modalità che, attraverso successivi miglioramenti, saranno in parte utilizzate, a partire dal 1921, per misurare espatriati e rimpatriati. Per il periodo 1902-1925 sono, quindi, disponibili per i flussi diretti fuori dell'Europa e del bacino del Mediterraneo due diverse serie: quella degli espatriati, elaborata dalla Direzione Generale di Statistica utilizzando le informazioni relative ai passaporti, e quella basata sulle liste di bordo condotta dal Commissariato. I limiti maggiori di quest'ultima rilevazione riguardavano l'esclusione di chi viaggiava in una classe diversa dalla terza (anche per decisione del vettore che così non pagava la tassa prevista), di chi partiva da porti esteri (esclusa Le Havre ma limitatamente agli emigranti dell'Italia settentrionale diretti a New York e che utilizzavano le navi della Compagnie Générale Transatlantique) e di quanti lavoravano sulle navi durante il viaggio⁶.

La serie generalmente utilizzata per l'analisi dell'emigrazione italiana transoceanica nei primi due decenni dello scorso secolo è, comunque, quella della Direzione Generale di Statistica. Nel caso del Brasile, però, i dati del Commissariato, basati sulle liste di bordo, hanno un loro interesse perché permettono di evidenziare con immediatezza gli effetti sui flussi del cosiddetto Decreto Prinetti che, nel Marzo del 1902, vietò «ogni operazione per l'arruolamento di emigranti da trasportarsi con viaggio gratuito» nel paese latinoamericano⁷. Con la soppressione del Commissariato, nell'Aprile del 1927, i servizi incaricati della rilevazione passarono alla Direzione Generale degli Italiani all'Estero e, dal Novembre del 1929, finirono alle dipendenze dell'Istituto Centrale di Statistica che era stato fondato nel 1926⁸.

I cambiamenti introdotti nella rilevazione a partire dalla seconda metà degli anni cinquanta del novecento hanno cercato di adeguarla ai grandi mutamenti che avevano nel frattempo caratterizzato la scena migratoria mondiale, specie nel contesto europeo. In particolare, la nascita della Comunità Europea e la maggior facilità di emigrare verso molte destinazioni continentali spinse a modificare il sistema di rilevazione per questo tipo di spostamenti incentrandolo, dal 1958, sugli accertamenti dei comuni di residenza degli emigranti. Criterio che, per ragioni di uniformità, venne esteso alle destinazioni extraeuropee a partire dal 1969. Nel frattempo, comunque, l'emigrazione italiana verso l'America meridionale e, in particolare, verso il Brasile, dopo aver conosciuto una modesta ripresa nel primo dopoguerra, scendeva a livelli decisamente contenuti.

Per quantificare i flussi migratori di italiani verso il Brasile è possibile fare riferimento anche a fonti brasiliane. In questa sede è stata utilizzata una serie statistica

⁶ COMMISSARIATO..., 1926; BIRINDELLI, NOBILE, 1996.

⁷ COMMISSARIATO..., 1925. Secondo questi dati le partenze verso il Brasile scendono dalle 4 mila unità del Marzo 1902 alle 1 500 dell'Aprile e alle circa 600 del Maggio di quell'anno.

⁸ OSTUNI, ROSOLI, 1978.

sull'immigrazione in Brasile pubblicata in Levy⁹, che riporta dati tratti da diverse pubblicazioni ufficiali¹⁰ relativi al periodo 1872-1971. La disponibilità sul sito dell'Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística di molte delle serie statistiche pubblicate durante il secolo scorso ha permesso di reperire i valori sino al 1975 e di operare qualche piccolo aggiustamento rispetto a quanto riportato nell'articolo di Levy; mentre per i dati relativi al 1870 e al 1871 si è fatto riferimento a Willcox¹¹. Relativamente al flusso degli italiani la stessa serie statistica è stata utilizzata in diversi lavori¹². Va però sottolineato che, per quanto riguarda il volume complessivo dell'immigrazione verso il Brasile, presenta, per gli anni compresi tra il 1884 e il 1907, alcune differenze con quanto pubblicato in Usiglio e Willcox¹³. I valori da noi utilizzati risultano sempre inferiori a quelli di questa seconda serie, anche se la differenza non risulta mai molto elevata, approssimandosi al massimo a 10 mila (-17%) nel 1907, ma restando negli altri anni al di sotto delle 2 800 unità, in termini assoluti, e arrivando al più, in termini percentuali, al 6,6% (1900). La sistematicità del segno della differenza fa pensare che nei dati da noi utilizzati siano stati tolti i cittadini brasiliani che, con ogni probabilità, nel *Boletim Commemorativo da Exposição Nacional de 1908*, fonte originaria dei dati, erano compresi, come avviene in Willcox, nella voce "Altri". In definitiva, è presumibile che la serie si riferisca a stranieri e brasiliani dal 1870 al 1883 e solo ai primi dopo tale anno. A suffragare questa ipotesi è anche il fatto che in Willcox¹⁴ per gli anni successivi al 1907 i valori dei flussi di immigrazione sono riportati separatamente per stranieri e brasiliani e il totale dei primi corrisponde al valore complessivo del fenomeno come riportato in Levy¹⁵, che riprende quanto pubblicato nell'*Anuário Estatístico do Brasil* del 1954.

La serie misura gli ingressi nel paese di immigrati permanenti (soggiorno superiore ai sei mesi) di primo stanziamento (*estabelecimento*). Stando a Willcox, prima del 1898 le statistiche sull'immigrazione, basate sulle informazioni raccolte nei porti, erano elaborate dall'Ispettorato Generale delle Terre e della Colonizzazione; dopo la soppressione di questo ente il compito venne trasferito al Dipartimento Statistico di Rio de Janeiro e dal 1908 al Ministero dell'Agricoltura, Industria e Commercio. Per un primo periodo i dati si riferiscono ai passeggeri di terza classe arrivati nei porti brasiliani e la loro raccolta confidava sull'obbligo per le compagnie di navigazione di

⁹ LEVY, 1974.

¹⁰ Per gli anni 1872-1883 i dati sono di fonte diversa e sono tratti dal *Boletim Commemorativo da Exposição Nacional de 1908*, per il periodo 1884-1967 sono ripresi da diverse edizioni dell'*Anuário Estatístico do Brasil*, mentre dal 1968 al 1971 sono stati forniti all'autrice direttamente dalla Divisão Nacional de Migração del Ministero del Lavoro e della Previdenza Sociale.

¹¹ WILLCOX, 1929.

¹² USIGLIO 1910; TRENTO 1984; DE ROSA 1988.

¹³ USIGLIO, 1910; WILLCOX, 1929.

¹⁴ WILLCOX, 1929.

¹⁵ LEVY, 1974.

fornire alle autorità competenti le liste dei passeggeri. Dopo il 1908 la serie fornisce informazioni per un più ampio ventaglio di nazionalità; mentre, a partire dal 1921, considera i passeggeri di seconda e terza classe arrivati nei porti di Belem, Recife, San Salvador, Rio de Janeiro, Santos, Paranaguá, Florianópolis e Rio Grande¹⁶.

Come si vede, anche la serie brasiliana presenta cambiamenti negli enti preposti alla raccolta dei dati, nelle definizioni e nella copertura del fenomeno. Si tratta, in tutta evidenza, di dati da prendere con grande cautela ma che possono aiutarci a una quantificazione di massima dell'intensità del fenomeno. In questo senso è da sottolineare che, come vedremo più avanti, il confronto tra la serie italiana e quella brasiliana mostra una sostanziale concordanza di andamento. Un risultato confortante, che conferma come i dati statistici disponibili possono dare un utile contributo all'inquadramento complessivo della storia dell'immigrazione italiana verso il Brasile, visto che un certo margine di differenza tra la misurazione di uno stesso flusso migratorio dal lato del paese di partenza e da quello del paese d'arrivo è inevitabile, tenuto conto delle diversità di definizioni e di modalità di rilevazione.

2. Le tendenze di lungo periodo dell'emigrazione italiana in Brasile

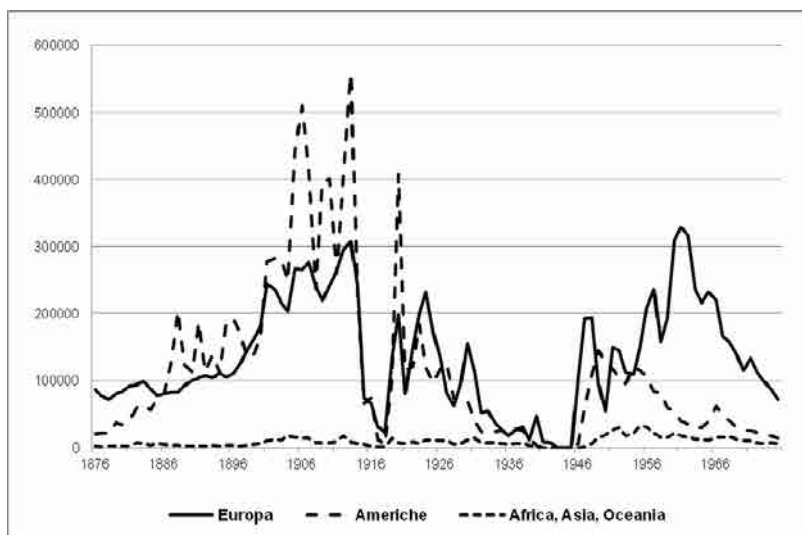
In base a quanto emerso dalla precedente analisi delle fonti, è chiaro che le rilevazioni delle migrazioni con l'estero consentono solo di avere una stima di massima della reale consistenza delle partenze e dei rientri degli italiani che hanno varcato le frontiere anno dopo anno. Pur con tutte le cautele nell'uso di questi dati, la constatazione che nell'arco di quasi cento anni (1876-1972) la mobilità in uscita raggiunga la non trascurabile entità di più di 25 milioni e 700 mila spostamenti testimonia di per sé l'importanza che le migrazioni hanno avuto nel quadro di lungo periodo dello sviluppo socio-economico del Paese. Si tratta ovviamente di un dato di sintesi che nasconde al suo interno le cadenze temporali e le diversificazioni intervenute nelle destinazioni dei flussi, al lordo dei rientri siano essi stati definitivi o iterativi. Osservando l'andamento temporale di lungo periodo congiuntamente alle destinazioni articolate per macroaree (grafico n.º 1), appaiono tre distinte fasi, intercalate dalle vicende belliche collegate alla prima e alla seconda guerra mondiale.

Nella prima fase (1876-1914) si assiste ad un progressivo incremento dei flussi in uscita: nei primi anni le persone che vanno all'estero per motivi di lavoro oscillano intorno alle 100 mila unità ma il progressivo aumento dei valori dalla seconda metà degli anni '80 fa sì che agli inizi del '900 si registri un deflusso di mezzo milione persone, destinato a stabilizzarsi successivamente sulle 600-700 mila unità annue: nel

¹⁶ WILLCOX, 1929.

1913 si raggiunge il massimo assoluto di circa 872 mila espatri. Se si tiene presente che la popolazione italiana censita è costituita nel 1881 da circa 28 milioni e 500 mila persone e nel 1911 da circa 34 milioni e 700 mila persone, la constatazione che in questa fase di emigrazione di massa si siano registrati circa 13 milioni e 900 mila spostamenti segnala la coesistenza di due diversi profili migratori: il primo si collega ad un progetto che prevede lo sradicamento definitivo o di lunga durata dalla terra di origine con l'eventuale coinvolgimento di interi nuclei familiari mentre il secondo si materializza nella reiterazione di spostamenti a termine oltre confine finalizzati ad una integrazione delle magre risorse familiari, connotandosi quindi come un modello decisionale per così dire endemico cui ricorrere quando peggiorano le condizioni economiche. Si può presumere che la prima tipologia abbia caratterizzato gli espatri verso le Americhe che attraggono dal 1886 in poi più della metà degli espatri (grafico n.° 2): si intessono in tal modo collegamenti a lungo raggio che vedono come iniziali poli attrattivi l'Argentina e il Brasile, cui si sostituiscono gli Stati Uniti con gli inizi del Novecento.

Grafico n.° 1
Emigrazione italiana (1876-1975)

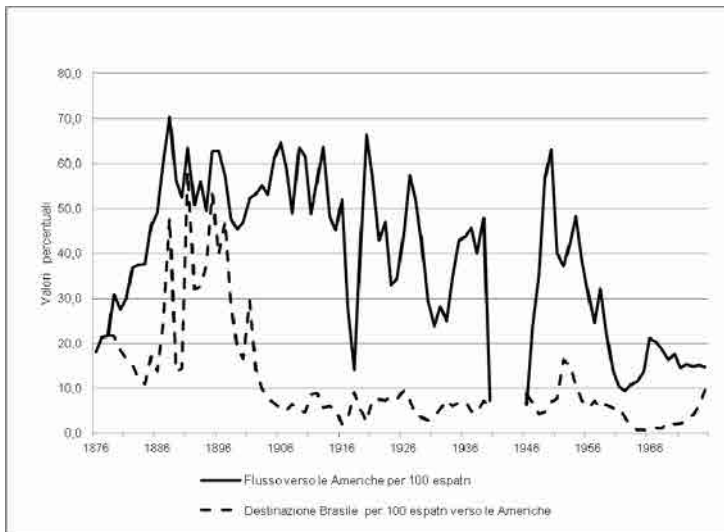


Fonte: Elaborazioni su dati CGE (1876 -1925) e su dati ISTAT (1926-1975).

Ma quali sono i fattori che hanno causato questo esodo di massa, non più rinvenibile per intensità e durata nei decenni successivi? Appare manifesto che nell'aggrovigliato intreccio tra vicende individuali e fatti collettivi, cioè nella transizione dal micro cosmo delle storie familiari al livello macro, dove vengono scanditi i tempi e i modi

delle trasformazioni socio-economiche, si sono venute a creare condizioni di progressiva emarginazione di aree territoriali non più al passo con le vicende di sviluppo dell'epoca.

Grafico n.° 2
Emigrazione italiana verso le Americhe (in % del totale) e verso il Brasile (in % destinazioni verso le Americhe), 1876-1975



Fonte: vedi gráfico n.° 1.

Al fine di tracciare una sintesi di alcuni degli elementi più salienti della fase in esame, si può ricordare che la sanzione formale dell'unità statale risale al 1861 con la costituzione del Regno d'Italia. Negli anni che intercorrono tra l'unificazione e la chiusura del secolo XIX si gettano le basi per il successivo processo di industrializzazione. Si cerca in primo luogo di estendere la rete viaria, stradale e soprattutto ferroviaria, facilitando in tal modo l'integrazione dei mercati locali e regionali nel più ampio contesto nazionale, condizione necessaria per la formazione e la circolazione dei prodotti non solo all'interno del paese ma anche oltre frontiera. Il commercio con l'estero, facilitato da un orientamento politico di impostazione liberista, riceve un notevole impulso, inserendo l'Italia nei circuiti internazionali quale fornitrice di prodotti agricoli e manifatturieri semi-lavorati, tipici di una industria ancora legata ad una economia rurale.

Tuttavia, con la seconda metà degli anni '70, l'Italia entra in pieno nel vortice della depressione economica, iniziata in Europa già nel 1873 in corrispondenza della forte concorrenza esercitata dalle importazioni di prodotti agricoli extra-continentali. Per arginare la caduta dei prezzi delle derrate alimentari, il governo ricorre a misure

protezionistiche, varando il sistema delle tariffe doganali nel 1878 e successivamente nel 1887, quando oltre al dazio sul grano si adottano vari provvedimenti finalizzati ad una maggiore tutela delle manifatture cotoniere e laniere e delle industrie siderurgiche e chimiche. Questa politica si risolve, quindi, in vantaggi per la nascente industria del nord e per la proprietà latifondista meridionale, dove predomina la produzione cerealicola: di converso aumentano le aree destinate a svolgere il ruolo di fornitrici di manodopera da inserire nei mercati di lavoro estero. Se nei decenni precedenti questa mobilità interessava in modo predominante le economie alpestri del Piemonte, della Lombardia, le zone montane nord orientali, oltre che i fondo valle del basso mantovano, del basso veneto e del rovigotto, da dove si emigrava verso le nazioni confinanti, con la fine degli anni '70 gli effetti indotti dal ciclo economico sfavorevole e dalla contemporanea crisi agraria si ripercuotono negativamente su una eterogenea tipologia di figure economiche. Nel nord la piccola possidenza agricola, i braccianti e gli operai occupati in precedenza in vari lavori pubblici (ad esempio, le opere di bonifica del Polesine, la costruzione degli argini nel ravennate, ecc.) vanno ad ingrossare le fila degli emigrati e sulla stessa strada convergono i viticoltori e i produttori di olio e di agrumi del Meridione, che vedono chiudersi la frontiera francese, sbocco essenziale per l'esportazione dei loro prodotti in conseguenza della guerra doganale che dal 1888 si protrae fin verso la metà degli anni '90.

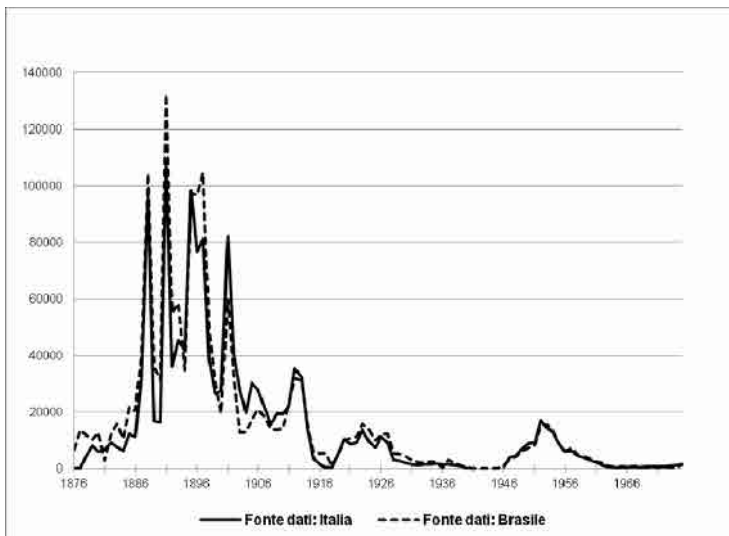
In questi anni si assiste ad un aumento progressivo delle partenze verso il Sud America (gráfico n.º 1), che rappresenta la meta maggiormente prescelta dal contadino italiano attratto dalla prospettiva di potere impiantare in proprio una azienda agricola, obiettivo difficilmente realizzabile nella terra di origine. La politica migratoria perseguita in Argentina e in Brasile cerca, infatti, di incentivare l'immigrazione dall'Europa attraverso l'adozione di facilitazioni finanziarie e aiuti materiali di primo insediamento: la finalità di queste iniziative è quella di promuovere la colonizzazione agricola di vaste aree poco sfruttate della Pampa argentina e del meridione brasiliano.

In Brasile questa politica migratoria risale già a metà dell'Ottocento, quando il governo imperiale decide di cedere i terreni demaniali a coloro che intendono organizzare l'occupazione delle terre usufruendo anche di sovvenzioni pubbliche. Successivamente, tra il 1860 e il 1875 prevale l'orientamento di istituire colonie pubbliche e nel 1867 vengono varate le prime leggi finalizzate ad incentivare l'immigrazione, fornendo direttamente alle persone aiuti finanziari per il viaggio e l'insediamento delle famiglie. La fase di maggiore espansione dell'afflusso degli italiani si colloca nell'arco dei quindici anni compresi tra la metà del 1880 e gli inizi del XX secolo. Anticipando alcuni spunti sulla geografia di questi flussi, analizzata in dettaglio nei paragrafi successivi, si può osservare come interi nuclei familiari di origine rurale lasciano il Veneto, il Trentino e la Lombardia per costituire negli Stati di Rio Grande do Sul, Parana e Santa Catarina varie colonie, spesso caratterizzate da

una comune area di origine. Con il 1890, viceversa, sono le piantagioni di caffè dello Stato di São Paulo e di Minas Gerais ad essere in piena espansione, anche in virtù di una fase molto favorevole di esportazione all'estero del prodotto. Le aree a vocazione agricola basata sulla produzione del caffè assumono un notevole ruolo attrattivo: forte è la carenza di mano d'opera locale, in parte collegata alla definitiva abolizione della schiavitù nel 1888 e il potere politico dei produttori del caffè si rafforza anche per il trasferimento ai singoli stati delle competenze nell'ambito di politica migratoria. São Paulo è in sostanza l'unico Stato che può disporre delle risorse necessarie per garantire il mantenimento degli incentivi economici finalizzati a promuovere l'arrivo di mano d'opera straniera.

Da un confronto dei dati estratti dalle due fonti statistiche del paese di partenza e di quello di arrivo (grafico n.º 3), si può in primo luogo notare una discrepanza, generalmente di segno positivo, tra i dati registrati in Brasile e quelli di fonte italiana: come si è già osservato (infra, § 2), questo scarto è riflesso della consistenza degli espatri non rilevabili in Italia, collegati principalmente a partenze da porti esteri, ad imbarchi in prima e seconda classe, alla casistica di persone occupate sulla nave durante la traversata.

Grafico n.º 3
Consistenza dell'emigrazione italiana in Brasile secondo le statistiche dei due Paesi di partenza e di arrivo (1876-1975)



Fonte: per l'Italia vedi gráfico n.º 1, per il Brasile dati pubblicati in Levy (1974) e dall'Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Similarità di andamento appare, viceversa, nell'alternanza di picchi ed avvallamenti, riconducibili sostanzialmente alle vicende politiche dei due paesi. Così la

concomitanza tra l'abolizione della schiavitù e il forte rialzo degli arrivi (1888) suggerisce l'efficacia delle azioni per così dire promozionali messe in opera a tempo debito dagli emissari reclutatori nelle aree di emigrazione. Il decremento dei due anni successivi si collega, viceversa, al decreto Crispi del Marzo del 1889 che sospende l'emigrazione sovvenzionata verso il Brasile: il calo delle partenze è rintracciabile più dai dati italiani che da quelli brasiliani forse perché gli emigrati si imbarcano nei porti francesi. Il successivo rialzo del 1891 è chiaramente collegato con la cessazione del divieto di emigrare verso il Brasile mentre la nuova ripresa del 1897 riflette il potere trainante indotto dagli sforzi finanziari di alcuni stati brasiliani (São Paulo, Minas Gerais ed Espírito Santo) finalizzati a incentivare l'immigrazione. Agli inizi del 1900 si innesta, però, una profonda crisi della industria del caffè che comporta il fallimento di numerosi fazendeiros. Il Commissariato dell'Emigrazione invia ispettori sia nelle colonie italiane sia nelle fazendas: ne emerge un quadro preoccupante sulle condizioni di vita e sugli episodi di sfruttamento della manodopera, per cui il governo italiano emana, nel Marzo del 1902, il decreto Prinetti-Bodrio. Con questo provvedimento, che rimane in vigore fino allo scoppio della prima guerra mondiale, viene sospesa una licenza speciale concessa ad alcune compagnie di navigazione per il trasporto gratuito di emigranti italiani in Brasile. Si deve tener presente che le compagnie di navigazione organizzano una diffusa rete di agenti, che hanno il compito di propagandare una visione allettante delle condizioni di lavoro e di vita nella realtà brasiliana, e reclutare, dietro compenso, il maggior numero possibile di persone da imbarcare sulle navi dirette a Rio de Janeiro e a Santos.

Negli anni successivi le alternanze di rialzi e di cali sono intrecciate con le vicende di espansione e di crisi nella produzione ed esportazione del caffè ma il forte potere attrattivo del Brasile quale polo centripeto di afflusso è destinato a smorzarsi, soppiantato dalle più favorevoli prospettive di lavoro offerte dalla notevole espansione industriale degli Stati Uniti (grafico n.° 2).

Si assiste, inoltre, al paradosso della concomitanza tra i valori più elevati registrati nella storia migratoria dell'Italia ed un ciclo economico estremamente favorevole. In effetti, l'agricoltura attraversa una lunga fase di crescita produttiva, sostanzialmente localizzata nella pianura Padana: nel centro-sud del Piemonte e della Lombardia, nelle aree bonificate del Veneto e dell'Emilia si allargano le aree coltivate a frumento, si migliorano le condizioni di produzione del riso, si arricchisce il patrimonio zootecnico. In questo stesso contesto geografico si solidifica il processo di industrializzazione: accanto alle manifatture tradizionali (industrie tessili e cotoniere, setifici) si sviluppano le industrie metallurgiche, meccaniche e chimiche; si diffonde sempre più l'introduzione dell'energia idroelettrica e sorgono i primi nuclei di siderurgia a ciclo integrale. La compenetrazione tra gli insediamenti industriali e le aree agricole si accompagna ad un intenso processo di urbanizzazione. In sostanza la mancata

disseminazione dello sviluppo nel resto della penisola comporta la progressiva emarginazione di vaste aree agricole, dove lo squilibrio strutturale tra popolazione e risorse viene risolto con il ricorso all'emigrazione fuori frontiera.

Nella fasi tra le due guerre mondiali l'emigrazione verso il Brasile sembra riprendere il ritmo dell'anteguerra, sia pure con valori molto più contenuti ma si tratta di una ripresa destinata a smorzarsi con la seconda metà degli anni'20. Sullo sfondo della grave depressione economica, che tocca il suo acme tra 1929 e il 1933, diventa difficile emigrare anche verso le tradizionali mete transoceaniche come gli Usa, che adotta una politica di contingentamento dei flussi in base ad un criterio selettivo delle nazionalità o l'Argentina dove vengono varati provvedimenti restrittivi tendenti a rafforzare i controlli allo sbarco introducendo vari requisiti di idoneità (passaporto con foto, attestazioni di mancanza di pendenze penali, la non mendicizia, la sanità mentale). D'altra parte è lo stesso governo fascista che, tra il 1927 e il 1931, adotta una serie di misure finalizzate a bloccare l'emigrazione permanente e a limitare quella temporanea.

A chiusura della seconda guerra mondiale, probabilmente sulla scia di pregresse catene migratorie che fungono da ancoraggio per superare le difficoltà inerenti il recupero economico post-bellico, riappare nuovamente una contenuta ripresa del potere attrattivo del Brasile, destinato tuttavia a perdere progressivamente di vigore dalla metà degli anni'50. A fronte di un generale indebolimento degli sbocchi transoceanici cresce il richiamo esercitato dai mercati di lavoro appartenenti alle economie europee più sviluppate, anche se l'esperienza migratoria italiana sta lentamente volgendo al termine, sostituita dai flussi emergenti dai paesi in via di sviluppo.

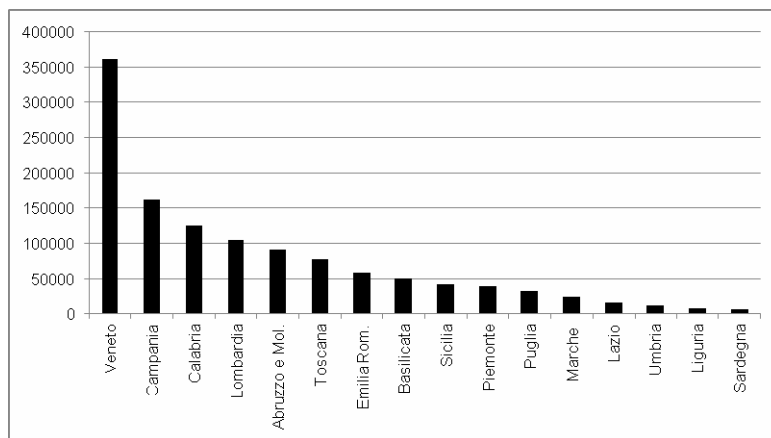
3. Le regioni di partenza dell'emigrazione italiana in Brasile

Nel primo periodo in cui abbiamo suddiviso la storia dell'emigrazione italiana in Brasile la regione che ha contribuito di più al flusso è stata di gran lunga il Veneto, con quasi 363 mila espatriati. Al secondo troviamo la Campania, che ha fatto registrare tra il 1878 e il 1914 162 mila partenze, e poi la Calabria (126 mila), la Lombardia (105 mila), gli Abruzzi e il Molise (92 mila) e la Toscana (78 mila), mentre ben distanziate seguono le altre regioni (gráfico n.º 4).

Scendendo a un dettaglio temporale più fine, ma limitando l'attenzione solo alle prime quattro regioni di provenienza, si può notare come per tutto l'ultimo quarto dell'Ottocento sia stato il Veneto a dare il contributo maggiore al flusso diretto in Brasile (gráfico n.º 5). I picchi che fa registrare l'emigrazione italiana diretta verso il paese Sud americano sono, infatti, quasi integralmente attribuibili alla crescita della corrente proveniente dal Veneto, che arriva a quasi 20 mila unità nel 1887, a 72 mila nell'anno seguente, a 70 mila nel 1891 e a 35 mila nel 1895. I primi tre anni sono

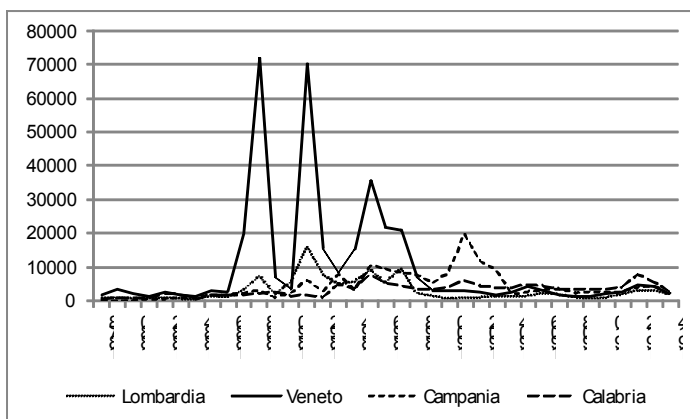
anche quelli in cui il Veneto dà il contributo relativo più importante al flusso tra Italia e Brasile, arrivando a contare, rispettivamente, per il 62,9, il 73,5 e il 64,6% del totale. Nel 1895 questo valore scende, invece, al 36,1% dell'intero flusso, quota ancora ragguardevole ma che segnala una progressiva perdita d'importanza della regione rispetto ad altre aree d'origine. In effetti, nel primo quindicennio del Novecento, l'emigrazione veneta è ormai quasi sistematicamente superata da quella proveniente dalla Campania e dalla Calabria.

Grafico n.° 4
Espatriati in Brasile per regione di provenienza (1878-1914)



Fonte: Elaborazioni su dati CGE.

Grafico n.° 5
Espatriati in Brasile dalle principali regioni di provenienza (1878-1914)



Fonte: elaborazioni su dati CGE.

Del resto, se consideriamo il complesso del movimento in uscita registrato tra il 1878 e il 1914 la ripartizione italiana che dà il contributo maggiore all'emigrazione verso il Brasile è proprio il Mezzogiorno, con 515 mila espatriati. Il Nord Est segue con quasi 422 mila unità, ma si tratta per l'86% dell'emigrazione veneta (quadro n.° 1). A partire dal 1905 è disponibile anche il dato sui rimpatriati per regione di destinazione e il ruolo predominante acquistato dall'emigrazione meridionale appare con ancor maggiore chiarezza facendo riferimento a quest'ultima parte del periodo esaminato. Dei 237 mila espatriati registrati tra 1905 e 1914 ben 143 mila provengono, infatti, da una regione del Mezzogiorno e il peso di questa ripartizione sul saldo migratorio risulta anche più consistente. Se, infatti, le regioni del Sud contribuiscono al 60% del flusso in uscita, il loro peso sul saldo migratorio arriva all'89%. C'è da dire, a riguardo, che questo valore va preso con una certa cautela per due motivi. In primo luogo, per i 15 mila rimpatri la cui regione di destinazione è ignota e che potrebbero essere più concentrati nel Mezzogiorno; in secondo luogo, per il maggior peso che i rimpatri potrebbero aver avuto nelle regioni da cui prima si era attivato il flusso verso il Brasile. In effetti, se consideriamo il rapporto tra rimpatriati ed espatriati, a un valore medio nazionale del 59,8% corrispondono quote dell'80,6% per il Centro, del 78,3% per il Nord Est, del 60,7% per il Nord Ovest e solo del 40,2% per il Mezzogiorno. Differenze nette, che potrebbero avere almeno una parte di spiegazione nel ritorno di emigranti partiti dal Centro-Nord prima del 1905, quando questa parte del paese aveva un ruolo largamente predominante nel flusso ma la rilevazione dei rimpatri non era ancora attivata.

Quadro n.° 1
Movimento migratorio tra Italia e Brasile per ripartizione e
Principali regioni di origine e destinazione (1878-1914)

Ripartizioni e regioni	Espatriati (1878-1914)		Espatriati (1905-1914)		Rimpatriati (1905-1914)		Saldo migratorio (1905-1914)		Rapporto rimp./esp. (1905-1914)
	Valori Assol.	Media annua	Valori Assol.	Media annua	Valori Assol.	Media annua	Valori Assol.	Media annua	%
Nord Ovest	153 492	4 148	31 725	3 173	19 270	1 927	-12 455	-1 246	60,7
Lombardia	104 979	2 837	16 168	1 617	10 738	1 074	-5 430	-543	66,4
Nord Est	421 913	11 403	35 654	3 565	27917	2 792	-7 737	-774	78,3
Veneto	362 652	9 801	28 287	2 829	21 286	2 129	-7 001	-700	75,3
Centro	130 740	3 534	26 939	2 694	21 722	2 172	-5 217	-522	80,6
Toscana	78 409	2 119	16 457	1 646	11 050	1 105	-5 407	-541	67,1
Mezzogiorno	515 422	13 930	142 837	14 284	57 418	5 742	-85 419	-8 542	40,2

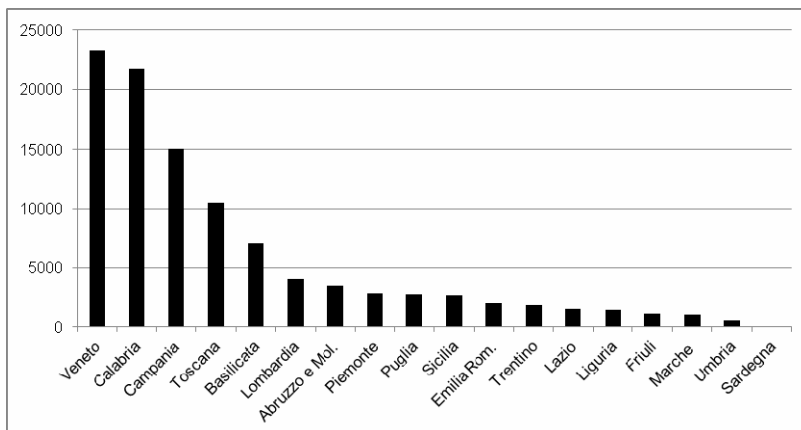
(Continuação do quadro n.º 1)

Ripartizioni e regioni	Espatriati (1878-1914)		Espatriati (1905-1914)		Rimpatriati (1905-1914)		Saldo migratorio (1905-1914)		Rapporto rimp./esp. (1905-1914)
	Valori Assol.	Media annua	Valori Assol.	Media annua	Valori Assol.	Media annua	Valori Assol.	Media annua	%
Abruzzo Molise	92 437	2 498	16 928	1 693	6 976	698	-9 952	-995	41,2
Campania	162 368	4 388	31 292	3 129	20 453	2 045	-10 839	-1 084	65,4
Calabria	125 878	3 402	45 055	4 506	16 803	1 680	-28 252	-2 825	37,3
Non indicato	0	0	0	0	15 375	1 538	15 375	1 538	..
Totale	1 221 567	33 015	237 155	23 716	141 702	14 170	-95 453	-9 545	59,8

Fonte: elaborazioni su dati CGE.

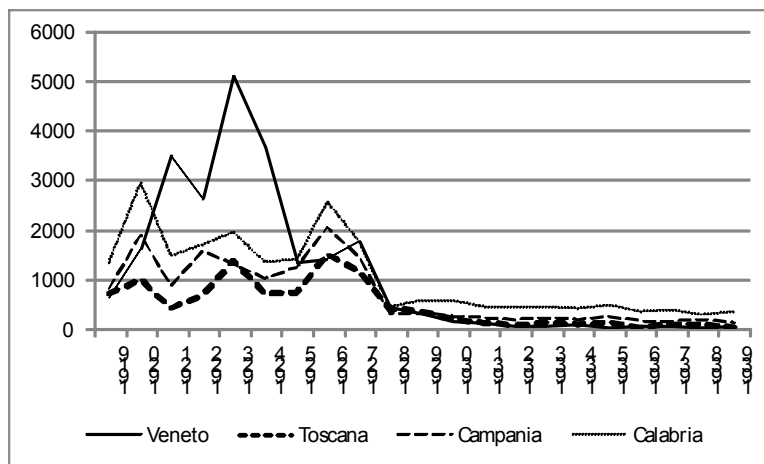
Il periodo tra le due guerre vede, come già sottolineato, una consistente riduzione nell'intensità del flusso: da una media annua di 33 mila espatriati scendiamo, infatti, a 5 mila. Nel ventennio compreso tra 1919 e 1939 è sempre il Veneto a far registrare il numero maggiore di partenze, ma si arriva appena a 23 mila unità. Seguono da presso la Calabria (22 mila), la Campania (15 mila), la Toscana (10 mila), la Basilicata (7 mila) e la Lombardia (4 mila). I valori sono, come si vede, molto più vicini di quanto non avveniva nel periodo precedente, anche se appare sostanzialmente confermata quella maggiore concentrazione del flusso tra Italia e Brasile in alcune determinate regioni di partenza (gráfico n.º 6). Con la ripresa dell'emigrazione dopo la stasi bellica si registra nuovamente una prevalenza della corrente veneta nel flusso diretto in Brasile. In particolare, tra il 1921 e il 1924 è dalla regione del Nord Est che parte il maggior numero di emigranti diretto nel paese latino americano. Siamo però su valori molto più contenuti di quelli registrati nel momento di massima intensità: dalle 70 mila unità del 1888 e del 1891 siamo ora scesi al più alle 5 mila partenze del 1923; cifra, per altro, non molto più elevata di quelle che si registravano negli anni immediatamente precedenti il primo conflitto (gráfico n.º 7). Con la fine degli anni Venti e l'arrivo della crisi economica mondiale i valori si riducono ulteriormente, mentre si stabilizza una prevalenza delle partenze dalla Calabria, con valori modesti che oscillano tra le 300 e le 600 unità.

Grafico n.° 6
Espatriati in Brasile per regione di provenienza (1919-1939)



Fonte: elaborazioni su dati ISTAT.

Grafico n.° 7
Espatriati in Brasile dalle principali regioni di provenienza (1919-1939)



Fonte: elaborazioni su dati ISTAT.

Il Mezzogiorno si conferma, con 53 mila unità, la ripartizione con il maggior numero di espatriati, ma fa registrare, rispetto al decennio precedente la prima guerra mondiale, una diminuzione di quasi dieci punti percentuali del suo contributo al flusso in uscita totale (50,5%) (quadro n.° 2). Ancora più netto il calo del peso relativo del Mezzogiorno nel saldo migratorio, un valore che scende, infatti, dall'89,4% al

54,4%. E' probabile che a questa forte riduzione abbia contribuito il minor peso dei due fattori di distorsione individuati in precedenza, e cioè il più contenuto numero di ritorni senza indicazione della regione di destinazione e un minor peso dei ritorni di persone emigrate prima dell'inizio della rilevazione. Nel periodo esaminato, comunque, il valore complessivo del rapporto tra ritorni e partenze è per l'intero paese del 50%, arriva al 99% per il Nord Ovest, al 64,7% per il Centro, al 46,6% per il Mezzogiorno e al 37,6% per il Nord Est.

Quadro n.° 2
Movimento migratorio tra Italia e Brasile per ripartizione e
principali regioni di origine e destinazione (1919-1939)

Ripartizioni e Regioni	Espatriati (1919-1939)		Rimpatriati (1919-1939)		Saldo migratorio (1919-1939)		Rapporto rimp./esp. (1919-1939)
	Val .ass.	Media an.	Val .ass.	%	Val .ass.	Media an.	%
Nord Ovest	8 453	403	8 369	399	-84	-4	99,0
Lombardia	4 103	195	3 454	164	-649	-31	84,2
Nord Est	28 253	1 345	10 631	506	-17 622	-839	37,6
Veneto	23 284	1 109	8 002	381	-15 282	-728	34,4
Centro	13 527	644	8 748	417	-4 779	-228	64,7
Toscana	10 455	498	6 105	291	-4 350	-207	58,4
Mezzogiorno	53 087	2 528	24 719	1 177	-28 368	-1 351	46,6
Abruzzo Molise	3 512	167	1 722	82	-1 790	-85	49,0
Basilicata	7 045	336	2 555	121,7	-4 490	-214	36,3
Campania	15 091	719	8 426	401	-6 665	-317	55,8
Calabria	21 827	1 039	8 534	406	-13 293	-633	39,1
Non indicato	1 659	79	406	19	-1 253	-60	24,5
Totale	104 979	4 999	52 873	2 518	-52 106	-2 481	50,4

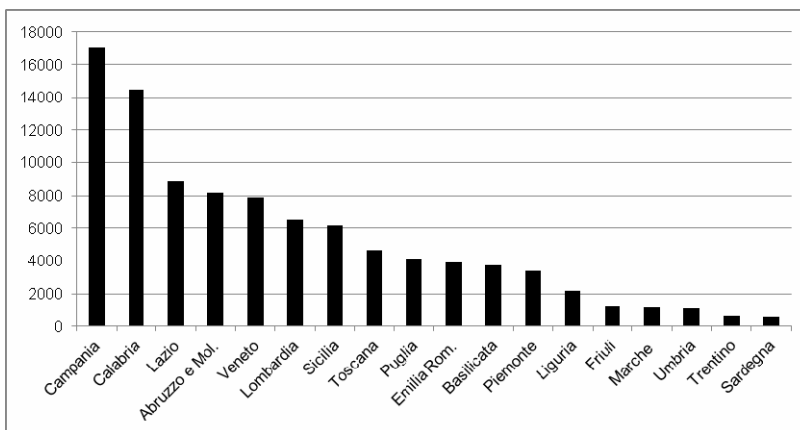
Fonte: elaborazioni su dati Istat.

Per l'ultimo periodo in esame, quello compreso tra la fine del secondo conflitto e il 1975, la distribuzione combinata della espatriati e dei rimpatriati per paese di destinazione e di origine e regione di partenza e d'arrivo è disponibile solo a partire dal 1951, nel primo caso, e dal 1952 nel secondo. Mentre i due flussi totali sono stati rilevati, come si è visto nel paragrafo precedente, già dal 1946. Si tratta nel complesso di 25 mila espatriati verso il Brasile e di quasi 8 600 ritorni dal paese latino americano che i nostri dati per regione non possono prendere in considerazione. Quelli dell'immediato dopoguerra sono anni in cui il flusso verso il Brasile conosce una tendenza crescente che, comunque, si arresterà già a partire dal 1952. Nel complesso, l'intensità del fenomeno conosce un ulteriore contenimento rispetto al periodo precedente, con una media annua di espatriati di circa 4 mila unità tra 1946 e 1975 e di quasi 3 900 tra 1951 e 1975. Anche in questa fase si registra una crescita del flusso all'inizio del periodo,

una sua rapida contrazione e una stabilizzazione su valori decisamente modesti nella parte finale.

La regione che dà il contributo maggiore all'emigrazione verso il Brasile nel secondo dopoguerra è la Campania con circa 17 mila unità. Seguono la Calabria (14 mila), il Lazio (9 mila), gli Abruzzi e il Molise con circa 8 mila unità, come il Veneto, e la Lombardia (6 mila) (grafico n.° 8). Anche in questo caso, con poche eccezioni, appare quindi confermata quella geografia dell'emigrazione italiana verso il Brasile che sin dai primi momenti aveva caratterizzato il fenomeno. Tra il 1951 e il 1954 è la Campania a inviare il maggior numero di emigranti, mentre dal 1955 in poi i valori per Calabria e Campania saranno sostanzialmente equivalenti. In effetti, a partire dal 1962 i valori saranno talmente modesti che solo in alcuni casi il numero di espatriati da una singola regione supererà le 100 unità (grafico n.° 9).

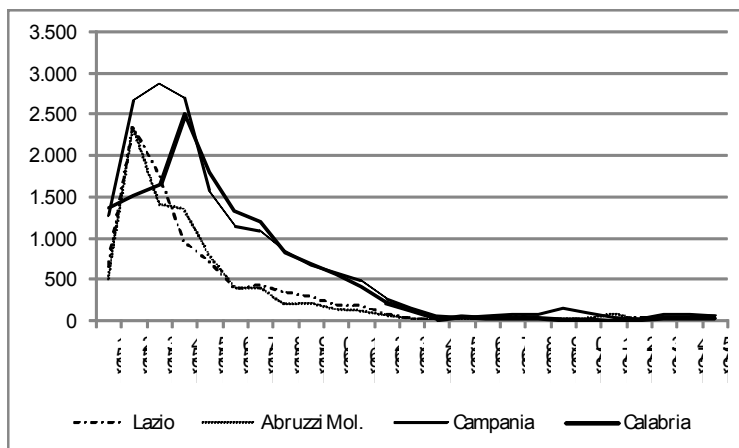
Grafico n.° 8
Espatriati in Brasile per regione di provenienza (1951-1975)



Fonte: elaborazioni su dati Istat.

Anche tra 1951 e 1975 è il Mezzogiorno a far registrare il più alto numero di partenze verso il Brasile, con 54 mila unità pari al 56% del totale (quadro n.° 3). La stessa perdita migratoria è in larga parte attribuibile alle regioni del Sud, che con un eccesso di partenze sui ritorni di quasi 35 mila unità pesano per il 66% del saldo totale.

Grafico n.° 9
Espatriati in Brasile dalle principali regioni di provenienza (1951-1975)



Fonte: elaborazioni su dati Istat.

Quadro n.° 3
Movimento migratorio tra Italia e Brasile per ripartizione e principali regioni di origine e destinazione (1951-1975)

Ripartizioni e regioni	Espatriati (1951-1975)		Rimpatriati (1952-1975)		Saldo migratorio (1952-1975)		Rapporto rimp./esp. (1952-1975)
	Val .ass.	Media an.	Val .ass.	Media an.	Val .ass.	Media an.	%
Nord Ovest	12 121	485	6 015	251	-4 826	-201	55,5
Lombardia	6 494	260	3 106	129	-2 673	-111	53,7
Nord Est	13 684	547	6 377	266	-5 556	-232	53,4
Veneto	7 868	315	3 592	150	-3 222	-134	52,7
Centro	15 874	635	6 768	282	-7 387	-308	47,8
Lazio	8 852	354	3 806	159	-4 386	-183	46,5
Toscana	4 647	186	2 115	88	-1 739	-72	54,9
Mezzogiorno	54 399	2 176	15 689	654	-34 748	-1 448	31,1
Abruzzo Molise	8 188	328	2 124	89	-5 553	-231	27,7
Campania	17 097	684	5 132	214	-10 682	-445	32,5
Calabria	14 477	579	3 693	154	-9 417	-392	28,2
Non indicato	953	38	470	20	-12	-1	97,5
Totale	97 031	3 881	35 319	1 472	-52 529	-2 189	40,2

Fonte: elaborazioni su dati Istat.

Nel complesso il rapporto tra rimpatriati ed espatriati scende di circa dieci punti percentuali, con una diminuzione vistosa nel Mezzogiorno che fa registrare un 31,1%, valore di oltre 15 punti inferiore a quello del periodo precedente. Ancora più netto il calo nel Nord Ovest, in cui il rapporto scende al 55,5%, e nel Centro (47,8%).

In controtendenza, invece, il Nord Est che fa registrare un aumento della quota di ritorni sulle partenze (53,4%).

4. Gli stati d'arrivo dell'immigrazione italiana in Brasile

Secondo le stime del Commissariato Generale dell'Emigrazione (1904 e 1912) le dimensioni della presenza italiana in Brasile sarebbero passate da 82 mila unità nel 1881, a 554 mila nel 1891, a un milione nel 1901 e a un milione e mezzo nel 1910. Sono valori da considerare come indicazioni di larga massima, basati “su congetture più o meno plausibili, o in base a dati parziali difficilmente controllabili”¹⁷. In generale, i valori di queste valutazioni tendevano a sovradimensionare il fenomeno, perché, come notava lo stesso Commissariato, “le estimazioni dei consoli peccano forse per eccesso, perché essi non sono portati per ragioni evidenti a diminuire l'importanza numerica delle colonie italiane affidate alle loro cure”¹⁸.

Nel caso del 1910 (quadro n.° 4) la stima per il Brasile, effettuata dai funzionari dell'emigrazione, forniva un valore più elevato di quello che si otteneva considerando le valutazioni dei consoli per i singoli stati che, per altro, non si riferivano alla stessa data ma ad anni precedenti. Tali stime, pur con tutti i loro limiti, ci consentono, comunque, di avere un primo quadro di massima sulla localizzazione della immigrazione italiana in Brasile. Il polo principale era di gran lunga lo stato di São Paulo, dove si sarebbe concentrato il 60% di tutta la collettività italiana, seguito dal Rio Grande do Sul e, a molta distanza, da Minas Gerais, Espirito Santo e Rio de Janeiro. Secondo queste valutazioni gli italiani a San Paolo sarebbero stati 800 mila e avrebbero così rappresentato il 23,6% di tutta la popolazione dello stato. A 250 mila unità avrebbe, invece, ammontato la collettività italiana nel Rio Grande do Sul, a 90 mila unità quella del Minas Gerais e a 50 mila quelle degli stati di Espirito Santo e Rio de Janeiro.

Queste cifre risultano sensibilmente più elevate di quelle fornite dal censimento brasiliano del 1920 (quadro n.° 5), sicuramente da considerare più attendibile dal punto di vista statistico. Non va però dimenticato che lo stesso oggetto delle due rilevazioni (la presenza italiana in Brasile) veniva definito nei due paesi in modi largamente divergenti. Per l'Italia, infatti, il legame di cittadinanza ha sempre riguardato non solo gli emigranti ma anche i loro discendenti nati nel paese d'arrivo, per cui l'obiettivo delle stime era il complesso della popolazione italiana, comprese le generazioni successive. Questa concezione forte della cittadinanza entrò, inevitabilmente, in conflitto con quella di molti paesi d'immigrazione, specie del Sud e del Nord America, che avevano al contrario una impostazione inclusiva, che tendeva a far

¹⁷ COMMISSARIATO..., 1904: 224.

¹⁸ COMMISSARIATO..., 1912: 5.

entrare in tempi relativamente rapidi i nuovi arrivati e, soprattutto, i loro discendenti all'interno della comunità nazionale¹⁹.

Quadro n.° 4
Stime consolari delle collettività italiane negli stati del Brasile, 1906-1910(a)

Stati	Pop. Totale (1908)	Italiani			Data stima
		v. ass.	% sulla pop. totale	% per stato (b)	
Alagoas	785 000	150	0,0	0,0	nov. 1907
Amazonas	379 000	2 000	0,5	0,2	nov. 1907
Baía	2 287 000	34 000	0,15	0,3	sett. 1906
Ceará	886 000	350	0,0	0,0	nov. 1907
Espírito Santo	297 000	50 000	16,8	3,8	gen. 1907
Maranhão	562 000	100	0,0	0,0	nov. 1907
Minas Gerais	3 960 000	90 000	2,3	6,8	dic. 1907
Pará	568 000	2 000	0,4	0,2	nov. 1907
Paraíba	520 000	600	0,1	0,0	nov. 1907
Paraná	406 000	20 000	4,9	1,5	nov. 1906
Pernambuco	1 310 000	700	0,1	0,1	nov. 1907
Piauí	400 000	30	0,0	0,0	nov. 1907
Rio de Janeiro	968 000	50 000	5,2	3,8	ott. 1907
Distrito Federal	858 000	25 567 (c)	3,0	1,9	20 sett. 1906
Rio G. do Norte	279 000	70	0,0	0,0	nov. 1907
Rio G. do Sul	1 400 000	250 000	17,9	18,9	dic. 1908
Santa Catarina	353 000	30 000	8,5	2,3	1906
São Paulo	3 397 000	800 000	23,6	60,4	1908
Altri stati	900 000	-
Brasile	20 515 000	1 500 000 (d)	7,3	100,0	1910

Note: (a) la stima per il Brasile non coincide con la somma dei valori relativi ai singoli stati; (b) i valori sono stati calcolati in rapporto alla somma delle stime dei singoli stati pari a 1 325 067 unità; (c) valore censuario; (d) stima dei funzionari dell'emigrazione.

Fonte: Commissariato Generale dell'Emigrazione (1912).

Nel caso del Brasile il conflitto si mostrò in tutta la sua evidenza in occasione della Grande Naturalizzazione prevista dalla Costituzione del 1891, con la concessione della cittadinanza a tutti gli stranieri presenti nel paese il giorno della proclamazione della Repubblica (15 Novembre 1889) a meno di un'apposita dichiarazione di voler mantenere la cittadinanza precedente²⁰. L'Italia cercò di opporsi a questo provvedimento ma con risultati modesti: “il potere della distanza geografica, l'ignoranza dei braccianti delle fazendas, le intimidazioni effettuate dalle autorità locali e la sostanziale indifferenza delle élite immigrate urbane [...] fanno sì che la Grande Naturalizzazione consegua sostanzialmente i suoi obiettivi”²¹.

¹⁹ PASTORE, 2002.

²⁰ ROSOLI, 1986.

²¹ PASTORE, 2002: 8.

Quadro n.° 5
Collettività italiana ai censimenti brasiliani, 1920-1970 (a)

Stati	Valore assoluto	% per stato	% su pop. straniera	% su pop. totale
<i>1920</i>				
São Paulo	398 797	71,4	48,1	8,7
Rio Grande do Sul	49 136	8,8	32,5	2,3
Minas Gerais	42 943	7,7	50,1	0,7
Distrito Federal	21 929	3,9	9,2	1,9
Espirito Santo	12 553	2,2	66,9	2,7
Rio de Janeiro	10 000	1,8	19,7	0,6
Paraná	9 046	1,6	14,4	1,3
Santa Catarina	8 062	1,4	25,8	1,2
Totale	555 028	98,9	37,6	3,2
Brasile	558 405	100,0	35,7	1,8
<i>1940</i>				
São Paulo	234 550	72,1	28,8	3,3
Rio Grande do Sul	24 603	7,6	22,5	0,7
Minas Gerais	18 819	5,8	41,3	0,3
Distrito Federal	17 457	5,4	7,6	1,0
Paraná	8 456	2,6	12,7	0,7
Espirito Santo	6 670	2,1	61,0	0,9
Santa Catarina	5 382	1,7	19,8	0,5
Rio de Janeiro	5 311	1,6	13,7	0,3
Totale	323 391	98,8	24,0	1,3
Brasile	325 283	100,0	23,1	0,8
<i>1950</i>				
São Paulo	173 652	71,7	25,0	2,1
Distrito Federal	17 092	7,1	8,1	0,8
Rio Grande do Sul	15 003	6,2	19,2	0,4
Minas Gerais	11 704	4,8	35,6	0,2
Paraná	10 276	4,2	13,4	0,5
Rio de Janeiro	4 171	1,7	10,9	0,2
Espirito Santo	3 827	1,6	58,8	0,4
Santa Catarina	2 996	1,2	15,7	0,2
Totale	240 168	98,5	20,7	0,8
Brasile	242 279	100,0	20,0	0,5
<i>1970</i>				
São Paulo	108 633	71,1	15,4	0,6
Guanabara	15 007	9,8	6,6	0,4
Paraná	7 523	4,9	9,3	0,1
Rio Grande do Sul	6 221	4,1	12,2	0,1
Minas Gerais	5 227	3,4	20,6	0,0
Rio de Janeiro	3 849	2,5	6,7	0,1
Totale	150 128	95,9	12,8	0,3
Brasile	152 801	100,0	12,4	0,2

Nota: (a) i dati comprendono i cittadini italiani e i naturalizzati. Vengono riportati gli stati in cui la collettività italiana rappresenta più dell'1% della presenza italiana in Brasile.

Fonte: elaborazione su dati pubblicati in Levy e dell' Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Di conseguenza, non è certo sorprendente che le stime consolari italiane, che già tendevano per loro natura a sopravvalutare il fenomeno, risultino di gran lunga più elevate dei corrispondenti valori del censimento brasiliano del 1920: con una differenza di quasi tre volte per il complesso del paese e persino di cinque volte nel caso di alcuni stati. Nel 1920, quindi, secondo la conta censuaria gli italiani²² che vivevano in Brasile erano complessivamente 555 mila. Il 71,4% viveva nello stato di San Paolo, dove gli italiani rappresentavano quasi la metà della popolazione straniera e l'8,7% di quella totale. Quest'ultima percentuale quasi raddoppiava nella città di San Paolo, dove i 91 mila italiani costituivano il 15,8% dei 579 mila abitanti²³. Nel complesso l'immigrazione italiana in Brasile appariva nel 1920 fortemente concentrata, oltre allo stanziamento largamente maggioritario dello stato di San Paolo, gli altri poli di presenza erano nell'ordine il Rio Grande do Sul (8,8% del totale), Minas Gerais (7,7%), il Distrito Federal (3,9%), Espirito Santo (2,2%), Rio de Janeiro (1,8%), Paraná (1,6%) e Santa Catarina (1,4%). Questi stati accoglievano praticamente la quasi totalità della presenza italiana in Brasile (98,9%) e, in alcuni di loro, gli italiani rappresentavano una quota importante se non maggioritaria della popolazione straniera.

Le conte censuarie successive vedranno una progressiva riduzione delle dimensioni della collettività italiana, scesa a 323 mila unità nel 1940, a 240 mila nel 1950 e a 150 mila nel 1970. Parallelamente diminuisce anche il peso degli italiani sulla popolazione straniera (dal 35,7% del 1920 al 12,4% del 1970) e quello sulla popolazione totale (dal 3,2% del 1920 allo 0,3% del 1970). Rimangono però stabili nel tempo alcuni caratteri della immigrazione italiana in Brasile: la fortissima concentrazione nella regione di San Paolo, dove ancora nel 1970 troviamo il 71,1% degli italiani, e il numero limitato di stati in cui è presente una collettività italiana di discrete dimensioni, nel 1970, infatti, bastano appena sei stati per accogliere quasi il 96% del totale.

Resta anche, nel tempo, la divergenza di valutazione nelle dimensioni della presenza italiana in Brasile tra le fonti brasiliane e quelle italiane. Secondo il Ministero degli Affari Esteri italiano, infatti, nel 1972 la collettività italiana sarebbe stata pari a 295 mila unità, quasi il doppio di quanto rilevato nel censimento brasiliano del 1970²⁴. Di questi 200 mila si sarebbero trovati nella circoscrizione consolare di San Paolo, 35 mila in quella di Rio de Janeiro, 27 mila in quella di Porto Alegre, 17 mila a Curitiba,

²² I dati comprendono anche i naturalizzati dopo la Grande Naturalizzazione, il cui numero è per altro estremamente contenuto. Ad esempio, secondo i dati della Directoria Geral de Estatística, tra il 15 Novembre 1889 e la fine del 1912 le naturalizzazioni superano di poco le 5 mila unità, di cui appena 1185 hanno riguardato degli italiani.

²³ COMMISSARIATO..., 1924.

²⁴ MINISTERO..., 1977.

11 mila a Belo Horizonte, 4 800 a Recife e 600 a Brasilia. Il Ministero valutava, poi, in 5 milioni il numero di oriundi, di persone cioè di discendenza italiana.

Conclusioni

La documentazione statistica disponibile sull'emigrazione italiana verso il Brasile consente, nonostante gli evidenti limiti, di ricostruire con una certa precisione l'evoluzione del fenomeno e soprattutto di coglierne le diverse fasi, specie se si considerano congiuntamente le fonti dei due paesi. Non c'è dubbio che il flusso tra Italia e Brasile risulta fortemente concentrato nel trentennio che comprende l'ultimo quindicennio dell'ottocento e il primo del novecento. Dopo la prima guerra mondiale il flusso verso il paese latinoamericano non riacquisterà più dimensioni rilevanti, ad esclusione di alcuni brevi sussulti subito dopo la fine del conflitto e nei primi anni cinquanta del secolo scorso.

L'andamento del flusso migratorio tra Italia e Brasile appare strettamente intrecciato alle vicende economiche e sociali dei due paesi e agli sviluppi delle relazioni bilaterali. Quest'ultime spiegano soprattutto le variazioni congiunturali e i salti dimensionali che si registrano da un anno all'altro. In linea di massima appare evidente che nei momenti di massimo deflusso migratorio dall'Italia il Brasile ha rappresentato una meta meno appetibile di altre. E' ciò che è avvenuto tra l'inizio del novecento e lo scoppio della prima guerra mondiale, quando gli Stati Uniti hanno rappresentato la destinazione preferita dei migranti italiani per l'evidente disparità di opportunità che offrivano rispetto ai paesi dell'America del Sud, Brasile *in primis*. Ma è anche ciò che si è verificato dopo la seconda guerra mondiale, quando tutta l'America Latina non è stata in grado di rappresentare per i potenziali emigranti un'alternativa reale alle economie europee in tumultuosa crescita.

Alcuni dei caratteri che il fenomeno ha assunto nel periodo di massimo sviluppo presentano una forte stabilità. In particolare, le principali regioni di provenienza dell'emigrazione italiana sono rimaste nell'ampio arco di tempo considerato sostanzialmente le stesse, anche se i flussi hanno registrato relevantissime variazioni dimensionali. Ancora più stabile nel tempo appare l'area di concentrazione della presenza italiana in Brasile. Nel 1970 è, infatti, tuttora San Paolo che accoglie oltre il 70% degli italiani residenti in Brasile, la stessa percentuale che si registrava nel 1920. Ciò sembra confermare la persistenza del legame tra l'Italia e lo stato paulista, dove gli italiani hanno rappresentato anche quasi il 50% della popolazione straniera.

Riferimenti bibliografici

- BIRINDELLI, Anna Maria; NOBILE, Annunziata, 1996 – "Il difficile cammino delle statistiche migratorie in Italia tra intenti scientifici ed esigenze politico-amministrative (1876-1914)", in REGINATO, M. (a cura di) – *Dal Piemonte allo stato di Espirito Santo. Aspetti della emigrazione italiana in Brasile tra ottocento e novecento. Atti del Seminario internazionale Torino 22-24 Settembre 1995*. Torino: Centro Stampa della Giunta Regionale.
- COMMISSARIATO GENERALE DELL'EMIGRAZIONE, 1904 – "Relazione sui servizi dell'emigrazione in esecuzione della legge 31 gennaio 1901, n.° 23 presentata dal Ministero degli affari esteri alla Camera dei Deputati il 25 Marzo 1904", in *Bollettino dell'emigrazione*, n.° 7.
- COMMISSARIATO GENERALE DELL'EMIGRAZIONE, 1912 – "Saggio di una statistica della popolazione italiana all'estero", in *Bollettino dell'emigrazione*, n.° 1.
- COMMISSARIATO GENERALE DELL'EMIGRAZIONE, 1924 – "Gli stranieri nel Brasile secondo il censimento brasiliano del 1920", in *Bollettino dell'emigrazione*, n.° 11.
- COMMISSARIATO GENERALE DELL'EMIGRAZIONE, 1925 – "L'emigrazione italiana nel Brasile e l'opera del Commissariato Generale", in *Bollettino dell'emigrazione*, n.° 1.
- COMMISSARIATO GENERALE DELL'EMIGRAZIONE, 1926 – *Annuario statistico della emigrazione italiana dal 1876 al 1925*. Roma: Edizioni del Commissariato Generale dell'Emigrazione.
- DE ROSA, Luigi, 1987 – "L'emigrazione italiana in Brasile: un bilancio", in ROSOLI, G. (a cura di) – *Emigrazioni europee e popola brasiliano. atti del Congresso Euro-Brasiliano sulle migrazioni (São Paulo, 19-21 Agosto 1985)*. Roma: CSER.
- ISTAT, 1975 – "Appendice II" del *Bollettino mensile di statistica*, n.° 1, gennaio.
- LEVY, Maria Stella Ferreira, 1974 – "O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972)". *Revista de Saúde Pública*, vol. 8. São Paulo.
- MINISTERO DEGLI AFFARI ESTERI, 1977 – *Aspetti e problemi dell'emigrazione italiana all'estero nel 1976*. Roma: Atel.
- OSTUNI Maria Rosaria; ROSOLI, Gianfausto, 1978 – "Saggio di bibliografia statistica dell'emigrazione italiana", in ROSOLI, G. (a cura di) – *Un secolo di emigrazione italiana 1876-1976*. Roma: Cser.
- PASTORE, Ferruccio, 2002 – "La comunità sbilanciata. Diritto alla cittadinanza e politiche migratorie nell'Italia post-unitaria", in *Laboratorio CESPI*. luglio.
- ROSOLI, Gianfausto, 1986 – "La crise des relations entre l'Italie et le Brésil: la grande naturalisation (1889-1896)". *Revue Européenne des Migrations Internationales*, vol. 2, n.° 2.
- TRENTO, Angelo, 1984 – *Là dov'è la raccolta del caffè. L'emigrazione italiana in Brasile 1875-1940*. Padova: Antenore.
- USIGLIO, Carlo, 1910 – "L'emigrazione nel Brasile", in *Bollettino dell'emigrazione*, n.° 7.
- WILLCOX, Walter Francis, 1929 – "Statistics of migrations. National tables, Argentina, Brazil, Paraguay, Uruguay, Chile", in WILLCOX, W.F. (a cura di) – *International migrations. Volume I: statistics*. New York: National Bureau of Economic Research.

A EMIGRAÇÃO PORTUGUESA E ITALIANA PARA O BRASIL – UMA ANÁLISE COMPARATIVA (1876-1974)

*Fernando de Sousa
Isilda Monteiro*

Introdução

O desconhecimento sobre a dimensão, especificidades e importância da emigração portuguesa para o Brasil que, no final do século XX, historiadores de um e de outro lado do Oceano salientavam, chamando a atenção para a necessidade de colmatar essa lacuna, contribuíram para uma aposta decisiva nessa área de investigação. Em Portugal e no Brasil multiplicaram-se os estudos académicos, os projectos de investigação, os encontros de cariz científico que permitiram, em pouco mais de quinze anos, redireccionar perspectivas, reanalisar problemáticas, encontrar novas metodologias e fontes documentais que permitiram dar contornos mais precisos para uma emigração/imigração de forte impacto demográfico, social, económico e cultural em ambos os países.

Nesse sentido, tornou-se primordial fazer um levantamento da informação quantitativa coligida no âmbito da acção controladora exercida quer pelo Estado português quer brasileiro, que permitisse conhecer de forma mais concreta os números do fenómeno e/imigratório. Uma informação a necessitar de uma análise cuidadosa quanto aos objectivos e à forma como os dados quantitativos foram obtidos, para avaliar da sua fiabilidade e da sua representatividade global. Foi o que fez, para Portugal, num trabalho publicado em 1987, Costa Leite, relativamente ao período de 1855 a 1914, a partir dos dados semioficiais recolhidos por Rodrigues de Freitas para os anos de 1855 a 1865¹, confirmados em parte pelo *Inquérito Parlamentar*² de 1873, e, após 1866, dos números oficiais fornecidos pelos governos civis com base no registo de passaportes registados nos *Anuários Estatísticos*³. No âmbito da Secretaria de Estado da Emigração e das Comunidades Portuguesas, publicou-se igualmente,

¹ FREITAS, 1867.

² *Primeiro Inquérito parlamentar sobre a Emigração Portuguesa*, 1873. Lisboa: Imprensa Nacional.

³ *Anuário Estatístico de Portugal*...

em 1987, uma estatística detalhada sobre os portugueses no mundo⁴, que Eulália Lobo utiliza na sua obra editada em 1994, *Portugueses em Brazil en el siglo XX*, para o período de 1900 a 1974⁵. A emigração portuguesa começava a ganhar, assim, uma dimensão quantitativa que, sem resolver obviamente todas as questões em aberto em torno dessa temática, permitia construir novas premissas para a sua problematização e análise. Na realidade, e como referiu Costa Leite, pondo fim a uma desconfiança sempre latente na investigação desenvolvida sobre esta questão, as estatísticas sobre a emigração portuguesa “constituem uma expressão numérica adequada da emigração e merecem grande confiança, sobretudo como expressão das variações de longo prazo do fenómeno”⁶, apesar de, como se sabe, uma parte certamente não despicienda se poder fazer clandestinamente e, como tal, não poder ser quantificada.

Neste estudo, e no âmbito do projecto conjunto que está a ser desenvolvido entre o CEPESE e o CNR, *A Emigração Portuguesa e Italiana para o Brasil durante o século XIX e XX. Perspectivas demográficas e sociais*, procuraremos fazer uma análise comparativa das realidades migratórias de ambos os países. Estando já publicados os números da emigração italiana não só ao nível dos valores globais como daquela que se destinou ao Brasil, faltava completar os da emigração portuguesa que, como vimos atrás, estavam já em grande parte coligidos e sistematizados. Dentro do âmbito cronológico definido para o presente estudo, alargamos, com um pequeno ajustamento devidamente identificado e justificado em nota ao quadro n.º 1, a série de 1880 a 1899, tendo, com base a consulta dos *Anuários Estatísticos de Portugal*, e as estatísticas já publicadas de 1900 até 1974, após correcção de pequenas gralhas. Importante para aferirmos da representatividade dos números coligidos face ao fenómeno migratório português, sobretudo tendo em conta a existência de uma emigração clandestina cuja dimensão a documentação portuguesa não permite quantificar, fizemos também o levantamento das estatísticas brasileiras relativamente aos imigrantes portugueses no Brasil. A sistematização dos dados quantitativos obtidos foi feita num quadro (quadro n.º 1) que se inclui em anexo e que nos permitirá, neste estudo, apresentar, num primeiro ponto, as grandes linhas da emigração portuguesa para o Brasil, e analisar comparativamente a emigração portuguesa e italiana com destino a esse país da América Latina, entre 1876 e 1974.

⁴ “Os Portugueses no Mundo”, 1987: 27-42.

⁵ LOBO, 1994: 271-274.

⁶ LEITE, 1987: 477.

1. A emigração portuguesa para o Brasil à luz dos números de um e de outro lado do Oceano

Num primeiro olhar sobre a longa série estatística apresentada no quadro n.º 1, ressaltam os valores globais que permitem dimensionar quantitativamente a emigração como fenómeno marcante da sociedade portuguesa nos séculos XIX e XX. Segundo as fontes portuguesas, em quase cem anos, entre 1876 e 1974, terão emigrado 3 055 654 cidadãos residentes no continente e nas ilhas, 1 588 346 com destino ao Brasil, ou seja, um pouco mais de 50% do total. Entre 1880 e o início da Primeira Guerra Mundial, num período de 34 anos, um pouco mais de 836 000 portugueses terão emigrado para o Brasil, o que corresponde a 27,4% do valor global. Nos 45 anos seguintes, entre 1915 e 1959, período marcado a nível mundial pela Grande Depressão e pela deflagração do segundo conflito mundial, esse número, embora mantendo-se ainda elevado, baixa para os quase 700 000. A saída de emigrantes portugueses, embora deva ser inserida nas grandes migrações intercontinentais que afectaram toda a Europa, não deixou de assumir, como se pode verificar, uma expressão significativa em Portugal, especialmente se a considerarmos em relação aos valores globais da população do país que, no início da década de sessenta do século XIX, se situava, apenas, nos 4 000 000⁷, na viragem do século, não chegava a 5 500 000⁸, e duas décadas depois, em 1921, atingia os 6 000 000⁹.

O Brasil foi, neste contexto, o destino preferencial da emigração portuguesa, prolongando uma corrente com fortes raízes, especialmente na região Norte de Portugal que, desde pelo menos o século XVII, viu muita da sua população cruzar o Atlântico. Após a independência do Brasil, assumindo agora a dimensão de uma efectiva emigração, as saídas para este território registaram volumes quantitativos cada vez mais expressivos, ajudando a engrossar as estatísticas oficiais do Estado português e tornando-se num dos factores responsáveis e determinantes para o debate que a partir de então suscitou. Na verdade, a emigração portuguesa para aquele país foi vista na época, especialmente pelo Estado e pelas elites intelectuais portuguesas, como um fenómeno negativo que importava reprimir, mas cujas contrapartidas financeiras, decorrentes do envio das remessas, paradoxalmente, se reconhecia serem essenciais para o país. Na prática, desta situação resultava uma falta de vontade política de, efectiva e eficazmente, conter o fluxo emigratório. De uma forma geral, e contrariando o que durante muito tempo foi defendido, a política emigratória portuguesa não foi restritiva, embora o Estrado tivesse procurado sempre, através de sucessivos

⁷ Em 1862 era de 4 110 276 (*Anuário Estatístico de Portugal*, 1875: 139-140).

⁸ *Anuário Estatístico de Portugal*, 1900: 2.

⁹ *Anuário Estatístico de Portugal*, 1921: 10.

diplomas legislativos, assumir um forte controle administrativo¹⁰, tendo em vista, sobretudo, a necessidade de assegurar a renovação de homens nas fileiras, sempre pouco atractivas, do exército.

Contudo, tendo em conta que as estatísticas portuguesas assentam na contagem dos que, nos governos civis do continente e das ilhas, cumpriram a determinação legal de obter um passaporte para poderem sair do país, deixando de fora a emigração clandestina¹¹, cujo peso no valor global do fenómeno emigratório se desconhece, torna-se necessário apurar e analisar os valores constantes das estatísticas dos imigrantes portugueses na sua chegada ao Brasil. Se, para a elaboração do quadro n.º 1 (ver Anexo) a obtenção dos dados quantitativos foi relativamente fácil, graças ao trabalho publicado, em 1974, por Maria Stella Levy, onde esta procura analisar o contributo da imigração para a evolução demográfica do Brasil, entre 1872 e 1972¹², completados para os anos de 1972 a 1974 com a consulta do *Anuário Estatístico do Brasil*¹³, o mesmo não se poderá dizer quanto à análise da sua representatividade. Na realidade, como já fora constatado, em 1929, por Walter Willcox, a contabilização do número de emigrantes no Brasil, antes de 1898, feita nos portos pela Inspeção Geral das Terras e Colonização, mais tarde substituída pelo Departamento de Estatística do Rio de Janeiro, contemplava apenas os emigrantes que viajavam nos navios em 3.ª classe¹⁴. Com uma agravante. Até 1883 incidiu, apenas, sobre os imigrantes que aportavam no Rio de Janeiro, passando, só após 1888, a abarcar os portos de Santos e Vitória¹⁵. A partir de 1908, as estatísticas da imigração no Brasil, publicadas, no primeiro número do *Anuário Estatístico*¹⁶, em 1916, aperfeiçoam-se e apresentam uma informação mais detalhada relativamente ao país de origem dos emigrantes, passando a incluir, pelo menos desde 1921, todos os que viajavam em 2.ª e 3.ª classes e chegavam a outros portos que não apenas o Rio de Janeiro, como Belém, Recife, São Salvador, Rio de Janeiro, Santos, Paranaguá, Florianópolis, Rio Grande e Cuiabá¹⁷. Torna-se assim perceptível que a malha pouco apertada do registo brasileiro da imigração, para além de não apanhar, conforme se esperaria, uma parte significativa dos que clandestinamente, muitos deles através dos portos espanhóis, deixaria certamente passar muitos outros devidamente documentados. Uma situação facilitada, no caso dos imigrantes portugueses, pelo facto de falarem a mesma língua do país de acolhimento e

¹⁰ LEITE, 1987, 465.

¹¹ Existem dois tipos de clandestinos – os indocumentados, que escapam completamente a qualquer tipo de contabilização, e os documentados. Neste caso, o emigrante iludia as autoridades e partia utilizando um passaporte com uma identidade que não era a sua, ficando, por isso, registado (Ver LEITE, 1987: 469).

¹² LEVY, 1974.

¹³ *Anuário Estatístico do Brasil*, 1973-1974.

¹⁴ WILLCOX, 1929: 548.

¹⁵ LEITE, 1987: 474.

¹⁶ *Anuário Estatístico do Brasil*, 1908-1912...

¹⁷ WILLCOX, 1929: 548.

de muitos deles partirem com a segurança de serem aguardados por familiares e conterrâneos, já residentes no Brasil, que facilitando-lhes a inserção na sociedade brasileira, os tornava, naturalmente, menos dependentes dos mecanismos oficiais de recepção e, por isso, menos referenciáveis pelas autoridades locais¹⁸.

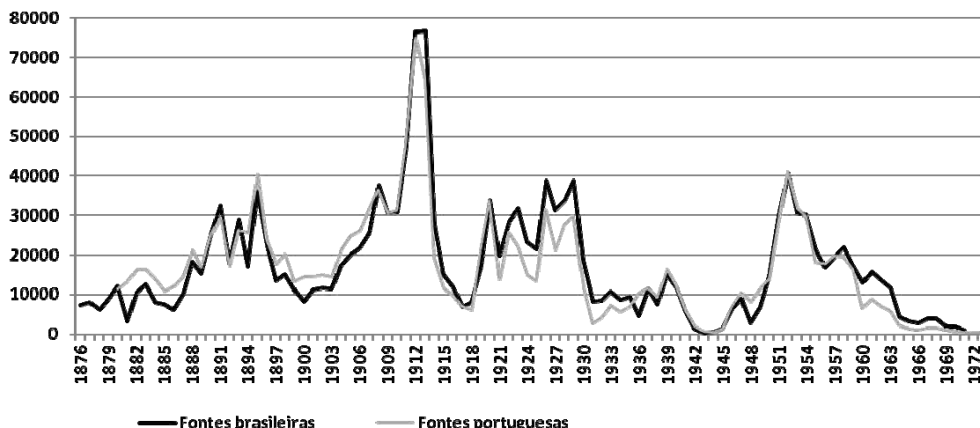
Da constatação de todas estas limitações e fragilidades que, compreensivelmente, com o passar dos anos, se foram alterando e corrigindo com o aperfeiçoamento dos meios técnicos e da organização administrativa brasileira, permitindo nomeadamente a publicação do *Anuário Estatístico* a partir de 1916, resulta inevitavelmente, por um lado, uma diminuição da representatividade dos valores coligidos no Brasil, e, por outro, um reforço da representatividade das estatísticas portuguesas. Contrariamente ao que se dizia, estas, ao assentarem, ao longo de grande parte do período considerado no presente estudo, no registo de passaportes emitidos pelos governos civis (a partir de 1921 passam a ser contabilizados sobre as listas de passageiros que não viajavam em primeira classe), e apesar de apresentarem, inevitavelmente, algumas limitações que obrigam a conhecer bem o enquadramento legal que lhe dá forma, partem de critérios claros, seguros e, apesar de alguns ajustamentos legislativos, sem grandes alterações ao longo do tempo¹⁹. Na realidade, o cumprimento da formalidade legal da obtenção de um passaporte para todos os que pretendiam sair do país (a partir da Lei de 25 de Abril de 1907 continua a ser obrigatório apenas para os que viajariam nos paquetes transatlânticos em 3.ª classe) que Portugal persistentemente manteve, quando outros países europeus igualmente marcados pelo fenómeno emigratório, dispensaram, são hoje, claramente, uma mais-valia para o estudo da emigração portuguesa.

A análise comparativa dos valores anuais da emigração portuguesa no Brasil fornecidos pelas estatísticas portuguesas e brasileiras, entre 1876 e 1974, permite-nos compreender, à luz do que foi dito atrás, o que parecia ser impensável – os números da imigração brasileira são inferiores, nalguns casos mesmo muito inferiores, como acontece nos anos de 1881 (em 9 409 imigrantes), 1900 (em 6 243 imigrantes), 1936 (em 5 844 imigrantes) e 1948 (em 6 019 imigrantes), aos coligidos pelas autoridades portuguesas. Há períodos em que, reflexo certamente de uma maior incapacidade institucional e/ou maior desinteresse no controle efectivo dos que entravam no país, se sucedem os anos em que essa situação se verifica de forma sistemática, com particular incidência para o final de Oitocentos e início de Novecentos. É o caso dos períodos de 1881-1889, 1897-1907 e, um pouco mais tarde, no pós-Segunda Guerra Mundial, de 1947 a 1949 (gráfico n.º 1).

¹⁸ SCOTT, 2000.

¹⁹ LEITE, 1987: 474.

Gráfico n.º 1
A emigração portuguesa para o Brasil segundo as fontes portuguesas e brasileiras (1876-1974)



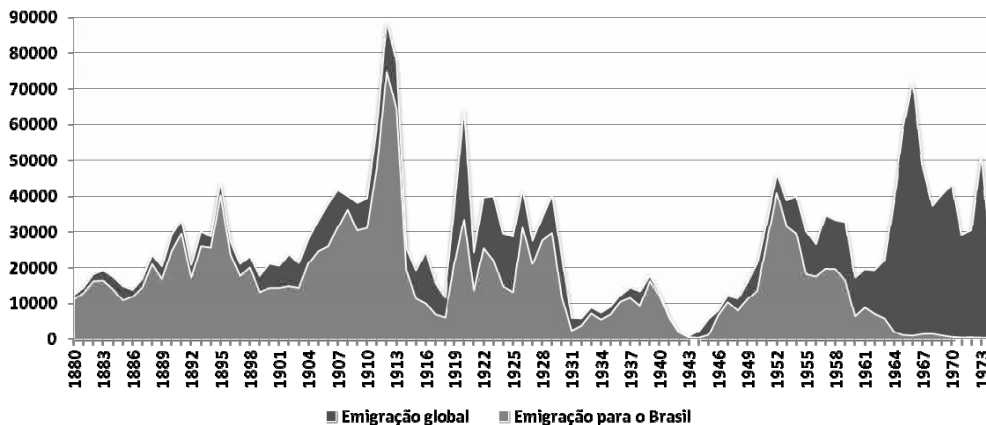
Relativamente aos anos em que os números brasileiros da imigração superam significativamente os apresentados pelas estatísticas portuguesas, com diferenças acentuadas que podem superar os 10 000 imigrantes, destacam-se os anos de 1913-1914 e a década de 1921 a 1931, passando a acontecer praticamente de forma repetida, após 1950, embora envolvendo valores sempre inferiores a 7 000 imigrantes. Apesar de menos frequente, há anos em que os valores brasileiros e portugueses se aproximam, tornando-se quase coincidentes como se verifica em 1909, 1917, 1920, 1937, 1940-1942, 1945, 1946 e 1957. Contudo, mais ou menos próximos – a diferença entre o valor global da imigração portuguesa no Brasil e a emigração portuguesa para o Brasil é de apenas de mais 60 241 pessoas para a primeira –, a comparação dos números das estatísticas migratórias dos dois países, para os anos de 1876 e 1974, demonstra o que já tinha sido apontado para os anos de 1890 a 1914²⁰ – a clara coincidência das flutuações temporárias num e noutro lado do Oceano. Um facto que reforça a validade da análise quantitativa da emigração portuguesa para o Brasil entre os finais do século XIX e o início da segunda década do século XX.

É um facto que Portugal foi até muito recentemente, um país de emigração – o número de três milhões de portugueses que emigraram entre 1876 e 1974 demonstra-o claramente. O Brasil, também o sabemos, foi o destino preferencial dos que do Continente e das Ilhas procuraram no exterior do país a resposta para as suas expectativas de vida e de trabalho, pese embora a possibilidade de alguns deles terem depois tentado novos destinos não se fixando, por isso, nesse território. Entre 1876 e

²⁰ LEITE, 1987: 475,

1898, uma e outra praticamente justapõem-se, representando as saídas para o Brasil, com percentagens superiores a 80% do valor total (gráfico n.º 2).

Gráfico n.º 2
A evolução da emigração portuguesa global e com destino ao Brasil (1876-1974)



Após ter passado, pela primeira vez, em 1888, a fasquia dos vinte mil emigrantes, os números vão crescer de forma significativa, tornando a emigração para o Brasil demasiado visível para poder ser “esquecida” pela retórica política produzida em Portugal aos mais diversos níveis, alargando-se o debate, nomeadamente na imprensa, em torno dessa questão. Em 1895, situa-se já acima dos 40 000 portugueses os que abandonam o país – dos quais mais de 37 000 com destino ao Brasil. Se em Portugal as razões para se partir parecem não faltar – falta de oportunidades para os que tinham maiores ambições profissionais, falta de trabalho numa agricultura atrasada e pouco produtiva, agravada na região do Douro pela praga da filoxera que afecta a produção vinícola – a única que alimentava a exportação, entre outras –, no Brasil abundavam as ofertas para uma vida melhor. Apesar da crise que, neste final do século XIX, se fazia sentir na produção açucareira no nordeste e do algodão do Maranhão²¹, o sucesso da produção de café permitia o desenvolvimento das cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, preenchia os sonhos da maioria dos portugueses para quem, como tem sido sublinhado em vários estudos, o exercício de uma actividade comercial era o objectivo a atingir.

Com a viragem do século – em 1900 dos 21 227 portugueses que optaram pela emigração, 14 493, ou seja, 68,3% pretendem fixar-se no Brasil –, a diversificação dos destinos escolhidos pelos emigrantes portugueses acentua-se, sem contudo, esbater a preponderância desse país à época, apostado em atrair mão-de-obra estrangeira.

²¹ LOBO, 1994: 26-27.

Uma preponderância que se mantém até ao início da Primeira Guerra Mundial, em 1914 – com valores percentuais entre os 68,3% em 1900 e os 90,6% em 1908. Em 1912, dois anos passados sobre a implantação da República em Portugal, verifica-se o número mais elevado de toda a série, até ao final da primeira metade do século XX – dos 88 920 portugueses que saíram do país, 74 860 (84,2%) vão tentar a sua sorte no Brasil (valores superiores a este só se irão verificar, na década de 1960, quando, sob o regime do Estado Novo e uma guerra colonial com grandes custos humanos, económicos, políticos e diplomáticos a decorrer em três frentes de combate africanas, muitos portugueses, apesar das restrições, decidiram viver longe do seu país; em 1966, as estatísticas referem a saída de mais de 120 000 emigrantes, e, no ano seguinte, em 1967, de mais de 90 000). Entre 1915 e 1917, a queda acentua-se. Os valores globais da emigração descem, mas cai, sobretudo, a que se destina ao Brasil que, pela primeira vez, se situa abaixo dos 50% (ver gráfico n.º 2). Com uma ligeira recuperação nos anos seguintes. O poder atractivo do Brasil volta a fazer-se sentir, em força, nos anos anteriores ao início da crise financeira e económica que vai abalar todo o mundo – 1929-1930 – para esmorecer definitivamente. É o fim de um ciclo.

Entre 1930 e 1959, embora já apresentando valores globais anuais frequentemente abaixo dos 10 000 emigrantes portugueses – com excepção dos anos de 1939 a 1942, em pleno conflito mundial, quando se verifica que, em cada um dos três anos, são mais de 90% os emigrantes portugueses que demandaram terras brasileiras, e de 1944, quando se atinge o valor percentual mais baixo de toda a série, 14,1%, correspondente a apenas 341 dos 2 424 emigrantes que abandonam o seu país – as linhas de evolução da emigração portuguesa global e da emigração para o Brasil voltam a aproximar-se, embora de uma forma inconstante, reflectindo as dificuldades da conjuntura económica dessa época. Afastam-se de novo, irreversivelmente, no âmbito do período cronológico considerado neste estudo, a partir de 1959. Enquanto, na primeira parte da década de 1960, os números globais da emigração portuguesa sobem progressivamente, até atingir o pico mais elevado em 1966, ano em que, como referimos atrás, emigraram 120 239 portugueses, na segunda parte, e até 1971, verifica-se uma descida, também ela progressiva. Aos mais de 92 mil emigrantes registados em 1967, sucedem-se os cerca de 50 mil em 1971, para logo de seguida, reflexo da situação económica e política do País, se verificar uma recuperação em 1972 (54 084 emigrantes), acentuada em 1973 (79 517 emigrantes). Uma recuperação que a revolução de 25 de Abril de 1974 vai inverter. Quanto ao Brasil, a linha evolutiva marca uma descida contínua, com uma quebra abrupta em 1963 – destino de mais de 29% dos emigrantes portugueses – e 1964, ano em que apenas 8,9% procuram esse país para trabalhar. Até 1974, o refluxo da emigração portuguesa no Brasil acentua-se e os valores não param de descer, até se reduzir aos 729 emigrantes. O tempo era, cada vez mais e desde o final da Segunda Guerra Mundial, a da emigração para a Europa. O mito do El Dorado

durante tanto tempo acalentado com a emigração para o Brasil deixou de ter lugar na sociedade portuguesa da segunda metade do século XX.

2. A emigração portuguesa e italiana para o Brasil – uma análise comparativa

Países localizados no sul da Europa, Portugal e Itália sentiram, na segunda metade do século XIX e ao longo do século XX, os impactos sociais, económicos e culturais da emigração. Com um percurso histórico e uma dimensão geográfica e demográfica muito distinta, a Itália também viu partir a sua população em busca de melhores condições de vida e melhores oportunidades de trabalho que a industrialização tardia não conseguia oferecer. Tal como em Portugal, uma parte dela fez do Brasil o seu destino.

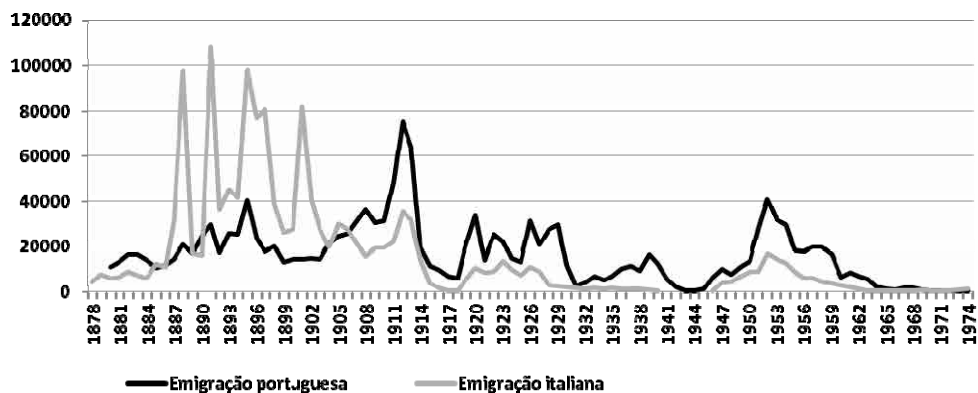
As estatísticas sobre a emigração portuguesa e italiana (ver anexo, quadro n.º 1), permitem-nos verificar de uma forma muito clara aquilo que de antemão já sabíamos – a diferença de grandeza dos números envolvidos. Enquanto em Portugal, entre 1876 e 1974, emigraram 3 000 000 de cidadãos, em igual período, em Itália, emigraram um pouco mais de 25 000 000, dos quais cerca de milhão e meio entre 1870 e 1920 o que corresponde a 42% da imigração brasileira nesse período²². O universo populacional a que se reporta este valor é bem diferente do que existia, em igual período, em Portugal. Na década de sessenta do século XIX, em Itália viviam cerca de 25 000 000 de pessoas, em 1900 já seriam 32 000 000 e, no início da década de 1920, mais de 38 000 000 habitantes (lembremos que em Portugal, em 1921, se tinha atingido os 6 000 000). Além disso, a leitura das estatísticas permite-nos, também, de imediato, apreender um outro facto a reter – o Brasil, não foi, a não ser em momentos muito pontuais, o destino preferencial dos italianos. Embora os valores absolutos sejam frequentemente superiores aos da emigração portuguesa para esse país sul-americano, os valores percentuais mostram que apenas entre 1888 e 1897, há anos (1888, 1891, 1895, 1896 e 1897) em que o número de emigrantes italianos que optaram por viver em terras brasileiras relativamente ao da emigração global nesse ano, é superior a 20%, atingindo – valor mais elevado de toda a série – os 36,9% (108 414 emigrantes) em 1888. Na realidade, uma observação mais atenta permite-nos verificar que, na generalidade dos anos, o valor percentual não chega aos 10%, situando-se frequentemente abaixo dos 5%. Dados que evidenciam com clareza o carácter episódico da emigração italiana para o Brasil que, de uma forma geral, sempre se sentiu mais atraída pela Argentina. Nos séculos XIX e XX, os italianos emigraram massivamente para esse país sul-americano, apenas diminuindo a corrente entre o final de Oitocentos

²² ALVIM, 2000: 385.

e o pós-Primeira Guerra Mundial, atraídos pelos Estados Unidos da América²³, para logo a retomar de seguida.

O gráfico n.º 3, elaborado com base nas referidas estatísticas, demonstra com grande acuidade que, embora os números da emigração, num e noutro país, apresentem ordens distintas de grandeza, exibem linhas de evolução geralmente paralelas. Refletindo, no entanto, a adopção de diferentes políticas emigratórias que condicionaram a evolução da emigração nos dois países, verifica-se a existência, entre 1885 e 1906 de uma clara supremacia numérica da emigração italiana para o Brasil sobre a emigração portuguesa – que ocupava, à distância, o 2.º lugar no valor global da imigração brasileira²⁴ –, posição que claramente se inverte, no período subsequente. Observemos.

Gráfico n.º 3
A emigração portuguesa e italiana para o Brasil (1878-1974)



Num paralelismo quase perfeito, a Itália e Portugal apresentam, até 1906, os mesmos picos de subida e de descida dos seus fluxos emigratórios para o Brasil. Assim, entre os primeiros, podemos assinalar os anos de 1888, 1891, 1895, 1901 e, já numa fase de relativo declínio, o de 1905. Relativamente aos segundos, destacam-se os anos de 1889, 1892 e 1899. Vivia-se então, a fase áurea da emigração para o Brasil, então fortemente empenhado na captação de mão-de-obra estrangeira que viesse responder eficazmente às necessidades de uma economia em desenvolvimento e que se vira obrigado, mercê de circunstâncias várias, a pôr um fim definitivo à escravatura. Uma emigração em massa que, claramente, vai conhecer algumas dificuldades na viragem do século, verificando-se uma diminuição do número de emigrantes de um e outro país. É neste período que, pela primeira vez, a linha evolutiva da emigração

²³ BERNASCONI, 2000: 61.

²⁴ TRENTO, 1989: 18.

italiana e portuguesa para o Brasil evidencia as diferentes opções políticas dos dois países relativamente a esta questão. Enquanto o Estado português procura controlar, sem impor restrições de grande impacto junto da população, em Itália, o decreto Pri-netti, datado de 1902, proibiu a emigração subvencionada para o Brasil. Os seus efeitos vão-se prolongar no tempo. O refluxo da emigração italiana para o Brasil torna-se evidente. Assim, enquanto nos primeiros anos de Novecentos, a emigração portuguesa conhece uma acentuada recuperação face aos anos de 1899 a 1903, a emigração italiana cai para valores muito baixos. Em 1908, por exemplo, enquanto o registo italiano apresenta o número de 15 500 emigrantes, Portugal aponta o de 36 362 (que corresponde a mais de 90% da emigração portuguesa nesse ano). Embora venha a recuperar um pouco, nos anos imediatamente anteriores ao primeiro conflito mundial (acompanhando mais uma vez a tendência da emigração portuguesa), a emigração italiana nunca mais voltará a ter a dimensão atingida nas últimas décadas do século XIX. Para os italianos, o Brasil tornou-se um destino de menor importância, face às possibilidades oferecidas pelos Estados Unidos da América e pela Argentina, e, após a Segunda Guerra Mundial, tal como aconteceu em Portugal, pela Europa.

Seja como for, e para surpresa de muitos, o que importa sublinhar é que, apesar da desproporção evidente entre Portugal e a Itália sob o ponto de vista demográfico, a emigração portuguesa para o Brasil, em números globais, entre 1876-1974, excede a emigração italiana – 1 453 776 –, quer se tenham em consideração as fontes portuguesas, quer as brasileiras, para os portugueses – respectivamente, 1 648 587 e 1 588 346.

Conclusão

A análise estatística é primordial para, de forma consistente, se poder traçar o quadro evolutivo da emigração e, dessa forma, ser-se menos permeável às imagens impressivas que a documentação não estatística – discurso político, imprensa ou de outro tipo –, na generalidade dos casos faz passar. Pela forte dimensão humana e social de que se reveste, o fenómeno emigratório não deixa, na época, ninguém indiferente, mesmo quando não o tenha vivido directamente, fazendo com que os sentimentos interfiram inevitavelmente na avaliação da realidade, acentuando a subjectividade. Contudo, não é menos verdade que aos números que as estatísticas avançam correspondem rostos, expectativas, percursos de vida que é importante conhecer.

O Brasil foi o destino de muitos europeus que, na segunda metade do século XIX e na primeira metade do século XX, optaram por abandonar os seus países em busca de melhores condições de vida. Apresentando-se como a terra das oportunidades, este país da América do Sul vai atrair os emigrantes italianos e portugueses, embora só para estes últimos, devido a uma história e uma língua comum, tenha sido, compreensivelmente o destino preferencial.

Fontes e Bibliografia

Fontes

- Anuário Estatístico de Portugal*, 1875, 1884-1886; 1900-1914. Lisboa: Imprensa Nacional/INE.
- Anuário Estatístico do Brasil*, 1908-1912-1975. Secretaria do Planejamento da Presidência da República/Fundação do Instituto de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro.
- Primeiro Inquérito parlamentar sobre a Emigração Portuguesa*, 1873. Lisboa: Imprensa Nacional.

Bibliografia

- “Os Portugueses no Mundo”, 1987. *Migrações Cadernos*. Secretaria de Estado da Emigração e das Comunidades Portuguesas.
- ALVIM, Zuleika Maria – “O Brasil italiano (1880-1920)”, in FAUSTO, Boris (org.) – *Fazer a América* (2.^a ed.). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- BERNASCONI, Alicia, 2000 – “Imigrantes italianos na Argentina (1880-1890): uma aproximação”, in FAUSTO, Boris (org.) – *Fazer a América* (2.^a ed.). São Paulo: Editora da Universidade de S. Paulo.
- FREITAS, J. J. Rodrigues de, 1867 – *Notice sur le Portugal*. Paris: Imprimerie Administrative de Paul Dupont.
- LEITE, J. Costa Leite, 1987 – “Emigração portuguesa: a lei e os números (1855-1914)”. *Análise Social*. vol. XXIII (97), 3.^o. Lisboa: ICS.
- LEVY, Maria Stella Ferreira, 1974 – “O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872-1972)”. *Revista de Saúde Pública*. São Paulo.
- LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer, 1994 – *Portugueses em Brasil en el siglo XX*. Madrid: Editorial Mapfre.
- MATOS, Maria Izilda; SOUSA, Fernando de; HECKER, Alexandre (orgs.), 2008 – *Deslocamentos & Histórias: os Portugueses*. Bauru, SP: Edusc.
- SOUSA, Fernando; MARTINS, Ismênia de Lima (org.), 2006 – *Portugueses no Brasil: Migrantes em dois atos*. Niterói, RJ: Muiraquitã.
- SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia (coord.), 2007 – *A Emigração Portuguesa para o Brasil*. Porto: CEPES/Edições Afrontamento.
- SOUSA, Fernando; MARTINS, Ismênia de Lima, MATOS, Izilda (org.), 2009 – *Nas duas margens. Os Portugueses no Brasil*. Porto: CEPES/Edições Afrontamento.
- SOUSA, Fernando de; MATOS, Maria Izilda; JUNIOR, Antonio Otaviano Vieira; CANCELA, Cristina Donza (orgs.), 2010 – *Entre Mares: o Brasil dos Portugueses*. Belém: Editora Paka-Tatu.
- TRENTO, Angelo, 1989 – *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel.

WILLCOX, Walter F., 1929 – *International Migrations*, vol. I. New York: National Bureau of Economic Research.

Anexo

Quadro n.º 1
Quadro comparativo da emigração
portuguesa e italiana para o Brasil (1876-1974)

Anos	Emigração portuguesa				Emigração italiana		
	Fontes brasileiras	Para o Brasil		Total	Para o Brasil		Total
		Fontes portuguesas			Valores absolutos	% da emigração total	
1876	7 421	-----		11 035	-----		108771
1877	7 965	-----		11 057	-----		99213
1878	6 236			9 926	4 533	4,7	96 268
1879	8 841			13 211	7 999	6,7	119 831
1880	12 101	(10 751)	85,3	12 597	6 080	5,1	119 901
1881	3 144	(12 553)	85,8	14 637	6 766	5,0	135 832
1882	10 621	(15 595)	85,3	18 272	9 074	5,6	161 562
1883	12 509	(15 708)	81,6	19 251	7 590	4,5	169 101
1884	8 683	(13 502)	77,1	17 518	6 116	4,2	147 017
1885	7 611	(10 431)	69,5	15 004	12 311	7,8	157 193
1886	6 287	(11 474)	82,0	13 998	11 334	6,8	167 829
1887	10 205	(13 952)	82,1	16 992	31 445	14,6	215 665
1888	18 289	(20 198)	84,2	23 981	97 730	33,6	290 736
1889	15 240	(16 108)	78,1	20 614	16 953	7,8	218 412
1890	25 174	(23 793)	80,9	29 427	16 233	7,5	215 854
1891	32 349	(27 856)	82,9	33 585	108 414	36,9	293 631
1892	17 797	17321	82,2	21 074	36 448	16,3	223 667
1893	28 986	(25 370)	83,5	30 383	45 324	18,4	246 751
1894	17 041	(24 056)	83,0	28 993	41 628	18,5	225 323
1895	36 055	(37 158)	83,8	44 350	98 090	33,5	293 181
1896	22 299	(23 047)	83,3	27 680	76 665	24,9	307 482
1897	13 558	(17 213)	80,6	21 344	80 984	27,0	299 855
1898	15 105	(18 870)	79,9	23 604	38 659	13,6	283 715
1899	10 989	(13 958)	78,5	17 774	26 574	8,6	308 339
1900	8 250	14 493	68,3	21 235	27 438	7,8	352 782
1901	11 261	14 489	70,2	20 646	82 159	15,4	533 245
1902	11 606	15 003	62,1	24 170	40 434	7,6	531 509
1903	11 378	14 527	67,2	21 611	27 707	5,5	507 976
1904	17 318	21 448	75,8	28 304	19 724	4,2	471 191
1905	20 181	24 815	73,8	33 610	30 079	4,1	726 331
1906	21 706	26 147	68,6	38 093	27 808	3,5	787 977
1907	25 681	31 482	75,0	41 950	21 298	3,0	704 675
1908	37 628	36 362	90,6	40 145	15 558	3,2	486 674
1909	30 577	30 580	80,0	38 223	19 263	3,1	625 637
1910	30 857	31 289	79,2	39 515	19 331	3,0	651 475
1911	47 493	48 202	80,8	59 661	22 287	4,2	533 844

(Continuação do Quadro n.º 1)

Anos	Emigração portuguesa				Emigração italiana			
	Para o Brasil				Para o Brasil			
	Fontes brasileiras	Fontes portuguesas		Total	Valores absolutos	% da emigração total	Total	
		Valores absolutos	% da emigração do total					
1912	76 530	74 860	84,2	88 929	35 562	5,0	711 446	
1913	76 701	64 407	83,0	77 645	31 952	3,7	872 598	
1914	27 935	19 334	75,1	25 730	14 017	2,9	479 152	
1915	15 118	11 438	59,2	19 314	3 604	2,5	146 019	
1916	11 981	10 002	40,2	24 897	1 524	1,1	142 364	
1917	6 817	6 935	43,8	15 825	426	0,9	46 496	
1918	7 981	6 107	51,5	11 853	361	1,3	28 311	
1919	17 068	21 228	57,2	37 138	5 588	2,2	253 224	
1920	33 883	33 651	51,9	64 783	10 563	1,7	614 611	
1921	19 981	13 837	56,5	24 507	8 587	4,3	201 291	
1922	28 622	25 630	64,4	39 795	9 275	3,3	281 270	
1923	31 866	22 272	55,4	40 171	13 574	3,5	389 957	
1924	23 267	14 964	50,4	29 710	9 723	2,7	364 614	
1925	31 508	13 288	58,1	22 884	7 367	2,6	280 081	
1926	38 791	31 339	74,5	42 067	11 180	4,3	262 396	
1927	31 236	21 153	76,4	27 674	9 197	4,2	218 934	
1928	33 882	27 728	80,8	34 297	2 984	2,1	140 856	
1929	38 879	29 792	73,8	40 361	2 634	1,5	174 802	
1930	18 740	11 834	51,0	23 196	2 037	0,9	236 438	
1931	8 152	2 541	42,1	6 033	1 518	0,9	165 860	
1932	8 499	3 960	67,0	5 909	1 258	1,5	83 348	
1933	10 695	7 202	80,9	8 905	1 543	1,9	83 064	
1934	8 732	5 517	73,8	7 472	1 431	2,1	68 461	
1935	9 327	6 917	75,7	9 140	1 705	3,0	57 408	
1936	4 626	10 470	83,9	12 484	1 320	3,2	41 710	
1937	11 417	11 613	79,2	14 667	1 349	2,3	59 945	
1938	7 435	9 314	68,4	13 609	1 122	1,8	61 548	
1939	15 120	16 322	91,7	17 807	1 024	3,5	29 489	
1940	11 737	12 260	92,7	13 226	226	0,4	51 817	
1941	5 777	5 891	94,1	6 260	-----	0,0	8 809	
1942	1 317	1 926	87,0	2 214	-----	-----	8 245	
1943	146	502	56,2	893	-----	-----	-----	
1944	419	341	14,1	2 424	-----	-----	-----	
1945	1 414	1 206	20,3	5 938	-----	-----	-----	
1946	6 342	6 955	84,0	8 275	603	0,5	110 286	
1947	8 921	10 875	84,7	12 838	4 137	1,6	254 144	
1948	2 751	8 770	71,1	12 343	4 697	1,2	385 515	
1949	6 780	11 974	69,2	17 296	6 949	2,7	254 469	
1950	14 739	14 143	64,6	21 892	8 980	4,5	200 306	
1951	28 731	28 104	83,5	33 664	9 183	3,1	293 057	
1952	40 561	41 518	88,3	47 018	17 026	6,1	277 535	

A emigração portuguesa e italiana para o Brasil – uma análise comparativa (1876-1974)

(Continuação do Quadro n.º 1)

Anos	Emigração portuguesa				Emigração italiana		
	Para o Brasil				Para o Brasil		Total
	Fontes brasileiras	Fontes portuguesas		Total	Valores absolutos	% da emigração total	
		Valores absolutos	% da emigração do total				
1953	30 675	32 159	81,0	39 686	14 328	6,4	224 671
1954	30 062	29 943	73,0	41 011	12 949	5,2	250 925
1955	21 264	18 486	62,0	29 796	8 523	2,9	296 826
1956	16 803	16 814	62,2	27 017	6 022	1,7	344 802
1957	19 471	19 931	56,4	35 356	6 157	1,8	341 733
1958	21 928	19 829	58,3	34 030	4 528	1,8	255 459
1959	17 345	16 400	49,0	33 485	3 874	1,4	268 490
1960	13 105	12 451	38,5	32 318	2 976	0,8	383 908
1961	15 819	16 073	47,9	33 526	2 223	0,6	387 123
1962	13 713	13 555	40,4	33 539	1 205	0,3	365 611
1963	11 585	11 281	28,5	39 519	528	0,2	277 611
1964	4 249	4 929	8,9	55 646	233	0,1	258 482
1965	3 262	3 051	3,4	89 056	295	0,1	282 643
1966	2 708	2 607	2,2	120 239	384	0,1	296 494
1967	3 838	3 271	3,5	92 502	554	0,2	229 264
1968	3 917	3 512	4,4	80 452	419	0,2	215 713
1969	1 933	2 537	3,6	70 165	749	0,4	182 199
1970	1 773	1 669	2,5	66 360	573	0,4	151 854
1971	807	1 200	2,4	50 400	557	0,3	167 721
1972	457	1 158	2,1	54 084	602	0,4	141 852
1973	581	890	1,1	79 517	765	0,6	123 802
1974	426	729	1,7	43 397	1 070	1,0	112 020
Total	1 648 587	1 588 346	51,9%	3 055 654	1 453 776	5,7%	25 509 540

Nota: Foram considerados os emigrantes de Portugal Continental e Ilhas. Para os anos de 1880 a 1890, as estatísticas apresentam os números dos emigrantes com destino à América. A discriminação por países só passa a ser feita a partir de 1900, embora excepcionalmente isso já tenha sido realizado em 1891. Assim, tendo em conta que, em 1891, a média dos emigrantes com destino ao Brasil, relativamente aos que partiam para o continente americano, foi de 88%, os valores globais registados nas estatísticas, para esses anos, foram ajustados com uma redução de 12%.

As estatísticas relativas à emigração italiana foram cedidas ao CEPESE por Corrado Bonifazi, director para a Investigação do *Consiglio Nazionale delle Ricerche* e coordenador do Grupo de Investigação *Tendências demográficas, estudos migratórios e mobilidade espacial*, do CNR, no âmbito do Projecto de Investigação *Imigração Portuguesa e Italiana para o Brasil nos séculos XIX e XX. Aspectos Demográficos e Sociais*, que se encontra a ser desenvolvido pelo CEPESE e pelo referido Instituto.

LA CONFIGURAZIONE DELLA LEGISLAZIONE EMIGRATORIA IN ITALIA ALL'EPOCA DELLA GRANDE EMIGRAZIONE EUROPEA

Mattia Vitiello

Introduzione

E' opinione ormai largamente condivisa che le attuali migrazioni abbiano luogo in un contesto istituzionale caratterizzato da una crescente politicizzazione dei movimenti migratori¹. Contrariamente a quanto è avvenuto per le grandi migrazioni europee di fine Ottocento e dei primi decenni del Novecento contraddistinte dalla libertà di migrazione oltre confine, come non era mai avvenuto precedentemente e come non avverrà mai più in seguito². Però, occorre sottolineare il rischio di una eccessiva generalizzazione che può comportare questa proposizione, soprattutto se essa è influenzata da un giudizio sul passato basato sulla valutazione della situazione presente. Più precisamente, sarebbe più probabile di incorre in questo pericolo, nel caso in cui il termine di riferimento per la valutazione delle politiche migratorie elaborate nella fase delle migrazioni di massa fosse rappresentato dal contesto regolativo odierno. Senza alcun dubbio, la comparazione della legislazione migratoria prodotta nelle due epoche, indica per l'attuale fase migratoria la maggiore influenza dell'aspetto politico-istituzionale nella configurazione dei flussi migratori. Senza contare che, considerando il solo punta di vista quantitativo, il contesto istituzionale attuale è segnato da una continua produzione di norme e di istituzioni giuridiche molto più complesse e numerose rispetto a quelle del passato. Oggi, inoltre, le politiche di immigrazione rappresentano l'aspetto di gran lunga più sviluppato delle politiche migratorie, considerando la loro progressiva diffusione anche in paesi tradizionalmente di emigrazione. Dunque, la comparazione storica illustra la grande differenza nella quantità e nella qualità delle politiche migratorie delle due epoche, ma non consente di trarre alcuna indicazione certa in merito all'assenza di norme di regolazione dei movimenti migratori durante la grande migrazione europea.

¹ CASTLES, MILLER, 2003: 9.

² BADE, 2001: 7-8.

Già Zolberg ha bene illustrato l'infondatezza della mitologia nazionale degli Stati Uniti d'America come un paese con le porte aperte a chiunque arrivasse dall'estero³. Anzi, "dal momento in cui hanno cominciato a gestire da sé i propri affari, ben prima dell'indipendenza politica, gli americani erano determinati nel selezionare quelli che avrebbero potuto unirsi a loro, e sono rimasto così da allora⁴". Pertanto, gli Stati Uniti hanno avuto una politica di immigrazione sin dall'inizio della loro esistenza e, parallelamente al controllo e alla selezione degli ingressi, è stato anche "adottato un sistema di deportazione per gli immigrati indesiderati che riuscivano ad entrare, come prerequisito necessario all'ideale degli Stati Uniti come nazione di immigrati"⁵. Altri lavori invece hanno mostrato come, sempre all'epoca delle grandi migrazioni europee, gli stati nazionali europei sviluppassero dei nuovi istituti giuridici allo scopo di stabilire il loro esclusivo diritto nell'autorizzare e regolare il movimento delle persone⁶.

Di conseguenza, il diciannovesimo secolo è stato individuato come l'età della sperimentazione nel controllo dei movimenti migratori⁷. Durante questo periodo storico, con la fine dei processi che hanno condotto alla formazione degli stati nazionali e nel pieno dispiego dei processi di industrializzazione, in quasi tutti i paesi dell'Europa continentale gli stati nazionali cominciano a sentire l'esigenza di controllare e registrare sia gli stranieri in entrata che le uscite degli autoctoni e, di conseguenza, cominciano ad essere prodotte le prime politiche migratorie anche nei paesi europei⁸, in particolare in Francia⁹. In questo rifiorire dell'interesse degli storici nei confronti degli aspetti politico – istituzionali dei movimenti migratori, le politiche di emigrazione invece hanno ricevuto una scarsa attenzione. Come sostiene la storica Green, le migrazioni sono generalmente analizzate dal punto di vista dei paesi di arrivo, per cui le analisi storiche dei movimenti migratori all'epoca delle grandi migrazioni europee finiscono per essere quasi sempre per essere delle storie dell'immigrazione¹⁰. In particolare, questi studi hanno enfatizzato le questioni relative all'ingresso e all'inserimento degli emigranti nelle società di accoglienza, e hanno dato poco spazio al ruolo dei paesi di partenza.

All'atteggiamento di questi ultimi nei riguardi dei propri cittadini emigranti e delle politiche di emigrazione. Per cui questa autrice propone di rovesciare il paradigma dell'immigrazione e di indagare la nascita e la configurazione delle politiche

³ ZOLBERG, 2006

⁴ ZOLBERG, 2006: 1.

⁵ KANSTROOM, 2007: 21.

⁶ TORPEY, 2000.

⁷ FAHRMEIR, FARON, WEIL, 2005.

⁸ SASSEN, 1999.

⁹ ROSENBERG, 2006.

¹⁰ GREEN, 2005.

migratorie dal punto di vista delle partenze¹¹. Questo lavoro si pone lungo questa direzione, nel tentativo di esplorare la storia delle politiche di emigrazione adottate dall'Italia nel periodo delimitato dall'Unità alla prima guerra mondiale. In particolare si pone l'obiettivo di individuare l'atteggiamento dello stato italiano nei confronti delle partenze dei propri cittadini, delle procedure adottate per la regolamentazione di queste partenze e delle motivazioni che hanno spinto l'Italia all'adozione di queste norme¹². Prima di affrontare queste tematiche però è necessario rispondere al quesito fondamentale circa l'opportunità del legiferare sull'emigrazione.

1. Perché legiferare

Oggi questa può sembrare una domanda retorica, ma all'epoca non era per niente scontata se si tiene conto che legiferare sulla mobilità delle persone implica un'interferenza dello stato nella sfera delle libertà individuali, in cui la libertà di spostamento costituisce un'area essenziale, e di cui all'epoca non si riusciva a scorgere non solo la legittimità ma anche e soprattutto l'utilità. Questo in un periodo in cui non solo lo stato minimo era teorizzato ma soprattutto praticato.

Già agli occhi degli osservatori contemporanei l'emigrazione europea precedente rispetto a quella della grande migrazione proletaria, era strettamente legata alla colonizzazione delle nuove terre¹³. In questo quadro, i movimenti migratori erano rigidamente controllati dall'intervento statale. Durante l'Ancien Regime, la mobilità territoriale ad ampio raggio diminuisce nella misura in cui le campagne si riempiono e gli Stati moderni cominciano a controllare gli spostamenti dei loro cittadini, non solamente quelli dei soldati e degli artigiani e operai specializzati, ma anche quelli dei contadini. Ciò non significa che questa fosse un'epoca caratterizzata dalla sedentarietà delle popolazioni, anzi senza la possibilità delle migrazioni temporanee o stagionali per i contadini, non sarebbe stato possibile assicurare per così tanto tempo l'equilibrio sociale, produttivo e politico delle campagne.

Quelli che però durante tutta questa epoca non assumono mai valori significativi, sono gli spostamenti che implicano uno sradicamento, cioè quei movimenti migratori che nell'epoca contemporanea sono stati definiti come esodo rurale e migrazioni internazionali¹⁴. In effetti all'epoca il beneficio dell'emigrazione, riconosciuto e codificato internazionalmente dai trattati di Westfalia, veniva concesso solamente a quei sudditi la cui religione non era riconosciuta nel loro paese. A tutti gli altri l'emigrazione era

¹¹ GREEN, 2005: 266.

¹² GREEN, WEIL, 2006: 7.

¹³ LEGOYT, 1861; FLORENZANO, 1874; GONNARD, 1906; GROSSI, 1905.

¹⁴ DUPAQUIER, 1994: 86.

strettamente limitata, se non interdetta per alcune categorie, come gli artigiani e lavoratori specializzati possessori di un sapere tecnologico la cui diffusione in altri paesi poteva mettere in pericolo la propria posizione dominante nel comparto produttivo di questi lavoratori. Al contrario, l'immigrazione era fortemente incoraggiata.

Alla base dell'interdizione dell'emigrazione non c'era tanto la convinzione delle autorità politiche che la partenza dei propri sudditi costituisse un impoverimento sia economico che militare, ma piuttosto vi erano ragioni più profonde, legate alla visione dominante all'epoca circa i compiti e le responsabilità del sovrano nei confronti dei propri sudditi e per la ricchezza dello Stato. Si citi all'uopo Antonio Genovesi che nelle sue "Lezioni di Economia civile" afferma che "La vera forza d'uno Stato si giudica dall'estensione delle terre, dalla popolazione e da' fatti d'ingegno e di corpo" e più avanti come primo assioma di un suo teorema sullo sviluppo economico sostiene che "La ricchezza e la potenza di una nazione, e conseguentemente del suo sovrano, è in ragion composta della estensione e fecondità delle terre che abita, della popolazione e della somma delle fatiche"¹⁵. Il compito del sovrano del resto era facilitato dalla scarsa propensione alla mobilità di una gran parte della popolazione su cui più pesavano sia i vincoli giuridici che quelli culturali e sociali allo spostamento, tra cui non bisogna trascurare gli elevati costi della mobilità. La rivoluzione francese spezza questi vincoli, proclamando come libertà fondamentale di ogni cittadino quella di spostamento e quindi anche quella di emigrare. Il diciannovesimo secolo dunque esordiva con la libertà di partenza per le masse contadine impoverite dalla rivoluzione industriale, ma non basta la libertà e la necessità di emigrare, per partire bisogna sapere anche dove andare e soprattutto come arrivarci.

All'indomani delle guerre napoleoniche, ritornano praticabili le grandi vie di comunicazioni sia intracontinentali che quelle intercontinentali e riprende su vasta scala il commercio internazionale. Si assiste cioè al rilancio con nuova forza del processo di integrazione dei sistemi economici del mondo atlantico. Si aprono così le destinazioni tradizionali anche ai nuovi flussi migratori, e dal 1815 prende forma e comincia ad affermarsi quella che è stata definita come la migrazione libera dei lavoratori. Se fino a questa data erano più frequenti le migrazioni da colonizzazione e poi degli *indentured workers*, ora cominciano a partire sempre più numerosi gli espulsi dalle campagne, i disoccupati e gli artigiani che hanno perduto i propri mezzi di produzione e che sono costretti a vendere la propria forza lavoro.

Il nuovo carattere delle migrazioni internazionali era ben presenta ai contemporanei che giudicavano il diciannovesimo secolo soprattutto come il secolo dell'emigrazione e della colonizzazione europea, un secolo di accaparramento e

¹⁵ GENOVESI, 1825: 348. Opinione condivisa tra gli altri anche da Gaetano Filangieri che a proposito dell'Inghilterra affermava "In vece d'excitare i suoi cittadini ad abbandonare la loro patria (l'Inghilterra), le leggi dovevano mettere un argine alle loro frequenti emigrazioni". FILANGIERI, 1827: 63.

dell'occupazione da parte dei bianchi di tutti terreni ancora disponibili nel mondo¹⁶. In questo secolo infatti si afferma il primo movimento migratorio di massa che – nel periodo compreso tra il 1815 e il 1930 – registra le partenze di quasi 52 milioni di europei che si diffondono in tutto il mondo, principalmente nel continente americano¹⁷. Questo fenomeno rappresenta indubbiamente una delle più importanti caratteristiche di quella che è stata definita come la prima ondata della globalizzazione del sistema economico mondiale¹⁸.

Questa prima globalizzazione si traduceva essenzialmente in un notevole aumento dell'interdipendenza dei mercati internazionali – sia finanziari che dei beni – e in un ancora più notevole aumento del flusso di lavoratori tra il continente europeo e quello americano¹⁹. I principali risultati di questo fenomeno sono stati una maggiore integrazione del commercio mondiale e dei mercati finanziari, una crescita senza precedenti degli investimenti diretti esteri e la migrazione proletaria di massa. Tra le sue maggiori determinanti possono essere annoverate il progresso tecnico, che riduce le barriere naturali tra i mercati (costi di trasporto e di comunicazione) e riduce i costi di transazione (cd. morte della distanza); le politiche di integrazione che riducono le barriere di confine (dazi e restrizioni quantitative) e le politiche della concorrenza che riducono le barriere all'entrata in alcuni mercati.

Dunque, il principale motore di questa ondata di globalizzazione è rappresentato dalle politiche di liberalizzazione commerciale e dallo sviluppo della tecnologia che riduce i costi di trasporto. In questo contesto di progressivo aumento dell'interdipendenza dei mercati internazionali, il potere regolativo dei governi viene meno anche per quanto riguarda la mobilità geografica delle persone. Ma quello che più conta è che si registra un rovesciamento del paradigma sotteso alla regolazione dei movimenti migratori. Partendo dalla constatazione del rapporto necessario e costante esistente tra la popolazione e i mezzi di sussistenza, il nuovo paradigma vede l'emigrazione come la cosa più favorevole allo sviluppo della specie umana. Secondo Benjamin Constant restano solo due compensi ai tre quarti della specie umana che nascono diseredati: uno il lavoro; l'altro l'emigrazione. Dunque, per lo stesso autore:

“I soli regolamenti da farsi onde porre un argine all'emigrazione, sono le costituzioni libere, le leggi eque, le garanzie solide. Assicurate questi beni ad un popolo, e potete viver sicuro che i suoi cittadini non emigreranno. Ricusategli questi beni, e tutti i vostri regolamenti non impediranno, ch'egli non abbandoni un paese, in cui la sua esistenza sarà precaria, i suoi dritti minacciati, la sua industria vessata. Io lo domando ad ogni uomo di buon senso e di buona fede con qual misura si riterranno sul suolo inglese

¹⁶ GONNARD, 1906: 20.

¹⁷ BAINES, 1995: 1.

¹⁸ BALDWIN, MARTIN, 1999.

¹⁹ O' ROURKE, WILLIAMSON, 2005.

quei proletari affamati, ai quali le leggi non permettono di guadagnare la propria sussistenza e quella della loro famiglia²⁰.

Stando così le cose, non si può mettere ostacolo all'emigrazione con dei regolamenti. Alla base di questo rovesciamento della teorizzazione circa i movimenti di popolazione in generale e dell'emigrazione in particolare, si situano quegli stessi processi economici e sociali che hanno sgretolato le basi dell'Ancien Regime, favorendo il cambiamento dell'atteggiamento degli stati nei confronti dell'emigrazione. Gli stati europei infatti cominciano a vedere l'emigrazione dei propri lavoratori come una soluzione pratica ai problemi derivanti dall'eccedenza della popolazione, come un modo per sfuggire alla trappola malthusiana. Non a caso l'Inghilterra, il paese che ha inaugurato l'epoca dell'emigrazione di massa dei proletari²¹, si trova a essere anche il primo paese ad adottare il principio della libertà di emigrazione²² e, una volta che essa ha scorto l'utilità delle partenze, ha cominciato a promuoverla e anche a organizzarla.

Al crescere della significatività economica e sociale dell'emigrazione, infatti, il governo inglese cominciò a dedicare a questo fenomeno una seria attenzione. Il primo intervento normativo risale al 1803, il quale conteneva alcune norme per le navi addette al servizio degli emigranti, allo scopo di prevenire gli abusi perpetrati da alcune compagnie di navigazione a danno degli emigranti che trasportavano nel nuovo continente²³. In questa legge si delinea quello che sarà l'area di intervento di maggiore valenza, comune a tutte le disposizioni legislative in materia di emigrazione da parte dei paesi europei, la tutela dell'emigrante durante il viaggio²⁴. Considerando l'entità del costo e le difficoltà del viaggio, si comprende bene l'importanza che all'epoca poteva assumere l'intervento dello stato in questo ambito. Inoltre, non si devono trascurare i considerevoli interessi economici delle compagnie marittime e dei cosiddetti agenti di emigrazione che ovviamente andavano in direzione opposta rispetto al fine dell'intervento legislativo. A partire da questi interessi, viene a crearsi un forte conflitto dalla cui mediazione politica hanno poi preso forma i vari interventi legislativi sull'emigrazione. In seguito, l'attenzione dello stato inglese nei confronti dell'emigrazione si focalizzò sulla validità dell'emigrazione come rimedio alle patologie sociali che colpivano l'Inghilterra di quel tempo. Nel 1826 e 1827 furono istituite due commissioni parlamentari con il compito di indagare in merito all'effettiva

²⁰ CONSTANT, 1828: 162.

²¹ BAINES, 1995: 5.

²² GROSSI, 1905: 127.

²³ JOHNSON, 1966: 103.

²⁴ Scopo fondamentale di questo dispositivo legislativo, così come di quelli successivi, era quello assicurare alle persone che partivano dall'Inghilterra il migliore trattamento e le più confortevoli condizioni di viaggio possibili.

utilità di eventuali programmi di emigrazione assistita e di elaborare delle proposte legislative circa le modalità di finanziamento del viaggio ai cittadini indigenti²⁵.

In realtà i programmi di emigrazione assistita furono scarsamente utilizzati dagli inglesi che preferivano fare con mezzi propri. Comunque, l'assistenza finiva con l'arrivo al paese di destinazione, una volta sbarcato l'emigrante doveva affrontare i problemi dell'inserimento nella società di accoglienza con i propri mezzi. Anche questo relativo disinteresse dello stato nei confronti dell'emigrante una volta arrivato costituisce un tratto comune a tutti gli stati europei. Un ultimo riferimento deve essere fatto al caso tedesco che pur partendo da presupposti completamente opposti rispetto all'Inghilterra, nella pratica della gestione dell'emigrazione finisce con l'elaborazione di un diritto dell'emigrazione alquanto simile al caso inglese.

L'emigrazione dagli stati tedeschi ha dato un significativo contributo alla colonizzazione della Virginia e del Maryland nel Sedicesimo secolo, fino a controbilanciare il flusso inglese verso il continente americano già alla seconda metà del Diciassettesimo secolo. Al crescere del numero di sudditi tedeschi in partenza dall'Impero, crescono anche gli inviti dei vari principi al sovrano imperiale, a quel tempo Giuseppe II, di promulgare un divieto di emigrazione applicabile a tutto l'Impero. Il quale fu prontamente promulgato con l'editto del 7 luglio 1768, proibendo l'emigrazione a tutti i sudditi dell'Impero tedesco verso paesi stranieri che non hanno legami con l'impero. Per paura di perdere sudditi idonei al servizio militare, inoltre l'editto conteneva pene severe non solo per gli aspiranti emigranti clandestini ma anche per i reclutatori, onde evitare la diffusione della epidemia²⁶. L'istituzione della Confederazione tedesca nel 1815 segnava il varo di una politica di emigrazione più liberale.

Questa nuova concezione era influenzata dal pensiero costituzionale francese e trovava espressione nel fatto che i vari singoli Stati tedeschi includevano il principio della libertà di emigrazione nelle loro costituzioni. Nonostante ciò, non tutti potevano partire a proprio piacere ma esistevano varie misure adottate con l'intento di impedire o almeno di limitare l'emigrazione quali, ad esempio, il rilascio di un permesso di emigrare, il pagamento di una tassa di emigrazione, ecc. Insomma, si riconosceva il diritto alla libera circolazione ma si restringeva il campo della sua applicazione e la sua fruibilità. Anche in questo caso i vari provvedimenti si giustificavano in nome della protezione degli emigranti dallo sfruttamento degli agenti di emigrazione e per assicurare agli stessi emigranti le migliori condizioni di trasporto.

Concludendo, le due esperienze europee originali nel campo del diritto dell'emigrazione che si ponevano come esempio all'Italia nel momento di prendere delle decisioni in merito, avevano costruito un metodo di gestione dell'emigrazione

²⁵ JOHNSON, 1966: 17.

²⁶ SCHBERL, 2010: 20.

dal carattere fortemente empirico. A prescindere dalle petizioni di principio che riconoscevano la libertà di partire come una libertà individuale fondamentale, l'emigrazione era a volte limitata e talvolta incoraggiata, a seconda di ciò che i governi inglesi e quelli della confederazione tedesca pensavano sarebbe stato di maggior profitto per i loro paesi.

2. Il periodo delle circolari

Gli italiani hanno cominciato a spostarsi molto prima che l'Italia diventasse uno stato nazionale. L'emigrazione per gli italiani è stata un'esperienza che ha origini molto più antiche della stessa formazione dello stato italiano e che ha segnato profondamente il suo sviluppo sociale ed economico. Essa comincia ad affermarsi inizialmente nelle regioni settentrionali e assume le forme dell'emigrazione temporanea fondamentalmente per motivi di lavoro e per il commercio ambulante²⁷. In prima battuta si diresse verso i paesi confinanti, come l'impero Asburgico, la Svizzera, la Francia e gli stati tedeschi.

La vicinanza di queste mete favoriva la temporaneità dell'emigrazione anche perché esse offrivano delle occasioni lavorative caratterizzate dalla stagionalità, soprattutto nell'edilizia e nell'agricoltura e ciò conferiva ai percorsi migratori degli italiani uno spiccato carattere rotatorio. Inoltre, queste prime partenze spianarono la strada alle successive ondate migratorie, conferendo a queste ultime una particolare stabilità. Al riguardo, bisogna sottolineare l'importante ruolo giocato all'interno dei movimenti migratori italiani, da due regioni orientali come il Veneto e il Friuli e una occidentale come la Liguria. Le prime due, restarono le regioni italiane con il più alto tasso migratorio per tutto il periodo storico preso in esame, e rappresentano anche le regioni pioniere dell'emigrazione italiana verso l'America Latina, mentre la seconda costituisce l'avanguardia dell'emigrazione italiana verso gli Stati Uniti²⁸. Dunque, il regno Sabauda, il nucleo fondante del futuro regno d'Italia, già conosceva bene l'emigrazione dei propri sudditi e aveva verso di essa un atteggiamento di notevole apertura, dato che ne traeva non pochi benefici²⁹.

All'indomani dell'Unità d'Italia, l'atteggiamento di *lasser faire* della classe dirigente piemontese, legittimato da Cavour stesso, nei confronti delle partenze dall'Italia ha dominato per molti anni ancora. In particolare, all'epoca "l'emigrazione, a simiglianza di

²⁷ BADE, 2001: 27.

²⁸ FRANZINA, 1995: 8.

²⁹ COLETTI, 1912. La fortuna dell'emigrazione ligure negli USA come buon esempio dell'utilità dell'emigrazione rappresenterà un *topos* classico della polemica sull'emigrazione che tornerà di sovente nei primi anni del Novecento come argomentazione a favore della libertà di emigrare.

ogni altra attività collettiva, si esplicava sotto la disciplina generale di Pubblica sicurezza³⁰. Dunque l'emigrazione era considerata alla stregua di una semplice operazione commerciale tra due parti, con riserva dello stato di intervenire se e solo se i patti non fossero stati osservati e i contraenti avessero sollecitato tale intervento. Per cui dal 1861 fino al 1888, data della promulgazione della prima legge italiana sull'emigrazione, la materia viene considerata di competenza del Ministero degli interni e regolata tramite circolari ministeriali. In generale, sulla materia servivano da riferimento due dispositivi legislativi: la legge del 13/11/1857 sul rilascio dei passaporti, la cui validità fu estesa al Regno d'Italia dopo l'unificazione; e gli articoli 65 della legge dell'unificazione amministrativa del Regno d'Italia, e art. 64 della legge di Pubblica sicurezza del 20/3/1865.

Ad essi devono essere aggiunti anche le parti del regolamento di applicazione del suddetto testo che regolavano le agenzie pubbliche e pertanto anche le agenzie di emigrazione in mancanza di una legge speciale. Tenendo fermo il principio che l'emigrazione fosse un diritto individuale, i legislatori italiani intendevano disciplinarla come fatto sociale. Quindi il problema principale era quello di stabilire un sistema di vigilanza efficiente sulle operazioni di arruolamento e di imbarco, sempre nella concezione che l'emigrazione in quanto diritto individuale si potesse tutelare nella misura in cui si tutelano le parti di un contratto.

I vari problemi che nascevano con l'intensificarsi dei flussi in uscita dall'Italia venivano affrontati attraverso la diramazione di circolari contenenti istruzioni per le forze di pubblica sicurezza e i prefetti sulle procedure e i comportamenti da adottare sulle questioni attinenti all'emigrazione. La prima circolare prodotta in Italia sulla materia è del 1 Novembre 1861 contenente istruzione in merito al rilascio dei passaporti per l'estero agli indigenti³¹. Essa consigliava ai funzionari addetti al rilascio dei passaporti di non accettare le richieste di quegli individui che non dimostrassero di avere i mezzi necessari per il viaggio, oppure che lasciassero il fondato sospetto di volersi recare all'estero per abbandonarsi all'ozio, alla mendicizia o al vagabondaggio³². Circolari ministeriali con questo contenuto si sono succedute solamente altre due volte negli anni seguenti – precisamente nel 1862 e nel 1864 – aggiungendo agli indigenti una volta i disoccupati e i minorenni e, la seconda volta, i suonatori ambulanti. Queste istruzioni però hanno avuto una scarsa applicazione, in quanto il rilascio dei passaporti avveniva dietro presentazione del nullaosta rilasciato dall'ufficio di Pubblica sicurezza e un certificato di buona condotta dato all'interessato dalle autorità municipali. Questi ultimi avrebbero dovuto garantire la reale serietà del progetto migratorio dei richiedenti. Queste autorità difficilmente rifiutavano di concedere

³⁰ CELESTINO, 1927: 53.

³¹ *Collezione celeri fera*, 1862: 2125.

³² *Collezione celeri fera*, 1862: 2126.

nullaosta e certificati ai propri concittadini, anche se indigenti, anzi soprattutto, e bisogna sottolinearlo con forza, se sono proprio questi a chiederlo con maggiore frequenza e insistenza.

Anche se forse sembra eccessivo accusare le nuove istituzioni italiane di completa indifferenza nei confronti dell'emigrazione³³, sicuramente da parte di queste però si registrava un trascurabile interesse, caratterizzato però da un generale atteggiamento di apertura nei confronti delle partenze, almeno fino al 1867. A giustificazione di questa relativa negligenza si possono citare due ordini di motivazioni. Da un lato, contava la perdurante bassa intensità dei flussi migratori in uscita che si muovevano ancora lungo le vecchie direttrici e con le tradizionali modalità delle migrazioni antecedenti allo stato italiano. L'emigrazione dunque non assumeva un carattere emergente e anzi concorrevano nel mantenimento del delicato equilibrio tra l'eccedenza della forza lavoro nelle campagne italiane e la domanda di lavoro agricolo fortemente concentrata in determinati periodi dell'anno.

Dal lato opposto, il governo si trovava ad affrontare diverse e più pressanti questioni nella costruzione dello stato unitario, per cui l'emigrazione non figurava in cima all'agenda politica di quegli anni. Innanzitutto, l'unificazione dell'Italia non era ancora completa in quanto mancavano Roma e Venezia. Sia la destra moderata, allora al governo, che lo schieramento democratico assegnavano la netta priorità politica alla loro liberazione. In particolare, i democratici, un coacervo di elementi popolari e di ceto medio tenuti insieme dall'obiettivo dell'Unità nazionale³⁴, ritenevano prioritaria la questione romana rispetto a tutte le altre questioni di politica interna. Pertanto, tendevano a sottrarsi alla questione centrale della costruzione del nuovo stato unitario, subordinando ogni iniziativa politica al completamento dell'Unità d'Italia. Questa relativa trascuratezza nei confronti delle questioni politiche e amministrative interne, concorrevano a rafforzare l'egemonia politica e culturale della destra moderata nel parlamento italiano. Per quanto riguarda le questioni di politica interna, il predominio dell'ispirazione liberale in politica, e di quella liberista in economia, spinsero con più forza a concentrare l'azione di governo sulle questioni dell'unificazione amministrativa dell'Italia e del risanamento del bilancio dello stato.

La circolare del 7/12/1867 del Ministero degli interni in merito alla Vigilanza delle Autorità per diminuire l'emigrazione per le Americhe, inaugura il nuovo atteggiamento dello Stato italiano nei confronti dell'emigrazione. In essa il ministro invita i prefetti ad adottare tutte le misure previste dalla legge per ridurre al minimo le partenze per il continente americano. In particolare, le istruzioni del ministro consigliano una più stretta sorveglianza in riguardo alle operazioni di arruolamento e di imbarco degli emigranti, facendo leva su quanto prescritto dall'articolo 64 della Legge di

³³ IANNI, 1965.

³⁴ CAROCCI, 1998: 28.

pubblica sicurezza che regola appunto le agenzie pubbliche. Questa circolare è importante non solo in senso cronologico, perché avvia l'orientamento restrittivo del governo nei confronti dell'emigrazione, ma anche in senso sistematico perché il testo pone le basi della successiva legislazione. Innanzitutto, non potendo limitare in maniera diretta il diritto di emigrare, esso concentra il suo intervento sulle operazioni di arruolamento delle agenzie di emigrazione e sulle compagnie di navigazione che trasportavano gli emigranti.

Questo intervento si espleta però esclusivamente attraverso gli strumenti legislativi già a disposizione all'epoca, quali quelli già ricordati della Legge di pubblica sicurezza, la concessione dei passaporti, il codice della marina mercantile e della navigazione, e infine il codice penale. Inoltre, in questo stesso testo fa la sua prima comparsa la principale giustificazione di questo nuovo atteggiamento del governo italiano e che sarà più volte reiterato nel corso del dibattito politico italiano in merito alla necessità di regolare l'emigrazione. Essa fa perno sulla necessità di "proteggere gli emigranti dai molti dolori e disinganni" a cui vanno incontro perché "illusi da promesse e da contratti sempre bugiardi e fallaci"³⁵.

In realtà dietro a questo nobile scopo agiva anche una più strumentale ragione di andare incontro agli interessi dei cosiddetti agrari, cioè i possidenti terrieri, perché, come si legge anche nella stessa circolare, molti prefetti hanno richiamato l'attenzione del Ministro dell'interno sull'emigrazione "facendo rilevare a ragione, fra altri, i danni gravissimi che per questo fatto possono venire all'agricoltura per mancanza di braccia pel lavoro"³⁶. Il problema vero dunque era che l'emigrazione cominciava ad assumere un carattere emergente, cioè non solo cresceva il numero delle partenze ma si diffondevano anche in regioni precedentemente non toccate dal fenomeno. Inoltre, l'aumento delle partenze interessava prevalentemente l'emigrazione permanente, non a caso le direttive per la limitazione riguarderanno esclusivamente le partenze verso il continente americano.

La diffusione del modo di produzione capitalistico nelle campagne italiane e la modernizzazione della produzione agricola in Italia fino a quegli anni aveva seguito un percorso proprio, centrato sulla creazione di un vasto semiproletariato, la cui pluriattività garantiva la pura sussistenza e nascondeva la cronica sottoccupazione agricola. La tradizionale emigrazione rotatoria degli italiani era funzionale a questo tipo di percorso in quanto rientrava nello schema delle pluriattività. Tutto ciò consentiva sostanzialmente un relativo contenimento dei salari agricoli a tutto vantaggio dei possidenti terrieri. Per questo motivo le partenze non erano considerate particolarmente influenti fin a quando si concentravano nelle zone agricole particolarmente povere e/o riguardavano esclusivamente alcuni componenti familiari.

³⁵ *Collezione celeri fera*, 1869: 1160.

³⁶ *Collezione celeri fera*, 1869: 1161.

Questo particolare equilibrio entra in crisi in seguito alla crisi economica che colpisce l'economia italiana in generale e il settore agricolo in particolare, già alcuni anni prima della crisi agraria europea. La principale ragione di questo anticipo tutto italiano della crisi agraria, si riscontra nella politica di risanamento del bilancio perseguita dal governo italiano dal 1865 in poi. Un risanamento incentrato sulla riduzione delle spese e sull'aumento delle entrate attraverso l'imposizione di nuove tasse, tra cui deve essere citato il ripristino della tassa sul macinato che ha avuto pesanti ricadute sull'agricoltura. Questa crisi porta alla ripresa del processo di proletarizzazione nelle campagne italiane da cui ne consegue una significativa accelerazione dell'emigrazione. Non a caso l'esordio della questione dell'emigrazione come tema di discussione nelle aule parlamentari italiane avvenne nel 31 Gennaio del 1868, grazie a un'interpellanza parlamentare dell'onorevole Ercole Lualdi all'allora presidente del Consiglio Menabrea. Inoltre, sempre non a caso, nello stesso anno viene effettuato il primo studio statistico sulle partenze dall'Italia nell'ottica di fornire un quadro più dettagliato del nuovo fenomeno³⁷.

Infine, e sempre non a caso, è proprio nel 1870 che il Ministero dell'interno invia un questionario ai prefetti in merito ai motivi e alle conseguenze dell'emigrazione³⁸. Quest'ultimo era solo un aspetto del più generale interesse della classe dirigente nell'adeguamento delle proprie conoscenze della reale situazione socioeconomica italiana³⁹. La spinta verso l'indagine della realtà del nuovo stato veniva anche e soprattutto dagli scioperi e dalle insurrezioni che interessarono l'Italia dopo la reintroduzione della tassa sul macinato.

Questi moti di protesta col passare del tempo perdevano in spontaneità e sporadicità per acquisire un grado maggiore di organizzazione e di consapevolezza politica. Questi conflitti nascono e si sviluppano con maggiore virulenza proprie nelle campagne delle regioni settentrionali più ricche. I protagonisti di questi sono principalmente i braccianti e i contadini che costituiranno il nucleo fondativi del movimento socialista e sindacale italiano e non a caso è proprio in queste zone che il nuovo partito socialista italiano ottiene i primi successi elettorali, conquistando le prime amministrazioni comunali⁴⁰.

Questi sommovimenti inducevano nella classe politica italiana una crescente sensibilità nei confronti della questione sociale e, di conseguenza, verso l'emigrazione. Intorno alle preoccupazioni destinate dalla questione sociale e anche dall'emigrazione, però si saldano gli interessi degli agrari meridionali e di quelli delle regioni settentrionali, dalle

³⁷ CARPI, 1878.

³⁸ ANNINO, 1974: 1233.

³⁹ Immediatamente dopo l'unificazione d'Italia fu istituito l'Ufficio centrale di statistica dipendente dal Ministero d'agricoltura, industria e commercio e furono avviate diverse inchieste tra le quali si ricordano quella sull'istruzione pubblica del 1864.

⁴⁰ CRAIZ, 1994.

cui campagne continua a partire il maggiore contingente di emigranti. In questi anni si forma pertanto un vasto fronte che spinge il governo italiano ad abbandonare la linea dello stato neutro per assumere una linea interventista in direzione di un maggiore controllo delle partenze, fino alla proibizione dell'emigrazione⁴¹. Il governo italiano in un primo momento rifiuta di intervenire negando all'emigrazione il carattere di emergente questione nazionale, imputando nei bassi salari praticati dalla classe possidente nelle aree di emigrazione la causa principale delle partenze. L'ostacolo principale all'intervento governativo era rappresentato dal credo liberista che ispirava l'azione di governo, ma dal 1870 in poi il liberismo e la figura politica dello stato neutro subisce una profonda crisi proprio a causa della montante questione sociale, e nel 18/1/1873 viene emanata una nuova circolare in cui oltre a confermare il contenuto di quella precedentemente citata, cioè la circolare Menabrea, si invitavano le autorità ad impedire l'emigrazione artificiale generata dagli agenti e a frenare con ogni mezzo quella lecita e spontanea. Inoltre, si negava il nulla osta all'espatrio ai giovani che ancora dovevano prestare il servizio militare, ai militari senza congedo assoluto, agli inabili e soprattutto a chi era sfornito di mezzi. Il principale effetto di questa circolare fu quello di deviare il flusso delle partenze degli italiani verso i porti esteri, avvantaggiando le compagnie di navigazione di quegli stessi paesi.

Di conseguenza si aprì un'altra linea di scontro per il governo italiano con le agenzie di emigrazione e le compagnie di navigazione. Da questo momento in poi la politica di emigrazione italiana risultò dal tentativo, non sempre riuscito, di trovare una mediazione tra gli interessi degli agrari che richiedevano un intervento statale e quello delle compagnie di navigazione genovesi che rifiutavano ogni intervento regolativo in nome della libertà di emigrare e di commercio.

Sia gli agrari che il governo italiano concordavano sulla natura artificiale dell'emigrazione, negandone la natura sociale⁴². In sostanza, essi imputavano agli interessi degli agenti di emigrazione l'aumento delle partenze degli italiani. La distinzione tra un'emigrazione spontanea o libera, e una artificiale dovuta all'azione degli agenti che illudevano e ingannavano gli italiani con false promesse di futuro benessere, risulta finalizzata alla giustificazione dell'intervento regolativo dello stato in direzione di una maggiore tutela dell'emigrante. A questo blocco si contrapponevano gli armatori e gli agenti di emigrazione che in nome della libertà di emigrazione predicavano la liberalizzazione degli espatri. I protagonisti di questo fronte sono soprattutto gli armatori genovesi ai quali l'emigrazione ha fornito una valida alternativa economica in un momento di forte crisi, consentendo il finanziamento dell'innovazione

⁴¹ MARCHESE di COSENTINO, 1874: 14.

⁴² La già citata inchiesta del 1870 sembrava confermare la percezione che il governo italiano aveva di questo fenomeno.

tecnologica della flottiglia non sovvenzionata⁴³. Anche se risulta evidente la natura strumentale di questo dibattito, però esso segnalava dei problemi reali che richiedevano una risposta concreta in forme di politiche. Del resto questi problemi si erano posti in largo anticipo anche negli altri paesi europei, e avevano portato a una legislazione dell'emigrazione ben precisa.

Anzi per l'Inghilterra, l'emigrazione ha rappresentato sia la principale porta di ingresso per l'intervento statale in campo sociale che il principale veicolo dello sviluppo burocratico dello stato, attraverso l'istituzione e la crescita dell'ufficio denominato *Emigration service*⁴⁴.

In merito alla questione degli agenti di emigrazione e alla cosiddetta emigrazione artificiale, però occorre fare alcune considerazioni per chiarire bene il reale ruolo che essi hanno avuto nell'emigrazione italiana. Secondo Franzina l'analisi della dinamica degli arruolamenti serve per "spiegare le destinazioni finali dei flussi transoceanici e il loro stabilizzarsi in punti precisi del nuovo continente"⁴⁵. In altri termini, il paradosso di un'emigrazione italiana che nella sua componente settentrionale si dirigeva verso il sud America mentre quella meridionale si muoveva in prevalenza verso il Nord, è spiegato dal complesso gioco dei meccanismi innescati dall'azione concomitante, da un lato, degli interessi armatoriali italiani in cui Genova – in quanto già all'epoca vantava una significativa esperienza oltre che consolidate rotte commerciali – rivestiva il ruolo di collettore principale con il fine economico di avviare gli emigranti nelle Americhe e, dal lato opposto, delle politiche di immigrazione del Brasile e dell'Argentina. Sono soprattutto le politiche di reclutamento di questi ultimi, in particolare del Brasile, a fornire l'innescò del commercio dell'emigrazione.

Se la crisi economica del 1866 e, in un secondo momento, quella agraria del 1873 moltiplicarono gli stimoli alle partenze, le compagnie marittime e gli agenti di emigrazione fornirono gli strumenti affinché questi stimoli si traducessero in partenze effettive. Per emigrare non bastava certo averne il bisogno e il desiderio, bisognava pur sapere dove sarebbe meglio andare e attraverso quali procedure e con quali mezzi arrivare a queste destinazioni. Queste erano domande di non facile soluzione per i contadini italiani soprattutto se questi rappresentavano le avanguardie dei flussi migratori. Per le regioni italiane nord occidentali un ruolo prevalente nella localizzazione dei flussi migratori è stato giocato dalle compagnie marittime genovesi che vantavano un consolidato monopolio nel trasporto transoceanico, a cui si aggiungevano i pionieri *ante Italia* dell'emigrazione che svolgevano un ruolo a metà tra la catena migratoria e l'agente di emigrazione. Per le regioni italiane nord orientali invece le politiche di reclutamento brasiliane ebbero un ruolo prevalente

⁴³ ANNINO, 1974: 1236.

⁴⁴ DUNKLEY, 1980.

⁴⁵ FRANZINA, 1994: 128.

nella localizzazione dei flussi migratori, soprattutto quando si aggiunse anche l'azione del governo centrale.

Le compagnie genovesi però non ebbero nessuna difficoltà ad adattare le loro rotte alle nuove destinazioni brasiliane. In entrambi i casi comunque si sviluppò una fitta rete di agenti e di sub-agenti formata da esponenti delle compagnie marittime, dagli impiegati delle agenzie di emigrazione dei paesi reclutatori e dagli agenti locali, finalizzata a intercettare la domanda di emigrazione e a incanalarla verso le destinazioni di riferimento. In questo folto sottobosco era sicuramente possibile incontrare dei personaggi ambigui sull'orlo dell'illegalità che a volte perpetravano delle vere e proprie truffe a danno degli emigranti.

Questi personaggi fornirono il destro alla vulgata antiemigrazione dei proprietari terrieri che fecero proprio degli agenti di emigrazione la causa prima e ultima dell'esodo degli italiani dalle campagne. Pertanto, negli anni seguenti furono licenziate numerose circolari, espressioni del compromesso raggiunto tra possidenti terrieri e governo italiano, nell'intento di limitare l'azione degli agenti e delle agenzie di emigrazione senza però proibire l'emigrazione. Nella pratica queste disposizioni non ebbero alcuna efficacia, anzi come sottolineava Grossi:

“In difetto di una legge che punisse seriamente le agenzie non autorizzate, agli agenti riconosciuti e sorvegliati dall'autorità si sostituirono gli agenti clandestini, alla partenza dai porti e sopra legni nazionali, la partenza dai porti e su legni forestieri. E nel resto l'emigrazione continuò a crescere e continuarono a crescere le male arti degli agenti. Era manifesto che a regolare siffatta materia occorreva una legge”⁴⁶.

In effetti furono presentati vari progetti di legge sull'emigrazione che per vari motivi non riuscirono mai a passare l'esame delle camere, fino al progetto di legge Crispi-De Zerbi che divenne legge il 30/12/1888 e a cui seguì il regolamento di applicazione del 10/1/1889.

3. La nascita, lo sviluppo e il declino delle politiche di emigrazione

Unico merito di questa legge è quello di segnare il primo passo verso il riconoscimento di un diritto speciale dell'emigrazione in quanto i caratteri particolari dell'emigrazione assumevano un significato giuridico. L'obiettivo della legge si limitava prevalentemente a disciplinare le attività delle agenzie e degli agenti di emigrazione. Ma l'istituzione del contratto di partenza o di emigrazione, e di una commissione provinciale di arbitri per dirimere le controversie inerenti a questi

⁴⁶ GROSSI, 1905: 174

contratti, rappresentavano i prodromi di un ordinamento speciale per gli emigranti⁴⁷. Per il resto questa legge si rilevò completamente inadeguata ad affrontare le problematiche connesse alla tutela dell'emigrante improntata come era a una logica poliziesca di repressione.

L'inefficacia di questa legge comportò una ripresa della produzioni di circolari da parte del governo per affrontare i problemi che la legge lasciava insoluti. In realtà, negli anni successivi le ondate migratorie sbriciolavano quello che era il pilastro fondamentale della legge, cioè la falsa distinzione tra emigrazione artificiale e quella spontanea e il ruolo delle agenzie di emigrazione. In definitiva, la crisi agraria di fine secolo e la grande depressione aumentano gli effetti spinta dall'Italia che si diffondono anche nelle regioni meridionali. Ciò costituisce il contributo fondamentale e ultimo alla nazionalizzazione dell'emigrazione. L'emigrazione italiana assunse il carattere di massa e ascese al rango di questione nazionale. Ormai agli occhi di tutti gli osservatori l'emigrazione era generata dalle condizioni di vita nelle zone di partenza e dai bassi salari e a nulla valeva tentare di limitarla ma piuttosto tutelarla.

La legge approvata il 31/1/1901 costituiva un importante passo in avanti verso questa direzione. Con l'approvazione di questa legge comincia un periodo legislativo caratteristico per l'emigrazione che ha il suo termine naturale nel Testo unico promulgato il 13/11/1919 in seguito convertito con la legge n. 473 del 17/4/1925. L'insieme di queste norme costituivano un complesso organico che per esigenze e scopi si allontanava dal diritto comune. Finalmente il fenomeno collettivo dell'emigrazione era contemplato dal diritto con norme speciali, cioè nasceva e si affermava il diritto dell'emigrazione. A cominciare dalla legge n. 23 del 31/1/1901 dunque si avvia l'evoluzione storica della disciplina giuridica dell'emigrazione come una progressiva configurazione di un diritto speciale dell'emigrazione. Si tratta di un'elaborazione lenta, non orientata su di uno schema ideale, e nemmeno influenzata da un sistema storico straniero che potesse imporsi come esempio. In definitiva era un'elaborazione nata dall'esperienza, basata su un approccio pragmatico. Dove i problemi venivano affrontati man mano che si presentavano, e alla legislazione precedente si aggiungeva sempre qualche elemento nuovo, espressione della visione immediata della concreta esigenza sociale⁴⁸.

La legge n. 23 del 31/1/1901 forniva dunque il nuovo indirizzo da seguire per la produzione delle politiche di emigrazione, a cominciare dal trasferimento delle competenze in materia di emigrazione dal Ministero degli interni a quello degli affari esteri, alla cui dipendenza venne posta una nuova organizzazione amministrativa, il Commissariato generale dell'emigrazione a cui erano demandate tutte le incombenze relative all'emigrazione che fino a quel momento erano state suddivise fra i vari

⁴⁷ FURNO, 1958: 24.

⁴⁸ PERASSI, 1921: 1.

ministeri. Tra questi si ricordano la concessione della patente di vettore e la sorveglianza sulla loro attività; l'assistenza agli emigranti nei porti di partenza, in viaggio e all'estero; la tutela delle donne e dei minori emigranti; la repressione dell'immigrazione clandestina, la raccolta e la diffusione di notizie utili agli emigranti. Inoltre, fu istituita la figura del medico di bordo con il compito di verificare se le navi impiegate rispondessero ai requisiti imposti dalle normative sanitarie e quella dell'ispettore dell'emigrazione con il compito di informare il Commissariato sulle condizioni dell'emigrazione. Infine, la legge istituiva anche le "Commissioni arbitrali provinciali" che avevano il compito di intervenire in caso di controversie tra l'emigrante ed il vettore di emigrazione.

Tra la ponderosa produzione legislativa prodottasi negli anni successivi occorre citare quelle norme che rappresentano le due pietre miliari del percorso verso la configurazione del diritto dell'emigrazione: la legge n. 24 del 1/2/1901 per la tutela delle rimesse e dei risparmi degli emigranti italiani all'Estero e il Decreto legge Luogotenenziale del 18/5/1919 n. 1093 che stabilisce l'obbligo del passaporto per i cittadini che sono considerati o si presumono emigranti, fissando altresì norme per il suo rilascio e le penalità da infliggersi ai contravventori. Questi due provvedimenti segnano l'evoluzione del diritto italiano dell'emigrazione centrato sulla tutela dell'emigrante verso una maggiore enfasi sul governo delle partenze.

Alla fine di questo percorso di lenta configurazione del Codice dell'emigrazione, si pone il Testo Unico dei provvedimenti sull'emigrazione e sulla tutela giuridica che volle riorganizzare l'intera normativa in materia di emigrazione conferendo maggiori poteri al Commissariato per l'emigrazione, ora in grado di intervenire nei paesi esteri in modo più incisivo al fine di garantire una maggiore tutela dell'emigrante in virtù del principio, ora affermato in modo esplicito, della libertà di espatrio per motivi di lavoro.

Come è stato detto in precedenza, fra i compiti istituzionali del Commissariato per l'emigrazione figurava quello della conoscenza e della diffusione dell'informazione in merito all'emigrazione e alle condizioni di vita degli emigranti italiani all'estero. A tale scopo veniva pubblicata la rivista *Il Bollettino dell'emigrazione* che faceva conoscere non solo le circolari del Commissariato ma anche le informazioni per e sugli emigranti, tra cui anche le indagini. Tra queste bisogna citare quella di Adolfo Rossi sulle condizioni di vita dei lavoratori italiani nelle fazendas dello stato di São Paulo. I risultati di questa inchiesta furono pubblicati sul numero 7 del Bollettino dell'emigrazione del 1902, in cui si rilevavano le durissime condizioni di vita degli emigranti italiani. Questa denuncia spinse le autorità governative ad adottare, come prima misura di tutela, il cosiddetto Decreto Prinetti-Bodrio del 26/3/1902 che sospendeva la licenza speciale alle compagnie di navigazione per il trasporto gratuito di emigranti italiani in Brasile.

Come ha ben chiarito Rosoli non bisogna però enfatizzare troppo il ruolo di questo decreto nel declino dell'emigrazione italiana verso il Brasile, anzi esso può essere considerato come una delle conseguenze del lungo contenzioso giuridico tra Italia e Brasile che nacque intorno alla questione della grande naturalizzazione sancita solennemente dalla Costituzione brasiliana del 1891. Essa disponeva che tutti gli stranieri che si trovavano all'interno del paese alla data del 15 Novembre del 1889 diventavano automaticamente cittadini brasiliani, a meno che non dichiarassero esplicitamente la loro volontà di conservare la cittadinanza d'origine entro il termine di sei mesi dalla promulgazione della Costituzione. In questo modo l'emigrante italiano diventava l'oggetto di un contenzioso giuridico d'appartenenza tra Brasile e Italia. I problemi giuridici creati dalla legislazione brasiliana sulla naturalizzazione andavano oltre il conflitto di sovranità, ma assumevano anche vesti più pratiche e forse per questo molto più pregnanti per la vita quotidiana degli emigranti italiani⁴⁹.

Questo contenzioso, gli episodi di violenza subita dagli emigranti italiani non solo in Brasile ma anche in altri paesi di immigrazione italiana, e per frenare la moltiplicazione dei doppi cittadini *de facto* nei paesi in cui era praticato il principio dello *jus soli* in materia di cittadinanza, impongono nel governo italiano un cambiamento di orientamento nei confronti della normativa in materia di cittadinanza contenuta nel Codice civile del 1865. In particolare assume sempre più favore in Italia l'esempio delle strategie adottate in occasioni simili dagli altri paesi europei di emigrazione che avevano riformato il proprio diritto della cittadinanza, ampliando le possibilità di recupero della cittadinanza da parte dei discendenti di cittadini emigrati.

La legge n. 23 del 31/1/1901 affronta queste problematiche con un complesso di articoli di abrogazione delle norme del Codice civile del 1865 palesemente inadeguate di fronte al nuovo fenomeno. Innanzitutto, gli articoli 33 e 34 risolvevano l'annosa questione degli obblighi di leva. Essi dispensavano provvisoriamente dal servizio militare obbligatorio il cittadino italiano emigrato in paesi extra-europei prima di aver compiuto il sedicesimo anno di età oppure ivi nato e residente. La dispensa provvisoria diveniva definitiva al compimento del trentaduesimo anno. Inoltre, con l'articolo 35 si abrogava il 3.° comma della dell'articolo 11 del Codice civile in cui si stabiliva che "La cittadinanza si perde da colui che senza permesso del Governo, abbia accettato impiego da uno stato estero, o sia entrato al servizio militare di potenza estera". Infine, l'articolo 36 regolava favorevolmente il riacquisto della cittadinanza⁵⁰.

Negli anni seguenti la questione della cittadinanza degli emigranti italiani assunse una crescente valenza politica per cui alla genuina motivazione di ottemperare a un dovere morale di tutela contratto dallo stato nei confronti di quei cittadini a cui non aveva saputo garantire il sostentamento, si sovrapponevano interessi politici di

⁴⁹ ROSOLI, 1986: 71.

⁵⁰ FESTA, 1904: 56.

tipo nazionalistici che intravedevano negli emigranti un corpo politico da mobilitare in difesa degli interessi italiani⁵¹. La pubblicistica italiana dell'epoca aveva già collegato la soluzione del problema emigratorio con l'espansione coloniale⁵² e questo nesso rimarrà sotterraneo per tutti gli anni seguenti per poi riaffiorare insieme alle velleità imperialistiche di Crispi e Sonnino⁵³. In questo senso il nazionalismo italiano ebbe sempre una finalità di integrazione delle classi popolari nello stato italiano subordinando i problemi di politica interna, cioè la questione sociale, all'espansione coloniale⁵⁴. Il mito dell'Italia come la grande proletaria viene usato come fattore di potenza e l'imperialismo viene giustificato con l'esigenza di difendere i lavoratori all'estero. La retorica dell'emigrazione come uno strumento della politica coloniale italiana che si era diffuso tra la classe politica verso la fine del regime liberale sarà poi ripreso e sviluppato dal regime fascista attraverso l'organizzazione degli italiani all'estero⁵⁵.

A un periodo iniziale di benevola apertura nei confronti dell'emigrazione contraddistinta da una sostanziale continuità con la politica migratoria liberale, fa seguito un rovesciamento dell'approccio al fenomeno cui seguirà un progressivo smantellamento dell'apparato giuridico costruito negli anni precedenti a tutela dell'emigrante. Durante il primo periodo però il regime fascista si preoccupa di aumentare il numero annuo delle partenze, accogliendo con una certa contrarietà il *Quota act* che riduceva notevolmente le possibilità di ingresso per gli emigranti italiani.

Allo scopo di aumentare queste possibilità e di individuare nuovi sbocchi, l'Italia organizza la Conferenza internazionale dell'emigrazione e dell'immigrazione a Roma nel 1924. A questa fa seguito la stipula di numerosi accordi e trattati bilaterali con diversi paesi europei e non. Il dinamismo normativo e organizzativo di questi anni subisce un brusco arresto nel 1927 quando viene posto l'obiettivo della potenza demografica in cui l'esuberanza di popolazione non costituisce più un problema ma espressione di vitalità. Al mutamento della politica della popolazione non può non corrispondere un arresto dell'emigrazione⁵⁶.

La legislazione migratoria, coerentemente con il nuovo indirizzo politico contrario all'emigrazione, mirò in un primo momento a ridurre il ruolo degli organi addetti a questo ramo. Cominciando con la soppressione del Commissariato generale dell'emigrazione con il R.D.L. del 28/4/1927 n. 628, sostituito con la Direzione generale degli italiani all'estero. Inoltre, il decreto reale n. 358 del 11/2/1929 abolì ogni giurisdizione speciale e attribuì le controversie alla magistratura ordinaria. In seguito,

⁵¹ TINTORI, 2006: 81.

⁵² CARPI, 1878b.

⁵³ RAGIONIERI, 1976: 1750.

⁵⁴ CAROCCI, 1998: 100.

⁵⁵ DE CAPRARIS, 2005.

⁵⁶ NOBILE, 1974: 1331.

visto che non si riusciva a fermare il flusso in uscita, fu emanata una nuova legge il 24 Agosto del 1930 che stabiliva nuove norme penali in materia di emigrazione clandestina.

L'intento di frenare l'emigrazione viene raggiunto solamente in seguito all'espandersi e all'aggravarsi della crisi economica susseguente al crollo borsistico del 1929. Sotto i colpi di questa crisi, la disoccupazione aumenta, gli stati adottano politiche protezionistiche, regredisce l'integrazione mondiale dei mercati e si chiudono tutti gli sbocchi per gli emigranti. Insomma, la necessità di partire resta ma il problema è che non ci sono più i posti dove andare. Dunque è più la chiusura delle porte di ingresso a concretizzare la chiusura delle porte di uscita.

Riferimenti bibliografici

- ANNINO, A., 1974 – "La politica migratoria dello stato postunitario", in *Il Ponte*, vol. 30, n.° 11-12.
- BADE, K. J., 2001 – *L'Europa in movimento*. Roma: Laterza.
- BAINES, D., 1995 – *Emigration from Europe. 1815-1930*. Cambridge: Cambridge University Press.
- BALDWIN, R. E.; MARTIN, P., 1999 – "Two waves of globalisation: superficial similarities, fundamental differences", *Working Paper*, n.° 6904.
- CAROCCI, G., 1998 – *Storia d'Italia dall'Unità ad oggi*. Milano: Feltrinelli.
- CARPI, L., 1878a – *Statistica illustrata delle emigrazioni italiane all'estero nel triennio 1874-1876*. Milano: Editrice Lombarda.
- CARPI, L., 1878b – *Delle colonie e della emigrazione italiana all'estero*. Milano: Editrice Lombarda.
- CRAINZ, G., 1994 – *Padania: il mondo dei braccianti dall'Ottocento alla fuga dalle campagne*. Roma: Donzelli editore.
- CASTLES, S.; MILLER, M. J., 2003 – *The age of migration. International population movements in the modern world*. New York: The Guilford press.
- CELESTINO, A., 1927 – *Italiani per il mondo: politica nazionale dell'emigrazione*. Milano: Alpes.
- COLETTI, F., 1912 – "Dell'emigrazione italiana", in *Cinquanta anni di storia italiana* (dir. Reale Accademia dei Lincei). Milano: Hoepli.
- COLLEZIONE, 1862 – *Collezione celerifera delle leggi, decreti, istruzioni e circolari*. Torino: Tipografia editrice di Enrico Dalmazzo.
- COLLEZIONE, 1869 – *Collezione celerifera delle leggi, decreti, istruzioni e circolari*. Torino: Tipografia editrice di Enrico Dalmazzo.
- CONSTANT, B., 1828 – *Commento sulla scienza della legislazione di Gaetano Filangieri*, prima traduzione italiana. Milano.

*La configurazione della legislazione emigratoria in Italia all'epoca
della grande emigrazione europea*

- DE CAPRARIS, L., 2005 – “Fascism for export? The rise and eclipse of the fasci italiani all'estero”, in *Journal of Contemporary History*, vol. 35, n.º 2.
- DUNKLEY, P., 1980 – “Emigration and state 1803 – 1842: the nineteenth-century revolution in government reconsidered”, in *Historical Journal*, vol. 23, n. 2, 353-380.
- DUPAQUIER, J., 1994 – “Macro-migrations en Europe. XVI-XVIII Sicles”, in CAVACIOCCHI, S. (dir.) – *Le migrazioni in Europa secc. XIII-XVIII*. Firenze: Le Monnier.
- FAHRMEIR, A.; FARON O.; WEIL P., 2005 – *Migration control in the north Atlantic world*. Oxford: Berghan Books.
- FESTA, C., 1904 – *L'emigrazione nella legislazione comparata*. Castrocaro: Tipografia Moderna.
- FILANGIERI, G., 1827 – *La scienza della legislazione*, volume II. Milano: Tipografia dei classici italiani.
- FLORENZANO, G., 1874 – *Della emigrazione italiana in America comparata alle altre emigrazioni europee*. Napoli: Tipografia di Francesco Giannini.
- FRANZINA, E., 1995 – *Gli italiani al Nuovo Mondo: l'emigrazione italiana in America, 1492-1942*. Milano: A. Mondatori.
- FURNO, C., 1958 – *L'evoluzione sociale delle leggi italiane sull'emigrazione*. Varese: Tipografia Multa paucis.
- GENOVESI, A., 1825 – *Lezioni di commercio o sia di economia civile*. Milano: Tipografia dei classici italiani.
- GONNARD, R., 1906 – *L'émigration européenne au XIX siècle*. Paris : Libraire Armand Colin.
- GREEN, N. L., 2005 – “The Politics of Exit: Reversing the Immigration Paradigm”, in *The Journal of Modern History*, June 2005, vol. 77, n.º 2.
- GREEN, N. L.; WEIL, F., 2006 – *Citoyenneté et émigration. Les politique du départ*. Paris: Editions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales.
- GROSSI, V., 1905 – “Emigrazione”, in ORLANDO, V.E. (dir.) – *Primo trattato completo di diritto amministrativo italiano*, Società Editrice Libreria, vol. 4, parte 2. Milano.
- IANNI, C., 1965 – *Il sangue degli emigrati*. Milano: Edizioni di Comunità.
- JOHONSON, S. C., 1966 – *A history of emigration : from the United Kingdom to North America: 1763-1912*. London: Frankcass & Co Ltd.
- KANSTROOM, D., 2007 – *Deportation nation. Outsiders in American history*. London: Harvard University Press.
- LEGOYT, A., 1861 – *L'émigration européenne, son importance, ses causes, son effet, avec un appendice sur l'émigration africaine, hindou e chinoise*. Paris: Guillaumin.
- MARCHESE di COSENTINO, 1874 – *Delle perdite morali e materiali cagionate all'Italia dall'emigrazione*. Roma.
- NOBILE, A., 1974 – “Politica migratoria e vicende dell'emigrazione durante il fascismo”, *Il Ponte*, vol. 30, n.º 11-12.
- O'ROURKE, K. H.; WILLIAMSON, J. G., 2005 – *Globalizzazione e storia. L'evoluzione dell'economia atlantica nell'Ottocento*. Bologna: Il Mulino.
- PERASSI, T., 1921 – “I lineamenti del diritto italiano della emigrazione”, in *Bollettino dell'Emigrazione*. 1921, n.º 3;

- ROSENBERG, C. , 2006 – *Policing Paris. The origins of modern immigration control between the wars*. London: Cornell University Press, London.
- ROSOLI, G., 1986 – "La crise des relations entre l'Italie et le Brésil: la grande naturalisation (1889-1896)". *Revue européenne de migrations internationales*, Année 1986, volume 2, n.° 2.
- SASSEN, S., 1999 – *Migranti, coloni, rifugiati. Dalla migrazione di massa alla fortezza Europa*. Milano: Feltrinelli.
- SCHBERL, I., 2010 – *Emigration policy in Germany and immigration policy in the United States*, downloaded on 5/11/2010 from http://www.hoosiergermanheritage.info/A_Chap01_03.0.pdf.
- TINTORI, G., 2006 – "Cittadinanza e politiche di emigrazione nell'Italia liberale e fascista, in *Familismo legale. Come non diventare italiani*", in ZINCONE, G. (dir.) – *Familismo legale*. Roma: Laterza.
- TORPEY, J., 2000 – *The invention of the passport. Surveillance, citizenship and the state*. Cambridge: Cambridge University Press.
- ZOLBERG, A., 2006 – *A nation by design. Immigration policy in the fashioning of America*. London: Harvard University Press.

AS RELAÇÕES PORTUGAL-BRASIL E A EMIGRAÇÃO. ENQUADRAMENTO POLÍTICO-DIPLOMÁTICO DA 1.ª METADE DO SÉCULO XX

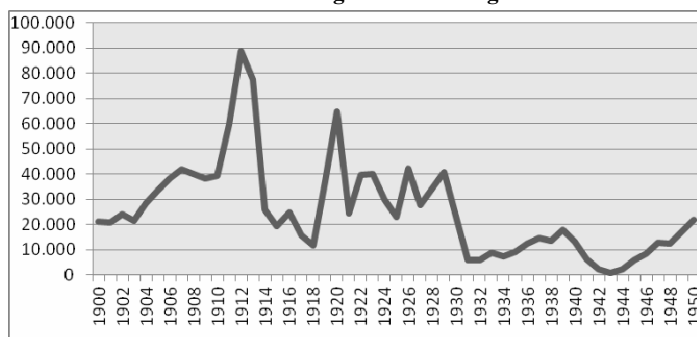
Paula Marques Santos

Contextualização

O fenómeno migratório luso para o Brasil na primeira metade do século XX ver-se-á condicionado por múltiplos factores, desde elementos relativos à evolução interna económica, política e mesmo social, até fenómenos do sistema internacional, que conheceu profundas transformações políticas e económicas, conflitos generalizados e processos de integração e que afectarão o posicionamento dos dois Estados, ora assumindo uma afinidade com as ideias generalizadas, ora entrando em ruptura, colocando em causa as opções políticas internas de cada país.

Neste processo, também a própria emigração portuguesa se transforma, em quantidade, tipologia e destino, dados todos esses condicionalismos. Entre 1900 e 1950, segundo os dados estatísticos¹, saíram do país 1 297 751 indivíduos, por via legal, tendo, desse total, 917 340 sido com destino ao Brasil (gráficos n.º 1 e 2).

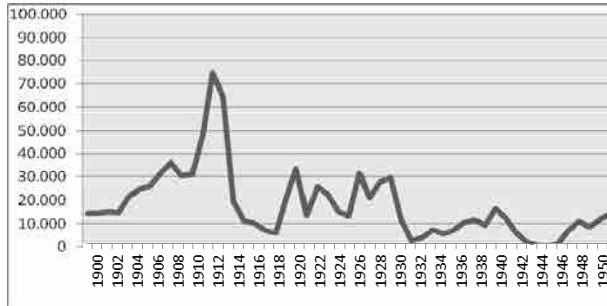
Gráfico n.º 1
Movimentos Emigratórios Portugueses



Fonte: INE. *Anuário Demográfico*, 1950, 1951, 1952.

¹ INE. *Anuário estatístico*, 1950-1952.

Gráfico n.º 2
Emigrantes portugueses em direcção ao Brasil (1900-1950)



Como podemos verificar, os movimentos migratórios para o Brasil acompanham, na generalidade, as tendências gerais dos fluxos nacionais para o estrangeiro, sendo sempre o primeiro destino, dirimindo-se desta tendência o período da Primeira Guerra Mundial, onde, embora exista um pico de saída de nacionais entre 1914 e 1916, esse aumento do número de efectivos destinou-se a outros destinos que não o Brasil, já que este mantém a tendência decrescente nesses anos. Nas décadas de 1930 e 1940, apesar da redução no volume geral de efectivos, a saída de portugueses continua a focalizar-se grandemente no Brasil, tendo em conta o tratamento diferenciador que os nacionais portugueses irão obtendo gradualmente ao longo da vigência de *varguismo* no Brasil, apesar dos constrangimentos legislativos e além de outros condicionalismos nacionais e internacionais. De facto, as dificuldades surgem logo desde os anos de 1930, exigindo ao governo português a resolução das repatriações, da diminuição das remessas dos emigrantes para Portugal, bem como o problema da empregabilidade dos repatriados e da acção e pressão directa da comunidade portuguesa já radicada em território brasileiro e dos próprios diplomatas.

Em termos gerais, analisaremos estes fluxos migratórios, dividindo a primeira metade do século XX em quatro espaços temporais delimitados, tendo em conta as alterações políticas conjunturais portuguesas, nomeadamente:

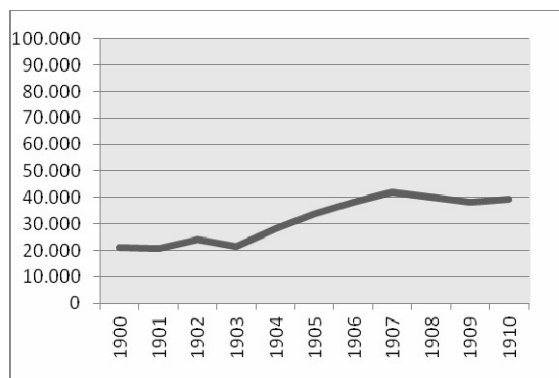
- 1900-1910 – período de transição entre a Monarquia e a I República, onde verificamos uma tendência de crescimento na saída de portugueses em direcção ao Brasil;
- 1911-1926 – vigência conturbada da I República em Portugal, onde verificaremos que a conjuntura internacional terá um grande impacto nos contingentes emigratórios, ora fomentando-a, ora limitando-a drasticamente;

- 1927-1945 – período marcado pela vigência simultânea dos regimes do Estado Novo;
- 1946-1950 – período onde assistimos a uma viragem política no Brasil, convergindo de acordo com o sistema internacional, enquanto em Portugal verificamos um rigidez política e um conseqüente isolamento deste para com os paradigmas do mesmo sistema.

1. Período de 1900-1910

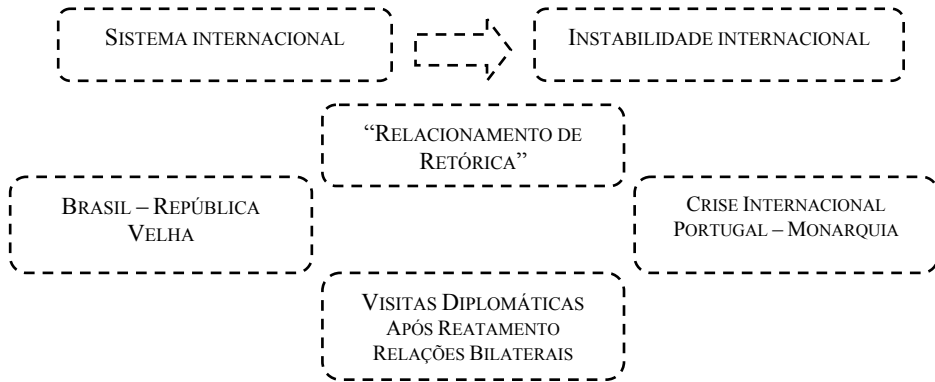
Na primeira década do século XX, saem legalmente de Portugal 347 502 indivíduos, destinando-se ao Brasil 260 627. Este período reflecte a instabilidade nacional e internacional herdada dos últimos anos do século anterior. As sucessivas crises internacionais, o alinhamento dos países europeus em blocos opostos e a instabilidade política marcam o cenário internacional.

Gráfico n.º 3
Contingente migratório para o português para o Brasil (260 627)



Ao nível bilateral, podemos caracterizar este período como uma década de *relacionamento de retórica*, onde ambos os países se encontram distantes, não só pela disparidade de regimes políticos, mas pela própria conjuntura continental de cada um. No Brasil temos a manutenção da república velha, enquanto em Portugal a monarquia dá os seus últimos fôlegos, incapaz de ter uma posição preponderante ao nível nacional e mesmo internacional. Mas o fim do regime monárquico em Portugal colocará ainda maiores dificuldades no relacionamento bilateral, e mesmo durante todo o período da I República, esse será relegado para segundo plano, já que os sucessivos governos republicanos portugueses vão centrar as suas atenções em questões internas.

Gráfico n.º 4
Esquema geral do período 1900-1910



De facto, durante este período assistimos a um diálogo bilateral retórico com uma capacidade de concretização quase nula, ou seja, apesar da realização de inúmeros eventos que procuram manter vivo os elos luso-brasileiros, como é exemplo a visita do presidente português ao Brasil e do reatamento e restabelecimento formal de relações diplomáticas após os diferendos que surgem nos finais do século XIX, as concretizações operacionais serão escassas².

Apesar das relações cordiais existentes entre o governo brasileiro com o regime monárquico deposto, o reconhecimento da República Portuguesa será imediato e no dia 6 de Outubro, o ministro do Brasil em Lisboa, José Pereira da Costa Mota, recebe instruções telegráficas do seu governo, autorizando-o a entrar em relações com o Governo Provisório português, presidido na altura por Teófilo Braga, comunicando-lhe oralmente que o reconhecimento formal do novo regime se efectuariá quando o governo brasileiro tivesse conhecimento de que a maioria da nação portuguesa apoiava o novo regime republicano³ e, em 22 de Outubro, recebe instruções para reconhecer formalmente a República portuguesa, em virtude do governo da Argentina ter decidido fazer o reconhecimento imediato.

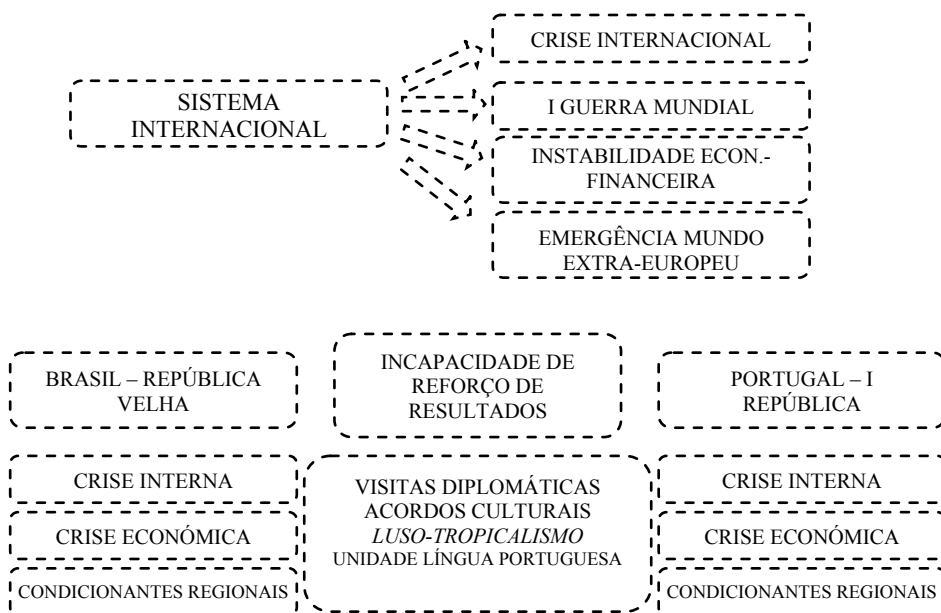
² MAGALHÃES, 1999: 75-79.

³ Esta posição era idêntica à dos EUA.

2. Período de 1911-1926

O segundo período da nossa análise caracteriza-se por uma das conjunturas mais conturbadas do século XX, não só ao nível internacional com a eclosão da Primeira Guerra Mundial e o impacto económico e político que teve em todos os países conduzindo à Grande Depressão, mas também ao nível nacional, com as transformações e instabilidade inerente aos regimes português e brasileiro (*vide* esquema seguinte). Além disso, outra característica importante deste período será a emergência do mundo extra-europeu nas relações internacionais. Ou seja, o velho continente europeu deixa de ter um lugar de primazia nos destinos do sistema internacional, passando a existirem outros actores de grande relevância, como os EUA ou a Rússia (futura URSS).

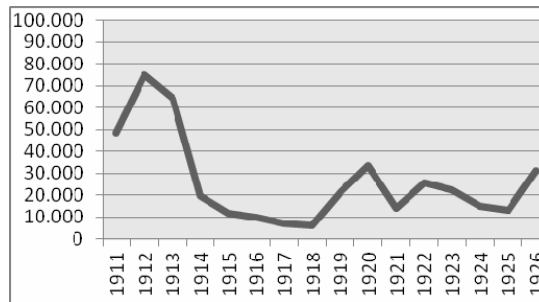
Gráfico n.º 5
Esquema geral do período 1911-1926



Ao nível nacional, o governo republicano português manifestou logo a sua intenção de intensificar e consolidar as relações com o Brasil (como um dos vectores estratégicos da sua política externa), designando como representante diplomático no

Rio de Janeiro, António Luiz Gomes, importante figura do Partido republicano⁴. Mas, apesar das intenções demonstradas, o relacionamento bilateral permanecerá estagnado durante toda a I República, diminuindo o volume das vagas migratórias portuguesas em direcção ao Brasil, não só pela instabilidade do país, mas também pelas dificuldades logísticas de emigrar para o outro lado do Atlântico e pelo reforço da atractividade de outros destinos. Entre 1911 e 1926, saem de Portugal 625 008 indivíduos, sendo desse total 417 507 para território brasileiro.

Gráfico n.º 6
Contingente migratório para o português para o Brasil – 1911-1926 (417 507)



A gradual aproximação iniciada durante a I República, embora ténue em resultados estratégicos e operacionais, reflecte-se, no entanto, em diversas demonstrações: visitas recíprocas dos presidentes, designadamente de Epiácio Pessoa (8 de Junho de 1919) e de António José de Almeida (17 de Setembro 1922), da elevação das legações em Lisboa e no Rio de Janeiro ao nível de embaixadas como referido, da travessia aérea do Atlântico Sul por Gago Coutinho e Sacadura Cabral; na celebração do centenário da independência do Brasil (17 de Junho de 1922), entre muitos outros acontecimentos⁵, como o envio para o Brasil, em Dezembro de 1920, dos corpos do imperador D. Pedro II e da imperatriz D. Teresa Cristina, sepultados no panteão de São Vicente de Fora⁶.

A missão portuguesa que acompanhou o presidente português em 1922 tencionava negociar diversos convénios⁷, mas o único acordo assinado foi uma convenção sobre propriedade literária e artística, só ratificada a 4 de Abril de 1924. Ao nível económico, nada de concreto foi conseguido, já que a tentativa de um acordo comercial,

⁴ Em Julho de 1912, este foi substituído por outra figura importante do Partido, e nascido no Brasil – Bernardino Machado.

⁵ CERVO, 2000: 263-270.

⁶ MAGALHÃES, 1999: 141.

⁷ MAGALHÃES, 1999: 83.

com diversas reduções tarifárias e aduaneiras, não teve qualquer sucesso devido a novas disposições proteccionistas que são entretanto introduzidas na pauta brasileira.

Desta busca de um novo espírito de aproximação, realçamos diversos autores e até de diplomatas e políticos, que defendiam a *lusobrasileiridade* e o *reforço da comunidade lusobrasileira*. Estes depoimentos a favor de uma verdadeira comunidade lusobrasileira continuarão a encontrar, durante a coexistência do Estado Novo brasileiro e português, além do pensamento favorável dos dois líderes políticos, a subsidiariedade de muitas figuras públicas que defendem publicamente este projecto, onde realçamos o nome de dois dos seus expoentes máximos: Gilberto Freyre⁸; e João Neves de Fontoura (embaixador brasileiro em Lisboa, entre 1943 e 1945), os quais influenciarão a aproximação entre os dois regimes autoritários, ao nível espiritual e pragmático.

Das tentativas encetadas ao longo da I República portuguesa fica, assim, apenas o “eco de uma renovada aproximação afectiva dos dois povos, sem grandes efeitos práticos”⁹, já que poucas realizações são efectivadas, não apenas pela fraca incapacidade de ambos os países para atingirem resultados práticos (instabilidade política interna permanente), mas também pelas próprias condicionantes regionais continentais de cada um, que influenciavam a sua postura ao nível internacional.

Toda essa instabilidade, aliada à Primeira Guerra Mundial marcarão grandes flutuações nos fluxos migratórios para o Brasil. Como podemos analisar no gráfico *supra*, existe um elevado número de saídas até ao início da guerra mundial, embora se verifique a partir de 1911 um acentuado decréscimo (à medida que o mundo se prepara para a guerra). O aumento das vagas apenas se fará sentir novamente entre 1919 e 1920 (final da guerra e Europa destruída) e, posteriormente, apenas no final da I República e nas vésperas da Grande Depressão.

3. Período de 1927-1945

A instabilidade difusa que caracteriza as relações internacionais, essencialmente depois do *crash* da Bolsa em Nova Iorque, repercute-se nas opções políticas, económicas e sociais que cada um dos países adopta para responder a essa mesma instabilidade, após o esgotamento dos regimes republicanos, que não haviam conseguido subtrair à espiral depressiva os alicerces socioeconómicos nacionais. De facto, “antes

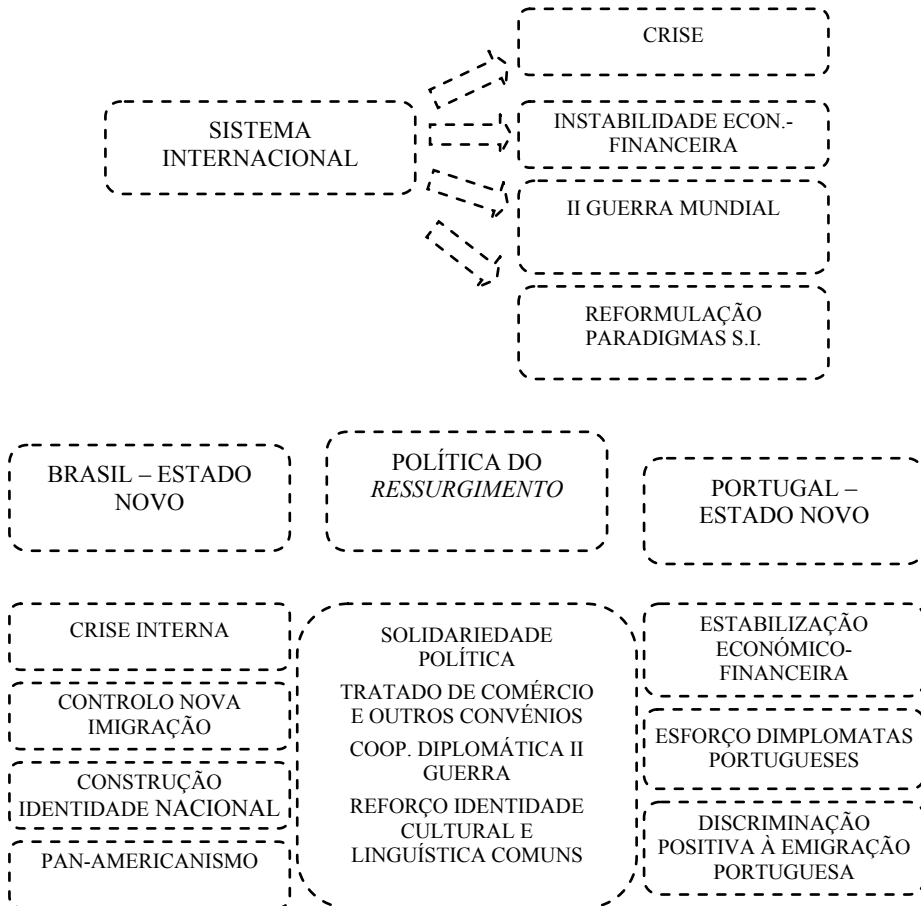
⁸ Gilberto Freyre apresenta, pela primeira vez, o conceito de *lusotropicalismo* como condição que tinha levado o povo português a promover a interpenetração racial, linguística e cultural, combinando a cultura europeia com a cultura tropical, e que tinha influenciado de forma crucial a formação da própria nação brasileira. Ver MAGALHÃES, 1999: 278.

⁹ MAGALHÃES, 1999: 84.

de acabada a construção de um mundo novo após a guerra, já este principiava a desagregar-se”¹⁰.

Após a ambiguidade e incompreensão gradual no relacionamento luso-brasileiro entre os governos republicanos, temos uma nova tentativa de aproximação já que ambos os países entram em processos políticos, ideológicos e governativos internos similares, através da actuação centralizadora e ditatorial de Oliveira Salazar e Getúlio Vargas, que definem como objectivo implementar um novo *projecto de regeneração nacional* e uma nova concepção da postura do seu país perante a *ordem mundial* e os restantes actores internacionais.

Gráfico n.º 7
Esquema geral do período 1927-1945



¹⁰ NOGUEIRA, 1977: 127.

Neste período existe, assim, um empenho governativo para aprofundar as ligações bilaterais, embora constrangidos por ligações a outros actores internacionais que não permitem conceder a esta ligação um papel central em todas as áreas, devido a imposições geográficas e/ou político-económicas. Com efeito, o Brasil deu primordial relevo nas suas relações externas ao princípio do pan-americanismo, enquanto Portugal se tornaria gradual e exageradamente fechado sobre si mesmo (primordialmente após 1945) e sobre o império ultramarino, além da centralidade dada aos outros vértices da sua política externa – Grã-Bretanha, Espanha e Santa Sé.

Embora os resultados económicos não conheçam, a curto e médio prazo, qualquer desenvolvimento assinalável que conseguisse relançar esse intercâmbio, a colaboração luso-brasileira permitiu, não só a manutenção dessa comunidade transatlântica cultural e de afecto, mas também a efectivação duma unidade linguística permanente e de dividendos favoráveis ao nível prático e ao nível político, pelo apoio ideológico, oficial e operacional¹¹. Um dos principais factores que corroboram a relevância deste relacionamento bilateral surge da consciencialização recíproca da importância da comunidade e do espaço luso-brasileiro no mundo e do esforço permanente (essencialmente do lado português) para efectivar todos os mecanismos para a sua concretização.

Relativamente às relações económicas, o valor e o peso das transacções bilaterais manteve-se inalterado, existindo mesmo períodos de recuo significativos, provocados pelas crises depressivas mundiais e pela incapacidade dos próprios mercados nacionais. O Tratado de Comércio e Navegação (1933)¹² não passará de letra morta e nem a própria Missão Especial Portuguesa de 1938 ou o Protocolo Adicional ao Tratado de 1941¹³ conseguirão animar o intercâmbio comercial¹⁴. Todas as fórmulas económicas projectadas pelos dois governos nunca se libertam da posição nacionalista e proteccionista subjacente às características intrínsecas dos regimes, condicionando qualquer possibilidade de expansão do intercâmbio económico bilateral.

Ao nível da esfera política e diplomática, existem três grandes assuntos dominantes: o tratamento dispensado à emigração portuguesa no Brasil e as questões relacionadas com a nacionalidade (e dupla nacionalidade); a negociação e concreção de convénios bilaterais no sentido de obter mais-valias eficientes; e a cooperação efectiva luso-brasileira desenvolvida durante a Segunda Guerra Mundial. É sobre o primeiro que este trabalho procura reflectir.

O objectivo central da cooperação político-diplomática bilateral era o de reforçar o espírito de pertença a uma mesma comunidade de valores, paralelamente à solidifi-

¹¹ SANTOS, 2010: 128.

¹² TRATADO DE COMÉRCIO entre Portugal e o Brasil, assinado em 26 de Agosto de 1933, no R. J. A.H.-D. do M.N.E.; Cota 3P A12 M312, § 2.º e 3.º do Preâmbulo.

¹³ “Protocolo Adicional ao Tratado de Comércio entre Portugal e o Brasil” assinado em 21 de Julho de 1941, em Lisboa”, in *Diário do Governo*, n.º 175 de 30 de Julho de 1941, p. 685-986.

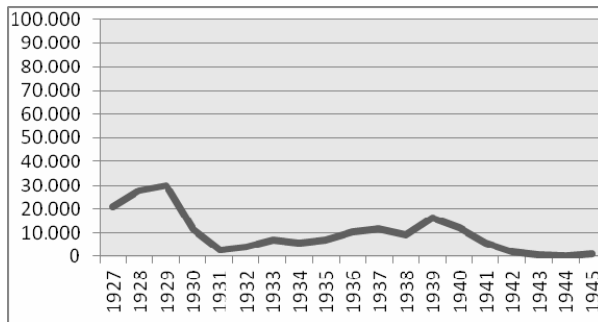
¹⁴ SANTOS, 2010: 129-130.

cação, regeneração e homogeneização interna das duas nações, contra todas as outras influências e pressões internas e/ou externas que se faziam sentir especialmente no território brasileiro (e.g. a pressão nativista ou as influências italiana, nipónica ou norte-americana). Nesse sentido, o governo brasileiro vai concedendo à colónia portuguesa um regime de excepção à sua legislação nacionalista, quanto à entrada, permanência e acesso ao trabalho pelos imigrantes¹⁵ portugueses, nomeadamente:

- o reconhecimento e a preferência pela imigração portuguesa e o esbatimento gradual das exigências para a entrada e permanência no território;
- a concessão de situações de privilégio para os cidadãos portugueses quanto ao acesso ao trabalho em geral e a algumas profissões específicas (e.g. as actividades liberais ou relacionadas com a actividade portuária/marítima);
- as excepções dadas às associações socioculturais da colónia portuguesa – permitindo-se a sua manutenção sem a obrigatoriedade de controlo por brasileiros;
- o tratamento especial dispensado por todas as entidades governativas brasileiras aos representantes diplomáticos e consulares portugueses.

Apesar das restrições e generalizações iniciais, a situação vai sendo aligeirada para os cidadãos portugueses, permitindo uma quase equiparação plena aos direitos dos brasileiros natos em diversos sectores da vida em sociedade (com excepção dos direitos e deveres políticos).

Gráfico n.º 8
Contingente migratório para o português para o Brasil (1927-1945)



De um total de 252 597 efectivos, 186 489 portugueses entram ente período no Brasil, o que demonstra que, apesar da escolha de outros destinos (entre os quais estavam as colónias portuguesas, para onde se favorecia a ida de nacionais), o Brasil continuou ainda a ter a primazia.

¹⁵ Sobre a principal legislação brasileira, deste período, acerca da imigração, ver PAULO, 2000: 604-605.

Como podemos verificar graficamente, a quebra acentuada de 1930-1931 deve-se essencialmente às leis restritivas aplicadas desde Outubro de 1930 pelo governo varguista e, embora estas se mantenham relativamente à entrada de novos imigrantes, Portugal alcançará diversas discriminações positivas que lhe permitem um relativo aumento até 1940, altura em que assistimos a um novo decréscimo (especialmente nos anos de 1942 a 1945), devido aos constrangimentos logísticos e de mobilidade inerentes à guerra, mas também devido ao facto do Brasil passar a centrar-se na sua beligerância activa no conflito mundial.

Consideramos esta fase como um período de reforço da dialéctica luso-brasileira, concordando com a ideia de “[política e] propaganda do ressurgimento”¹⁶ entre os dois regimes, que resulta das características e necessidades próprias dos modelos governativos autoritário e resultará numa concertação bilateral que, não só ajuda a maioria da comunidade portuguesa já estabelecida no Brasil (apesar do receio das naturalizações massificadas), como permitirá a manutenção da entrada de novos imigrantes no país.

4. Período de 1946-1950

Perante os pressupostos enunciados, verificamos que se defendia que a cooperação e a solidariedade transatlântica luso-brasileira favoreciam a defesa da integridade territorial e política dos dois países, ao mesmo tempo que se abria espaço para uma nova importância geopolítica, dado o posicionamento no Atlântico, tão importante para a decisão final do conflito.

Todavia, nos últimos anos da primeira metade do século observamos uma nova transformação radical dos paradigmas onde se alicerçam os fundamentos do sistema internacional, situação que conduzirá a uma nova descoordenação do diálogo bilateral. Ou seja, enquanto assistimos a uma mudança de regime no Brasil, situação que implica uma reestruturação profunda do país e da sua adaptação ao sistema internacional; Portugal isola-se e endurece as suas opções políticas, não se identificando nem moldando aos valores parlamentaristas, de autodeterminação dos povos e democráticos da conjuntura ocidental.

O período após o fim da Segunda Guerra Mundial não se distingue muito das características anteriores, em termos de resultados, apesar de novas realizações específicas, o que demonstra que os mesmos problemas e as mesmas dificuldades relacionais persistiriam após o derrube do *Estado Novo* no Brasil. Essas contrariedades e

¹⁶ HENRIQUES, 1999: 49.

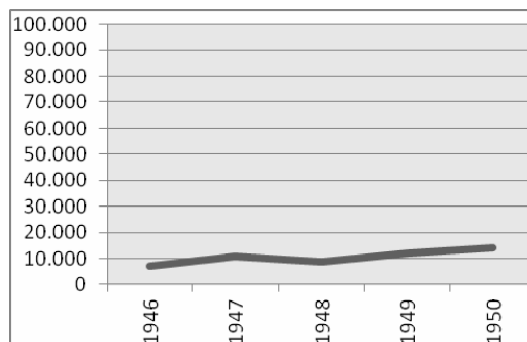
obstáculos resultam de todas as condicionantes intrínsecas e extrínsecas aos dois países, tantas vezes incontornáveis e fora do controlo dos chefes políticos nacionais.

Gráfico n.º 9
Esquema geral do período (1946-1950)



Em termos legais/oficiais, os dados estatísticos da saída de novos emigrantes indicam a saída de Portugal de 72 644 indivíduos, dos quais 52 717 se continuam a dirigir para o Brasil. Todavia, sabe-se que a partir desta fase, a fuga clandestina de portugueses para o estrangeiro será um facto da maior relevância.

Gráfico n.º 10
Contingente migratório para o português para o Brasil (1946-1950)



O novo esfriamento/afastamento político e ideológico bilateral deste período (e subsequentes) evidenciam-se, assim, também na cadência cada vez menor de emigrantes portugueses que escolherão o Brasil como destino final. E esta situação será ainda mais acentuada à medida que o governo salazarista se isola politicamente e estagna ao nível económico, o que conduzirá à desertificação laboral do nosso país, agora dirigindo-se para novos territórios europeus e extra-europeus (França, EUA, entre outros).

Considerações finais

A primeira metade do século XX, devido às vicissitudes que verificamos em Portugal e no Brasil, bem como no próprio sistema internacional, prejudicando na maioria das vezes a possibilidade de reforço do relacionamento bilateral, por razões políticas, económicas, sociais e mesmo operacionais, no que se refere à capacidade de transpor a distância imposta pelo Atlântico, pode ser descrita como um período de esforço para o reforço deste relacionamento, mas onde os resultados são escassos por diversas razões: intrínsecas à situação de cada país e às opções de cada regime vigente; e extrínsecas, resultantes das convulsões do sistema mundial e das transformações profundas dos próprios valores onde esse se baseia.

Apesar das concretizações surgirem mais amiúde durante a vigência simultânea dos regimes do Estado Novo, os resultados práticos para esse reforço, como verificámos, continuam a ser exponencialmente ultrapassados pelos relacionamentos que, quer Portugal, quer o Brasil desenvolvem com outros países, bilateralmente e/ou multilateralmente, e condicionados pelas opções políticas de cada governo.

Face a estas condicionantes, também as vagas migratórias portuguesas em direcção ao Brasil se encontram permeáveis e evidenciam as características da época. Assim, em termos sintéticos, poderemos concluir que, estes movimentos, durante este período estiveram directamente dependentes:

- das condições económico-financeiras nacionais e internacionais, as quais tinham implicação directa na própria escolha do destino de emigração;
- dos regimes políticos vigentes em cada país e das próprias directrizes políticas seguidas, quer ao nível da entrada e/ou residência de estrangeiros, quer ao nível das grandes orientações de relacionamento internacional;
- da convergência/divergência dos regimes políticos em relação ao paradigma vigente no sistema internacional, situação que implicaria a sua menor ou maior aceitação nesse sistema e a própria potencialização da possibilidade de

estabelecimentos de protocolos ou regimes de discriminação positiva para os cidadãos dos respectivos países;

- das linhas de força da política externa de cada regime;
- da permeabilidade a pressões regionais/internacionais;
- da importância da relação bilateral entre Portugal e o Brasil (existente em cada um dos governos), em cada um dos períodos analisados nesta reflexão;
- da atractividade de outros destinos internacionais e da capacidade socioeconómica dos próprios indivíduos;
- e, finalmente, das condições logísticas que se ofereciam para potencializar o alcance da “terra prometida”.

Fontes e Bibliografia

Fontes

ATLÂNTICO. Revista Luso-Brasileira. 1.^a Edição, n.º 1-6. Lisboa: Edição do Secretariado da Propaganda Nacional, 1942-1945.

COLECÇÃO de Legislação Portuguesa. Lisboa: Imprensa Nacional (1911-1927).

DIÁRIO do Governo. Lisboa: Imprensa Nacional (1910-1926).

DOCUMENTAÇÃO diplomática referente ao período 1925-1950 – Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, em Lisboa.

DOCUMENTAÇÃO sobre o Estado Novo no Brasil, disponível na internet em: <www.cpdoc.fgv.br>, <<http://www.republicaonline.org.br>>, www.crl.edu/info/brazil/pindex.htm.

Bibliografia

CARONE, Edgard, 1982 – *A República Nova. 1930-1937* (3.^a Edição). São Paulo: Difel.

CARONE, Edgard, 1976 – *A Terceira República. 1937-1945* (2.^a Edição). São Paulo: Difel.

CERVO, Amado Luiz, 2002 – “As Relações entre Portugal e o Brasil – o peso da História”. *Lusíada*. Revista de Relações Internacionais da Universidade Lusíada do Porto, n.º 3. Porto: Universidade Lusíada.

FERRO, António, 1943 – *Dez anos de política do espírito*. Lisboa: Edições SPN.

- GONÇALVES, Williams da Silva, 2003 – *O Realismo da Fraternidade: Brasil-Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- HENRIQUES, Raquel P., 1990 – *António Ferro. Estudo e antologia*. Lisboa: Edições Alfa.
- INE. *Anuário Demográfico*. 1950, 1951, 1952. Lisboa: Imprensa Nacional.
- MEMÓRIAS e comunicações apresentadas ao congresso luso-brasileiro de história (VII Congresso). Comissão Executiva dos Centenários. Vols. 9, 10 e 11. Lisboa: Editora Bertrand, 1940.
- MAGALHÃES, José Calvet de, 1999 – *Breve História das Relações Diplomáticas entre o Brasil e Portugal*. São Paulo: Editora Paz e Terra.
- MAGALHÃES, José Calvet de, s/d – *Economia de Guerra e Comércio Externo*. Relatório de 1943. A.H.-D. do M.N.E.
- MAGALHÃES, José Calvet de, 1997 – *Relance Histórico das Relações Diplomáticas Luso-Brasileiras*. Lisboa: Quetzal Editores.
- MENEZES, Pedro Ribeiro de, 2001 – “As relações entre Portugal e o Brasil – uma perspectiva pessoal”. *Negócios Estrangeiros*, n.º 2. Lisboa.
- MIRANDA, Jorge, 1993 – *Manual de Direito Constitucional. Preliminares – O Estado e os Sistemas Constitucionais*, Tomo I, 5.ª Edição. Coimbra: Coimbra Editora (*Os sistemas constitucionais do Brasil e dos países africanos de língua portuguesa*).
- NOGUEIRA, Franco, 1977 – *Salazar. Os Tempos Áureos (1928-1936)*, vol. II. Coimbra: Atlântida Editora.
- PAULO, Heloísa, 2000 – *Aqui também é Portugal. A Colónia portuguesa do Brasil e o Salazarismo*. Coimbra: Quarteto Editora.
- PAULO, Heloísa, 1994 – *Estado Novo e Propaganda em Portugal e no Brasil. O SPN/SNI e o DIP*. Coimbra: Livraria Minerva.
- PEREIRA, Maria da Conceição Meireles, 2008 – “Legislação sobre emigração para o Brasil na Monarquia Constitucional”, in MATOS, Maria Izilda S. de; SOUSA, Fernando de; HECKER, Alexandre (orgs.) – *Deslocamentos & Histórias: os Portugueses*. BAURU: Edusc.
- ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão (dir.), 1996 – *Dicionário de História do Estado Novo*, 2 volumes. Venda Nova: Bertrand.
- SANTOS, Paula Marques dos Santos, 2005 – *As Relações Luso-Brasileiras (1930-1945)*. Tese de Doutoramento, defendida na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Policopiada).
- SANTOS, Paula Marques dos Santos, 2006 – “The Portugal-Brazil Relations (1930-1945) – the relationship between the two national experiences of the Estado Novo”, in E-journal of Portuguese History, vol. 4, number 2, winter 2006. Disponível na internet em: <http://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph>.

- SANTOS, Paula Marques dos Santos, 2007 – *Sumários desenvolvidos da unidade curricular de Política Externa Portuguesa no século XX*. Porto: Universidade Lusíada (Policopiado).
- SANTOS, Paula Marques dos Santos; FERREIRA, Jenifer, 2007 – “A emigração do distrito de Viseu para o Brasil entre as duas guerras mundiais (1918-1940)”. *População e Sociedade*, n.º 15. Porto: CEPESE.
- SOUSA, Fernando; SANTOS, Paula; AMORIM, Paulo (orgs.), 2010 – *As Relações Portugal – Brasil no século XX*. Porto: CEPESE/Fronteira do Caos.
- SKIDMORE, Thomas, 2007 – *Brasil: de Getúlio a Castelo*. São Paulo: Editora Paz e Terra.
- TELO, António José, 1996 – “Política Externa”, in ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão (dir.) – *Dicionário de História do Estado Novo*, 2.º volume. Venda Nova: Bertrand.

O ESTUDO DE UN CONCELHO PONTEVEDRÊS: A IMIGRAÇÃO DE COTOBADE AO BRASIL

Érica Sarmiento da Silva

Introdução

Considerada uma zona de forte emigração desde a época moderna, Cotobade é um município da província de Pontevedra que sempre buscou atividades complementares à agricultura fora da Galiza. Os ofícios relacionados à construção (canteria, carpintaria) acompanharam os varões a terras distantes, empreendendo largas caminhadas pelo interior de Castela e de Portugal e, posteriormente, à América. Os estudos de história moderna, através da análise de fontes paroquiais, protocolos notariais e livros de recenseamento, contribuíram para conhecer alguns dos aspectos demográficos e comportamentais dos vizinhos do município de Cotobade e também dos concelhos galegos mais próximos, como Forcarei, Fornelos de Montes, Pontecaldelas ou A Lama. Conhecer as antigas rotas de emigração, antes de cruzar o Atlântico, é um dos objetivos que buscamos nesse estudo, porque nos oferece uma maior compreensão da escolha do destino e da ocupação sócio-profissional no Brasil. Dessa forma, podemos encontrar possíveis respostas à pergunta: porque escolheram o Brasil? Acompanhando a evolução dos vizinhos de Cotobade, objetivamos conseguir uma análise mais detalhada do fenômeno emigratório nessa localidade galega e construir uma tipologia a nível microssocial, baseada em fontes municipais e também orais.

1. Para onde iam os canteiros antes de emigrar ao Brasil? Uma “excursão” pelas terras portuguesas

A especialização no trabalho da pedra na zona geográfica que compreende as antigas jurisdições de Peñaflor, Terra de Montes, Caldevergazo, Cotobade, Campo e Fragas começou no século XVII, supostamente devido às febres arquitetônicas das construções religiosas barrocas e da consolidação da fidalguia que oferecia importantes desembolsos para financiar obras de igrejas, paços, etc. No século XVIII, a canteria vai

ser o ofício fundamental de apoio agrícola e, mais concretamente no município de Cotobade, 52% dos grupos domésticos tinha pelo menos um membro dedicado a esse ofício. Mais de dois terços dos vizinhos com uma atividade secundária ou terciária exerciam a canteria, ainda que com qualificações profissionais diversas¹ (aprendiz, oficial, maestro). Assim, como sucedeu com outros municípios galegos, os vizinhos de Cotobade e de outras paróquias do norte ocidental pontevedrés buscavam nas atividades complementares à agricultura um apoio econômico para a pequena propriedade camponesa.

Nos alistamentos militares do concelho de Cotobade, observamos que a partir de 1850 começa a aparecer timidamente, de forma aleatória, a ocupação profissional dos desertores. Apesar de serem poucas as profissões registradas (somente 46 da lista de 300 prófugos a Portugal entre os anos de 1831 a 1900), podemos confirmar a presença majoritária de canteiros nas localidades portuguesas, um total de 39 comparados com somente um cozinheiro, um ferreiro e um trabalhador do comércio. No século XX, quando os galegos dirigem-se a outros destinos, o comércio começa a predominar sobre os ofícios da construção, e, ao mesmo tempo, as cidades como Braga e Chaves são substituídas por Salvador da Bahia e Rio de Janeiro.

A adaptação e a mobilidade profissional dos emigrantes galegos fazem parte da sua história. Uma vez que deixam seu país, se dedicam a atividades totalmente distintas das que exerciam na terra natal. Apesar de uma parte da emigração galega a Rio de Janeiro se dedicar ao setor secundário, trabalhando como canteiros, pedreiros, carpinteiros, o setor do comércio foi o que recebeu mais emigrantes. O exemplo mais clássico é o daqueles emigrantes que abandonam as atividades do campo para se dedicarem às profissões do setor terciário. De uma forma geral, no que se refere à emigração galega para a América, a chamada contratação pessoal em cadeia, como o *sobrinismo* em Cuba, os patrícios no Brasil, provocava uma dependência emocional e profissional em um contexto familiar que podia gerar facilidades de aprendizagem dos jovens imigrantes recém-chegados e a possibilidade de ascensão sócio-econômica nos comércios. Ao emigrar de maneira espontânea, sem depender de uma emigração assistida, muitos galegos se estabeleceram profissionalmente em setores onde estavam anteriormente patrícios e/ou familiares; onde já havia uma tradição migratória em determinados setores profissionais. Segundo Alejandro Vázquez o efeito acumulativo das cadeias migratórias:

“como canalizadoras de demandas laborales, la emigración gallega gozó de las ventajas derivadas de un proceso emigratorio temprano, con un crecimiento decimonónico muy gradual. Esto permitió a una creciente proporción de emigrantes ser contratados o llamados para desempeñar actividades laborales en los lugares donde sus precursores

¹ CORTIZO, 1994: 427-429.

se habían instalado y generado una cierta capacidad empleadora, mientras otros tuvieron que conformarse con contractos impersonales que ofertaban las expansivas actividades agrarias a través de agentes reclutadores”².

Ao dispor de formas de auto-financiamento da experiência migratória, como podiam ser as economias geradas no seio da própria exploração agrícola ou artesanal, da venda de alguma parcela de terra da divisão da herança familiar, ou mesmo através dos próprios patrícios que podiam adiantar a compra do bilhete, muitos emigrantes galegos se deslocaram para as cidades ao invés de encarar os contratos massivos de colonos, cujas passagens eram pagas pelos Estados, como foi o caso das plantações cafeeiras do Estado de São Paulo. Quando Alejandro Vázquez analisa os tipos de financiamento da emigração galega à América, o autor explica que os contratos massivos não foram o principal mecanismo financeiro utilizado pelos galegos, porque eles se dirigiram claramente para os setores urbanos³.

A emigração, contraditoriamente, ao mesmo tempo em que era uma válvula de escape para o serviço militar e uma ajuda econômica para as famílias, também podia se transformar em um elemento prejudicial para a economia doméstica. A situação podia mudar a partir do momento que aqueles filhos varões que decidiram emigrar desaparecessem, deixando as famílias sem remessas e sem ajuda para cultivar as lavouras. A economia doméstica dependia de todos e a emigração intrapeninsular, apesar de ausentar os homens durante meses, era temporal⁴. Os emigrantes partiam do concelho, em grupos de vizinhos e familiares, homens casados e solteiros, pais e filhos, que tinham a intenção de regressar para a casa familiar, junto a suas esposas e mães. As mulheres e as filhas cuidavam da agricultura, mas os homens contribuíam com o dinheiro ganho nos meses de ausência. A realidade do campo galego demonstrava que havia muitas famílias com mais de um varão ausente. O destino desses jovens era, na maior parte das vezes, ignorado pelas suas famílias. Essa perda, além do lado afetivo, significava para os agricultores também um desfalque na economia doméstica, que dependia da participação de todos. Quem iria cuidar das terras? Quem iria cuidar dos pais quando estivessem em idade avançada e não pudessem mais se sustentar?

² VÁZQUEZ, 1999: 675.

³ VÁZQUEZ, 1999: 672.

⁴ Como por exemplo, a emigração dos canteiros da Terra de Montes, que era de tipo estacional. Era uma migração onde predominava uma forte solidariedade familiar e de vizinhança. Emigravam em grupo, as chamadas quadrilhas e a profissão era passada tradicionalmente dos mais velhos aos mais jovens. Esse tipo de migração, majoritariamente masculina, aumentava a possibilidade alimentícia do grupo familiar mediante a ausência temporal de alguns dos seus membros, ademais de aportar dinheiro metálico, escasso em uma economia de subsistência (CORTIZO, 1990: 170, 175). Ou o caso da emigração estacional agrícola dos camponeses que partiam durante os meses de Verão para trabalharem principalmente nas segas castelhanas (EIRAS ROEL, 1994: 39).

Nos livros de recenseamento militar, recolhemos petições de familiares, principalmente de lavradores pobres, com idade avançada, que recorriam às autoridades para que estas não recrutassem os seus filhos varões para o serviço militar. Foi o caso de Manuel Malbar, da paróquia de Augasantas, que encontramos no livro de Quintas do ano de 1870. Diante da presença de três testemunhas, Malbar explica que necessita do auxílio do seu filho Jesús (convocado para o serviço militar), porque é o único que o ajuda economicamente com o seu trabalho de canteiro. A família vive das plantações de milho e de algumas cabeças de gado, mas é o filho Jesús que complementa a renda, trazendo dinheiro para casa cada vez que vai trabalhar na construção. Manuel Malbar tem vários filhos, mas não pode contar com nenhum deles porque, segundo confirma uma das testemunhas:

“Manuel Malbar tiene 2 hijos casados, uno muy cerca de su casa, llamado José, con una familia y que en su concepto es pobre y no puede socorrer al padre y el otro en Portugal llamado Antonio, ignorado se tiene alguna familia, pero por voz pública sabe que tampoco puede socorrerlo por falta de recursos, y que este pasa de diez años no vino al hogar doméstico; también sabe tiene otro hijo llamado Ignacio, pero que hay de once a doce años seguidos que este no hubo noticia alguna; igualmente que tiene otro, llamado Severino, el cual pasó al ejército en suerte propia por Quinta que no puede fijar pero que habrá como tres años⁵”.

Dos cinco filhos varões somente dois se encontravam em Cotobade e, certamente, o que ganha a vida como canteiro passará temporadas também fora de casa, regressando ao concluir o trabalho. O filho mais novo, Jesús, continua na casa familiar até que o chamam para cumprir os deveres militares. Os outros filhos mais velhos, com a exceção do casado em Cotobade, saíram de casa supostamente antes de cumprir a idade militar. Sem recursos e sem filhos para ajudar na manutenção da casa, o chefe de família vê-se obrigado a contar toda a sua história familiar e pedir às autoridades municipais que não levem o único filho que permaneceu ao seu lado. Os dois filhos emigrantes nunca mais regressaram à casa e um deles estava em paradeiro desconhecido, podendo estar em Portugal ou haver embarcado para algum país americano.

No caso dessa família, a emigração dos filhos varões, que, supostamente, foi consequência da situação econômica e da fuga do serviço militar, deixou um vazio na economia familiar e uma sobrecarga para o filho canteiro, que passou a ser o único responsável pela situação financeira e o apoio moral dos pais. Aqueles que não possuíam meios econômicos para pagar a indenização exigida pelas autoridades para se livrar do serviço militar não tinham outras vias de escape que não fosse a emigração. Quem garante que o filho desse lavrador, Jesús Malbar, não decidiu emigrar, tal

⁵ AMC – Livro de Quintas 1870, registro 540/1. O grifo é da autora.

como seus irmãos, uma vez concedida a licença do alistamento militar? Ou que os pais omitissem os lugares de destino dos filhos e as ajudas econômicas que pudessem receber para se verem livres de impostos ou para impedir que seus filhos mais novos fossem levados para África ou para servir em qualquer outro lugar? De todas as formas, era mais garantido emigrar antes de cumprir a idade militar, porque era difícil que as autoridades abrissem mão dos “braços” camponeses como a única solução para servir à pátria.

Dentro dos próprios municípios, num espaço geográfico pequeno, circunscrito às paróquias, existem diferenças significativas nos destinos migratórios. Camilo Fernández Cortizo analisa esse comportamento diferencial na jurisdição de Cotobade. Segundo palavras do autor:

“Este comportamiento diferencial entre comarcas contiguas se reproduce internamente en la jurisdicción de Cotobad, em cuyo territorio se marca una línea divisoria entre parroquias com predilección por los destinos portugueses y feligresías com preferència por el interior castellano y Galicia. Las muertes de fallecidos “fuera” en las parroquias del norte (Viascón, Sacos y Caroi) se localizan, de acuerdo con la anterior distinción, preferentemente en Galicia – en el Obispado de Ourense en la primera mitad del XVIII y en la ría de Ferrol en la segunda –, pero también en el reino de León y Castilla. [...] La zona sur de Cotobad (Tenorio, Borela), en contra del comportamiento del sector norte, muestra ya una marcada preferencia por Portugal (Chaves, Braga y, en menor medida, Melgaço) y, dentro de Galicia, por la contigua provincia de Tui”⁶.

No século XVIII, os destinos escolhidos pelos habitantes de Cotobade se dividem entre o interior norte de Portugal, a província de Ourense e as regiões de León, Zamora e Salamanca⁷. Os trabalhadores da construção, como os canteiros e carpinteiros, buscavam as cidades do interior português onde lhe ofereciam melhores possibilidades e os que não tinham um ofício especializado iam para Lisboa ou Porto para trabalhar no setor terciário ou em outras atividades como a de carregadores, moços de recado ou nos serviços domésticos. Mais uma vez temos Portugal como um destino que antecede o da emigração para o Brasil no final do século XIX.

⁶ CORTIZO, 1994: 431.

⁷ LOPO, 2000: 274.

Analisando os livros de alistamento militar do século XIX, encontramos uma emigração claramente orientada a Portugal e que se rompe quase que de forma definitiva quando se inicia o século XX⁸. Há uma linha imaginária que vai dividindo o destino ao longo do século XIX, quando as expectativas do sonho americano se transformam no destino preferencial. Pode-se dizer que a decisão de partir para a América foi tardia, porque até finais do século XIX, encontramos poucos emigrantes de Cotobade no Rio de Janeiro, comparados com outros municípios, como Santa Comba, que já desde a década de 1870 tinha uma cadeia emigratória estabelecida no Rio de Janeiro. Portugal continuou sendo um destino preferencial e, curiosamente, enquanto os lusos emigravam em massa para o Brasil, os galegos buscavam oportunidades no país vizinho. Era uma forma de emigrar mais econômica, onde as possibilidades de retorno eram mais seguras. Como afirmou Jorge Fernandes Alves sobre a temática:

“A imigração galega para o Porto (e para Portugal, em geral) resistiu, assim, bastante tempo à alternativa transoceânica, só se desvanecendo nos finais do século, quando passou a constituir um fio residual. Evidencia, deste modo, uma permanência de fluxos típica das migrações tradicionais, as quais teimam em manter activas as suas redes de influência, mesmo em face do aparecimento de novas oportunidades migratórias”⁹.

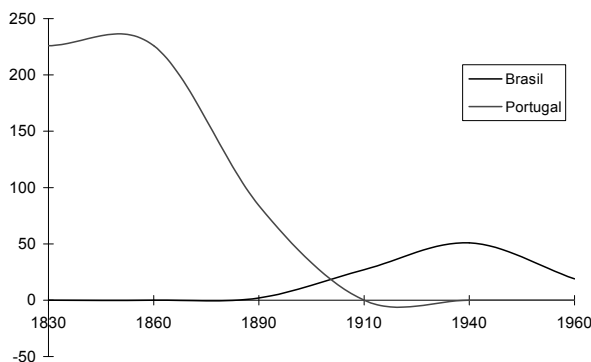
Entretanto, devemos contar com outra informação importante que nos oferecem as listas de desertores: os paradeiros desconhecidos. No livro de recenseamento militar do ano de 1840, por exemplo, os ausentes com destino ignorado representam 62% do total de moços chamados para o serviço militar. Sem dúvida, uma porcentagem altíssima que deixa um espaço vazio que somente podemos preencher formulando uma série de hipóteses. Onde estariam? Uma parte podia estar em Portugal, outra, em concelhos galegos ou castelhanos, mas não podemos descartar que uma parcela desses emigrantes podia estar perfeitamente em países americanos. Por isso, temos que deixar aberta a possibilidade de que haveria uma emigração, ainda que não de forma massiva, para o Brasil, desde a primeira metade do século XIX.

⁸ Realizamos uma pequena amostra com os livros de recenseamento militar do Arquivo Municipal do concelho de Cotobade para descobrir os destinos dos vizinhos antes da emigração à América. Para isso, recolhemos, além dos livros do século XX, os prófugos dos anos de 1831, 1840, 1850, 1860, 1870, 1878, 1879, 1890. A intenção era analisar um período temporal de 10 anos, mas infelizmente havia documentos que não estavam completos. O resultado foi que, entre 1831 e 1960, dos 413 prófugos anotados, 300 estavam em Portugal. Os anos que encontramos emigrantes em terras portuguesas foram entre 1831 e 1890. As cifras são as seguintes: no ano de 1831, 158 emigrantes; em 1840, 15 emigrantes; em 1850, 54; em 1860, 28; em 1870, 1; em 1878, 38; em 1879, 17; em 1890, 4. Notemos que ao longo do século XIX o número de prófugos ausentes em Portugal vai diminuindo consideravelmente até não encontrarmos nenhum no século XX. A partir de 1901, a emigração dá um claro “salto” às cidades brasileiras como Salvador da Bahia, Rio de Janeiro e Santos, além da emigração à Argentina, Uruguai e, em menor, medida Cuba.

⁹ ALVES, 1994: 97.

É perfeitamente aceitável a idéia de que os jovens iam para Portugal e de ali partiam para o Brasil sem deixar rastros nem qualquer tipo de comunicação com a família, até passarem muitos anos. O emigrante José Gómez, no ano de 1831, foi chamado para o alistamento militar, mas já estava longe da sua paróquia, Viascón, desde pelo menos 4 anos. O pai foi justificar a ausência do filho, explicando que “pasó al Oporto y de allí al Brasil hay cuatro años sin saber de su actual paradero y además acredita su padre con una carta con sello del correo de Rio de Janeiro”¹⁰. Temos aqui um caso de emigração para o Rio de Janeiro muito recente, passando pelos portos portugueses. O único problema, como já foi dito anteriormente, é que nem sempre os familiares sabiam ou queriam dizer o lugar exato de emigração, limitando-se a informar somente que o jovem estava em paradeiro desconhecido.

Gráfico n.º 1
Emigração de Cotobade a Portugal e a Brasil por ano (1831-1960)



Fonte: Elaboração própria a partir dos livros de recenseamento militar do concelho de Cotobade.

A emigração intrapeninsular às terras portuguesas se estendia a quase todas as paróquias, especialmente as do sul, como Tenorio, Augasantas e Valongo. As paróquias do Norte, como San Xurxo de Sacos, Santa María de Sacos e Viascón são as que menos “exportavam” canteiros para Portugal, segundo o que constatamos nas listas de prófugos. Os outros destinos estavam bastante divididos entre a província de Ourense, diversos municípios galegos das mais diferentes províncias e outras cidades espanholas como Sevilha, Madrid ou Ponferrada. Entretanto, se eliminarmos as localidades portuguesas das rotas dos vizinhos de Cotobade, os números são demasiados insignificantes, não chegando a alcançar o número de cinco emigrantes para cada município ou localidade.

¹⁰ AMC – Livro de Quintas de 1831, 535/1. O grifo é da autora.

Quadro n.º 1
Paróquias de Cotobade com emigração a Portugal no século XIX (1830-1900)

Paróquias	N.º de casos	(%)
Almofrei	26	8,7%
Augasantas	47	15,7%
Borela	29	9,7%
Carballedo	28	9,4%
Loureiro	45	15%
Rebordelo	18	6%
San Xurxo de Sacos	6	2%
Santa Maria de Sacos	2	0,7%
Tenório	50	16,7%
Valongo	35	11,7%
Viascón	13	4,3%
Total	299	100%

Fonte: Elaboração própria a partir dos livros de recenseamento militar.

O comportamento migratório dos vizinhos das paróquias de Cotobade foi diferente de outros municípios galegos. Em Santa Comba, por exemplo, localizado na província de A Coruña, as cidades portuguesas que mais apareciam nos documentos eram Lisboa e Porto. Seguindo a linha de raciocínio dos historiadores da emigração intrapensinsular, já citados nos parágrafos anteriores, a mão-de-obra relacionada com a área da construção (canteiros, pedreiros, carpinteiros) emigrava para o interior do norte português e não para a capital ou para cidades como o Porto. Os livros de recenseamento militar de Cotobade nos oferecem o destino exato de mais de metade dos varões que resolveu ir para Portugal. Uma informação que não devemos desprezar, já que funciona como um fio condutor da posterior emigração a Rio de Janeiro.

Quadro n.º 2
Ausentes do concelho de Cotobade nas cidades portuguesas (1830-1900)¹¹

Cidades	N.º de casos	(%) sobre total de ausentes de Cotobade a Portugal
Amarante	7	2,3%
Barcelos	16	5,3%
Basto	14	4,7%

¹¹ A percentagem foi extraída do total de emigrantes a Portugal. As cidades que aparecem no quadro são aquelas que tinham emigração superior a 5. As outras localidades com menor índice de emigração foram: Alfundiga da Fé (1), Arcos (2), Boticas de Barroso (1), Camelados (1), Castinheiro (1), Guimaraes (1), Lindoro (1), Moncorvo (2), Penhão (1), Sanfins (1), Santiago da Cruz (1), Valença (1), Viana do Castelo (1), Vila de Conde (2), Vila de Ruivas (1), Vilapouca de Aguiar (3). Dos 299 vizinhos de Cotobade que emigraram para Portugal, não apareceram a cidade exata de 148 deles. Unicamente aparecia o país “Portugal”.

(Continuação do Quadro n.º 2)

Cidades	N.º de casos	(%) sobre total de ausentes de Cotobade a Portugal
Braga	34	11,7%
Chaves	15	5%
Lisboa	6	2%
Mirandela	5	1,7%
Porto	5	1,7%
Vila de Taboazas	5	1,7%
Vila Real	12	4%
Vilanova de Famalicão	11	3,7%
Total	300	100%

Fonte: Elaboração própria a partir dos Livros de Recenseamento militar

No início do século XIX, enquanto a emigração galega cruzava o norte de Portugal, os portugueses se deslocavam massivamente para o Rio de Janeiro:

“Dos entrados no porto do Rio de Janeiro e desembarcados na corte entres os anos de 1820 e 1834, a grande maioria era nascida no Norte de Portugal, nas regiões do Douro e do Minho. Provenientes de Trás os Montes, das Beiras, do Algarve e do Alentejo chegaram poucos imigrantes lusos. Também era dos portos do Norte portugueses de onde provinha a maioria dos que arribavam aqui até 1830. A maior parte embarcava na cidade do Porto”¹².

Os destinos se cruzaram décadas mais tarde, quando galegos e portugueses, uns recém chegados e outros já estabelecidos, se encontraram no Rio de Janeiro. Das cidades do norte de Portugal saiu uma boa parte do contingente emigratório luso para o Rio de Janeiro e, posteriormente, os galegos escolheriam os mesmos caminhos.

2. Os pioneiros e a ocupação profissional dos emigrantes de Cotobade

No ano de 1869, o emigrante Gregório Vidal matriculou-se no Hospital Espanhol. Ele era o sócio número 106 e o emigrante mais antigo proveniente do concelho de Cotobade. Aos seus 42 anos, idade que tinha no momento de decidir inscrever-se como sócio, Vidal trabalhava como canteiro, mantendo a tradição dos seus antepassados. Possivelmente, se utilizarmos as estatísticas da emigração masculina, formada majoritariamente por jovens varões entre 15 e 30 anos, concluiríamos que Gregório Vidal estava no Rio de Janeiro antes de 1869. A sua ficha de sócio não traz nenhuma

¹² RIBEIRO, 2002: 193

informação sobre a sua trajetória no Hospital Espanhol¹³, nem sequer algum dado que nos possibilite conhecer um pouco mais sobre a atividade sócio-profissional desse emigrante no Rio de Janeiro. O único que sabemos é que foi o vizinho mais antigo do concelho de Cotobade encontrado em todos os arquivos pesquisados no Rio de Janeiro¹⁴. Como ele, outros 40 patrícios do concelho de Cotobade também se inscreveram na Beneficência Espanhola entre 1870 e 1919. Teoricamente, não encontramos nenhum outro vizinho matriculado em datas anteriores, mas podemos observar que outros concelhos pontevedreses, como Pontecaldelas e Redondela, já tinham emigrantes desde 1859, principalmente Pontecaldelas, o município vizinho ao nosso objeto de estudo, que apresentava uma cota de sócios nada desprezível entre os anos de 1859 e 1919: 60 emigrantes. Receberiam influência os habitantes de Cotobade dos emigrantes de Pontecaldelas? A cadeia humana que se formou ao redor dos concelhos pontevedreses, com a chegada desde o século XIX de indivíduos procedentes dos municípios de Redondela, As Neves, O Covelo, entre outros, possibilitou o assentamento sócio-profissional dos patrícios que chegaram posteriormente. Não necessariamente tinham que ser da mesma localidade para receber a primeira assistência. A corrente estendia-se também aos portugueses, que mantinham negócios com galegos ou vice-versa.

Um exemplo bem ilustrativo é o de José Hermida Pazos, natural de Ponte Caldeas. No ano de 1862, aos 33 anos de idade, matriculou-se no Hospital Espanhol. Neste tempo, já era um reconhecido ótico, dono da mais prestigiosa fábrica de material ótico do Rio de Janeiro do século XIX. Desconhecemos a data exata em que chegou ao país, mas certamente foi antes de 1862, porque em sua trajetória profissional começou como aprendiz, subindo os escalões até chegar a ser dono da empresa. O seu sócio, primeiramente patrão e criador da empresa, foi o português José Maria dos Reis, assentado no Brasil desde inícios dos anos 20 do século XIX¹⁵. José Hermida Pazos indicou para sócios do Hospital Espanhol patrícios de todas as partes da Galiza, não só do seu concelho, mas também de outros municípios pontevedreses, inclusive de outras províncias, como A Coruña e Ourense. Emigrantes influentes de concelho próximos, que já na emigração massiva estavam bem-sucedidos no Rio de Janeiro, representavam a imagem ideal do estrangeiro que iniciou sua trajetória desde

¹³ Nas matrículas do Hospital Espanhol, além dos dados pessoais, há também informações sobre as ausências dos sócios a países estrangeiros, ao falecimento dos mesmos ou a sua trajetória como sócio (as distintas hierarquias da sociedade, que estava dividida em sócios distinguidos, beneméritos, gran beneméritos, etc.).

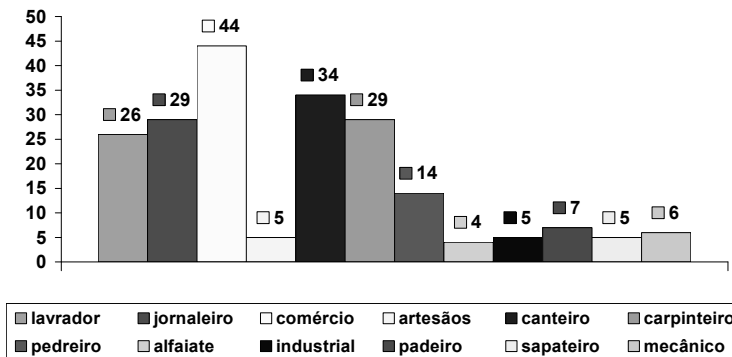
¹⁴ Nos recenseamentos militares do ano 1860 encontramos um emigrante no Rio de Janeiro, chamado Manuel Cabano Peleteiro, da paróquia de Tenorio (não consta a profissão, nem o ano de ausência). A partir de 1878, começam a aparecer alguns casos de emigração para o Rio.

¹⁵ FILHO, 1986: 75.

os mais baixos escalões, subindo toda a hierarquia profissional exigida pela mentalidade emigratória.

A emigração dos canteiros, que se iniciou no século XVIII, nas cidades do norte português, continuou para além do Oceano, onde as oportunidades socioeconômicas criaram novas expectativas de prosperidade e mudaram o destino dos habitantes de Cotobade e da Galiza. Nos livros de censo do concelho de Cotobade (anos de 1950-1965), dos ausentes no Rio de Janeiro, o setor da construção (canteiros, carpinteiros e mestres-de-obras/pedreiros) representa 45,5% da amostra recolhida para esse Estado brasileiro (total de 169 profissões), frente a 26% do setor do comércio. O que demonstra que uma percentagem importante da emigração desse concelho a Rio de Janeiro não se dedicou somente ao setor terciário e continuou mantendo ocupações exercidas desde à época das migrações intrapeninsulares.

Gráfico n.º 2
Profissão dos ausentes de Cotobade no Rio de Janeiro (1950-1965)



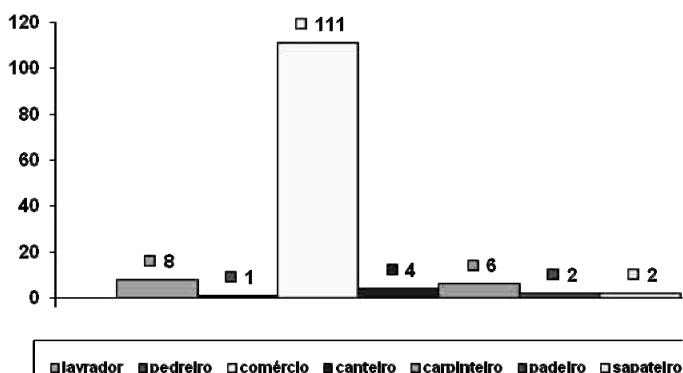
Fonte: Elaboração própria a partir dos livros de recenseamento de Cotobade.

As especializações profissionais, o monopólio de determinados setores, não é privilégio das nacionalidades e atinge também âmbitos geográficos menores, como os municípios de um mesmo país ou região ou até mesmo paróquias/freguesias. No caso do município de Santa Comba (A Coruña), houve um predomínio do setor da hotelaria, com a conhecida história do galego que inicia a sua trajetória como lavador de pratos, e posteriormente, passa a exercer a função de camareiro. O seguinte passo era comprar um pequeno hotel ou restaurante, em sociedade com muitos patrícios, até conseguir se estabelecer com seu próprio negócio. Essa trajetória profissional tão conhecida entre os emigrantes galegos, não necessariamente é a única, ainda que seja a mais comum. Cada história admite sua particularidade e pode haver mudanças na vida profissional dos emigrantes, até conseguirem atingir, ou não, a estabilidade econômica.

Dentro do mesmo município, as ocupações profissionais podem variar também segundo o destino. Se no Rio de Janeiro, encontramos uma maior porcentagem de imigrantes vinculados ao setor da construção, no Estado da Bahia a maioria se dedicou ao setor terciário. De um total de 147 profissões recolhidas dos ausentes na Bahia, entre os anos de 1950 e 1965, encontramos 111 imigrantes que trabalharam no comércio, ou seja, 75%, quase a totalidade da amostra. Um resultado que coincide com os estudos de Jefferson Bacelar sobre a imigração galega na Bahia, onde o autor afirma, segundo dados recolhidos no Consulado Espanhol da Bahia no período de 1919-1936, que 42% dos galegos trabalhava como comerciários e 31% era comerciante¹⁶.

Na segunda emigração massiva, período das fontes censais do concelho de Coto-bade, os galegos na Bahia (majoritariamente originários dos concelhos pontevedreses de Pontecaldelas, Fornelos de Montes e A Lama) já se haviam constituído num grupo sólido dentro do ramo dos armazéns de secos e molhados, dos gêneros alimentícios em geral, padarias e tabernas. Substituem completamente a posição que os portugueses mantiveram no século XIX, tornando-se os principais comerciantes retalhistas estrangeiros de gêneros alimentícios em armazéns, vendas e padarias. Bacelar explica que um dos mecanismos mobilizados pelos galegos para atingir o poder econômico e conseguir uma grande expressão no comércio de Salvador da Bahia foi através da associação de galegos, da união entre capital e trabalho. As firmas galegas eram, em sua maioria, de composição societária, associações entre patrícios e familiares, numa correlação entre capital e laços de parentesco¹⁷.

Gráfico n.º 3
Principais profissões dos ausentes de Coto-bade na Bahia (1950-1965)



Fonte: Elaboração própria a partir dos livros de recenseamento de Coto-bade.

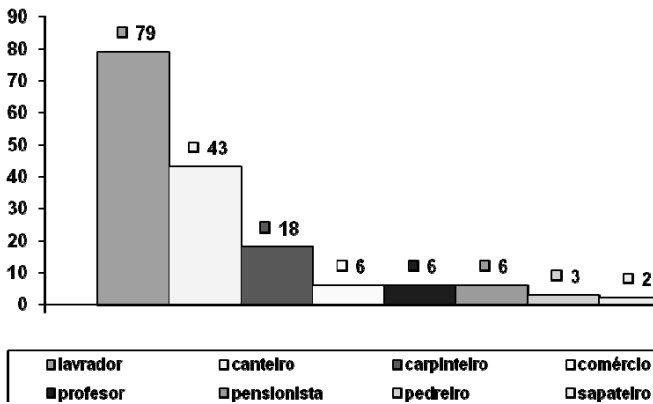
¹⁶ BACELAR, 1994: 49.

¹⁷ BACELAR, 1994:55

No caso dos imigrantes de Cotobade no Rio de Janeiro, os artesãos e operários qualificados transpassaram fronteiras, levando o ofício de canteiro para o Brasil. Mas o fato de encontrarmos uma percentagem elevada de mão-de-obra do setor da construção, não significa que todos os emigrantes que a exerciam, continuariam trabalhando de pedreiro, canteiro ou carpinteiro no Brasil. Segundo as oportunidades do mercado de trabalho ou das redes de solidariedade podiam mudar de profissão. O setor do comércio e da hotelaria sempre oferecia a possibilidade de abrir o próprio negócio e adquirir meios econômicos para um possível retorno à Galiza ou uma melhora no nível de vida no país emigrado. Os emigrantes podiam começar trabalhando como canteiros, mas com o tempo, devido às duras condições da profissão e do mercado, buscavam outros ofícios. Os laços de solidariedade e auxílio entre os patrícios podiam estar mais sólidos no setor comercial ou hoteleiro, onde já havia tradição, conhecimentos do mercado e redes de parentesco sólidas.

A tradição do ofício de canteiro, além dos depoimentos recolhidos através da história oral, pode ser facilmente constatada nos livros de censo, quando se analisa a profissão dos chefes de família¹⁸. As profissões com mais representatividade foram as seguintes:

Gráfico n.º 4
Profissão dos chefes de família dos ausentes no Rio de Janeiro (1950-1965)



Fonte: Elaboração própria através dos livros de recenseamento de Cotobade.

¹⁸ Aqui nos referimos aos pais dos emigrantes. Em pouquíssimos casos aparece um cunhado ou um irmão como chefe de família, no caso do pai estar ausente ou falecido. As cabeças de famílias mulheres não foram contabilizadas porque eram todas lavradoras ou donas-de-casa. Os emigrantes chefes de família tampouco entram no cálculo porque estão contabilizados nas profissões dos ausentes.

Os irmãos Antonio e Adolfo Gómez Romar, da paróquia de San Xurxo de Sacos, mudaram de ofício ao longo da sua trajetória como emigrantes. Em Cotobade, trabalhavam na canteria, seguindo os passos do pai, que lhes ensinou a profissão. Foram para o Rio de Janeiro em 1954 e 1957, respectivamente, e estiveram algum tempo ganhando a vida construindo edifícios. Depois seguiram caminhos diferentes, mas com o mesmo objetivo: romper o vínculo patrão-empregado e adquirirem seu próprio negócio. Antonio comprou dois caminhões e trabalhava com mudanças; Adolfo montou um restaurante em um município do Estado do Rio de Janeiro junto com o outro irmão Jesús. Como quase todos os emigrantes, passaram dificuldades nos primeiros trabalhos e buscaram apoio em patrícios já estabelecidos ali. É dessa maneira que Antonio conta a sua particular história de emigração:

“Quando cheguei ao Rio de Janeiro eu ganhava 13 cruzeiros por hora. Não dava para nada. Depois eu encontrei um espanhol de Pontearas que já levava 13 anos ali e que estava bem de vida e me buscou um trabalho, para fazer um chalé em Petrópolis. No começo, eu trabalhava na construção, mas depois juntei um dinheirinho e comprei um caminhão. Trabalhava como autônomo para várias firmas brasileiras. Eu me dava bem nesse negócio”¹⁹.

A corrente familiar dos Gómez Romar ganhou muita força ao longo de todo século XX. Nessa família, primeiro emigrou o pai, Adolfo Gómez Rodríguez, que esteve na Argentina, no Uruguai e por último no Rio de Janeiro. Depois de passar por todos esses países, retornou e disse para um dos filhos “*Tu vais para o Brasil e vais te dar muito bem, aquilo é uma maravilha*”. E Adolfo seguiu o conselho do pai e escolheu o Brasil como destino.

Em Cotobade se ganhava pouco, a vida era difícil. As mulheres trabalhavam no campo e os homens como canteiros: “a situação da família era regular, porque havia que trabalhar muito no campo e depois nas obras. Os salários eram muito pequenos. Eu, por exemplo, ganhava 12 pesetas mais ou menos no ano de 1948/49. Não dava para nada²⁰”. Curiosamente, San Xurxo de Sacos foi uma paróquia com mais tradição migratória para a Argentina do que para o Rio de Janeiro, mas mesmo assim a família resolveu seguir o conselho paterno e emigraram cinco irmãos. As diferenças de salário entre o Brasil e a Galiza, o retorno do pai com as suas histórias e experiências de vida e a anterior emigração de vários vizinhos, entre eles, um cunhado, influenciou a partida de cinco dos nove irmãos dessa família.

¹⁹ Entrevista a Adolfo e Antonio Gómez Romar, no dia 14 de Novembro de 2004, em Cotobade.

²⁰ Entrevista a Antonio Gómez Romar, no dia 14 de Novembro de 2004, em Cotobade.

Abreviaturas

AMC – Arquivo Municipal de Cotobade.

Fontes e Bibliografía

Bibliografía

- ALVES, Jorge Fernandes, 1994 – *Os Brasileiros. Emigração e retorno no Porto Oitocentista*. Porto: Ed. do autor.
- ALVES, Jorge Fernandes (coord.), 1998 – *Os “brasileiros” da emigração*. Vila Nova de Famalicão: Câmara de Vila Nova de Famalicão.
- CORTIZO, Camilo Fernández, 1994 – “Ganando la vida con el oficio de cantero: explotación campesina y emigración estacional en la Galicia occidental del siglo XVIII”, in ROEL, A. Eiras; CASTELAO, Ofelia Rey (eds.) – *Migraciones internas y medium-distance en la Península Ibérica, 1500-1900*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia.
- ROEL, A. Eiras, 1992 – “Para unha comarcalización del estudio de la emigración gallega. La diversificación intrarregional a través de los censos de población (1877-1920)”, in ROEL, A. Eiras (ed.) – *Aportaciones al estudio de la emigración gallega. Un enfoque comarcal*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia.
- FILHO, Almir Pita Freitas, 1986 – “As oficinas e armazém d’optica e instrumentos científicos de José Maria dos reis e José Hermida Pazos (negociantes, ilustrados e utilitários em prol do desenvolvimento da ciência no Brasil)”, in *Relatório final de pesquisa*. Rio de Janeiro: Museu do Observatório Nacional/CNPq.
- LOPO, Domingo González, 1990 – “Una aproximación a la emigración de la Galicia Occidental entre mediados del siglo XVII y el primer tercio del XX, a través de las fuentes protocolares y archivos parroquiales”. *Revista da comisión galega do quinto centenario*, n.º 6.
- RIBEIRO, Gladis Sabina, 2002 – *A liberdade em construção. Identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- SILVA, Érica Sarmiento da, 2006 – *O outro río. A emigración galega a Río de Xaneiro*. Santa Comba (A Coruña): 3C3 editores.
- VÁZQUEZ, Alejandro González, 1999 – *La emigración gallega a América, 1830-1930* (Tese de doutoramento apresentada na Facultade de Economía da Universidade de Santiago de Compostela, 2 volumes).

AS “CASAS DE BRASILEIROS” – DOIS EXEMPLOS NO VALE DO SOUSA

Alda Neto

Introdução

À semelhança do norte do País, o Vale do Sousa foi, durante a segunda metade do século XIX e o primeiro quartel do século XX, ponto de partida e de chegada de inúmeros portugueses que faziam do Brasil o seu território de eleição, a sua *árvore das patacas*.

No seu regresso, os *brasileiros de torna-viagem* modificaram a paisagem do norte de Portugal e, no nosso caso em particular, a de Paredes. Construíram escolas, auxiliaram os Hospitais da Misericórdia, patrocinaram bolsas de estudo e ajudaram os mais pobres e carenciados. Contudo, a sua afirmação perante a comunidade local não se traduziu só na filantropia, mas também na construção de casas por parte destes emigrantes em terras brasileiras.

Figura n.º 1
Palacete da Granja na actualidade



Figura n.º 2
Castrália



Casas como a “Castrália” ou o Palacete da Granja demonstram uma vivência do emigrante não só por terras brasileiras, como nas terras portuguesas onde estes indivíduos, afinal, tinham as suas raízes. A casa do brasileiro no concelho de Paredes é, no fim de contas, a personificação do percurso pessoal e profissional em terras de Vera Cruz.

Neste trabalho, estabeleceremos termos comparativos entre as casas, e associaremos estes edifícios ao seu encomendador e ao seu percurso. É importante referir que estas casas constituem um importante marco na história da arte portuguesa, mas cada edificação constitui um caso particular.

1. A Casa de Brasileiro: alguns exemplos na literatura portuguesa¹

Autores como Camilo Castelo Branco ou Júlio Dinis catalogaram as casas dos *brasileiros* como objectos bizarros e perturbadores da ordem e simplicidade da paisagem nortenha. Assim, o norte do país foi pontuado de casas que muitos consideraram diferentes, mas que constituem o testemunho de vida do emigrante.

As descrições camilianas da “Casa do Brasileiro” inserem-se na paisagem rural do Minho e procuram exprimir, sobretudo, o novo-riquismo, bem como a incoerência e o mau gosto artístico. Estas casas são descritas como exemplos de mau-gosto arquitectónico e decorativo que contribuíram para a adulteração da paisagem minhota.

Como se pode constatar, não foi só o “brasileiro” alvo das críticas literárias, mas também a própria casa, cuja descrição tem de ser encarada como um mero exercício

¹ CESAR, 1969: 89.

literário, uma vez que houve casas que, quer nas suas cores, quer nos materiais usados ou na decoração, se assemelham de facto às descrições literárias, enquanto são bastante diferentes e que foram menosprezadas por este “fardo” imposto.

2. O que é a *Casa de Brasileiro*?

Como refere Paula Torres Peixoto, no artigo *A Casa do “Brasileiro”*², entendem-se assim todas as construções que foram edificadas de raiz ou adquiridas e/ou transformadas para residência destes portugueses. Assim, o número de construções está directamente associado ao retorno, com mais ou menos sucesso, dos portugueses que emigraram para o Brasil no século XIX. Consideramos que não existe um modelo-tipo de *Casa de Brasileiro*, mas pelo contrário um conjunto de características comuns à maior parte das casas construídas pelos emigrantes.

Este modelo assenta na grande assimetria e variedade presentes no conjunto arquitectónico. É necessário salientar o grande número de elementos decorativos presentes nestas casas, que variam entre o azulejo de diferentes cores e as estátuas que rematam os telhados ou os portões. As fachadas são extremamente coloridas devido à utilização de azulejos policromos. O jardim, limitado por um gradeamento e fechado por portões de ferro forjado, assume uma grande importância, uma vez que constitui uma tentativa de recriação do ambiente exótico que encontrou no Brasil. Este mesmo jardim apresenta uma grande variedade de plantas e árvores importadas do Brasil, como é o caso das palmeiras imperiais.

Apesar de todas estas características estarem presentes na literatura portuguesa, é importante referir que nem sempre as casas as apresentam de uma forma bastante visível.

Esta casa é o reflexo de uma personagem que não se conseguiu enquadrar na sociedade brasileira, mas após o seu regresso também não se conseguiu fazer aceitar na comunidade que o viu partir pobre e que agora regressa endinheirado. Neste regresso, traz consigo os modelos do estrangeiro, quer do Brasil quer dos outros países por onde terá, eventualmente, passado e procura transpô-los para a habitação que quer construir.

A *Casa de Brasileiro* é o espaço de convívio social com os familiares, os amigos, os habitantes da aldeia e todos aqueles que entretanto o emigrante conheceu durante a sua estada no Brasil. É o ponto de passagem e de convívio quer de personalidades históricas quer de pessoas anónimas, e as casas de Paredes não são excepção.

Como o arquitecto José Carlos Loureiro afirma: “(...) Aquilo que ontem parecia sem valor, deturpado por visões críticas viciadas por premissas rígidas ou distorcidas,

² PEIXOTO, 1998: 118-123.

surge amanhã como símbolo do gosto de uma época, como testemunho de uma tecnologia até aí de valor insuspeitado, representativa de valores sociais positivos ou negativos, mas de inegável valor histórico e artístico”³. Consideramos importante que as *Casas dos Brasileiros* comecem a ser encaradas como o testemunho de uma época que contribuiu não só para introduzir novos materiais como para desenvolver um mercado de trabalho ao nível dos ofícios e das indústrias a elas ligados, mas também novas práticas arquitectónicas e decorativas.

3. Existe um modelo de *Casa de Brasileiro*?

Apesar de não existir um modelo típico da casa de brasileiro, pois estas inserem-se em contextos socioeconómicos distintos e apresentam características diferentes, é nossa opinião que existem características comuns que se reflectem nas variadas construções por todo o norte de Portugal.

De acordo com o arquitecto José Manuel Pedreirinho, “uma das características que podemos considerar mais constantes daquilo que genericamente se refere como casas de emigrantes é justamente o facto de estas não apresentarem características próprias”⁴.

De facto, as *Casas de Brasileiros*, por nós estudadas, são um conjunto de casas dispersas na paisagem do concelho de Paredes que se destacam pela sua diversidade formal e pelo modo como se afirmam na própria paisagem. Assim, estas casas constituem uma amálgama de edifícios de diferentes traças e materiais, com tratamentos e dimensionamentos distintos.

Como já foi referido anteriormente, as casas reflectem a personalidade do *brasileiro* que ali habitou e que a mandou construir. Desta forma, a *Castrália* e o Palacete da Granja constituem dois exemplos distintos deste concelho. Vejamos então estes dois exemplos de *Casas de Brasileiros*, que reflectem os percursos bastante distintos de dois emigrantes.

4. O Palacete da Granja – casa do Visconde de Paredes

O Palacete da Granja localiza-se na freguesia de Castelões de Cepeda, sede do concelho e terá sido mandado edificar por Joaquim Bernardo Mendes, Visconde de Paredes.

Joaquim Bernardo Mendes nasceu na freguesia de Castelões de Cepeda em 1843. Os seus pais, Manuel Bernardo Mendes e Umbelina Rosa Mendes, eram importantes

³ LOUREIRO, 1988.

⁴ PEDREIRINHO, 1986: 96-100.

proprietários agrícolas nos concelhos de Paredes e de Penafiel. Emigrou bastante jovem para a cidade de São Salvador da Baía, onde aprendeu e desenvolveu a actividade comercial na loja do marido de Rosalina de Sousa Guimarães⁵, tendo herdado o negócio após a morte deste.

Nesta cidade conheceu D. Deolinda Francisca Guimarães Nolasco da Silva. Deste casamento resultaram três filhos: Rosalina Maria da Conceição Mendes, António Anselmo da Silva Mendes e Joaquim Nolasco da Silva Mendes.

Entretanto, D. Rosalina de Sousa Guimarães adoeceu gravemente, facto que motivou o regresso antecipado a Portugal de Joaquim Bernardo Mendes. Regressou a Portugal acompanhado pela sua esposa e pela sua filha mais velha, juntamente com a cunhada e três criadas (uma mulata e duas pretas).

Este regresso ter-se-á efectuado, provavelmente, no início do último quartel do século XIX, uma vez que surgem referências à presença deste emigrante em eventos organizados nos concelhos de Paredes e de Penafiel, neste período.

Joaquim Bernardo Mendes deslocou-se então para o concelho de Paredes onde se fixou definitivamente. Envolveu-se no governo do concelho de Paredes, tendo-se tornado Presidente da Câmara Municipal no início do século XX.

Na sede do concelho, começou por habitar o primeiro andar onde funcionou a Assembleia de Paredes, no largo Nun'Álvares, enquanto se concluiu a construção do prédio projectado no lugar do Souto, futuro Palacete da Granja, que ficou concluído na década de 1890. No lugar do Souto existia uma habitação que foi demolida entretanto para dar lugar a este palacete.

Em 1894, Joaquim Bernardo Mendes empenhou-se, enquanto presidente da Comissão Responsável, na trasladação dos restos mortais do Conselheiro José Guilherme Pacheco, um ilustre brasileiro que se fixou em Paredes.

A 2 de Junho de 1895 recebeu o título de Visconde de Paredes por decreto real.

No ano seguinte, Paredes recebeu a visita do rei D. Carlos. O monarca visitou a sede do concelho, a caminho das Pedras Salgadas, onde se ia encontrar com a rainha D. Amélia. Paredes engalanou-se para receber o rei que chegou no dia de 12 de Junho. “Na gare, o administrador, a câmara, juiz, delegado, escrivães, algumas senhoras, os bombeiros voluntários. Fora da estação, na rua que vai dar ao palacete do brasileiro sr. Joaquim Bernardo Mendes, muito povo. A rua embandeirada até ao palacete que é muito bonito e em apparencia de opulento. (...) El rei pouco se demorou, seguindo logo para o palacete Mendes. As musicas seguiram até ao palacete Mendes, que é a pequena distancia da estação. (...) O palacete estava ricamente adornado. Fica no

⁵ Rosalina de Sousa Guimarães, irmã de Deolinda Francisca Guimarães da Silva Mendes, era natural da freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Praia, da cidade de São Salvador da Baía. Veio para Paredes juntamente com Joaquim Bernardo Mendes e a sua irmã. Neste concelho destacou-se como grande benemerita e protectora dos mais pobres. Promoveu a construção da nova Igreja Matriz de Castelões de Cepeda.

centro de um jardim, que me pareceu muito bonito. A entrada, até à escadaria que dá acesso ao palacete, tapetada de folhas de rosas, lançadas pela ranchada de aldeãs. El-rei subiu logo para o 1.º andar, onde está a sala de visitas, ricamente mobilada. Ahi, foram-lhe apresentados o dono da casa e varias pessoas gradas. S. M. assomou a janela e foi muito cumprimentado pelo povo (...)”⁶.

Desta forma, o Palacete da Granja apresentou-se como um espaço condigno para se proceder a esta recepção. De acordo com a descrição presente na imprensa local, o interior do edificio era ricamente mobilado.

Joaquim Bernardo Mendes era um defensor da monarquia, como se pode comprovar pelas visitas que recebeu, entre elas os reis D. Carlos I e D. Manuel II e de elementos do Partido Regenerador.

As notícias publicadas na imprensa sobre o Visconde de Paredes confundem-se com as publicadas sobre o Palacete da Granja. Inclusive a própria imprensa chega a referir-se ao palacete como o Palacete Mendes ou a Casa do Visconde de Paredes. Desta forma, reiteramos a nossa opinião, as *Casas de Brasileiro* não podem ser vistas como conjuntos edificados isolados, mas como mais um elemento para o estudo do percurso do *brasileiro*.

Em 1899, o jornal *O Comércio de Penafiel* referiu a chegada do Dr. Alberto Navarro, à estação de Paredes para almoçar com o Visconde de Paredes e outros elementos do Partido Regenerador, como o Conselheiro Campos Henriques⁷. Este edificio tornou-se num importante centro de convívio de políticos portugueses. Em 1904, o jornal *O Comércio de Penafiel* escreve o seguinte: “*S. Exas dirigem-se agora para o palacete do sr. Visconde de Paredes. Vae servir-se o jantar, com a assistência de bastantes convidados*”⁸.

Em 1906, os jardins do Palacete foram palco de um baile de máscaras organizado pela Viscondessa de Paredes. Em 1909, o rei D. Manuel II visitou a sede do concelho de Paredes e o Palacete da Granja e o Visconde de Paredes.

Em 1911, o Visconde de Paredes adoeceu gravemente, vindo a falecer a 16 de Maio do mesmo ano. O Palacete da Granja recebeu a população do concelho de Paredes que aqui se deslocou para prestar a sua última homenagem ao Visconde de Paredes. A 26 de Maio de 1911, o periódico paredense *O Povo* publicou um artigo sobre o funeral do Visconde de Paredes, tendo destacado as personalidades que

⁶ *O Primeiro de Janeiro*, n.º 139.

⁷ O Conselheiro Campos Henriques nasceu em 1853, na cidade do Porto. Em 1875 licenciou-se em Direito na Universidade de Coimbra. Posteriormente, filiou-se no Partido Regenerador. Nos anos de 1892, 1897 e 1900 foi eleito deputado. Em 1893 foi nomeado para Governador Civil do Porto. Em 1894 foi nomeado Ministro das Obras Públicas e, em 1900, foi-lhe atribuída a Pasta da Justiça. Foi novamente Ministro da Justiça no Ministério da “Acalmação”. Após a implantação da República abandonou a vida política. Faleceu a 7 de Novembro de 1922.

⁸ *O Comércio de Penafiel*, n.º 2: 931.

acompanharam o corpo desde o palacete até ao cemitério. Entre as personalidades destacadas referimos os *brasileiros* Adriano Moreira de Castro e Victorino Coelho Pereira. “(...) Ao palacete dos srs. Viscondes de Paredes, teem afluído muitas pessoas a desanojar aquella familia tendo-se recebido ali tambem copioso numero de telegrammas e correspondência postal de pezames. (...)”⁹.

Em 1924, o Visconde de Paredes e o Palacete da Granja voltam a ser referidos na imprensa local da seguinte forma: “(...) O seu primeiro beneficio à nossa vila traduziu-se na construção do seu palacete, o mais rico e lindo edificio da região, que na principal artéria da povoação, está a indicar às vereações paredenses, já não digo a riqueza, mas a elegância e o bom gosto architectónico a que deviam obedecer as restantes construções na mesma rua”¹⁰.

Quanto à actividade filantrópica de Joaquim Bernardo Mendes (Visconde de Paredes), esta confunde-se com a da sua cunhada, D. Rosalina de Sousa Guimarães. Esta *brasileira* destacou-se pela sua intensa filantropia, na medida em que se empenhou intensamente no apoio aos mais carenciados e na dotação da sede do concelho de uma digna Igreja Matriz. Nesta última actividade contou com o apoio do *brasileiro* Visconde de Paredes e do Conselheiro José Guilherme Pacheco.

A 16 de Maio de 1900 foi publicado um artigo no periódico *O Comércio de Penafiel* onde o jornalista destacava a intensa actividade do Visconde de Paredes no sentido de concluir a Igreja Matriz.

Na década de 1920, o *brasileiro* Tenente-Coronel José Ribeiro da Costa Júnior publicou um conjunto de artigos no jornal *O Novo Paredense*, intitulados *Recordações do Passado*. Nestes artigos exalta os serviços prestados pelos *brasileiros* ao concelho de Paredes e ao Vale do Sousa. Neste caso, destaca o Visconde de Paredes, como um paredense ilustre “(...) benemérito daquela terra, em prol da qual trabalhou sempre enquanto vivo. Por isso, não pode ficar esquecido como tantos outros, (...), que nos deixaram ainda a grata recordação dos seus feitos a favor dos interesses da terra”¹¹.

O Palacete da Granja destacou-se não só pelas suas dimensões e motivos decorativos, como pela já referida intensa vida social que aqui ocorreu nos finais do século XIX, princípios do século XX. Este edificio foi construído junto da Avenida principal de Paredes. De acordo, com notícias publicadas na imprensa, o Palacete da Granja encontrava-se em construção, em 1883.

O Palacete da Granja é composto por um edificio habitacional de grandes dimensões, dividido em três corpos: um corpo principal e dois laterais, e por dois caramanchões adossados aos muros da propriedade. Estes caramanchões localizam-se nas extremidades da propriedade, encontrando-se voltados para a avenida principal,

⁹ *O Povo*, n.º 10.

¹⁰ *O Novo Paredense*, n.º 37.

¹¹ *O Novo Paredense*, n.º 16.

assumindo uma função de espaço de convívio. Os corpos laterais são simétricos, destacando-se por apresentarem quatro janelas, em cada um dos dois pisos. As janelas do primeiro piso são janelas de sacada, na medida em que o primeiro terço apresenta uma varanda em ferro forjado que se abre para o jardim, enquanto as janelas do segundo piso destacam-se por apresentarem sobre o peitoril uma grade com motivos florais e geométricos. Quanto à fachada posterior esta encontra-se ligeiramente alterada devido às obras dos finais do século XX. O corpo principal é composto pela porta principal no primeiro piso e por uma janela com varanda em ferro forjado, no segundo piso. Esta varanda abre-se sobre a escadaria apoiada em cachorros em granito.

O edifício é rematado por uma balaustrada em granito, destacando-se os jarrões colocados nas extremidades do edifício, bem como o frontão triangular que coroa o corpo principal. Neste frontão encontra-se uma escultura que representa uma flor, possivelmente.

O Palacete encontra-se no centro de um jardim, cujas dimensões foram diminuindo ao longo do século XX. No jardim existem duas grandes fontes, que aqui foram colocadas aquando da última obra de restauro na década de 1990.

A entrada na propriedade realiza-se através de um portão em ferro forjado, com motivos geométricos e florais. Uma escadaria em granito dá acesso ao palacete que se desenvolve em dois pisos de tratamento semelhante.

Quanto ao revestimento exterior do edifício, este apresenta as fachadas principal e laterais, decoradas com azulejos amarelos e brancos, decorados com motivos florais. Quanto à fachada posterior, esta é, actualmente, inteiramente rebocada.

Apesar de este edifício ter sido projectado para ser utilizado como habitação, sofreu alterações de forma a adaptar-se a outras funções ao longo do século XX, nomeadamente a partir de 1930.

Na década de 1930, começam a circular artigos na imprensa que apelam à utilização deste edifício como sede dos Paços do Concelho. Assim, em 1932, o Presidente da Câmara, Dr. Tomás Lopes Cardoso procede ao arrendamento do Palacete da Granja, propriedade da filha do Visconde de Paredes, D. Rosalina Mendes Portocarrero. Inicialmente, seriam aqui instalados os serviços camarários, mas no ano seguinte, o mesmo Presidente da Câmara propôs a mudança definitiva dos Paços do Concelho para este palacete, facto que se veio a concretizar.

Desta forma o interior do edifício foi alterado devido às sucessivas ocupações que o Palacete teve após 1932. Nesta data, o Palacete de Granja perdeu a sua verdadeira função para se tornar num dos espaços que receberia a Câmara Municipal. Posteriormente, seria utilizado como escola. Viria a ser ocupado pelo Colégio Antero de Quental, que transferiu para ali toda a actividade docente, até à mudança para a freguesia de Baltar, concelho de Paredes, uma vez que a Câmara Municipal não dispunha de instalações próprias. Para aqui instalar o Liceu foram necessárias grandes

obras de adaptação, todas elas custeadas pela Câmara. A escola de Paredes funcionou várias décadas neste edifício, até à sua mudança definitiva para as novas instalações em meados da década de 1980. Mais uma vez, o Palacete ficou abandonado ao seu destino, até que a Escola Preparatória “Teixeira de Vasconcelos” mudou para este espaço uma parte das suas instalações. A ocupação foi de curta duração, pois esta também se mudou para o complexo educativo de Paredes. Uma vez mais, o Palacete da Granja ficou votado ao abandono, na medida em que, apesar de todos os esforços levados a cabo pela Santa Casa da Misericórdia, nem as autoridades governamentais nem as autoridades locais apresentaram qualquer solução.

Com o objectivo de preservar e valorizar este edifício, o provedor da Misericórdia de Paredes, Abílio Seabra, adquiriu este imóvel e ofereceu-o à Santa Casa da Misericórdia de Paredes que, posteriormente, o alugou por um período de longa duração à Câmara Municipal. A Câmara Municipal, entretanto, iniciou obras de recuperação e adaptação do imóvel. Estas obras foram lideradas pelo arquitecto Carlos Santos, que elaborou um projecto para um espaço cultural. As obras iniciaram-se em 1994, tendo-se concluído em 1997.

Figura n.º 3
O Palacete da Granja na década de 1980 (Arquivo Particular)



A 16 de Maio de 1997, procedeu-se à inauguração de um novo Palacete da Granja, desta vez convertido em espaço cultural. Desde então tornou-se num espaço de intenso movimento cultural, recuperando de alguma forma o fulgor de outros tempos. “Coincidindo com a abertura do Encontro’artes 97, que decorre de amanhã a 28 de Junho, a Câmara Municipal inaugura, no primeiro dia da iniciativa, a Casa da Cultura do concelho, instalada no recuperado Palacete da Granja (...)”¹².

¹² *Novas do Vale do Sousa*, 1997.

Quanto ao processo de recuperação, gostaríamos de referir que todo o interior foi demolido devido ao processo de abandono e degradação a que este edifício esteve votado. No entanto, todo o exterior foi mantido, conseguindo conservar as características e materiais do edifício original.

De acordo com elementos recolhidos em arquivos particulares, o Palacete da Granja possuía uma clarabóia que iluminava a escadaria que fazia a ligação entre o primeiro e o segundo pisos. Nesta clarabóia destacavam-se figuras infantis em alto relevo, devidamente enquadradas por motivos geométricos e florais. A escadaria que fazia a ligação entre os dois pisos era antecedida por um arco de volta perfeita, em silharia pseudo-isodoma.

Figura n.º 4
A clarabóia existente no Palacete da Granja (Arquivo Particular)



Nas paredes do segundo piso encontravam-se pequenos escudos em estuque com a mesma representação floral do tímpano exterior, possível elemento do brasão do Visconde de Paredes.

Os tectos das diferentes divisões eram em estuque com representações florais, no entanto todas estas decorações desapareceram aquando das obras de adaptação a Casa da Cultura.

Este edifício continua a destacar-se na paisagem concelhia sobretudo pela sua imponência e, também, por ser o único registo material do percurso de um importante *brasileiro de torna-viagem*.

5. A Castrália – espelho do percurso de Adriano Moreira de Castro

A “Castrália” localiza-se na freguesia de Louredo, concelho de Paredes, e foi mandada construir por Adriano Moreira de Castro.

Adriano Moreira de Castro nasceu em 1858, no lugar de Sobradelo, na freguesia de Louredo, concelho de Paredes. Emigrou, em 1872, para o Brasil, com 14 anos de idade. Desembarcou na cidade de Belém do Pará, tornando-se um importante comerciante nesta cidade.

No início do século XX [1901], regressou a Louredo. Em 1912 foi eleito Presidente da Comissão Municipal Administrativa do Concelho de Paredes, vindo a pedir a exoneração do cargo nesse mesmo ano.

Entre 1912 e 1918, procedeu ao financiamento da construção de uma escola na freguesia de Louredo. Esta doação encontra-se documentada na acta da sessão da Câmara, no dia 28 de Novembro de 1912. Em 1918, a escola foi inaugurada com a presença de importantes personalidades da época, entre elas D. António Augusto de Castro Meireles¹³ e José Coimbra Pacheco, proprietário da Estância de Louredo. O Ministro da Instrução, Dr. Alfredo Magalhães, foi convidado para a inauguração, mas acabou por não estar presente. Como se pode verificar, a instrução constituiu uma preocupação deste *brasileiro*, aspecto bastante visível na construção e preparação da escola de Louredo quer em termos materiais quer em termos pecuniários. Assim, instituiu bolsas de estudo e prémios para os melhores alunos da escola. O empenho e trabalho em prol da instrução foram reconhecidos em 1936, pelo Presidente da República, General Óscar Carmona. A 7 de Abril deste ano foi-lhe conferido o título de Cavaleiro da Ordem da Instrução Pública.

Adriano Moreira de Castro foi um constante impulsionador da imprensa regional e nacional, destacando-se pela demonstração dos seus ideais políticos e pelos vários textos

¹³ D. António Augusto de Castro Meireles, filho de Raimundo Duarte Meireles e Delfina Moreira de Castro, irmã de Adriano Moreira de Castro, nasceu a 15 de Agosto de 1885 em São Vicente de Boim, concelho de Lousada e faleceu a 29 de Março de 1942, na cidade do Porto. Estudou no Colégio de Nossa Senhora do Carmo, em Penafiel, ingressando, posteriormente, no Seminário do Porto. A 22 de Abril de 1908 foi ordenado padre. Em 1912 concluiu os cursos de Teologia e Direito na Universidade de Coimbra, dedicando-se ao exercício de ambas as carreiras no Porto. Foi nomeado bispo de Angra de Heroísmo a 29 de Junho de 1924, tendo aí permanecido até 1929. Nesta diocese privilegiou a educação católica e a organização política dos católicos no arquipélago dos Açores. Procurou aumentar a influência política e social da Igreja durante a Primeira República portuguesa. Tornou-se uma presença constante na imprensa diária através da aquisição pela Diocese dos jornais *A União* (Angra do Heroísmo) e a *Democracia* (cidade da Horta). Aquando do terramoto da Horta, em 31 de Agosto de 1926, empenhou-se na busca de recursos para auxiliar as famílias sinistradas. Com este objectivo, deslocou-se até à comunidade açoriana na costa leste dos Estados Unidos da América buscando aí apoios económicos para as populações atingidas. Em 1929, substituiu D. António Barbosa Leão, como bispo da cidade do Porto, permanecendo aí até 1942, data em que viria a falecer.

que redigiu quer para o jornal *A Behetria de Louredo*, quer para o *Almanaque Luso-Brasileiro*, editado por Parceria A. M. Pereira subordinados à temática da emigração.

Este *brasileiro* traduziu o seu regresso no constante auxílio aos mais necessitados, com constantes doações à Santa Casa da Misericórdia de Paredes e aos mais desfavorecidos da sua aldeia.

A sua filantropia estendia-se às festas populares, quer em Paredes quer em Penafiel. Veja-se o exemplo da Festa em honra de São Sebastião (Louredo – Paredes) ou a Festa de Nossa Senhora da Saúde (Bustelo – Penafiel) cujas despesas foram suportadas integralmente por este emigrante.

Do ponto de vista ideológico, Adriano Moreira de Castro era um fervoroso defensor dos ideais republicanos, tendo inclusive patrocinado a realização de vários comícios no concelho de Paredes e, nomeadamente, na sua vivenda *Castrália*, como por exemplo a 29 de Abril de 1911: “Em Louredo da serra, concelho de Paredes, effectuou-se no domingo um comício de propaganda eleitoral. O comício realizou-se n’uma propriedade do nosso amigo sr. Adriano Moreira de Castro, digno vice-presidente da Câmara”¹⁴. Os ideais republicanos estavam presentes nas suas obras, como podemos constatar pela inscrição (já desaparecida) colocada na frontaria da escola de Louredo: *Depois do pão, a educação a primeira necessidade do povo*. Na própria *Castrália*, a adesão aos ideais republicanos apresentou-se de forma visível. Na fachada voltada a sul, foi colocado um suporte para a colocação de uma bandeira. Actualmente, o mastro já não existe, mas ainda é possível encontrar vestígios do local onde este seria colocado. No arquivo particular da *Castrália*, encontra-se a bandeira que constitui a junção das bandeiras de Portugal e do Brasil. Esta bandeira, à semelhança da bandeira republicana portuguesa, é composta por duas partes: uma vermelha e outra verde. A parte central é ocupada pelo globo, semelhante ao existente na bandeira brasileira, com a frase: Pátria e Liberdade.

A sua adesão aos ideais republicanos manifestou-se na decoração da sua habitação, pois a divisão designada por “Sala da Música” exhibe no seu tecto o hino francês “*A Marselhesa*”, ligeiramente adaptado e intitulado “*A Marselhesa Paredense*”.

Como se pode ver, a *Castrália* constituiu simultaneamente o ponto de encontro de republicanos, intelectuais e dos mais necessitados. Esta casa foi palco de recepção de ilustres personagens como o bispo D. António Augusto de Castro Meireles, José Coimbra Pacheco e Leónidas de Castro Melo, importante milionário brasileiro.

Em 1911, o periódico paredense *A Redenção* publicou um artigo alusivo à *Castrália*. Neste artigo é dada a notícia da criação de uma composição musical, uma valsa, em honra da *Castrália*, pelo músico Álvaro Teixeira Lopes.

À semelhança desta publicação, Adriano Moreira de Castro encomendou, em 1909, uma colecção de três postais, que fez distribuir pelos seus familiares e amigos.

¹⁴ *O Comércio de Penafiel*, n.º 3: 653

Nestes postais, é visível a grandiosidade da edificação, bem como o próprio emigrante que se fez fotografar na sacada do primeiro piso.

A Castrália foi construída pelo emigrante junto da casa dos seus pais, composta por um único piso. Ter-se-á começado a construir no início do século XX e terá ficado concluída por volta de 1909, data que se encontra assinalada no portão principal.

Desde 1910, surgem referências a esta habitação na imprensa. A *Castrália* é sempre referenciada com epítetos como linda, luxuosa, belíssima e apalaçada. Em 1922, o periódico *A Behetria de Louredo* refere-se a esta da seguinte forma: “linda e apalaçada vivenda da Castrália, que é um folgar de olhos pelas belezas que encerra”¹⁵. Como se pode verificar, esta casa causava imensa curiosidade na imprensa da época.

A designação atribuída às *Casas de Brasileiros* está igualmente relacionada com a homenagem que o *brasileiro* procura prestar à mulher que, no lugar de origem, aguardou a sua chegada em viagens e que cuidou da sua descendência e, também com o lugar em que a casa é construída. Neste caso a designação atribuída constitui uma junção do apelido do *Brasileiro* – Castro e do nome Castália. De acordo com a mitologia grega, Castália era uma donzela de Delfos que foi perseguida por Apolo, junto do santuário, e atirou-se a uma fonte, à qual foi dado, posteriormente, o seu nome¹⁶. Desta forma, consideramos que a *Castrália* seria um espaço onde a música, a cultura e a política se cruzariam sob a protecção do seu patrono.

O conjunto edificado é composto pelo edifício de habitação e por um grupo de construções anexas como a garagem, o celeiro, pequenos espaços de apoio à actividade agrícola e o mirante. Na extremidade sul da propriedade existe um mirante, cuja balaustrada se abre para o adro da Igreja Matriz de São Cristóvão de Louredo.

O edifício de habitação é composto por quatro pisos. Na cave localizam-se a adega, a garagem e os espaços de apoio à actividade agrícola. Anteriormente, existia uma pequena central a gás que era usada para iluminar e aquecer toda a casa.

Todo o conjunto edificado é cercado por um muro, cuja entrada é feita através de um portão em ferro forjado com a inscrição *Castrália* e a data de 1909. O portão principal abre-se para um pátio e para a fachada principal. Esta fachada apresenta, no primeiro andar, uma varanda rematada por uma balaustrada, sobre as quais se encontram duas estátuas colocadas nas extremidades, representando a figura do Comércio, como o deus Hermes, e uma figura feminina alegórica da Indústria.

Na fachada lateral, existe um jardim romântico, com uma gruta, cuja entrada está adossada à entrada da sala de jantar.

Ao contrário da maioria das *Casas de Brasileiros*, cujo exterior é revestido a azulejos, a *Castrália* é toda rebocada e, actualmente, está pintada de cor cinzenta, apesar

¹⁵ *A Behetria de Louredo*, n.º 2, 22 de Janeiro de 1922.

¹⁶ GRIMAL, 1992: 78.

de inicialmente o edifício ser todo branco. As molduras das janelas e das portas são em granito, no exterior, alternando com a madeira do interior.

No rés-do-chão localiza-se a cozinha, que foi profundamente alterada. Para além deste espaço, existem a Sala de Jantar, a Sala da Música, a Sala da Geografia/Biblioteca e o “Quarto do Bispo”. Neste piso, existe um vestíbulo que permite aceder à escadaria principal, em madeira, que conduz aos pisos superiores, onde se localizam os quartos.

No piso do rés-do-chão situam-se três portas, abrindo-se a porta central para uma escadaria e corrimão em madeira para o primeiro piso. A porta central é de madeira e vidro, tendo apresentado anteriormente motivos florais pintados. As portas laterais eram utilizadas para aceder a dois espaços distintos, a cozinha e a casa dos pais do *brasileiro*. As janelas do rés-do-chão, à semelhança das existentes nos pisos superiores, são em madeira e ferro forjado.

Na fachada sul abre-se uma varanda, para a qual confluem as janelas de sacada da Sala da Música e do Escritório/Biblioteca. Sobre a sacada destas janelas existe uma estrutura em ferro forjado. De acordo com testemunhos familiares, esta estrutura seria utilizada para a colocação de uma cobertura em momentos de calor.

A casa destaca-se no seu enquadramento espacial, uma vez que se localiza junto da estrada municipal, aberta na década de 1920, confrontando uma das extremidades com o cemitério paroquial. A habitação encontra-se rodeada de terrenos agrícolas.

Os elementos referidos anteriormente, como sendo aqueles que traduzem a identidade da *Casa de Brasileiro*, não podem ser identificados na *Castrália*, uma vez que esta casa, como tantas outras, reflecte a personalidade e o percurso do seu proprietário. Por outro lado, esta casa constitui um exemplo bastante particular na medida em que o interior constitui uma representação das terras paraenses que o *brasileiro* tanto gostava e admirava.

A *Castrália* destacou-se, simultaneamente, pelas suas dimensões e características arquitectónicas, que se aproximam mais das inovações da Europa do que das características importadas do Brasil. As suas grandiosas dimensões e o seu telhado demasiado inclinado permitem-lhe afirmar-se na paisagem. A inclinação do telhado constitui uma influência das inovações arquitectónicas da Europa, fazendo recordar os “chalets”. Este tipo de construção representa as mudanças introduzidas no nosso território pelos arquitectos, engenheiros, cenógrafos ou botânicos europeus ou mesmo pelas viagens realizadas pelos *brasileiros* no continente europeu.

De acordo com a *Monografia de Paredes*¹⁷, os principais materiais usados na construção e decoração da casa eram provenientes de terras brasileiras como é o caso das madeiras (pau-brasil e pau-cetim) ou de alguns objectos decorativos (estatuária).

¹⁷ BARREIRO, 1924: 414.

Embora a família não fosse muito numerosa (apenas uma filha do primeiro casamento), a casa possuía divisões bastante espaçosas: sete quartos, três quartos para os empregados, quatro instalações sanitárias, uma cozinha e três salas.

Após a entrada pela porta principal, o visitante depara-se com um átrio de dimensões modestas, mas decorado com elementos identificativos do emigrante. De acordo com testemunhos orais, para este espaço terão sido concebidas e encomendadas quatro cadeiras em pau-brasil e couro. Estas cadeiras permanecem, actualmente, no interior do edifício. As cadeiras que aqui estariam têm uma particularidade: o nome da habitação encontra-se inscrito no espaldar em pele. Esta inscrição foi colocada sobre uma esfera armilar, símbolo do rei D. Manuel e elemento colocado no centro da bandeira portuguesa, adoptada em 1910, aquando da implantação da República. A esfera armilar encontra-se cercada por uma moldura com motivos vegetais. Na parte inferior do espaldar encontram-se duas figuras masculinas semi-nuas, possivelmente índios brasileiros.

Quanto às zonas de acesso (corredores e escadaria), no rés-do-chão, o pavimento encontra-se em bom estado de conservação. O tecto é decorado com motivos florais, em alto-relevo, em estuque. No primeiro andar, as escadas de acesso tinham pinturas a imitar uma tapeçaria. As paredes da escadaria principal foram decoradas com pintura a fresco a imitar o mármore. No segundo piso, o pavimento encontra-se em muito mau estado de conservação devido ao abandono da casa nos finais do século XX.

Relativamente aos quartos, estes são de dimensões modestas.

No primeiro piso localiza-se o “Quarto do Bispo”, designação dada devido à constante permanência de D. António Augusto de Castro Meireles em casa do seu tio, que lhe terá suportado parte dos estudos. Este quarto terá sido preparado para recebê-lo sempre que visitasse a freguesia de Louredo, apesar de considerarmos que esta divisão teria sido uma pequena sala de visitas.

Dois portas que apresentam nas almofadas pequenos ramos de flores pintadas abrem-se para o corredor, apresentando-nos a maior divisão da habitação – a Sala de Jantar. Esta sala caracteriza-se pelas variadas pinturas murais que revestem as paredes, na sua totalidade. Estas pinturas são da autoria de C. Carvalho, possivelmente de origem brasileira. O tecto é em estuque e estão representados motivos florais e animais, em alto-relevo. O pavimento da sala de jantar foi executado com pau-brasil e pau-cetim, madeiras importadas do Brasil pelo emigrante. No centro do pavimento, encontra-se o monograma de Adriano Moreira de Castro – AMC.

Figura n.º 5
A Sala de Jantar na Castrália



As paredes desta divisão estão divididas em cenas diferentes que, na sua maioria, representam paisagens alusivas ao Brasil, nomeadamente ao Estado do Pará. Na primeira metade da parede estão representados pequenos quadros com cenas campestres, citadinas e marítimas. Estes pequenos painéis constituem uma banda que circunda toda a divisão, funcionando como um elemento divisório. No primeiro terço da parede, o pintor concebeu uma pintura que se assemelha a madeira. Dentre as sete cenas representadas destacamos as seguintes:

- uma praça com uma fonte ao centro a jorrar água. Esta praça está rodeada por palmeiras e outras árvores. Junto da fonte existe um candeeiro em ferro forjado, com um grande globo branco. A fonte é em granito e apresenta sereias esculpidas. É composta por três taças de tamanho diferentes, com a representação de motivos geométricos. Na base, na parte interior da taça de maiores dimensões, estão representados seres marinhos com as bocas abertas. A fonte representada na *Castrália* constitui a reprodução de uma fonte existente na cidade de Belém do Pará intitulada de “Fonte das Sereias”;
- uma alameda de palmeiras, com edifícios em estilo neoclássico. De acordo com informações orais recolhidas, esta cena é uma recriação da avenida Campos Henriques existente na cidade de Belém do Pará;
- uma torre em ruínas, composta por uma janela em arco quebrado no rés-do-chão e, no primeiro andar uma janela que se abre para uma varanda. No mesmo andar existe uma outra varanda, cuja abertura encontra-se coberta por vegetação que emerge do interior da torre. Para além da torre na cena, existe uma vegetação e uma árvore, cujos ramos se inclinam sobre a torre.

Em primeiro plano, estão representadas umas pedras a simular a entrada de uma gruta. Esta torre em ruínas existe, de facto, na cidade de Belém do Pará.

Figura n.º 6
Uma das pinturas murais na Sala de Jantar



Quanto ao tecto em estuque da sala de jantar, nele encontram-se representações em alto-relevo. Estas representações apresentam animais ligados à caça, nomeadamente aves e frutos exóticos como o ananás ou o chuchu. O tecto é emoldurado por um friso de motivos florais e ao centro um círculo com frutos variados. Nos pendentives do tecto encontramos animais de caça emparelhados. Consideramos que estas alegorias apresentadas ao longo da sala de jantar constituem uma demonstração da importância da cidade do Pará no percurso do emigrante. Estes frescos assemelham-se a autênticos bilhetes-postais do Pará perpetuados nas paredes desta sala.

A própria organização e decoração das divisões da edificação procura retratar esta tentativa dos *brasileiros* em se aproximarem dos ideais burgueses, ideais que procuram conjugar com os conhecimentos e influências que trazem do Brasil. Destacamos ainda o ambiente burguês que este *brasileiro* procurou recriar quer através dos objectos introduzidos, quer mesmo na decoração parietal das divisões.

Na Sala da Música, o popular e o erudito encontram-se representados em simultâneo. O pavimento é semelhante ao da Sala de Jantar. Nas paredes da Sala da Música estão representadas seis cenas, onde figuras infantis populares tocam instrumentos de corda. Para além das pinturas murais, foram colocados dois espelhos, decorados com motivos florais, que ladeavam um e outro lado da porta principal. As pinturas a fresco representam figuras infantis vestidas com trajes populares, dentre as quais destacamos as seguintes:

- uma figura feminina vestida à *minhota* a tocar harpa. A personagem apresenta uma saia e camisa brancas. A menina tem umas botas pretas calçadas e um lenço rosa amarrado na cabeça. A perna direita está apoiada sobre uma almofada da mesma cor do lenço. O rosto está voltado para o espectador, numa clara atitude de convite à audição daquilo que está a tocar. Esta pintura está assinada com a seguinte inscrição – M. C., 1919 (presumivelmente, pois a data está ligeiramente apagada);
- um jovem rapaz a tocar violino. Esta personagem está vestida com uns calções castanhos e uma camisa branca;
- sobre os ombros traz uma capa castanha semelhante às usadas pelos pastores e sobre a cabeça um chapéu de feltro com uma pena rosa. Este chapéu assemelha-se àquele que se encontra representada no Escritório. Do lado direito tem pendurado um garrafão. O pé esquerdo está apoiado sobre uma pedra. Esta pintura está assinada pelo mesmo pintor da sala de jantar – Costa Carvalho.

O tecto da Sala da Música também está decorado com instrumentos musicais realizados em estuque. Os instrumentos musicais representados estão enquadrados por ramos de flores suportados por mãos. Todos os instrumentos representados estão colocados sobre uma pauta musical. Nesta pauta musical está inscrita a melodia de *A Marselhesa*, que neste caso recebe o título de *Marseleza Paredense*.

O escritório, também chamado de Biblioteca ou Sala da Geografia, possui dimensões mais reduzidas que as referidas anteriormente. Esta sala destaca-se pela representação do globo, no centro do tecto, e nas extremidades os símbolos iconográficos do deus Hermes: o caduceu e o pétaso. O globo representado em alto-relevo poderá estar relacionado com a Maçonaria, na medida em que este objecto representa o conhecimento ilimitado e a própria universalidade desta associação¹⁸. Nas extremidades encontram-se os símbolos do deus Hermes: o pétaso, chapéu de abas largas a quem foi acrescentada um par de asas pequenas e, o caduceu, espécie de ceptro com duas serpentes entrelaçadas.

Como podemos constatar, o interior da *Castrália* suplanta o exterior devido à riqueza iconográfica presente nos espaços de convívio e, sobretudo, a articulação que pudemos encontrar entre o Brasil, mais concretamente, Belém do Pará, e o meio rural da freguesia de Louredo. Desta forma, o *brasileiro* procurou homenagear as duas terras, a de origem e a de adopção. No entanto, traduziu no interior e nos textos que escreveu a educação que adquiriu por iniciativa própria. Por outro lado, consideramos importante referir que esta casa teve como principal função a habitação, vindo a ser adquirida pelos familiares do caseiro que ali habitou e conviveu com o *brasileiro*.

¹⁸ MARQUES, 1986: 515-516.

Na nossa opinião, a *Castrália* e o seu proprietário tornam-se difíceis de separar, na medida em que esta era constantemente citada na imprensa local e nacional como espaço de habitação e de convívio, sobretudo pelos intensos banquetes e festas que aí se realizavam. Esta “Casa de Brasileiro” foi, inclusive, citada num artigo publicado no jornal *O Novo Paredense* como um exemplo do trabalho desenvolvido pelo emigrante no seu concelho: “No concelho de Paredes estão bem patentes as produções resultantes do dinheiro dos brasileiros, por exemplo temos: na sede do concelho, o palácio dos Viscondes de Paredes, a Igreja Nova, (...), em Louredo, a Castrália e a sua mola”¹⁹. Este palacete foi ainda sistematicamente citado em obras da época, como a *Monografia de Paredes*, onde o seu autor, Dr. José do Barreiro, refere o seguinte: “O capitalista, regressado do Brazil, snr. Adriano Moreira de Castro, edificou aí um palacete para sua habitação, a que poz o nome de Castralia, para o que mandou vir ricas madeiras do Brazil (...). Panorama encantador/ Desde a Castrália à estrada./ Quantas belezas encerra/ Esta nossa terra amada!”²⁰.

Por fim gostaríamos de destacar um importante elemento arquitectónico – Mirante – que foi construído numa extremidade da propriedade, próximo da Igreja Paroquial, e que se assemelha às casas de fresco. Este espaço quadrangular apresenta na fachada principal dois arcos de volta perfeita separados por uma coluna. Sobre estes arcos está uma balaustrada que corre ao longo de todo o mirante, tendo sido colocado no centro o monograma do *brasileiro* – AMC. De acordo com informações orais, este espaço seria usado pelo emigrante para assistir a cerimónias públicas, como procissões, uma vez que este se encontra voltado para a Igreja Paroquial. É nossa opinião que este espaço foi construído pelo emigrante como forma de afirmação do seu poder económico sobre a restante freguesia, pois assemelha-se a uma espécie de tribuna.

¹⁹ *O Novo Paredense*, n.º 57.

²⁰ BARREIRO, 1924.

Figura n.º 7
Mirante



Como já foi referido anteriormente, os *brasileiros de torna-viagem* destacaram-se não só pelas atitudes filantrópicas, mas também pela sua procura de afirmação sobre uma sociedade que os rejeitou e aceitou os novos-ricos. Desta forma, Adriano Moreira de Castro afirmou-se sobre todos aqueles que o viram partir.

Considerações finais

Como já foi referido anteriormente, as casas dos emigrantes *Brasileiros* são indissociáveis do perfil social destes indivíduos, da sua origem, da sua trajectória e das suas ambições. Desta forma, deveremos encarar as críticas realizadas aos proprietários e aos seus conjuntos edificados como algo que era considerado como um desvio à ordem pré-estabelecida, neste caso a ordem estética, construtiva e urbanística. Enquanto em alguns casos a obra e o autor se identificam, neste caso a obra confunde-se com o seu autor, de forma negativa. Esta classificação negativa em torno dos *brasileiros*, baseia-se na casa e surge para definir a situação em torno dos actores e detractores, ou seja, as relações sociais que se tornam mais ou menos tensas entre os emigrantes e as comunidades de origem.

No entanto, a opinião acerca dos *Brasileiros de Torna-viagem* e as *Casas de Brasileiros* continua a ser aquela que foi veiculada pela literatura nos finais do século XIX.

Consideramos que não existe uma *Casa de Brasileiro* enquanto modelo da residência destes emigrantes. No norte do país, e mais concretamente no Vale do Sousa,

existe uma multiplicidade de casas de diferentes traços e materiais. No entanto, como já foi referido anteriormente, existem características comuns que predominam nos diversos conjuntos edificados.

Cada casa é um caso, uma vez que estes espaços reflectem, por vezes, a assimilação da paisagem arquitectónica brasileira e europeia, mas também espelham o percurso do seu encomendador.

Assim, torna-se difícil definir um modelo da *Casa de Brasileiro*, devido às especificidades regionais em que estas se inserem, à variedade de materiais e aos percursos pessoais e profissionais dos *brasileiros*. No Vale do Sousa, encontramos uma multiplicidade de casas com diferentes traços, como aquelas duas que aqui apresentamos.

A singularidade do porte, do destaque, do ornato e da cor de várias *Casas de Brasileiros* no norte do país torna difícil catalogar/fazer um inventário e, sobretudo, criar tipologias. No entanto, consideramos que é urgente fazer um inventário destas casas, de forma a evitar que estas se percam na memória dos tempos. Nunca nos podemos esquecer que se nos finais do século XIX, a literatura se encarregou de caricaturar e, sobretudo, ridicularizar estas casas, a nossa sociedade actual tem levado a cabo um processo semelhante com as casas dos emigrantes que se encontram em França, na Suíça ou noutros países europeus. Por isso, é extremamente importante que o país se torne receptivo a todas as inovações introduzidas na arquitectura. As casas dos emigrantes são o reflexo do percurso do emigrante quer em terras de origem quer em terras de trabalho.

As *Casas de Brasileiros* na região do Vale do Sousa, e mais concretamente no concelho de Paredes, caracterizaram-se pela introdução de novas dinâmicas sociais, totalmente desconhecidas da comunidade. O concelho de Paredes tornou-se um importante ponto de passagem de políticos, brasileiros, cidadãos anónimos que se sentiam atraídos pela agitação nestes dois núcleos: Castelões de Cepeda e Louredo. É importante referir que as *Casas de Brasileiro* passaram despercebidas na paisagem arquitectónica do concelho do Paredes, destacando-se apenas pelas referências citadas na imprensa. No entanto, estas referências nunca foram entendidas como depreciativas quer do emigrante quer da construção.

Do ponto de vista construtivo, criou-se um mercado de trabalho ligado aos ofícios e à construção civil, nomeadamente através da utilização de novos materiais como o azulejo, a telha, o ferro. Assim criou-se uma nova dinâmica desencadeada por esta clientela em vários sectores construtivos. “O azulejo que os portugueses levaram ao conhecimento do Mundo, em painéis de interiores, especialmente ao Brasil e que o ‘brasileiro’ trouxe de volta à pátria já adaptado ao revestimento de fachadas”²¹.

²¹ LOUREIRO, 1988.

Actualmente, as *Casas de Brasileiros* têm sido alvo de interesse, uma vez que os seus proprietários desapareceram, os critérios estéticos alteraram-se e a percepção da casa transformou-se. Assim, estas casas têm vindo a ser recuperadas sobretudo pelos organismos oficiais e utilizadas como espaços culturais ou espaços habitacionais em alguns casos.

A salvaguarda destas casas poderá passar pela tentativa de uma maior valorização destes exemplos arquitectónicos e, também, pela sua transformação em ambientes culturais.

Fontes e Bibliografia

Bibliografia

- BARREIRO, José do, 1924 – *Monografia de Paredes*. Porto: Tipografia Barros e Costa.
- CASTELO BRANCO, Camilo, 1982-1994 – *Obras Completas*. Porto: Lello & Irmão.
- CÉSAR, Guilhermino, 1969 – *O Brasileiro na Ficção Portuguesa – O Direito e o Averso de uma Personagem*. Lisboa. Parceria M. Pereira.
- GRIMAL, Pierre, 1992 – *Dicionário da Mitologia Grega e Romana*. Lisboa: Difel.
- JÚNIOR, José Ribeiro da Costa, 1947 – *A Árvore das Patacas: romance com uma descrição da vida no Rio de Janeiro há 50 anos*. Lisboa: s/ed.
- LOUREIRO, José Carlos, 1988 – “A Casa de Brasileiro”, in *Jornal Arquitectos*, 67, AAP/CDN.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, 1986 – *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, vol. I. Lisboa: Editorial Delta.
- PEDREIRINHO, José Manuel, 1986 – “Arquivos de Arquitectura: As Casas dos Emigrantes «Brasileiros»”. *História*, n.º 98, ano IX.
- PEIXOTO, Maria Paula Brito de Torres, 1998 – “A Casa do Brasileiro”, in *Os Brasileiros da Emigração*. Vila Nova de Famalicão.
- VALÉRIO, Nuno, 1998 – *A imagem do “Brasileiro” na obra literária de Júlio Dinis*. Lisboa: Gabinete de História Económica e Social.
- VILLANOVA, Roselyne de; LEITE, Carolina; RAPOSO, Isabel, 1995 – *Casas de Sonhos*. Lisboa: Edições Salamandra.

CONCLUSÕES

Seminário Internacional *Um Passaporte para a Terra Prometida* (Angra do Heroísmo, 19-23 de Julho de 2010)

A presente publicação, intitulada *Um Passaporte para a Terra Prometida*, editada pelo CEPES, contou com a participação de investigadores portugueses, brasileiros, espanhóis e italianos que se têm debruçado sobre o complexo fenómeno da emigração da Europa do Sul para o Brasil e do papel dos imigrantes com tal origem no Brasil Contemporâneo. Reunindo investigadores de elevado nível, foi possível, mais uma vez, contribuir para a aferição de metodologias, troca de experiências e para o enriquecimento da problemática migratória atlântica, a revelar o muito que ainda há que investigar em torno desta questão.

São mais de trinta textos, que trouxeram novos contributos para a questão da emigração/imigração para e no Brasil, concorrendo, indubitavelmente, para o alargamento do seu conhecimento nas suas múltiplas vertentes, e de grande qualidade, uma vez que foram submetidos a arbitragem científica.

De forma a responder ao repto lançado no V Seminário Internacional, realizado em Belém do Pará, em Setembro de 2009, alguns dos investigadores centraram a sua análise no discurso político relativo à e(i)migração emanado das autoridades competentes de Portugal e do Brasil e no enquadramento jurídico da e(i)migração portuguesa para este país. Por outro lado, aproveitando o facto de este Seminário ter decorrido nos Açores, fez-se uma análise da emigração açoriana para o Brasil, tendo-se ponderado a constituição de uma base de dados sobre tal emigração, em virtude do significativo contingente saído daquelas ilhas em direcção ao território brasileiro, sobretudo no século XIX, ou da integração de tais emigrantes na base de dados do CEPES.

Foi realizada também uma breve análise comparativa entre a emigração portuguesa e italiana com destino ao Brasil (1876-1974), no âmbito do Projecto de Investigação *Emigração Portuguesa e Italiana para o Brasil nos séculos XIX e XX. Aspectos Demográficos e Sociais*, que resultou do acordo entre a Fundação para a Ciência e a Tecnologia e o *Consiglio Nazionale delle Ricerche*, concretizado entre o CEPES e o Istituto di Ricerche sulla Popolazione e le Politiche Sociali, que tem

por objectivo estabelecer uma análise comparativa dos contingentes migratórios e da legislação relativa a este tema produzida em cada país, entre 1876 e 1974, e que pretende, ainda, detectar o contributo da emigração portuguesa e italiana para a formação do Brasil contemporâneo.

Devido aos dados sobre esta temática se encontrarem ainda dispersos em muitos arquivos, foi também preocupação revelada por alguns investigadores a criação de bases sobre a imigração no Rio de Janeiro, Santos, São Paulo e Belém do Pará e sua articulação com o CEPESSE, de forma a compreendermos de que forma as comunidades estrangeiras se organizaram e participaram na organização socioeconómica e política do território brasileiro.

Foi anunciado pelo presidente do CEPESSE um Projecto para a construção de uma rede internacional subordinada ao tema *A Emigração da Europa do Sul para a América do Sul (REMESSAS)*, que em breve irá ser apresentada a todas as instituições e investigadores que têm colaborado com o CEPESSE em torno da emigração para o Brasil, o que permitirá constituir uma plataforma informática comum a todos nós.

Por último, e atendendo à importância do diálogo luso-brasileiro que tem vindo a ser desenvolvido por académicos e investigadores de vários países, anunciou-se que o VII Seminário Internacional sobre A Emigração Portuguesa para o Brasil, intitulado *De colonos a imigrantes: os portugueses no contexto da formação do Brasil contemporâneo*, terá lugar em São Paulo, em Novembro de 2011.

CONCLUSIONS

International Seminar *A Passport for the Promised Land* (Angra do Heroísmo, 19-23 July 2010)

This publication, under the name *A Passport to the Promised Land*, edited by CEPESE, had the participation of Portuguese, Brazilian, Spanish and Italian researchers, experts in the complex phenomenon of emigration from southern Europe to Brazil and the role of such immigrants in Contemporary Brazil. Bringing together high level researchers, it was possible, once again, to contribute to the verification of methodologies, exchange of experiences and the enrichment of issues related with Atlantic migrations, revealing that there is still much to investigate on this issue.

We presented over thirty texts, which brought new contributions to the issue of emigration/immigration to and in Brazil, undoubtedly helping to extend our knowledge on this matter in its multiple facets. Besides, these are works with a great quality level, since they were all submitted to scientific referees.

In order to answer to the challenge launched in the 5th International Seminar, held in Belém do Pará, in September 2009, some researchers focused their analysis on the political discourse regarding emigration/immigration by the competent authorities of Portugal and Brazil and the legal framework of Portuguese emigration to this country. On the other hand, taking advantage of the fact that this Seminar was held in the Azores, it was made an analysis of the Azorean emigration to Brazil, and as such, it was even considered the creation of a database about this emigration, due to the significant group that departed from those islands towards the Brazilian territory, especially in the 19th century, or the integration of such emigrants in CEPESE's database.

It was also carried out a brief comparative analysis between the Italian and Portuguese emigration to Brazil (1876-1974) under the research project *Italian and Portuguese emigration to Brazil in the 19th and 20th centuries. Demographic and Social Aspects*, which resulted from the agreement between the Foundation for Science and Technology and the Consiglio Nazionale delle Ricerche, implemented between CEPESE and the Istituto di Ricerche sulla Popolazione e le Politiche Sociali, aiming at establishing a comparative analysis of emigration amounts and legislation on this

Conclusions

subject produced in each country between 1876 and 1974, and that also intends to detect the contribution of Portuguese and Italian emigration to the formation of contemporary Brazil.

Because data on this issue is still scattered through many archives, some researchers showed their concern in the creation of databases on immigration in Rio de Janeiro, Santos, São Paulo and Belém do Pará and their articulation with CEPESSE's database, so to understand how foreign communities have organized themselves and participated in the socioeconomic and political organization of the Brazilian territory.

It was announced by the President of CEPESSE a project to build an international network on the theme of *Emigration from Southern Europe to South America (REMESSAS)*, which will soon be presented to all institutions and researchers who have collaborated with CEPESSE around the issue of emigration to Brazil, which will provide a common platform for all.

Finally, given the importance of the Portuguese-Brazilian dialogue that is being developed by academics and researchers from various countries, it was announced that the 7th International Seminar on Portuguese emigration to Brazil, entitled *From settlers to immigrants: the Portuguese in the formation of contemporary Brazil*, will take place in São Paulo, in November 2011.



Resumos/Abstracts

Imigração no Brasil: Discursos em disputa e práticas seletivas

Resumo

Desde o século XIX, e com mais expressão a partir dos anos setenta, dois discursos centrais caracterizaram as polêmicas em torno da imigração no Brasil. Por um lado destacava-se aquele que via na imigração – destacadamente, na imigração europeia – o caminho a ser seguido em direção ao progresso e à civilização, interdita a possibilidade deste ser trilhado com base na mão-de-obra de ex-escravos. Por outro, aquele que defendia o estabelecimento de uma legislação restritiva na entrada e requisitos para a permanência do imigrante em solo brasileiro, consagrando a prática da expulsão como processo de seleção *a posteriori*. Tomando como ponto de partida essa polarização, a comunicação dedica-se a analisar o impacto do processo migratório no Brasil, com destaque para a imigração portuguesa no Rio de Janeiro, e as formas pelas quais idéias, interesses e discursos “em disputa” desde os tempos imperiais transformaram-se em *praxis* política a partir do advento da República. Nesse sentido, contempla análises sobre as práticas seletivas adotadas na entrada no país e a generalização da expulsão como processo destinado a combater a ação anarquista no seio do movimento operário e a expansão da contravenção e do crime nas grandes cidades, com destaque para a capital.

Immigration in Brazil: speeches in dispute and selective practices

Abstract

Since the 19th century, two main discourses pointed out the polemics around immigration in Brazil. The first one highlighted European immigration as the way towards progress and civilization. The other idea defended the formulation of selective laws concerning the entrance and the expulsion *a posteriori* of immigrants. Based on this polarization and bringing into prominence the Portuguese immigration, this paper intends to analyse how those ideas, interests and discourses “in dispute” since the imperial period became a political *praxis* early in the Republic. In this sense, this paper analyses the selective practices which took place during the immigrants’ entrance in Brazil or when they were banished from the country in order to fight against the anarchist action inside working classes movements, and against the transgression and crime expansion in big cities, especially in Rio de Janeiro, then the capital of Brazil.

MIRIAM HALPERN PEREIRA

A I República e a política de emigração

Resumo

Delimitar a fronteira entre emigrante e simples viajante é hoje um procedimento corrente, mas não foi assim no passado. Na Europa ocidental, entre 1870 e a Primeira Guerra Mundial, a livre circulação de pessoas acompanhou o livre-câmbio de mercadorias. Nem o passaporte, nem o visto eram necessários para viajar entre os países europeus. Contudo, nos países do sul

da Europa, onde a emigração atlântica ameaçava estancar o crescimento demográfico, a questão colocou-se sob um prisma diferente, muito especialmente naqueles em que se gizavam novos projectos coloniais. No início do século XX, a delimitação entre emigrante e viajante temporário adquire forma jurídica em Itália, Espanha e Portugal. É nesse contexto que a análise da política da I República é equacionada neste artigo, nomeadamente as leis de 1919, que abordam as principais vertentes da emigração e introduz de forma definida a responsabilidade do Estado neste domínio, atitude nova que ficou ancorada na sociedade portuguesa com a I República.

The First Republic and the emigration policy

Abstract

The establishment of boundaries between emigrant and traveller is today a normal procedure. This was not so in the near past. Between 1870 and World War I, free circulation of people followed free-trade. Neither passports nor visas were needed to travel in Europe. But in the countries of Southern Europe, where Atlantic emigration began to represent a menace to demographic growth, the question began to be considered with a different approach, in particular where colonial projects were being developed. At the beginning of the 20th century, the distinction between emigrant and temporary traveller acquired juridical expression in Italy, Spain and Portugal. It is in this context that the emigration policy of the Portuguese First Republic is analysed in this paper, namely the laws of 1919, where all the main aspects of emigration are considered and a clear responsibility of the State in this area is assumed.

SUSANA SERPA SILVA

A emigração no distrito de Angra do Heroísmo (Açores). Breve análise com base nos registos de passaportes do terceiro quartel do século XIX e inícios do século XX

Resumo

A partir de uma base de dados digitalizada, com registos de passaportes do distrito de Angra do Heroísmo, procuramos analisar uma amostra do movimento emigratório que partiu da ilha Terceira (Açores), nos anos 50, 60 e 70 do século XIX, comprovando a persistência do Brasil como território de acolhimento. Todavia, tendo-se verificado uma mudança de rumo nos finais da centúria, com destino aos EUA, com o pretexto de a comprovar, mas sabendo que o Brasil não desapareceu por completo dos horizontes insulares, abordamos, ainda, de forma muito sintética, os anos de 1917 a 1920, para verificar diferenças e persistências.

Emigration in the district of Angra do Heroísmo (Azores). A brief analysis based on the passport records of the third quarter of the 19th and early 20th centuries

Abstract

From a database of scanned passport records of the district of Angra do Heroísmo, we analysed a sample of the emigration movement that took off from Terceira Island (Azores), in the 1850s, 1860s and 1870s, demonstrating the persistence of Brazil as a host country. How-

ever, having been a change of course by the end of the century, this time to the USA, but aware that Brazil had not completely disappeared from the island's horizon, we also analysed, although briefly, the years of 1917 to 1920, in order to check differences and continuities.

CARLOS CORDEIRO

A emigração açoriana para o Brasil nos debates parlamentares de meados do século XIX

Resumo

Ao longo do século XIX, a emigração foi um tema muito debatido na sociedade portuguesa, tendo naturalmente o parlamento como palco privilegiado. Discutiam-se as causas do “fenómeno”, as suas repercussões económicas e sociais, o modo como eram aliciados os futuros emigrantes, as agruras que a maioria iria sofrer no destino. Além disso, procuravam-se soluções para pôr cobro à “sangria das gentes” e sobretudo à odiada emigração clandestina, mas tendo sempre como limite o direito de cada um se deslocar e fixar residência onde bem lhe aprouvesse.

O caso dos Açores assume, neste contexto, grande relevância, pois, em tempos de crise, a resposta era, invariavelmente, a procura de outras terras que, em princípio, apresentavam melhores hipóteses de proporcionar uma vida melhor.

The Azorean emigration to Brazil in the parliamentary debates of the mid-nineteenth century

Abstract

Emigration was a much debated theme throughout Portuguese society of the 19th century with the Parliament as the obvious privileged stage. The discussion centred upon the causes of the “phenomenon”, its social and economic repercussions, the various ways through which prospective emigrants were enticed and the hardships most of them would suffer upon arrival at their destination. On the other hand, solutions were searched to halt the “depletion of the population” and, most of all, the hated clandestine emigration, always with respect for each person's right to travel and to establish residence wherever she or he pleases.

In this context, the case of the Azores becomes particularly relevant since, in times of crises, the response was, invariably, the search for other lands which, in principle, were perceived as presenting more opportunities for a better life.

ELIS REGINA ANGELO/DOLORES MARTIN CORNER

Dialogando com as memórias emigrantes: um destino chamado Brasil

Resumo

Ao considerar as histórias individuais enquanto experiências capazes de revelar rastros, traços, fatos e caminhos ainda a ser desvendados pela História, “todo indivíduo participa do desenvolvimento histórico da humanidade”, “mas não são iguais em suas capacidades e possibilidades” (PIEKHANOV). Partindo desse princípio, procurar-se-á neste contexto, trazer

histórias individuais da partida dos Açores que vão construindo a trajetória da emigração e os seus múltiplos processos. Assim, das memórias individuais, o olhar remeter-se-á às experiências e formas de ver os mais variados acontecimentos maiores, seja a emigração, as questões políticas de Portugal no tempo de Salazar, as dificuldades econômicas pelas quais motivou a vinda ao Brasil e a saída pelo mundo em busca de vida nova.

In dialogue with the immigrant memories: a destination named Brazil

Abstract

When considering the individual histories as experiences capable of revealing traces, paths and facts yet to be unraveled by History, "every individual participates in the historical development of humanity", "but are not equal in their capacities and possibilities" (PIEK-HANOV). Based on this principle, we will try to bring individual stories from the departure of the Azores that help to build the journey of emigration and its multiple processes. Thus, from individual memories, we highlight the experiences and ways of seeing a variety of major events, such as emigration, the political issues in Portugal under Salazar's regime, the economic difficulties which led departing to Brazil and traveling around the world in search of a new life.

ISILDA MONTEIRO

Os passaportes – do enquadramento legal à prática (1855-1926)

Resumo

No nosso estudo, procuraremos apreender qual o papel desempenhado, na segunda metade de Oitocentos e nas primeiras décadas de Novecentos, pelo passaporte na política emigratória portuguesa, e, na prática, quais os seus impactos na decisão de emigrar da população daquela que foi uma das regiões que mais contribuiu para o contingente emigratório dessa época – o norte do país. Dessa forma, ser-nos-á possível perceber quais as principais linhas do debate em torno da questão dos passaportes, quer ao nível do poder político quer da opinião pública com acesso à imprensa. Centrando-nos na realidade portuguesa, não deixaremos de estabelecer, a esse nível, uma análise comparativa, necessariamente breve, com a de outros países europeus onde o fenómeno migratório também se fez sentir no mesmo período.

Passports – from the legal framework to the practice (1855-1926)

Abstract

In our study, we aim to understand what was the role played by passports in the Portuguese emigration policy in the second half of the nineteenth century and the first decades of the twentieth century, and which practical impacts such document had on the decision to emigrate by the population from one of the regions that contributed the most for the emigration amount during this period – the north of Portugal. This way, it becomes possible for us to understand what the main themes of debate around the issue of passports were, both in terms of political power and the public opinion with access to the media. Focusing on the Portuguese

reality we also establish a brief comparative analysis with other European countries where emigration was also felt during the same period.

MARCOS CARVALHO

O Pará e as bases de sua legislação imigratória nos finais do século XIX

Resumo

A presente proposta de comunicação faz parte integrante de um estudo sobre a presença dos portugueses na Amazônia, nomeadamente Belém do Pará, nos finais dos séculos XIX e início do século XX. Esta documentação foi identificada no Arquivo Público do Pará quando do levantamento das fontes sobre a imigração portuguesa em Belém e posteriormente compilada no setor de microfilmagens da Biblioteca Pública Arthur Viana. O artigo faz análise da Lei n.º 223 (30.6.1894), da Lei n.º 284 (15.6.1895) do Decreto n.º 131 (10.10.1895). A dissertação caminha para análise da construção de uma política paraense de legislação imigratória no contexto Amazônico e Nacional. No Pará, já em cenário republicano, havia notáveis defesas da tendência da mão-de-obra estrangeira como necessária à fundação de colônias e ao desenvolvimento das atividades agrícolas nos Estados da nação. A proposta da Lei n.º 284, de 15.6.1895, criando *Núcleos Coloniais*, em diferentes áreas do Estado contradizia ao que se observou em uma das teses dos defensores da imigração em Belém que queriam braços para a agricultura com a finalidade de abastecer a região urbana da cidade.

Pará and the basis of its immigration legislation in late 19th century

Abstract

The current work is part of a study on the Portuguese presence in the Amazon, including Belém do Pará, in the late nineteenth and early twentieth century. This documentation was identified in the Public Archives of Pará, when we surveyed the sources on Portuguese immigration in Belém, and later compiled in the microfilming sector of the Public Library Arthur Viana. This paper analyses Law no. 223 (30.6.1894), Law no. 284 (15.6.1895), and Decree no. 131 (10.10.1895). Then, we examine the construction of an immigration law policy in Pará in the Amazon and Brazilian contexts. In Pará, already under the Republican regime, there was a notable defense of foreign workers as necessary for the founding of colonies and the development of agricultural activities in the nation. Law no. 284 (15.6.1895), creating *Colonial Centres* in different areas of the State, contradicted what was observed in one of the theses defended by those who believed immigration in Belém was necessary for agriculture, in order to supply the city's urban area.

ADELINA PILOTO

Retorno dos brasileiros vilacondenses – as declarações de nacionalidade (1865-1913)

Resumo

Na perspectiva de aceder à configuração do retorno dos *brasileiros* vilacondenses, foi preocupação pesquisar e caracterizar os actos administrativos que levaram a efeito. O Arquivo Municipal de Vila do Conde contempla no fundo da Câmara Municipal uma pasta com Declarações de Nacionalidade. Este suporte empírico foi seleccionado para servir de base à reconstituição estatística do fenómeno do retorno e à sua caracterização intrínseca, utilizando as variáveis disponíveis (data, nome, residência, estado civil e ocupação profissional).

A análise dos processos de nacionalidade requeridos pelos *brasileiros* vilacondenses evidencia uma grande atracção pela naturalidade brasileira. O motivo subjacente à ratificação da nacionalidade brasileira aquando do regresso à terra natal e/ou transmissão dessa qualidade aos descendentes era principalmente de natureza militar.

The return of “Brazilians” to Vila do Conde – declarations of nationality (1865-1913)

Abstract

The aim of this work is to study and characterize administrative acts as a way of establishing the environment and setting of the return of Brazilians from Vila do Conde. The Municipal Archive of Vila do Conde holds a data base containing the Declarations of Nationality. This empiric data was selected to be the base for the statistic reconstruction of the return phenomenon and its intrinsic characterization. The tools provided were the available variables such as date, name, address and marital status.

The analysis of the nationality processes required by the Brazilians from Vila do Conde shows an enormous attraction for the Brazilian nationality. The underlying reason for requesting Brazilian nationality when returning to their hometown and/or transmitting this condition to their descendants was mainly of military nature.

CELESTE CASTRO

Estado português repressivo ou paternalista? Uma visão da emigração portuguesa através das circulares do Governo (1948-1974)

Resumo

Em 1947, o Governo criou um organismo governamental, a Junta da Emigração, inserido no Ministério do Interior, que, a partir de 1970, deu origem ao Secretariado Nacional da Emigração. No período de vida administrativa destes dois organismos, principalmente durante o período da Junta da Emigração, houve uma série de circulares enviadas para as Câmaras Municipais e Bairros Administrativos de Lisboa e Porto, que nos oferece uma outra visão da emigração portuguesa.

Estas circulares retratam a preocupação do Governo português perante o emigrante, focando os aspectos mais diversos da nossa emigração. As Câmaras Municipais passam a ser os interlocutores principais entre o emigrante e o Ministério do Interior.

A repressive or patronizing State? A vision on the Portuguese emigration through Government's circulars (1948-1974)

Abstract

In 1947, the Portuguese Government created the Board of Emigration, under the responsibility of the Ministry of Internal Affairs, which in 1970 led to creation of the National Bureau of Emigration. In the course of the administrative life of these two institutions, especially during the Emigration Board, a series of circulars were issued by them for the Municipal Councils and Administrative Districts of Lisbon and Porto, which offers a different perspective of Portuguese emigration. These circulars depict the concern of the Portuguese Government towards the emigrant, focusing on the most diverse aspects of the Portuguese emigration. Municipal Councils became the main interlocutors between the emigrant and the Ministry of Internal Affairs.

JOSÉ SACCHETTA RAMOS MENDES

Transnacionalidade e luso-tropicalismo na Assembléa Constituinte de 1946: o legislador brasileiro e a imigração portuguesa

Resumo

O fenômeno da transnacionalidade manifestou-se historicamente na presença de imigrantes portugueses no Brasil. Sua genealogia remete ao peculiar processo de emancipação política do país frente a Portugal, no início do século XIX. Na década de 1930, a elaboração da teoria do luso-tropicalismo pelo sociólogo Gilberto Freyre fundamentou o estabelecimento constitucional da figura jurídica do imigrante português, diferenciado de outros estrangeiros radicados no país. Sua inclusão na Constituição de 1946 é precedida por debates parlamentares durante a Assembléa Constituinte daquele ano, na qual Freyre participou como deputado, defensor da outorga de condição jurídica especial a todos os povos de língua portuguesa.

Transnationality and Luso-Tropicalism in the Constituent Assembly of 1946: Brazilian lawmakers and Portuguese immigration

Abstract

The phenomenon of transnationality is historically manifested in the presence of Portuguese immigrants in Brazil. Its genealogy refers to the peculiar process of political emancipation of the Brazilian State towards Portugal, in the beginning of the 19th century. In the 1930s, the development of the theory of Luso-Tropicalism by sociologist Gilberto Freyre gave fundamentals to the constitutional establishment of a particular legal status of Portuguese immigrants in Brazil, since then differentiated from other foreign residents in the country. Its inclusion in the 1946 Constitution is preceded by parliamentary debates during the Constitu-

tional Assembly of that year, in which Freyre participated as a representative, advocating the granting of a special legal status to all people originated from countries that adopted Portuguese as official language.

FERNANDA PAULA SOUSA MAIA

O papel dos Açores na construção do discurso parlamentar oitocentista sobre a emigração

Resumo

Este trabalho procura mostrar de que forma os deputados açorianos, eleitos para o Parlamento Liberal, foram importantes para a construção de um discurso político sobre a emigração para o Brasil, especialmente após a traumática experiência da independência do território brasileiro. Na realidade, foi pela via do que acontecia nas ilhas que, em Lisboa, os parlamentares tomaram contacto, urdiram a argumentação e teceram o seu discurso político em torno de tópicos como o da “escravatura branca”, que tanto êxito teria ao longo de toda a primeira metade do século XIX. Esta mudança foi conduzida, sobretudo, pela intervenção de deputados nascidos nos Açores ou conhecedores da realidade açoriana.

The role of the Azores in the construction of the 19th century parliamentary speech on emigration

Abstract

This work tries to show in which form the Azorean deputies elected for the Liberal Parliament were important for the construction of a political speech on the emigration for Brazil, especially after the traumatic experience of the independence of the Brazilian territory. In fact, it was through what was happening in the islands that, in Lisbon, the parliamentarians took contact and built the argumentation and the political speech around topics such as “white slavery”. This change was driven, especially, by the intervention of deputies born in the Azores or knowing the Azorean reality.

PAULA BARROS

O discurso parlamentar da emigração portuguesa para o Brasil (1855-1858)

Resumo

Neste artigo, procura-se analisar o discurso político da emigração portuguesa para o Brasil, a partir das intervenções e debates realizados no Parlamento português, em meados do século XIX, debates esses desenvolvidos em torno da emigração clandestina e da tentativa de orientar a emigração com destino ao Brasil para as colónias africanas.

The parliamentary discourse on Portuguese emigration to Brazil (1855-1858)

Abstract

In this paper, we intend to analyze the political discourse about the Portuguese emigration to Brazil, by means of the speeches and debates carried out at the Portuguese parliament in the mid-nineteenth century, mainly around the illegal immigration and the attempt to deviate emigration from Brazil towards African colonies.

CONCEIÇÃO SALGADO

O Inquérito Parlamentar de 1885 e o discurso sobre a emigração

Resumo

Após o Congresso de Berlim, reacendeu-se o debate parlamentar em torno da emigração, que parecia imparável, e em crescendo, sobretudo para o Brasil. Foram então adiantadas propostas/sugestões que visavam encontrar a forma de a encaminhar para as colónias portuguesas, mas que se revelaram pouco consistentes.

Em Julho de 1885, o Parlamento aprovou a criação de uma Comissão Parlamentar que teve como função a elaboração de um inquérito destinado ao estudo da emigração portuguesa e que foi enviado às autoridades dos concelhos do nosso país.

Apesar de nem todos os concelhos terem respondido ao questionário, alguns dos resultados obtidos nos depoimentos mereceram a nossa atenção, pois que, embora não sendo perfeitos, resultaram do parecer de autoridades que, em alguns casos, chamaram a atenção para situações muito graves tais como, o engajamento, o papel dos agentes da emigração e a fuga ao serviço militar, para além de nos traçarem um quadro do estado de desenvolvimento económico, social e cultural de algumas regiões do país.

As intervenções de alguns deputados no Parlamento, mormente as de Oliveira Martins, por darem relevo aos resultados do inquérito e ao trabalho desenvolvido pela Comissão, serão também tratadas neste trabalho.

The Parliamentary Survey of 1885 and the discourse on immigration

Abstract

After the Berlin Congress, the parliamentary debate about emigration was restarted. Emigration from Portugal was rising massively, namely to Brazil. On those debates, some proposals were brought in about how to direct that emigration to the Portuguese colonies, but overall those proposals were still very inconsistent.

In July 1885, the Parliament approved the creation of a Parliamentary Commission with the objective of developing a questionnaire about the Portuguese emigration that was forwarded to Portugal's regional authorities. Despite the fact that some regions did not answer the questionnaire, some of the results were quite meaningful and opened up our attention. The questionnaires were not all managed on a perfect way but were indeed answered by governmental authorities and brought to light some very serious situations like people escaping from

military service, the role of emigration agents, or what was being done to captivate people to emigrate. Furthermore, the results also help us to understand the development stage of the country at a regional level on the social, economic and cultural levels.

The interventions of some deputies on the Parliament, like Oliveira Martins, were also included in the work done by the Parliamentary Commission about Emigration, together with the conclusions of the debate.

DIOGO FERREIRA

A emigração para o Brasil no discurso parlamentar português após a Primeira Guerra Mundial (1918-1926)

Resumo

Entre 1918-1926, em função dos elevados índices emigratórios registados, a emigração era um dos temas que constava na agenda política e parlamentar portuguesa, tendo sido várias as discussões a propósito de tal problemática.

Foram evocados alguns factores que contribuíram decididamente para a saída da população do país, sendo igualmente patenteadas diversas críticas e preocupações dos parlamentares face à questão. Apesar de se reconhecer a importância das remessas enviadas pelos portugueses estabelecidos no Brasil, o discurso político da época retratava essencialmente a necessidade de combater a elevada emigração.

Emigration to Brazil in the Portuguese parliamentary discourse after the First World War (1918-1926)

Abstract

Between 1918 and 1926, due to the high emigration rates then observed, emigration was one of the themes that appeared on the Portuguese political and parliamentary agenda, with several discussions being raised about this issue.

Some factors that contributed decisively to the exit of the mentioned population were then mentioned together with a great number of criticisms and concerns expressed by the parliament members over this matter. While recognizing the importance of the remittances sent by the Portuguese settled in Brazil, the political discourse of the time portrayed essentially the need to combat the high numbers of emigration.

RICARDO ROCHA

A emigração do Porto para o Brasil durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918)

Resumo

O presente trabalho tem como principal objectivo dar a conhecer as características da emigração portuguesa para o Brasil nos anos da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), procurando perceber de que forma o desenrolar do conflito, a participação de Portugal no mesmo

e todo o contexto nacional e internacional neste período afectou o fluxo migratório português em direcção ao território brasileiro, principalmente em termos quantitativos, mas também no que se refere às suas particularidades e dinâmicas intrínsecas.

Emigration from Portugal to Brazil during the First World War (1914-1918)

Abstract

This work has as main objective to make known the characteristics of Portuguese emigration to Brazil during World War I (1914-1918), seeking to understand how the course of the conflict, the participation of Portugal in it and the national and international context of this period affected the Portuguese migratory flow towards the Brazilian territory, mainly in quantitative terms, but also with regard to its intrinsic particularities and dynamics.

MARIA DE NAZARÉ SARGES/WILSON BRITO NASCIMENTO

“O Pará e Amazonas são irmãos”: a Amazônia unida na crise da borracha e a imigração estrangeira

Resumo

Por meio da análise dos pronunciamentos oficiais dos poderes públicos do Pará e do Amazonas, este artigo apresenta as múltiplas compreensões dos poderes públicos desses dois Estados e como ambos tentaram restabelecer a importância da Região Amazônica e o seu caráter civilizador num período de crise econômica, entre os anos de 1910 e 1920. Dentre as estratégias de desenvolvimento, foi elaborada uma política de atração de imigrantes, especialmente estrangeiros, que com sua força de trabalho e experiência, contribuiriam para o desenvolvimento da agricultura, considerada naquele momento como uma saída para a sobrevivência da região.

“Pará and Amazonas are brothers”: Amazon united during the rubber crisis and foreign immigration

Abstract

This article examines the manifold comprehensions and actions of public authorities of the states of Pará and Amazonas, in Brazil, concerning the Amazon region during a crisis period (1910-1920). Among many strategies of economic development, these authorities elaborated an immigration policy, especially of foreigners, who were thought to be essential for the development of agriculture, considered at that time a solution for the region's problems.

JOSÉ JOBSON DE ANDRADE ARRUDA

O novo regime de temporalidade e a história migracional

Resumo

A formulação chave nesse momento é a de dialógica da transtemporalidade. Um diálogo cerrado e cruzado entre as várias dimensões do tempo em seus múltiplos sentidos, concepção fundamental para que se possa atingir a densa complexidade do acontecer histórico em todas as suas manifestações, das ritmações diferenciadas da temporalidade típicas do mundo das finanças à nebulosa das temporalidades das representações sociais; da temporalidade clássica das fixações populacionais no espaço urbano e de sua mobilidade através do espaço e, portanto, de modo mais específico, a complexificação temporal entranhada nos movimentos migracionais através da história, no sentido de que a compreensividade histórica desses deslocamentos, assumidos como mola mestra da história, não se fazem sem a necessária dialógica do tempo, na qual presente, passado e futuro se interpenetram.

The new regime of temporality and migration history

Abstract

The key formulation in this work is the transtemporal dialogic. A strong and crossed dialogue between the several dimensions of time in its multiple meanings, a basic concept so that we can reach the dense complexity of historical events in all its manifestations, the differentiated rhythms of temporality, typical of the financial world; the classic temporality of population setting in urban areas and their mobility through space and therefore, in a more specific manner, the time complexity ingrained in migration movements throughout history, in the sense that the historic comprehension of those displacements, assumed as a mainspring of history, cannot be achieved without the necessary dialogic of time, in which past, present and future intertwine.

MARIA ARMINDA ARRUDA

Imigração e cultura: ruptura com as raízes portuguesas?

Resumo

O artigo trata do papel da imigração, sobretudo de origem italiana, na constituição das instituições da cultura em São Paulo, pondo em escrutínio as conexões existentes entre modernização econômica, modernidade social e modernismo cultural. Chama a atenção, nesses termos, para a impregnação de uma fração de empresários na criação e promoção de iniciativas que irão conferir o novo formato da cultura moderna no Brasil. Esses empreendimentos foram construídos por um mecenato privado, imigrante e migrante de origem, possuidor de disposições valorativas que reconhecem nos empreendimentos culturais formas de legitimação e de reconhecimento. Dessa forma, o conjunto das principais instituições construídas a partir do pós-Segunda Guerra Mundial, como os museus de arte, os teatros, as companhias

cinematográficas, ao lado de outros organismos centrais como a Universidade, conformarão a dinâmica da cultura moderna no Brasil. Finalmente, o artigo indaga-se sobre a perda de vigor da herança portuguesa na formação do tecido cultural moderno no Brasil, propondo hipóteses para futuras reflexões.

Immigration and Culture: breaking with the Portuguese roots?

Abstract

This work addresses the role of immigration, mainly of Italian origin, in the creation of cultural institutions in São Paulo, by analysing the connections between economic modernization, social modernity, and cultural modernism. It highlights, in these terms, the activity of a fraction of entrepreneurs in creating and promoting initiatives that will give the new format of modern culture in Brazil. These projects were carried out by private patronage, with an immigrant or migrant origin, possessing evaluative dispositions that recognize in cultural enterprises ways of legitimation and recognition. Thus, all the major institutions built after World War II, as art museums, theaters, movie companies, along with other central agencies like the University, accommodated the dynamics of modern culture in Brazil. Finally, this paper questions the loss of force of the Portuguese heritage in shaping the cultural fabric of modern Brazil, proposing hypotheses for future considerations.

MARIA IZILDA MATOS

Maria Prestes Maia: trajetória, política e cultura

Resumo

A cidade de São Paulo/SP/Brasil tem seu traçado urbano marcado pelo denominado “Plano Avenidas”, que foi idealizado e implementado pelo urbanista e prefeito Francisco Prestes Maia. Na ampla bibliografia sobre suas ações são raras as referências sobre sua esposa, a portuguesa Maria de Lourdes Costa Cabral Prestes Maia. Esta investigação objetiva procurar rastrear a trajetória de vida e a presença desta imigrante lusa, destacando suas atividades políticas, a atuação na Federação das Mulheres do Brasil, também suas experiências como atriz e professora de teatro, bem como as ações no setor cultural e na assistência social.

Maria Prestes Maia: trajectory, politics and culture

Abstract

The plan of the city of São Paulo (Brazil) is marked by the so called “Plano Avenidas”, which was conceived and implemented by the urbanist and mayor Francisco Prestes Maia. In the extensive literature on his actions there are rare references to his wife, Maria de Lourdes Costa Cabral Prestes Maia. This research aim as tracing the trajectory of Maria Prestes Maia’s life, a Portuguese immigrant, highlighting her political activities, the performance in the *Federação das Mulheres do Brasil* (Brazilian Women Federation), and her experiences as an actress and drama teacher, as well as her actions in the cultural sector and social care.

A São Paulo dos Imigrantes: Padeiros e Saqueiros no Cotidiano Comercial (1920-1950)

Resumo

O presente artigo aborda a cidade de São Paulo e seu aumento populacional, uma contribuição dos imigrantes portugueses, onde a autora se debruça especificamente na categoria dos padeiros e saqueiros. Percorrendo arquivos, associações e bibliotecas, a pesquisa caminhou sob dois momentos históricos do século XX: de 1919 a 1929, e o pós-Segunda Guerra Mundial, de 1945 a 1950. Não de forma rígida, pois apresenta avanços e recuos nos dois períodos. Essa baliza cronológica foi escolhida devido ao significativo conteúdo da modernidade/modernização. Os momentos cronológicos trabalhados oferecem especificidades que caracterizam a cidade de São Paulo como o espaço acolhedor das transformações sobre as questões políticas, tecnológicas, científicas e até mesmo filosóficas e ideológicas que justificam a intervenção da hegemonia, com seus discursos normatizadores e populistas, que vão desencadear uma legislação social bastante conturbada sobre esses sujeitos, foco da pesquisa.

The São Paulo of Immigrants: Bakers and Sack Carriers in daily businesses (1920-1950)

Abstract

The current work approaches the city of São Paulo and its population increase, a contribution of the Portuguese immigrants, namely those who were bakers and sack carriers. Covering archives, associations and libraries, the research focuses two historical moments of the 20th century: the 1920s and the post-World War II period (1945-1950). These chronological limits were chosen due to the significant content of modernity/modernization, since this historical moments offer specificities that characterize the city of São Paulo as the welcoming space of the transformations regarding political, technological, scientific and even philosophical and ideological questions that justify the intervention of the hegemony, with its normalizing and populist speeches, which will unchain a quite troubled social legislation over these citizens, the subjects of our research.

MARIA SUZEL GIL FRUTUOSO

Portugueses em Santos vistos através dos registros de associados da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Santos (1879-1889)

Resumo

O presente texto teve como fonte de pesquisa o Livro de Registro de Sócios da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Santos no período de 1879-1889, dando continuação ao estudo anterior que cobriu os anos de 1862-1878. A atual investigação aborda parte da imigração portuguesa, a principal corrente imigratória radicada na cidade de Santos, pretende mostrar uma face desses imigrantes, procurando saber de que regiões são oriundos, idades, estado civil, atividades profissionais como simples trabalhadores e trabalhadores com qualificação,

empresários, sua relação com a vida econômica santista, a ocupação dos espaços urbanos pelos mesmos, a ligação com a Beneficência Portuguesa, em um período de expansão gerada pelos negócios do café.

Continental and island Portuguese in Santos, seen through the records of the associates of the Portuguese Charity Association in Santos (1879-1889)

Abstract

This text was based on the Associates Registration Book of the *Sociedade Portuguesa de Beneficência de Santos* in the period between 1879 and 1889, continuing the previous study which covered the period between 1862 and 1878. The current research covers part of the Portuguese immigration, which constituted the main immigration flow in the city of Santos, and intends to show some aspects of these immigrants, presenting the regions they were from, their ages, marital status, professional activities as common workers, qualified workers and entrepreneurs, their relationship with Santos economic life, their urban spaces occupation and the link with the *Beneficência* in an expansion period generated by the coffee business.

MARIA APPARECIDA FRANCO PEREIRA

Enfrentamentos e lutas pela vida: portugueses em Santos no final do século XIX (1880-1900)

Resumo

O objetivo deste estudo é identificar os portugueses em Santos, Brasil, nas duas últimas décadas do século XIX e perceber as suas estratégias de sobrevivência. Identificá-los não só nominalmente, mas também sua posição na escala social, nas manifestações de interação e de conflitos numa população heterogênea de personagens livres e escravos; nacionais e estrangeiros. Santos, cidade portuária e comercial, vive momentos de transformação e de superação de entraves, tais como as epidemias das últimas décadas. Entretanto, apresenta possibilidades de trabalho e de sobrevivência. Foram utilizados, nesta pesquisa, os livros de registro do Hospital do Isolamento do Saboó, algumas indicações de processos de justiça e o Código de Posturas da cidade de 1895, além de outras fontes-referências importantes da época (jornais e literatura de memória).

Clashes and struggles for life: the Portuguese in Santos in the late nineteenth century (1880-1900)

Abstract

The aim of this study is to identify the Portuguese that lived in Santos, Brazil, in the last decades of the 19th century and to understand their survival strategies, identifying them, not only by their names, but also by their social backgrounds and status, in their manifestations of interaction and conflict in the scope of a heterogeneous population composed by free and enslaved individuals, from Brazil and abroad. Santos, a port city and a commercial centre, was then under a period of changes and accomplishments, overcoming obstacles such as the epidemics of the previous decades. Nevertheless, the city presented a chance to work and to

survive. The main sources for our research were the registry books from Saboó Hospital, some indications of judicial processes, and the Code of Postures of the city from 1895, together with other sources, such as newspapers and biographies.

ANTÓNIO ALVES-CAETANO

O Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro: padrão excelente da emigração portuguesa para o Brasil

Resumo

Procura-se fazer a análise do seu estabelecimento no Rio de Janeiro, apenas quinze anos após a proclamação da independência do Brasil, da primeira organização da comunidade portuguesa emigrada na capital do Império. Faz-se a caracterização do grupo que tomou a iniciativa da constituição de um organismo votado ao melhoramento cultural dos associados e ao engrandecimento da cultura lusíada, de preferência a qualquer mutualidade que lhes proporcionasse vantagens de carácter económico ou previdenciário.

Presta-se atenção aos critérios que presidiram à formação do núcleo central do *Gabinete* – a sua biblioteca – e à forma como foi sendo enriquecida por compras e através de doações. É destacado, ainda, o papel preponderante que, desde a sua constituição em 1969, desempenha o Centro de Estudos e o Pólo de Pesquisa sobre Relações Luso-Brasileiras que o integra.

The Real Gabinete Português de Leitura of Rio de Janeiro: an excellent standard of Portuguese emigration to Brazil

Abstract

This work aims to present an analysis of the first Portuguese emigrant community in Rio de Janeiro, fifteen years after Brazil's independence. We characterize the group that took the initiative of the constitution of an organism devoted to the cultural improvement of its associates and the enlargement of the Portuguese culture, preferring it to any mutuality providing economic or insurance advantages.

We also analyse the criteria presiding the creation of the *Gabinete's* library and the way it was enriched by purchases and donations. Finally, we point out the preponderant role performed, since its constitution in 1969, by the *Centro de Estudos* and its *Pólo de Pesquisa sobre Relações Luso-Brasileiras*.

ALEXANDRE HECKER

Um mito para todos os italianos de São Paulo

Resumo

Os imigrantes italianos que se dirigiram para São Paulo formaram uma comunidade constituída pelos mais diversos grupos de interesses. Entretanto, mantiveram em comum um mito: o de Giuseppe Garibaldi como seu guardião. Para eles – durante as tormentosas décadas de 20

e 30 do século XX – o “herói de dois mundos” foi uma personagem a ser venerada pelas mais variadas razões: ora foi avalizador do autoritarismo, ora da democracia, em certas ocasiões era monárquico, noutras socialista, e até mesmo fascista. Algumas vezes representou os ricos da colônia paulista, outras os pobres. Enfim, funcionou como um equivalente universal de troca entre simbologias políticas dos italianos de São Paulo.

A myth for all the Italians in São Paulo

Abstract

The Italian immigrants who went to São Paulo formed a community composed of diverse interest groups. However, they maintained a common myth: that of Giuseppe Garibaldi as their guardian. For them – during the troubled decades of 1920s and 1930s – the "hero of two worlds" was a character to be honored for various reasons: sometimes to support authoritarianism, every so often a symbol of democracy; in some occasions he was monarchical, other times socialist, and even fascist. Occasionally he represented the rich colony of São Paulo, then to represent the poor. In short, Garibaldi truly functioned as a universal equivalent of exchange between the political symbols of the Italian in São Paulo.

SÊNIA BASTOS

Imigração qualificada no pós-Segunda Guerra Mundial: portugueses e italianos em São Paulo

Resumo

O presente artigo trata do ingresso de mão-de-obra qualificada no Brasil no pós-Segunda Guerra Mundial. As fontes documentais encontram-se sistematizadas em um banco de dados (Access), que reúne informações sobre a entrada de imigrantes de várias nacionalidades, bem como dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Resulta da análise à identificação de engenheiros e de técnicos de nacionalidades portuguesa e italiana para a indústria paulista que se modernizava. Ressalta-se o caráter dirigido da imigração italiana e majoritariamente espontâneo da imigração portuguesa.

Skilled immigration in the post-World War II: Italian and Portuguese in São Paulo

Abstract

The current paper deals with the ingress of qualified workforce in Brazil after the Second World War. The documental sources are systematized in a data bank (Access), which gathers information about the ingress of immigrants of various nationalities, as well as data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). The identification of Italian and Portuguese engineers and technicians in the industry of São Paulo that was then going through a modernization process is a result of this analysis. It is noteworthy the directed character of the Italian immigration, whereas the Portuguese immigration was mainly spontaneous.

PAULO CESAR GONÇALVES

À sombra da lei. Notas sobre a política de emigração em Portugal e Itália (1850-1920)

Resumo

Este artigo analisa algumas das diferentes implicações do fluxo migratório em Portugal e Itália. Considerando suas especificidades, o objetivo é identificar de forma comparada, através da legislação, as estratégias para transformar a emigração em fator de desenvolvimento econômico: conquista de mercados, criação e fomento de colônias, incorporação e tutela das remessas dos emigrados.

Under the shadow of law. Notes on the immigration politics in Portugal and Italy (1850-1920)

Abstract

This paper analyses some of the different implications of the migration flux in Portugal and Italy. Considering its specificities, the objective is to identify comparatively, through legislation, the strategies to transform emigration into a factor of economic development: conquest of markets, creation and promotion of colonies, use and protection of emigrants' remittances.

ANNA MARIA BIRINDELLI/CORRADO BONIFAZI

L'emigrazione italiana verso il Brasile: tendenze e dimensioni (1870-1975)

Resumo

O Brasil foi um dos maiores destinos da emigração italiana, assim como a Itália foi um dos maiores países de origem da imigração brasileira. De acordo com as fontes estatísticas dos dois países, 1 500 000-1 600 000 pessoas emigraram para o Brasil ao longo do período estudado. O fluxo concentrou-se especialmente nos últimos 15 anos do século XIX e nos primeiros 15 anos do século XX. Este trabalho quer descrever as principais tendências e fases da emigração italiana para o Brasil. A primeira parte deste trabalho é focalizada sobre a avaliação das fontes estatísticas disponíveis dos dois países. Apesar dos nossos problemas na mensuração das migrações, a análise comparativa das fontes brasileiras e italianas permitem identificar as principais fases da emigração italiana. A segunda parte do artigo analisa estas fases dentro da evolução global da emigração italiana. Os últimos dois parágrafos descrevem o impacto regional do fluxo migratório italiano, considerando as regiões italianas de origem e os Estados brasileiros de destino.

Italian emigration to Brazil: tendencies and dimensions (1870-1975)

Abstract

Brazil has been one of the most important destinations of Italian emigration, as well as Italy has been one of the largest origins of Brazilian immigration. According to the statistical sources of the two countries, about 1.6 million people have emigrated from Italy to Brazil in the period considered. The flow is mainly concentrated in the last fifteen years of the nineteenth century and in the first fifteen years of the last century. The paper is an attempt to describe the main trends and phases of Italian emigration towards Brazil. The first part of the paper is devoted to an evaluation of the available statistical sources of the two countries. Notwithstanding the well-known problems in measuring migration movements, the comparative analysis of Italian and Brazilian sources allows to single out the main phases of the flow. The second part of the article analyses these phases in the framework of the more general evolution of Italian emigration. The last part is devoted to describe the regional impact of this migration flow, considering the Italian regions of origin and the Brazilian states of arrival.

FERNANDO DE SOUSA/ISILDA MONTEIRO

A emigração portuguesa e italiana para o Brasil – uma análise comparativa (1876-1974)

Resumo

No âmbito do projecto conjunto que está a ser desenvolvido entre o CEPESE e o CNR, *A Emigração Portuguesa e Italiana para o Brasil nos séculos XIX e XX. Aspectos demográficos e sociais*, procuramos fazer, no presente estudo, uma análise comparativa das realidades migratórias de ambos os países. A partir dos dados quantitativos sobre a emigração portuguesa e italiana com destino ao Brasil, que coligimos para o período de 1876 a 1974, debruçámo-nos, num primeiro momento, sobre as grandes linhas evolutivas da emigração portuguesa para o Brasil, para, num segundo, analisar comparativamente os números da emigração portuguesa e italiana com destino a esse país latino-americano.

Italian and Portuguese emigration to Brazil – a comparative analysis (1876-1974)

Abstract

In the scope of the joint project being developed between CNR and CEPESE, with the title *Italian and Portuguese Emigration to Brazil during the 19th and 20th centuries: demographic and social aspects*, we intend to do, in the current work, a comparative analysis of the migration realities in both countries. From the quantitative data on the Italian and Portuguese emigration to Brazil that we gathered for the period between 1876-1974, we will focus, in a first moment, the major evolutionary lines of Portuguese emigration to Brazil, then to make a comparative analysis of the numbers of Portuguese and Italian emigration destined for that Latin American country.

MATTIA VITIELLO

La configurazione della legislazione emigratoria in Italia all'epoca della grande emigrazione europea

Resumo

O presente artigo explora a história das políticas de migração adoptadas pela Itália, no período definido da Unidade da Itália até à Segunda Guerra Mundial. Em particular, pretende-se identificar a atitude do governo italiano contra as saídas dos seus cidadãos, os procedimentos adoptados para a regulamentação destas partidas e os motivos que levaram a Itália à adopção destas normas.

The configuration of emigration legislation in Italy at the time of the great European emigration

Abstract

This paper explores the history of emigration policies adopted by Italy in a period that begins with the Unification of Italy until the Second World War. In particular, the objective is to identify the attitude of the Italian State regarding the departures of its citizens, the procedures adopted for regulating these departures and the reasons that have pushed Italy to adopt these rules.

PAULA MARQUES SANTOS

As relações Portugal-Brasil e a emigração. Enquadramento político-diplomático da 1.ª metade do século XX

Resumo

A primeira metade do século XX caracteriza-se, no que se refere ao relacionamento Portugal-Brasil, como um período onde se verificou uma difícil manutenção da ligação luso-brasileira, quer ao nível político-diplomático, quer ao nível pragmático.

Neste artigo, pretendemos analisar o impacto da evolução do relacionamento bilateral desde o fim do regime monárquico em Portugal até ao final da Segunda Guerra Mundial nos fluxos migratórios portugueses em direcção ao Brasil.

Portugal-Brazil relations and emigration: the political-diplomatic background in the first half of the twentieth century

Abstract

The first half of the 20th century was, regarding the Portugal-Brazil relationship, a period during which it was particularly hard to maintain the connection between both countries, at the political-diplomatic level, as well as at a pragmatic level.

In this paper we intend to analyze the evolution of these bilateral relations since the end of the Portuguese monarchy until the end of the Second World War, two events that we consider fundamental to limit a particular period of this relationship and how these relations influenced the Portuguese emigration towards the Brazilian territory.

ÉRICA SARMIENTO DA SILVA

O estudo de um concelho pontevedrés: a imigração de Cotobade ao Brasil

Resumo

A análise das documentações históricas dos municípios de Cotobade e de Santa Comba, pertencentes às províncias de Pontevedra e de A Coruña, respectivamente, demonstraram que muitos imigrantes galegos se dirigiram para Portugal inclusive no século XX. Na chegada ao Rio, no século XIX, no fluxo das migrações massivas, portugueses e galegos continuaram mantendo essa aproximação, se encontrando pelas ruas da então capital brasileira, exercendo as mesmas atividades, habitando os mesmos espaços e atuando nos mesmos comércios.

The study of a Pontevedra's municipality: emigration from Cotobade to Brazil

Abstract

The analysis of historical documentation of the municipalities of Cotobade and Santa Comba, within the provinces of Pontevedra and A Coruña, respectively, showed that many immigrants from Galicia went to Portugal even in the twentieth century.

When arriving to Rio, in the nineteenth century, in a period of mass emigration, Galician and Portuguese kept this approach, meeting in the streets of the city that was then the capital of Brazil, performing the same activities, inhabiting the same spaces and acting in the same trades.

ALDA NETO

As “Casas de Brasileiros” – dois exemplos no Vale do Sousa

Resumo

O Vale do Sousa foi, durante a segunda metade do século XIX e o primeiro quartel do século XX, um importante pólo migratório para o Brasil. Neste artigo procuraremos apresentar o percurso de alguns desses portugueses, focando ainda a visibilidade atingida nos seus locais de origem, nomeadamente nas casas por eles construídas ou recuperadas.

As casas que procuramos abordar reflectem o percurso destes *brasileiros*, bem como a própria comunidade em que estas construções se inserem. Casas como o Palacete da Granja ou a Castrália demonstram o *modus vivendi* específico do emigrante, quer em terras brasileiras, quer mesmo em terras portuguesas. Neste trabalho procuraremos estabelecer termos de comparação entre as casas, mas simultaneamente associar estes edifícios ao seu encomendador e ao seu percurso pessoal e profissional.

The “Brazilian Houses” – two examples in Vale do Sousa

Abstract

The region of Vale do Sousa (North of Portugal) was during the second half of the nineteenth century and the first quarter of the twentieth century, an important center of emigration to Brazil. This article presents the life course of some of these Portuguese, besides focusing on the visibility achieved in their places of origin, particularly the houses they built or restored.

The houses we studied reflect the life of these “Brazilians” as well as the community in which these buildings are located. Houses like the Palace of Granja or the *Castrália* demonstrate the specific *modus vivendi* of the emigrant both in Brazil as in Portugal. This paper seeks to establish terms of comparison between these two houses, but simultaneously looking to associate these buildings to their commissioners, including their personal and professional journey.

Sobre os autores

ADELINA PILOTO

Doutorada em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Publicações recentes: “A emigração de Vila do Conde para o Brasil (1865-1875)” (co-autora), in SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia (coord.) – *A Emigração Portuguesa para o Brasil*. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento, 2007; “Vilacondenses na fundação e engrandecimento do Real Hospital Português de Pernambuco” (co-autora), in SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia; MATOS, Izilda (coord.) – *Nas Duas Margens. Os Portugueses no Brasil*. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento, 2009; *O concelho de Vila do Conde e o Brasil – emigração e retorno (1865-1913)*, tese de doutoramento, 2011.

Investigadora do CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade.

ALDA NETO

Licenciada em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Publicações recentes: “Os Brasileiros de Paredes – Dois Percursos de Beneficência e de Esquecimento”, in SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia; MATOS, Izilda (coord.) – *Nas Duas Margens. Os Portugueses no Brasil*. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento, 2009.

Investigadora do CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade.

ALEXANDRE HECKER

Doutorado em História Social pela USP.

Pós-doutorado e convidado da Università degli Studi de Milão. Professor de História e Política da Universidade Mackenzie.

Coordenador do Grupo de pesquisas “E/Imigrações: histórias, culturas, trajetórias”, do CNPq, que reúne dezenas de especialistas em história da imigração para o Brasil. Coordenador do PROMACK INTERNACIONAL – ITÁLIA, PORTUGAL, BRASIL: uma História de Imigrantes submetidos à repressão política (Italianos e Portugueses), pelo CCL/Mackenzie.

Publicações recentes: *Revolução Russa: uma história em debate*. São Paulo: Expressão e Arte, 2007; *Deslocamentos & Histórias: os Portugueses* (coord.). Bauru/SP: Edusc, 2008; “A Repressão aos Imigrantes Portugueses em São Paulo: Os Subversivos e os Outros”, in SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia; MATOS, Izilda (dir.) – *Nas duas margens. Os portugueses no Brasil*. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento, 2009; “O português Antônio Candeias Duarte: desconhecido protagonista da história política brasileira”, in SARGES, Maria de Nazaré; SOUSA, Fernando de; MATOS, Maria Izilda; JUNIOR, Antonio Otaviano Vieira; CANCELA, Cristina Donza (orgs.) – *Entre Mares: o Brasil dos Portugueses*. Belém: Editora Paka-Tatu, 2010.

ANNA MARIA BIRINDELLI

Antiga professora da Faculdade de Ciências Estatísticas da Universidade de Milano-Bicocca.

Membro da comissão científica da revista *Stuti Emigrazione* e da Comissão de Aconselhamento Editorial da revista *Migration Letters*.

Autora de vários trabalhos de investigação e artigos científicos sobre demografia, especialmente no âmbito do fenómeno da emigração.

ANTÓNIO ALVES-CAETANO

Licenciado em Economia pela Universidade Técnica de Lisboa.

Membro da Associação Portuguesa de História Económica e Social (APHES) e da Associação de Historiadores Latinoamericanistas Europeus (AHILA).

Principais publicações: *O Comércio Externo de Portugal e a Guerra Peninsular*; “O Brasil na Economia do Império Português (1796-1820)”, in *XXVIII Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social*, 2008; *A Economia Portuguesa no tempo de Napoleão, Constantes e Linhas de Força*, 2008; “Acerca da Crise Financeira de 1876: das remessas do Brasil acumuladas no Porto ao protagonismo do Banco de Portugal”, in SERRÃO, José; PINHEIRO, Magda A.; FERREIRA, Maria de Fátima (orgs.) – *Desenvolvimento económico e mudança social*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2009; “A Frota Portuguesa do Brasil e as Invasões Francesas”, in *XI Simpósio de História Marítima*. Lisboa, 2009.

CARLOS CORDEIRO

Doutorado em História pela Universidade dos Açores.

Professor Auxiliar com Agregação da Universidade dos Açores.

Membro dos Centros de Estudos Gaspar Frutuoso e de Relações Internacionais e Estratégia da Universidade dos Açores.

É autor de livros e de artigos em revistas da especialidade sobre temáticas ligadas à História Contemporânea e à História dos Açores.

CELESTE CASTRO

Mestre em História das Populações pela Universidade do Minho. Doutoranda em Relações Internacionais pela Universidade Lusíada do Porto, desenvolvendo a sua pesquisa sobre *A emigração portuguesa durante o Estado Novo através da legislação e circulares do Governo (1948-1974)*.

Principais publicações: “A emigração na paróquia de Santo André da Campeã, 1848-1900”, in SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia; MATOS, Izilda (coord.) – *Nas Duas Margens. Os Portugueses no Brasil*. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento, 2009; *A emigração na freguesia de Santo André da Campeã, 1848-1900*. Porto: CEPESE, 2010.

Investigadora do CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade.

CONCEIÇÃO SALGADO

Mestre em História das Populações pela Universidade do Minho. Doutoranda em Relações Internacionais na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Lusíada do Porto.

Publicações recentes: “Emigração do Concelho de Torre de Moncorvo para o Brasil (1856-1901)”, in *Revista Campos Monteiro – História Património e Cultura*, n.º 4. Braga:

Palimage Editores, 2009; “O papel do ensino particular na dinamização cultural de Moncorvo”, in *Actas do Seminário Moncorvo da tradição à Modernidade* (coord. Fernando de Sousa). Porto: CEPESE/Edições Afrontamento, 2010; “A Emigração do Distrito de Bragança para o Brasil (1844-1890)”, in SARGES, Maria de Nazaré; SOUSA, Fernando de; MATOS, Maria Izilda; JUNIOR, Antonio Otaviano Vieira; CANCELA, Cristina Donza (orgs.) – *Entre Mares: o Brasil dos Portugueses*. Belém: Editora Paka-Tatu, 2010.

Investigadora do CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade.

CORRADO BONIFAZI

Director para a Investigação do *Consiglio Nazionale delle Ricerche* (CNR). Coordenador do Grupo de Investigação *Tendências demográficas, estudos migratórios e mobilidade espacial* do *Istituto di Recerche sulla Popolazione e le Politiche Sociali*, do CNR.

Entre 2002 e 2009, chefiou o Grupo de Trabalho da *European Association for Population Studies* (EAPS) sobre “Migrações Internacionais na Europa”.

Membro da Comissão Científica da revista *Studi Emigrazione* e autor de várias publicações no âmbito das migrações.

DIOGO FERREIRA

Doutorado em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Publicações recentes: "A emigração do Norte de Portugal para o Brasil antes e após a I Guerra Mundial (1913 e 1919): variações e permanências" (em colaboração com Ricardo Rocha), in SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia; MATOS, Izilda (coord.) – *Nas Duas Margens. Os Portugueses no Brasil*. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento, 2009; *Os Presidentes da Câmara Municipal do Porto (1822-2009)*, (colaboração), 2 volumes. Porto: CEPESE, 2009; *A emigração portuguesa para o Brasil e as origens da Agência Abreu (1840)*, (colaboração). Porto: CEPESE/Fronteira do Caos, 2009; "A Emigração do Norte de Portugal para o Brasil: uma primeira abordagem (1918-1931)", in SARGES, Maria de Nazaré; SOUSA, Fernando de; MATOS, Maria Izilda; JUNIOR, Antonio Otaviano Vieira; CANCELA, Cristina Donza (orgs.) – *Entre Mares: o Brasil dos Portugueses*. Belém: Editora Paka-Tatu, 2010; *A Emigração a partir do distrito do Porto para o Brasil. Dos finais da Primeira Guerra Mundial à Grande Crise Capitalista (1918-1931)*, tese de doutoramento, 2011.

Investigador do CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade.

DOLORES MARTIN CORNER

Mestre em Turismo Ambiental e Cultural Planeamento e Gestão pelo Centro Universitário Ibero Americano (2003). Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2005). Doutoranda em História pela PUCSP e bolsista da CAPES.

Professora no Instituto Cervantes de São Paulo.

ELIS REGINA ANGELO

Mestre em Turismo Ambiental e Cultural Planejamento e Gestão pelo Centro Universitário Ibero Americano (2003). Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2005). Doutoranda em História pela PUCSP e bolsista da CAPES.

Professora Assistente no curso de Turismo presencial e EAD na UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

ÉRICA SARMIENTO DA SILVA

Doutora em História pela Universidade de Santiago de Compostela, com Pós-doutoramento na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Professora (bolsista pós-doutorada/Faperj) na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Autora dos livros: *O outro Rio: a emigración Galega a Río de Xaneiro*. Santa Comba: Editora 3C3, 2006. Autora de artigos (publicados no Brasil e no exterior) sobre imigração no Rio de Janeiro (destaque para imigração galega, anarquismo, movimentos operários, associativismo e temas de História Contemporânea.

FERNANDA PAULA SOUSA MAIA

Doutorada em História pela Universidade Portucalense.

Comissária científica adjunta da Exposição *Os ‘Brasileiros’ de torna-viagem no Norte de Portugal*, organizada em 2000, no âmbito da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses. Em 2003, em São Paulo (Brasil), seria comissária científica da Exposição *Portugal de Relance – a viagem: encontro de dois povos*.

Tem vários trabalhos publicados na área da história política contemporânea (séculos XIX e XX) e das relações Portugal-Brasil. Entre eles destacam-se: *As relações Portugal-Brasil no discurso parlamentar português: a Câmara dos Deputados (1826-1852)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002; “A emigração para o Brasil no discurso parlamentar oitocentista”, in SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia (coord.) – *A Emigração Portuguesa para o Brasil*. Porto: CEPESSE/Edições Afrontamento, 2007; “Os ‘Brasileiros’ de torna-viagem e as relações Portugal-Brasil na década de 1930 – estudo de caso”, in SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia; MATOS, Izilda (coord.) – *Nas Duas Margens. Os Portugueses no Brasil*. Porto: CEPESSE/Edições Afrontamento, 2009.

Investigadora do CEPESSE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade.

FERNANDO DE SOUSA

Coordenador do CEPESSE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade.

Doutorado em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Professor catedrático da Universidade do Porto e da Universidade Lusíada do Porto.

Ao presente, encontra-se a dirigir vários projectos de investigação, entre os quais, *A Emigração de Portugal para o Brasil. Dinâmicas Demográficas e Discurso Político*.

Publicações recentes: *Os Presidentes da Câmara Municipal do Porto (1822-2009)*. Porto: CEPESE, 2009; "O Brasil e a Companhia do Alto Douro (1756-1825)", in *Desenvolvimento Económico e Mudança Social. Portugal nos últimos dois séculos* (homenagem a Miriam Halpern Pereira). Lisboa: ICS, 2009; *A Emigração Portuguesa para o Brasil e as origens da Agência Abreu (1840)*. Porto: CEPESE/Fronteira do Caos, 2009; "O aprofundamento das relações Brasil-Portugal no contexto da globalização" (em colaboração com Marília Sardenberg Gonçalves), in SOUSA, Fernando de; SANTOS, Paula; AMORIM, Paulo (coord.) – *As Relações Portugal-Brasil no século XX*. Porto: CEPESE/Fronteira do Caos, 2010; "O primeiro inquérito português à emigração (1843)", in SARGES, Maria de Nazaré; SOUSA, Fernando de; MATOS, Maria Izilda; JUNIOR, Antonio Otaviano Vieira; CANCELA, Cristina Donza (orgs.) – *Entre Mares: o Brasil dos Portugueses*. Belém: Editora Paka-Tatu, 2010.

ISILDA MONTEIRO

Doutorada em História pela Universidade Portucalense.

Investigadora doutorada do CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade.

Publicações recentes: "Em defesa dos interesses da Senhora Aparecida – os 'brasileiros' e o desenvolvimento local". *Oppidum*, ano 4, n.º 3, 2008/2009, pp. 195-207 (em colaboração); "A imprensa regional como fonte para o estudo da emigração para o Brasil – Lamego na primeira metade do século XX", in SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia; MATOS, Izilda (coord.) – *Nas Duas Margens. Os Portugueses no Brasil*. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento, 2009; "A 'Questão Brasileira' nas Cortes vintistas para além do debate parlamentar", in Actas do IV Congresso Histórico de Guimarães, *Do Absolutismo ao Liberalismo*, vol. III. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 2009 (em colaboração); "A emigração de Vila Real para o Brasil na primeira metade do século XX – realidade e percepções", in SARGES, Maria de Nazaré; SOUSA, Fernando de; MATOS, Maria Izilda; JUNIOR, Antonio Otaviano Vieira; CANCELA, Cristina Donza (orgs.) – *Entre Mares: o Brasil dos Portugueses*. Belém: Editora Paka-Tatu, 2010; "The military in the Chamber of Deputies 1851-1870 – corporative lines of action in defense of the army". *E-Journal of Portuguese History*, vol. 8, number 1. University of Porto (Portugal), Brown University (USA), Summer 2010. Disponível na internet em: <http://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/>.

JOSÉ JOBSON DE ANDRADE ARRUDA

Doutorado em História pela Universidade de São Paulo (USP).

Professor Associado do Instituto de Economia da UNICAMP e Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação da Universidade do Sagrado Coração (Bauru).

Publicações recentes: "A expansão europeia oitocentista: emigração e colonização", in SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia (coord.) – *A Emigração Portuguesa para o Brasil*. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento, 2007; "Barradas de Carvalho nas lentes da PIDE", in MATOS, Maria Izilda; SOUSA, Fernando de; HECKER, Alexandre (orgs.) – *Deslocamentos & Histórias: os Portugueses*. Bauru, SP: EDUSC, 2008; "Migrações sociais, transmigrações políticas e receptividade migracional", in SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia; MATOS, Izilda (coord.) – *Nas Duas Margens. Os Portugueses no Brasil*. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento, 2009; "O novo regime de temporalidade e a história migracional", in SARGES, Maria de Nazaré; SOUSA, Fernando de; MATOS, Maria Izilda; JUNIOR, Antonio Otaviano Vieira;

CANCELA, Cristina Donza (orgs.) – *Entre Mares: o Brasil dos Portugueses*. Belém: Editora Paka-Tatu, 2010.

JOSÉ SACCHETTA RAMOS MENDES

Doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo; pós-doutorado em Filosofia e Teoria do Direito (USP).

Professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

A sua tese de doutorado, intitulada *Laços de Sangue: Privilégios e Intolerância à Imigração Portuguesa no Brasil (1822-1945)*, publicada em 2010 pelo CEPESE, obteve, em 2007, o Prêmio Fernão Mendes Pinto, outorgado pela Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP) e Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

LENÁ MEDEIROS DE MENEZES

Doutorada em História Social, com pós-doutoramento. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da FAPERJ (Cientista do Nosso Estado). Líder de Grupo de Pesquisa sobre Imigração Urbana.

Professora Titular de História Contemporânea da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), no exercício do cargo de Sub-reitora de Graduação. Professora (ex-coordenadora) do Programa de Pós-graduação em História.

Recebeu a Moção de Reconhecimento da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro pelas contribuições à Educação, Ciência e Cultura do Estado.

Publicações recentes: “Imigração e negócios: comerciantes portugueses segundo os registros do Tribunal do Comércio da Capital do Império (1851-1870)” (co-autora), in MATOS, Maria Izilda; SOUSA, Fernando de; HECKER, Alexandre (orgs.) – *Deslocamentos & Histórias: os Portugueses*. Bauru, SP: EDUSC, 2008; “A ‘onda’ emigratória de 1912: dos números às trajetórias”, in SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia; MATOS, Izilda (coord.) – *Nas Duas Margens. Os Portugueses no Brasil*. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento, 2009; “Imigração e comércio: silêncios sobre a mulher”, in SARGES, Maria de Nazaré; SOUSA, Fernando de; MATOS, Maria Izilda; JUNIOR, Antonio Otaviano Vieira; CANCELA, Cristina Donza (orgs.) – *Entre Mares: o Brasil dos Portugueses*. Belém: Editora Paka-Tatu, 2010.

MARCOS CARVALHO

Graduado em História pela Universidade do Estado de Goiás, com estudos de pós-graduação pela Universidade Salgado Oliveira/RJ, e especialista em Educação Ambiental pela Faculdade Internacional de Curitiba/IBPEX. Doutorando em História na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, com pesquisa sobre a imigração portuguesa em Belém entre fins do século XIX e início do século XX.

Investigador do CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade.

MARIA APPARECIDA FRANCO PEREIRA

Doutorada em História Social pela Universidade de São Paulo.

Professora da Universidade Católica de Santos, na qual é Coordenadora em exercício.

Pesquisadora responsável pelo LIAME (História e Memória das Instituições Escolares) do CNPq.

Publicações recentes: “Imigração portuguesa em São Paulo: memórias, gênero e identidade”, in MATOS, Maria Izilda; SOUSA, Fernando de; HECKER, Alexandre (orgs.) – *Deslocamentos & Histórias: os Portugueses*. Bauru, SP: EDUSC, 2008; “Os trabalhadores portugueses na cidade portuária de Santos, no final do século XIX” (co-autora), in SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia; MATOS, Izilda (coord.) – *Nas Duas Margens. Os Portugueses no Brasil*. Porto: CEPES/Edições Afrontamento, 2009; “Portugueses na vida econômica da cidade, em Santos, na segunda metade do século XIX” (co-autora), in SARGES, Maria de Nazaré; SOUSA, Fernando de; MATOS, Maria Izilda; JUNIOR, Antonio Otaviano Vieira; CANCELA, Cristina Donza (orgs.) – *Entre Mares: o Brasil dos Portugueses*. Belém: Editora Paka-Tatu, 2010.

MARIA ARMINDA ARRUDA

Doutorada em Sociologia pela Universidade de São Paulo.

Professora Titular da Universidade de São Paulo. Pró-reitora de Cultura e Extensão Universitária da Universidade de São Paulo. Pesquisadora 1A do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq).

Publicações mais relevantes: *Mitologia da Mineiridade. O Imaginário Mineiro na Vida Política e Cultural do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2000; *Metrópole e Cultura. São Paulo no Meio Século XX*. Bauru: EDUSC, 2001 (Menção honrosa Prêmio Jabuti 2002); *Florestan Fernandes. Mestre da Sociologia Moderna* (em parceria com Sylvia Gemignani Garcia). Brasília: Paralelo 15, 2003; *A Embalagem do Sistema. A Publicidade no Capitalismo Brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades, 1985 (reeditado pela Edusc, Bauru, em 2004).

MARIA DE NAZARÉ SARGES

Doutorada em História pela Universidade Estadual de Campinas.

Professora da Universidade Federal do Pará/Belém.

Publicações recentes: *Riquezas produzindo a belle époque. Belém do Pará (1870-1910)*, 2.^a edição. Belém: Paka-Tatu, 2002; *Memórias do Velho Intendente – Antonio Lemos*. Belém: Paka-Tatu, 2004; “Os portugueses na cidade: trabalho e cotidiano (Belém-1900)”, in SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia; MATOS, Izilda (coord.) – *Nas Duas Margens. Os Portugueses no Brasil*. Porto: CEPES/Edições Afrontamento, 2009; “Riquezas, Tributos e mercado de trabalho em Belém, 1890-1910”, in FIGUEIREDO, Aldrin Moura; ALVES, Moema de Barcelar (org.) – *Tesouros da Memória: história e patrimônio do Grão-Pará*. Belém: Ministério da Fazenda/Museu de Arte de Belém, 2009; “Os portugueses nos Autos judiciais: sociabilidades e tensões”, in SARGES, Maria de Nazaré; SOUSA, Fernando de; MATOS, Maria Izilda; JUNIOR, Antonio Otaviano Vieira; CANCELA, Cristina Donza (orgs.) – *Entre Mares: o Brasil dos Portugueses*. Belém: Editora Paka-Tatu, 2010; “A ‘Galícia’ paraense: imigração espanhola em Belém (1890-1910)”, in ALONSO, José Luis Ruiz-Peinado; CHAMBOULEYRON, Rafael

(org.) – *T(r)ópicos de História: gente, espaço e tempo na Amazônia (séculos XVII a XXI)*. Belém/PA: Ed. Açai, 2010.

MARIA IZILDA MATOS

Doutorada em História pela Universidade de São Paulo, com pós-doutoramento pela Université Lumière Lyon.

Professora titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Pesquisadora I do CNPq.

Entre as suas obras destacam-se: *O imaginário em debate*. São Paulo: Olho d'água, 1998; *A Cidade em debate*. São Paulo: Olho D'água, 1999; *Por uma história das mulheres*. São Paulo: EDUSC, 2000; *Cotidiano e Cultura: história, cidade e trabalho*. São Paulo: EDUSC, 2002; *Ancora de Emoções*. Bauru, SP: EDUSC, 2005; *Gênero e Terceiro Setor*. Edição Catavento, 2005; *A cidade, a noite e o cronista: São Paulo de Adoniran Barbosa*. Bauru: EDUSC, 2008; *Deslocamentos & Histórias: os Portugueses*. Bauru, SP: EDUSC, 2008; “Portugueses em São Paulo. Registros e ingressos (1912): Hospedaria do Imigrante – listas de bordo e livros de registro” (co-autora), in SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia; MATOS, Izilda (coord.) – *Nas Duas Margens. Os Portugueses no Brasil*. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento, 2009; “Imigrantes portuguesas: cotidiano, trabalho e resistência. São Paulo 1920-1940”, in SARGES, Maria de Nazaré; SOUSA, Fernando de; MATOS, Maria Izilda; JUNIOR, Antonio Otaviano Vieira; CANCELA, Cristina Donza (orgs.) – *Entre Mares: o Brasil dos Portugueses*. Belém: Editora Paka-Tatu, 2010.

MARIA SUZEL GIL FRUTUOSO

Licenciada em História pela Unisantos – Universidade Católica de Santos. Mestre em História Econômica pela Universidade de São Paulo.

Pesquisadora do LIAME (Laboratório de Informação, Arquivo e Memória da Educação) – Unisantos.

Artigos recentes: “Fontes para o estudo da presença portuguesa em Santos”, in SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia (coord.) – *A Emigração Portuguesa para o Brasil*. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento, 2007; “A presença portuguesa no comércio em Santos”, in MATOS, Maria Izilda; SOUSA, Fernando de; HECKER, Alexandre (orgs.) – *Deslocamentos & Histórias: os Portugueses*. Bauru, SP: Edusc, 2008; “Os trabalhadores portugueses na cidade portuária de Santos no final do século XIX” (co-autora), in SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia; MATOS, Izilda (coord.) – *Nas Duas Margens. Os Portugueses no Brasil*. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento, 2009; “Portugueses na vida econômica da cidade, em Santos, na segunda metade do século XIX” (co-autora), in SARGES, Maria de Nazaré; SOUSA, Fernando de; MATOS, Maria Izilda; JUNIOR, Antonio Otaviano Vieira; CANCELA, Cristina Donza (orgs.) – *Entre Mares: o Brasil dos Portugueses*. Belém: Editora Paka-Tatu, 2010.

MATTIA VITIELLO

Sociólogo e investigador do *Istituto di Ricerche sulla Popolazione e le Politiche Sociali*, do *Consiglio Nazionale delle Ricerche*.

Professor de Sociologia da Cultura na Faculdade de Arquitectura da Universidade de Nápoles.

Os seus principais interesses de investigação incidem sobre políticas migratórias e processos de incorporação de imigrantes.

MIRIAM HALPERN PEREIRA

Professora Emérita de História, Departamento de História, ISCTE/IUL.

Principais livros: *Negociantes e fabricantes entre velhas e novas instituições (1821-1822)*, 1992, 2.º volume e direcção da colecção *A crise do Antigo Regime e as Cortes Constituintes, 1821-1822* (5 livros); *A política portuguesa de emigração (1850-1930)*. S. Paulo: EDUSC (edição revista e aumentada em 2002, 1.ª edição de 1981); *Livre-câmbio e desenvolvimento económico: Portugal na segunda metade do século XIX*. Lisboa: Edições Sá da Costa, 1983 (1.ª edição em 1971); *Das Revoluções Liberais ao Estado Novo*. Lisboa: Presença, 1994; *Diversidade e Assimetrias*. Lisboa: ICS, 2001; *Mouzinho da Silveira, pensamento e acção política*. Lisboa: Assembleia da República/Texto, 2009; *O Gosto pela História – Percursos de História contemporânea*. Lisboa: ICS, 2010.

PAULA BARROS

Licenciada em Gestão de Recursos Humanos pela Universidade Lusíada do Porto. Doutoranda em Relações Internacionais na Universidade Fernando Pessoa.

Investigadora do CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade.

Publicações recentes: *Os Presidentes da Câmara Municipal do Porto (1822-2009)*, (colaboração), 2 volumes. Porto: CEPESE, 2009; *A emigração portuguesa para o Brasil e as origens da Agência Abreu (1840)*, (colaboração). Porto: CEPESE/Fronteira do Caos, 2009; "O discurso político da emigração portuguesa para o Brasil (1855-1866)", in SARGES, Maria de Nazaré; SOUSA, Fernando de; MATOS, Maria Izilda; JUNIOR, Antonio Otaviano Vieira; CANCELA, Cristina Donza (orgs.) – *Entre Mares: o Brasil dos Portugueses*. Belém: Editora Paka-Tatu, 2010.

PAULA MARQUES SANTOS

Doutorada em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Professora da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego.

Publicações recentes: "Os Portugueses no Brasil durante a Segunda Guerra Mundial – a questão da nacionalidade e a naturalização obrigatória", in MATOS, Maria Izilda; SOUSA, Fernando de; HECKER, Alexandre (orgs.) – *Deslocamentos & Histórias: os Portugueses*. Bauru, SP: EDUSC, 2008; "Legislação sobre emigração para o Brasil na I República" (co-autoria), in SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia; MATOS, Izilda (coord.) – *Nas Duas Margens. Os Portugueses no Brasil*. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento, 2009; "A emigração do distrito de Viseu em direcção ao Brasil (1854-1973)", in SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia; MATOS, Izilda (coord.) – *Nas Duas Margens. Os Portugueses no Brasil*. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento, 2009; "A legislação portuguesa sobre a emigração para o Brasil durante o Estado Novo (1926-1974)" (co-autoria), in SARGES, Maria de Nazaré; SOUSA, Fernando de; MATOS, Maria Izilda; JUNIOR, Antonio Otaviano Vieira; CANCELA,

Cristina Donza (orgs.) – *Entre Mares: o Brasil dos Portugueses*. Belém: Editora Paka-Tatu, 2010; *As relações Portugal-Brasil no século XX* (coord.). Porto: Fronteira do Caos, 2010.

Investigadora do CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade.

PAULO CESAR GONÇALVES

Doutorado em História Económica pela Universidade de São Paulo.

Professor da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP (campus de Assis) e pesquisador da Cátedra Jaime Cortesão (FFLCH/USP), onde realizou pesquisa de pós-doutorado com apoio financeiro da FAPESP.

Publicou recentemente: *Migração e mão-de-obra: retirantes cearenses na economia cafeeira do Centro-Sul (1877-1901)*. São Paulo: Humanitas, 2006; “L’Amazônia è nostra: emigração e interesses comerciais nos vapores da linha Gênova-Belém-Manaus (1897-1906)”, in RIBEIRO, Gladys S.; FERREIRA, Tânia M. T. Bessone da Cruz (dir.) – *Linguagens e práticas da cidadania no século XIX*. São Paulo: Alameda, 2010; “Entre Brasil e África: fluxos migratórios e o modelo português de desenvolvimento no final do século XIX”, in SARGES, Maria de Nazaré; SOUSA, Fernando de; MATOS, Maria Izilda; JUNIOR, Antonio Otaviano Vieira; CANCELTA, Cristina Donza (orgs.) – *Entre Mares: o Brasil dos Portugueses*. Belém: Editora Paka-Tatu, 2010.

RICARDO ROCHA

Licenciado em Relações Internacionais pela Universidade Lusíada do Porto. Doutorando em História na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Investigador do CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade.

Publicações recentes: “A emigração do Norte de Portugal para o Brasil antes e após a I Guerra Mundial (1913 e 1919): variações e permanências” (co-autoria), in SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia; MATOS, Izilda (coord.) – *Nas Duas Margens. Os Portugueses no Brasil*. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento, 2009; *Os Presidentes da Câmara Municipal do Porto (1822-2009)*, (colaboração), 2 volumes. Porto: CEPESE, 2009; *A emigração portuguesa para o Brasil e as origens da Agência Abreu (1840)*, (colaboração). Porto: CEPESE/Fronteira do Caos, 2009; “A emigração do Norte de Portugal para o Brasil em 1912: o ano de todas as partidas”, in SARGES, Maria de Nazaré; SOUSA, Fernando de; MATOS, Maria Izilda; JUNIOR, Antonio Otaviano Vieira; CANCELTA, Cristina Donza (orgs.) – *Entre Mares: o Brasil dos Portugueses*. Belém: Editora Paka-Tatu, 2010.

SÊNIA BASTOS

Doutorada em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Professora titular da Universidade Anhembi Morumbi.

Participa do projeto temático Observatório das Migrações em São Paulo. Membro dos Grupos de Pesquisa Socioantropologia da Hospitalidade (UAM) e E/Imigrações: Histórias, Culturas, Trajetórias (Mackenzie).

Publicações recentes: “Negociantes e caixeiros na cidade de São Paulo em meados do século XIX”, in MATOS, Maria Izilda; SOUSA, Fernando de; HECKER, Alexandre (orgs.) – *Deslocamentos & Histórias: os Portugueses*. Bauru, SP: Edusc, 2008; “Portugueses em São

Paulo. Registros e ingressos (1912): Hospedaria do Imigrante – listas de bordo e livros de registro” (co-autora), in SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia; MATOS, Izilda (coord.) – *Nas Duas Margens. Os Portugueses no Brasil*. Porto: CEPESSE/Edições Afrontamento, 2009; “A territorialidade portuguesa na cidade de São Paulo nos anos 1930”, in SARGES, Maria de Nazaré; SOUSA, Fernando de; MATOS, Maria Izilda; JUNIOR, Antonio Otaviano Vieira; CANCELA, Cristina Donza (orgs.) – *Entre Mares: o Brasil dos Portugueses*. Belém: Editora Paka-Tatu, 2010.

SUSANA SERPA SILVA

Doutorada em História pela Universidade dos Açores.

Professora auxiliar da Universidade dos Açores.

Publicações recentes: *Violência, Desvio e Exclusão na sociedade micaelense oitocentista (1842-1910)*. Açores: Universidade dos Açores, 2007 (dissertação de doutoramento); “Emigração legal e clandestina nos Açores de Oitocentos (da década de 30 a meados da centúria)”, in SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia; MATOS, Izilda (coord.) – *Nas Duas Margens. Os Portugueses no Brasil*. Porto: CEPESSE/Edições Afrontamento, 2009; “A Emigração no Distrito da Horta (Açores) por meados do século XIX”, in SARGES, Maria de Nazaré; SOUSA, Fernando de; MATOS, Maria Izilda; JUNIOR, Antonio Otaviano Vieira; CANCELA, Cristina Donza (orgs.) – *Entre Mares: o Brasil dos Portugueses*. Belém: Editora Paka-Tatu, 2010.

Investigadora do Centro de História de Além Mar (CHAM) – Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores.

WILSON BRITO NASCIMENTO

Bolsista da Universidade Federal do Pará.

YVONE DIAS AVELINO

Doutorada em História Económica pela Universidade de São Paulo.

Professora Titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, e Chefe do Departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais na Gestão 2009-2011.

Editora Científica da Revista *Cordis* – Revista Eletrônica de História Social da Cidade (www.pucsp.br/revistacordis).

É autora de várias publicações, entre artigos, livros, traduções, entrevistas etc., destacando-se: “Vila Madalena e a imigração portuguesa: cultura, trabalho, religião e cotidiano”, in MATOS, Maria Izilda; SOUSA, Fernando de; HECKER, Alexandre (orgs.) – *Deslocamentos & Histórias: os Portugueses*. Bauru, SP: Edusc, 2008; “Heróis do mar, heróis na terra: Vila Madalena, um porto seguro”, in SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia; MATOS, Izilda (coord.) – *Nas Duas Margens. Os Portugueses no Brasil*. Porto: CEPESSE/Edições Afrontamento, 2009; “De além-mar à terra da garoa: travessias portuguesas”, in SARGES, Maria de Nazaré; SOUSA, Fernando de; MATOS, Maria Izilda; JUNIOR, Antonio Otaviano Vieira; CANCELA, Cristina Donza (orgs.) – *Entre Mares: o Brasil dos Portugueses*. Belém: Editora Paka-Tatu, 2010.

**Catálogo das publicações do
CEPESE**

CATÁLOGO DAS PUBLICAÇÕES DO CEPESE

POPULAÇÃO E SOCIEDADE



População e Sociedade

(Revista do CEPESE)
18 números publicados
(10, 11 e 12 esgotados)



Colecção Economia e Sociedade

A Indústria das Sedas em Trás-os-Montes (1835-1870)
Fernando de Sousa
CEPESE, Ed. COSMOS
2001
esgotado



A População Portuguesa no Século XIX
Teresa Rodrigues
CEPESE, Edições Afrontamento
2004



História da População Portuguesa
Teresa Rodrigues (coord.)
CEPESE, Edições Afrontamento
2008



A Emigração na Freguesia de Santo André da Campeã (1848-1900)
Celeste Castro
CEPESE, Edições Afrontamento
2010



Colecção Militarium Ordinum Analecta (últimos números)

A Comunidade Feminina da Ordem de Santiago: A Comenda de Santos em finais do século XV e no século XVI
Joel Silva Ferreira Mata
CEPESE, Fundação Eng. António de Almeida
2007



História das Íclitas Cavalarias de Cristo, Santiago e Avis
Paula Pinto Costa (coord.)
CEPESE, Fundação Eng. António de Almeida
2008



Comendas das Ordens Militares na Idade Média
Luís Adão da Fonseca
CEPESE
2009



Colecção os Portugueses no Mundo

A Comunidade Lusitana em Joanesburgo
Paulo Bessa
CEPESE, Fronteira do Caos
2009



Migrações e Desenvolvimento
Maria Ortelinda Barros Gonçalves
CEPESE, Fronteira do Caos
2009



A Emigração Portuguesa para o Brasil e as Origens da Agência Abreu (1840)
Fernando de Sousa (coord.)
CEPESE, Fronteira do Caos
2009
esgotado



Laços de Sangue. Privilégios e Intolerância à Imigração Portuguesa no Brasil.
José Sacchetta Ramos Mendes
CEPESE, Fronteira do Caos
2010



As Relações Portugal-Brasil no século XX
Fernando de Sousa; Paula Santos; Paulo Amorim (coord.)
CEPESE, Fronteira do Caos
2010



Relações Portugal-Espanha
Relações Portugal-Espanha: Cooperação e Identidade
Conceição Meireles Pereira (coord.)
CEPESE, FRAH
2000
esgotado



Relações Portugal-Espanha: Uma História paralela, um destino comum?
Conceição Meireles Pereira (coord.)
CEPESE, FRAH
2002
esgotado



Relações Portugal-Espanha: O Vale do Douro no Âmbito das Regiões Europeias
Conceição Meireles Pereira (coord.)
CEPESE, Edições Afrontamento
2006



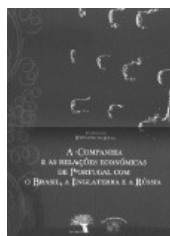
Douro e Real Companhia Velha
Os Arquivos do Vinho em Gaia e Porto
Fernando de Sousa (coord.)
CEPESE
2000
esgotado



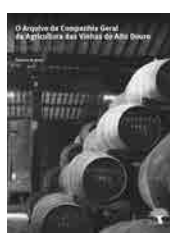
Os Arquivos da Vinha e do Vinho no Douro
Fernando de Sousa (coord.)
CEPESE, Edições Afrontamento
2003
esgotado



O Vinho do Porto em Gaia & Companhia
Fernando de Sousa (coord.)
CEPESE, Edições Afrontamento
2005



A Companhia e as Relações Económicas de Portugal com o Brasil, a Inglaterra e a Rússia
Fernando de Sousa (coord.)
CEPESE, Edições Afrontamento
2008



O Arquivo da Companhia Geral de Agricultura das Vinhas do Alto Douro - Real Companhia Velha
Fernando de Sousa (coord.)
CEPESE
2003



O Património Cultural da Real Companhia Velha
Fernando de Sousa (coord.)
CEPESE
2004



A Real Companhia Velha. Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756-2006)
Fernando de Sousa (coord.)
CEPESE
2006



Espólio Fotográfico Português
Fernando de Sousa (coord.)
CEPESE
2008



O Brasil, o Douro e a Real Companhia Velha
Fernando de Sousa e Conceição Pereira
CEPESE
2008



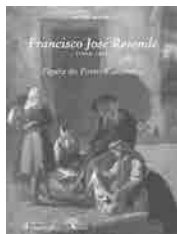
O Património Cultural da região de Bragança-Zamora
Fernando de Sousa (coord.)
CEPESE, Associação Ibérica dos Municípios Ribeirinhos do Douro
2008
esgotado



Arte e Património
O Património Histórico-Cultural da região de Bragança-Zamora
Luís Alexandre Rodrigues (coord.)
CEPESE, Edições Afrontamento
2005
esgotado



Os Franciscanos no Mundo Português: Artistas e Obras I
Nátalia Marinho Ferreira-Alves (coord.)
CEPESE
2009
esgotado



Francisco José Resende (1825-1893)
António Mourato
CEPESE, Edições Afrontamento
2007



A Encomenda. O Artista. A Obra.
Nátalia Marinho Ferreira-Alves (coord.)
CEPESE
2010



Artistas e Artífices no Mundo de Expressão Portuguesa
Nátalia Marinho Ferreira-Alves (coord.)
CEPESE
2008
esgotado



João Baptista Ribeiro (1790-1868)
António Mourato
CEPESE, Edições Afrontamento
2010



Dicionário de Artistas e Artífices do Norte de Portugal
Nátalia Marinho Ferreira-Alves (coord.)
CEPESE
2008
esgotado



A Misericórdia de Vila Real e as Misericórdias no Mundo de Expressão Portuguesa
Nátalia Marinho Ferreira-Alves (coord.)
CEPESE
2011

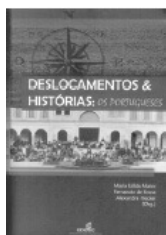


Emigração Portuguesa para o Brasil

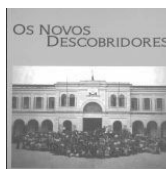
Portugueses no Brasil: Migrantes em dois atos
Ismênia de Lima Martins e
Fernando de Sousa (org.)
CEPESE, FAPERJ
2006



A Emigração Portuguesa para o Brasil
Fernando de Sousa; Ismênia
Martins; Conceição Meireles
(coord.)
CEPESE, Edições Afrontamento
2007



*Deslocamentos & Histórias:
Os Portugueses*
Izilda Matos; Fernando de Sousa;
Alexandre Hecker (org.)
CEPESE, EDUSC
2008



Os Novos Descobridores
Fernando de Sousa e Conceição
Meireles Pereira (org.)
CEPESE
2008



*Nas duas Margens:
Os Portugueses no Brasil*
Fernando de Sousa; Ismênia
Martins; Izilda Matos (org.)
CEPESE, Edições Afrontamento
2009



*Entre Mares. O Brasil dos
Portugueses*
Fernando de Sousa; Nazaré
Sarges; Izilda Matos;
Otaviano Vieira; Cristina
Cancela (org.)
CEPESE, Editora Paka. Tatu
2010



Relações Internacionais

*Dicionário de Relações
Internacionais*
(2.ª edição)
Fernando de Sousa (dir.)
CEPESE, Edições Afrontamento
2008



*Desafios da Democratização
no Mundo Global*
Maria Raquel Freire (coord.)
CEPESE, Edições Afrontamento
2004
esgotado



*A Instituição de Asilo na União
Europeia*
Teresa Cierco
CEPESE, Almedina
2010



Publicações autónomas

*Estudos e Ensaio em
Homenagem a Eurico
Figueiredo*
Isabel Babo Lança (coord.)
CEPESE, Edições Afrontamento
2005
esgotado



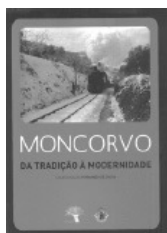
*História da Indústria das
Sedas em Trás-os-Montes*
Fernando de Sousa
CEPESE, Edições Afrontamento
2006



*Os Presidentes da Câmara
Municipal do Porto
(1822-2009)*
Fernando de Sousa (coord.),
2 vols
CEPESE
2009



*Ibéria: Quatrocentos/
Quinhentos. Duas décadas de
Cátedra. Homenagem a Luís
Adão da Fonseca*
Armando Luis de Carvalho
Homem; José Augusto Pizarro;
Paula Pinto Costa (ed.)
CEPESE, Livraria
Civilização
2009



*Moncorvo. Da Tradição à
Modernidade*
Fernando de Sousa (coord.)
CEPESE, Edições Afrontamento
2009



*Olhares sobre o Mercurio
Portuguez
1663-1667, 2 vols.*
Eurico Gomes Dias
Imprensa Nacional -
Casa da Moeda, CEPESE
2010



*A Economia da Corrupção nas
Sociedades Desenvolvidas
Contemporâneas*
Cristina de Abreu (coord.)
CEPESE, Fronteira do Caos
2011

SÓCIOS FUNDADORES, SÓCIOS COLECTIVOS E PATRONOS DE HONRA DO CEPESÉ

Sócios Fundadores

Universidade do Porto

Fundação Eng. António de Almeida



Sócios Colectivos

Banco Espírito Santo

CESPU – Cooperativa de Ensino Superior, Politécnico e Universitário

ESCOM

ISMT – Instituto Superior Miguel Torga

ISVOUGA – Instituto Superior de Entre Douro e Vouga

Mota Engil, SGPS

Real Companhia Velha

UNISLA

Universidade Lusíada do Porto

Universidade Lusófona do Porto



Patronos de Honra

Agência Abreu

Câmara Municipal de Bragança

Câmara Municipal de V. N. Gaia

Câmara Municipal do Porto

Carnady – Comércio Internacional

Cordeiros Galeria

Douro Azul

Vicaima



Colaboraram nesta publicação

Adelina Piloto

Alda Neto

Alexandre Hecker

Anna Maria Birindelli

António Alves-Caetano

Carlos Cordeiro

Celeste Castro

Conceição Salgado

Corrado Bonifazi

Diogo Ferreira

Dolores Martin Rodriguez Corner

Elis Regina Barbosa Angelo

Érica Sarmiento da Silva

Fernanda Paula Sousa Maia

Fernando de Sousa

Isilda Monteiro

José Jobson de Andrade Arruda

José Sacchetta Ramos Mendes

Lená Medeiros de Menezes

Marcos Carvalho

Maria Aparecida Franco Pereira

Maria Arminda Arruda

Maria de Nazaré Sarges

Maria Izilda Santos de Matos

Maria Suzel Gil Frutuoso

Mattia Vitiello

Miriam Halpern Pereira

Paula Barros

Paula Marques Santos

Paulo Cesar Gonçalves

Ricardo Rocha

Sênia Bastos

Susana Serpa Silva

Wilson Brito Nascimento

Yvone Dias Avelino

Organização



Patrocínios

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

